

**JOSÉ COELHO MATIAS**

**MANUEL DE SÁ  
UM DIÁSPORO QUINHENTISTA PORTUGUÊS  
AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO  
E DA  
INTERCULTURALIDADE**



**Departamento de Ciências da Educação e do Património**

**Março, 2009**

**José Matias**

**MANUEL DE SÁ - UM DIÁSPORO QUINHENTISTA PORTUGUÊS  
AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO E DA INTERCULTURALIDADE**



**2009**

**José Coelho Matias**

**MANUEL DE SÁ  
UM DIÁSPORO QUINHENTISTA PORTUGUÊS  
AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO  
E DA  
INTERCULTURALIDADE**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Educação**

**Trabalho realizado sob a orientação do  
Professor Doutor Joaquim Carreira das Neves**



**Departamento de Ciências da Educação e do Património  
Março, 2009**

## **DECLARAÇÃO**

Nome:

José Coelho Matias

Nº. do B. I.: 4423135

Telem.: 931694140

e-mail: zecomat@netcabo.pt

Doutoramento ☒

Área do doutoramento:

Ciências da educação - Multi/Interculturalidade

Ano de conclusão: 2009

Título da tese:

Manuel de Sá – um diásporo quinhentista português ao serviço da educação e da interculturalidade

Orientador:

Professor Doutor Joaquim Carreira das Neves

**Declaro, para os devidos efeitos, que concedo, gratuitamente, à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, para além da livre utilização do título e do resumo por mim disponibilizados, autorização, para esta arquivar nos respectivos ficheiros e tornar acessível aos interessados, nomeadamente através do seu repositório institucional, o trabalho supra-identificado, nas condições abaixo indicadas:**

**1. Tipo de Divulgação:**

☐ Total.

☒ Parcial.

**2. Âmbito de Divulgação:**

☐ Mundial (Internet aberta)

☒ Intranet da Universidade Portucalense.

☒ Internet, apenas a partir de ☒ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

**Advertência:** O direito de autor da obra pertence ao criador intelectual, pelo que a subscrição desta declaração não implica a renúncia de propriedade dos respectivos direitos de autor ou o direito de a usar em trabalhos futuros, os quais são pertença do subscritor desta declaração.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Porto, 02/03/2009



## **Agradecimentos**

Este trabalho de investigação é o fruto de longos anos de labor, não apenas pessoal, mas de muitas pessoas que, de maneiras diversas e peculiares a cada uma, concorreram para aplanar os caminhos que o possibilitaram.

Assim, os meus agradecimentos são dirigidos, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim Carreira das Neves que sempre me encorajou e me prestou dados científicos preciosos e à Professora Maria Natália Ramos que, depois de ter sido a minha orientadora na dissertação de mestrado, continuou a interessar-se pela continuação da minha investigação e a mostrar-se disponível para prestar-me todos os esclarecimentos que foram necessários até ao termo da presente Tese.

Agradeço também a quem tornou exequível este projecto de tese, designadamente o Meritíssimo Reitor, Professor Doutor Humberto Baquero Moreno e o Coordenador dos Doutoramentos em Ciências da Educação e do Património da Universidade Portucalense, o Professor Doutor António Vieira Ferreira e, bem assim, os membros do Júri que se disponibilizaram para apreciar este trabalho.

Não quero esquecer todos aqueles que foram meus mestres e colegas em diversas escolas e universidades de várias partes do mundo, com os quais aprendi e com os quais discuti e troquei pareceres divergentes ou paralelos e aos quais expus ideias diferentes com alguma novidade, pertencentes, nomeadamente: ao Seminário de São José de Macau; à Universidade Gregoriana e ao Instituto Pontifício Bíblico de Roma; ao Seminário Regional de Hong-Kong; aos Institutos Franciscano, Dominicano e de Ratisbonne de Jerusalém; à Universidade de Sorbonne e ao Instituto Católico de Paris; à Universidade Católica de Lyon; à Universidade Católica Portuguesa (extensiva tanto a Lisboa e Braga, como ao Funchal e Coimbra); às Escolas EB 2,3, tanto do distrito de Lisboa (Instituto de Ciências Educativas, Externato de Odivelas, em Odivelas, Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros e do Alto do Moinho, em Catujal-Loures), como à de Vila Boim, do Concelho de Elvas e distrito de Portalegre.

Também são dignos dos meus agradecimentos todos os que facilitaram a minha

investigação, designadamente os Bibliotecários e Tarefeiros das seguintes Bibliotecas: de Heidelberg; de Sainte Geneviève e da Nationale de Paris; de Sainte Irénée e da Universidade Católica de Lyon; da Nacional e Complutense de Madrid; da Brotéria, da Nacional, da Torre do Tombo, da Universidade Aberta, da Universidade Lusófona e da Escola Superior de Educação de Lisboa; da Universidade de Coimbra e, ainda dos Arquivos Municipais de Vila do Conde, Valência, Gandia, Alcalá de Henares e de Havana.

Cabe-me igualmente a obrigação de agradecer, tanto à Mestra Tabita de Almeida, pelo auxílio prestado, quer na investigação e viagens de reconhecimento aos lugares onde Manuel de Sá exerceu a sua actividade, quer na crítica e correcção das provas do texto, quanto ao Mestre Adelino Torres Antunes pelo trabalho de crítica, formatação e embelezamento da parte formal.

Os meus agradecimentos vão dirigidos a toda a minha família: pais; irmãos e irmãs; cunhadas e cunhados; sobrinhas e sobrinhos (por consanguinidade ou por adopção) pelo apoio incondicional que sempre me proporcionaram.

Finalmente agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram, quer na correcção dos textos, quer na apresentação gráfica, como o Engenheiro Manuel Matias, a Mestra Ana Gato e os técnicos de informática, João Firme e Gonçalo Torres.

## **Manuel de Sá – Um Diásporo Quinhentista Português ao Serviço da Educação e da Interculturalidade**

### **Resumo**

Este trabalho sobre Manuel de Sá é constituído por três partes: vida, obra e influência nos campos religioso, político, social e educacional, durante os séculos XVI-XIX.

A sua vida, que é contextualizada pelas origens e desenvolvimento da sua terra natal, desenvolveu-se em Coimbra onde fez o seu Bacharelato em Artes, em Valência, onde fez o Noviciado; em Gandia, onde alcançou o grau de Mestre em Artes e leccionou Filosofia; em Alcalá de Henares, onde presidiu à Residência Jesuítica e em Roma, onde se doutorou em teologia e foi ordenado Sacerdote, desempenhando, de seguida, os cargos de *Prefeito dos Estudos*, Professor de Teologia, de Escritura e de Moral. Dedicou-se igualmente à pregação, confissões e revisão dos textos da Vulgata e dos Setenta, vindo a culminar com a elaboração de três obras valiosas nos campos da Moral e Exegese Bíblica: *Aphorismi Confessariorum*, *Scholia in Quatuor Evangelia* e *Notationes in Totam Scripturam, Sacram*.

Sujeitas a estudo pessoal, estas obras permitem-nos fazer ressaltar: nos *Aforismo* a noção de métodos aforísticos e autores que os usaram; várias edições e traduções na Europa e fora e sucessivos cortes impostos pelas censuras religiosa e civil para serem reeditados; nos *Scholia*, tanto a sua noção, exemplos idênticos e principais métodos exegéticos rabínicos e cristãos precedentes, como a novidade introduzida por Manuel de Sá neste campo; nas *Notationes* a novidade destas constituírem um Comentário seguido a todos os Livros Bíblicos, de apresentarem uma análise crítica em busca do sentido literal e três índices utilíssimos a estudiosos e pregadores.

Deste estudo inferimos consequências a propósito: do *Probabilismo*, pelo qual abriu uma porta à liberdade de consciência; do Pioneirismo nos métodos histórico-críticos e no processo da Interculturalidade e da interdisciplinaridade; da Luta contra injustiças e tirania quer da Igreja, quer dos Estados e, finalmente, dos Métodos de ensino que nos deixou e que podem melhorar os da actualidade.

Palavras-chave: Antropagogia, Manuel de Sá, Métodos, Diáspora, Educação, Multi/Interculturalidade, Interdisciplinaridade.

## **Manuel de Sá – a Portuguese Man of the Diaspora in the sixteenth century and his approach to Education and Intercultural Issues**

### **Abstract**

The present paper on Manuel de Sá unfolds in a triple feature, displaying his life, his work and its influence in the grounds of religion, politics, society and education during the XVI-XIX centuries.

His life, sculpted in the frame of his homeland, its origins and development, unfurls from Coimbra where he graduated in Art, to Valencia for his novitiate, to Gandia where he became Master of Arts and taught Philosophy, to Alcalá de Henares where he presided the Jesuit Residence; in Rome he doctored in theology, ordained as a priest and fulfilled the role of *Praefectus Studiorum*, Professor of Theology, the Gospel and Moral. He also accomplished as a preacher and confessor, both in Rome and in the Milanese region, revised the texts of the Vulgate and the Seventy, this having culminated in the writing of three valuable pieces on the grounds of Moral and Biblical Exegesis: *Aphorismi Confessariorum*, *Scholia in Quatuor Evangelia* and *Notationes in Totam Scripturam, Sacram*.

By accurately studying these texts it is possible to highlight, in the *Aphorismi*, such concepts involved in aphorism methods and the authors who used them, its various editions and translations inside and outside Europe as well as the religious and civil censorship multiple bans imposed to reedit; in the *Scholia*, the concepts, the samples that are alike and main exegesis methods as per used by prior Rabbis and Christian priests as well as the new approaches by Manuel de Sá himself ; in the *Notationes*, the innovative feature of a comment coming after all Biblical Books, thus playing the role of a critical analysis out of their literal meaning and, also, three useful indexes to be used by preachers and academics.

The present paper allows us to infer conclusions about Probabilism, which opens a door to consciousness, about the pioneerism in the methods for Biblical Criticism sand in the intercultural and interdisciplinary process, fighting against injustice and tyranny pouring both from the Church and the states and about his teaching methods, such that can improve ours.

Key-words: Anthropagogy, Emanuel Sá, Methods, Diáspora, Education,  
Multi/Interculturaliity, Interdisciplinarity

## SUMÁRIO

|                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO                                                                   | 23        |
| 1 PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL HODIERNA                                         | 23        |
| 2 OBJECTIVO                                                                  | 26        |
| 3 JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA                                            | 26        |
| 4 METODOLOGIA                                                                | 28        |
| 5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO                                                      | 31        |
| <b>PARTE 1: VIDA DE MANUEL DE SÁ</b>                                         | <b>35</b> |
| <b>ÍNDICE DA PARTE 1</b>                                                     | <b>37</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO: VILA DO CONDE ATÉ FINS DO SÉC. XVI</b>     | <b>41</b> |
| 1 NOME E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA                                                 | 43        |
| 2 VILA DO CONDE ATÉ AO SÉCULO XVI                                            | 44        |
| 2.1 Suas origens                                                             | 44        |
| 2.2 Indústrias                                                               | 47        |
| 2.2.1 Sal e Pesca                                                            | 47        |
| 2.2.2 Construção Naval                                                       | 48        |
| 2.2.3 Produção e Têxteis, Panos e Cordas para velas de Navios                | 55        |
| 2.3 Comércio em geral                                                        | 58        |
| 3 VIDA CULTURAL                                                              | 62        |
| 3.1 Os Mosteiros                                                             | 62        |
| 3.2 Igreja Matriz e a sua Colegiada                                          | 66        |
| 3.3 Colegiada de Vila do Conde                                               | 69        |
| 4 MANUEL DE SÁ, UM ILUSTRE DESCONHECIDO DE VILA DO CONDE                     | 70        |
| 4.1 Sua Terra Natal e sua Família                                            | 70        |
| 4.2 Das Escolas da <i>Aula Palatina</i> às Escolas seguidas por Manuel de Sá | 74        |
| 4.2.1 Surgimento das Escolas entre gregos e romanos                          | 74        |
| 4.2.2 Surgimento das Escolas na Igreja católica                              | 76        |
| 4.2.3 <i>Escolas monacais: Regra de S. Bento</i>                             | 76        |
| 4.2.4 <i>Escolas estatais, gérmens das escolas do futuro</i>                 | 77        |
| 4.2.5 Escolas Episcopais Catedralícias (sécs. VII - XI)                      | 77        |
| 4.2.6 Colegiadas em Portugal                                                 | 78        |
| 4.2.7 A era dos Colégios                                                     | 80        |
| 4.2.8 Das universidades espontâneas às universidades actuais                 | 81        |
| 5 MANUEL DE SÁ: DE VILA DO CONDE À UNIVERSIDADE DE COIMBRA                   | 82        |
| 5.1 Uma Opção Religiosa: A Companhia de Jesus                                | 82        |
| <b>CAPÍTULO 2 – MANUEL DE SÁ EM ESPANHA</b>                                  | <b>89</b> |
| 1 EM VALÊNCIA                                                                | 91        |
| 1.1 O seu Noviciado                                                          | 91        |

|     |                                                                                  |            |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1.2 | Primeiros Estudos de Teologia                                                    | 92         |
| 2   | EM GANDIA                                                                        | 92         |
| 2.1 | A sua Docência                                                                   | 92         |
| 2.2 | O seu Mestrado em Artes                                                          | 93         |
| 2.3 | Membro do Conselho Universitário de Gandia                                       | 96         |
| 2.4 | Um Primeiro Retrato                                                              | 98         |
| 3   | COMPANHEIRO E CRONISTA DE FRANCISCO DE BORJA                                     | 99         |
| 3.1 | A caminho de Roma                                                                | 99         |
| 3.2 | Conselheiro na elaboração das Constituições Inacianas                            | 101        |
| 3.3 | Relator da Viagem de Regresso                                                    | 101        |
| 4   | EM ALCALÁ DE HENARES                                                             | 104        |
| 4.1 | A Universidade de Alcalá                                                         | 104        |
| 4.2 | Fundação do Colégio Jesuíta                                                      | 106        |
| 4.3 | Manuel de Sá em Alcalá de Henares                                                | 109        |
| 4.4 | Um Documento Discutível: Relação dos habitantes de Alcalá de Henares do ano 1549 | 109        |
| 5   | OUTROS DOCUMENTOS                                                                | 112        |
| 5.1 | Um documento ilustrativo                                                         | 112        |
| 5.2 | Manuel esteve em Alcalá de Henares                                               | 113        |
|     | <b>CAPÍTULO 3 – MANUEL DE SÁ EM ITÁLIA</b>                                       | <b>119</b> |
| 1   | EM ROMA                                                                          | 121        |
| 1.1 | Chegada e Primeiras Funções                                                      | 121        |
| 1.2 | Ordenação Sacerdotal                                                             | 124        |
| 1.3 | Doutoramento em Teologia e Prefeitura dos Estudos                                | 124        |
| 2   | TEÓLOGO E FILÓSOFO                                                               | 125        |
| 2.1 | Professor de Teologia Escolástica                                                | 125        |
| 2.2 | Presidente das <i>Conclusiones Theologicae</i>                                   | 128        |
| 3   | CONSELHEIRO DAS CONSTITUIÇÕES E RATIO STUDIORUM                                  | 129        |
| 3.1 | A nível geral                                                                    | 129        |
| 3.2 | A nível particular                                                               | 130        |
| 4   | PROFESSOR DE SAGRADA ESCRITURA, EM ROMA                                          | 131        |
| 5   | PROFESSOR DE ESCRITURA EM MILÃO (1573-1576)                                      | 134        |
| 6   | MEMBRO DE COMISSÕES DE REVISÃO E CORRECÇÃO DA BÍBLIA                             | 136        |
| 6.1 | Da Vulgata                                                                       | 136        |
| 6.2 | Da Vulgata pós-tridentina                                                        | 137        |
| 6.3 | Da <i>Septuaginta</i>                                                            | 140        |
| 6.4 | Estado do texto grego, ao longo dos tempos                                       | 142        |
| 7   | PROFESSOR DE TEOLOGIA MORAL                                                      | 144        |
| 8   | AUTOR DE UMA OBRA DE MORAL E DE DUAS DE EXEGESE BÍBLICA                          | 146        |
| 9   | CONTEMPLADO COM O DOM DO CONSELHO                                                | 146        |
| 9.1 | Conselheiro de Instituições                                                      | 146        |
| 9.2 | Fundador e Administrador de casas e colégios                                     | 147        |
| 9.3 | Visitador de Casas e Colégios.                                                   | 148        |
| 9.4 | Conselheiro de Indivíduos                                                        | 150        |

|       |                                                             |            |
|-------|-------------------------------------------------------------|------------|
| 10    | PREGADOR APRECIADO                                          | 152        |
| 10.1  | Pregador na Basílica de S. Pedro                            | 152        |
| 10.2  | Pregador do Papa e sua Corte                                | 153        |
| 11    | UMA DAS COLUNAS DA COMPANHIA DE JESUS                       | 154        |
| 12    | UM HOMEM DE SAÚDE FRÁGIL                                    | 155        |
| 12.1  | Em Valência                                                 | 155        |
| 12.2  | Em Roma                                                     | 156        |
| 12.3  | Em Arona                                                    | 158        |
| 13    | RESUMO E CONCLUSÃO                                          | 162        |
|       | Retrato Físico                                              | 163        |
|       | Retrato Psicológico                                         | 163        |
|       | Retrato (Perfil) de Exegeta                                 | 163        |
|       | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE 1</b>                | <b>166</b> |
|       | <b>PARTE 2: OBRA DE MANUEL DE SÁ</b>                        | <b>173</b> |
|       | <b>ÍNDICE DA PARTE 2</b>                                    | <b>174</b> |
|       | <b>CAPÍTULO 4 – <i>APHORISMI CONFESSARIORUM</i></b>         | <b>179</b> |
| 1     | PREÂMBULO                                                   | 181        |
| 2     | MÉTODOS AFORÍSTICOS NOS DIVERSOS CAMPOS DA CIÊNCIA          | 184        |
| 2.1   | Aforismos no campo da Medicina                              | 184        |
| 2.1.1 | Aforismos de Hipócrates                                     | 185        |
| 2.1.2 | Aforismos da Escola de Salerno (c 1010)                     | 187        |
| 2.1.3 | <i>Aforismos segundo Galeno de Moisés Ben Maimónides</i>    | 187        |
| 2.2   | No campo da Filosofia                                       | 189        |
| 2.2.1 | Aforismos de Arthur Schopenhauer (1788 - 1860)              | 189        |
| 2.2.2 | Aforismos de Urbigeros (1690)                               | 190        |
| 2.3   | No campo da Teologia Moral                                  | 192        |
| 3     | AFORISMOS DE MANUEL DE SÁ E AS SUAS MÚLTIPLAS EDIÇÕES       | 192        |
| 3.1   | As primeiras edições                                        | 192        |
| 3.2   | Fase das edições emendadas                                  | 194        |
| 3.3   | Fase das Edições Expurgadas e a Releção para o <i>Index</i> | 194        |
| 4     | AFORISMOS SOB A CENSURA DOS PODERES CIVIS                   | 195        |
| 4.1   | Em França                                                   | 196        |
| 4.2   | Em Portugal                                                 | 196        |
| 5     | SINOPSE DAS VÁRIAS ETAPAS DAS EDIÇÕES                       | 201        |
| 6     | AS TRADUÇÕES DOS AFORISMOS                                  | 203        |
| 6.1   | As Traduções de Rouen e Paris                               | 203        |
| 6.2   | A Traduções de Lyon                                         | 204        |
| 6.3   | Razão da tradução de Lyon                                   | 204        |
| 7     | SUA COMPOSIÇÃO: ORGANIZAÇÃO E MÉTODO                        | 205        |
| 8     | SINOPSE DO PRIMEIRO FÓLIO                                   | 206        |
| 8.1   | Conclusões do 1º Folio                                      | 207        |

|        |                                                           |            |
|--------|-----------------------------------------------------------|------------|
| 8.1.1  | Semelhanças                                               | 207        |
| 8.1.2  | Diferenças                                                | 207        |
| 9      | SINOPSE DO 2º FÓLIO                                       | 208        |
| 9.1    | Conclusões sobre o 2º Folio                               | 209        |
| 9.1.1  | Semelhanças                                               | 209        |
| 9.1.2  | Diferenças                                                | 209        |
| 10     | SINOPSE DO 3º E 4º FÓLIOS                                 | 210        |
| 10.1   | Conclusões sobre o 3º Fólio:                              | 212        |
| 10.1.1 | Semelhanças                                               | 212        |
| 10.1.2 | Diferenças                                                | 212        |
| 11     | AUTORIDADE E GÊNIO DESTA OBRA                             | 215        |
| 11.1   | Valor intrínseco                                          | 215        |
| 11.2   | Valor extrínseco                                          | 216        |
| 12     | DOTES LITERÁRIOS E DOUTRINAIS DE MANUEL DE SÁ             | 219        |
|        | <b>CAPÍTULO 5 – SCHOLIA IN QUATUOR EVANGELIA</b>          | <b>221</b> |
| 1      | PREÂMBULO: MÉTODOS EXEGÉTICOS AO LONGO DOS TEMPOS         | 223        |
| 1.1    | Introdução aos termos                                     | 223        |
| 1.2    | Métodos exegéticos                                        | 223        |
| 1.3    | Hermenêutica                                              | 224        |
| 1.4    | Noemática                                                 | 225        |
| 1.5    | Exegese                                                   | 225        |
| 1.6    | Filologia                                                 | 225        |
| 2      | FASES DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA                            | 226        |
| 2.1    | Até Filão de Alexandria                                   | 226        |
| 2.2    | Dos <i>Targumim</i> aos <i>Scholia</i> e Cadeias          | 228        |
| 2.2.1  | Os <i>Targumim</i>                                        | 228        |
| 2.2.2  | Finalidade e desenvolvimento dos <i>Targumim</i>          | 229        |
| 2.2.3  | A <i>Masora</i>                                           | 232        |
| 3      | ESCOLHOS E CADEIAS                                        | 233        |
| 3.1    | Terminologia de <i>Scholia</i>                            | 233        |
| 3.2    | Elementos Metodológicos dos <i>Scholia</i>                | 234        |
| 3.3    | História dos <i>Scholia</i>                               | 235        |
| 3.4    | <i>Scholia</i> aos autores clássicos gregos               | 235        |
| 3.5    | <i>Scholia</i> a Obras Jurídicas: <i>Digeste</i>          | 236        |
| 4      | CADEIAS (CATENAE)                                         | 237        |
| 4.1    | Terminologia                                              | 237        |
| 4.2    | Cadeias Marginais ( <i>Rahmencatene</i> )                 | 238        |
| 4.3    | Cadeias de longas linhas ( <i>Breitkatene</i> )           | 239        |
| 4.4    | Cadeias a duas Colunas                                    | 239        |
| 4.5    | O Texto Bíblico nas Cadeias                               | 240        |
| 4.5.1  | Divisão                                                   | 240        |
| 4.5.2  | Siglas                                                    | 241        |
| 4.5.3  | Finalidade das Cadeias                                    | 242        |
| 4.5.4  | Época das Cadeias Bíblicas, Glosas e das <i>Postillae</i> | 243        |
| 5      | ANÁLISE DOS ESCOLHOS DE MANUEL DE SÁ                      | 247        |



|       |                                                                 |            |
|-------|-----------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1   | A Obra e a Metodologia                                          | 247        |
| 5.2   | Dedicatórias                                                    | 253        |
| 5.3   | O Texto Bíblico                                                 | 253        |
| 5.4   | Cânones utilizados nos Escolhos e suas respectivas secções      | 255        |
| 5.5   | Numeração e divisão de Manuel de Sá                             | 257        |
| 6     | FORMALIDADES                                                    | 258        |
| 6.1   | Aprovação                                                       | 258        |
| 6.2   | Privilégio <i>Cesareo</i> ou Imperial                           | 258        |
| 6.3   | Privilégio Real                                                 | 259        |
| 7     | EDIÇÃO                                                          | 259        |
| 7.1   | Finalidade e Ocasão                                             | 259        |
| 7.2   | O Texto preparado em 1574                                       | 261        |
| 7.3   | Texto editado apenas em 1596. Porquê?                           | 264        |
| 7.3.1 | Período 1564 a 1574                                             | 265        |
| 7.3.2 | Condenação dos erros de <i>Micahel Baius</i> da parte da Igreja | 267        |
| 7.3.3 | Período do choque de jurisdições entre Pio V e Filipe II        | 267        |
| 7.3.4 | Perseguição contra os Jesuítas                                  | 268        |
| 7.4   | Obras de Biblistas Jesuítas (1561 (?) - 1623)                   | 272        |
| 7.5   | Alcance das suas Edições                                        | 273        |
| 8     | A SUA UTILIDADE PARA A COMPANHIA                                | 274        |
| 8.1   | O que estava em uso                                             | 274        |
| 8.2   | Conclusão: utilidade e valor                                    | 280        |
|       | <b>CAPITULO 6 – NOTATIONES IN TOTAM SCRIPTURAM SACRAM</b>       | <b>285</b> |
| 1     | PREÂMBULO: NOÇÃO DE COMENTÁRIO BÍBLICO                          | 287        |
| 2     | EXAME EXTERNO DA OBRA                                           | 288        |
| 2.1   | Título                                                          | 288        |
| 2.2   | Autor                                                           | 290        |
| 2.3   | Data e Editora                                                  | 290        |
| 3     | OUTROS DADOS                                                    | 291        |
| 3.1   | Introdução                                                      | 291        |
| 3.2   | <i>Oratio Auctoris ad Christum</i>                              | 291        |
| 3.3   | <i>Auctor Lectori</i>                                           | 292        |
| 3.4   | <i>Notationum harum commoda</i>                                 | 292        |
| 3.5   | <i>Responsio ad Obiectiones</i>                                 | 295        |
| 3.6   | <i>Ordo Librorum Veteris Testamenti</i>                         | 297        |
| 3.7   | <i>Approbatio</i>                                               | 298        |
| 4     | UMA RESPOSTA CONCRETA ÀS EXIGÊNCIAS DO TEMPO                    | 298        |
| 4.1   | Às exigências do Concílio de Trento                             | 298        |
| 4.2   | Tarefa e método dos Jesuítas frente aos Protestantes            | 299        |
| 4.3   | O Concílio Tridentino e os Livros Canónicos da Bíblia           | 302        |
| 4.4   | O Concílio de Trento em Relação às Versões                      | 303        |
| 4.5   | O Concílio de Trento e a Interpretação da Escritura             | 304        |
| 4.6   | O Concílio de Trento e as Publicações                           | 304        |
| 5     | INCURSÃO NA OBRA                                                | 305        |
| 5.1   | Uma Síntese da doutrina exegética do tempo                      | 305        |
| 5.2   | Método                                                          | 306        |

|       |                                                                                                 |            |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.2.1 | Acerca do título e Autor de cada Livro Bíblico                                                  | 306        |
| 5.2.2 | Acerca das Referências                                                                          | 307        |
| 5.2.3 | Exemplos de Autoridades utilizadas por Manuel de Sá                                             | 308        |
| 5.3.4 | Inconvenientes na Impressão                                                                     | 310        |
| 6     | DISTRIBUIÇÃO DOS FÓLIOS                                                                         | 312        |
| 6.1   | Sistema de Abreviaturas                                                                         | 313        |
| 6.2   | Novidades                                                                                       | 315        |
| 7     | ORIGEM E FINALIDADE DA OBRA                                                                     | 316        |
| 7.1   | Origem                                                                                          | 316        |
| 7.2   | Finalidade                                                                                      | 316        |
| 8     | VALOR DESTA OBRA                                                                                | 317        |
| 8.1   | Faz parte de Obra Monumental de Exegese da Colecção <i>Biblia Sacra</i>                         | 317        |
| 8.2   | Dos Comentários da Colecção MIGNE                                                               | 318        |
| 9     | ILAÇÕES/CONCLUSÕES                                                                              | 319        |
| 9.1   | Sábio                                                                                           | 319        |
| 9.2   | Antropagogo                                                                                     | 319        |
| 9.3   | Metodólogo                                                                                      | 319        |
|       | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE 2</b>                                                    | <b>321</b> |
|       | <b>PARTE 3: CONTRIBUIÇÃO DE MANUEL DE SÁ NOS CAMPOS RELIGIOSO, SOCIOPOLÍTICO E EDUCATCIONAL</b> | <b>329</b> |
|       | <b>ÍNDICE DA PARTE 3</b>                                                                        | <b>331</b> |
|       | <b>CAPÍTULO 7 – ACÇÃO DE MANUEL DE SÁ NO CAMPO RELIGIOSO</b>                                    | <b>335</b> |
| 1     | NA ÁREA DA TEOLOGIA MORAL                                                                       | 337        |
| 1.1   | Doutrina do probabilismo                                                                        | 337        |
| 1.2   | Na doutrina a respeito da confissão                                                             | 337        |
| 2     | NA ÁREA DA EXEGESE BÍBLICA                                                                      | 338        |
| 2.1   | Revisor dos textos Sacros                                                                       | 338        |
| 2.2   | Autor de duas obras de exegese bíblica                                                          | 339        |
| 2.3   | Pioneiro do Método Histórico-crítico                                                            | 339        |
| 2.3.1 | Utiliza, em grande escala, a análise filológica                                                 | 339        |
| 2.3.2 | Utiliza o esclarecimento da História e da Geografia                                             | 340        |
| 2.3.3 | Confronta a Vulgata com outras fontes                                                           | 342        |
| 2.3.4 | Recorre aos lugares paralelos                                                                   | 342        |
| 2.4   | Co-autor de duas obras de 28 volumes cada uma                                                   | 343        |
| 2.4.1 | Da Colecção <i>Biblia Sacra</i> ...                                                             | 343        |
| 2.4.2 | Dos Comentários da Colecção MIGNE                                                               | 344        |
| 3     | NA ÁREA DA METODOLOGIA                                                                          | 345        |
| 3.1   | Entendimento da terminologia: Método e metodologia                                              | 345        |
| 3.2   | Metodologia de Manuel de Sá                                                                     | 346        |
| 3.3   | Homem de experiência a ser seguido                                                              | 348        |
| 3.3.1 | Envolvido na elaboração da <i>Ratio Studiorum</i>                                               | 348        |
| 3.3.2 | Promulgação e Princípios gerais da <i>Ratio Studiorum</i>                                       | 350        |
| 3.3.3 | Técnicas e Procedimentos                                                                        | 351        |
| 4     | NA ÁREA DA ANTROPAGOGIA                                                                         | 353        |
| 4.1   | Antropagogia e Pedagogia                                                                        | 353        |

|       |                                                                              |            |
|-------|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.2   | Antropagogia de Manuel de Sá                                                 | 355        |
| 4.2.1 | Fim do ensino jesuítico                                                      | 355        |
| 4.2.2 | Fim da <i>Ratio Studiorum</i>                                                | 355        |
| 4.2.3 | Fim das obras de Manuel de Sá                                                | 356        |
| 5     | NA ÁREA DO MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE                            | 357        |
| 5.1   | Um Diásporo num país de diásporas                                            | 357        |
| 5.2   | Um pioneiro da interculturalidade                                            | 364        |
| 5.3   | Um paradigma da Interdisciplinaridade                                        | 367        |
|       | <b>CAPÍTULO 8 – ACÇÃO DE MANUEL SÁ NO CAMPO SOCIOPOLÍTICO</b>                | <b>369</b> |
| 1     | COM OS DIÁSPOROS JUDEUS                                                      | 371        |
| 1.1   | Preâmbulo                                                                    | 371        |
| 1.2.  | Diásporas judaicas: focos transnacionais de interculturalidade               | 371        |
| 1.2.1 | Da divisão das Tribos de Israel à deportação de Sargão II                    | 371        |
| 1.2.2 | Deportação de Nabucodonosor                                                  | 372        |
| 1.2.3 | O Regresso após o Édito de Ciro o Grande                                     | 373        |
| 1.2.4 | Período grego: de Alexandre Magno a Antíoco IV o Epifanes                    | 374        |
| 1.2.5 | Período Macabaico                                                            | 376        |
| 1.2.6 | Período Asmoneu                                                              | 376        |
| 1.2.7 | 1º Período Romano: de Scaurus a Cássius Longinus (65-53a. C.)                | 377        |
| 1.2.8 | 2º Período romano: de Longinus (53 a. C.) a Calígula (41 d.C.)               | 379        |
| 1.2.9 | 3º Período romano: de Vespasiano a Tito (66 -70 d.C).                        | 381        |
| 1.2.1 | 4º Período Romano: de Trajano a Adriano (115 -135.)                          | 383        |
| 1.3   | Diásporas Judias à chegada de Cristo                                         | 384        |
| 1.4   | Particularidade dos Judeus da Europa do I - XVI séculos                      | 387        |
| 1.4.1 | De Tibério Cláudio (41 - 55) a <i>Philostratus</i> (c.170 - c.247)           | 387        |
| 1.4.2 | Perseguições cristãs: de 468 à bula de Gregório IX (1231)                    | 389        |
| 1.4.3 | Consequências após a bula de Gregório IX em 1231                             | 391        |
| 1.4.4 | Perseguições na Península Ibérica                                            | 393        |
| 1.5   | Diáspora Judaico-Luso-Espanhola:                                             | 399        |
| 1.5.1 | Encontro privilegiado de culturas                                            | 399        |
| 1.5.2 | Do choque entre culturas à Interculturalidade                                | 403        |
| 2     | MANUEL DE SÁ FACE AOS PODERES POLÍTICOS E RELIGIOSO                          | 404        |
| 2.1   | Preâmbulo                                                                    | 404        |
| 2.2   | Contra o autoritarismo e mando tirânicos                                     | 406        |
| 2.3   | Aforismos sobre o Príncipe (texto original e tradução)                       | 409        |
| 2.4   | Aforismo sobre o Tirano                                                      | 411        |
| 2.5   | Contra a intolerância relativa à religião e cultura das minorias étnicas     | 414        |
| 2.6   | Atitude intercultural de Manuel de Sá                                        | 419        |
| 3     | CONCLUSÃO DO OITAVO CAPÍTULO                                                 | 423        |
|       | <b>CAPÍTULO 9 – ACÇÃO DE MANUEL DE SÁ NO CAMPO EDUCACION</b>                 | <b>425</b> |
| 1     | PREÂMBULO                                                                    | 427        |
| 2     | ASPECTO PEDAGÓGICO E METODOLÓGICO DA <i>RATIO STUDIORUM</i>                  | 428        |
| 2.1   | Um longo percurso percorrido e seus fundamentos                              | 428        |
| 2.2   | Sinopse entre o <i>Modus Parisiensis</i> e o <i>Modus Italicus</i>           | 429        |
| 2.3   | Regras da <i>Ratio atque Institutio studiorum Societatis Iesu</i> (Ed. 1876) | 432        |
| 3     | QUALIDADES E OBRIGAÇÕES DOS PROFESSORES                                      | 435        |
| 3.1   | Preparação profunda                                                          | 435        |

|     |                                                                 |            |
|-----|-----------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2 | Actualização (Investigação contínua)                            | 436        |
| 3.3 | Responsabilidade e Interesse pelo bem dos alunos                | 437        |
| 3.4 | Promoção dos bons costumes                                      | 437        |
| 3.5 | Cuidado da Disciplina                                           | 437        |
| 3.6 | Respeito pelos alunos                                           | 438        |
| 3.7 | Uniformidade e vigilância quanto ao modo de ensinar             | 438        |
| 4   | QUALIDADES E OBRIGAÇÕES DOS ALUNOS                              | 439        |
| 4.1 | Aceitação das regras estabelecidas                              | 439        |
| 4.2 | Assiduidade, diligência e silêncio                              | 441        |
| 4.3 | Más companhias                                                  | 442        |
| 4.4 | Auto-estima                                                     | 443        |
| 4.5 | Estudo                                                          | 443        |
| 4.6 | Objectivo(s) bem definido(s)                                    | 444        |
| 4.7 | Entreajuda                                                      | 444        |
| 4.8 | Avaliação consoante as capacidades de cada um                   | 445        |
| 4.9 | Concessão de prémios e promoção do estímulo                     | 445        |
| 5   | FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES POR PARTE DA ESCOLA                        | 446        |
| 5.1 | Proporcionar um ambiente propício ao estudo                     | 446        |
| 5.2 | Ordem de estudos realista                                       | 446        |
| 5.3 | Actividades extracurriculares                                   | 448        |
| 5.4 | Reconhecimento                                                  | 450        |
| 6   | NO QUE RESPEITA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL                        | 451        |
| 6.1 | A aceitação e respeito pelo princípio da alteridade             | 451        |
| 6.2 | Aceitação e Respeito pelas pessoas de outras culturas           | 451        |
| 6.3 | Defesa dos direitos e deveres dos indivíduos de outras culturas | 452        |
| 6.4 | Luta pela justiça social e por políticas isentas                | 452        |
| 7   | NO QUE RESPEITA AOS VALARES HUMANOS                             | 452        |
| 7.1 | A solicitude                                                    | 452        |
| 7.2 | A frontalidade                                                  | 452        |
| 7.3 | A firmeza e flexibilidade                                       | 452        |
| 7.4 | A responsabilidade                                              | 453        |
| 8   | MANUEL DE SÁ: GARANTE DA EDUCAÇÃO SEMPRE RENOVADA               | 454        |
| 8.1 | Uma educação ao longo de toda a vida                            | 454        |
| 8.2 | Trabalho em grupo e fomento da interdisciplinaridade            | 456        |
| 9   | MANUEL DE SÁ: A EDUCAÇÃO E A LUTA CONTRA A EXCLUSÃO             | 459        |
|     | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE 3</b>                    | <b>461</b> |
|     | <b>CONCLUSÃO GERAL</b>                                          | <b>469</b> |
|     | <b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b>                                       | <b>477</b> |
|     | <b>ANEXOS</b>                                                   | <b>505</b> |
|     | ANEXO 1 – JURAMENTO DE HIPÓCRATES                               | 507        |
|     | ANEXO 2 – DECRETO DE ALHAMBRA                                   | 511        |
|     | ANEXO 3 – DECRETO DE D. MANUEL O VENTUROSO                      | 519        |

## ABREVIATURAS

## ABREVIATURAS

### 1 - Gerais

|                     |                                                                                                                                     |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| art.                | artigo                                                                                                                              |
| <i>Borgia</i>       | <i>Sanctus Franciscus Borgia</i>                                                                                                    |
| <i>BullTau</i>      | <i>Bullarium, Diplomatum et Privilegiorum Romanorum Pontificum Taurinensis editio. Turín: ed. G. Tomassetti, 1857.</i>              |
| cap.                | capítulo                                                                                                                            |
| cit.                | citação                                                                                                                             |
| cód.                | código                                                                                                                              |
| col.                | colecção                                                                                                                            |
| Col.                | Coluna                                                                                                                              |
| ed.                 | edição                                                                                                                              |
| ep.                 | <i>Epistola</i>                                                                                                                     |
| epp.                | <i>Epistolae</i>                                                                                                                    |
| <i>Epp. Mixt</i>    | <i>Epistolae Mixtae, ex variis Europae locis, ab anno 1537.</i>                                                                     |
| <i>Epp. Nadal</i>   | <i>Epistolae P. Hieronymi Nadal(Natalis) Societatis Iesu, ab anno 1546 ad 1577 I-IV. Matriti; (1898-1901).</i>                      |
| <i>Epp. Rodrici</i> | <i>Epistolae Broëti Rodericii Eppistolae Paschasii Broëti, Claudii Jaji, Ioannis. Codurii et Simonis Rodericii Societatiis Iesu</i> |
| <i>Epp. Salm.</i>   | <i>Epistolae P. Alphonsi Salmeronis Societatis Iesu I-II.</i>                                                                       |
| <i>Epp. Xav.</i>    | <i>Epistolae S. Francisci Savierii aliaque eius scripta I-II.</i>                                                                   |
| <i>Fabri Mon..</i>  | <i>Monumenta Beati Petri Fabri, primi sacerdotis e Societatis Iesu epistolae. Momoriale et Processus. Matriti.</i>                  |
| fl.                 | fólio                                                                                                                               |
| Ibidem              | mesmo autor, livro e página                                                                                                         |
| Idem                | mesmo autor e livro, mas página diferente                                                                                           |
| <i>Lainii Mon.</i>  | <i>Lainii Monumenta</i>                                                                                                             |
| <i>Litt. Quadr.</i> | <i>Litterae Quadrimestres</i>                                                                                                       |
| liv.                | livro                                                                                                                               |
| <i>MI Const.</i>    | <i>Monumenta Ignatiana. Series tertia. Constituciones et Regulae Societatis Iesu</i>                                                |
| <i>MI Epp.</i>      | <i>Monumenta Ignatiana. Séries primam. Sancti Ignatii de Loyola Espistolae et Instructiones I-XII.</i>                              |
| <i>MI Ex.</i>       | <i>Monumenta Ignatiana Exercitia spiritualia</i>                                                                                    |
| <i>MI F. narr.</i>  | <i>Monumenta Ignatiana: Fontes Narrativi</i>                                                                                        |
| <i>MI Reg.</i>      | <i>Monumenta Ignatiana: Regulae Societatis Iesu 81540-1556)</i>                                                                     |
| <i>MPed S.I.</i>    | <i>Monumenta Paedagogica Societatis Iesu</i>                                                                                        |
| ms.                 | manuscrito                                                                                                                          |
| n.                  | número                                                                                                                              |
| p.                  | página                                                                                                                              |
| pp.                 | páginas                                                                                                                             |
| pub.                | publicação                                                                                                                          |

|          |                                         |
|----------|-----------------------------------------|
| res.     | reservados                              |
| rs.      | retro e verso                           |
| s/d      | sem data                                |
| S.I.     | <i>Societas Iesu</i>                    |
| s.v.     | sub você (sob o nome ou palavra)        |
| tít.     | título                                  |
| títs.    | títulos                                 |
| Tom (T.) | Tomo                                    |
| v.       | verso                                   |
| v.g.     | <i>verbi gratia</i> , por exemplo       |
| vat. gr. | manuscrito grego conservado no Vaticano |
| vol.     | volume                                  |
| Vlg (Vg) | Vulgata                                 |

## 2 - Dos 73 Livros da Bíblia em ordem alfabética (Assinalamos com (AT) os livros do Antigo Testamento)

|       |                                                  |
|-------|--------------------------------------------------|
| Abd.  | Profecia de Abdias (AT)                          |
| Act.  | Actos dos Apóstolos                              |
| Ag.   | Profecia de Ageu (AT)                            |
| Am.   | Profecia de Amos (AT)                            |
| Ap.   | Apocalipse                                       |
| Bar.  | Profecia de Baruc (AT)                           |
| Cant. | Cântico dos Cânticos (AT)                        |
| Col.  | Epístola de São Paulo aos Colossenses            |
| Dan.  | Profecia de Daniel (AT)                          |
| Dt.   | Livro do Deuteronômio ou 5º Livro de Moisés (AT) |
| Ecle. | Eclesiastes (AT)                                 |
| Ecli. | Eclesiástico (ou Sirácides) (AT)                 |
| Ef.   | Epístola de S. Paulo aos Efésios                 |
| Esd.  | Livro de Esdras (1º livro de Esdras) (AT)        |
| Est.  | Livro de Ester (AT)                              |
| Ex.   | Livro do Êxodo (AT)                              |
| Ez.   | Profecia de Ezequiel (AT)                        |
| Fil.  | Epístola de São Paulo aos Filipenses             |
| Flm.  | Epístola de São Paulo a Filémon                  |
| Gal.  | Epístola de São Paulo aos Gálatas                |
| Gn.   | Livro de Gênesis (AT)                            |
| Hab.  | Profecia de Habacuc (AT)                         |
| Heb.  | Epístola de S. Paulo aos Hebreus                 |
| Is.   | Profecia de Isaías                               |
| Jdt.  | Livro de Judite(AT)                              |
| Jer.  | Profecia de Jeremias (AT)                        |
| Jl.   | Profecia de Joel (AT)                            |
| Jn.   | Profecia de Jonas (AT)                           |
| Jo.   | Evangelho segundo São João Evangelista           |
| Job.  | Livro de Job (AT)                                |
| Jos.  | Livro de Josué (AT)                              |

|       |                                                        |
|-------|--------------------------------------------------------|
| Jud.  | Epístola Católica de São Judas Tadeu                   |
| Jz.   | Livro dos Juízes (AT)                                  |
| Lam.  | Lamentações de Jeremias (AT)                           |
| Lc.   | Evangelho segundo São Lucas                            |
| Lv.   | Livro do Levítico (AT)                                 |
| Mal.  | Profecia de Malaquias (AT)                             |
| Mc.   | Evangelho segundo São Marcos                           |
| Miq.  | Profecia de Miqueias (AT)                              |
| Mt.   | Evangelho segundo São Mateus                           |
| Na.   | Profecia de Naum (AT)                                  |
| Ne.   | Livro de Neemias (2º Livro de Esdras) (AT)             |
| Nm.   | Livro dos Números (AT)                                 |
| Os.   | Profecia de Oseias (AT)                                |
| Prov. | Livro dos Provérbios (AT)                              |
| Rom.  | Epístola de São Paulo aos Romanos                      |
| Rut.  | Livro de Rute (AT)                                     |
| Sab.  | Livro da Sabedoria (AT)                                |
| Sl.   | Livro dos Salmos (AT)                                  |
| Sof.  | Profecia de Sofonias (AT)                              |
| Tgo.  | Epístola Católica de São Tiago                         |
| Tit.  | Epístola de São Paulo a Tito                           |
| Tob.  | Livro de Tobias (AT)                                   |
| Zac.  | Profecia de Zacarias (AT)                              |
| 1Cor. | 1ª Epístola de São Paulo aos Coríntios                 |
| 1Cr.  | 1º Livro das Crônicas (AT)                             |
| 1Jo.  | 1ª Epístola de São João Evangelista                    |
| Mac.  | 1º Livro dos Macabeus (AT)                             |
| 1Ped. | 1ª Epístola de São Pedro                               |
| 1Rs.  | 1º Livro dos Reis (3º dos Reis segundo a Vulgata) (AT) |
| 1Sam. | 1º Livro de Samuel (1º Reis segundo a Vulgata) (AT)    |
| 1Tes. | 1ª Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses           |
| 1Tim. | 1ª Epístola de São Paulo a Timóteo                     |
| 2Cor. | 2ª Epístola de São Paulo aos Coríntios                 |
| 2Cr.  | 2º Livro das Crônicas (AT)                             |
| 2Jo.  | 2ª Epístola de São João Evangelista                    |
| 2Mac. | 2º Livro dos Macabeus (AT)                             |
| 2Ped. | 2ª Epístola de São Pedro                               |
| 2Rs.  | 2º Livro dos Reis (4º dos Reis segundo a Vulgata) (AT) |
| 2Sam. | 2º Livro de Samuel (2º Reis segundo a Vulgata) (AT)    |
| 2Tes. | 2ª Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses           |
| 2Tim. | 2ª Epístola de São Paulo a Timóteo                     |
| 3Jo.  | 3ª Epístola de São João Evangelista.                   |

### 3 - Exemplo de citação de um livro bíblico:

|                  |                                                               |
|------------------|---------------------------------------------------------------|
| Mt., 4,1         | Evangelho de São Mateus, capítulo 4, versículo 1;             |
| 2Tim., 3,1-5     | 2ª Carta de São Paulo a Timóteo, capítulo 3, versículos 1 a5; |
| Tob., 8, 1, 4, 6 | Livro de Tobias, capítulo 8, versículos 1, 4 e 6;             |
| 3Jo., 7          | 3ª Carta de São João Evangelista, versículo 7.                |

## SIGLAS

### 1 - Gerais

|        |                                                                                                                      |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AAVV   | Autores vários                                                                                                       |
| ACIME  | Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas                                                                |
| AGPG   | <i>Analecta Gregoriana curae Pontificiae Gregorianae</i>                                                             |
| AGS    | Archivo General de Simancas                                                                                          |
| AHSI   | <i>Archivum Historicum Societatis Iesu</i>                                                                           |
| AHP    | Archivo Histórico Português                                                                                          |
| ANTT   | Arquivo Nacional da Torre do Tombo                                                                                   |
| ARSI   | <i>Archivum Romanum Societatis Iesu</i>                                                                              |
| BAC    | Biblioteca de Autores Cristãos                                                                                       |
| BHNHS  | Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum                                                                  |
| BNL    | Biblioteca Nacional de Lisboa                                                                                        |
| BNM    | Biblioteca Nacional de Madrid                                                                                        |
| BSV    | <i>Bíblia Sacra Vulgatae</i>                                                                                         |
| BPE    | Biblioteca Pública Municipal do Porto                                                                                |
| CC     | Corpo Cronológico                                                                                                    |
| CdIC   | <i>Codex Iuris Canonici Pii X Pontificis Maximi iussu digestus, Benedicti Papae XV auctoritate Promulgatus, 1933</i> |
| CT     | Concílio Tridentino                                                                                                  |
| DACL   | Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa                                     |
| DEB    | Departamento do Ensino Básico                                                                                        |
| DBS    | Dictionnaire de la Bible Supplément                                                                                  |
| EB     | <i>Enquiritium Biblicum</i>                                                                                          |
| ECCV   | Enciclopedia Cattolica, Città del Vaticano                                                                           |
| Ed.    | Editora                                                                                                              |
| ELBCV  | Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Ed. Verbo                                                                   |
| FD     | Fontes documentales de S. Iganatio, I tomo, (MHSI)                                                                   |
| FN     | <i>Fontes narrativi</i> de S. Ignatio                                                                                |
| GEPB   | Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1935-1960).                                                             |
| GRACOS | Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus                                                       |
| ISCSP  | Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas                                                                   |
| JB     | Jerusalem Bible                                                                                                      |
| MG     | Migne Grego (Patrologia Grega)                                                                                       |
| MHSI   | <i>Monumenta Histórica Societatis Iesu</i>                                                                           |
| MI     | <i>Monumenta Ignatiana</i>                                                                                           |
| ML     | Migne Latino (Patrologia Latina)                                                                                     |
| NDAT   | Núcleo de Documentação Abade de Tagilde                                                                              |
| OCDE   | Organisation de Coopération et de Développement Économique                                                           |
| OEDC   | Organization for Economic Co-operation and Development                                                               |



|       |                                                    |
|-------|----------------------------------------------------|
| PG    | <i>Patrologiae Cursus Completus. Series Graeca</i> |
| PL    | Patrologia Cursus Completus. Series Latina         |
| PO    | <i>Patrologia Orientalis</i>                       |
| RB    | Revista Bíblica                                    |
| RP    | Reverendo padre                                    |
| RR.PP | Reverendos Padres                                  |
| SDB   | Supplément aux Dictionnaires de la Bible           |
| TOB   | Traduction Œcuménique de la Bible                  |
| VDBS  | Vigouroux. Dictionnaire de la Bible Supplément     |

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

|               |                                                                  |     |
|---------------|------------------------------------------------------------------|-----|
| Ilustração 1  | Frontispício da Obra de Klefeker                                 | 87  |
| Ilustração 2  | Padrón de los vecinos de esta ciudad de Alcalá de Henares        | 111 |
| Ilustração 3  | Trajectos, obras e influências de Manuel de Sá                   | 165 |
| Ilustração 4  | Frontispício dos Aforismos de Hipócrates de Cós                  | 186 |
| Ilustração 5  | Frontispício dos Aforismos de Urbigeros                          | 191 |
| Ilustração 6  | Frontispício dos Aforismos de M. dá, edição Romana 1608          | 193 |
| Ilustração 7  | Nota manuscrita do Professor António Leite                       | 198 |
| Ilustração 8  | Uma página dum <i>Targum</i> da segunda metade do séc. XI d. C.  | 230 |
| Ilustração 9  | Manuscrito <i>Oxoniensis</i>                                     | 240 |
| Ilustração 10 | Exemplo da Cadeia Áurea de S. Tomás de Aquino                    | 244 |
| Ilustração 11 | <i>Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros</i>                  | 246 |
| Ilustração 12 | Frontispício dos <i>Scholia</i> da edição de 1596 (Antuérpia)    | 247 |
| Ilustração 13 | Exemplar dos Escolhos de Manuel de Sá a S. João, cap. 1          | 251 |
| Ilustração 14 | Exemplo da <i>Glosa Ordinária</i> de Wolfrid Strabon             | 252 |
| Ilustração 15 | Poliglota de Walton ou de Londres (1642                          | 279 |
| Ilustração 16 | São João, capítulo X, versículos 1 a 6                           | 283 |
| Ilustração 17 | Frontispício da Edição de 1601 das <i>Notationes</i> de M. de Sá | 289 |
| Ilustração 18 | Uma página da primeira Bíblia impressa                           | 312 |
| Ilustração 19 | O Cilindro de Ciro                                               | 374 |
| Ilustração 20 | Edição dos Aforismos de Manuel de Sá de 1600 (Lyon)              | 412 |
| Ilustração 21 | Edição ( <i>Turonibus</i> ) de 1876 da Ratio Studiorum           | 431 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|           |                                                                       |     |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1  | Sinopse da construção dos Mosteiros e Igrejas                         | 65  |
| Tabela 2  | Variação do ano de nascimento e dia de entrada na Sociedade de Jesus  | 85  |
| Tabela 3  | Tríplice retrato de Manuel de Sá                                      | 163 |
| Tabela 4  | Edições não expurgadas dos Aforismos de Manuel de Sá                  | 201 |
| Tabela 5  | Edições expurgadas dos Aforismos de Manuel de Sá                      | 202 |
| Tabela 6  | Sinopse do 1º fólio das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619)       | 206 |
| Tabela 7  | Sinopse do 2º fólio das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619)       | 208 |
| Tabela 8  | Sinopse do 3º e 4º fólhos das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619) | 210 |
| Tabela 9  | Os Dez cânones utilizados nos Escolhos e suas respectivas secções     | 255 |
| Tabela 10 | Períodos do Concílio Tridentino                                       | 265 |
| Tabela 11 | Períodos do Concílio Tridentino (cont.)                               | 266 |
| Tabela 12 | Obras dos seis primeiros Biblistas Jesuítas (1561 (?) -1623)          | 272 |
| Tabela 13 | Autoridades utilizadas por S. Tomás e por Manuel de Sá                | 282 |
| Tabela 14 | Exemplos de Frases e de Sentenças                                     | 295 |
| Tabela 15 | Comprovação de Passagens do (Livro) Génesis                           | 309 |
| Tabela 16 | Abreviaturas de Manuel de Sá                                          | 313 |
| Tabela 17 | Notas (Introduzidas) no seu texto                                     | 313 |
| Tabela 18 | Aforismos sobre o Príncipe                                            | 409 |
| Tabela 19 | Aforismos sobre o Tirano                                              | 411 |
| Tabela 20 | <i>Modus Parisiensis</i> e o <i>Modus Italicus</i>                    | 429 |
| Tabela 21 | <i>Regras da Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu</i>     | 432 |

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

|         |                                                                        |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1  | Réplica de uma Nau do séc. XVI em Vila do Conde                        | 50  |
| Foto 2  | Zona dos Antigos Estaleiros de Vila do Conde                           | 54  |
| Foto 3  | Estaleiros de Postiga e Feiteira                                       | 55  |
| Foto 4  | Almofada da arte de Bilros, em Vila do Conde                           | 58  |
| Foto 5  | Mosteiro de Santa Clara cujos inícios datam do ano 1318                | 63  |
| Foto 6  | Igreja Matriz de Vila do Conde com os seus anexos originais à esquerda | 66  |
| Foto 7  | Igreja Matriz de Vila do Conde na actualidade                          | 68  |
| Foto 8  | Aqueduto de Vila do Conde                                              | 74  |
| Foto 9  | Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães                    | 79  |
| Foto 10 | Colégio de Jesus em Coimbra numa foto antiga (sem data)                | 83  |
| Foto 11 | Praça e Câmara Municipal de Valência                                   | 91  |
| Foto 12 | Colégio/Universidade de Gandia no estado actual                        | 94  |
| Foto 13 | Le Saint Mars ou le Saint Clou, em Carpentras                          | 104 |
| Foto 14 | Aspecto do Colégio e Igreja dos Jesuítas, em Alcalá de Henares         | 109 |
| Foto 15 | Universidade de Alcalá (Colégio de St. Ildefonso)                      | 115 |
| Foto 16 | Praça em Alcalá de Henares                                             | 117 |
| Foto 17 | Colégio Romano, na Via Aracoeli                                        | 122 |
| Foto 18 | Igreja de St. André anexa ao Colégio Romano na Vila Aracoeli 1553      | 123 |
| Foto 19 | Universidade Gregoriana actual                                         | 146 |
| Foto 20 | Colégio Jesuíta em Arona – Itália (Hoje Sede do Município)             | 148 |
| Foto 21 | La Chiesa Collegiata della Natività di Maria de Arona                  | 160 |
| Foto 22 | Collegiata di Santa Maria – <i>la Cononica</i>                         | 161 |

## ÍNDICE DE MAPAS

|        |                                                                 |     |
|--------|-----------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1 | Freguesias do Concelho de Vila do Conde                         | 44  |
| Mapa 2 | Mapa da zona baixa do Lago Maior Piamonte no Nordeste de Itália | 159 |
| Mapa 3 | Expulsão dos judeus de Espanha após o Edito de Granada          | 396 |

## Introdução

### 1- Perspectiva sociocultural hodierna

*Inter insignes Societatis Iesu Theologos celebris  
vir fuit eloquentia et eruditione conspicuus*  
(Graveson 1717-1722. *Historia Ecclesiastica*.  
Tom. 7, p. 123).

(Entre os insignes Teólogos da Sociedade de  
Jesus foi um homem de conspícua eloquência e  
erudição).

No início deste milénio, o tempo é de grandes e permanentes desafios onde a globalização, a mundialização e a sociedade de informação se constituem como os grandes agentes transformadores.

Na Europa, onde cada vez mais se diluem as fronteiras, cria-se uma abertura à miscigenação das várias culturas justificada pelas diversas Diásporas. Portugal é um exemplo paradigmático onde a heterogeneidade populacional promove novas formas de reajustes sociais, onde grupos e indivíduos evoluem a velocidades diferentes. Esta heterogeneidade marcada pelas diferentes origens culturais, envolve uma Multiculturalidade que implica também uma Interculturalidade e Cidadania, que, por sua vez, condiciona o desenvolvimento individual social e a construção do destino comum, onde a educação desempenha um papel fulcral, apesar da escola ser muito questionada, mas, ao mesmo tempo, cada vez mais procurada.

A multiculturalidade/interculturalidade é, provavelmente, uma das questões de maior importância com a qual se defrontam os professores na actualidade e um dos maiores desafios da educação e, portanto, dos locais de aprendizagem, num contexto global de crescente diversidade. As sociedades são cada vez mais multiculturais, já que os movimentos migratórios têm situado no mesmo espaço pessoas de diferentes origens, o que obriga a que, no mundo actual, se perspetive todas estas questões de uma forma objectiva, compreendendo-se que o mundo vai assumindo novas configurações e que a perspectiva intercultural adquire cada vez mais relevância.

As mudanças sociais e culturais que se verificam nas sociedades actuais têm-se reflectido em todos os domínios do quotidiano e muito particularmente nos sistemas

educativos dos Estados, que, em face da pluriculturalidade, procuram dar resposta às necessidades educativas fundamentais, à educação ao longo da vida e à educação da população em geral, numa abertura aos valores de convivência cultural e da tolerância.

Nesta perspectiva, o pluralismo não é do tipo social, mas sim cultural. Novos discursos sobre currículos multiculturais interligam-se com os discursos sobre a construção das identidades locais e comunitárias. O multiculturalismo faz apelo a um pluralismo que encoraja uma inclusão que também exclui. Actualmente, mesmo nas reformas mais bem intencionadas, os professores devem ir até à comunidade, procurar inserir-se nelas, com o objectivo de conhecer melhor os seus alunos e famílias, tornar-se alvo da sua confiança ou, então conhecer aspectos do conhecimento comunitário que possam ser recuperados e integrados pela escola (Popkewitz e Bloch, 2000).

Essas mudanças culturais são particularmente notórias entre imigrantes e grupos étnicos minoritários, que se adaptam, ou se aculturam à cultura maioritária, enquanto preservam ou modificam alguns dos aspectos da sua própria. Esta estratégia parece ser a mais consentânea com a realidade migratória, pois, como diz Ramos (2004, p. 257):

*A migração implica a adaptação do indivíduo a uma cultura, língua, regras culturais e de funcionamento diferentes, a um novo meio, muitas vezes hostil, tendo o mesmo de atravessar diferentes etapas e desenvolver estratégias de adaptação que lhe permitam resolver as dificuldades relacionadas com a condição de imigrante, de que resultam diferentes modalidades de aculturação,*

exigindo, portanto, que a educação intercultural tenha de ser conceptualizada no espaço e no tempo.

Vem esta problemática a propósito do estudo que pretendemos fazer sobre Manuel de Sá, porque, apesar deste ter preenchido três quartos do século XVI, pois nasceu em 1530 e faleceu em 1596, enfrentou problemas idênticos respeitantes, sobretudo aos judeus e mouros que, já então, se sentiam imigrantes inferiorizados pelos grupos maioritários entre os quais se tinham refugiado, nomeadamente em Espanha, Portugal e Itália.

Este trabalho é uma pesquisa sobre um autor jesuíta do século XVI – Manuel de Sá – que viveu em tempos e espaços, onde a cultura dos grupos minoritários não era levada em conta, mas com as quais ele se preocupou profundamente, defendendo posições que

eram incómodas tanto aos poderes civis, como religiosos da época e sofrendo, por isso mesmo, represálias no que respeita à integridade de uma das suas obras.

E como a obra deste homem se diversifica em dois campos distintos, mas interligados – moral e exegese – antes de as analisarmos faremos um breve excursão sobre os diferentes métodos que foram utilizados nessas disciplinas até à sua época, de maneira a apreciarmos melhor as inovações por ele introduzidas nessas mesmas áreas.

Assim, antes da análise feita a cada um dos livros de que se compõe a obra global do nosso autor, situá-las-emos no contexto metodológico em que elas foram escritas, para depois, com a análise a que as sujeitaremos, concluir pela inovação introduzida pelo autor, ou, pura e simplesmente, pela continuação inalterável dos seus predecessores, salientando, num e noutro casos, doutrinas que tenham sido preponderantes no seu tempo e/ou que tenham tido repercussões nos tempos que se lhe seguiram.

Situando-nos nos estudos actuais, por exemplo da Bíblia, verificamos que muito têm variado os métodos exegéticos praticados desde os tempos dos Rabinos. No Ocidente, católicos e protestantes sobretudo, encetaram voos mais arriscados, sujeitando o texto bíblico a uma crítica centrada numa análise com recurso a textos e fontes exteriores ao próprio texto sacro e recorrendo à filologia, à história, à geografia e à comparação de outros textos e versões. Este procedimento encontra-se, na nossa opinião, já no século XVI, nas *Notationes in Totam Scripturam Sacram* do jesuíta Manuel de Sá cuja primeira edição, segundo Sommervogel (1890-1916, Tom. VII, Col.353), teve lugar em Antuérpia, em 1598, dois anos após a morte do seu autor (embora o Provincial da Sociedade de Jesus, Bernardino Rouxinol, tivesse dado a sua aprovação em 7 de Outubro de 1593 como dizemos no capítulo VI, nº 3.7), tendo um desenvolvimento mais aprofundado, no século XVIII, com o oratoriano Richard Simon na sua obra *Histoire Critique du Vieux Testament*, publicada, em Paris, em 1678 que, aliás, foi desaprovada pela Igreja Católica.

O avanço da investigação fez surgir nos séculos XIX-XX, dentro do protestantismo segundo (Neves, 2007, p. 15):

*o método histórico-crítico (...) corrente liberal nos estudos bíblicos, centrada sobretudo na Alemanha (...) na qual a Bíblia é estudada como literatura a partir das fontes bíblicas externas e internas que originaram cada livro e secção de*

*livro, utilizando-se nesse estudo a história, a filologia, a arqueologia, a história comparada das religiões, a sociologia.*

Nas últimas três décadas, porém, a exegese histórico-crítica, aplicada ao estudo da Bíblia perdeu o monopólio de que gozou durante mais de dois séculos, reinando, actualmente, um grande pluralismo metodológico, por quanto se estão aplicando todos os métodos que possam enriquecer o texto bíblico, tais como: análise retórica, as análises literárias, análise narrativa e, ultimamente, a análise semiótica, muito em voga em França. Enquanto o método histórico-crítico é, por definição, diacrónico, os métodos de tipo literário, sobretudo a semiótica, são sincrónicas, isto é, tomam o texto tal como ele existe, sem levar em conta a questão da sua génese, do sentido e da função que ele possa ter tido quando foi escrito. Por outro lado, esse pluralismo não conhece fronteiras culturais, religiosas ou confessionais. Os mesmos métodos, abordagens ou leituras são praticados por cristãos de todas as denominações, por judeus e até por agnósticos.

Estamos, portanto, dentro de um campo, onde todos os métodos ou processos que nos auxiliem na busca da amplitude da significação textual parecem legítimos, dando razão à metodologia de Manuel de Sá que, nas suas obras e nas suas exposições, se mostrou muito aberto nessa área, utilizando e excedendo os métodos canónicos do seu tempo.

## **2 - Objectivo**

O objectivo do nosso estudo incide, em primeiro lugar, sobre o interesse e importância em analisar a vida e obra de Manuel de Sá, onde se destaca o seu pioneirismo, tanto nos campos da justiça, liberdade religiosa, interculturalidade e cidadania, quanto na área do criticismo bíblico e da interdisciplinaridade. Em segundo lugar procura-se investigar a possibilidade de encontrar, na sua obra escrita e no seu modo de proceder, modelos que sejam susceptíveis de ser seguidos, ainda hoje, no nosso sistema educativo.

## **3 - Justificação da escolha do tema**

Fala-se muito, actualmente, da crise de valores, tidos como intocáveis, da avaliação dos alunos e escolas e, recentemente, da competência e avaliação dos próprios professores. Será que, em Manuel de Sá e na Ordem a que pertencia não encontraremos procedimentos semelhantes? Como é que eles eram desenvolvidos e aplicados e quais os resultados que daí advieram? Eis uma questão que nos colocámos e à qual procurámos dar uma resposta.



A nível interno e externo de cada Região, País e Continente a situação económica gera necessariamente uma mobilidade humana constante, instaurando-se, conseqüentemente, uma situação de multiculturalismo que, por sua vez, leva frequentemente à assimilação das culturas vindas do exterior e à incompreensão e menosprezo dos grupos minoritários, como se estes não possuíssem direitos relativos quer à cidadania e à justiça, quer à liberdade cultural e religiosa.

Tal situação, emergente, aliás, sempre que surgiram deslocções de grupos consideráveis, se, por um lado, provocou e continua a provocar choques ideológicos, religiosos, educacionais e económicos, por outro gerou *uma riqueza para o conjunto da sociedade* como bem o frisou Ramos (2007, pp. 367-368). Daqui a necessidade cada vez maior de valorizar todos os grupos culturais com a sua respectiva cultura, religião e costumes e de conceder-lhes tudo aquilo a que têm direito, como a identidade própria, o que supõe necessariamente o usufruto do direito à justiça, à educação, à cidadania e à conservação e valorização da sua religião, da sua cultura e das suas tradições, o que, em substância, constitui a verdadeira Interculturalidade.

Esta perspectiva se é, hoje, aceite na generalidade, nem sempre o foi no passado. No entanto, as migrações existiram desde os primórdios da humanidade. No decorrer dos tempos, salvo raras excepções e nos casos de guetos, os grupos minoritários sujeitavam-se à assimilação, ou à perseguição. Praticar ou falar de interculturalidade era anacrónico, mas o problema existiu e, entre nós, fez-se sentir com maior acuidade no tempo dos descobrimentos pelos quais se abriram portas nunca dantes conhecidas nem abertas. Encontrámo-nos com povos diferentes, tanto em relação à maneira de ser e agir, como à de adorar a divindade, à de olhar para o culto e ao desenvolvimento do intelecto. Esta descoberta, talvez mais importante do que a que foi feita sob o aspecto geográfico e económico, gerou laços indestrutíveis porque passou a unir o mundo sob o signo de uma cultura universal multifacetada.

Desta nova descoberta temos, embora veladamente, alguns dos nossos pensadores mais antigos, mas que pouco e poucas vezes se lhes fez referência. Por essa razão escolhemos a figura de Manuel de Sá por considerarmos que ele tem muito a ensinar-nos sob o ponto de vista da Multi/Interculturalidade. Apesar de não usar estes termos, ele procedeu neste campo conforme os seus requisitos: defendeu não só os direitos à justiça

e à cidadania, mas também a liberdade de culto e de pensamento dos grupos minoritários num período em que os Estados e a Igreja católica procuravam impor a unidade política e religiosa pela força da *sacralidade Inquisitorial*.

Possuindo nós poucos estudos na área da Multi/Interculturalidade que tenham sido dedicados a figuras históricas, decidimo-nos pela figura de Manuel de Sá porque, tendo nascido em Vila do Conde em 1530, estudado em Portugal, Espanha e Itália e ensinado nestes dois últimos países, conheceu bem e procurou defender os problemas de grupos minoritários – mouros e judeus – muito embora com risco da própria reputação intelectual e mesmo da sua própria vida.

Neste sentido fizemos um primeiro estudo sobre ele dedicado aos métodos histórico-críticos aplicados ao estudo da Bíblia que denominámos *Manuel de Sá: precursor do Método histórico-crítico* que apresentámos no segundo simpósio Luso-Espanhol realizado na Universidade Católica de Lisboa, em 1990 e que foi publicado na *Revista Didaskalia*, 1990, XX, pp. 125-142. Os nossos estudos continuaram com a defesa da dissertação de Mestrado na Universidade Aberta, no ano 2000, sob a orientação da Professora Doutora Natália Ramos, tendo sido subjugado ao tema *Manuel de Sá: Paradigma de Interculturalidade*

Presentemente, é nosso intento aprofundar a investigação sobre este mesmo autor de modo mais abrangente sob o título *Manuel de Sá: um Diásporo quinhentista português ao serviço da educação e da interculturalidade*, certos de que muito poderemos aprender no que diz respeito aos problemas da educação actual, tanto no que toca a transmissão de conhecimentos e aprendizagens, seja dos mais jovens, seja dos mais velhos, quanto no que se refere às competências interculturais e à transmissão dos conhecimentos, quer nas escolas, quer através de outras instituições e agentes educativos.

#### **4 - Metodologia**

A metodologia que escolhemos é a investigação documental/bibliográfica por ser esta a que melhor se coaduna com o tema escolhido, obrigando a um estudo que tenha em conta documentos escritos de um passado bem remoto, sejam eles primários, ou secundários, obrigando necessariamente a um procedimento *de pesquisa reflexivo e*

*sistemático, controlado e crítico* (Sousa 2005).

Como instrumentos de análise documental, utilizamos textos escritos pelo autor (cartas e obras) e principalmente cartas de autores coevos, no intuito de reconhecer a sua organização e estrutura e de interpretar as suas ideias e conceitos. Analisamos e reflectimos tanto sobre o significado, a importância e valor de cada documento em si, como também sobre as suas bases científicas, o seu rigor e a sua autenticidade. A análise interpretativa ou hermenêutica incide no significado que o autor quis exprimir, nos problemas que levantou, no modo como os estudou, nas conclusões a que chegou, na captação das ideias apresentadas, e, finalmente, na importância de que se revestem.

Quanto à avaliação desses documentos, utilizamos o duplo tipo: o da *avaliação externa*, através da qual verificamos a autenticidade do documento e algumas imprecisões que, por vezes, possam ser notadas e a avaliação interna pela qual analisamos, tanto a sua intenção e seu significado, quanto a validade dos seus dados, a isenção, desinteresse e independência do seu testemunho (Bell, 2002; Sousa, 2005).

Assim, pretendemos apresentar uma ordenação e análise dos dados, pormenorizando, justificando, comparando com posições teóricas opostas e, sobretudo, verificando se estas poderão constituir a resposta adequada ao problema que constituiu a nossa investigação, nomeadamente: sobre os elementos pedagógicos e metodológicos dos métodos utilizados por Manuel de Sá; sobre o modo como ele procedeu num mundo onde já existiam quer os problemas das minorias étnicas em diáspora, quer o despotismo dos poderes civis e religiosos. Dentro desta problemática afigura-se-nos pertinente a seguinte questão:

Que contributos prestou Manuel de Sá aos campos religioso, sócio-político, educacional e intercultural?

O âmbito desta problemática engloba três questões que consideramos, interligadas por relações ônticas e de complementaridade, que para Sousa (2005, p. 50) *são proposições conjecturais possíveis, lógicas e dedutivas, do que se pode esperar como resposta ao problema*, que passamos a enunciar.

Manuel de Sá desenvolveu no campo religioso uma acção preponderante numa época

que era caracterizada por graves problemas sob um tríplice plano: o da Reforma Protestante; o da Inquisição, intransigente quanto à aceitação do judaísmo e do islamismo; o da tirania ou dos governos desleixados (regimes que consideravam o poder como intocável e os súbditos como insignificantes). Estas três perspectivas serão abordadas, simultaneamente com as respostas que forem sendo dadas à questão inicial.

O método a seguir na nossa investigação desenvolve-se e apresenta-se sobre diversas perspectivas, embora interligadas. Desta forma utilizamos fontes apropriadas para cada uma delas.

Para a primeira parte que versa sobre a contextualização e vida de Manuel de Sá utilizamos, no primeiro caso, autores que dedicaram estudos ao contexto histórico da sua terra natal e, no segundo, servimo-nos das seguintes fontes: *Monumenta Histórica Societatis Iesu (MHSJ)* onde encontramos cartas suas e cartas pertencentes a várias personalidades que falam dele; obras de carácter histórico sobre a Sociedade de Jesus; monografias sobre outros autores que fazem referência à sua pessoa e obra; autores que falam do contexto social, político e religioso da sua vida e obra e, finalmente, as suas três obras.

Para o estudo do seu legado escrito que ocupa toda a segunda parte da nossa pesquisa, além das três obras de Manuel de Sá, cujas cópias possuímos, podendo consultá-las sempre que o desejarmos, servimo-nos do MHSJ; Dicionários Bíblicos e Teológicos; História Mundial da Educação; Introduções ao Novo e Antigo Testamentos; Métodos Exegéticos e Hermenêutica Bíblica de vários exegetas do passado e do presente.

Para a terceira parte que dedicamos tanto à apresentação dos contributos mais valiosos que consideramos terem sido dados por Manuel de Sá à sua geração, como à sua repercussão em várias gerações subsequentes. Servimo-nos, para isso: de autores clássicos que falam dos períodos da história judia, sob o ponto de vista persecutório (para melhor compreendermos e valorizarmos a acção e intrepidez de Manuel de Sá quando defendeu os judeus, num tempo e países que defendiam e utilizavam o Tribunal da Inquisição); da *Ratio Studiorum*; de obras sobre a génese, elaboração e promulgação desta mesma ordem de estudos para vermos a alma do programa de estudos que forjou uma Sociedade de Homens que se dedicaram a um ensino revolucionário e transnacional; e de obras modernas que são dedicadas às questões educacionais para

compararmos e avaliarmos a perenidade de certos princípios que foram por ele aplicados e transmitidos como portadores de novidades e de transformações substanciais, tanto nos campos do ensino religioso e profano, como nos campos social e político.

## **5 - Organização do estudo**

A apresentação do estudo está organizada em três partes, sendo cada uma desenvolvida simetricamente em três capítulos.

No que se refere à primeira parte, dedicada à vida de Manuel de Sá, contextualizamos, no primeiro capítulo, o percurso histórico da Terra que lhe serviu de berço, frisando: a sua origem e desenvolvimento até ao século XVI; a sua participação no comércio com os países da Europa; as indústrias do sal, da pesca, dos têxteis, dos *panos de breu* e da construção naval; a gesta dos descobrimento; o aparecimento e função dos mosteiros, especialmente o de Santa Clara e da sua Colegiada, instituição onde o nosso autor fez os seus primeiros estudos; a sua ida para Coimbra, onde fez o seu bacharelato em Artes e inscreveu o seu nome na Sociedade de Jesus que, recentemente, tinha chegado a esta cidade.

O segundo capítulo estuda o seu percurso em Espanha, onde, para além de ter feito o seu noviciado, começado os estudos de teologia e terminado o seu Mestrado em Artes, desempenhou as funções de Professor de Filosofia, de cronista e mestre particular, em Filosofia, de Francisco de Borja e de superior do Colégio dos Jesuítas em Alcalá de Henares.

No terceiro capítulo seguimos Manuel de Sá na última etapa da sua vida que se passou em Itália, onde exerceu as funções de professor de Teologia Escolástica e de Sagrada Escritura cujos palcos se dividiram entre Roma e Milão. Foi também neste terceiro período que ele escreveu, pelo menos cinco obras, restando delas apenas três, sendo sobre estas que incidirá o nosso estudo; foi também neste mesmo período que ele foi pregador e Penitenciário-Mor da Basílica de S. Pedro e fez parte das comissões criadas pelos Papas Pio V e Gregório XII para a revisão, tanto da Bíblia Vulgata, como da Versão dos Setenta, ou seja da Versão grega do Antigo Testamento.

Relativamente à segunda parte, dedicada à análise das três obras que chegaram até nós

veremos, no quarto capítulo, os *Aphorismi Confessariorum* (de carácter moral) que serão precedidos de um excursos sobre os métodos aforísticos quando colocados nos seus diversos campos (Medicina, Filosofia e Teologia), para, depois, nos referirmos à multiplicidade das suas edições e, bem assim, aos problemas que geraram, tanto na esfera religiosa católica, como na esfera civil (França, Espanha e Portugal) devido à sua doutrina que, por alguns autores, foi considerada errónea e contrária à sã doutrina católica, vindo, por isso, a ser colocada no índice dos livros proibidos.

No quinto capítulo, dedicado à primeira obra de carácter bíblico – os *Scholia in Quatuor Evangelia* – faremos uma breve resenha dos processos (métodos) que foram utilizados, ao longo dos tempos, na interpretação da Bíblia desde os métodos utilizados pelos rabinos da antiguidade. Passaremos, de seguida, àqueles que foram próprios aos Santos Padres da Igreja e dos intérpretes dos primeiros séculos do Cristianismo, para chegarmos ao tempo de Manuel de Sá que os seguiu e aperfeiçoou, abrindo-lhes novas perspectivas. Finalmente sujeitaremos a obra a uma análise sumária para vermos, não apenas a sua organização, finalidade, dificuldades e ocasião da primeira edição, mas também a sua utilidade e valor, sobretudo nas escolas e meios jesuítcos.

No capítulo sexto, dedicado à análise da obra mais extensa e mais perfeita de exegese chamada *Notationes in Totam Scripturam Sacram*, teremos oportunidade de examinar a obra, no que diz respeito à sua estrutura externa como: a ocasião, as chamadas de atenção do autor para o género, a brevidade, o modo de proceder, as novidades do seu trabalho, a disposição, a origem e finalidade, donde se tiram algumas ilações acerca da sabedoria, antropagogia e metodologia que atribuímos a Manuel de Sá.

Na terceira parte, dedicada à sinalização de alguns contributos que o nosso autor deixou nos campos religioso, sócio-político e educacional, consideramos: no capítulo sétimo a sua acção no campo religioso, destacando na área da teologia Moral o livro dos aforismos e a doutrina do probabilismo com o qual se abriu uma porta à liberdade de consciência; fazendo sobressair, na área da exegese bíblica, a sua acção na revisão dos textos bíblicos, as suas duas obras de exegese, o seu pioneirismo na exegese crítica; frisando, nas áreas da metodologia, um processo particular de tratar os assunto; acentuando na área da antropagogia uma forma nova de ver o homem e de interagir com ele; finalmente, explicando, na área do multiculturalismo, o modo como Manuel de Sá

pode ser considerado um pioneiro da Interculturalidade e da Interdisciplinaridade.

No capítulo oitavo que trata da acção deste mesmo autor a favor dos Judeus (no seu tempo eram ferozmente perseguidos pelos monarcas católicos que para isso se serviam do Tribunal da Santa Inquisição, instituído pela Igreja) faremos uma introdução às diásporas judias através da história, vendo nelas uma ocasião e expansão do Multiculturalismo e de uma consequente interculturalidade transnacionais. Fundados nos exemplos destas diásporas situaremos a diáspora dos judeus portugueses (e espanhóis), vendo nela a difusão desses mesmos fenómenos em todos os territórios que os nossos descobridores iam tomando como seus; veremos como Manuel de Sá se insurgiu contra o mando tirânico dos Príncipes e Poderosos e como ele pugnou pela liberdade de culto e cidadania dos Judeus que constituíam um grupo minoritário e desprotegido face às sociedades do seu tempo.

No capítulo nono, dedicado à sua acção no campo educacional, consideraremos, em primeiro lugar, o aspecto pedagógico e metodológico da *Ratio Studiorum*, documento que se foi organizando com a participação dos Jesuítas de maior vulto e de diferentes países e regiões, entre os quais se encontra Manuel de Sá, para nele vermos: quais as qualidades que eram exigidas dos colégios, dos professores e dos alunos; quais as funções e obrigações por parte das escolas/colégios, quer no que diz respeito à educação intercultural, à aceitação e respeito do princípio de alteridade, à aceitação das pessoas de outras procedências, à defesa dos direitos e deveres dos sujeitos de outras culturas, à luta pela justiça social e por políticas isentas, quer no que se refere aos valores humanos a serem aceites e desenvolvidos por todos.

Terminaremos com a sinalização de algumas inovações por ele introduzidas na área da educação, sobretudo aquelas que têm a ver com os métodos por ele utilizados e que visavam tanto o melhoramento do desenvolvimento intelectual e humano dos alunos, como o bem-estar de toda a Comunidade Educacional.





## **PARTE 1**

### **Vida de Manuel de Sá**



|                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO                                                                   | 23        |
| 1 PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL                                                  | 23        |
| 2 OBJECTIVO                                                                  | 26        |
| 3 JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA                                            | 26        |
| 4 METODOLOGIA                                                                | 28        |
| 5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO                                                      | 31        |
| <b>PARTE 1: VIDA DE MANUEL DE SÁ</b>                                         | <b>35</b> |
| <b>ÍNDICE DA PARTE 1</b>                                                     | <b>37</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO: VILA DO CONDE ATÉ FINS DO SÉC. XVI</b>     | <b>41</b> |
| 1 NOME E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA                                                 | 43        |
| 2 VILA DO CONDE ATÉ AO SÉCULO XVI                                            | 44        |
| 2.1 Suas origens                                                             | 44        |
| 2.2 Indústrias                                                               | 47        |
| 2.2.1 Sal e Pesca                                                            | 47        |
| 2.2.2 Construção Naval                                                       | 48        |
| 2.2.3 Produção e Têxteis, Panos e Cordas para velas de Navios                | 55        |
| 2.3 Comércio em geral                                                        | 58        |
| 3 VIDA CULTURAL                                                              | 62        |
| 3.1 Os Mosteiros                                                             | 62        |
| 3.2 Igreja Matriz e a sua Colegiada                                          | 66        |
| 3.3 Colegiada de Vila do Conde                                               | 69        |
| 4 MANUEL DE SÁ, UM ILUSTRE DESCONHECIDO DE VILA DO CONDE                     | 70        |
| 4.1 Sua Terra Natal e sua Família                                            | 70        |
| 4.2 Das Escolas da <i>Aula Palatina</i> às Escolas seguidas por Manuel de Sá | 74        |
| 4.2.1 Surgimento das Escolas entre gregos e romanos                          | 74        |
| 4.2.2 Surgimento das Escolas na Igreja católica                              | 76        |
| 4.2.3 Escolas monacais: <i>Regra de S. Bento</i>                             | 76        |
| 4.2.4 Escolas estatais, gémen das escolas do futuro                          | 77        |
| 4.2.5 Escolas Episcopais Catedralícias (sécs. VII - XI)                      | 77        |
| 4.2.6 Colegiadas em Portugal                                                 | 78        |
| 4.2.7 A era dos Colégios                                                     | 80        |
| 4.2.8 Das universidades espontâneas às universidades actuais                 | 81        |
| 5 MANUEL DE SÁ: DE VILA DO CONDE À UNIVERSIDADE DE COIMBRA                   | 82        |
| 5.1 Uma Opção Religiosa: A Companhia de Jesus                                | 82        |
| <b>CAPÍTULO 2 – MANUEL DE SÁ EM ESPANHA</b>                                  | <b>89</b> |
| 1 EM VALÊNCIA                                                                | 91        |
| 1.1 O seu Noviciado                                                          | 91        |
| 1.2 Primeiros Estudos de Teologia                                            | 92        |
| 2 EM GANDIA                                                                  | 92        |
| 2.1 A sua Docência                                                           | 92        |

|      |                                                                       |            |
|------|-----------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.2  | O seu Mestrado em Artes                                               | 93         |
| 2.3  | Membro do Conselho Universitário de Gandia                            | 96         |
| 2.4  | Um Primeiro Retrato                                                   | 98         |
| 3    | COMPANHEIRO E CRONISTA DE FRANCISCO DE BORJA                          | 99         |
| 3.1  | A caminho de Roma                                                     | 99         |
| 3.2  | Conselheiro na elaboração das Constituições Inacianas                 | 101        |
| 3.3  | Relator da Viagem de Regresso                                         | 101        |
| 4    | EM ALCALÁ DE HENARES                                                  | 104        |
| 4.1  | A Universidade de Alcalá                                              | 104        |
| 4.2  | Fundação do Colégio Jesuíta                                           | 106        |
| 4.3  | Manuel de Sá em Alcalá de Henares                                     | 109        |
| 4.4  | Um Documento Discutível: Relação dos habitantes de Alcalá do ano 1549 | 109        |
| 5    | OUTROS DOCUMENTOS                                                     | 112        |
| 5.1  | Um documento ilustrativo                                              | 112        |
| 5.2  | Manuel esteve em Alcalá de Henares                                    | 113        |
|      | <b>CAPÍTULO 3 – MANUEL DE SÁ EM ITÁLIA</b>                            | <b>119</b> |
| 1    | EM ROMA                                                               | 121        |
| 1.1  | Chegada e Primeiras Funções                                           | 121        |
| 1.2  | Ordenação Sacerdotal                                                  | 124        |
| 1.3  | Doutoramento em Teologia e Prefeitura dos Estudos                     | 124        |
| 2    | TEÓLOGO E FILÓSOFO                                                    | 125        |
| 2.1  | Professor de Teologia Escolástica                                     | 125        |
| 2.2  | Presidente das <i>Conclusiones Theologicae</i>                        | 128        |
| 3    | CONSELHEIRO DAS CONSTITUIÇÕES E <i>RATIO STUDIORUM</i>                | 129        |
| 3.1  | A nível geral                                                         | 129        |
| 3.2  | A nível particular                                                    | 130        |
| 4    | PROFESSOR DE SAGRADA ESCRITURA, EM ROMA                               | 131        |
| 5    | PROFESSOR DE ESCRITURA EM MILÃO (1573-1576)                           | 134        |
| 6    | MEMBRO DE COMISSÕES DE REVISÃO E CORRECÇÃO DA BÍBLIA                  | 136        |
| 6.1  | Da Vulgata                                                            | 136        |
| 6.2  | Da Vulgata pós-tridentina                                             | 137        |
| 6.3  | Da <i>Septuaginta</i>                                                 | 140        |
| 6.4  | Estado do texto grego, ao longo dos tempos                            | 142        |
| 7    | PROFESSOR DE TEOLOGIA MORAL                                           | 144        |
| 8    | AUTOR DE UMA OBRA DE MORAL E DE DUAS DE EXEGESE BÍBLICA               | 145        |
| 9    | CONTEMPLADO COM O DOM DO CONSELHO                                     | 146        |
| 9.1  | Conselheiro de Instituições                                           | 146        |
| 9.2  | Fundador e Administrador de casas e colégios                          | 147        |
| 9.3  | Visitador de Casas e Colégios.                                        | 148        |
| 9.4  | Conselheiro de Indivíduos                                             | 150        |
| 10   | PREGADOR APRECIADO                                                    | 152        |
| 10.1 | Pregador na Basílica de S. Pedro                                      | 152        |
| 10.2 | Pregador do Papa e sua Corte                                          | 153        |

|      |                                              |            |
|------|----------------------------------------------|------------|
| 11   | UMA DAS COLUNAS DA COMPANHIA DE JESUS        | 154        |
| 12   | UM HOMEM DE SAÚDE FRÁGIL                     | 155        |
| 12.1 | Em Valência                                  | 155        |
| 12.2 | Em Roma                                      | 156        |
| 12.3 | Em Arona                                     | 158        |
| 13   | RESUMO E CONCLUSÃO                           | 162        |
|      | Retrato Físico                               | 163        |
|      | Retrato Psicológico                          | 163        |
|      | Retrato (Perfil) de Exegeta                  | 163        |
|      | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE 1</b> | <b>166</b> |



## **Capítulo 1**

### **Contextualização: Vila do Conde até aos fins do século XVI**





## 1 - Nome e situação geográfica

O nome de *Vila do Conde* é um nome bivalente, pois que se aplica, tanto ao município, quanto à cidade que lhe serve de sede.

Como município pertence ao distrito de Porto; é limitado a Norte pelo município da Póvoa de Varzim, a Leste por Vila Nova de Famalicão e Trofa, a Sul pela Maia e por Matosinhos e a Oeste pelo Oceano Atlântico; compreende 30 freguesias a saber: Arcos, Árvore, Aveleda, Azurara, Bagunte, Canidelo, Fajozes, Ferreiró, Fornelo, Gião, Guilhabreu, Junqueira, Labruge, Macieira da Maia, Malta, Mindelo, Modivas, Mosteiró, Outeiro Maior, Parada, Retorta, Rio Mau, Tougues, Touguinha, Touguinhó, Vairão, Vila Chã, Vila do Conde, Vilar e Vilar Pinheiro e possui 74 391 habitantes que se distribuem por uma área de 149, 31 Km<sup>2</sup> (censo de 2001), segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1936-1960, Vol. 35, p. 461).

Como sede do Município, Vila do Conde, elevada a cidade em 01.02.1988, situa-se na margem Norte da foz do rio Ave, e várias são, hoje, as vias que levam até ela. Para quem vai de Lisboa pode tomar o IC1 (hoje A28) e passar para a N13, na zona intermediária a Vila Seca e Modivas; os utentes vindos de Guimarães podem servir-se da A11 ou A7 e sair em Touguinha, seguindo em direcção a Vila do Conde e para quem vai de Viana do Castelo existem três hipóteses: N13, A28 ou N205, como consta em mapa 1.

Além das trinta freguesias supra enunciadas, pertencem à freguesia da sede de concelho, segundo GEPB (1936-1960, Vol. 35, p. 488), os Lugares de Alto da Pega, Areia (Caxinas), Bem Guiados, Vasal do Monte, Casalinho, Caxinas, Cima da Vila, Formariz, Pedreiras, Poça da Barca, Portas Fronhas, Regufe, Santa Catarina, Senhora da Lapa e Trás dos Arcos (Idem, p. 488).

Sob o ponto de vista civil, todas as 30 freguesias pertencem ao Distrito do Porto, enquanto sob o ponto de vista religioso se dividem pela Arquidiocese de Braga e pela Diocese do Porto, cabendo a esta as freguesias da margem esquerda do rio Ave e àquela as freguesias da margem direita.



*repovoou Coimbra em 878, pode ter sido o conde que pressurou Vila do Conde e à qual teria dado o nome que hoje tem (Freitas, 2001, p. 24). Embora este mesmo autor admita essas duas possibilidades, acaba por tomar como mais provável a última, como já o tinha proposto anteriormente (Idem, p. 11-13), com estas palavras: Que concluir, portanto, deste arrazoado? Que dois condes podem ter dado o nome à vila: Vímara Peres e Hermenegildo Guterres. Que um certo número de circunstâncias pesa a favor deste última.*

Ora, quer fosse Vímara Peres, quer fosse Hermenegildo Guterres, pai de Fámula, o certo é que essa vila lhe coube como herança, podendo este em 953, doá-la ao *cenóbio vimaranense (...) com suas salinas pescarias et ecclesia que est fundata in castra vocitato Sancto Johanne*. É na carta desta doação que aparece, pela primeira vez, o nome de *Villa de Contè* (Ferreira, 1923, p. 11). Também neste assunto os autores discordam, pois, enquanto Ferreira aqui diz tratar-se de uma doação, Freitas (Idem, p. 18) diz tratar-se de uma venda. *Com efeito, no ano 953 da era cristã, Flâmula Pais vendera ao mosteiro de Guimarães determinados bens, ripa maris prope ribulo que subtus monti terroso. Id est uilla de comité (...) [à beira mar, próximo do rio Ave, sob o Monte Terroso - Vila do Conde].*

Baseados em alguns dados fornecidos pela Arqueologia, alguns autores crêem que o actual Concelho de Vila do Conde foi, densamente povoado mesmo antes do período pré-romano, nomeadamente a sede deste concelho. Por outro lado, existiram, nesta região, muitos castros entre os quais está o castro denominado *Sancti Johannis* que se situava *in litore maris subtus mons*, ou seja que ocuparia o sítio alto sobre a vila e o Ave onde, depois, foi fundado o Mosteiro de Santa Clara, como se depreende da GEPB, 1936-1960, Vol. 35, p. 464).

*Villa do Conde do século IX e X confinava a Nascente e Norte com Formariz (Formarici) e Póvoa de Varzim (Euracini), e, por outros lados, com o mar e o rio Ave, limites estes que, segundo Ferreira (1923, pp. 11-12) são os limites antigos – in suos términos antiquos – ou seja, do tempo dos Suevos e Visigodos. Estes limites seriam possivelmente os mesmo do tempo dos romanos, pois era próprio do Código Visigóticos conservar os limites dos seus antecessores, para melhor efectuarem o lançamento dos tributos.*

Nesse tempo, porém, essa vila era pertença de um único proprietário. Desta forma, a alienação que foi feita em 953 recaiu apenas na Igreja e terrenos que a dotavam, as *pesqueiras e salinas que faziam parte do seu herdamento, pois até destas havia outros proprietários*. Passando ao século XI verificamos que *Vila do Conde* era propriedade do Mosteiro duplex de Guimarães, pois vamos encontrá-la descrita no Inventário dos bens do mesmo mosteiro que foi redigido em 1059, sob o reinado do rei de Leão e Galiza, Fernando Magno, como o diz este texto: *Eatenus et in ripa maris ad foze de Ave Villa de Comitibus cum suas salinas et piscarias et ecclesia Sancti Johannis* (Ibidem).

Todas estas doações fizeram com que *Vila de Conte* se tornasse uma Vila reguenga, na sua maior parte, podendo, em 1209, ser doada pelo Rei D. Sancho I a D<sup>a</sup> Maria Pães Ribeira (*a Ribeirinha*) com o direito de a poder passar aos seus herdeiros *in perpetuum*, por força dos forais antigos: *Ego Sancius (...) concedo filiis et filiabus meis quos habeo de domna Maria pelagii villam de Comité que iacet in ripa maris circa focem de Ave (...) Et concedimus firmiter ut illam habeant atque possideant iure hereditário in perpetuum*, como se encontra nos *Foraes antigos*, *Maço 12, número 3, folhas 63, no Archivo Nacional*, segundo o descreve Ferreira (1923, pp. 13-14 e Freitas 2001, p. 18).

Acerca dos amores régios pela *Ribeirinha* testemunha o poema famoso, atribuído a este rei, perpetuado por uma placa que se encontra cravada numa das paredes de uma casa da rua D. Sancho I, da cidade de Vila do Conde:

Ay eu coitada  
Como vivo em gran cuidado  
Por meu amigo  
Que ei alongado!  
Muito me tarda  
O meu amigo na guarda!

Ay eu coitada  
Como vivo em gran desejo  
Por meu amigo  
Que tarda e não vejo!  
Muito me tarda  
O meu amigo na guarda

Mais tarde, as *Inquirições de 1258* demonstram bem que esta Vila pertencia aos netos de D. Maria Pais, por esta a ter recebido do rei, D. Sancho I. Soeiro Mendes, aquele que fora escolhido para Inquisidor, afirma que Vila do Conde pertencia a Guimarães (*Ecclesiae Vimaranensis*) e era pertença da família de D<sup>a</sup> Maria Pais (*de netis domne Marie Pelagii*), devido a uma doação que lhe fora feita por D. Sancho I, *quis dederat*

*eam domne Marie Pelagii (...) Dominus Sanccius I. Villa, onde havia muitas barcas, cerca.* Mas a própria D<sup>a</sup> Maria Pães Ribeiro confessa que não tinha direito de posse ao padroado da Igreja de Vila do conde, pois ela era da Igreja de Guimarães (Ferreira, 1923, p, 14).

## 2.2 - Indústrias

### 2.2.1 - Sal e pesca

Dos presentes textos depreende-se que, nessa altura e posteriormente, *Villa de Conte* era um pólo comercial muito importante devido, especialmente, a duas indústrias de grande interesse na gastronomia nacional: a pesca fluvial e marítima e a extracção do sal marinho.

A indústria do sal deveria ser em larga escala, pois, além destes documentos que referem as salinas, outros documentos existem que estão relacionados com a doação de 17 talhos de salinas na foz do rio Ave e de duas doações que se encontram no *Liber Fidei*, Doc.<sup>os</sup> n<sup>o</sup> 103 e n<sup>o</sup> 104 e que foram feitas por *Froila Cresconis* ao Bispo de Braga, D. Pedro, e seu Cabido, em 1078, como o refere o autor citado (Idem, p. 13). Mais tarde, no ano de 1082 *uma outra doação é feita por Galindo Alvites à Catedral de Braga e, no ano de 1100, o presbítero Rodolfo Leonegis faz a doação de duas salinas ao Arcebispo de Braga, São Geraldo, e ao seu Cabido* (GEPB, 1936 -1960, Vol. 35, p. 473).

Na opinião de Faria (1989, p. 38) é de crer que as indústrias pesqueiras e salineiras de Vila do Conde remontam aos primeiros tempos da nacionalidade e que as suas marinhas são tão antigas como as de Setúbal e as de Aveiro, podendo inclusivamente com estas rivalizar.

Essa importância deduz-se também de três factos: primeiro porque, tanto o produto da pesca, como o da indústria salineira estavam sujeitos a impostos; segundo, porque é sabido que, pela barra de Vila do Conde, já nessa época, se registava a entrada de produtos de origens longínquas e terceiro porque a partilha do leito do Rio Ave foi discutida, pois, na verdade, *a senhora de Vila do Conde, Maria Pais Ribeiro, o tomou para si, contra as reivindicações dos pescadores do Mindelo* (Neves, 1989, p. 13).

### 2.2.2 - Construção naval

A construção naval no Norte de Portugal, era já uma constante no século XV, pois segundo Baquero Moreno (1990, VII, p. 35-46) (...) *temos conhecimento que todos os anos se procedia no Rio Minho ao carregamento de um navio que se dirigia alternativamente ao reino de Aragão e ao mar do Norte com destino a Flandres. A embarcação transportava mercadorias provenientes da Galiza e do Norte de Portugal, pertencendo ao almoxarife proceder a um inventário do carregamento.* Por outro lado, apoiado em Jacques Heers (1956, Tomo XII, p. 9), o mesmo autor (1996, Tom. XIII, p. 201) afirma que *A grande expansão do comércio português no Mediterrâneo verifica-se a partir da segunda metade do século XV, em conformidade com as directrizes emanadas a partir de D. Afonso V.*

A favor desta expansão marítima e comercial aduz ainda outros dois testemunhos: em primeiro lugar refere o facto do *navio de Santa Clara, propriedade do Conde de Barcelos que, em 11 de Janeiro de 1440 foi apressado entre Branhas e Barcelona (...) quando transportava com destino a Génova diversas mercadorias pertencentes a mercadores portugueses e cuja proveniência pela natureza da carga parece indicar que são artigos originários da Flandres e da Alemanha* (Idem, p. 201-202); em segundo lugar, confirma esse mesmo acontecimento com outros que se deram em meados do século XV, como aquele do cidadão portuense Afonso Dias, que *navegava no Mediterrâneo ao serviço do duque de Borgonha e outros casos semelhantes podem ser aduzidos* (Idem, p. 202).

No que respeita à Construção Naval, Portugal sentiu a necessidade de legislar no que respeitava a multiplicação do número de unidades que compunham a sua frota, passando a haver prémios para quem melhor se comportasse a esse respeito. Em 1536, segundo Mattoso (1993, Vol. III, p. 294) que se serve de dados dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT, C. C. parte III, m. 12. doc. 105), fez-se uma inquirição, em Buarcos, acerca dos danos que a pirataria e corso francês infligiram aos barcos portugueses nas décadas precedentes e constatou-se que a tonelagem desses barcos era apenas de 70 e, apesar disso, esses barcos eram designados como *Navio(s) Grande(s)*. Devido a esta ineficácia de defesa, começou a surgir a tendência para que a capacidade dos barcos fosse até 130 tonéis (t.), endo esta tendência sido implementada pelo

Governo central com a atribuição de prémios aos proprietários de navios acima de 130 t.

Esta mesma tendência vigorou nos portos nortenhos, tão empenhados estavam eles nas ligações ao dinâmico noroeste europeu, principalmente à cidade de Antuérpia. Neste contexto, evidenciam-se Vila do Conde que se encontrava do lado de Santa Clara e Azurara. Inversamente, o comércio de longa distância não careceu desta intervenção para que os armadores manifestassem uma *espontânea apetência para navios de capacidade excepcional, única, por isso, no universo marítimo europeu* (Mattoso, Ibidem).

Este mesmo autor crê que, desde os finais de século XV até ao terceiro quartel do século seguinte, *a frota portuguesa tinha adquirido uma dimensão nada desprezível, quer em número de efectivos quer na sua tonelagem média, embora no início do século XVI ainda predominassem os pequenos navios entre 40 t. e 70 t., adiantando que para a década de 50, só os portos a norte do Vouga totalizavam 23.704 t., em 278 navios apurados. Adverte, porém, que:*

*A par de uma tendência para o aumento de tonelagem – destacando-se Vila do Conde como um estaleiro de significativa imponência – a que não seria indiferente a política de incentivos oficiais, ter-se-á multiplicado o número de efectivos. Contudo, quer a curta duração do navio – cerca de 10 anos – quer as oscilações no ritmo de produção de cada estaleiro poderiam repercutir-se em escassez da oferta, por períodos de curta duração (....) (Ibidem).*

**Foto 1: Réplica de uma Nau do séc. XVI, em Vila do Conde**



**Fonte:** o autor – (2008)

Nas Inquirições de D. Afonso III, em 1258 Vila do Conde armava para cima de 60 *pinácias*, número bastante considerável para a época. Mas, além deste tipo de embarcações um outro, de maior porte, demandavam o Ave, pois que nas citadas Inquirições é referido o facto de Azurara e Mindelo terem comércio do alto mar. Por isso, é de crer que, nessa altura, houvesse um grande movimento nos estaleiros como se pode entender.

Na descrição das inquirições de 1258 existiam em Vila do Conde, segundo Freitas (1989), para além da construção naval, o armamento de navios de pesca e de naus, tanto para o comércio internacional como para a cabotagem e segundo Fabião (1968, p. 34), essa vila armava mais de 60 *pináceas*. Na opinião de Faria (1989) a partir do reinado de D. Fernando (18 Jan. 1367 a 22 Out. 1383), Vila do Conde iria desenvolver-se grandemente com a construção de uma certa variedade de tipos de embarcações, juntando-se às *pináceas*, *barinéis*, barcas, caravelas, galeões e naus. Mais tarde seria ali que as melhores naus das carreiras da Índia seriam construídas.

O reinado de D. João II (1481- 1495) a marinha mercante na barra de Vila do Conde era constituída por uma frota de vinte e sete navios dos quais, seis com 180 tonéis, cinco de 160 tonéis e seis de 150 tonéis (Neves, 1989).



Segundo este mesmo autor (Idem, p. 14), o porto de Azurara, nesse final do século XV, possuía treze navios de grande arqueação, ou seja, um total de 1.670 tonéis, o que, juntamente com a tonelagem garantida por Vila do Conde, que era de 5.050 tonéis, conferia a esta povoação o segundo lugar em importância de tráfego, logo a seguir a Aveiro.

O Regimento da Alfândega de Vila do Conde provido por Diogo Fernandes das Póvoas, em 27 de Junho de 1542, segundo Reis (2006, pp. 40-41), dá conta da grandeza do tráfego naval dessa vila, e dos tipos de uso dado aos navios de Vila do Conde, (uso para dentro e fora do país; uso próprio ou para aluguer), pois obriga a que

*(...) naus, navios, caravelas e barcas que para outras partes do Reino e fora dele forem fretadas e vierem ter sobre a barca desta vila trazendo algumas mercadorias para ela serem obrigados os mestres delas a não lançarem âncora nos ditos poços sem primeiro saírem em terra no seu batel e virem directamente pela barra dentro a esta alfândega a fazer saber ao juiz almoxarife escrivão e feitor dela donde vem e para onde vão fretados e que mercadorias trazem...*

Sobre a diferença entre os vários tipos de embarcações, a Câmara Municipal de Vila do Conde publicou uma obra da autoria de Francisco Contente Domingues em 2006 subjugada ao título *Navios Portugueses dos Séculos XV*, do qual constam os seguintes temas: Um Mundo por Descobrir, Barcas e Barinéis, Caravelas Latinas, Naus e Naus da Índia, o Galeão Português, Navios de Remos e Embarcações Auxiliares, Teoria da Arquitectura Naval, O Processo de Construção, Antologia e Novas Leituras. É um livro que poderá ajudar na compreensão, tanto da construção desses meios de navegação e de comércio ao largo, como das difíceis e heróicas condições dos homens que nelas trabalhavam e lutavam para se defenderem dos ataques inimigos.

Isto viria a influir, certamente, no crescimento da vila e no aumento da mão-de-obra apropriada, sobretudo a dos carpinteiros e calafates. Não é, pois, de admirar que a fama dos carpinteiros da ribeira e calafates chegasse à capital do reino, donde o rei segundo, o autor de *Estaleiros de Vila do Conde* expede um alvará em 14 de Março de 1502, pelo qual ordena que sejam enviados oito calafates:

*(... ) dos melhores oficiais que aí houver... e estejam prestes em Lisboa até 15 de Abril daquele ano. A Câmara, em face da ordenação régia não pode hesitar e intima para que partam os seguintes indivíduos: Pero Anes Póvoa, João Pires Campos, Álvaro Anes da Póvoa, Fernão Gomes 'o gamo dandar de amores', o filho do bacharelinho, João Pires, o filho de Pê Anes da igreja, Pero Jorge. [Online] [Consult. 15-01-2007] Disponível*

em [http://www.rancho-da-praca.com/estaleiros/estaleiro\\_1.html](http://www.rancho-da-praca.com/estaleiros/estaleiro_1.html).

É mesmo sabido que muitas embarcações que partiram à conquista de Ceuta foram construídas em Vila do Conde e que daqui partiram, também, a levar o pão que era preciso naquela zona de África.

Tal engrandecimento da frota portuguesa nasce da filosofia da Expansão Marítima, manifestado pelo padre Fernando Oliveira, no seu *Livro da Fábrica das Naus*, editado pela primeira vez em 1898 e fac-similado em 1991 pela Academia da Marinha por meio destas palavras:

*Para a arte de navegação os mais necessários instrumentos são os navios (...) e (...) os navios são necessários para a arte da navegação e a navegação para a gente desta terra de Portugal (...) não somente as do povo, mas também a do estado real, que pelo mar tem muitas ilhas, e terras, e conquistas: as quais se não podem conquistar nem governar sem navegação,*

que são reproduzidas por Mattoso (1993, pp. 292-293) às quais acrescenta que: *O Navio asseguraria uma parcela representativa da circulação de mercadorias e, como tal, contribuía para o avolumar das receitas do Estado.*

O Porto de Vila do Conde era, então, o segundo porto do Norte, possuindo uma Marinha Mercante de primeira ordem, com seis navios com uma capacidade de 1280 tonéis, cada um, cinco navios de 160 tonéis e outros seis de 150 tonéis. O seu porto tinha, portanto, uma capacidade de 4.505 tonéis. Não se deve confundir como acontece frequentemente, no entender de Serrão (1978, Vol. III, p. 614), tonelagem de capacidade com a tonelagem de peso transportável. De facto, enquanto a tonelagem de capacidade se refere ao volume interior sendo igual a 2,83 metros ou 100 pés cúbicos britânicos, a tonelagem de peso transportável refere-se aos quilogramas transportáveis que na antiguidade era de treze quintais e meio (793,218 Kg) e hoje é de 1.000Kg ou 1.016.0467 kg no sistema inglês. (*Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse, Selecções* (1981, Vol. I, p.864).

Como podemos ver, em meados do século XVI, tempo em que nasceu Manuel de Sá (1530), Vila do Conde encontrava-se entre os portos portugueses que negociavam com o Norte da Europa, nomeadamente com os portos holandeses entre os quais Antuérpia e, segundo Fabião (1968, p. 18) com o próprio porto de Middleburgh Zelandês que já na

Idade Média tinha atingido importância o seu comércio com os portos da Inglaterra e da Flandres, atingindo a sua idade de ouro no século XVII como centro da Companhia Holandesa da Índia Oriental (*the Dutch East India Company*). Segundo este autor:

*Data de 1384 o mais antigo registo conhecido relativo ao intercâmbio dos mercadores portugueses com o porto de Middleburgh, um dos portos da Zelândia, através de navegadores-mercadores locais que se lançavam no comércio marítimo a longa distância. Os registos de entradas no porto de Antuérpia, com avarias a bordo, de navios comandados por mestres vilacondenses, elucidam sobre o tipo de carga que transportavam: açúcar, conservas e outros produtos da Madeira, marfim africano, açúcar de S. Tomé, proveniente de Lisboa. De lá traziam para Portugal panos da Holanda, alcatrão, estopa, aprestos marítimos e peles. A barra do Rio Ave ficava, assim, transformada em plataforma de passagem de mercadorias originárias de latitudes muito variadas.*

Também nas navegações transoceânicas que ligavam Portugal às mais longínquas possessões ultramarinas se encontram personagens originárias de Vila do Conde.

Sobre este assunto e para comemorar esta indústria em Vila do Conde, nos séculos XV e XVI, o Município deste concelho lançou, em 2007, um Projecto-piloto urbano *Rota da Rosa-dos-Ventos* com o objectivo de recuperar o património do Concelho e estimular a pesquisa sobre Vila do Conde, que fosse capaz de preservar e fortalecer a sua identidade cultural. Segundo notícia, vinda a lume n’*O Primeiro de Janeiro Digital*, do dia 28 de Fevereiro de 2007 [Online] [Consult. 28-02-07] Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=a1d0c6e83f027327d8461063f4ac58a6&subsec=fb4ab556bc42d6f0ee0f9e24ec4d1af0&id=2818a603fa298bb1e8d03607e38d3fa5>, este projecto propunha, em primeiro lugar, *desenvolver verdadeiras técnicas (saber-fazer), educação, inovação e internacionalização de culturas* e, em segundo lugar, *recuperar a zona portuária da cidade, transformando-a num espaço agradável e atractivo e num ponto de referência urbano com um simbolismo ambiental importante*.

**Foto 2: Zona dos antigos estaleiros de Vila do Conde**



**Fonte:** o autor – (2007)

A fazer parte desta iniciativa, fez-se a construção da réplica de uma embarcação do século XVI, o restauro da Alfândega Régia e a criação de um novo museu dedicado à história da construção naval na cidade.

Relativamente à indústria de construção naval, em Vila do Conde o Número Especial/138º do Jornal *O Primeiro de Janeiro* [Online] [Consult. 28-02-07] Disponível em <http://www.oprimeirodejaneiro.pt/?op=artigo&sec=a1d0c6e83f027327d8461063f4ac58a6&subsec=fb4ab556bc42d6f0ee0f9e24ec4d1af0&id=2818a603fa298bb1e8d03607e38d3fa5>, publicou uma notícia sob o título de *Casos de Sucesso – Preservação de património em Vila do Conde*, cuja substância é a seguinte:

1. Esta cidade foi importante desde a Idade Média, quando a sua indústria de construção naval começou a florescer;
2. Tinha um excelente porto natural protegido;
3. Foi um porto comercial importante, onde eram descarregadas mercadorias para as regiões circundantes;

4. A indústria da construção naval atingiu o seu apogeu nos séculos XV e XVI, em pleno período dos descobrimentos e da expansão marítima portuguesa.

Vila do Conde foi berço de grandes navegadores, entre os quais sobressaem:

- Gaspar Manuel, piloto da Carreira da Índia, da China e do Japão,
- João de Vila do Conde, mareante e guerreiro nos mares da Índia;
- António de Mariz Carneiro, perito na arte de marear e cosmógrafo-mor do Reino, conhecido pela expressiva alcunha de *Agulha Fixa*,
- Francisco Pedro de Figueiredo de Faria,
- João Salvador, Mestre e Piloto das carreiras das Ilhas, Guiné, São Tomé, Angola, Brasil e Índia (Faria (1989) e Santos [Online] [Consult. 15 de Janeiro de 2007] Disponível em [http://www.rancho-da-praca.com/estaleiros/estaleiro\\_1.html](http://www.rancho-da-praca.com/estaleiros/estaleiro_1.html).

**Foto 3: Estaleiros de Postiga e Feiteira**



**Fonte:** o autor – (2007)

### **2.2.3 - Produção de Têxteis, Panos e Cordas para velas e Navios**

Sobre a *indústria dos têxteis e Panos* marinhos de Vila do Conde, José Mattoso (1993, Vol. III, p. 302), apresenta um mapa de Portugal, onde situa os locais desses produtos.

Atribui a Vila do Conde as indústrias de *Lonas vitres* e de *Pano de Vila do Conde* ou *Pano de treu*, enquanto a Azurara cabem as de *Lonas vitres*, e a Moncorvo as de *Enxárcia*, as de *Lonas vitres* e as de *fio*.

A indústria dos *panos de treu* (de Vila do Conde) desenvolveu-se de tal forma que a sua fama ultrapassou os limites, não só do Concelho, como também os nacionais. Com efeito, o mesmo historiador (Ibidem, p. 303 e 304) afirma que a *fama da lona, ou pano de treu, conhecido como pano de Vila do Conde, extravasou as fronteiras nacionais*. Assim, segundo Duro (1880, 453), Escalante de Mendonça, dizia, já no, terceiro quartel do século XVI, que era um dos melhores, a par das lonas chamadas *pondavid* ou *pondavis*. Por sua vez Felner (1868, p. 31) afirma que este pano seria *particularmente apropriado para o aparelho latino*. Segundo este autor, *as lonas pondavis ou vitres seriam mais largas e, por isso, mais adequadas às velas redondas*. Por esta razão, Mattoso (Ibidem, p. 304) esclarece os leitores de que: *A importação de panos de linho, cuja designação aponta para uma origem bretã (Vitré e Pouldavid, na Finisterra), não põe, portanto, em causa, a actividade dos centros ligados à manufactura do pano de Vila do Conde*.

Estas indústrias tinham mesmo que existir em Vila do Conde e, de facto, segundo um texto retirado da Internet, já o nosso rei, D. Fernando (1367-1385), se referia ao *pano de treu*, próprio desta Vila, dizendo: *D. Fernando, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve (...) sabede que nós foi dito que em Vila do Conde e nos outros lugares dessa comarca* (referia-se à comarca do Porto) *onde se fazem panos de treu (...)* [Online] [Consult 15-01-2007] Disponível em [http://www.rancho-dapracca.com/estaleiros/estaleiro\\_1.html](http://www.rancho-dapracca.com/estaleiros/estaleiro_1.html).

Mais tarde, no reinado de D. Manuel I (1495-1521) temos, segundo a GEPB, (1936-1960, Vol. 35, p. 488) e Faria (1989, p.37), uma exposição de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, datada de 1513 e um tratado de construção náutica de Fernando de Oliveira que atestam a excelência da cordoaria e de panos para velas de navios que rivalizavam com Antuérpia e a Flandres.

Uma outra indústria ligada aos *panos de treu* e ao mar é a da cordoaria. Pois resquícios desta indústria vamos nós ainda encontrá-los, possivelmente, na toponímia da cidade. O antigo Chão dos Cordoeiros, mais tarde conhecido por *Cordoaria* situar-se-ia no preciso

local onde hoje começa a Av. Dr. António José Sousa Pereira.

Famoso se tornou, igualmente, o fabrico das rendas de Bilros que hoje tanto nos celebrizam e cuja origem se desconhece, ao certo. Possivelmente tiveram a sua origem na China ou na Índia, tendo chegado a Portugal através da Itália. De Portugal teriam sido levados para a Madeira, Açores e Brasil, celebrizando-se, sobretudo no Nordeste. A propósito desta arte, não resistimos à tentação de reproduzir o poema que Anderson Braga Horta escreveu inspirado numa almofada bordada à paciente mestria dos mágicos bilros:

*Sobre a almofada, nos bilros,  
curtidas mãos exercitam  
líquida paciência.  
Os bilros têm sons de infância.  
As mãos avultam, tranquilas,  
no alegre bater dos bilros.  
Mãos e bilros, mãos e bilros  
de um fundo a outro do abismo  
tecendo a renda do tempo.*

[Online] [Consult. 06-05-08] Disponível em  
<http://garatujando.blogs.sapo.pt/arquivo/621873.html>.

Vila do Conde, portanto, como o afirma Reis (2006, p. 86) já nos *finis da Idade Média* está (...) *infra-estruturada para que os trabalhos expansionistas dos séculos XV e XVI pudessem contar com ela*, fundamentando-se nos factos de que *Vinha de longe a faina do comércio ao perto e ao largo (...); Vinha de longe a tradição de fazer navios de vários tamanhos, os de pesca, da cabotagem e da carreira de Flandres (...)*.



**Foto 4: Almofada da arte dos Bilros, em Vila do Conde**



**Fonte:** o autor – (2008)

### 2.3 - Comércio em geral

Ligada às várias indústrias supra citadas de Vila do Conde estava ainda a da cordoaria que, por necessidade natural, também ali existia, e cujas reminiscências se vêem ainda hoje na própria toponímia da rua dos cordoeiros, indústrias estas que geraram consequentemente um grande número de mercadores que vieram engrossar o grupo nacional dos *Mercadores do Reino* e que, não só tinham as suas lojas nas cidades, mas também percorriam feiras e romarias dentro e fora do país, na mira de bons negócios e acerca dos quais testemunha Tavares (1990, Vol. 1, p. 193) nestes termos:

*Desde o século XIII encontramos um grupo de extracção popular que se dedicava à prática mercantil no interior do reino, frequentando as feiras, vendendo nas lojas e tendas, existentes nas ruas mais importantes do concelho ou na praça, ou investindo no comércio de grosso trato, interessado no mercado peninsular, no mediterrâneo cristão e islâmico, ou no do norte e centro europeu. A sua origem era Lisboa, sobretudo, mas também Santarém. Juntar-se-lhe-iam mercadores de Évora, de Setúbal, Alcácer do Sal, dos portos de Entre Douro e Minho e do Algarve, ao longo dos séculos XV e XVI.*

Os mercadores portugueses cuja maioria pertencia ao grupo étnico judeu porque era este o que tinha maior capacidade de investimento, concorriam com os estrangeiros que



vinham de vários países da Europa, vendendo e comprando mercadorias não só nacionais, como estrangeiras como se depreende das *palavras* da mesma autora segundo a qual o comércio visava a

*(...) importação de têxteis, os panos provenientes da França, Inglaterra, cidades italianas, castelhanas, depois do Séc. XVI, as finas Holandas, as cambraias, os panos da Índia que vendiam nas lojas de retalho que possuíam, em Lisboa, na Rua Nova, em Évora, na praça, etc., ou que exportavam para a Europa ou para terras de mouros (Ibidem).*

Com os Descobrimentos, os nossos mercadores alargavam os seus horizontes, enriqueciam e, conseqüentemente enobreciam, pois que, já nesse tempo, segundo a mesma autora (Idem. p. 194), com a (...) *profissão do mercador enobrecia-se e não desdenhava ser uma das ocupações da nobreza quinhentista e até mesmo da própria família real.*

Ser mercador, portanto, nesse tempo, já tinha alcançado uma certa dignidade, deixando de ser ridicularizada. Se é certo que antes era tida como profissão baixa, foi louvada por Garcia de Resende (1470 - 1536), por exemplo, na sua obra, *Miscelânea e Variedade de Histórias* (1554) p. 354) editada após a sua morte, onde diz que o negociar, antes tido por *baixeza*, se tornara, no seu tempo, *nobreza*. Eis as suas palavras originais:

*De Índios se nos pegou  
tratar, e mercadoria  
dantes non se costumou,  
por baixaza se avia,  
em alteza se torno: ...*

Da mesma forma, o próprio padre António Vieira, segundo Tavares (1990, p. 194), aconselhava vivamente o nosso rei, D. João IV, a tornar-se mercador, a exemplo dos príncipes das Repúblicas Italianas:

*V.M. fizesse nobre a mercancia, de maneira que não só não tirasse mas desse positiva nobreza, ficando nobres, todos os homens que fossem mercadores, não só os que se chamam de sobrado, senão também os de vara e côvado; com que muitas pessoas de maior qualidade e cristãos velhos se aplicariam ao exercício mercantil, em grande utilidade do Reino, a exemplo de Veneza, Génova, Florença e outras repúblicas, em que os príncipes são mercadores e elas por isso opulentíssimas.*

Podemos, pois, afirmar que, pelo facto de ser mercador de panos, o pai de Manuel de Sá não pode ser tido automaticamente como um homem de poucas posses, nem a sua família como uma família humilde. Antes pelo contrário, o seu pai deveria ser um comerciante de *panos de Vila do Conde* ou *panos de treu* e, provavelmente, de outros, o

que, de certa forma o enobrecia ou, pelo menos, o colocava em lugar de destaque sócio-económico.

As naus e navegantes de Vila do Conde participaram também na aventura das Descobertas. Assim, uma relação feita, em 8 de Dezembro de 1551, refere uma nau de Vila do Conde de entre as que foram aprisionadas pelos Corsários Franceses, nas costas do Brasil (Serrão, 1978, Vol. III, p. 49). Pelos vistos, os Franceses serviram-se, não só dos pilotos portugueses de Vila do Conde, como ainda dos seus conhecimentos cartográficos, utilizando-os nas suas próprias armadas. Diz Serrão que Estêvão Dias e Rosado pilotaram os navios de Dieppe que, em 1527, foram à Índia (Ibidem, p. 182).

Relativamente ao comércio entre Vila do Conde e outros portos europeus é sabido que, quando no século XVI, os estrangeiros puderam beneficiar duma protecção real portuguesa, muitos mercadores alemães, flamengos e ingleses intensificaram o seu comércio com Vila do Conde e com outros portos portugueses, nomeadamente, Caminha e Aveiro, segundo Denucé (1909, p. 310s), Kellembes (1960, pp. 125-1409) e Cotta do Amaral (1965). Vila do Conde mantinha também um comércio bastante intenso com a França, especialmente entre os anos de 1514 a 1543. Por exemplo, em 1522, o número de mercadores portugueses, em Bordéus, era muito grande. Mas, nem sempre o comércio era directo; vinha muitas vezes por intermédio de Rouen e de La Rochelle, como sucedeu no período de 1533 e 1543, quando se descarregou, em Bordéus, pau-brasil, malagueta e açúcar da Madeira. Sabido é também que, em Maio de 1538, a Nau de Santa Maria de Vila do Conde deixou, nessa mesma cidade Francesa, uma carga de 110 tonéis de vinho os quais deveriam seguir para Galway, o que deixa supor um serviço intermediário com a Grã-Bretanha (Serrão, 1978, Vol. III, p. 324).

Segundo o autor do artigo Vila do Conde, publicado na GEPB (1936 - 1960, Vol. 35, p. 488) nos fins do século XV e princípios do século XVI (...) *Vila do Conde era muito mais importante que a Póvoa do Varzim e do que Azurara e João de Barros (século XVI) diz que os seus navegantes eram muito espertos na arte de marear e que na Vila se construíam muitas naus e navios com madeira da terra.*

Mas, como nem tudo corre sempre bem, essa Vila sentiu-se abalada por certas contendas, havidas entre o Mosteiro de Santa Clara e o Reino, motivadas pelo lamentável facto do Procurador real desconhecer os privilégios desse mesmo mosteiro

relativos aos territórios e privilégios de isenção sobre as taxas das mercadorias que passavam pelo Rio Ave (que era, então, um rio e porto francos). Esse Procurador quis obrigar as gentes da Vila às mesmas leis de pagamento, metendo a questão em tribunal. Os cálculos, no entanto, saíram-lhe errados, pois perdeu a questão ingloriamente, no ano de 1486 (Idem, p. 479).

Esta importância comercial de Vila do Conde, nos fins do séc. XV e inícios do séc. XVI, viria a ser o detonador de um grande desenvolvimento no sector educacional. Tal importância, porém, parece ter decrescido, pelo menos no que diz respeito ao Mosteiro de Santa Clara, depois que este foi cedido, em 1550, à Coroa Portuguesa em troca de uma tença fixa anual de 250 mil reais dada às freiras, por força de um *contrato que foi confirmado pelo Santo Padre Júlio III por uma bula que ficou na Torre do Tombo (assento feito em 16.01-1554)*, (Idem, p. 482) e que nós confirmámos existir no *Bullarium Romanum* (1860, Tomus IV, pp. 476-478).

A partir dos fins do séc. XVI, tanto esta Vila, como a sua região envolvente perderam muito do seu interesse, restando os seus monumentos para atestar dessa glória passada, sendo os principais: em Vila do Conde, a Igreja Matriz (séc. XV-XVI, o Pelourinho (séc. XVI), o Aqueduto (séculos XVII e XVIII) e o Mosteiro de St<sup>a</sup> Clara (séc. XIV-XVIII); e nas redondezas a *Cividade de Bagunte* (séc. XI-XII) da qual restam apenas as ruínas; a Igrejas do Rio Mau (séc. XII); o Mosteiro do Vairão, embora adulterado (séc. XVII); e ainda a Igreja de Azurara (séc. XVI).

A nível nacional a situação foi-se agravando também. Com a subida ao trono de D. Sebastião, em 1568, após ter atingido a maioridade, a situação portuguesa mudou bastante, devido a várias acontecimentos. Em primeiro lugar, em 1570, *as importações e exportações passaram a ser livres*; em segundo lugar passaram a ser reconhecidos *três modos de vida (viver como senhor ou amo; ter ofício ou mestyer; negociar o seu ou o alheio)*; em terceiro lugar *publicou-se a Pragmática contra o luxo e Alvarás contra a mendicidade*; finalmente, como se ainda não bastassem todas essas mudanças sociais e económicas, sobreveio o problema da peste que lançou Lisboa no caos (Serrão, Joel 1986, pp. 108-109). De facto, segundo este autor, passaram os portugueses a viver *irrealistamente* e para além do que era possível:

*Os grandes nobres esforçavam-se por manter pequenas cortes pessoais, consumindo nisso mais do que tinham. Várias leis*

*sumptuárias (isto é, proibições de luxo no vestuário e na maneira de viver) foram publicadas para refrear essa tendência, tentando limitar o uso de tecidos raros, de jóias, de guarnições de ouro e prata, da criadagem (Ibidem).*

No ano de 1571 foi publicada uma lei cujo § 23.º se refere às *naus que de Aveiro iam à Terra Nova para pescar bacalhau; aí se determinava que as naus iriam armadas e que as de Aveiro, Viana do Lima e qualquer outra parte do Reino elegeriam entre si, ao tempo que partissem, capitão-mor* com o se pode ler em *Subsídios para a História de Aveiro* de Marques Gomes (2003, p.69-A) [Online] [Consult. 20-12-2003] [Disponível em [http://www.prof2000.pt/users/avcultur/calendaveiro/11Nov\\_03.htm](http://www.prof2000.pt/users/avcultur/calendaveiro/11Nov_03.htm)].

### **3 - Vida Cultural**

#### **3.1 - Os Mosteiros**

No que se refere à vida cultural e religiosa, esta vila vai vendo surgir, à sua volta, e ao longo da história, uma série de Mosteiros que irão dar alma a toda a região. Em primeiro lugar, chega à aldeia de Friande, *Subtus mons civitatis Bogunte*, Arias com alguns companheiros, vindos de Braga para, no ano 1084, fundarem o Mosteiro de São Simão, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho o qual, por ter sido construído no sítio da *Junqueira*, passou, mais tarde, a ser conhecido sob o nome de *S. Simão da Junqueira*. Para este, em *Março de 1181 é transferido por D Afonso Henriques o couto que em 1136 fora dado a Paio Guterres*, segundo Ferreira (1923, p. 39 e GEPB (1936 -1960, Vol. 35, p. 474). Nos começos do séc. XII surge o Mosteiro de S. Cristóvão, em Rio Mau, o qual fora precedido pelo Mosteiro de Vairão, como consta de um documento que se refere à doação que lhe tinha sido feita por um certo Pala Pais, em 1104. Esse documento refere o nome do abade e monge da Igreja desse dito mosteiro, como sendo dedicado aos santos S. Cristóvão e S. Silvestre. De todos estes mosteiros, existentes no séc. XII, o que mais se evidenciou foi o de S. Simão, devido às diversas doações que foi recebendo, entre as quais se destacam aquelas que lhe vieram da generosidade de D. Afonso Henriques, em cartas datadas de 25 de Março de 1136, 29 de Março de 1141, 24 de Maio de 1143 e Março de 1181 (Idem, pp. 473-474).

**Foto 5: Mosteiro de Santa Clara cujos inícios datam do ano 1318**



**Fonte:** o autor – (2008)

Quanto à construção e finalidade do Mosteiro de Santa Clara, podemos dizer que este foi erigido em Vila do Conde nos princípios do século XIV. Embora, na altura, o senhorio de Vila do Conde estivesse *na posse de D. Affonso Sanches, filho ilegítimo do Rei D. Dinis e de D. Aldonça Rodrigues Telha, era património de D. Thereza Martins, esposa de D. Affonso Sanches, filha legítima do Conde de Barcelos, D. João Affonso de Menezes, e de D. Thereza Sanches, pois tinha-lhe advindo por herança da sua quarta avó paterna D. Maria Pães Ribeira, a quem D. Sancho I, Rei de Portugal, a doara, como disse* (Ferreira, 1923, p.15). Este mesmo autor, apoiando-se na *Monarchia Lusitana* (Vol. VI, cap. 64, pp. 213ss) continua dizendo que a fundação deste mosteiro se deu no ano 1318, quando o Rei D. Dinis regressava de Santiago de Compostela, sendo acompanhado do seu filho bastardo, D. Afonso Sanches. Ao passarem por Vila do Conde, este último teve a ideia de mandar construir, ali, um mosteiro em honra de Santa Clara, talvez para imitar o que já tinha sido feito, em 1317, em Coimbra, pela Rainha Santa Isabel. Ambos os mosteiros foram, portanto, edificados, segundo ele:

*“... por devoção e sympathia para com a Ordem dos Menores (Ordem de S. Francisco). Assim pensado, D. Afonso edificou e dotou este novo mosteiro, para fidalgas pobres, por carta datada aqui em 7 de Maio de 1318, recebendo a “confirmação de El-Rei D. Dinis, outorgada em Monte-mór-o-Novo aos 4 de Janeiro de 1319 D. Dinis confirma essa construção.*

O Convento ou Mosteiro é imponente e a Igreja, de uma só nave e em forma de cruz latina, termina por uma abside em figura poligonal. Embora seja *de estilo gótico severo*

*e grave da igreja de S. Francisco do Porto, com sabor ainda ao estilo românico d'onde derivara* (Idem, p. 16), apresenta uma certa sumptuosidade.

Podemos apreciar, ainda em muito bom estado, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, do século XV-XVI, em estilo gótico-florido, sinal da transição do estilo gótico para o da renascença, ou seja, em estilo manuelino. Nela se encontram os túmulos, (de escultores desconhecidos), de D. Afonso Sanches, falecido em 1329 na sua Villa de Albuquerque, em Castela e de D. Teresa Martins, falecida, em Portugal em 1350 ou 1351, para onde veio após a morte do marido. No transepto, do lado esquerdo encontram-se o túmulo brasonado de D. Fernando de Menezes, senhor da Casa de Cantanhede, terceiro neto dos Fundadores e o túmulo de sua mulher D. Brites d'Andrade que foram protectores do Convento, como o descreve ainda Ferreira (1923, p.17). Encontra-se ainda ou outro túmulo no centro que guarda os restos mortais de D<sup>a</sup> Brites Pereira que era filha de Nuno Álvares Pereira e foi a progenitora da Casa de Bragança.

Dedicado, portanto, a mulheres, *Filhas de algo pobres* este mosteiro recebeu das mães dos seus fundadores, em carta de 7 de Maio de 1318, o testamento, no qual é estabelecida a finalidade desta fundação e assinaladas as leis por que se devem dirigir as suas enclausuradas. Deste testamento que se encontra explicado longamente em GEPB (1936-1960, Vol. 35, p. 479) passamos a indicar os pontos principais:

- Nós (D. Afonso Sanches e Da. Teresa Martins) somos os Patrões do Mosteiro;
- Somos os fundadores e construtores pelas nossas fontes;
- Nós damos este mosteiro e a este daremos tudo o que for necessário para as mulheres que aí viverem;
- Damos-lhe, em doação, os Patronatos da Igreja de Fervença de Alcoentre, da Póvoa de Varzim, Formariz, Touguinha-Beiriz, Terroso, Landão, Nabais e Quirance;
- Este Mosteiro será para alojar mulheres *Filhas de Algo* pobres,
- Nós não defendemos *Filhas de Algo* ricas;
- Mas, se não há *Filhas de Algo* pobre ou se estas não são de boa reputação, os fundadores permitem a admissão de outras mulheres que não desonrem o

mosteiro;

- Isto será feito para impedir que as mulheres do mosteiro andem de aldeia em aldeia a granjear ou a pedir esmola, com perigo das suas almas;
- Pertence à abadessa a administração de todos os bens, tanto seculares como eclesiásticos, com absoluta independência de toda a autoridade eclesiástica ou secular exterior;
- A ela pertence ainda a autoridade para mudar as disposições que dizem respeito à distribuição do vestuário e alimentação;
- Os fundadores dispõem para que aí haja quatro capelães que devam cantar quotidianamente as horas canónicas;
- A abadessa não pode alienar os bens do Mosteiro, mas pode negociar para o bom curso dos negócios;
- O defensor será o filho dos fundadores, D. João Afonso e seus descendentes ou, na falta de descendência, aqueles que são familiares mais próximos.

**Tabela 1: Sinopse da construção dos mosteiros e Igrejas.**

| Construção de Mosteiros                   | Século                      | Local                             |
|-------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Igreja S. João Evangelista                | X-XI                        | Igreja do Castro / Vila do Conde. |
| Mosteiro de. S. Simão                     | XI                          | Junqueira                         |
| Mosteiro do Vairão                        | XII                         | Vairão                            |
| Mosteiro de S. Cristóvão                  | XII                         | Rio Mau                           |
| Mosteiro de Stª Clara                     | XIV                         | Vila do Conde                     |
| Substituição das Igrejas                  |                             |                                   |
| Do século XI ao século XVI                | Do século XVI em diante     |                                   |
| Igreja de S. João Baptista (Igreja Velha) | Igreja Matriz (Igreja Nova) | Aberta ao culto em 1518           |
|                                           |                             | Elevada a Colegiada em 1519       |

Pouco depois da sua fundação, este Mosteiro obteve o padroado da Igreja paroquial de Vila do Conde que, então, pertencia, segundo a mesma fonte (Idem, p. 478), à Igreja e Colegiada de Guimarães, ficando esta, em troca, com o padroado da Igreja de S. Tiago de Murça. Para melhor compreensão do texto, convém relembrar o que significa *Filhas de algo* que, na perspectiva de Tavares (1990, p. 15) seriam *as filhas ou de escudeiros*

*fidalgos ou de nobres dessa época sem bens fundiários, urbanos ou rurais.*

### 3.2 - Igreja Matriz e a sua Colegiada

No século XIV, na opinião do autor de Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Vol. 26, 481) novas disposições reais vieram beneficiar os habitantes de Vila do Conde. Em 10 de Fevereiro de 1372, D. Fernando isentou-os do pagamento da taxa de passagem que era obrigatória para todas as mercadorias do Reino; em 1381, por carta régia, datada de 12 de Agosto, D. Gonçalo Teles, conde de Neiva e irmão da Rainha, foi confirmado como Senhor da Vila.

No que respeita à vida religiosa, existiu, nesta vila, desde o séc. X-XI, uma pequena Igreja pertencente ao Castro, dedicada a S. João Evangelista e que perdurou, servindo a população durante muito tempo. Incapaz, no entanto, de albergar o elevado número de fiéis que não deixava de crescer, sentiu-se a necessidade de construir uma outra, em nome de S. João Baptista e que viria a ser a Igreja paroquial até aos primeiros decénios do século XVI, data em que foi construída a actual Igreja Matriz (a Nova) em substituição da anterior - *Igreja Velha* -. A actual veio a ser construída no Campo e Lugar da capela de S. Sebastião, sendo esta, por isso, transladada para a entrada da Rua da Lapa e daqui para o Cemitério público, em 1853, onde se encontra ainda.

**Foto 6: Igreja Matriz de Vila do Conde com os anexos originais, à esquerda**



**Fonte:** Curiosidades e Velharias. In *Vila do Conde Quasi Diário (6º e último acto). lixria. mixórdia. afins*. [Online] [Consult 15/06/06] Disponível em <http://viladoconde4.blogs.sapo.pt/2006/06>



De uma visita a Vila do Conde, verificámos que a Igreja Matriz está orientada no sentido este-oeste e o seu estilo é o manuelino, próprio da época, tendo o seu interior três naves, divididas por duas alas de quatro colunas que sustentam dez arcos de volta inteira (cinco por cada lado) e o coro. A nave central é mais alta e larga que as laterais e termina pela Capela-mor coberta por uma abóbada. Uma das capelas, a dos Marinheiros, é um autêntico monumento às glórias marítimas de Vila do Conde. As suas paredes estão revestidas de belíssimos azulejos policromos dos princípios do século XVII, predominando as cores: azul e a branca. Uma outra capela lateral é dedicada a Nossa Senhora da Assunção e aqui está também colocada sobre um nicho manuelino a imagem gótica do Orago ou Patrono da Igreja, S. João Baptista, esculpida em pedra de Ançã, remontando, ao que parece, ao século XVI.

Esta nova Igreja, cujos anexos originais do lado esquerdo já desapareceram começou a ser idealizada e construída por volta do ano 1500, tendo sido começada por arquitectos biscainhos e continuada pelos seus congéneres portugueses, como o indica Ferreira (1923, p. 26), por meio destas palavras:

*(...) foi começada, por arquitectos biscainhos e concluída por arquitectos portugueses; porquanto, em 1500, João de Rianho, pedreiro biscaio, tratou por escrito com a Câmara Municipal a obra da Matriz, mas em 28 de maio do mesmo ano trespassou-a a Sancho Goia, também contudo em 22 de novembro de 1507 Gonçalo Annes, mestre pedreiro, morador em Villa Real, por mandado da Câmara Municipal, vistoriou a obra até então feita e avaliou ou orçou a obra ainda a fazer incluindo a torre na quantia de 550\$000 reis, quantia importante para aquelle tempo, em que os salários dos pedreiros iam de 28 a 50 reis por dia, e os carros de pedra extrahida do Monte Vairão custavam 20 reis cada um. (cf. Livro das Vereações de 1502, no Archivo Municipal de Vila do Conde).*

Ora, as dependências que deviam ser feitas ou terminadas pelo arquitecto português, Sancho Goia, eram as seguintes: concluir as capelas, absides e a porta; fazer o arco do coro; as naves e seus entablamentos; os arcos e pilares do meio; as janelas ou frestas e, finalmente, o arco da porta travessa e a torre que não é a actual, pois esta é muito posterior. Todo este trabalho não seria terminado por Goia, mas sim mestre Gonçalo Annes (Ibidem).

Esta igreja foi aberta ao culto em 1518 e elevada à categoria de Colegiada, pelo Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, a pedido do povo, das monjas clarissas e do próprio Rei, D. Manuel, em 1519, tendo à sua testa um Prior e quatro *raçoeiros* ou

beneficiados. A sua confirmação seria obtida em 1524 por breve de Clemente VII. Aqui passariam a decorrer os estudos dos meninos dos 7 aos 13 anos de idade, até 1834, ano em que foi extinta por abandono dos seus beneficiados em 1834. Para um maior aprofundamento da fundação da Colegiada Vila-condense pode consultar-se o *Estatuto da Collegiada* de Vila do Conde que se encontra, no *Archivo parochial* de Villa do Conde, e no *Archivo districtal* de Braga, L.º 266, fl.192 v., do Registo Geral (GEPB, 1936-1960, Vol. 35, p 484).

Como já referimos, esta Igreja Matriz já não possui, hoje, os anexos, originais do lado esquerdo da fachada, quando a olhamos de frente, e, em seu lugar, vemos um pequeno largo com uma árvore, como se nota pela foto que apresentamos, o que contribui para um desequilíbrio da própria arquitectura da mesma, como é evidente, ficando a torre como que desamparada e sem nada a que aliar-se.

**Foto 7: Igreja Matriz de Vila do Conde na actualidade**



**Fonte:** o autor – (2006)

### 3.3 - Colegiada de Vila do Conde

Vila do Conde pertenceu à Colegiada de Guimarães até aos inícios do século XVI, altura em que essa Vila passou a ter a sua própria Colegiada. Esta efeméride deu-se quando a Igreja Matriz, depois de ter sido aberta ao culto, em 1518, foi elevada à categoria de Colegiada no ano seguinte pelo Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa.

No seu livro, Freitas (2001, pp. 274-288) transcreve um apanhado de *Vila do Conde. Memórias paroquiais de 1758* do P. Luís Cardoso, que foram publicadas no *Dicionário Geográfico*, Vol. 40. n. 195, FL. 1161, e que é um Epílogo Topográfico dessa Vila. Nesse trabalho, onde se apresentam as coisas mais importantes dessa cidade no ano indicado, ao falar da sua Colegiada refere-se a esta nestes termos:

*6. A Colegiada Matriz é a Paróquia e esta está situada quase dentro do corpo da vila, ainda que pela parte do mar de Norte a Sul se lhe segue a maior congerie de casas e pertence a esta paróquia a Aldeia de Regufe com 25 fogos que tem. A Areia com 6. Portas Fronhas com 3. Pega com 3. Casal do Monte com 12, e o Casalinho com 9, que são subúrbios da vila.*

*É seu Orago em dia de S. João Baptista. Tem a Colegiada Matriz duas naves formadas em vistosas arcarias, e nas paredes em cada uma 3 altares abaixo do cruzeiro que são, da parte do Sul, o Altar de S. José em irmandade: o Altar das almas com irmandade e privilégio; o Altar de N. Senhora da Conceição, cabeça de morgado, sem irmandade. Da parte do Norte também na parede outros três, que são o de N. Senhora da Piedade, com irmandade; o Altar de Santo António, com irmandade; e o Altar do Santo Crucifixo, com a invocação da Paciência, sem irmandade.*

Depois de continuar a enumerar os anexos da Colegiada (pp.275-276), continua dizendo:

*11. Tem a mesma colegiada seu coro, e duas sacristias, uma própria, e outra particular da Capela do Santíssimo Sacramento (...): Tem 4 beneficiados colados; a apresentação é do Mosteiro de Santa Clara e rende a cada um o seu benefício de 110.000 rs-.*

*Tem o Convento de Santa Clara de Religiosas observantes da Ordem de S. Francisco, fundado por Afonso Sanches e D. Teresa Martins, que nela jazem sepultados ... (p. 277).*

Segundo, pois, este testemunho do pároco de 1758, à própria Colegiada da Igreja Matriz de Vila do Conde pertencia, não só a vila e suas anexas, mas o próprio Convento de Santa Clara que tinha sido fundado por Afonso Sanches e sua esposa para a educação de meninas *Filhas de Algo*.

Portanto, a partir da fundação da sua Colegiada Matriz, a educação elementar dos meninos que, até então, era dada na Colegiada de Guimarães, passou a ser dada em Vila do Conde, assim continuando até ser extinta no século XIX. A extinção das Colegiadas, segundo a mesma fonte (Idem, p. 123) aconteceu faseadamente: umas foram-no

*por leis de 17.05.1832 e 16.06.1848 e as restantes pelo decreto de 01.12.1869 (...) à excepção da Colegiada de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Oliveira que, depois de ter sido reorganizada em 1891, foi definitivamente extinta, em 1910.*

#### **4 - Manuel de Sá, um ilustre desconhecido de Vila do Conde**

##### **4.1 - Sua Terra Natal e sua Família**

Em 1530, Vila do Conde serviu de berço a Manuel de Sé, um conhecidíssimo teólogo Jesuíta, cujas obras de Moral e Exegese Bíblica ajudaram a formar professores e missionários que influenciaram, no campo das ciências da educação e das metodologias, a Europa em primeiro lugar e muitas partes dos outros continentes, sobretudo, onde os Jesuítas e seus alunos ensinaram ou missionaram.

Da família de Manuel de Sá pouco sabemos. Assinale-se, porém, que o Registo paroquial dos baptismos, em Vila do Conde, começou, somente, em 1535, encontrando-se no entanto assinados por sacerdotes sem designação do cargo. Em Lisboa os Registos foram estabelecidos a 25 de Agosto de 1536 no Sínodo diocesano que foi presidido pelo Cardeal Infante D. Henrique, enquanto os de Braga foram impostos nas Constituições diocesanas de 1537, constituições essas que foram aprovadas, no Sínodo de 16 de Setembro, do mesmo ano, adicionando também os Registos para os Óbitos. Mais tarde, o Concílio de Trento ampliou-o para os casamentos e generalizou-o em toda a Igreja Romana (Sess. XXIV, cap. I e II, *de reforma Matrimonii*).

O nome Sá, segundo Machado (1984, Vol 3, p. 1287), é bastante frequente no Norte de Portugal e na Galiza, aparecendo também sob a forma de *Saá*, mais frequente na Corunha, Lugo e Orense. Parece ter a sua origem em *sala*, de origem germânica, provavelmente do gótico (ant. alemão *sal*, *casa*). Sob a forma de *Saá* aparece já nas *Inquirições gerais*, tanto nas que foram ordenadas por D. Afonso II em 1220 (*Inquirições gerais* (1220, p. 55), como naquelas que foram ordenadas em 1258 por D. Afonso III (*Inquirições gerais* (1258, p. 376), tendo estas a finalidade de averiguar da

legitimidade da posse de terras por parte da nobreza e do clero.

Do seu pai sabemos que foi *vendedor de panos* ou *vendedor de lenços* (*Epist. Mixt.*, 1898, Vol. I. p. 433), carta de Oviedo, datada de 3 de Nov. 1547. *Epistolae Mixtae* fazem parte da grande Colecção *Monumenta Historica Societatis Jesu*, publicada em Madrid desde 1894 a 1991), o que parece concordar com a célebre indústria de tecidos e *panos meirinhos* florescente, nessa época, em Vila do Conde, como já tivemos oportunidade de referir.

A propósito relembramos o já citado testemunho de Tavares (1990, Vol. 1, p. 193) sobre o comércio dos mercadores judeus os quais tinham maior capacidade de investimento e cujo comércio visava quer a importação de têxteis, quer ainda os panos, *provenientes da França, Inglaterra, cidades italianas, castelhanas, as finas Holandas, as cambraias, os panos da Índia que vendiam nas lojas de retalho que possuíam, em Lisboa, na Rua Nova, em Évora, na praça, etc., ou que exportavam para a Europa ou para terras de mouros*. Com os Descobrimentos, os nossos mercadores alargavam os seus horizontes, enriqueciam e, conseqüentemente, enobreciam, pois que, segundo a mesma autora, (...) *a profissão do mercador enobrecia-se e não desdenhava ser uma das ocupações da nobreza quinhentista e até da própria família real* (Idem. pp. 193-194).

Neste caso, se o seu pai era um comerciante de panos de Vila do Conde ou *panos de treu* e, provavelmente de outros – aliado isto ao facto de ter outro filho que, segundo Machado (1752, Tomo III, p. 361-362), foi o Doutor Balthazar de Sá, Ouvidor do Duque de Florença, e depois do Arcebispo de Braga, D. João Affonso – podemos inferir que viviam desafogadamente, pois pôde este filho fazer carreira nas letras e ficar ao serviço de altas dignidades, o que não se coaduna muito com a hipótese de tratar-se de uma família humilde e muito menos pobre. De facto o ouvidor, pertencia à classe dos Letrados, era um Juiz, nomeado especialmente para actuar junto de certas repartições públicas. Tais funções aliadas à sua sabedoria e *internacionalidade*, tornaram o Dr Baltazar de Sá um homem de renome.

Ora, segundo Tavares (1990, p. 196), *desde meados de Quatrocentos, os Letrados não eram oriundos apenas dos grupos popular ou clerical. A nobreza mandava também os seus filhos para a Universidade, no século XVI, e ocuparia, a partir desta altura, os altos cargos judiciais (...).*

Perante a situação presente destes dois varões da família Sá, não poderemos aceitar, sem reserva, a afirmação de Franco (1719, I Tom. II, p. 388-391), quando diz que Manuel de Sá era *de uma família virtuosa, mas humilde de condição e de modo nenhum abastada de bens de fortuna* e muito menos a expressão que, por lapso, nós próprios escrevemos ao atribuir ao pai de Manuel de Sá o ofício de *vendedor de lenços*, em vez de *vendedor de panos*, como seria mais correcto (Matias, 1990, pp. 125-142).

Da sua mãe, também pouco sabemos. Os documentos que pudemos verificar não falam dela mais do que duas ou três vezes. A primeira tem a ver mais com o Manuel, quando este foi mandado para Coimbra, a fim de fazer o seu bacharelato em Artes. Refere o documento que a sua mãe, ao enviá-lo, o advertira para que se dedicasse intensamente aos estudos das letras e lhe desse a alegria de um dia ouvir falar dele como de um grande homem e, se possível, se tornasse um apóstolo, isto é, um membro da Companhia de Jesus, pois, assim eram conhecidos os primeiros companheiros de Inácio de Loyola (Franco, 1719, pp. 388-391).

Muito mais tarde, no mês de Setembro de 1571, Manuel mostra-se preocupado com a situação da sua Mãe e da sua irmã e, por isso, o próprio Francisco de Borja, a 02 de Setembro de 1571, escreve de Barcelona, ao Padre Nadal, pedindo-lhe que assegure a Manuel de Sá de que ele mesmo (Borja), logo que chegue a Portugal, providenciará para que nada falte a essas duas senhoras: *Tambien procuraré ajudar la madre y hermana del Padre Manuel, porque el pierda el cuidado dellas* (Borgia (1903, Tom. II, Epistola. 974, p. 625. Manuel de Sá tinha, então, 42 anos de idade e a sua mãe deveria rondar os 60.

Esta carta com outra datada de 30 de Julho do mesmo ano (Idem, p. 614) completa o quadro familiar e o mundo das preocupações de Manuel relativas aos problemas da família, onde se diz: (...) *y al P. Manuel se poderá decir: que pues yo he tomado el cargo, y voy à Portugal, bien podrá descansar ó de una manera ó de outra* (...). Existe uma outra carta de Francisco de Borja, a Nadal, datada de Lisboa a 12 de Dezembro de 1571 (Borgia, 1911, Tom. V, p 550), onde o que está em causa são as necessidades do próprio Manuel relativamente às despesas da Igreja de Santo André de Roma que estava a seu cargo: *y lo mesmo digo del gasto del P. Manuel que alla veremos como satisfacer à San Andrès*).

Nesta altura já não podiam contar com o chefe de família, possivelmente já falecido, nem mesmo com a ajuda do Doutor Baltazar de Sá, desconhecendo-se as razões. Esta situação delicada da sua Mãe e irmã são bem compreensíveis se tivermos presente que, com o desaparecimento do chefe da família e mestre na área do comércio, e com a largada dos filhos varões, um para a vida religiosa, outro para o ofício de ouvidor, a família Sá perdeu a sua antiga força, o que veio pôr os restantes membros numa situação menos desafogada.

À dignidade de mercador podiam, portanto, chegar, *desde meados de quatrocentos*, tanto homens da classe popular e clerical, como da classe da nobreza, como bem o afirma Tavares (1990, Vol. 1, p. 196): (...) *desde meados de Quatrocentos, os Letrados não eram oriundos apenas dos grupos populares ou clerical. A nobreza mandava também os seus filhos para a Universidade, no século XVI, e ocuparia, a partir desta altura, os altos cargos judiciais.*

Perante estes novos dados acerca destes dois varões da família Sá, não poderemos aceitar, sem reserva, a afirmação de Rodrigues, (1931, Tom I, vol. I, L. II, c iv. p. 454), quando diz que Manuel de Sá era *de uma família virtuosa, mas humilde de condição e de modo nenhum abastada de bens de fortuna*).

**Foto 8: Aqueduto de Vila do Conde (séculos 17 e 18)**



**Fonte:** o Autor – (2008)

#### **4.2 – Das Escolas da *Aula Palatina* às Escolas seguidas por Manuel de Sá**

Para melhor situarmos os primeiros estudos de Manuel de Sá, relativamente ao lugar onde os fez, e aos conteúdos que faziam parte do currículo habitual das escolas do seu tempo, procedemos a uma pequena síntese do sistema de ensino, pelo menos até essa época

##### **4.2.1 - Surgimento das Escolas entre gregos e romanos**

As escolas tiveram a sua origem em tempos que remontam aos gregos Isócrates (436 – 338 a.C.) e Platão de Atenas (428/27 a.C. - 347 a.C.), que são considerados como os seus fundadores.

O primeiro, um orador e retórico ateniense, é apresentado pela tradição como tendo sido aluno de Protágoras de Abdera, de Pródico (Πρόδικος) da ilha Ceos (e, sobretudo, de



*Górgias de Leontini* da Sicília (485 - 375 a. C.), dizendo-se também que foi ouvinte de Sócrates. Foi adversário da filosofia platónica, que julgava inapta para a formação ética e política do homem grego e, sob o ponto de vista político, foi adversário de Demóstenes, lutando pela união do mundo helénico sob a monarquia de Filipe da Macedónia, contra os persas. Para expandir a sua doutrina, abriu a primeira escola de retórica, em 393 (a. C.), com regras ou objectivos bem delineados e mais práticos do que teóricos, entre as quais se destacam os seguintes:

- Ser capaz de usar uma linguagem e uma voz apropriadas para tratar problemas práticos;
- Possuir uma educação cívica compatível com as necessidades do tempo e em ordem ao serviço do Estado;
- Pôr em prática os ensinamentos, compondo e declamando discursos sobre os mais variados temas;
- Ser capaz de adaptar os temas e a linguagem às variadas situações e ocasiões;
- Inculcar a ideia de que a habilidade e a prática são mais importantes do que as regras ou princípios retóricos (Pietri, s/d, pp. 129-146).

Por sua vez, Platão, tendo sido discípulo de Sócrates, e mestre de Aristóteles, fundou a sua Academia, em 387 a.C. na qual ensinava também retórica e Filosofia, tratando nesta disciplina *ética, política, metafísica e teoria do conhecimento* como se verifica nos seus dois escritos, conhecidos sob os nomes de Diálogos ou Dialécticas e República, que tiveram grande influência nas gerações greco-romanas que, por sua vez, vieram a influenciar grandemente ou condicionaram todo o ensino latino, pelo menos até Alcuíno de York.

Na verdade, a partir dos sistemas gregos, os Romanos criaram os Ginásios, as escolas de cálculo, de gramática e de direito que vieram a sofrer transformações profundas com a decadência do Império Romano, iniciada nos finais do século II e consumada no ano 476, pelos Bárbaros que, tendo ocupado a Europa se converteram ao Cristianismo e o favoreceram de tal modo que se veio a impor, no campo do ensino. No entanto, nesses tempos remotos, segundo diz Tavares (1990, Vol. 1, p. 133):

*Apenas uma minoria frequentava escolas para se instruir e, nesta, a maior parte destinava-se à vida eclesiástica. Daí que não estranhemos que tivesse sido a Igreja a primeira a*

*preocupar-se com a cultura dos seus membros. Para isso, nos conventos e junto às sés, surgiram as primeiras escolas que tinham por objectivo fornecer ao futuro monge ou ao futuro clérigo os rudimentos da escrita e da leitura, de modo a poder enveredar pelo estudo da ciência religiosa.*

#### **4.2.2 - Surgimento das Escolas na Igreja católica**

Na Igreja Católica, foram, então, instituídas Escolas Paroquiais, também chamadas Escolas Presbitérias, a fim de serem preparados clérigos para darem assistência às diversas paróquias que iam surgindo, nas cidades. Levaram este nome, por serem dirigidas pelo presbítero e terem lugar no presbitério, ou Casa paroquial. Há testemunhos de tais escolas já existirem no século II, sendo reservadas normalmente para aos eclesiásticos, como se lê em Riché (s/d, pp. 201-225).

O sistema era muito simples: o sacerdote que tinha a seu cargo a paróquia tinha também a função inerente de, em sua própria casa de residência, preparar os jovens que se predispuessem para o sacerdócio. Mas, à medida que as paróquias cresciam e o número dos jovens educandos aumentava, passou-se das casas privadas às primeiras igrejas nas quais o altar substituiu a tribuna.

Relativamente às matérias ministradas nestas escolas, preponderava o estudo da Sagrada escritura, de modo especial, os salmos bíblicos. No entanto, e uma vez que nas escolas públicas ou civis se ensinava *cálculo*, *gramática* e *direito*, é de supor que, também nestas escolas, se ensinasse alguma coisa destas matérias, dependendo da capacidade e habilitações do pároco mestre.

#### **4.2.3 – Escolas Monacais – Regra de S. Bento**

Para ampliar os estudos dessas escolas iniciais surgiu no seio da Igreja, já no século VI e longe dos povoados, a Regra (ou Constituições) de S. Bento que fundou um mosteiro em Múrcia (Espanha) e no Monte Cassino (Itália) (Riché (s/d, pp. 206-208), Regra essa que viria a ser adoptada por muitos outros mosteiros. Segundo esta Regra, além dos três votos – pobreza, castidade e obediência – deveriam praticar a hospitalidade, a caridade e o trabalho manual para a sua subsistência. Mas mais que tudo, deveriam dedicar-se ao estudo e ao ensino. Foi, assim, que os Mosteiros Beneditinos se tornaram grandes centros culturais incluindo o célebre *scriptorium*, onde copiavam, textos antigos escreviam e elaboravam as belíssimas iluminuras que ainda hoje causam admiração. Foi igualmente

devido a este trabalho que se puderam conservar obras antiquíssimas e raras. Também na Irlanda e Grã-Bretanha surgiram escolas monásticas, já no século V e VI, ficando célebres os mosteiros de Cantuária, *Malmesbury*, *Wearmouth* e *Yarrow*, donde saiu Egberto, futuro bispo de York, que foi, por sua vez, o mestre de Alcuíno (Idem, p. 209).

Nesses mesmos mosteiros surgiram também as Escolas Monásticas, no sistema de internato com o fim de formarem futuros monges, seguindo-se-lhes, mais tarde, escolas externas para a formação de leigos cultos, filhos dos reis e seus servidores. Os programas, inicialmente, eram bastante simples: aprender a ler, escrever, conhecer a Bíblia (quanto possível, de cor e salteada), canto e, um pouco de aritmética ao que, pouco a pouco, se adicionou o ensino do latim, necessário para compreender os textos sacros, da gramática, retórica e dialéctica, com a finalidade de virem, um dia a bem falar e persuadir.

#### **4.2.4 - Escolas estatais, gémen das escolas do futuro**

Em 735 nasceu na Northumbria da Grã-bretanha Alcuíno que, de monge, passou a aluno, e, depois professor, pelo período de 15 anos, na Escola Catedralícia dessa cidade, tornando-se famosa pela sua Biblioteca e ensinamentos. A sua fama como monge e professor era de tal sorte conhecida pela Imperador Carlos Magno, que este, em 728, o chamou para fundar, junto da sua corte e no seu próprio palácio, a *Aula Palatina*, isto é, o Palácio-Escola de *Aix-la Chapelle* (a cidade alemã de *Aachen* ou *Aquisgranum*, em latim), situada na fronteira da Alemanha, Bélgica e Holanda) a qual deu origem à célebre *Escola Palatina*.

Foi, igualmente, sob a sua orientação, que, a partir de 787, foram publicados os decretos capitulares para a organização das escolas e dos seus programas. Estes incluíam as sete artes liberais, repartidas no *Trivium* (três vias constituídas pela Gramática, Retórica e Dialéctica) e no *Quadrivium* (quatro vias ou caminhos, ou seja: Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), às quais, mais tarde, veio adicionar-se a Medicina (Riché (s/d, pp. 214-215).

#### **4.2.5 - Escolas Episcopais Catedralícias (séculos VII-XI)**

O exemplo das escolas monásticas, surgiram também, nas cidades, as Escolas

Episcopais que assim se chamaram devido a terem funcionando inicialmente numa dependência contígua ao palácio episcopal com o objectivo primordial de formar o clero secular. Note-se que o termo secular é aplicado, normalmente, aos sacerdotes que tinham contacto directo com a comunidade ou se embrenhavam directamente com o século. Pouco a pouco, estas escolas foram abertas aos leigos instruídos, de modo a puderem preparar-se para ensinarem e defenderem a Igreja no mundo laico. Este modelo de ensino, apanágio da Igreja católica perdurou até ao século XI.

No século XII, o ensino instala-se fortemente nas cidades com as Escolas Catedrais ou Catedralícias que, tendo a sua origem nas escolas episcopais, passaram a alargar o âmbito dos seus estudos. O que estas últimas ganharam em relação às anteriores deve-se muito ao modo como elas passaram a ser vistas e tratadas pela Igreja Romana. Com efeito, no século XI, com o Concílio de Roma (1079) e no século XII com o Concílio de Latrão (1179), estas Escolas puderam contar com benefícios para remunerarem os seus mestres, dando-se, então, um incremento na ciência com o contacto e absorção de novos elementos recebidos das culturas, em contacto: a judaica, a árabe e a persa, redescobrimo-se os autores clássicos, como Aristóteles e Platão.

Entre estas ficaram famosas, segundo GEPB (1936-1960, Vol 33, pp. 443 e 449), as escolas francesas de Chartres, Reims, Auxerre, Laon e as de S. Vítor, St. Germain, Sainte Geneviève do Claustro, em Paris; a belga de Torna, as alemãs de Fulda e Colónia e outras mais, enquanto em Portugal se distinguiram, entre outras, as de Braga, Coimbra, Guimarães, Lisboa e Alcobaça.

Com o crescimento das igrejas, o Bispo (*episcopus* [ *επισκοπος* ], *vigilante*) fixa-se na igreja do centro populacional mais importante da região, ficando as outras igrejas menos importantes a depender directamente dos Presbíteros (do grego *presbyteroi* [ *πρεσβυτεροι* ] - isto é, os Anciãos. Assim, enquanto nas cidades se fundavam Escolas Catedralícias, Monacais, nas vilas ou aldeias surgia o aperfeiçoamento das escolas paroquiais.

#### **4.2.6 - Colegiadas em Portugal**

Segundo Machado (1977, Vol. II p. 865), Colegiada vem do latim *collegiu* - significando acto/estado de ser colega. E, em literatura religiosa, significa normalmente

uma Corporação ou colégio de sacerdotes, presidida pelo prior com funções e honras de cônegos, não pertencentes à Sé Episcopal, como o define o Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia Das Ciências de Lisboa (Vol. I, p. 182).

As Colegiadas podem ser chamadas seculares, se dependerem directamente do Bispo da Diocese, ou Regulares, quando dependem directamente do Superior de uma Ordem Religiosa. Subdividem-se, ainda, em Catedralícias se estiverem agregadas a uma Catedral, ou meras Colegiadas se pertencerem a uma outra Igreja ou Mosteiro. Quanto à sua dependência, podem ser livres, se dependerem directamente do Bispo ou de patronato, se dependerem de um patrono qualquer, normalmente civil, por exemplo do rei, chamando-se, neste caso, Colegiada de padroado real, segundo opinião de Oliveira (1967, ELBCV, Vol. V, Col. 912).

Assim, estas tiveram origem na necessidade que se sentiu, na Idade Média, de acolher à volta das igrejas catedrais um grande número de clérigos que procuravam seguir uma vida em comum. Seguindo o seu exemplo surgiram outras junto das Igrejas paroquiais ou nos mosteiros que se afastavam um tanto das regras das suas Ordens monásticas iniciais, sendo presididas pelo Prior que teria de ter à sua volta um determinado número de sacerdotes que pudessem leccionar.

**Foto 9: Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães**



**Fonte:** o autor – (2007)

Em Portugal conhece-se a Colegiada de Guimarães, que remonta ao século XI ou XII, e que, na opinião de Oliveira (1967, ELBCV, Vol. V, Col. 912) foi: a mais famosa Colegiada, no território português, possuindo, em 1228, 35 cónegos e 10 *porcionários*, com um mestre-escola para a instrução dos meninos, dos sete aos treze anos.

O autor do artigo Colegiada na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB 1936-1960, vol. VII, p. 122), diz que esta nasceu da transformação dum rico convento fundado no século X por Mumadona, tia de Raimundo II, rei de Leão. O mesmo autor diz não haver concordância, entre os historiadores acerca da data dessa transformação, pois, no seu entender (Ibidem), ter-se-ia dado: (...) segundo uns no tempo de S. Geraldo (1096-1108), segundo outros, já depois de constituída a independência, no reinado de D. Afonso Henriques. Seja como for, o certo é que foram-lhe concedidos estatutos, em 1228, por João de Abbavilla, legado apostólico em Espanha.

As Colegiadas desenvolveram-se, em Portugal, de tal sorte, que no século XII, já havia muitas, vindo a juntar-se-lhes outras, posteriormente. Nomearemos apenas algumas, como exemplo:

- *nos alvares da nacionalidade, as de S. Martinho de Cedofeita, no Porto; a de Alcáçova e a de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães;*
- *entre os séculos XII e XI, as de S. Pedro, S. Cristóvão, Santiago, e do Salvador, em Coimbra;*
- *no século XIII, as de Santa Marta de Marvila e a de Stº André de Ferreira de Aves;*
- *no século XV, as de Ourém, fundadas pelo 1º Duque de Valença e a de Viana, fundada pelo Bispo de Ceuta, D. Justo Baldino.*

Daí em diante as Colegiadas foram-se multiplicando, tanto no Continente, como nas Ilhas Adjacentes.

#### **4.2.7 - A era dos Colégios**

Derivado do latim *Collegium* que, por sua vez, tem a sua origem em *Colligere* (reunir), a palavra *Colégio* significa, segundo Serrão (ELBCV (1967, Vol. 5, Col. 914), uma *corporação de pessoas, onde estas têm a mesma dignidade, as mesmas funções e se reúnem para tratar de interesses comuns (...)* e já na (...) *antiga Roma existiram os Collegia templorum que eram corporações religiosas formadas por sacerdotes ou sacerdotisas, os collegia apavorum ou decuriatum, corporações de funcionários inferiores e empregados públicos e outros mais. Provém do étimo latino Collegiu- (acto*

de ser colega), como no-lo ensina Machado, (1977, Vol. II, p. 182).

Em Portugal, segundo Oliveira (Idem, Col. 917), só até 1834 existiram 23 colégios em Coimbra (1 de Artes; S. Pedro; S. Paulo; 18 de estudantes e Lentes religiosos; 2 de estudantes e lentes das ordens militares); em Braga o Colégio de S. Paulo; em Évora o colégio do Espírito Santo e em Lisboa os colégios de St. Antão e o Colégio dos Nobres, ficando a dever-se ao bispo D. Domingos Anes Jardo, a criação, em 1291, em Lisboa, dos Colégios de S. Paulo, Santo Eloi e São Clemente. Nestes, ensinava-se o mesmo que nas Escolas Catedralícias e Monásticas, ou seja: o *Trivium*.

No século XVI operou-se uma mutação importante. Passaram a usar o nome de Colégio todas as Escolas que ministravam a instrução que, hoje, apelidamos de Secundária, ou preparatória da Universidade. Surgiram, então, principalmente nas cidades de Coimbra e Lisboa, muitos, tanto particulares, como monásticos. Só no tempo de D. João III surgiram os de Santa Cruz, os de Belas Artes, de S. Pedro e S. Paulo, do Espírito Santo, da Trindade, dos Carmelitas Calçados, da Graça, de S. Boaventura, de S. Jerónimo, de S. Bento e o dos Jesuítas.

#### **4.2.8 - As Universidades: das universidades espontâneas às universidades actuais**

O aparecimento das universidades, no Ocidente, surge, já no século XI, sendo a primeira, ao que parece, a de Salerno. Começou por desenvolver-se o sistema das universidades espontâneas, assim designadas por nascerem do desenvolvimento de escolas pré-existente e, depois, as Universidades propriamente ditas, tais como as de Bolonha (por Privilégio de Frederico I, em Novembro de 1158), Régio (1188), Vicência (1204), Palença (1212), Arécio (1215), Pádua (1222), Nápoles (1224), Verceli (1228), Angera (1229), na Itália; as de Paris (1198) e Orleães (1231), em França; a de Lisboa (1190) em Portugal; as de Salamanca (antes de 1230), Saragoça (1474), Alcalá de Henares (1499) e Valência (1500), na Espanha, a de Lovaina (1425), na Bélgica e a de Tubinga (1476-1477), na Alemanha (ELBCV (1967, Vol. 5, Col. p. 445).

A Universidade portuguesa surgiu de uma petição que vários eclesiásticos do reino dirigiram ao papa Nicolau IV, em 12 de Novembro de 1288, para que instituisse nesta cidade um Estudo Geral. Esta petição encontra-se no Livro Verde, cartulário universitário do século XV. No primeiro dia de Março de 1290, D. Dinis funda, em

Lisboa, a Universidade Portuguesa, sendo esta fundação confirmada pelo mesmo papa, em 9 de Agosto de 1290. As primeiras faculdades a serem constituídas foram as de Artes, Leis, Cânones e Medicina, vindo a seguir as de Direito Civil, e Direito Canónico respectivamente, a Gramática, a Lógica, a Filosofia Natural e a Medicina. Alguns autores dizem-nos que na Universidade se ensinavam as disciplinas do *quadrivium*, (também conhecido por Artes) desde a sua fundação e que estas disciplinas eram genericamente designadas de *Artes*, visto haver um texto (apenas um) em que a palavra aparece. Como se vê as disciplinas nestas ministradas, ultrapassavam o âmbito das Artes liberais e abarcavam um vasto leque de disciplinas, como o nome de *Universitas* o indica.

## **5 - Manuel de Sá: Da Colegiada de Santa Clara à Universidade de Coimbra**

Ora, uma vez que Manuel de Sá nasceu em 1530, em Vila do Conde, é lógico que, a partir dos seus sete anos, tenha feito, na Colegiada de Santa Clara dessa mesma Vila, os seus primeiros estudos, que teria terminado aos 13 anos, por volta do ano 1543. É, então, que sua mãe o manda para Coimbra para, ali, os continuar, começando pelo Bacharelato em Artes, que viria a terminar, cerca do ano 1545, mesmo antes de entrar na Companhia de Jesus, ao que tudo indica.

### **5.1 - Uma Opção Religiosa: A Companhia de Jesus**

A atracção que ele começou a sentir pela Sociedade de Jesus, que tinha ainda poucos anos de vida (a primeira aprovação papal é dada por Paulo III, em 27 de Setembro de 1540, pela bula Pontifícia *Regimini Militantis Ecclesiae* que se encontra no *Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplissima Collecti* (1745, Tom. IV. Parte, I, pp. 185-187), teve as suas raízes na conduta e espírito do primeiro grupo jesuíta que se tinha fixado recentemente em Coimbra.

Segundo Oliveira (ELBCV, Vol. V, Col. 901), este grupo tinha chegado à capital do Mondego no dia 13 (ou 29, segundo outros) de Junho de 1542, dois anos apenas após a aprovação dada pelo Papa Paulo III. Chefiados pelo Padre Simão Rodrigues, segundo a opinião de Rodrigues (1931-1950, Vol. I, p. 311) e de Gomes (ELBCV, 1967, Vol. V, Col. 919), hospedaram-se em Santa Cruz, a conselho de D. João III.

Mas, como a sua intenção era a de construir uma residência e um colégio, embora



continuassem a viver em Santa Cruz, o mesmo Padre Simão escolheu, segundo a mesma fonte (Ibidem),

*um sítio que lhe pareceu melhor, na cidade alta, onde em instalações provisórias, a 2 de Julho, deu principio ao colégio, que foi o primeiro e um dos mais célebres de quantos a Companhia de Jesus iria fundar por toda a parte portanto, dois anos após ter sido aprovada para proceder à fundação de um Colégio que viria a denominar-se Colégio de Jesus.*

Depois de regressar à casa-mãe dos primeiros Jesuítas, sita em Santo Antão, em Lisboa, o P. Simão Rodrigues, seu superior volta, pela segunda vez, a Coimbra, a 14 de Abril de 1547, para benzer a 1ª pedra do colégio definitivo, projectado para albergar 200 religiosos (Ibidem) ao qual viria a ser adicionada, mais tarde, uma igreja (que hoje funciona como Sé Nova), cuja construção, apesar de ter começado em 1558, só foi aberta ao público com a nave e as capelas laterais, em 1639, e com o transepto e a capela-mor, em 1698, (Ibidem).

**Foto 10: Colégio de Jesus, em Coimbra, numa foto antiga (sem data)**



**Fonte:** Miguel Pires Proa (2007). Colégios Universitários em Coimbra. In *Gaveta com Saber*: [Online] [Consult 13/11/08] Disponível em <http://gavetacomsaber.blogspot.com/2007/10/quem-passa-pela-rua-da-sofia-em-coimbra.html>

*A vida deste grupo era de tal modo edificante e cativante, no dizer de Baltazar Tellez (1645, Liv. I, cap XXXIX, p. 196), que logo alguns estudantes começaram por se interessar por eles. Assim, a 25 de Agosto de 1542, passou a fazer parte desse grupo, um padre transmontano, Pedro Lopes; seguindo-se os Padres João de S. Miguel, o de Bretonços (Galiza) e Adão Francisco, no dia oito de Novembro desse mesmo ano. O mesmo Telles continua dizendo:*

*Foram os que neste tempo abraçaram a cruz de Christo o Padre Manoel de Sá mancebo de excelente habilidade, e talento; tam conhecido ao diante no mundo todo, por suas obras que nos deixou em especial por aquelle livrinho de ouro, a quem com razam chamamos de Manual, porque, na verdade, anda nas mãos de todos: foi pregador do Papa em Itália, doutor famoso, homem de grande virtude, e letras.*

Em 1544, eram 26 portugueses que se tinham unido a *esta família religiosa* (Idem, p. 442). Entretanto, Manuel de Sá encontrava-se já em Coimbra ou teria aí chegado, por volta do ano 1543, para cursar o estudo das Artes. Dizemos 1543 por levarmos em conta o ano do nascimento (1530) e a idade de 7 a 13 anos dedicados às primeiras letras que deveria ter estudado na Colegiada de Santa Clara de Vila do Conde, como já referimos. Teria sido, pois, entre os anos 1543 e 1545 que ele fez o seu bacharelato em Artes, na Universidade de Coimbra.

Segundo Franco (1719 Tom. II, Cap. XXIV, pp. 388, nº 3), que se reporta a um testemunho manuscrito do Padre Ribadeneira – *História manuscrita livro primeiro capítulo quinto* –, Manuel de Sá foi recebido na Companhia de Jesus a sete de Abril do ano 1545, ou seja, cinco dias depois do Padre Luís da Câmara ter dado o mesmo passo. Nesse ano, segundo este mesmo autor, ele parte juntamente com Luís Gonçalves da Câmara para Valência a fim de, ali, fazerem o Noviciado, cumprindo-se, assim, o desejo da sua mãe quando o enviara para Coimbra: (...) *que puzesse tanto cuidado no estudo das letras, que ela tivesse o gosto de ouvir dele cousas grandes; em especial que desejava fosse apóstolo, nome que em Portugal se dá aos da Companhia* (Ibidem).

Tanto relativamente à data de nascimento (1530), quanto à data da entrada na Companhia de Jesus (07-04-1545), os autores que investigámos concordam, à excepção de dois autores, um para cada uma efeméride. De facto sobre o ano de nascimento temos o *Larousse* (1866 - 1876, Vol. 9, p. 1469) que refere o ano 1531, enquanto sobre a data da entrada na Companhia de Jesus Diogo Barbosa Machado destoa de todos os

outros ao assinalar o dia vinte e sete de Abril (27-04-1545). Vejamos, num quadro sinópticos essas concordâncias e discordâncias:

**Tabela 2: Variação do ano de nascimento e do dia de entrada na Sociedade de Jesus**

| Autor                                                          | Ano de Nascimento | Data da entrada na Companhia de Jesus |
|----------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| GEPB (1936-1960, Vol. 26, p. 450)                              | 1530              | Sete de Abril 1545                    |
| Rodrigues (1974). In ELBCV, Vol. 16, Col. 991)                 | 1530              | Sete de Abril 1545                    |
| Vigouroux (1899-1912, Tom. V, Col. 1283)                       | 1530              | à quinze ans                          |
| Michaud (1843-1865, Vol. XXXVII, p. 159)                       | 1530              | à quinze ans                          |
| Le Grand Dict. Universelle du XXe siècle (1875, Tom XIV, p. 3) | 1530              | à quinze ans                          |
| New Catholic Encyclopedia, Vol. 12, p. 773                     | -----             | Sete de Abril 1545                    |
| Sommervogel (1890-1909, Tom. VII, Col. 349)                    | 1530              | Sete de Abril 1545                    |
| Larousse (1866-1876, Vol. 9, p. 1469)                          | 1531              | -----                                 |
| Barbosa Machado (1752, Tom. III, p. 361)                       | -----             | 27 (vingt sept) de Abril de 1545      |
| António Franco (1719, cap. XXIV, p.388, nº 2),                 | -----             | Sete de 1545 de Abril Aos             |

O curso das Artes seria o primeiro grau académico e o primeiro passo para uma ascensão gloriosa no campo das letras e do pensamento filosófico e teológico. Alguns autores afirmam que Manuel de Sá chegou a ser professor de Filosofia em Coimbra, o que para outros não passaria de uma lenda. Por exemplo, Michaud 1843-1865, Tom. 37, p.159) diz o seguinte : (...) *après avoir enseigné la philosophie à Coimbre, il vint à Gandie* (...), enquanto Franco (1719 Tom. II, Cap. XXIV, pp. 388, nº 1, Idem, n. 3) confirma esse facto com um testemunho tirado da *Biblioteca da Companhia* de Sommervogel (1890-1916), dizendo: *A Biblioteca da Companhia tem, que ensinara Philosophia em Portugal de tam pouca idade (...) que entrando alguns na aula antes de vir o mestre* (...).

Se admitíssemos o facto como verídico, então Manuel de Sá teria ensinado na Universidade de Coimbra antes de entrar na Companhia, visto que, nesse tempo, apenas os leigos podiam ali ensinar filosofia e artes, e, neste caso, teria sido antes de Abril de 1545, ou então poderíamos admitir que tenha ensinado na primeira casa Jesuíta, antes de

ter partido para Valência.

No entanto, se de lenda não passar, esta teria o seu fundamento histórico, na sua precocidade e no seu admirável talento. Ela recorda que, pelo facto de ele ser de baixa estatura e de tenra idade, foi confundido pelos alunos como se fosse um deles, e, sem lhe ligarem, continuaram à espera do professor. Vendo, porém que era ele quem esperavam, ficaram todos confusos pelo *qui, pro quo*, e admirados pela sabedoria profunda e eloquência arrebatadora que a todos encantava (Ibidem).

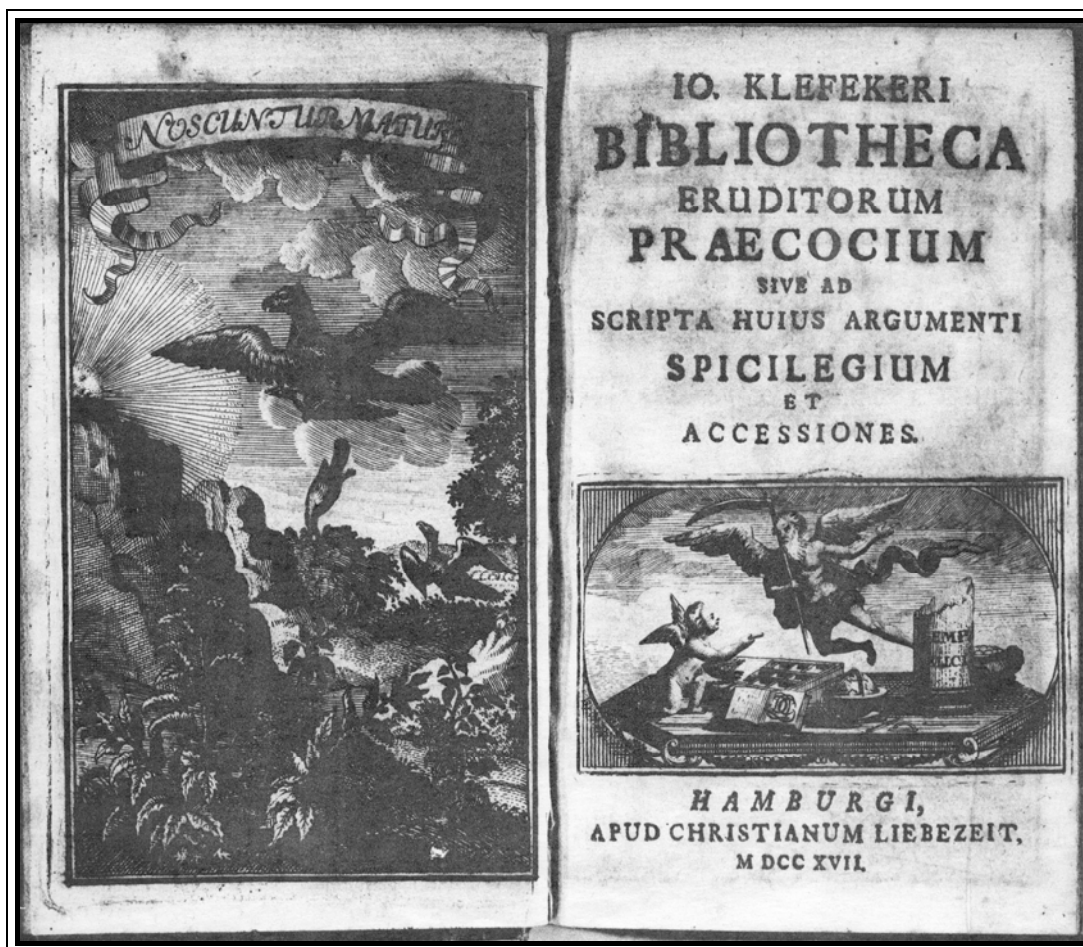
Sobre a sua ida para Gandia, referida por Michaud (Ibidem), Franco (Idem, nº 2) fornece-nos o seguinte esclarecimento:

Aos sete do mesmo anno de 1545 entrou Manoel de Sà, que era estudante de rara habilidade, & passou com Luiz Gonçalves a continuar seu Noviciado em Valência. O Padre Ribadaneira tem, que foram entrar em Gandia; porém o que fica ditto he o que nos consta dos nossos catálogos, & documentos, que carecem de dúvida.

A sua boa preparação e a sua admirável inteligência, manifestadas ao longo dos anos da sua formação, fizeram dele um *Menino Prodigioso*, de maneira a ser incluído por Klefeker (1717, *petit in* 8º, p. 326), na obra que dedicou aos Autores Precoces e aos Temas e Ocasões especiais, como poderemos verificar na fotocópia do documento, existente na Biblioteca de Hidelberg, que, aí, consultámos e fotocopiámos. Em Munique um exemplar idêntico está identificado com o nº 176.

Desta forma, não é de todo impossível que Manuel de Sá tenha ensinado algumas das cadeiras, nomeadamente filosofia elementar, visto que esta cadeira fazia parte do Bacharelato em Artes do qual faziam parte a Lógica Aristotélica, as *Sumulae logicae* e a Filosofia Elementar, correspondendo ao *Trivium* (Gramática, Lógica, Dialéctica).

**Ilustração 1: Frontispício da Obra de Klefeker**



**Fonte:** Biblioteca de Heidelberg (por especial favor de Frau Schmidt)

Seria, no entanto, descabido pensar que ele tenha ensinado no Colégio das Artes, pois que este só foi fundado em 1547-1548 por D. João III e entregue à direcção pedagógica dos Jesuítas, em 1555, pelo mesmo monarca, como o afirma Serrão (1986, p. 104), nem no Colégio da Companhia de Jesus cuja fundação data de 1547 (que coincide com o aparecimento do Primeiro Índice Português, manuscrito, dos livros proibidos).

Como dissemos, poderia ter acontecido o facto na Casa/Residência do primeiro grupo de Jesuítas conimbricenses que foi fundada em 1542 e que, no dizer de Rops (1955, p. 73) seriam *Maisons d'Enseignement d'un type nouveau*. Deste modo o que para Francisco Rodrigues seria uma pura lenda, no que respeita ao ensino em Coimbra, ou desta mesma lenda se ter dado em Gandia, na opinião de Rodrigues (1931, T. I, Vol. I, p. 454), deveria ser deixado como questão em aberto.



## **Capítulo 2**

### **Manuel de Sá em Espanha**





## 1 - Em Valência

### 1.1 - O seu Noviciado

Admitido na Companhia, ele vai ser mandado para Valência (Espanha) para aí fazer o seu Noviciado o qual se prolongaria por dois anos, ao fim dos quais faria os votos simples, como mandava a regra, no dizer de Franco (1719, capítulo XXIV pp. 388, nº 2). A primeira notícia deste facto encontra-se nas cartas do Padre Rodrigues que, assim, escreve

**Foto 11: Praça e Câmara Municipal de Valência**



**Fonte:** o autor – (1998)

de Gandia, a 08 de Dezembro de 1545:

*Los hermanos de Valencia están dellos malos. Manuel (de Sá) y otros dos. Gonçalo Fernandes está mal de los oydos: estudia e acabará presto su curso. Luis Gonzales (da Câmara) está muy aprovechado y obssegado: ha servido en el hospital de Valencia con grand edificación del pueblo (...). De Gandia, à 8 Deziembre de 1545 (Broetii et Roderici 1903, MHSI, Appendix 3, p. 780).*

Portanto, segundo este documento, Manuel de Sá, nos princípios de Dezembro de 1545 estava já em Valência e, por sinal, estava doente, doença que não se prolongou para além do dia 10 de Maio, segundo uma outra carta que Pedro Fabro (*Fabri Monumenta*, p. 426; cf. também *Epist. Mixtae*, 1898, Tom. I, p. 301; *Broetii et Rodrici*, 1903, p 783) escreveu

ao P. António Araoz na qual dizia textualmente: *la quartona de Francisco Gallo se olvidó estando yo en Gandia, y Emmanuel (de Sá) está ya bueno con todos los demás*. Portanto, é mais plausível o testemunho de António Franco que coloca Manuel de Sá a continuar o seu noviciado em Valência, do que o testemunho de Ribadaneira que o coloca em Gandia, como o nota o mesmo António Franco (Ibidem).

## **1.2 - Primeiros Estudos de Teologia**

Além do Noviciado, a sua estadia na capital aragonesa, servir-lhe-ia para começar os seus estudos de Teologia, como o prova uma carta que Jacob Mirón escreveu de Valência ao P. Inácio de Loyola, no dia dezanove de Outubro de 1546 (*Epist. Mixt.*, 1898, Tom. I, p. 317), na qual lemos o seguinte: *Manuel y Ambrosio studian theologia y Joannes Guttanus y Petro oyen ahora las Posteriores en el curso de las Artes*. A carta terminaria com este rasgado elogio a todos eles (...) *y son mui buenos estudiantes en las letras*. Desta mesma dedicação ao estudo da teologia fala ainda André Oviedo (Ibidem), que louva as *Conclusiones Theologicae* que Manuel de Sá tinha sustentado *Muy doctamente*.

## **2 - Em Gandia**

### **2.1 - A sua Docência**

No dia 24 de Fevereiro de 1547 Manuel de Sá encontrava-se em Gandia e substituiu o Mestre Francisco Onfroy na Cadeira de Filosofia, como se deduz duma carta que André Oviedo (Idem, p. 342) dirigiu ao P. Inácio de Loyola e na qual dizia: (...) *y al presente están aqui Isídoro y Emmanuel (Sá) que, de Valência, embiaran para que leyesen en lugar de Francisco Onfroy*.

A sua primeira experiência nessa tarefa foi rapidamente apreciada, tanto sob o aspecto doutrinal, como sob aquele da metodologia, e tanto pelos alunos, como pelos superiores do Colégio Universitário Jesuíta. Prova disto é o elogio que dele foi feito por meio destas palavras: (...) *Emanuel, o que estava en Valencia que veio de Portugal quando vino Luys Gonçalves que ahora es rector en Coimbra de los hermanos, lee el curso, por ser docto e estar contentos los que le oyen de su modo de leer...* (*Epist. Mixt.*, 1898, Tom. I, p. 348; cf. pp. 354 e 364).

A própria tenra idade não o impediam de adquirir e repartir a ciência de modo muito

maduro, como se diz no mesmo documento: *y aunque es pequeño que avrá diez y siete años*, nem a pouca experiência que possuiria o inibiam de propor e desenvolver uma metodologia própria o que fazia dele um mestre capaz de falar com autoridade apreciada e bem aceite: (...) *tiene muy buena manera para enseñar* (Idem, pp. 348-349).

Por outro lado, continua o mesmo autor, também o conteúdo por ele veiculado era muito apreciado e aceite como se ele fosse já um mestre consumado: (...) *y leyendo este curso se puede mucho aprovechar en el fundamento de las Artes, pues tiene edad para ser muy docto en su studio* (...) (Ibidem)

Das suas lições, portanto, todos podiam aproveitar muito. Assim o faziam, por exemplo, *los hermanos que están buenos y continúan sus estudios de las Artes los que las oyen y aprovechan...porque lee muy bien Emmanuel*.

## **2.2 - O seu Mestrado em Artes**

Quando ensinava Artes no Colégio Jesuíta de Gandia, fundado por Francisco de Borja, duque dessa mesma cidade, André Oviedo foi notificado acerca do Indulto perpétuo que essa cidade tinha adquirido, pelo qual os professores jesuítas poderiam receber os graus universitários. Devido a este Indulto, os Superiores Jesuítas indicaram a Oviedo dois docentes que mereciam ser contemplados com os graus universitários. Eram eles: Francisco Onfroy e Manuel de Sá. O primeiro seria elevado ao grau de Bacharel em Teologia, e o segundo ao grau de Mestre em Artes: *y Manuel así mismo podía recibir el grado de Maestro en Artes, que es El que lee ahora las Artes en Gandia* (Epist. Mixt. 1898, Tom., I, pp. 412-413).

**Foto 12: Colégio/Universidade de Gandia no estado actual**



**Fonte:** o autor – (1999)

Acerca da sua competência, temos ainda outro testemunho que nos vem do P. André Oviedo o qual, em carta dirigida ao P. Inácio de Loyola, datada de 3 de Novembro de 1547 (*Epist. Mixt.* 1898, Tom., I, p. 433), assegura ao fundador que Manuel tem um bom comportamento e que muito se pode esperar dele.

Não é muito usual que um rapaz tão novo tenha podido preparar-se tão bem e em tão pouco tempo, de modo a poder ensinar Filosofia e a ser considerado digno de ser elevado ao grau de Mestre nessa área. Tenhamos em conta que nos dois anos em Valência (1547-1549), Manuel começou também o estudo de Teologia, que, pelos vistos, assimilaria bem, de modo a poder sustentar as *Conclusiones Theologicae muy doctamente*, como já foi referido (Idem, p. 348). Porém, o grau de Mestre em Artes não o receberia ele, assim, por via de Indulto, nem somente pela fama do seu saber (*doctor honoris causa*). Tudo se procederia segundo o normal dos Cursos Universitários.

O ano de 1549, foi, verdadeiramente memorável para Manuel, pois que:

- 1- Terminou o seu Curso de Artes,
- 2- Foi nomeado Professor de Filosofia e
- 3- Defendeu a sua Tese de Mestrado em Artes.

No dia 08 de Maio de 1549, André de Oviedo, Mestre e Reitor do Colégio-Universidade dos Jesuítas de Gandia escreve ao P. João de Polanco (*Epist. Mixt.*, 1899, Tom. II, pp. 199-200; 212; 249), para, entre outras notícias, lhe comunicar que *el hermano Emanuel ha acabado su curso de Artes, excepto la Methaphisica, la qual se leera con la gracia del Senhor.*

A 12 de Janeiro desse mesmo ano, Inácio de Loyola, segundo Dalmases (1983, p. 76), confirma a eleição que tinha sido feita a 29 de Julho de 1547 pelos professores. Assim, por este novo diploma, Oviedo continuaria à frente dos destinos do Colégio. Este, porém, já não seria mais apenas um Colégio, mas sim, uma Universidade. De facto, um Documento Manuscrito (Lg. 9, fls 1 e 2), conservado no Arquivo Histórico da cidade de Valência reza assim:

*Dilecto in Christo Iesu fratri Magistro Andrea de Oviedo  
Presbyter Societatis Iesu ab Ignatio de Loyola praepositus  
Generalis Societatis Iesu dilecto in Christo fratri Magistro  
Andrea de Oviedo rectori Universitatis et Collegii oppidi  
de Gandia. S. in D. S. CVMS D.N. Paulo divina providentia  
Papa III ut Christi Iesu Summus in terris vicarius,  
Universitatem et Collegium opidi de Gandia sub  
administratione et regimine Societatis nostrae esse volens,  
onus de rectore idoneo providendi nobis imposuit.*

Continuando a ler esse Documento manuscrito da Biblioteca *del Ayuntamiento* (Arquivo Histórico) de Valência, encontrámos o nome de Emanuel de Sá, como fazendo parte do elenco dos Professores, nomeados para o ano de 1549 para ensinarem na Universidade de Gandia. Esse elenco distingue bem os *Mestres dos Frates* (Irmãos). *Emmanuel* (Sá) ainda está na categoria de *Frater*, como o podemos ver no texto que segue

*Congregatis in unum, diz o texto, in Ecclesia Collegii  
Sancti Sebastiani laudabilis Societatis Domini Iesu oppido  
de Gandia diocesis Valentiniensis solemniter et ad sonum  
campanae ut moris est specialiter huius modi adfuit...  
Magistro Andrea Oviedo, Magistro, Francisco Onfroy,...  
Magistro Benedicto Laurentio, et Emmanuel de Saa,  
Caesare dela Vereaña, Simone de Oliveira et Alberto  
Cabalino fratribus eiusdem Societatis (...) Reverendo Patre  
domine Magistro Antonio Araoz praedictae Societatis  
Regnos Hispaniae Praepositi Provincialis his praesentia  
(...) (Idem, fl 3; Dalmases (1983, pp. 47-48 e Borgia, 1903,  
Tom. II, pp. 700-702).*

A cerimónia foi presidida pelo Provincial de Espanha, Mestre António Araoz e o Reitor (Oviedo) deu a posse das Cátedras aos diversos professores: a Teologia ficou a cargo de

Jerónimo Perez (um veterano na matéria, leccionando-a, havia já 20 anos) o qual seria substituído pelo P. Baptista de Barma; a Filosofia ficou a cargo do português Emanuel de Sá e do francês Jean de la Gutte (*Guttanus*); o Latim e a Retórica a cargo de Francisco de Saboya e de Giovanni Ferri. Essa cerimónia oficial teve lugar a 1 de Março de 1549, sendo considerado como a abertura solene e a inauguração da Universidade de Gandia (Lg. 9, fl. 1; Dalmases, *Ibidem*).

O Edifício da antiga universidade encontrava-se na 2ª cintura fortificada da cidade, tendo sido construída no local duma pequena ermida que era dedicada a São Sebastião, donde o nome dado à Universidade. Antes era um Colégio que tinha sido construído à volta de um claustro interior, tendo começado no ano de 1546. O edifício que hoje ainda se pode contemplar e visitar, (pelo menos o interior) parece ser do século XVIII (1785). Na fachada encontra-se uma e nele placa comemorativa com a seguinte inscrição: *SANCTUS FRANCISCUS A BORGIA. DUX GANDIAE. IIII. PRAEPOSITUS GENERALIS SOCIETATIS IESU III. HOC COLLEGIUM. ET. HANC. UNIVERSITATEM. A. FUNDAMENTIS. EREXIT. ANO DOMINI. MDXLVI.*

Será, pois, com toda esta auréola, reconhecida por estudantes, colegas e superiores que Manuel de Sá irá defender a sua dissertação e ser declarado Mestre em Artes, no dia 8 de Maio de 1549, depois de ter passado por todas as provas exigidas pelas regras universitárias as quais eram assim distribuídas: três provas de Autor das *Conclusiones Theologicae*; duas Lições Magistrais (uma, em Lógica e outra em Física) e, finalmente a Conclusão Geral, isto é, as *Posteriores* ou Exame Final.

Todas elas foram ultrapassadas com grande sucesso, deixando a todos espantados pela sabedoria e virtude demonstradas, no dizer do Reitor da Universidade, André Oviedo, em carta dirigida a Inácio de Loyola: *y ha mostrado en todo mucha doctrina y virtud con grande edificación de todos y mucha expectación que será gran siervo del Señor* (*Epist. Mixtae*, 1899, Tom. II, pp. 199-200).

### **2.3 - Membro do Conselho Universitário de Gandia**

*Manuelico* ou *Manelico* (assim chamado familiarmente pelos colegas e superiores) não teve necessidade de subir a um sicômoro, como Zaqueu, para se fazer evidenciar.

O seu talento era tão brilhante e notório que, no mesmo ano em que foi inaugurada a Universidade de Gandia, ele seria nomeado Membro do Conselho dessa Instituição que, nessa altura, possuía o título de *Collegium et Universitas Studiorum Generalium Gandiae*. A nomeação foi assinada pelo R. P. André de Oviedo, *Praepositus Susrector* e a sua escolha apoiou-se em três factos incontestáveis: Manuel era um homem de vida em plena força, possuía, segundo se lê no *Primeiro Livro da Universidade de Gandia*, uma formação intelectual comprovada e era de uma autoridade posta a toda a prova (...) *eorum pericia... venerabilis... et iuvenes pectos* (Leg. g. 1. fl. 4).

Efectivamente, Manuel de Sá, já Mestre a partir de 8 de Maio de 1549, passa à classe dos mais graduados. Na verdade a lista dos professores, encontrada no *Primeiro Livro da Universidade de Gandia*, que narra a Abertura e Inauguração dessa Universidade, não nomeia nenhum Doutor. Este documento (*Auspicio Collegii et Studii Generalis Gandiae*), na sua primeira folha, atribui a todos os Professores o grau de *Magistri* ou de *Fratres*. Até os PP. Oviedo e Araoz, Reitor da universidade e Provincial de Espanha respectivamente, são chamados de *Magistri*.

Da admiração, passam os colegas a respeitá-lo, porque não é frequente aparecer um jovem que, na idade de 17/18 anos, faça parte de um Colégio Professoral de uma Universidade, devido aos próprios méritos nem é vulgar que um jovem de tal idade pudesse ter adquirido, em tão poucos anos, os conhecimentos e a sabedoria que ele tinha já, tão largamente, demonstrado!

Imaginem só a sensação que ele teria causado, ao entrar numa sala de aulas da Universidade: jovem... e pequeno! Um miúdo, ou, então, um colega nosso teriam dito os alunos, nos primeiros dias (*Epist. Mixtae*, 1898, Tom. I, p. 348 (pp. 355, 364). Uma vez sentado na cátedra, crescia a expectativa da parte dos ouvintes. Desta, passava-se ao questionamento interior ou dirigido aos colegas do lado sobre o que é que dali sairia e, desta questão era normal abrirem-se os olhos de todos, de admiração perante aquele pequeno corpo que, pouco a pouco, se agigantava, dando largas à sua eloquência arrebatadora. Embora conhecedor das regras clássicas, seguia, segundo Franco (1719, (Tom. II, Capítulo XXIV, p. 390, nº 7), modelos próprios que prendiam toda a audiência.

Não é de estranhar, portanto, que este jovem professor tenha sido indigitado para fazer



parte do Júri de exames na mesma Universidade. Assim consta, na verdade, das listas dos examinadores: *Venerabilis Emanuel de Saa in Artibus Magister eiusdem Societatis electus in examinatore dictae Facultatis a domino rectore et consiliariis (...)* (Lg. g. 1., fl. 5;) Notemos que este Manuscrito se encontra depois, já impresso, em *Borgia*, (1903, Tom. II, pp. 700-702).

## 2.4 - Um Primeiro Retrato

Temos já elementos suficientes para podermos delinear um primeiro retrato de Manuel de Sá. Ele era a antítese em pessoa. Pequeno de estatura, e a transbordar de grandeza moral, de conhecimentos e de sabedoria. Se para os seus superiores e colegas ele era, o *Manuelico*, como por exemplo, para o P. Nadal (*Nadal* (ou *Natalis*) 1899, Tom. II, *Epist. P. Nada* II, p. 198), que, em carta datada de Trento, 03 de Janeiro de 1563 e, ao enviar cumprimentos, explicava esse nome, dizendo:... *y a Manuelico, hoc est, al português de Vila do Conde, P. Dr. Emmanuel, mi compañero antiguo...* para os estudantes ele parecia *um estudantezinho como outros tantos*, segundo se lê em Franco (Capítulo XXIV, pp 388, nº 3). Se a sua estatura era meã, a sua alma era gigante. De rosto alegre, ele tinha uma apresentação agradável que a todos encantava. E, para seu perfeito complemento, dizem as cartas (*Epist. Mixt.*, 1898, Tom. I, p. 433) e Rodrigues (1917, pp. 265-267) que ele possuía uma inteligência rara, sendo tido por um *génio maravilhoso, distinto e claro*. Ele era, já nessa altura, segundo palavras de Telles (1645, p. 1969), que conviveu com ele, *um mancebo de excelente habilidade e talento*.

Podia já então aplicar-se-lhe o velho aforismo bíblico *Consumatus in brevi, explevit tempora multa* (Sabedoria 4, 13. In BSV, 1965, p.703) que a Tradução Ecuménica (TOB, 1975, A. T. p. 2078) traduziu da seguinte forma: *Parvenu à la perfection en peu de temps, il atteint la plénitude d'une longue vie*. Esta mesma ideia, seria explicada por Franco (Idem, p. 389, nº 4), da seguinte forma:

*Já nestes seus primeiros anos de religião (de 1545-1549) se via nele uma tal madureza, que se desejava em hum ancião de grãde virtude, e entendimento. Desde seu noviciado por cinquenta annos continuados fez admiráveis progressos nas letras, e virtude. Avia nelle hum natural bonissimo, e hum engenho nascido para todas as ciências.*

Esta mesma opinião, já encontrada nas *Epist. Mixt.* (1898, Tom. I, p. 433), vamos reencontrar em Rodrigues (1938-1950, Tom. I, Vol. I, p. 454) que diz:



*As esperanças que de si dava nos primeiros voos da inteligência (depois do seu bacharelato em Artes) encheu-as plenamente nos anos seguintes. Depois de ensinar Filosofia com singular engenho e aceitação na Universidade de Gandia, onde começou o seu magistério, em Fevereiro de 1547, e tomou o grau de Mestre em artes.*

Foi assim, que, pelo seu talento, engenho e arte demonstrados desde tenra idade, Manuel de Sá foi considerado um génio, por Joannes Klefeker (1717, petit in 8º, p. 326), numa obra que dedicou a autores precoces e de rara inteligência. Ao referir-se a Manuel de Sá, e como o seu lema era escrever só o estritamente necessário, refere-o, mas reenvia o leitor para dois conceituados autores, dizendo: *SA, Emmanuel, vid. Von Seelen p.39 at consule de eo Nicolai Antonii Bibliothecam Hispanam Novam, Tom. I, p 272.* Àqueles que pareça pouco o que diz, aconselhamos a leitura do prefácio (*Ad Lectionem Praefacii*) dessa obra, onde Klefeker (Idem, p. 5), dá a razão do seu laconismo, dizendo: *Quamquam vero saepius, ne plagii notam incurrerem, nomina tantum apposui asterisco notata atque de illorum praeconii ingenio quaedam cognituros ad ipsos doctos viros, qui eorundem meminerunt, oblegavi (...),* o que, através de uma tradução livre, seria dito: Acontece, frequentemente, porém, que para não incorrer em plagiado, aponho apenas um asterisco aos nomes daqueles que lhes reconhecemos algum engenho e reenviei-os para aqueles homens doutos que os recordaram.

### **3 - Companheiro e Cronista de Francisco de Borja**

#### **3.1 - A caminho de Roma**

Decorria o ano de 1550, Ano Jubilar, ou Ano Santo. Inácio de Loyola escolhera este mesmo ano para convocar a Roma todos os primeiros Padres da sua Sociedade, assim como todos os Irmãos que pudessem dispor de tempo. A razão de tal convocatória para uma assembleia magna não foi, sem dúvida, a celebração do Ano Jubilar. Este seria, no entanto, uma ocasião propícia para a realização de uma outra efeméride, bem mais a peito do grande fundador.

Desejava ele apresentar-lhes o primeiro projecto das *Constituições* para que todos eles pudessem avaliá-lo, proporcionando-lhe, assim, as emendas e adições que achassem convenientes. Além desta razão que era a principal, outra estava na sua mente (segundo alguns autores): a de os ir preparando para lhes comunicar, pouco depois, a sua vontade

de renunciar ao cargo de Geral, o que viria a acontecer, de facto, no dia 30 de Janeiro de 1551, renúncia, porém, que não seria aceite pelos seus Confrades (*Epist. Mixt.*, 1900, Tom. III, pp. 303-304).

Feita a convocatória, Francisco de Borja põe-se a caminho, desempenhando ainda as funções de Duque, embora já *Professo*, secretamente. Segundo o Diário Espiritual do próprio Francisco de Borja (*Borgia*, 1911, Tom. V, p. 764, nota 166), a partida de Gandia que se situa no dia 30 de Agosto de 1550, acontece dez meses antes de expirar o prazo de um triénio imposto pelo Papa para que o segredo da sua profissão expirasse e pudesse, assim, manifestar a sua decisão publicamente e receber a ordenação sacerdotal.

No momento da sua partida, embora fosse só ainda Professo, já era Doutor em Teologia, grau que tinha adquirido, dez dias antes, isto é, no dia 20 de Agosto desse mesmo ano de 1550. Com o Senhor Duque, outros Irmãos e Padres jesuítas partiram como os Padres Araoz, Oviedo, Estrada, Roja, Tablares, o Mestre Manuel e ainda um grupo da família Ducal. Ao todo, segundo Dalmases, (1983, p. 84), eram umas 27 ou 30 pessoas. Pastor (1977, p. 152) recorda algumas das localidades onde pernoitaram, dizendo:

*Habendo salvado los Pirineos, Borja y su comitiva se dirigieron por el camino más breve y menos concurrido, a la provincia de Guipúzcoa. Los cronistas anotan los siguientes pueblos en que los viajeros se detuvieron o hicieron noche: Selgua, Pertusa, (Huesca); Callén, Erla, Sádaba (Zaragoza); Carcastillo, Olite, Lárraga, Estella, Baquedano, Alsasua (Navarra); Segura, Azpeitia, Loyola, Vergara, Oñate (Guipúzcoa).*

Ao chegar a Roma, como tinha acontecido noutras cidades por onde passou, esperava-o uma recepção triunfal em atenção à sua fama e à sua qualidade de Duque de Gandia. Ao falar da viagem a Roma do Duque de Gandia, descreve, assim a sua entrada nessa cidade:

*Ele entrou, pois, triunfando naquela cidade triunfadora do mundo, pizando lauréis e rompendo entre pompas e aclamações ilustrando em tantas carroças o seu triunfo, donde hia forçada a humildade, como glorioso prisioneiro, que lhe poderão ter inveja as cinzas de Júlio César desde a urna depois de ter entrado triunfante cinco vezes em fama (Cienfuegos, 1757, p. 154).*

Já em Roma, em vez de aceitar a hospitalidade do Cardeal de Burgos Francisco de Mendonza ou a do Papa Júlio III, preferiu o silêncio da Casa de Santa Maria da Estrada, residência dos Padres da Companhia, onde três anos antes Inácio começara a ditar as memórias autobiográficas ao padre Português, Luís Gonçalves da Câmara. E foi devido

a esta estada de Francisco de Borja nesta Casa que esta passou a ser conhecida por Casa ou *Apartamento do Duque*, segundo refere Dalmases, (1983, p. 85).

### 3.2 - Conselheiro na elaboração das Constituições Inacianas

A primeira e mais válida razão pela qual Inácio convocara os seus Padres e Irmãos, foi, como já o mencionámos anteriormente, a elaboração das *Constituições* que ele tomara a peito desde 1541. Era necessário ultimá-las para serem apresentadas a Sua Santidade, o Papa, e este as aprovar. De facto, nas Constituições Inacianas (*Constitutiones*, 1995 [1936-1938], pp. 19ss. LXXX) encontramos uma referência ao *Articulus IX, Observata Patrum, 1551 vel 1552 (Monumenta 46)*, ou seja, às observações feitas pelos Padres e Irmãos) dos anos 1551-1552). Esta notícia fala dos companheiros de Francisco de Borja os quais contribuíram para o melhoramento deste artigo IX. Aqui põe-se em evidência o estatuto de Manuel de Sá e de Francisco de Borja dizendo: (...) *ex hispania, vero, cum Francisco Borgia (qui professus quidem Societatis erat, tamen adhuc Gandiae dux habebatur Romam venerunt: Patres Antónius Araoz, Franciscus de Rojas, et Magister Emmanuel de Sá, nondum sacerdos*

Na página CCLX, capítulo NN 42 da colecção *Monumenta Ignaciana*, supra mencionada, pode ainda, ler-se o seguinte:

*Est volumen magnitudinis 215 x 0140, ligatur charta, dorsa ex pergamena. Inscriptiones in dorso: opp. N.N. 42, opuscula S. Franciscis Xav., P. Cl. Aquav. Card. Belarm.; MSS continet apographa scriptorum quorundam sociorum, et PP. Aquaviva, Spinelli, Bartolomei Perez, Emm. Sá, Christophori Clavii, Caet... Una est tantum S. Francisci Xav. Epistola.*

Ora, segundo este documento, as Constituições de Inácio de Loyola, antes de serem definitivamente redigidas, passaram pelo crivo da reflexão crítica de personagens habilitados e sábios, entre os quais se encontrava Manuel de Sá, Mestre em Artes, embora não fosse ainda sacerdote (Ibidem). (capítulo NN 42 - Iniciais identificativas do volume em questão, significando possivelmente *Compilação dos Nossos, nº 42*).

### 3.3 - Relator da Viagem de Regresso

Segundo Dalmases (1983, p. 86), depois de três meses em Roma (quatro desde a partida de Gandia), onde *entre otros assuntos, dos ocuparon principalmente su atención: la construcción de una nuova iglesia para la Compañía y la financiación del Colegio*

*Romano, que estava para inaugurarse.* Francisco de Borja e a sua comitiva regressam a Gandia, deixando para trás a capital do Mundo Católico, no dia 4 de Fevereiro de 1551 (Idem, p. 87).

Resumindo, podemos recordar algumas datas importantes: a 30 de Agosto de 1550 partia de Gandia para Roma; dia 10 de Outubro estava em Bolonha; dia 11 parte para Ferrara e dia 23 de Outubro chega a Roma, depois de uma longa viagem, por terra e a cavalo. Ali permaneceu, segundo a mesma fonte (Idem, pp. 84-85) até ao dia 4 de Fevereiro de 1551.

Ora, Manuel de Sá, pelo que se segue, parece ter recebido de Inácio a incumbência de lhe relatar todos os acontecimentos que iriam desenrolar-se durante o regresso, talvez porque, para o Fundador da Companhia, esses dados viriam a servir para uma próxima futura eleição do Duque de Gandia para Superior Geral da Companhia.

Com efeito, ao chegarem a *Sádaba*, dia de Páscoa de 1551, Manuel de Sá (*Epist. Mixt.*, 1899, Tom. II, pp. 528-259), escreve a Inácio, começando desta maneira: *Esta es la nona que scrivo a Vuestra Paternitá.*, seguindo-se uma longa reportagem a propósito da viagem de Borja e dos seus companheiros, vindo a terminar com o lugar e data da seguinte forma: *Sádaba, 29 de Março de 1551.*

Esta mesma opinião já se encontrava nesta mesma obra (Idem. p. 14), onde se diz textualmente:

*Ergo, Ignatius Emanuelli Sá, qui in Borgiano comitatu erat, injungit ut creberis epistolis, quae iter unoquoque die agerent, illum doceret. Hinc plures scripsit Emmanuel litteras, ex quibus, quas potuimus reperire (aliquot enim periisse putandum esse) nunc in lucem edimus. His adjungendae etiam sunt quas et alii socii itineris conscripserunt (29 Martii, 4. 7 Aprilis, 28 Maii).*

Seria útil, embora muito extenso, complementar estes textos com várias cartas que Manuel de Sá escreveu ao Geral, Inácio de Loiola e que se encontram no mesmo documento (*Epist. Mixtae*, 1899, Tom. II, pp. 528-530; 538-539 e 552-555). Ao referir-se à ordenação sacerdotal do Duque de Gandia, Manuel de Sá (Idem, p. 554) exprimia-se assim, numa carta que enviou a santo Inácio, no dia 28 de Maio de 1551:

*Habiendo-se cortado la barba y vestido con la sotana de la Compañia, recibió las órdenes durante las Témporas de Pentecostés. El Miércoles, 20 de Mayo de 1551, las menores, el 21 y 22, el subdiaconado y el diaconado; el 23, sábado, el presbiterado. El dia de la Trinidad, 24 de mayo, ha estado su señoria (Borja) al sermón (del padre Araoz), y fue éste el*

*primer (dia) que salió, como uno de nosotros, con su ropa y zapatos, como uno de la Compañia.*

Essa incumbência era do conhecimento do próprio Francisco de Borja. Este dá conta disso numa carta que, ele próprio escreveu a Inácio, quando a comitiva se encontrava, de passagem, em Avignon. Daqui, a 8 de Março de 1551, o Sr. Duque de Gandia fala-lhe do bom tempo, do cansaço provocado pela viagem de regresso e pede-lhe a força da oração para que todos possam continuar de saúde durante o resto da viagem. O duque de Gandia adverte-o inclusivamente, de que tudo o que nessa carta relatava era um excedente àquilo que Manuel (de Sá) já teria feito: *aunque el Hermano Manuel (de Sá) haze su officio, dand(o) cuenta à V. P. de como por las Santas oraciones desa casa Nuestro Señor nos ha dado buen camino com buen tiempo, contudo no dexarei de dizir lo mismo (...)* (Borgia, 1908, Tom. III., pp. 76-77).

Relacionada com esta estada ou passagem por Avignon, está ainda uma outra estadia de Manuel de Sá nessa mesma região, em 1550, e da qual nos fala ele próprio numa das suas obras. Trata-se da passagem por Carpentras, cidade Provençal e capital do *Comtat Venaissin*, a 23 Km, a Nordeste de Avignon, na região de Vaucluse. Deverá coincidir com a viagem de Gandia a Roma. Esta notícia encontra-se no seu Comentário bíblico ao Profeta Zacarias (cap. XIV, verso 20), in *Notationes in Totam Scripturam Sacram*, (1601 p. 382), e nela fala da consagração feita a Deus, até dos cavalos do imperador Constantino. Eis o que Sá refere: *Quidam id referunt ad clavum sanctum à Constantino positum in equi fraeno ad bellicos successus, quem ego anno 1550, in Gallia, vidi Carpentorati, ubi religiose asservabatur.* É, na Catedral de *Saint Siffrein*, do séc. XIV-XV, de estilo gótico meridional, famosa pelos seus belos vitrais flamejantes, pela popular *boule aux rats* e pela bela capela Interior (capelas das Relíquias), onde são guardadas e veneradas religiosamente as Relíquias respectivamente do Santo do mesmo nome e do *Saint Mors*, ou, como diz o *Dictionnaire de Français Vivant* de Davau, Cohen et Lallmand (1972, p. 797) *la petite barre de fer qui, fixée à la bride du cheval, traverse la bouche de l'animal et sert à le guider ou à le retenir*, isto é, o freio.

**Foto 13: Le Saint Mors ou Le Saint Clou, em Carpentras (França)**



**Fonte:** Tabita Almeida – (1999)

#### **4 - Em Alcalá de Henares**

##### **4.1 - A Universidade de Alcalá**

Situada 31 km de Madrid, via Zaragoza, Alcalá é um nome árabe *Al + Kala*, significando *A + Fortaleza* e foi a escolhida pelo Cardeal D. Frei Francisco Jimenez de Zisneros para nela aí fundar a sua Universidade que veio a ser conhecida pelo nome de Complutense, devido à cidade onde foi construída que em latim se chamava *Compluto* (*cumplutus* - aquele que rega, de *pluit, pluere* - chover). A ideia inicial deste arcebispo de Toledo foi a de criar um Centro de Renovação dos Estudos Teológicos e, ao mesmo tempo, oferecer um lugar apropriado ao clero, de modo a que este pudesse adquirir uma sólida formação intelectual e religiosa, capaz de o levar a realizar obras grandiosas. Dali saíram, entre outras, segundo Fléchier (1712, p. 17), a célebre obra, conhecida pelo nome de Poliglota de Alcalá ou *Poliglota Complutense*.

Ele próprio deu-se ao trabalho minucioso de desenhar a cidade universitária, a Este da actual Praça de Cervantes e ocupava um terço da superfície da cidade amuralhada. O

espaço, hoje ocupado por esta praça, ficaria fora da cidade de Henares, nuns terrenos baldios. A partir do traçado desta universidade começou a surgir, ali, uma nova Urbanização ao longo de duas ruas principais (*cardinales*) donde começavam e terminavam outras transversais e menores. Foi assim que, ao centro de duas grandes ruas, a dos *Libreros* e a dos Colégios, surgiu a *Plaza Mayor*, que, com essas mesmas e mais duas outras transversais, a enquadraram harmoniosamente.

Os trabalhos foram confiados ao arquitecto Pedro Gumiel que os acelerou ao máximo e deu por terminado o primeiro edifício, chamado Colégio Mayor de Santo Ildefonso, por volta do ano 1495, segundo o parecer de Serrão (ELBCV, 1963, Vol. I, cols 933-934). Outros autores, porém, assinalam uma data posterior, como Navarro (1984, pp. 19-32) ou um período que começa em 1537 (Salamanca Y Navarro (1984, p. 120): *En 1537 se inician las obras de la maravillosa fachada que hoy contemplamos (...)*, mas que vem a receber contínuos aperfeiçoamentos até que *delante de esta monumental fachada constituyó Pedro de la Coteria em 1553 una longa que realzase su prestancia, cerrada por una hilera de columnas unidas por cadenas. Señalaban estas en otros tiempos los limites de la jurisdicción universitaria que luego se confundió con el llamado 'Fuero universitario' y constituye hoy un bello adorno* (Idem, pp. 133-134).

A Bula da Fundação, pela qual o Papa Alexandre VI concedia, ao dito Colégio, as prerrogativas e isenções idênticas às que já possuíam os *Studia* do tempo, como os de Bolonha, Salamanca e Paris, data de 13 de Abril de 1499. Essa Bula intitulada *Inter Coteria* concedia ao Colégio de Santo Ildefonso o título de Colégio Maior.

A este Colégio Maior viriam agregar-se outros sete colégios menores, todos eles, propriedade de Ordens Religiosas, que, em comum, instituiriam as Faculdades para o estudo das Artes Liberais, da Teologia e do Direito Canónico, num total de 42 cátedras. Com esta universidade surgiria, como era necessário, um Hospital, várias Residências para os muitos estudantes e a grande e riquíssima Biblioteca Complutense que viria abrir horizontes a quantos a quisessem consultar.

Desses edifícios, poderão ainda hoje ser admirados: a fachada do Colégio de Santo Ildefonso que é um dos exemplos mais harmoniosos da Arquitectura *plateresca* espanhola e que, embora tenha sido iniciada em 1537 por Rodrigo Gil de Hontañón (o mesmo arquitecto das Catedrais de Salamanca e de Segóvia), só veio a ser terminada em 1553,

como ficou dito atrás, por *Pedro de la Coteria*; o *Trilingue*, edificado também por P. de la Coteria, entre 1564 e 1570, segundo um exemplar italiano; o *Paraninfo* ou Teatro Escolástico, isto é, a Sala Nobre ou dos Capelos, onde podemos ler os nomes de alguns grandes professores que por ali passaram, como por exemplo: Arias Montano, Ambrósio de Morales, Inácio de Loyola, S. Tomas de Villanueva, Francisco Soarez, P. Mariana, etc; a capela de San Ildefonso onde se encontram os túmulos dos maiores vultos ligados à fundação da Universidade, como Cisneros, António de Nóbrega, Pedro de Gumiel, etc. O Claustro ou *Pátio Santo Tomaso* só foi construído a partir de 1617, seguindo as coordenadas do Arquitecto Real Juan Gómez de Mora.

Os Colégios mais célebres, agregados a essa Universidade são o de *Santa Catalina* (hoje Sede da Real Sociedad Deportiva) o de *San Pedro y San Pablo*, o *del Rey* (fundado por Filipe II, para os filhos dos seus servidores, hoje Sede da Fundación Cultural del Rey), o de Málaga, o, de *San Basílio Magno* (1660) e os *Colegios-Conventos de Santo Tomaso y San Agustín*. Fora dos Muros da Cidade foram ainda construídos os Colégios de *San Patrício*, também chamado dos Irlandeses, o de *Santa Ana*, de *San José* e o de *Caracciolos*.

#### **4.2 - Fundação do Colégio Jesuíta de Alcalá de Henares**

Hoje, os *Arquivos Históricos de Alcalá de Henares* encontram-se em Madrid, no *Archivo Histórico Nacional*, sito na Calle Serrano, perto da Plaza de la Republica Argentina. Mas o que ficou em Alcalá pode ser consultado numa dependência da Igreja de Santa Maria que pertence aos Jesuítas e remonta ao séc. XVII. Esta igreja e a Secção dos Arquivos encontram-se ao fundo da Rua dos Libreros que termina na Plaza de los Mártires. Com esta Igreja confina o Colegio del Rey. Se a Igreja actual data do séc. XVII, o Colégio e 1ª Residência dos Jesuítas deverá remontar aos primeiros anos da Companhia. Não é concebível que Inácio, um dos grandes estudantes de Alcalá, não tenha pensado em fundar aí um grande colégio para os seus discípulos.

De facto, Inácio, depois da entrevista com o Papa Adriano VI, parte para a Terra Santa, em peregrinação, vindo a desembarcar em Jafa. Mas os seus primeiros pensamentos fizeram-lhe ver que, sem estudos, ele não poderia fazer grande coisa pela *Salvação das Almas*. Velho estudante de 33 anos, ele pôs-se corajosamente a estudar a gramática, seguindo, em Barcelona, as lições dum regente universitário. Depois, em Alcalá, ele devora com uma febre jovial tudo o que ele podia de Filosofia, Letras, Ciências, e Teologia, falando com tal



entusiasmo dos seus objectivos a todos os seus colegas da universidade que, quatro destes, se juntaram a ele.

No entender de Rops (1955, pp. 52s), a sua atitude, em Alcalá, inquietou as autoridades. Eles (...) *eram gente bizarra, que se vestiam sempre de burel castanho como o dos eremitas, e que pregavam sem ser padres (...)*. As autoridades resolveram prender Inácio e guardá-lo sob custódia numa prisão durante quarenta dias. Nada encontraram nele que fosse digno de repreensão, mas, mesmo assim, proibiram-no de se vestir de hábito religioso e de ensinar os grupos e as turbas.

Daí, ele parte para Salamanca, a cidade universitária mais célebre de Espanha, onde dominavam os Dominicanos. Doze dias depois da sua chegada, Inácio é *caçado* e levado perante os maiores da Inquisição. Liberto, por falta de erros nos seus *Exercícios Espirituais* e na sua doutrina, prefere retirar-se de Espanha para continuar os seus estudos, em Paris. Em Alcalá de Henares e em Salamanca ele andara demasiado depressa para poder reter muito. Fazendo, portanto, pacientemente o ciclo das disciplinas, seguindo também os ensinamentos dos Dominicanos de Saint Jacques, assim como os dos Leitores Reais, ele remeteu-se a viver a mesma vida dos estudantes de vinte anos e inscreveu-se como *Martinet* (isto é, como externo) primeiro, no Colégio de Montaigu, regido por Mudfe Beda, depois no Colégio de Santa Bárbara, o melhor de Filosofia. Durante sete anos, este homem maduro teve a sabedoria, a paciência e a força de espírito para refazer as bases. Esta longa e minuciosa formação deveria parecer-lhe tão necessária que ele a impusera à Companhia, logo que ele pôde estabelecer as suas *Constituições* (Idem, p. 73).

Com efeito, logo nos primeiros anos da fundação da Companhia, Inácio envereda pela construção de comunidades religiosas, primeiro, e de Colégios onde pudesse albergar e dar instruções aos que quisessem estudar. Segundo Dalmases (1983, p. 111), embora o objectivo primordial dos colégios fosse *la formación de los jóvenes jesuitas*, ele podia sair destes limites, pois *una vez cumplida esta misión, los colegios podían abrirse a los estudiantes seglares*. Por outro lado este mesmo autor recorda o imperativo do mesmo Inácio (*Monumenta Paedagogica*, 1901, p. 22) quando obrigava os seus confrades a *no aceptar colegio ninguno donde no se diese casa con iglesia y renta para mantener a lo menos 12, 14 ó 15 personas*.

Assim aconteceria em Coimbra, cuja primeira pedra foi lançada em 1547, segundo Gomes

(1996, p. 72), o de Messina, fundado em 1548 e o de Alcalá que, segundo Azaña (1986, pp. 570-575) teria acontecido em 1543. Este mesmo autor refere ainda que Inácio de Loyola tinha enviado a essa cidade o padre Francisco Villanueva para fazer os seus estudos no Colégio Maior de San Ildefonso, lembrando ainda que, na altura, residiam nessa cidade, pessoas ilustres da família imperial (*a infanta doña Maria, a Emperatriz y doña Juana*) e que estas o encorajaram a *fundar un colegio de la Compañía de Jesús*, etc.

Teria sido talvez com a ajuda dessas ilustres personalidades que Villanueva *compró un patio llamado Mataperro y de los Aguadores, cerca de la ermita de los Doctrinos*, para onde foram os primeiros jesuitas em 1546, aí permanecendo até 1549, altura em que mudaram para a *calle de los Libreros*.

Sobre a importância da fundação dos colégios jesuítas, Rops (1955, pp. 52s) diz: (...) *les jésuites multiplièrent ils les collèges, avec une telle abondance qu'à la fin du XVI siècle les trois quarts des établissements de la Compagnie seront des écoles et que les quatre cinquième de ses membres seront des professeurs*.

Isso não era impossível, se levarmos em conta que uma grande parte dos seus membros ensinavam e estudavam simultaneamente, isto é, entre cada ciclo de estudos tinham um período de estágio – o tirocínio. Na opinião de Dalmases, (1983, p. 178) *La mayor parte de los maestros eran jóvenes escolares que aún no habían terminado su formación*.

**Foto 14: Aspecto do Colégio e Igreja dos Jesuítas, em Alcalá de Henares**



**Fonte:** o autor – (1999)

#### **4.3 - Manuel de Sá em Alcalá de Henares**

Seguindo esta ordem de ideias, o Colégio Jesuíta de Alcalá funcionava já, há sete anos, quando Manuel de Sá regressou de Roma, na Comitativa de Francisco de Borja. Sob este ponto de vista, ele poderia ter tido a possibilidade de, por vezes, ter ministrado alguns cursos nessa Universidade. Esta possibilidade poderá ter decorrido entre os anos 1545-1551. Se o Colégio (talvez a Residência) existia já em 1543, no dizer de Azaña (1986, pp. 570-575), e se Manuel de Sá era Bacharel desde 1545 e Mestre desde 1549, então não vemos dificuldade em admitir que ele possa ter ensinado em Alcalá.

#### **4.4 - Um Documento Discutível: Relação dos habitantes de Alcalá do ano 1549**

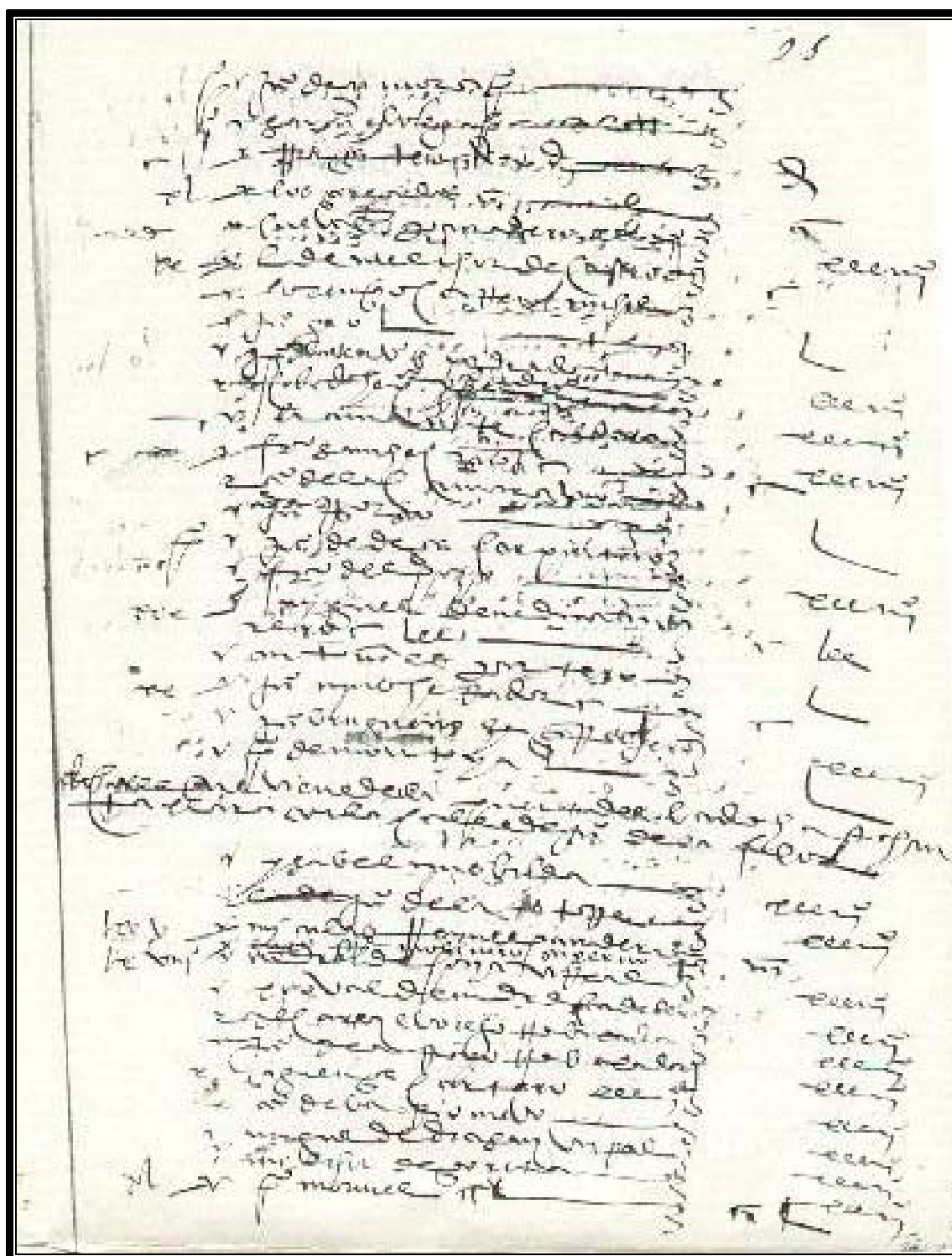
Deixando Gandia, em Agosto de 1999, dia do eclipse de sol, dirigimo-nos a Alcalá de Henares para, aí, procurarmos algo relativo à estadia de Manuel de Sá. Como o tempo de que dispúnhamos era muito escasso, precipitámo-nos em direcção aos Arquivos de Santa Maria onde encontrámos um jovem arquivista que nos fez saber que, ali, pouco encontraríamos, mas, em todo o caso, indicou-nos um Manuscrito que nos espicaçou a

curiosidade.

Esse manuscrito está identificado com a sigla **Lg 274** que é uma Lista ou Relação dos nomes dos habitantes de Alcalá do ano 1549. No frontispício, à maneira de título, podemos ler com relativa facilidade o seguinte: *Padrón de Vecinidad, Consta de veintiocho fogos (Padrón de los Vecinos de esta ciudad de Alcalá de Henares, Ano de 1549)*.

Este documento levou-nos algum tempo a percorrê-lo devido, não só à qualidade da caligrafia, como também à impaciência de querer encontrar nele alguma novidade relativa ao autor cuja vida desejávamos desvendar. Foi à segunda leitura muito atenta que conseguimos decifrar um nome que, se não é, se assemelha bastante, ao de Manuel de Sá. O nome apresenta algumas curiosidades que, para sermos fiéis à sua leitura, apresentaremos uma fotocópia que nos foi cedida pelo bibliotecário.

**Ilustração 2: Padrón de vecinidad- consta de veintiocho fogos.**  
**Padrón de los vecinos de esta ciudad de Alcalá de Henares**

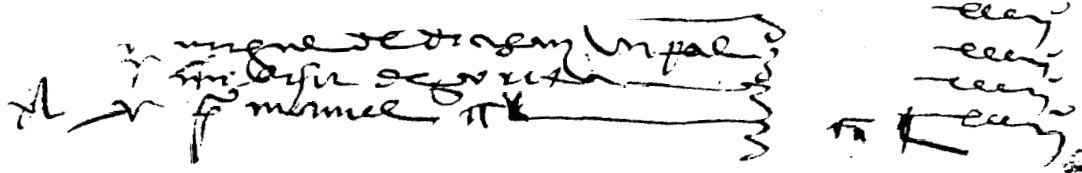


**Fonte:** Manuscrito Lg 274: Arquivos de Santa Maria (Alcalá de Henares)

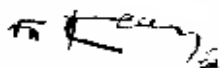
Ao examinarmos o documento, temos:

Em primeiro lugar, no lado esquerdo, dois sinais de difícil compreensão;

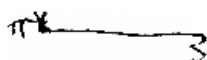
Em segundo lugar temos outras figuras ou siglas semelhantes que se repetem nas 1ª, 15ª e 22ª linhas. Estamos em crer tratar-se das letras **F** (maiúscula) e **r** (minúscula) (**Fr**) que bem



poderá significar *Frater*;



Em terceiro lugar, o nome de Manuel parece não apresentar alguma dúvida; em quarto lugar pode ler-se, logo a seguir ao nome Manuel, um **Π** (**P**) grego, seguido de um **Y**, talvez, e um traço horizontal, como se fosse para trancar o resto da linha;



Finalmente, na margem direita, podemos ler (**Fr**), seguido de um conjunto que não conseguimos decifrar, mas que parece apresentar a mesma configuração **Y** anterior, sendo cortado por um risco que vem de baixo e o atravessa duas vezes, indo terminar em espiral, podendo ser a abreviatura do rubricador como recortámos.

Hipótese: A primeira figura poderá significar *Fraille* ou *Frater* e o **P** grego poderá significar Português, enquanto Manuel seria o nome de Manuel de Sá. De facto, nessa altura, a Companhia de Jesus não tinha mais nenhum Manuel. Teria, depois um Emanuel Perez, mas o nome de Manuel, era dado normalmente (entre os irmãos) ao português. Segundo esta hipótese Manuel de Sá teria estado em Alcalá, em 1549.

## 5 - Outros Documentos

### 5.1 - Um documento ilustrativo

Manuel não tinha um lugar fixo de longa duração; ele ia aonde as dificuldades surgiam ou aonde os Colégios pediam os seus serviços. A sua intervenção, na Organização dos Estudos no Colégio de Oñate foi providencial. Este colégio estava em vias de ser

construído, precisamente, em 1551, data em que a Comitiva de Francisco de Borja regressava de Itália, em direcção a Gandia.

Ali permaneceram por algum tempo, tendo escolhido para residência a Ermida da Madalena, como o atesta a carta que Borja escreveu a Inácio, no dia 23 de Abril. Foi, nesta altura, que se escolheu o lugar da futura habitação dos Jesuítas: *después de haber andado más de 15 días mirando la disposición de esta tierra de Oñate, como la de Vergara, se ha resuelto (...) que nuestra habitación sea en una ermita que se llama de la Magdalena* (Borja, 1908, Tom. III, p. 81).

Candido de Dalmases (1983, p. 91) diz que:

*El motivo fue, probablemente, porque en Oñate la Compañía estaba abriendo un colegio. Adosada a la ermita se construyó con grande rapidez una casita, donde el 8 de septiembre se instalaron, además de Borja y Miguel Ochoa, otros cuatro jesuitas. El siguiente día 14 fueron trasladadas procesionalmente a la ermita las reliquias que los recién llegados habían traído consigo de Roma.*

Ora, um dos quatro Jesuítas que ficaram em Oñate, foi precisamente Manuel de Sá. É mesmo provável que este tenha acompanhado Francisco de Borja até Guipuscoa, Pamplona, onde Borja pregou a grandes auditórios, até ao fim de 1551 e que o tenha acompanhado ainda até Azcoitia, no dia 7 de Janeiro de 1552, e depois a Loyola (Dalmases, Idem, p. 94; *Litterae Quadrimestres*, 1894, Tom. I, pp. 493-494 e 4) e a Bilbao, no mês de Fevereiro do mesmo ano (Idem, p. 560). Esta probabilidade decorre do facto de Borja ter consigo os seus companheiros, entre os quais figurava Manuel de Sá, como sendo um dos quatro de Oñate. Aqui, era necessária também a presença de Manuel para a criação do Colégio, pois para esta obra precisavam-se homens experientes e doutos. Na verdade, para além da construção de pedra, havia que orientar a Organização dos Estudos desse novo colégio. Tal efeméride foi assinalada por documentos incluídos nos Escritos da Companhia (*Epist. Mixt.*, 1899, Tom. II, pp. 564, 568). Baseados nestes factos tudo leva a crer que Manuel de Sá tenha estado em Alcalá de Henares, quer como professor no Colégio Jesuíta (parte da Universidade), quer como interveniente em outros assuntos. Esta é a primeira conclusão que podemos tirar a este respeito.

## **5.2 - Manuel esteve em Alcalá de Henares**

Manuel de Sá esteve, sem dúvida, em Alcalá e esteve à frente do Colégio ou Residência

dos Jesuítas, como se deduz claramente de uma carta que, ele escreveu, precisamente, dessa cidade a Inácio de Loyola, no dia 25 de Novembro de 1551. Por ser um documento que descreve a vida dos Jesuítas nesse Colégio de Alcalá transcrevemo-la na íntegra, fazendo dela, depois um resumo para fazermos ressaltar os pontos fulcrais:

*Muy Rdo. Padre en X<sup>o</sup>. La gracia y paz de X<sup>o</sup> Nuestro Señor sea siempre con V.P. y todos. Amen. En outra dé cuenta a V. P. de nuestra llegada aquí en el mes pasado (n.2 Epistolam hanc interiisse putamus) en esta la daré de lo que V.P. me ha mandado que hiziesse y escrivisse cada mes. Los hermanos saben y hazen los tonos, y predicán cada noche para prouer el sermón, como V.P. ha ordenado, y aunque aora comenzamos se haze mediocrementemente y parece ay entre ellos algunos que tienen talento, y lo harán con el exercitio bien, proseguendolo como se haze. Hazemos los tonos à las noches después de cena, porque à las fiestas después de comer ay conclusiones: à los domingos de teologia, y un día à la tarde, de lógica y philosophia.*

*Hay 4 que oyen theologia, que son: ele P. Emmanuel (Lopez), el H<sup>o</sup>. Dionisio, el H<sup>o</sup>. Alonso Lopez y yo. Los que oyen philosophia son: el P. Carrillo y el H<sup>o</sup> Hernandez que van aora en el tercer año, y el H<sup>o</sup>. Gil que acaba aora el curso; el H<sup>o</sup> Duarte oye Lógica; ele H<sup>o</sup> Caullar oye Gramatica. Estos días hay estado aquí el doctor Torres, y se holgava mucho de oyr los tonos, porque le parecia que era diferente el modo de que les han mostrado en Salamanca, y le contentava este: háme pedido le dicesse en escrito las reglas del predicar, que he traydo de Roma.*

*Por aora no se me offerece otro que escriba à V. P.; de lo que acerca desto passaré, y de como lo hazer y se aprovechan, le haré saber (no MSS le Haré à saber). Holgaria que V. P. escrivisse como quiere se haga esto de los tonos, y predicar, por no parecer el segundo y primer tono tan conveniente para que se aya de usar en esta tierra; y esto para quietude mayor de todos, sabiendo expresse la voluntad de V. P.. Y para que no aya ocasión alguna de infriarse ó no hazerlo con tanta devoción, siendo ciertos desta manera.*

*.El Señor nos dé gracia para que en esto y en todo hagamos su santísima voluntad. Amen. Suplico à V. P. humildemente nos dé su bendición.*

*De Alcalá, à 25 de Noviembre 1551. Indignus filius in X<sup>o</sup>, + Emanuel.*

*(Epist. Mixt., 1899, Tom. II, pp. 635-636. Ex autographo, in Vol. C., Unico folio, nº 29, prius 449).*

- Manuel escreve de Alcalá ao Padre Geral, Inácio de Loyola;
- Fala dos que ali estudam: 4 em Teologia, 3 em Filosofia, 1 em Lógica e 1 em Gramática;
- Ele inclui-se no número dos que estudam Teologia;
- Fala dos Exercícios ali realizados, entre os quais os Tons (isto é, a música sacra,



nomeadamente o Cantochão ou Canto Gregoriano);

**Foto 15: Universidade de Alcalá (Colégio de Stº Ildfonso)**



**Fonte:** o autor – (1999)

- Pregam todas as noites, enquanto comem, e por ordem;
- Depois da ceia havia *Conclusiones*: de teologia, nas festas; de lógica nos domingos; de filosofia num dia de semana quando não havia lições, à tarde;
- Os Tons eram diferentes dos de Salamanca, e agradaram tanto ao Dr. Torres que este quis levar as regras consigo;
- Estas regras tinham sido trazidas de Roma por Manuel de Sá;
- Este último pede a Inácio de Loyola que lhe diga como deseja que se proceda em Alcalá com os *Tons*, uma vez que o primeiro e o segundo não eram muito adequados para a gente daquele terra;

- Manuel, ao escrever esta carta está a cumprir um mandato que lhe fora dado pelo P. Inácio – o de escrever, uma vez por mês – a dar-lhe conta do que se ia passando.

Nessa altura os Jesuítas, em comparação com o tempo em que, devido à má fama de Ferdinando Barrosa que se fazia passar por um dos sócios dos Jesuítas (*Epist. Mixt.*, 1899, Tom. II, pp. 6, 40, 87), já se encontravam melhor instalados numa casa da Companhia em Alcalá, podendo, mesmo, receber visitas de altas individualidades, como por exemplo, o P. António Araoz (*Epist. Mixt.*, 1899, Tom. II, pp. 236-237).

Esse tal Barosa, instado pelos jesuítas e pelo mestre Vela, reitor da Universidade de Alcalá, confessou perante um Notário *que él no era, ni avía sido de la Compañía de Jesús, ni avía estado ni residido en casa alguna de la dicha Compañía, no obstante que se holgaba que ciertas personas le tuviesen por de la dicha Compañía* (Idem, p. 274).

Detectada a fraude desse falso jesuíta, passaram a ser bem vistos. Por vontade da família real (Imperatriz, Dona Maria, Filipe II e da Rainha-Mãe de Portugal, D. Joana, e com a ajuda monetária de mil ducados do Duque de Borja, Francisco, o Padre Villanueva, o que fora mandado estudar para Alcalá em 1542, começou por construir a Casa-residência, junto à ermida dos *Doctrinos*. Ao chegarem os primeiros religiosos, em 1546, ali permaneceram até 1549, data em que se transferiram para a casa, sita na Calle de los Libreros, junto à qual, como o refere Azaña (1986, pp. 571-573), foi construído não só o grande Colégio, idealizado por Juan Gomez de Mora, mas também a sumptuosa Igreja para cuja construção contribuiu a família dos Mendonzas.

As cartas escritas, em Alcalá, confirmam igualmente a existência do Colégio Jesuíta de Alcalá segundo o atestam as *Epistolae Mixtae* (1899, Tom. II, pp. 10-11), onde se lê o seguinte:

*Epistolae vero Complutenses (1 Maji, 2 julii) fausta omnino nuntiant: civitatem concionibus Estrada ut superiori animo contingit, valde commotam esse; florentem juventutem sic instituti nostri esse percipiendam, ut merito diceres Complutum iam tunc vere Societatis Seminarium extitisse; civium animos nostrorum studio teneri; quum etiam ad compensus illud studium transiisse societatis domicilium deposcentes 18 octob.)....*

A carta de Emanuel Lopez ao P. António de Araoz (Idem, pp. 230-232), datada de 9 de Junho de 1549, diz: que partira a 25 de Alcalá para ir fazer companhia ao P. Tablares; e *espera que V. P. veniendo a Alcalá, se dará orden como se pueden cobrar algunas buenas*

*pieças y otras cosas. Trata-se de uma casa. En esto y en cualquiera otra cosa que yo pueda servir, hallarme ha el mandamiento de V. m en Alcalá, en la casa de la Compañía que se informa hasta con la mia, si no la venciese la caridad todo (Epistolae Mixtae (1899, Tom. II, p. 237). Em 10 de Julho de 1549, Villanueva estava em Alcalá (Idem, p. 248); Em 8 de Agosto de 1549. António Araoz escreve ao Padre João de Polanco e fala-lhe da sua visita iminente a Alcalá, dizendo: (...) y cuando avré visitado los de Valladolid, Salamanca y Alcalá y otras casas accesorias (...) (Idem, p. 270).*

**Foto 16: Praça em Alcalá de Henares**



**Fonte:** o autor – (1999)

Relativamente ao local onde estudavam os Jesuítas podemos afirmar que eles estudavam no Colégio y Universidad de Alcalá de Henares (*Epistolae Mixtae* (1899, Tom. II, pp 237), que El Mtro. Vela era rector desta Universidad de Alcalá (Idem, pp. 273-274) e que Manuel de Sá foi, pelo menos durante algum tempo, o responsável do Colégio Jesuíta, segundo se depreende da carta que enviou a Inácio de Loyola, datada de 25 de Novembro de 1551, da qual falámos anteriormente.



## **Capítulo 3**

### **Manuel de Sá em Itália**



## 1 - Em Roma

### 1.1 - Chegada e Primeiras Funções

A 22 de Fevereiro de 1551, segundo Dalmases (1983: 87), Inácio de Loyola abriu, em Roma, *en la vía d'Aracoeli, a los pies del Capitolio una Escuela de Gramática, Humanidades y Doctrina Cristiana, grátis*, para ali ensinar além da doutrina cristã, somente, latim e grego.

Dois anos, depois, isto é, em 1553, começaram a ser leccionados os cursos de Filosofia e de Teologia num novo edifício, já chamado Colégio Romano, sito nessa mesma via (actualmente com número de polícia 45, e com a denominação de *Collegio Internazionale di Gesù*). Foi-lhe, então, concedido pelo papa Paulo IV o privilégio de conferir todos os graus académicos a todos os seus alunos nessas duas disciplinas maiores. Devido à aquisição destes graus académicos, esse ano foi sempre considerado como o ano da fundação da Universidade que, mais tarde, viria a chamar-se *Universidade Gregoriana*, como consta do testemunho de inúmeras fontes, entre as quais Arieiro (Ibidem). Será, pois, anacrónica a data 18.2.1551 que Arieiro (1969, Vol. 9, col. 1029) propõe para a elevação a universidade.

O nome de *Gregoriana* adveio-lhe do facto de ter sido o Papa Gregório XIII que ofereceu ao Colégio Romano uma nova sede, vindo a inaugurá-la, a 28 de Outubro de 1584, *dependendo, imediatamente do Papa*, a partir dessa data. Para que fique em memória, passamos a apresentar algumas fotografias que foram feitas em Agosto de 1999, sobre este Colégio e sobre a sua transformação em Universidade Gregoriana:

Ora, a partir do momento em que o Colégio Romano foi dotado do privilégio de conceder graus académicos em Filosofia e Teologia, ele exigia um bom número de professores versados nessas áreas.

**Foto 17: Colégio Romano, na Via Aracoeli de 1553**



**Fonte:** o autor – (1999)

Foi por isso que, a 16 de Maio do ano de 1553, o Padre Nadal (*Epist.Nadal (Natalis)*, 1898, Tom. I, p. 148) prepara um grupo de professores para os enviar a Roma e, de Barcelona, escreve ao Padre. Inácio de Loyola, para lhe indicar alguns nomes que fossem capazes de lhe realizarem os seus desejos: *Aun tengo desegno, según la información destes hermanos que han venido de allá, no tomar sino dos de Castilla, Dionysio y Paez, y Mro Manuel y los 4 que restan se podían tomar de Valencia y Gandia convenientes, y desagrar-se aquellos colegios.*

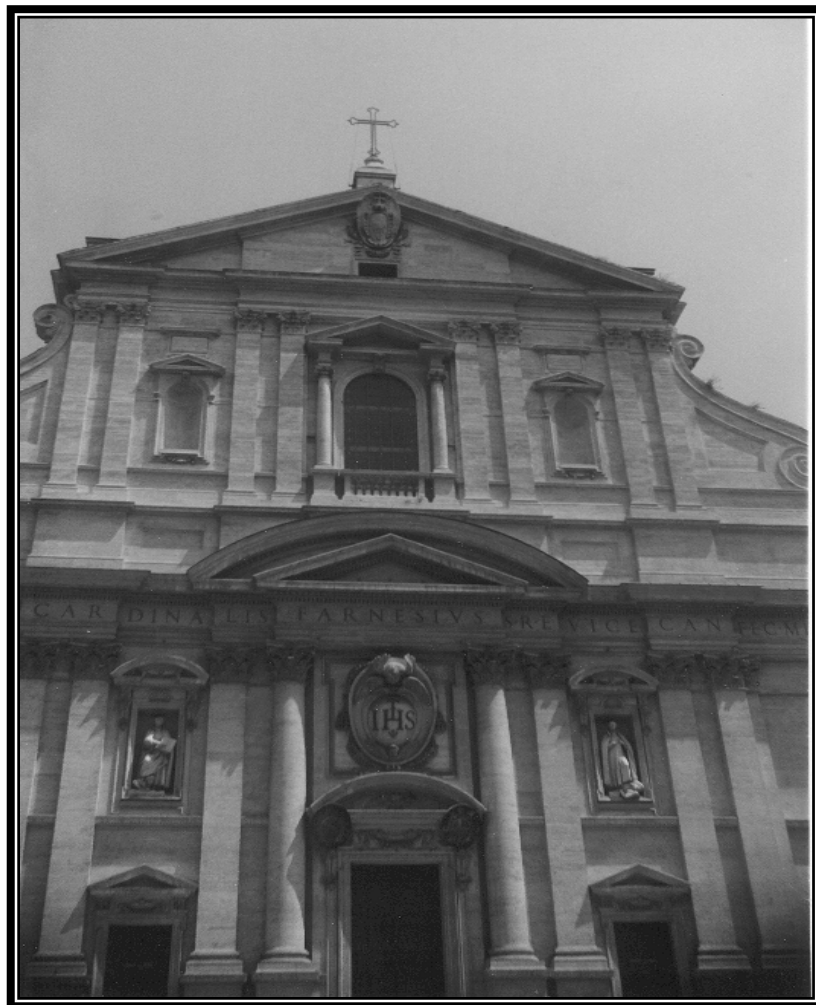
A 26 de Outubro de 1553, segundo o Padre Nadal (*Idem*, p. 269, Nota), o P. Polanco foi encarregado de escrever ao Comissário, Padre Francisco de Borja, e aos Provinciais de Espanha para lhes comunicar a seguinte novidade: (...) *La presente es para hacer saber a V. R. que el P. Mº Nadal llegó con sus tres compañeros, el D. Loarte, D. Diego y Mº Manuel a Roma, sanos todos por la gracia divina.*

Manuel de Sá, por conseguinte, encontrava-se já em Roma, em 1553. Ora, se nesse ano já se encontrava em Roma, será que ele regressou a Espanha, ou a outro país qualquer, voltando de novo, a Roma, em 1557, para terem razão Pereira e Rodrigues (1904-1915,



Vol. III, pp. 361-362), Michaud (1843, Vol. 37, p. 159) e Machado (1752, tom. III, p. 361), que falam da sua chegada a Roma, nesta última data?

**Foto 18: Igreja de Santo André anexa ao Colégio Romano na Via Aracoeli de 1553**



**Fonte:** o autor – (1999)

Este regresso, a não ser esporadicamente, não é possível admiti-lo como se poderá deduzir dos factos de que daremos conta seguidamente. Será bom ter em conta que, juntamente com a construção do Colégio Romano, se levou a cabo a de uma nova Igreja, visto a de *Santa Maria de la Strada* se ter manifestado demasiado pequena para a grande afluência de povo que vinha ouvir as pregações dos padres jesuítas. Tanto o Colégio como a Igreja parece terem sido financiados pela generosidade de Francisco de Borja, como se pode deduzir das palavras de Dalmases (1983, p. 86) que assim dizem: *Entre otros asuntos, dos ocuparon principalmente su atención: la construcción de una nueva iglesia para la Compañía y la financiación del Colegio Romano, que estaba para inaugurar-se.*

A ideia da construção do Colégio Romano foi um golpe de génio de Inácio de Loyola. A sua finalidade ultrapassava a área puramente jesuítica, se assim se pode dizer. Nele seriam admitidos, não apenas os que queriam pertencer à Ordem, mas também muitos jovens seculares que desejassem cultivar as letras sagradas.

### 1.3 - Ordenação Sacerdotal

Manuel de Sá recebeu a ordenação sacerdotal, na Itália, em 1555, segundo Francisco Rodrigues (1931-1950, Tom. I, Vol. I, Liv. II, ch IV, pp. 453-454): (...). *In Italia Sacerdotio initiatus est anno 1555; docuit Theologiam et S. Scripturam in Collegio Romano*, verdade que também já se encontrava na *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus* de Sommervogel (1896, Tom. 7, Cols. 349-354).

### 1.4 - Doutoramento em Teologia e Prefeitura dos Estudos

Depois de ter começado os estudos de teologia em Valência (*Epist. Mixtae*, 1898, Tom. I, p. 317) e de os ter continuado em Alcalá de Henares como o escreve numa carta datada de Alcalá, a 25 de Novembro de 1551, sobre os *Tons* em que diz (...) *oy 4 azen theologia y que son el P. Emanuel (López), H. Dionísio, H. Alfonso López y yo (Epist. Mixtae*, 1899, Tom. II, p. 636), veio a terminá-los com o doutoramento, em Roma, nos fins de Outubro de 1556, no dizer de Ricardo Villoslada (1954, Vol. 66, pp. 319ss): *Dopo detta promozione, il P. Cristoforo di Madrid, alla fine di Ottobre di detto anno (1556, cf. pg. 34 concessione dandi gradi, 17 Gennaio - XVI Kal. februarii - del 1556), conferi il dottorato in Theologia al portoghese Emanuele di Sá.*

Ele teria, portanto, 26 anos. Logo, no ano seguinte, segundo o mesmo Villoslada (Idem, p. 322) seria nomeado *Prefectus Studiorum* desse mesmo Colégio Romano, cargo que parece ter ocupado até 1562 (?). Testemunhos deste facto são, por exemplo, a obra *Monumenta Paedagogica Societatis Jesu* (1901, Tom. III, pp. 446-776), referente aos anos 1540-1556 (onde se encontra algo sobre a vida de Manuel de Sá); *Polanci Complementa*, 1916-1917, *Epistolae et Commentaria* (Tom. I, pp. 144, 207 e ainda p. 661), onde encontramos uma referência às emendas que Manuel de Sá fez ao documento das Constituições Inácianas: *vino el P. Manuel (de Sa) de Týbuli, con sus constituciones emmendatas*) e, finalmente, em *Lainii Monum.* (1913, Tom. III, anno 1558, p. 41, parág. 6), onde, na nota 14, se refere que era um homem *saepe laudetus*, devendo,

para melhor compreensão, confrontar-se igualmente as páginas 474 e 540 do Tomo IV desta mesma obra.

Uma primeira conclusão a tirar destes dados é a seguinte: a ida de Manuel de Sá para Roma deverá colocar-se nos fins de Outubro de 1554, pois que no dia 26 desse mesmo mês já, ali, se encontrava e de boa saúde. A data de 1557 proposta por Vigouroux (1899-1912), Machado (1752), Pereira e Rodrigues (1904-1915), nos locais supra-mencionados, não deve corresponder à verdade total e o facto de serem três autores a dizer o mesmo, poderá dever-se ao facto de os últimos dois se terem servido de Vigouroux, fonte mais antiga. Este último deverá ter aplicado essa data, não à vinda de Manuel de Sá para Roma, mas, sim, à sua nomeação para fazer parte dos trabalhos da correcção dos textos da Bíblia, ditos dos *Setenta* e da *Vulgata* que era o que mais interessava ao autor do *Dictionnaire de La Bible Supplément*. De facto a isso induzem as suas palavras: *Le S. Père, Pius VI a appelé à Rome en 1557 pour prendre part à la commission chargée de préparer l'Édition des Septante (LXX) qui a été éditée sous le Pontificat de Sixte V, en 1586* (Vigouroux, 1912, Tom. V, Col. 1283).

## **2 - Teólogo e Filósofo**

### **2.1 - Professor de Teologia Escolástica**

No campo da Teologia, Manuel de Sá desempenhou um papel preponderante no Colégio Romano. Possuímos umas cinco cartas que o Padre Lainez (*Lainii Monumenta*, 1912, Tom. II, *Epist.* 508, p. 318) enviou ao Padre Canísio, para lhe dar conta das anotações feitas por Manuel de Sá ao Catecismo que aquele (Padre Canísio) estava a preparar. Quanto ao ensino magistral da teologia propriamente dita, temos também uma que foi dirigida, ao P. Leonardo Kesselio, escrita em Roma, com a data de 17 de Janeiro de 1558 (Idem, *Epist.* 710, p. 41 e outra dirigida ao Padre Pascásio Broeto, escrita em Roma, a 23 de Agosto de 1559 (Idem, *Epist.* 1234). Ambas as cartas colocam Manuel de Sá ao lado dos eminentes professores do Colégio Romano. A propósito do mesmo assunto, o Padre Lainez escreveu ao P. Broeto as seguintes palavras: (...) *a Roma, dove saranno 3 lettori segnalati; dottore Emanuel, dottore Ledesma, dottore Avelaneda* (...) onde se nota o atributo de *lettori assignati*.

Numa outra carta (Idem, *Epist.* 1262, pp. 542-543), escrita em Roma, a 16 de Nov. de

1559, o Padre Lainez, ao falar dos professores do Colégio Romano considerava este *muy proveído de buena gente porque los maestros à una mano son personas raras, cada uno en su profesión* e explicitava os principais professores, dizendo:

*Los tres lectores de Theologia que son, el P. Emanuel, el Dr. Avellaneda, el Dr. Ledesma, se señalan mucho, y tienen muchos auditores de la Compañia, y de fuera della, más que nunca se ayan visto hasta aqui; lo que leen ellos y los demás se verá por el catalogo que aqui se ymbia de las lectiones. (cf. idem, p. 540 sobre o regresso das suas visitas aos colégios).*

Também o Padre Gonçalves da Câmara testemunha o mesmo facto numa carta (Llorca, 1960, Vol. II, p. 504) que dirigiu a Diogo Lainez, sendo escrita em Lisboa a 19 de Março de 1561. Nessa carta pressupõe-se que Manuel de Sá estava em Roma, visto que lhe manda cumprimentos: *de mis padres Polanco y Madrid, y del Sebastián y Padre Ribadeneira y Manoel (Lainii Monum., 1915, Tom. IV, Epist. 1262, p. 542).*

Esta última carta tem o seu interesse precisamente porque precede uma outra que Polanco, então secretário da Companhia de Jesus, escreveu de Roma, a 12 de Junho de 1561, a Manuel de Sá (retirado em Tivoli por razões de saúde) a fim de lhe colocar uma questão delicada, tal como a de saber se o Ofício de Geral dos Jesuítas deveria continuar *in perpetuum* ou não. Tal problema tinha surgido devido à morte do Papa, Paulo IV que tinha, em vida, dado uma ordem segundo a qual nenhum dos Superiores das Ordens Religiosas deveriam permanecer no seu posto por mais de três anos, o que era contrário às Constituições Inacianas que prescreviam a perpetuidade (*Lainii Monumenta*, 1915, Tom V, *Epist.* 1523, p. 557; *Epist. P. Nadal I*, p. 459). A resposta foi-lhe dada, dois dias depois, isto é, a 14 de Junho de 1561 e que, por ser uma das poucas cartas escritas por Manuel de Sá a que tivemos acesso a reproduzimos na íntegra:

*Jhs. Molto Rdpo. Padre in Xtº. Pax Xti. +  
Il parer mio sopra quello che V.R. mi domanda è questo:  
suposito che l'ordine che diede la buona memoria di papa  
Paulo 4, che il generale nostro fusse triennale, spiro insieme  
com la vita di esse papa, come V.R. dice nella sua han detto  
personne literate, mi pare che habbia a esser perpetuo  
conforme alle nostre constitutioni, il pare che nostro Padre  
no debbe lasciar la cura che ha passato il trienio. Di Tivoli,  
14 giugno 1561.  
De V.R. Servo in Xto. + Emanuele di Sá.  
(Lainii Monum., 1917, Tom. VIII, Epist. 2230, p. 739).*

É, pois, fora de dúvida que Manuel de Sá, uma vez chegado a Roma, em Outubro de 1554, nunca mais deixou a Itália, pelo menos até 1561. Quanto à maneira como

desempenhou a missão de professor, os testemunhos são unânimes em tecer-lhe grandes elogios. Pois, ele:

- pertence ao grupo dos três *lettori, tutti segnalati (...) dottore Emanuel, dottore Ledesma, dottore Avelaneda (...)*. (*Lainii Monumenta* 1915, Tom. IV, *Epist.* 1234, p. 474);
- é o grande mestre cujos amigos e alunos se alegram de o ver crescer em autoridade e de aumentar o seu auditório: *Holgamos de entender que cresca el auditorio del Dr. Emanuel (de Sá) y que lo haga muy bien* (*Lainii Monum.*, 1915, Tom. VI, *Epist.* 1739, pp. 584, 621);
- atribui-se-lhe, segundo a mesma carta de 17 de Outubro de 1562, não apenas o ofício de ensino, mas também o de pregador insigne: *Dele Dios NS Su gracia para que así en las lecciones del Colegio, como in eses (sermones) mucho le sirva* (*Idem*, *Epist.* 1739, pp. 584 e 621); Aqui, em nota, diz-se que era *in Colegio Romano Theologiae lector*.
- é elogiado por Francisco de Borja, em carta de 4 de Janeiro de 1563 (*Idem*, *Epist.* 1752, pp. 621 e 584, com as seguintes palavras: *Eme alegrado que cresca el auditorio de Dr. Manuel, y la satisfacción de sus lectores (...)*);
- é um professor que pode ser mandado para Milão porque ele *en italiano y en español haria bien su deber con los de la una nación y la otra* (*Lainii Monum.*, 1916, Tom. VII, *Epist.* 1818, p. 45);
- deveria continuar a ler Teologia Escolástica e Escritura na Alemanha, no caso de ter que deixar Roma (*Idem*, *Epist.* 1913, p. 316) carta datada do 31 Agosto de 1563);
- é o insigne Doutor e excelente pregador (...) que nos primeiros tempos procurou a Companhia {Telles (ou Tellez), 1645, p. 198, nº 9}.

Segundo uma carta do P. Cristóvão Madrid ao Padre Lainez, escrita em 23 de Novembro 1561 (*Lainii Monum.* 1915, Tom. VI, *Epist.* 1610, p. 148), Manuel de Sá recomenda a ensinar a Escolástica, e em 1561, enquanto que o P. Mariana se pôs a ensinar a Escritura Sagrada. Tal facto agradou ao Padre Christophe de Madrid: *Il fratello Mariana (Joannes) legge la Scrittura perché el Dore. Emanuel piglió a leggere Sto. Thomaso che fu giudicato cosi esser meglio*.

Fundados nesta carta e nota, Manuel antes de 1561 ensinava Escritura, pelo menos em 1559. Ele tinha sido, de facto, professor de Teologia entre 1556 e 1568 e professor de Escritura entre 1559-1560, regressando à Teologia em 1561. Mas de 1562 em diante, ele passaria a ensinar Escritura.

## 2.2 - Presidente das *Conclusiones Theologicae*

Ligada à sua fama em teologia está a eleição que dele fora feita para presidir às discussões solenes em matéria dessa disciplina, realizadas em honra do P. Diogo Lainez, quando este foi eleito Geral dos Jesuítas, após a morte do Padre Inácio de Loiola, em 1558.

Tais discussões realizaram-se durante oito dias e tiveram por título *Assertiones Theologiae disputandae in Templo S. J. tempore electionis Praepositi Generalis, respondentis uno eiusdem Societatis...Romae 1558*. Consistiam em discussões à maneira da Suma Teológica de S. Tomás de Aquino: Punha-se uma questão que deveria ser seguida de uma resposta, onde as distinções indicavam o grau de argúcia dos intervenientes. Era, devido a estas disputas, que as Igrejas dos Jesuítas possuíam dois púlpitos, um de cada lado da nave central, entre esta e o transepto (se este existia) ou o coro, na ausência daquele. Por esta mesma razão existiam também no refeitório de alguns dos seus colégios e Seminários.

Destas *Discussões* fala Ricardo Villoslada (1954, pp. 41, 50-51) fornecendo-nos dados sobre as matérias nelas tratadas: nos primeiros dias eram dedicadas à Teologia e à Escritura Sagrada, sendo os quatro últimos dias reservados à Filosofia. Diogo Barbosa Machado (1741-1759, Tom. III, pp. 361-362) a propósito destas discussões escreve o seguinte: *Sustentou por espaço de 8 dias Conclusões de toda a Teologia com admiração dos Príncipes do Sagrado Colégio e dos mais célebres varões que forão espectadores deste literário combate*. Tais *Discussões* englobavam todas as ciências de então, uma vez que a esses três campos se reduziam às ciências religiosas. Essas discussões, portanto, demonstravam bem a categoria daquele que deveria presidi-las.

Não bastava, pois, que o presidente estivesse bem preparado em Teologia e em Escritura, mas era necessário que fosse também um bom Filósofo e um exímio filólogo, de modo a que pudesse dominar não só as línguas clássicas (grego e latim) e bíblicas (o grego bíblico ou *Koiné*, o hebraico e o aramaico), mas também a crítica literária e histórica dos textos sagrados.

Para ser presidente de *Discussões* como aquelas que foram realizadas em frente de um auditório selecto, do qual faziam parte várias Eminências da Cúria Romana, segundo

nos dá a entender Franco (1719, p. 389, nº 6), teria de satisfazer a todos esses requisitos. Além disso estava em jogo a reputação de toda a Companhia de Jesus. Era preciso mostrar a classe dos seus membros. Se é verdade, segundo Ivana Bartiková [Online] [Consult. 25-06-2006] Disponível em: [http://publib.upol.cz/~obd/fulltext/Romanica-8/Romanica-8\\_19.pdf](http://publib.upol.cz/~obd/fulltext/Romanica-8/Romanica-8_19.pdf). Barrera, que no tempo de Anchieta, para *uma pessoa ser culta já não era suficiente ser escolástico mas era imprescindível acrescentar aos estudos da cultura cristã e pagã a filologia, ou seja, o estudo do latim, do grego e do hebraico*, Manuel de Sá ultrapassou todas essas provas de fogo, pois, além dessas três línguas ele dominava perfeitamente o Português, o Espanhol o Italiano, sem contar com os conhecimentos que possuía da língua aramaica e de outras mais. Ele estava perfeitamente embrenhado do humanismo.

Ora, Manuel de Sá era o homem certo para o lugar e momento próprios, como o afirmam os documentos existentes: segundo Villoslada (1954, p. 41), ele era *doto e ingenioso*, possuindo uma brilhante doutrina e uma maior modéstia (Idem. p. 388s). E a Companhia de Jesus aumentava o seu prestígio, dia após dia, devido a génios como este.

### **3 - Conselheiro nas obras da Companhia: *Constitutiones e Ratio Studiorum***

Para além do contributo dado às Constituições Inacianas, quando ainda era apenas *Irmão* e ainda *nondum Sacerdos* (*Chronicon*, 1894-1898, Tom. II, p. 10 e *Monumenta Ignatiana 2. Fontes Narrativi*, 1951, Tom II, pp. 209 e 224), Sá participou em trabalhos de correcção e revisão de obras ilustres em várias ocasiões, principalmente em duas empresas de grande envergadura: uma a nível geral e outra a nível particular.

#### **3.1 - A nível geral**

Chamado a dar a sua opinião sobre a *Ordo Studiorum* que deveria ser seguida e aplicada em todos os Colégios dos Jesuítas, ele obedeceu e deu o seu contributo como se depreende de dois testemunhos que falam deste assunto.

O primeiro encontra-se em *Monumenta Paedagogica* (1901, pp. 150-151) que diz assim: *Conscribatur Ordo Studiorum et statuatur firmus non solum in genere, sed particulatim per singulas facultates et classes, cum exercitiis, tempore, ordine et modo etc., ne tot fiant mutationes et consultationes singulis annis*. Este documento é assinado por Emanuel, Ledesma, Perpignan e Michael Angel.

O segundo testemunho que se encontra na mesma obra (Idem, p. 571), tem a ver com o Colégio de Coimbra. Refere-se, sobretudo, ao método a ser seguido tanto nos Estudos da Teologia Escolástica e da Sagrada Escritura, como no desenvolvimento das Controvérsias e dos *Casus Conscientiae*, realizados nesse mesmo Colégio. O teor desse documento é o seguinte: *Alia circa interpretandi modum et Sacras Litteras, vel D. Thomam, vel Controversias et Casus Conscientiae, in Ordine Studiorum Conimbricensis data fuerunt Patri Dionysii ex sententia doctoris Emanuelis, Parrae, Ledesmae, Benedicti, etc.*

Segundo este testemunho, a *Ordem de Estudos* seguida em Coimbra deveria ser aquela que se baseava nas supra-mencionadas sentenças dos grandes mestres e doutores as quais já tinham sido enviadas ao P. Dionísio, então Reitor do Colégio dos Jesuítas, em Coimbra.

### 3.2 - A nível particular

A propósito das *correções* a que foi sujeito o Catecismo do Padre Pedro Canísio – uma obra que foi elaborada depois dos dois primeiros períodos do Concílio de Trento (de 13 de Dez. 1545 a Set. de 1549 e de Maio de 1551 a Abril de 1562) e dez anos depois do terceiro período (Jan. 1562 a 4 de Dez. 1563) – existe uma série de cartas trocadas entre Lainez, Canísio e Manuel de Sá. Em primeiro lugar convém recordar a insistência feita por Canísio para que o P. Lainez escrevesse a Manuel de Sá de modo a este rever e corrigir tudo o que achasse necessário e útil. Assim numa carta redigida em Roma a 19 de Julho de 1557 (*Lainii Monum.*, 1913, Tom. II, *Epist.* 508, p. 318, parágrafo 5), em nota de rodapé lê-se o seguinte: *Quanto al Catechismo, prego la Reverentia vostra, escrevia o P. Canísio, vogli springere il Dr. Emanuele per fare diligentia in revederlo et castigarlo.* E depois de várias instâncias, Manuel de Sá cede à pressão (Idem, *Epistolae* 553, 565, 610, 620, pp. respectivamente, 412, 441, 540, 561). Nesta última página, em nota 20 de rodapé diz-se que *Pater Emmanuel de Saa de annotationibus his catechismo Acnisii adjunctis, videantur supra, Epist. 546, 553, 565, 610.*

Para vermos essas *démarches*, vejamos como Manuel de Sá respondeu à primeira abordagem feita pelo Padre Lainez sobre a correcção do dito catecismo:

- a) - Segundo *Lainii Monumenta* (1912, Tom. II, *Epist.* 508, p. 318) a sua resposta foi muito diplomática: *Lui mostrava giudicar, non fusse necessario.* Tal resposta



provocou um segundo pedido com carácter quase de mandato a ser cumprido.

- b) - A dois de Setembro de 1557, o Padre Canísio recebe a boa nova de que *as notas do Dr. Emanuel, como lhe tinha prometido, seguiriam por meio do Rvmo. Cardenal Augustano, isto é, do Cardeal Di Augusta, Otto Truchsessius* (Idem, *Epist.* 546, p. 401).
- c) - No dia 4 do mesmo mês Lainez (Idem, *Epist.* 553, p. 412) escreve de novo ao P. Canísio dizendo-lhe que *le annotationi del D. Manuel, se me lo dà hoggi, andaranno com queste; si non, l'altro sabbato*.
- d) - De facto, as primeiras Anotações seriam enviadas por tal mensageiro, a 11 de Setembro de 1557 (Idem, *Epist.* 565, p. 441), sendo-lhe prometido que as seguintes lhe seriam enviadas, mais tarde:

*Otto giorni sono che si e scritto difusamente a V. R. per via del Rmo. Cardnal di Augusta (Otto Truchsessius) per la quale ancora si manda questa, et insieme com quella alcune annotationi de D. Manuel sopra il cathechismo: (...) il resto se mandarà un altra volta.*

- e) - A 13 de Novembro de 1557, numa outra carta faz-se referência às anotações feitas ao mesmo catecismo: *si mando il resto delle annotationi del Dr. Manuel nel cathechismo; et comme vengono alcuni fratelli, haveriamo charo ci si mandassimo alcuni* (Idem, *Epist.* 620, p. 561).

Um outro autor que desejou e solicitou a Manuel de Sá as correcções e melhoramentos para a sua obra foi o Dr. Torres. Este escrevera um livro sobre as *Ordenações Hierárquicas* e pareceu-lhe que a opinião de Sá seria necessária e preciosa. Além de melhorar a obra, a sua autoridade iria servir de óptima recomendação. Efectivamente, numa carta que o P. Francisco de Borja dirigiu ao Padre Nadal (*P. Nadal (Natalis), 1902, Tom. III, Epist. 517, pp. 580-581*) para lhe pedir a introdução de melhoramentos considerados úteis a um tal empreendimento, lembra-lhe que, desde que seja possível, *as censuras* feitas pelo P. Emanuel seriam enviadas juntamente com as que tinham sido feitas pelos PP. Ledesma e Dilinga.

#### **4 - Professor de Sagrada Escritura, em Roma**

Manuel de Sá ensinou a Escolástica e a Sagrada Escritura quase simultaneamente. Existem duas razões que nos levam a afirmá-lo. Em primeiro lugar a Escolástica de S.

Tomás de Aquino era uma teologia baseada na Bíblia cujo método consistia precisamente na *lectio* e na *disputatio*. A *lectio*, em Teologia Escolástica, baseava os seus comentários e interpretação nos textos da Sagrada Escritura e das Sentenças de Pedro Lombardo, enquanto que, em Filosofia, eram as obras de Aristóteles que serviam de base. A *disputatio* era um método de ensinar, em comum, e baseava-se no raciocínio orientado segundo a variedade de pareceres. Regia-se pelas leis da lógica e do silogismo e podiam ser: *Ordinariae*, nas quais o mestre propunha e resolvia questões técnicas levantadas pela matéria das aulas; as *Generales* ou as de *quodlibet* realizadas nas quadras de Natal e Páscoa, participando nelas os assistentes; as *Magistrales*, reservadas apenas aos professores (Colomer, 1968, Vol. 7, col. 913s).

Em segundo lugar, sabemos que ele alternou o ensino das duas disciplinas, embora a maior parte do tempo, se tenha dedicado ao ensino da Escritura. Com efeito, segundo uma carta que o padre Cristóvão Madrid escreveu de Roma a 23 de Novembro de 1561, ao Pe. Jacob Lainez (*Lainii Monum.*, 1915, Tom. VI, Epist. 1610, p. 148), *Il fratello Mariana (joannes) legge la Scrittura, perchè il Dre Emanuel pigliò a leggere Santo Thomaso, che fu giudicato cosi essere meglio*. Portanto, pelos finais de 1561 deixou o ensino da Escritura para se dedicar ao ensino da Escolástica.

Sabemos também que, em 1561, ensinava Escolástica, como já foi dito, por carta de S. Francisco de Borja, enviada, a 4 de Janeiro de 1563, ao P. Lainez que estava em Trento (*Lainii Monumenta*, 1916, Tom. VII, Epist. 1752, p. 621), e que aumentavam os auditores do P. Sá e que as lições deste agradavam a todos: *Eme alegrado que cresca el auditorio de Dr. Manuel, y la satisfacción de sus lecciones; y no menos me consoló el entender quan bien se hay avido en el sermon de la Navidad il Mtro. Beneditto*.

Mas são vários os documentos que nos falam de Manuel de Sá como professor de Escritura:

- Em *Monumenta Ignatiana (Fontes Narrativi*, 1960, Tom. III, p. 501, na nota 59), diz-se que ele foi professor de Sagrada Escritura entre os anos 1557-1564 e 1569-1570 e professor de Teologia Escolástica em 1556-1558 e 1560-1561 (NB: Deve haver um engano na data 1557. Em vez de 1557 deverá ler-se 1559, pois em 1557 ele era professor de Escolástica (*Monumenta Ignatiana, Fontes Narrativi*, 1943, Tom. I, pp. 3041 e 3518), a não ser que necessidades internas

tenham pedido que, nesse ano de 1557 tivesse ensinado Escolástica. De facto, o Padre Polanco escreveu, em 9 de Novembro de 1562, ao Padre Cristóvão Madrid (*Lainii Monum.*, 1915, Tom VI, *Epist.* 1706, pp. 489 e 584) para o advertir de que, no Colégio Romano, pensavam em fazer regressar Sá à Escolástica a fim de se evitar que o Padre Toledo e o Padre Mariana se pegassem em discussões acérrimas e inúteis. Esta carta é sinal de que Sá ensinava, então, Sagrada Escritura. Esse projecto não foi avante e Manuel de Sá continuou a ensinar esta disciplina. Este episódio manifesta bem que, para serem evitados alguns males internos, alguns professores passavam de uma disciplina a outra.

- Na obra do Padre Nadal (*Epist. Patris Nadal, Commentarii de Instituto Societatis Jesu*, 1962, Tom. VI, p. 31), ao apresentar um pequeno sumário *Curriculum vitae*, de Manuel de Sá, afirma-se que este foi professor de Teologia e Escritura no Colégio Romano *docuit Theologiam et S. Scripturam in Collegio Romano*.
- A *História do Colégio Romano* de Ricardo G. Villoslada (1954, Vol. LXVI, sectio A (nº2), p. 323), diz que Sá foi professor de Escritura no Colégio Romano, em 1569-1570. Esta notícia situa-o nos seus últimos anos do seu ministério em Roma;
- Vários historiadores da Companhia de Jesus, tais como: Rodrigues (193-1950, Tom. I, Vol. I, Liv. II, chap. IV, pp. 453-455), Franco (1719, pp. 388-391); apresentam-no também como professor de Escritura;
- Dicionários, especialmente biográficos, tais como os de Hoefer (1863, Tom. 42, Cols. 950s), Vigouroux (1899-1912, Vol V, Col. 1283), Sommervogel (1890-1916, Tom. VII, Cols. 349-354), Michaud (1843-1865, Tom 37, p. 159); Machado (1741-1759, Tom. III, p. 361); Augé (1933, Tome Sixième, p. 98);
- Várias Enciclopédias, entre as quais a *Enciclopédia Cattolica* de Pietro Nober, (1953. Vol. X, Col. 1503; *The New Catholic Encyclopedia*, (Tomo 12. p. 773); a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura da Editorial Verbo*, (Vol. 16, Col. 991) e a A propósito da sua leccionação em Escritura, Michaele (1715, p.219) fala de Manuel de Sá nestes termos:

*Emanuel Sa in Lusitania an.1530 natus, 1545 societatis Jesu  
nomen dedi, et 30 Decembris. 1596 obiit. Vir fuit eloquentia et*

*eruditione conspicuus. Romae summa cum Laude Sacrarum  
Literarum Interpretis et Apostolici Concinatoris officio functus  
et. Praeter Aphorismos casuum Conscientiae, Scholia in  
quatuor Evangelia conscripsit, brevia quidem, sed erudita, et  
ex selectis Sacrarum Auctorum Sententiis excerpta.  
Annotationes in omnem Sacr. Scripturam una com Estri  
Menochii et Tirini Notis in Biblia Magna Translatas composuit  
opus sane concisum et contractum, sed indeceso (indefeso)  
studio ilaboratum atque perfectum. Sunt nonnulli eruditi  
critici, qui asserunt, Emmanuel Sá multo ex Francisco Vatablo  
deflorasse, eaque in suas Annotationes in Sacra Scriptura  
convasasse.*

- Dele falam ainda Silos (Tomus I. Lib. 13. p. 533); O' Neill-Dominguez (2001, Vol. IV, p. 3.454).

## 5 - Professor de Escritura em Milão (1573-1576)

A partir dos dados que possuímos, a sua última etapa de professor de Escritura foi em Milão. Mas, apesar da sua longa experiência e da sua reconhecida autoridade, aqui não mereceu as graças do Bispo nem de alguns milaneses, segundo uma carta, que o Padre Alphonso Sgariglia, reitor do Colégio Jesuíta dessa cidade, escreveu ao Padre Everard Mercure, com a data de 30 de Janeiro de 1575 (*Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, 1901, Tomus IV p. 588*).

Não deixa de ser curiosa esta reviravolta em território Milanês. De excelente professor, em Roma passa a ser indesejado em Milão! Que se terá passado? Além disso, o povo adorava-o como se pode ver em vários documentos que falam do seu ministério de pregador, nessa mesma cidade.

António Franco (1719, T. II, Liv. 3, chap. 29, p.390, nº 8) dá-nos elementos para a ilustração deste assunto:

*De Roma foi mandado (M. Sá) a Milan, para dar ali princípio  
ao Colégio da Companhia. Fez naquela cidade muito fruto  
com as suas pregações. Por certa controvérsia entre o  
Governador de Milan, S. Carlos Borromeu, como um da  
Companhia dissesse pregando palavras em favor da parte do  
Governador, por ser o Padre Sá muito aceito a todos temendo  
o Santo que no púlpito, ou na cadeira lhe caísse alguma  
palavra que desse alento aos ministros del rey, o fez sahir de  
Milan. Dez anos andou fora de Roma em diversos ministérios,  
em que dele se servio a Companhia com muito crédito seu e  
bem do próximo. Depois voltou a Roma, onde esteve alguns  
annos. Depois assistio, em Loreto. Dali foi para Génova: nesta  
cidade carregou sobre ele grandissimo trabalho, porque todos  
a ele concorriam por conselho.*

Destas palavras conclui-se que Manuel de Sá:

- foi o fundador do Colégio da Companhia de Jesus, em Milão;
- fez, nessa cidade muito fruto, com as suas pregações;
- era muito aceite por parte de todos;
- o Bispo, S. Carlos Borromeu teve medo de que Manuel de Sá algo dissesse no púlpito ou nas lições (de Escritura) que viesse a corroborar a posição do Governador de Milão contra a sua própria;
- não estava, portanto, em causa a sua competência como professor de Sagrada Escritura, mas sim a frontalidade, a justiça e a verdade com que ele tratava os problemas, mesmo quando estes punham em causa um irmão de religião e/ou um superior hierárquico.

Compreende-se bem, portanto, a frase de Barbosa Machado (1741-1759, Tom. III, p. 361) que, ao apreciar a obra desse homem pequeno em estatura, mas grande na sabedoria e no conselho, comentava o princípio da sua palavra como sendo, mesmo na Corte Papal, um homem que: (...) *exercitou muitos anos o ofício de Pregador em cujo ministério se empenhava a converter os corações e não adular os ouvidos.*

Como complemento e para melhor se compreender este diferendo, convém notar o seguinte a propósito da pessoa do bispo de Milão desse tempo: Carlos Borromeu, nasceu em Arona a 02 de Outubro de 1538, filho de Margarida de Médicis; seu tio, por parte da mãe, o Papa Pio IV, nomeou-o Cardeal e Secretário de Estado, a 31 de Janeiro de 1560, conferindo-lhe ainda o cargo de Administrador da Arquidiocese de Milão a 08 de Fevereiro de 1560, ficando a residir em Roma; foi ordenado sacerdote somente a 15 de Agosto de 1563 e Bispo a 07 de Dezembro deste mesmo ano; foi nomeado Bispo de Milão a 12 de Maio de 1564, vindo a ocupar a sede apenas em 05 de Abril de 1566; teve importância na conclusão do Concílio de Trento.

É curioso notar que foi nomeado Cardeal, Secretário de Estado do Vaticano e Administrador da Arquidiocese de Milão antes de ser ordenado sacerdote e bispo, o que pode causar certa apreensão em muitos homens do nosso tempo.

## 6 - Membro de Comissões de Revisão e Correção da Bíblia

### 6.1 - Da Vulgata

Por este nome, segundo Skehan (s/d, Vol. II. nº. 69 (104), pp. 578-579), entende-se a tradução que São Jerónimo fez da Bíblia (Antigo Testamento), a partir dos textos hebreus por volta do ano 389, dando, assim, ao Ocidente uma Versão que viria a substituir, até certo ponto, a Versão dos Setenta.

O concílio de Trento, no seu decreto disciplinar *Insuper*, decretou a correção dos textos latino (Vulgata) e grego (Versão dos LXX) da Bíblia. Para isso, Pio IV designou, em 1561, a primeira comissão especial, sendo presidida por quatro Cardeais. Os padres conciliares esperavam poder ver a Bíblia corrigida antes do fim do Concílio (1563), mas os trabalhos iriam proceder lentamente e só trinta anos depois do termo do Concílio, isto é, em 1590, é que ela apareceu. Deste facto testemunham diversos autores, entre os quais Tuya e Salguero (1967, I, p. 570-579); Prat (1890, *Études*, 50 (1890, 2), 565-584; 51 (1890,3); 35-60; 205-224); Quentin (1922, pp. 414-432); Vosté, (1927, p. 28).

Devido a esta lentidão, Pio V (1566-1572), decidiu criar uma 2ª Comissão, composta por seis cardeais e 12 Doutores como consultores, entre os quais se destacava o Cardeal Guilherme Sirleto. Em Espanha e França trabalhou-se muito também para recolher variantes a serem mandadas para Roma. Esta Comissão Bíblica para a Revisão da Vulgata, reunia os maiores exegetas da altura, entre os quais se encontrava Manuel de Sá como o atesta Tishendorf (1880, Tom. I, p. XXVIII. Para além deste foi escolhido um outro Jesuíta, o Padre Pedro Parra. Desta eleição e, bem assim, do bom desempenho dessas funções falam documentos relacionados com a vida do Padre Polanco (*Polanci Complementa*, 1917, Tom. II, *Epistolae et Commentaria*, p. 95, nº 46; p.700, nº 18 e Dalmases 1983, p. 188).

*Cum Summus Pontifex ad Bibliam emendandam et veram Vulgatae editionem diligendam, cardinales aliquot graves ac theologos designasset, duos ex nostris per cardinalem Moronem in ea congregatione esse voluit; et PP. Emmanuel (de Sá) et Parra, a P. nostro nominati, eo sunt officio cum magna satisfactione perfuncti.*

Nos finais do ano 1586 Sixto V (1585-1590) nomeou uma 3ª Comissão presidida pelo Cardeal Carafa à qual encomendou a preparação do texto final da Vulgata. Esta

comissão serviu-se do material já recolhido anteriormente, de modo especial das lições variantes dos Códices *Amiantino*, *Valliceliano*, *Legionense* e das anotações que deixara o Cardeal G. Sirleto. Depois de dois anos de intenso trabalho o texto era finalmente apresentado ao Papa que não lhe deu a sua aprovação, sem primeiro lhe introduzir, ele próprio, algumas emendas, sendo ajudado pelo jesuíta espanhol, Padre Toledo e o Agustiniano, Angel Rocca que se serviram da *Bíblia Lovaniense*. O texto final sairia, a 1 de Março de 1590, da Tipografia Vaticana, sob o título *Biblia Sacra Vulgatae Editionis ad Concilii Tridentini praescriptum emendata et a Sixto V P. M. recognita et approbata*. Mais conhecida por *Bíblia Sixtina*, esta obra, segundo (Tuya e Salguero (1967, Vol. I, p. 572), foi afixada em lugares públicos a 10 de Abril desse mesmo ano.

Dirigidos por princípios rectos e críticos que se foram desenvolvendo com a prática e com o contributo de muitos investigadores, os trabalhos de revisão e correcção basearam-se em antigos códices e, os casos onde o texto causava maiores dúvidas, foram comparados com a Versão dos Setenta. As variantes do Códice Toletano parecem ter chegado tarde demais à Comissão, pelo que, não parece que, alguma vez, tenham sido utilizadas.

## **6.2 - Da Vulgata pós-tridentina**

Depois que o Concílio Tridentino declarou a Vulgata autêntica, os Protestantes (Calvino, Sixtino, Amama, Carpsow, e outros) começaram a impugná-la como contendo muitos erros. O Papa, Pio IV decretou que, além de ser publicada com o máximo de cuidado, evitando erros tipográficos, fosse corrigida toda a antiga versão. Para esta última tarefa nomeou, em 1561, uma 1ª Comissão especial, presidida por quatro cardeais: M.A. Amulio, J. Monrone, B. Scotti e V. Vitelli. Nesta comissão ficou mais conhecido G. Sirleto, conhecedor das línguas bíblicas. Esperava-se que antes da conclusão do Concílio (1563) esta correcção estivesse terminada. O texto base desta correcção foi a *Bíblia Lovaniense*, servindo de suporte diversos códices: o *Avellanense* (Vat. Lat. 4216), o *Paulino* (P), o *Cerviniano* (Vat. Ott. 66) codex Romanus: Vat. Ott. lat. 66 (*Ottoboniani* Latino 66) e o de *Santa Maria dos Mártires* (Vaticano Latino 12598). Os trabalhos, arrastaram-se muito e não se concluiu a obra a que se propuseram.

Em 1569, o Papa S. Pio V (1566-1572) viu-se obrigado a nomear uma 2ª Comissão composta por seis Cardeais e doze Doutores como consultores entre os quais continuava

Guilherme Sirleto, já elevado ao cardinalato. O trabalho desta comissão desenvolveu-se, dentro e fora de Roma. Os de fora, por ex. os beneditinos de Florença que examinaram 12 manuscritos, os de Monte Cassino que examinaram 345, enviando todos eles as suas conclusões para Roma. O mesmo se fez em Espanha e França. Tal trabalho de equipa produziu os seus frutos. Os que se encontravam em Roma trabalhavam intensamente sobre os dados recolhidos. Mas, por falta de unidade de pareceres relativamente aos princípios críticos e metodológicos, chegou-se, de novo, a um ponto morto. Por seu lado os papas Pio V e seu sucessor Gregório XIII (1572-1585) dedicaram mais energias à reforma litúrgica do que à revisão da Vulgata.

Nos finais do ano 1586 Sixto V (1585-1590) nomeou uma 3ª Comissão, presidida desta vez, por um só cardeal, o Cardeal Carafa ao qual encomendou a preparação do texto corrigido da Vulgata. Esta última comissão serviu-se do material já existente, especialmente das variantes dos códices *Amiantino*, *Valliceliano*, *Legionense* e *Toletano* e das anotações que tinham sido deixadas pelo Cardeal Guilherme Sirleto. Segundo Tuya e Salguero (1967, Vol. I, p. 572, nota 281), *a comissão levou a cabo a correcção guiada por rectos princípios críticos. Utilizou os mais antigos códices e, nos casos duvidosos, comparou os textos originais com a versão dos Setenta (...)*. Depois de intenso labor científico, Carafa pôde entregar ao Papa Sixto V a versão elaborada.

Este papa, não contente com o trabalho, por nele encontrar muitas diferenças em relação ao texto antigo da Vulgata, resolveu rever, ele próprio, o texto e fê-lo publicar a 1 de Março de 1590, sob o nome de *Bíblia Sixtina*, tendo no Prólogo a Bula *Aeternus ille coelestium*. No dia 10 de Abril foi afixada nos lugares públicos de Roma.

Esta Bíblia, porém, estava cheia de imperfeições por três razões: a primeira porque Sixto V tinha rejeitado as óptimas correcções propostas pela Comissão; a segunda porque apareceu com um aspecto muito descuidado, pois sobre o texto já impresso tinham sido adicionadas correcções, a tinta de caneta, o que originou borrões e, além disso, tiveram a desfaçatez de colar papelinhos com palavras impressas sobre o texto original; a terceira razão tem a ver com a introdução de uma nova divisão dos versículos que desagradou totalmente.

Após a morte de Sixto V, a 27 de Agosto de 1590, os correctores da Comissão do Cardeal Carafa queixaram-se veementemente ao novo papa, Gregório XIV (1590-1591).



Pediram-lhe que retirasse a força da Bula *Aeternus ille coelestium*, que proibisse a venda da *Bíblia Sixtina* e mandasse destruir todos os seus exemplares.

O cardeal Roberto Belarmino intercedeu perante os correctores para que se respeitasse a memória do papa defunto e se procedesse a uma pequena revisão do texto da *Bíblia Sixtina* e fosse publicada sob o nome de Sixto V. Esta proposta agradou ao papa Gregório XIV, o qual encomendou à Sagrada Congregação do Índice a obra de correcção. Entretanto foi suspensa a venda da *Bíblia Sixtina*.

Nomeada a 4ª Comissão que se compunha de sete cardeais e onze consultores, realizou-se a primeira sessão em 07 de Fevereiro de 1591, na qual foram estabelecidos os seguintes princípios de revisão:

- Acrescentar tudo o que tinha sido retirado do texto preparado pela comissão do Cardeal Carafa;
- Omitir o que tinha sido acrescentado ao texto da dita Comissão;
- O que não tinha sido mudado devia ser reconsiderado ou corrigido;
- Devia-se prestar atenção à pontuação e não mudá-la senão onde fosse necessário.

Como os trabalhos avançavam muito lentamente, sentiu-se a necessidade de reduzir a comissão para dois Cardeais (M. A. Colonna e G. Allen) e oito consultores, entre os quais se encontrava Roberto Belarmino, que reunidos na casa de campo de Colonna, em Zagarolo, terminaram a revisão, em dezanove dias, tendo-o terminado, no dia 23 de Junho de 1591. Apresentaram-na ao Papa Gregório XIV que, por ter morrido prematuramente, em 15 de Outubro de 1591, não teve o privilégio de aprová-la.

O texto, depois de aprovado, pouco depois, pelo Papa Clemente VIII (1592-1605) foi entregue a Frei Toledo para que este procedesse à sua impressão, vindo a lume, a 09 de Novembro de 1592 com o título *Bíblia Sacra Vulgatae Editionis Sixti Quinti Pont. Max. Iussu recognita atque edita*. A distribuição dos versículos era a de Roberto Etienne. Para esta edição publicou-se a Bula *Cum Sacrorum*, com data de 09 de Novembro de 1592 e no prefácio, elaborado por S. Roberto Belarmino, declarava-se que esta edição não era de todo perfeita, mas assim era publicada, esperando que num futuro próximo, melhor se pudesse fazer.

Só em 1604 é que, segundo Tuya e Salguero (1967, Vol. I, pp. 570-575), se acrescentou o nome de Clemente VIII ao de Sixto V, passando, desde então, a chamar-se: *Bíblia Vulgata Sixto-Clementina*, como se pode verificar em neste mesmo autor (p. 574).

### 6.3 - Da Septuaginta

Com a correcção da Vulgata estava ligada também a revisão crítica do texto grego, dito *Septuaginta* (LXX), *Versão dos Setenta* ou *Bíblia dos Setenta*. A origem deste nome vem da narração feita na Carta de Aristeas, segundo a qual uma comissão de 72 sábios de Jerusalém, enviados pelo Sumo-sacerdote Eleazar a Ptolomeu Filadelfo (283-246 A.C.), realizou para a Biblioteca do Museu de Alexandria uma tradução, em grego, da Lei de Moisés, em 72 dias. Terminada esta, o bibliotecário de Alexandria, Demétrio e Falereo, impulsionadores da empresa, fazem-na ler à Comunidade hebraica que a aplaudiu e aprovou. Daí em diante esta tradução tornou-se o Texto grego oficial da Bíblia Hebraica.

Segundo estudos modernos, baseados em pesquisas eruditas baseadas, nos procedimentos de tradução unidos ao da lexicografia (Barrera, 1993, pp. 317-318) pode-se estabelecer a origem geográfica da tradução de cada livro da Bíblia grega. Assim, *en Alexandria fueron traducidos los libros de la Torah, Juízes, 1-4 livros dos Reis, 1-2 Paralipómenos (ou Crónicas), 3º dos Macabeus, Provérbios, Job, XII Profetas Menores, Isaías Jeremias, Baruc, Carta de Jeremias, Ezequiel, etc.* Por sua vez teriam sido traduzidos na Palestina os livros de Rute, Ester, Eclesiástico, Cânticos, Lamentações, Judite, 1 Macabeus, etc. Quanto aos livros da Sabedoria e do *Sirácides*, estes foram traduzidos seguramente por *un judío alejandrino de origen palestino*.

O nome de *versão dos Setenta* referia-se, no início, somente à tradução do Pentatêuco, pois os restantes livros bíblicos foram traduzidos muito depois, prolongando-se até finais do século II antes de Cristo. Além dos livros canónicos da Bíblia Hebraica, a Tradução dos Setenta incluiu obras (ou livros), ditas não canónicas, tais como: 1 Esdras, Sabedoria, Eclesiástico, Judite, Tobias, Baruc, Carta de Jeremias e 1 e 2 dos Macabeus. Também aconteceu que a alguns livros canónicos da Bíblia Hebraica foram acrescentados novos textos da versão grega dos Setenta, por exemplo, o livro de Ester tem uma extensão mais do dobro do texto hebreu original.

Para Barrera (1993, p. 321) que segue a opinião de P. de Lagarde (1865), todos os códices de LXX que ainda se conservam derivam das três recensões bem conhecidas pela tradição antiga: a de Orígenes, Hesequio e Luciano. A este propósito o mesmo autor (Ibidem), explicita:

*En consecuencia la primera tarea de la crítica consiste en identificar el texto de cada una de estas recensiones. Las citas de los Padres, al igual que las versiones filiales de LXX, son una buena ayuda en esta tarea. Así, por ej., el texto armenio es un reflejo de la recensión hexaplar de Orígenes, el texto abohírico (copto) de Daniel refleja un texto hesiquiano (?), y el texto de Teodoreto de Ciro permite identificar el de la recensión luciánica de Re y Cr.*

O seu valor crítico, na opinião de Skehan et al. (JBC. Nº 69 (52), p. 569), de Rodrigues (1974, Vol. 16, Cols. 1882-1883) e de Barrera (1993, pp. 316-317) é inegável e supõe um texto diferente daquele que foi usado pelos *Masoretas* (Texto oficial Hebreu).

Com o desenvolvimento dos estudos, chegou-se à conclusão que este texto deveria ser corrigido. A sua correcção, porém, foi proposta e exigida pela reforma que o Concílio de Trento (convocado pelo Papa Paulo III, a fim de estreitar a união da Igreja e reprimir os abusos, em 1546) empreendeu e que durou um longo período que foi interrompido pela guerra. Ao todo realizaram-se 25 sessões plenárias em três períodos distintos, de 1545 a 1563. O primeiro período foi de 1545 a 1547; o segundo começou quatro anos depois, em 1551 e terminou no ano seguinte; o último período começou dez anos mais tarde, em 1562, e terminou no ano seguinte.

Os Textos Sacros, tanto o da Vulgata, como o dos Setenta passam, agora, a ser sujeitos à crítica dos exegetas e teólogos, melhor preparados que nunca anteriormente, no campo das línguas (latina, grega, hebraica, aramaica (*chaldaica*), siríaca), da história e da patrologia. Manuel de Sá, segundo Lelong (1709, Vol. I, p. mihi 580), além de várias línguas europeias, era perito nas línguas bíblicas (Latim, grego, caldeu e hebraico).

Gregório XIII (1572-1585), sucessor de Pio V, aproveitou a Comissão que tinha sido indigitada para a Correcção da Vulgata e acrescentou novos membros para procederem a trabalho idêntico em relação à Versão dos Setenta, como se lê em Tischendorf (1880, *Prolegomena*, p. XXVIII, nota 1):

*In elaboranda editione Romana, praeside Antonio Carafa Cardinali imprimis studia posuerunt sua iam sub Pio V, qui primus rem aggressus est, praeter Guliem. Sirletum, cuius*

*Carafa in ipsa dedicatione libri mentionem fecit, Antonius Agellius, Latinus Latinius, Marianus Victorius, Paulinus Dominicanus, Emmanuel Sá, Petrus Parra; tum sub Gregorio XIII, accessere praeter Petrum Morinum, quem de labore suo ipsum testantem iam vidimus, Petr. Giaconius, Latinis potissimum libris occupatus, Franciscus Turrianus, Paulus Comitulus, Fulv. Ursinus, Laelius Carafae theologus, Ioh. Maldonatus, Ioh. Livineius, Bartholom. Valverde, Rob. Bellarminus, Franciscus Toletus.*

A atestar o facto de que Manuel de Sá era um dos homens sapientíssimos (*ex viris doctissimis*) dessas Comissões Bíblicas está também Joseph Silos que, é citado pelo mesmo Tishendorf nestes termos:

*Testatur vero Ios. Silos, qui in Hist. Clericorum Regularium. P. I. Lib. XIII, ad annum 1575 haec habet: 'Cavit accurate huic divinarum Scripturarum nitore sacrosantum concilium Tridentinum, ac iuxta eius decreta Pius Pontifex V. illarum correctionem est egressus; cumque in eiusmodi sacrorum bibliorum eruditione et literatura insigni tunc laude floreret Romae Agellius, linguarum maxime peritia instructus, agi de iis gravissimae rei momentis non potuit quin ipse inter paucos consuleretur adhibereturque operi. Igitur, ut testatur ipsemet data ad Latinum Latinum epistola, demandatum hoc illi negotium fuit una cum viris doctissimis Mariano Victorio episc. Reatino, Paulino Dominicana familia et P. Emanuele Sa, societatis Iesu'. (Idem, p. XXI, nota 1)*

#### 6.4 - Estado do texto grego, ao longo dos tempos

Antes desta Comissão começar a trabalhar, existiam já algumas edições principais da Versão dos Setenta. Baseados em Tuya e Salguero (1967, Vol. I, pp. 492-493), referiremos as quatro principais que foram feitas entre os séculos XVI-XVIII, das quais dependem todas as outras versões posteriores. São elas:

A) - **Edição Complutense** que acabou de ser impressa a 10 de Julho de 1517 e que saiu a lume no ano de 1520, em Alcalá de Henares, para a qual foram utilizados, para além de códices espanhóis (alguns dos quais já se perderam), outros códices, como o 108 (Vat. Gr. 330) para os livros históricos e o 240 (Vaticano grego. 346) para os livros sapienciais. O texto grego, assim revisto e corrigido, (e que é muito parecido ao texto da Recensão de Luciano) passou a constituir a primeira coluna da *Poliglota Complutense* e foi reimpresso, respectivamente, nas Políglotas de Antuérpia (preparada por Árias Montano entre os anos 1569-1572), Heidelberg (editada por B.C. Bertram, entre 1586-1587), Hamburgo (publicada por D. Wolder em 1596) e de Paris (editada por Miguel Le Jay, entre 1629-1645).

- B) - **Edição Aldina**, publicada em Veneza entre os anos 1518-1519. Foi assim chamada porque foi impressa na imprensa de *Aldi*; foram usados pequenos códices existentes na Biblioteca de S. Marcos, especialmente os códices 29, 121, 122, 730, 731, 732.
- C) - **Edição Sixtina**. Esta foi preparada pela Comissão pontifícia, instituída nos finais do ano 1586, princípios do ano de 1578, sob a presidência do António Cardeal Carafa, sendo ajudado por vários consultores, entre os quais estava Pedro Chacón, Morino, Barth, Valverde, Frei De Torres, Frei Florival de Toledo, Juan Maldonado, e Francesco Ursino. Quer dizer: ao mesmo tempo que se foi trabalhando para a correcção da Vulgata, foi-se trabalhando para a correcção da Versão dos Setenta. E esta foi mais rápida, pois veio a ser publicada ainda sob o papado do Papa Sixto V, em 1586-1587. Pelo menos, da segunda Comissão, fez parte Manuel de Sá, segundo consta em João de Polanco (*Polanci Complementa, Epistolae et Commentaria*, 1917, Tom. II, pp. 95 e 700, nº 18; Vigouroux (1928-, Tom.5, cols. 1639-1640) e Dalmases (1983, p.188).

A comissão supra-citada serviu-se do texto da edição Aldina, como base, corrigindo-o e adicionando-lhe algumas leituras tiradas dos códices B (códice Vaticano), e ainda os códices V e 129 (Vat. gr. 1252). Este códice foi muito útil pelas anotações que trazia nas margens, pertencentes, tanto aos Santos Padres, como a outras versões muito antigas e este novo texto foi recebido com tanto entusiasmo que passou a ser chamado *Textus Receptus* (texto recebido) e veio a ser reeditado em Paris, (1628), por J. Morin; em Londres, (1657), por B. Walton que o utilizou na sua Poliglota Londrina; em Leipsig, (1824), por L. van Ess; e em Oxford, (1798-1827), por R. Holmes e J. Parsons, I-V.

A grande importância da Edição Sixtina, segundo Barrera (1993, p.319), *radica en que utiliza por vez primera el Codiçe Vaticano (B) como texto base de la edición*, vindo quase todas as outras posteriores a basear-se na Sixtina. Convém também recordar com este mesmo autor (Idem, p. 112) que entre os códices utilizados nestas edições existem os Unciais (manuscritos em grafia garrafal particular dos alfabetos grego e latino, utilizada nos manuscritos pelos amanuenses latinos e bizantinos entre os séculos III-VIII) anteriores ao século IX e os cursivos ou minúsculos introduzidos por Alcuino, no século nono com o renascimento carolíngio e que se tornaram mais económicos e mais rentáveis, pois ocupavam menos espaço e usavam menos material. Dos Unciais sobre os

LXX, chegaram até nós cerca de trinta, distinguindo-se entre eles o Vaticano (B) (do século IV), o Sinaítico (S) do século IV, ambos escritos no Egipto ou em Cesareia e o Alexandrino (A) do século V, proveniente do Egipto (Tuya e Salguero, 1967, Vol. I, p. 433).

D) - **Edição Oxoniense** (do lat. *Oxonia* – Oxford). Entretanto, foi preparada por J. E. Grabe, com a participação de F. Lee e de G.Wigan uma outra edição, em Oxford (1707-1720) que utilizou o Códice Alexandrino (A), cujas lacunas foram colmatadas com o texto da *Complutense* e da *Sixtina*. Devido à cidade (ao lugar) onde foi editada, passou a ser conhecida por Edição *Oxoniense* (Idem, pp. 492-493).

Daqui em diante várias foram as novas edições aperfeiçoadas que se seguiram: A *Holmesiana*, preparada por R. Holmesa, em Oxford em 1798-1827, em cinco volumes; a de Tischendorf, em 1850 em Leipzig; a de Swete, em Cambridge em 1887-1894; a *Cantabrigense*, em 1873, que foi feita à imagem da edição *Holmesiana* e que teve por base o Codex Vaticanus (B), cujas lacunas foram colmatadas pelos Códices *Sinaítico* e *Alexandrino* (Idem, p. 494).

## 7 - Professor de Teologia Moral

Manuel de Sá distinguiu-se também no campo da Teologia Moral. Por *Teologia Moral* entende-se a ciência que trata dos actos humanos enquanto eles são praticados na atmosfera da fé e da razão e têm por objectivo a consecução do fim último sobrenatural que consiste na fruição de Deus, segundo a definição de Arregüi (1934, p.1): *Teologia Moralis est scientia de actibus humanis prout ex fide et ratione ad ultimum finem supernaturalem referuntur*.

Tal ciência desenvolve-se, normalmente, em três grandes campos: a proposta dos princípios universais, o complexo dos preceitos a serem cumpridos e os subsídios que foram instituídos e postos à disposição do homem para que este possa obter a sua felicidade eterna. Esta qualidade desenvolveu-a ele nas áreas do Ensino Magistral, do Conselho e da Direcção de homens e de Instituições.

Nas cartas que investigámos, não encontrámos referência alguma expressa ao seu ministério de professor de Moral, mas possuímos alguns dados que podem indicar isso

mesmo. O primeiro vem-nos de Pietro Nober (1953, Vol. X, Col. 1503) que diz: *Jesuita dal 1546, (M. de Sá), si distinse in Theologia Morale et in Exegesi nel Collegio Romano a partire dal 1557*, enquanto o segundo se encontra em Rodrigues (1931-1950, Tom. I, Vol. I, Lib. II, cap. IV. pp. 453-454), onde lemos o seguinte:

*Em Itália ordenou-se sacerdote no ano de 1555, doutorou-se em Teologia, professou publicamente no Colégio Romano as Sciencias Teológicas e a Sagrada Escritura com renome de mestre eminente, compôs obras de notável erudição sobre moral e Escritura...*

Da mesma opinião são ainda Franco, (1719, Tom. II, Cap. XXIV, pp. 388-391); Sommervogel (1896, Tom. VII, Cols. 349-354) e, especialmente Gravesson (Tomo 7, p. *mihi*, 123), que também enumera Manuel de Sá como um dos Teólogos célebres entre os insignes da Sociedade de Jesus: (...) *inter insignes Societatis Iesu Theologos celebris*.

Ora, no texto de Nober faz-se a clara distinção entre *Teologia Morale* e *Exegese*, enquanto no de Rodrigues se faz essa distinção entre *Sciencias Teológicas* e *Sagrada Escritura*. Com esta distinção faz-se saber que Manuel de Sá foi, não só douto em Teologia Escolástica e Morale, mas também em Exegese ou Sagrada Escritura. Ambas as denominações se confundem na expressão de Gravesson, ao considerá-lo *célebre entre os Teólogos da Companhia de Jesus*.

Um texto mais explícito encontra-se em Pastor (1977, p. 180) que, ao falar da fundação do Colégio Romano, (...) *hoy Universidad Gregoriana*, o considera insigne moralista dessa instituição: (...) *y en sus cátedras enseñaron españoles insignes como el teólogo Martín de Olabe, el humanista Pedro Juan Perpiñá.....y los moralistas Diego de Acosta y Manuel de Sa, portugués (...)*. Pastor não só nos dá esta notícia, como ainda tece um grande elogio a todos esses homens, dizendo: *Esta via láctea siguió brillando con estrellas de más fulgor (...)* (Ibidem).

## **8 - Autor de uma obra de Moral e de duas de exegese Bíblica**

Distinguiu-se como autor de obras de valor indiscutível. A primeira foi sobre Moral que foi considerada insigne, não só pelo seu conteúdo, como também pelo método nela utilizado e pela *practicidade* da sua apresentação, como veremos na segunda parte desta investigação. Trata-se dos *Aphorismi confessoriorum ex Doctorum sententiis collecti*, cujas edições se sucederam de modo impressionante em vários países, especialmente em

Itália, França, Bélgica e Espanha e, inclusive, no Japão. Segundo Machado (1752 Tom. III, p. 362) o Prólogo da Edição de Veneza de 1611 diz que (...) *no espaço de três mezes se fizeram tres impressoens, e em alguns dias se vendião em cada hum cien exemplares.*

**Foto 19: Universidade Gregoriana actual**



**Fonte:** o autor – (1999)

As duas outras situam-se no campo da Exegese, sendo elas os *Scholia in quatuor Evangelia* e as *Notationes in Totam Scripturam Sacram*. Sobre estas três obras nos debruçaremos na segunda parte do nosso trabalho.

## **9 - Contemplado com o dom do conselho**

### **9.1 - Conselheiro de Instituições**

A primeira vez que aparece como exercendo o cargo de Conselheiro, Manuel tinha apenas 19 anos. Trata-se do cargo que ele ocupou na Universidade de Gandia ao qual nos referimos anteriormente.

Mas, outras foram as ocasiões em que esse mesmo dom ressalta à vista, por exemplo: quando ele foi chamado a Roma a fim de participar na análise, correcção e aperfeiçoamento das Constituições de S. Inácio; no caso em que ele foi inquirido acerca



da *perpetuidade* do cargo do Geral da Companhia, após a morte do Papa que havia decretado que nenhum cargo de Superiores do Ordens religiosas fosse além de três anos; no caso do *Método dos Estudos* utilizados nos Colégios Jesuítas, sobretudo no de Coimbra e de Alcalá de Henares. Relacionado com este mesmo assunto está também o Cargo de *Prefeito dos Estudos* do Colégio Romano (que em breve se tornou a Universidade Pontifícia Gregoriana), desde 1557 até (provavelmente) 1568, como o afirma Villoslada (1954, p. 322).

Para além destes casos, outros houve. Por exemplo: quando o Geral, Padre Lainez se ausentou para a Gália e quando teve de participar no Concílio de Trento, Manuel de Sá foi nomeado oficialmente como consultor do Padre Madrid. De facto, o Padre Lainez preparou o Governo da Companhia no fim do mês de Junho de 1561, nomeando o Padre Salmerón para o substituir, enquanto o Padre Madrid se deveria ocupar dos negócios correntes, ajudado por Manuel de Sá. Efectivamente, a substituição de Lainez teria lugar no mês de Setembro, segundo se depreende dos testemunhos de Candido de Dalmases (1983 p. 150) e de *Borgia, 1911, Tom. V, p. 883c*), encontrando-se Manuel de Sá no grupo daqueles que deveriam estar à disposição para serem consultados pelo Padre Madrid. Este, dizia: *Podrá también consultar con el Padre Ursmaro, ministro, con el rector del Colegio y con el Dr. Emanuel.*

## 9.2 - Fundador e Administrador de casas e colégios

Segundo Barbosa Machado (1752, Vol. III, pp.361s), Manuel de Sá foi o fundador, não só do Colégio Jesuíta de Milão, como ainda de *muitas casas, na Alta Itália*. Já para Michaud (1843-1865, Vol. XXXVIII, p. 159) e Pereira e Rodrigues (1904-1915, Vol. VI, pp. 430-431), foi, por ex. o fundador da Casa de Provação de Arona, onde veio a falecer. Exerceu um lugar de destaque no Colégio de Alcalá de Henares, como já foi mencionado, a propósito dos *tons*, e exerceu o cargo de Reitor da Casa de Provação Romana, ou, pelo menos, esta era a intenção dos seus superiores hierárquicos como se poderá deduzir duma carta que Borja enviara ao P. Nadal, no dia 9 de Outubro de 1567 (*P. Nadal 3, Epist. 497, p. 531*), que diz o seguinte:

*En Monte Cavallo se haze casa de probación y se va acabando la Iglesia de ella à vocación de Sant Andrés, com edificio para treinta personas, y gozara de ochocientos ducados de entrada, la qual casa espero que sera mui à gusto de V. R.; y el doctor Manuel (de Sá) se ba emponiendo para rector, que lo hará bien, y se distraera un poco de sus estudios que lo ha menester*

*para la salud.*

**Foto 20: Colégio Jesuíta em Arona – Itália (hoje sede do Município)**



**Fonte:** o autor – (1999)

### 9.3 - Visitador de Casas e Colégios.

Os *Visitadores*, segundo Dalmases (1983, pp. 180-181) que cita as Constituições da Companhia (*Constitutiones*, p. IX. c. 3, nº 20 (765), formam uma das três Categorias de Superiores: Provinciais (*Praepositi*), Visitadores, e Comissários. Embora formem três categorias diferentes no âmbito hierarquia e do poder, a diferença entre elas não estava bem definida nos inícios da Companhia. O Padre Nadal (*Natalis*, 1962, Tom. V, pp. 363-364), referia-se aos Comissários e Visitadores, em 1561, dizendo que estes *non son superiores ordinarios: hácelos el general y dales el poder y la autoridad que le parece, por el tiempo que quiere; y aunque no son ordinarios, parece en algunas naciones serán siempre, como en España*. Parece, no entanto, que na Espanha essa nomeação era para sempre. Aos últimos cabia o ofício de visitar casas e Colégios, o que acontecia, de três em três, ou de quatro em quatro anos, como rotina geral, ou, de modo extraordinário, sempre que as circunstâncias o exigissem e o Geral o achasse útil e necessário, aconselhando mesmo a fazê-lo de três em três, ou de quatro em quatro anos: *Comissarios ad visitandas Províncias tertio vel quarto anno vel quando Praepositi Generali videbitur*, (*Institutum Hist. Societatis. Iesu*, 1893, Tom. II, pp. 196, 11, in Ms

decr. 15; cf. Dalmases, 1983 p.181).

Mais favorável ao ofício de visitador do que Lainez, o Padre Francisco de Borja, após a sua eleição para Geral da Companhia, dedicou-se, logo em 1566, a redigir as regras das Visitas, quer estas fossem realizadas pelos Provinciais, quer elas fossem feitas pelos Visitadores Extraordinários. Em 1566-67 revê também o ofício dos Provinciais, reduzindo a duas as normas que estes últimos deveriam seguir. Em 1567 adiciona novas regras ao ofício dos Visitadores, podendo escrever, a 22 de Março de 1567, ao Padre Nadal que os Ofícios dos Provinciais e dos Visitadores estavam, definitivamente, concluídos *y hasta ahora están hechos los officios de provincial, visitador, ministros, procurador general, procurador particular, prefecto de Iglesia, sacerdotes y las reglas comunes; y en domáis se porra la mano con el favor del Señor* (Nadal, 1902, Tom. III, p. 413). Este trabalho, porém, segundo Dalmases (Ibidem) que seguiu Guy Philippard (1968, pp. 61-66), seria revisto e aperfeiçoado em 1568-1569, devido aos postulados surgidos por ocasião da Congregação dos Procuradores.

As normas exigidas aos Visitadores reduzem-se às seguintes: primeiramente estes recebiam uma Instrução sobre o modo de desempenhar esta missão, visando o bom funcionamento das Províncias, Colégios e Casas; depois, no dizer do Santo Borja (Borgia, 1910, Tom. IV, p. 444): (...) *el visitador se haga amar y desear de superiores e súbditos que aborrecer; y ándese en la visita con llaneza y simplicidad en el escribir (talvez prescribir) y ordenar; y no vaya jurídicamente, con testigos y notarios* (...). Quer dizer: os Visitadores deveriam evitar toda a precipitação e rigor desmesurado nas decisões, pois, na verdade, (...) *era mejor enderezar lo que iba torcido que cambiarlo con cosas nuevas*, como o observa, e com razão, Dalmases (Idem, p. 183) e *Analecta Histórica Societatis Iesus* (1968) 37, pp. 23-24. (AHSI).

Todas estas qualidades faziam parte da sabedoria de Manuel de Sá, pelo que foi nomeado para desempenhar essas funções com alegria e boa disposição em muitas casas da Toscana, Arona, Génova, Loreto. Numa das cartas, datada de 22 de Dez de 1585 e incluída em (*Lainii Monumenta*, 1915, Tom. IV, p. 540) diz-se claramente que Manuel de Sá: esteve como Visitador em Loreto e que, aí, desempenhou bem a sua tarefa: (...) *il P. Emanuel lo fa bene, satisfà, està alegre e sano et contento* etc (cf. *Monumenta Paedagogica*. 579, Epist. 356).

Candido de Dalmases (1983, p. 182, nota 56) menciona alguns Comissários ou Visitadores enviados a várias partes do mundo, no tempo em que Francisco de Borja foi Padre Geral da Companhia de Jesus. Em 1566: como visitador para a Andaluzia e Toledo, Bustamante; Miguel de Torres, para Portugal; Nadal, para a Áustria Alemanha inferior e superior e Reno e, em Dezembro do mesmo ano de 1566, foi enviado às Províncias de Aquitânia e França; Vitória foi enviado à Sardenha; Inácio de Azevedo, foi enviado ao Brasil. Em 1567: González Dávila foi enviado a Aragão e Castela; Gonzálo Álvarez, à Índia; Palmio, a Nápoles; Juan de Mitoya, à Sicília. Em 1569: Juan Suárez, a Andaluzia; Mercuriano, às Províncias de França. Mas, já em 1568, Manuel de Sá tinha desempenhado esse mesmo ofício na Toscana, Arona, Génova, Loreto, facto que escapou a Dalmases e cuja razão desconhecemos.

#### 9.4 - Conselheiro de Indivíduos

Foi sempre um homem de grande discernimento, fruto, não só do profundo conhecimento que tinha das pessoas e das leis jurídicas e morais, como também do seu espírito observador. Por isso, foi indigitado, por diversas vezes, para dirigir os *Casus Conscientiae*, testemunhando desse facto estas palavras: *Leese asimesmo en ciertos dias una lección de casos de consciencia por el doctor Emanuel, sin las quotinas y ordinarias lecciones del Collegio que son muchas, como se vé en el catalogo (...) (Lainii Monumenta, 1915, Tom. IV, Epist. 1262, p. 544).*

Desta qualidade de conselheiro fala também Villoslada (1954, p.325) e Franco (1719, Tom. III, liv. 3, cap. 29, pp. 388-391), segundo o qual depois da assistência prestada em Loreto, Manuel de Sá passou a Génova, onde realizou um imenso trabalho *porque todos vinham a ele para lhe pedir conselho*. Nas graves controvérsias, não só se lhe pedia conselho, como também lhe era solicitado que servisse de árbitro na decisão a ser tomada (Machado, 1752, p. 361). Ele foi também nomeado, para as *Disputas domésticas*, como já foi referido (*Monumenta Paedagogica*, 1901, p. 522), obra que foi editada por Caecilius Gomes Rodeles et al.). Segundo Hoefer (1863, pp. 950s) foi precisamente para este fim que Sá escreveu os Aphorismos: *On assure que Sa mit quarante années a composer ce petit recueil d'aphorismi pour les cas de conscience*.

Se os exemplos anteriores o colocam no campo da espiritualidade e no campo da sabedoria ao serviço do próximo, outros há que dizem respeito mais directamente ao

assunto; tal é o caso da sua nomeação para Penitenciário da Basílica de S. Pedro do Vaticano, nomeação que foi bem aceite pelos seus superiores como o escreve o Padre Borja numa carta que envia de Bonónia a Nadal, no dia 13 de Julho de 1571: *La elección del P. Emanuel em lugar del P. Toledo, asi para el predicar en el Palacio como pura lo que toca à la Penitenciaria sea mucho en buen hora* (Borgia, 1911, Tom. V, p. 606 e ainda *Epist.* 968, p. 614, nota. 6). Nesta nota (6) fala-se acerca do desprendimento e da gratuidade com que Manuel de Sá aceitou substituir o Padre Toletto, cujos termos são os seguintes:

*Interim, Romae loco Francisci Toleti in concionibus ad Pontificem et in Poenitentiariae munere Emmanuel Saa suffectus est: qui neque in aedibus Pontificis interim habitaret, neque ut certam pecuniam, quae Toletto ex munere Poenitentiariae tribuebatur reciperet, Pontificio rogatu perbelli potuit. Quod, sum sponte sua, tum Borgiae, qui ex itinere id vehementer commendavit, efficit Sacchinus, loc. cit. part. III, lib. VII, n° 17.*

Efectivamente, o Papa, Pio V, em 1570 quis renovar os colégios dos padres confessores cujo ofício era cuidar dos peregrinos e fiéis que se dirigiam às três grandes Basílicas de Roma. Desta forma, confiou a Basílica de Santa Maria Maior aos Padres Dominicanos, a de São João de Latrão aos Franciscanos, e a Basílica de São Pedro aos Jesuítas. Estes últimos, reticentes no início, tiveram de aceitar o cargo, tomando posse dele, no dia 01 de Maio de 1570.

Os seis padres dos primeiros dias formavam uma comunidade que seria alargada, em Novembro desse mesmo ano, a vinte membros, entre os quais havia doze que falavam várias línguas. O mobiliário da Residência ficou a cargo do Cardeal Borromeu que foi o promotor da ideia de dar a Basílica de São Pedro aos Jesuítas. Esta *residência penitenciária* (para os padres confessores da Basílica) ficava situada ao lado do Palácio do Papa, num edifício situado na actual Praça de São Pedro. Aqui ficaram até 1656, data em que o Colégio foi transferido para o Palácio do Cardeal *Domenico della Rovere*, na actual *Via della Conciliazione*. A Companhia de Jesus conservou este Cargo até à sua supressão, em Itália 1773. Daí em diante, o papa Clemente XIV confiou esse cargo aos Franciscanos Conventuais, seus irmãos em religião, que a conservam até hoje (Dalmases, 1983, p. 190).

Manuel de Sá foi nomeado para desempenhar esse cargo na substituição do Padre

Toledo que tinha sido enviado pelo Papa, com o Cardeal Commendone, ao Imperador e Rei da Polónia (*Polanchi Epistolae et Complementa*, 1917, Tom. II, p. 119). Este cargo é chamado de *Penitenciário-mor* por alguns autores (GEPB, 1936-1960, Vol. 26, p. 450). Como o Padre Toledo era pregador apostólico e teólogo da Sagrada Penitenciaria (Dalmases, Idem, p. 189), poderá deduzir-se que Sá o tenha substituído nessa dupla função.

## 10 - Pregador apreciado

A primeira notícia que temos a propósito deste exercício, é datada de 12 de Novembro do ano de 1548. Trata-se da recepção das regras apropriadas à Pregação: *Romae accepit regulas contionandi* (*Monumenta Paedagogica*, 1965, Tom. I, p. 382. Esta passagem refere algumas regras sobre a pregação que recebera em Roma e levava para Espanha: *Ex epistola Emmanuelis Sa* (*Chronicon*, 1547, n. 212, *infra* p. 507-8) *die 25 novembris 1551 data scimus illum cum initio eiusdem omni in comitatu S. Francisci Borgiae Romae fuisset, ibidem accepisse aliquas concionandi regulas, easque in Hispaniam reportasse.*

### 10.1 - Pregador na Basílica de S. Pedro

Em 1565, Francisco de Borja escrevia, de Roma, ao Padre Afonso Salmerón para lhe anunciar que Emanuel de Sá ia pregar na Basílica de São Pedro: *Oggi predicara el P. Emanuel in S. Pietro quel sermone che fu raccomandato à V.R: l'anno passato ad instancia del Cardinale Farnese* (*Epist. Patris Salmeronis*, 1907, Tom. II, Epist. 242ª, p. 6).

Segundo nota o cronista, o sermão não pôde ser realizado em S. Pedro, no dia 18 de Fevereiro do ano anterior, porque o Padre Salmerón (a quem tinha sido encomendado), não se encontrava em Roma, nessa altura, mas em Veneza. Este sermão deveria ser muito importante, para não poder ser suprimido e para ser feito no ano seguinte por um outro pregador.

Temos mesmo uma carta de São Francisco de Borja (*Lainii Monum.* 1915, Tom. VI, Epist. 1738, p. 584), escrita em Trento a 17 de Dez de 1562, que diz o seguinte: *Holgamos de entender que cresca el auditorio del Dr. Emanuel, y de que lo haga muy bien. Dele Dios N.S. su gracia para que asi en las lecciones del Collegio, como en eses*

*mucho le sirva.*

## 10.2 - Pregador do Papa e sua Corte

Dois anos depois Manuel, além de pregar com grandes aplausos em Roma (*Lainii. Idem, pp. 584, 621, (Anno 1561-1563); Lainii, 1916, Tom. VII, pp. 40, 119 (Anno 1563-1564), quer na Igreja dos Jesuítas (Epist. Nadal, 1899, Tom. II, Epist. 330, p. 442), quer em São Pedro (Borgia, 1911, Tom. V, p. 614), como noutros lugares (Ibidem), foi nomeado pregador do Papa e da Cúria Romana (Polanchi Complementa, Epist et Comentarrii, 1917, Tom II, p. 119). Nesta Cúria, segundo Machado (1752, p. 361) exercitou muitos anos o ofício de Pregador, em cujo ministério se empenhava a converter os corações e não a adular os ouvidos.*

Existe uma outra passagem que menciona o P. Manuel de Sá como responsável da Igreja de Santo André em Roma, no ano 1571. Trata-se de uma outra carta de São Francisco de Borja ao Padre Nadal escrita de Lisboa, a 12 de Dezembro de 1571 (Borja, 1911, Tom. V, *Epist. 989, p. 550*), pela qual responde a Nadal (sobre uma dívida contraída pelo Padre Baptista Sanchez), *que por su quartana vino a casa, acrescenta y lo mismo digo del gasto del P. Manuel (Sá) que allá veremos como satisfacer à San Andrés.*

Nesta carta, está patente que Manuel de Sá era, na altura, o responsável pela Igreja de Santo André, em Roma.

Relativamente à maneira como ele desempenhava esta missão, muitos são os depoimentos que o enaltecem. Eis alguns exemplos:

- (...) *il trouva en autre le loisir de se livrer fréquemment à la prédication (...)*, diz Hoefer (1863, Cols.950s);
- (...) *onde colheu grande fruto com as suas pregações evangélicas*, diz Barbosa Machado no local já citado;
- Baltazar Piñas, em 1611, ao recordar os tempos de estudante em Gandia onde ele tinha conhecido Manuel de Sá louvou-o com palavras lisonjeiras as quais foram imortalizadas por Francisco Rodrigues (1917, p. 257), nestes termos:

*Predicaba maravilhosamente com mucho aprovechamiento de los oyentes porque predicaba mui deveras y apostolicamente. Tambiem predicó muchos años em Milan.*

Mas, o melhor elogio dos seus dotes de pregador, encontramos-lo em Franco (1719, p. 390, nº. 7) que, assim se exprime:

*Fez também em Roma por muitos anos o offício de prégador com grandes concursos de toda a Roma e singular opiniam de suas virtudes. As pregaçoens eram mais tiradas da oraçam, que dos livros. Tudo nellas era sucozo, muito pezo de sentenças, no falar succinto, e sen ornato affectado enlevava os ouvintes. Via-se que tudo nelle era mui natural, e tinha sua eloquencia huma certa força pera mover os animos, que a sentiam os ouvintes, e a nam explicam palavras. O meneyo da acçam nam se regulava por preceitos da arte, e isto era nelle mais feroso e plausível. Contra todos os preceitos e regras da Eloquência era eloquentíssimo. Assim temperava tudo, que ferindo com a espada da palavra de Deos aos ouvintes, juntamente os recreava.*

No final da sua carreira, dirigiu a sua pregação e os seus conselhos espirituais, especialmente à gente simples do campo de Arona.

## **11 - Uma das colunas da Companhia de Jesus**

Manuel de Sá é considerado uma coluna da companhia de Jesus, pois foi aceite no número dos seus membros logo nos primeiros anos da sua fundação. Com efeito, Inácio de Loyola, em 1534, data dos seus votos (de pobreza, castidade e de evangelizar os infiéis na Palestina), não pensava ainda em fundar uma Ordem. Só em 1539 é que tal lhe passou pela ideia, o que veio a tornar-se realidade, com a formação duma Associação de padres reformadores.

A primeira aprovação papal seria dada pelo Papa Paulo III (*Bullarium Privilegiorum*, 1745, Tom. IV. Part. I. pp. 185-187), em 1 de Outubro de 1540, como se pode ver nestas palavras: *Datum Romae apud Sanctum Marcum Anno Incarnationis Dominicae, Milesimo quinquagesimo quadragesimo, 5 Kalendas Octobris. Pont. Nostri Anno VI.*

Inácio de Loiola foi eleito Superior Geral, em 1541. A segunda aprovação da Companhia seria dada a 21 de Julho de 1550 (*Ibidem*, pp. 272-275), isto é, um ano depois de Manuel de Sá completar o seu Mestrado em Artes (1549) e ser professor na Universidade de Gandia.



Além de ser um dos membros dos primeiros anos (1545), ele viveu longos anos com os fundadores e com eles participou, não só na fundação e desenvolvimento de várias Casas residenciais e Colégios, como também na consolidação das suas Instituições e no engrandecimento da Companhia, através da sua obra oral e escrita. Ele é um dos primeiros professores e responsáveis de vários colégios/universidades, como os de Gandia e Roma que se tornaram dois grandes luminares da cultura religiosa nos séculos XVI-XVIII, perdurando ainda o de Roma, como já dissemos, com o nome actual de Universidade Pontifícia Gregoriana.

Tal era a fama da sua santidade que, no processo de Beatificação de S. Inácio de Loyola, se encontra a notícia sobre uma eventual *aparição* de Cristo a Manuel de Sá, enquanto este orava a Santo Inácio. Nesta aparição, Cristo ter-lhe-ia recordado as mesmas palavras que, segundo o Evangelho de Mateus (cap.28, v. 20) dirigira aos seus Apóstolos: *Ego vobiscum ero (...)* (BSV, p. 1041).

A título de curiosidade, eis como se fala dessa aparição:

*Iuvat hoc loco, primum ponere id quod ab initio conscripserat  
Em. de Sá, deinde textum prout a Natali correctum: scripserat  
igitur P. de Sá Oranti Patri S. Ignatio per visum Christus  
apparuit cum cruce, qui ei se adiungens dixit: Ego vobiscum  
ero, quo manifeste significabat se nos in socios elegerisse (...).  
(Nadal Commentarium de Instituto Iesu, 1902, Tom. III, p. 51).*

Fala-se de uma outra aparição, segundo a qual o próprio Inácio lhe teria aparecido e dito essas mesma palavras evangélicas. Possivelmente, esta segunda não será mais do que uma variante da anterior, ou então, ambas estariam muito relacionadas entre si (*Codex* 37, VIII do Processo de Beatificação de Santo Inácio e ainda *fol.* 311).

## **12 - Um homem de saúde frágil.**

Faltavam-lhe as forças, com muita frequência. Vimos isso ao longo de toda a nossa investigação. Por exemplo:

### **12.1- Em Valência**

A primeira notícia sobre o seu precário estado de saúde, encontramos-la, logo à sua chegada a Valência (*PP.Paschasii (...) et Simonis Rodrici*, 1903. *Appendex.* 3, p. 780), a 8 de Dezembro de 1545, como já tivemos ocasião de referir. Mas, devido ao facto de a

10 de Maio do ano seguinte se encontrar já bem e de, nessa mesma altura, outros irmãos estarem também doentes (*Fabrii Monumenta*, 1914, p. 426), pelo que poderá supor-se que se trataria de uma epidemia local.

## 12.2 - Em Roma

Aqui, as coisas tornaram-se mais complicadas, recolhendo nós uma série de testemunhos a esse respeito, como passamos a enumerar:

- Em 1559 a sua saúde esteve, deveras, ameaçada e os seus superiores aproveitaram a deixa para nomeá-lo Visitador das Casas e Colégios do Norte de Itália, Toscana e Campo Piceno, Marca, etc. (Ibidem);
- Em 1563 os múltiplos ministérios, lições e pregações na Igreja da Companhia e lições no Colégio de Roma e ainda devido a outros trabalhos relacionados com os novos comentários à nova edição da Bíblia, fizeram periclitar, mais uma vez a sua saúde, como consta de várias cartas que cobrem o período que vai de 1563 aos inícios de 1565;
- Assim, uma carta de 3 de Janeiro de 1563, considera que é de grande utilidade libertá-lo do ofício de professor no Colégio Romano para se dedicar à pregação na Igreja, alternando com qualquer outro [*Lainii Monumenta*, 1916, Tom. VII, p. 119 (40)];
- A 19 e a 22 de Abril de 1563, os superiores, ponderam a questão de o enviar a Milão ou a Florença, libertando-o completamente de tudo, mesmo das pregações da Igreja de *Gesù* (Idem, pp. 40, 45);
- A 6 de Maio, os Superiores e outros preferem que ele fique em Roma para que assegure a pregação na Igreja, todas as manhãs (Idem, pp. 71, 419);
- A 17 e 20 de Setembro, os superiores esperam que ele passe o Inverno em Roma para ver se depois pode retomar as lições, mas eles duvidam que ele possa fazer alguma pregação durante o Inverno (Idem, p. 366; cf. *Epistolae* 1949 e 1929).
- A 17 e 20 de Setembro, os superiores esperam que ele passe o Inverno em Roma para ver se depois pode retomar as lições, mas eles duvidam que ele possa fazer alguma pregação durante o Inverno (Idem, p. 366; cf. *Epistolae* 1949 e 1929).

A partir desta data as notícias sobre a saúde de Manuel de Sá diminuem, mas podemos imaginar que tenha passado o seu tempo a repousar e a continuar a escrever os Comentários ao Evangelho de São Mateus que tinha começado a preparar por imposição dos seus Superiores de modo a puderem acompanhar *De Nova Bibliorum Editione annotationibus illustrata*.

De facto o Padre Joannes de Polanco foi comissionado pelo Padre Nadal a fim de comunicar ao Padre Manuel ser necessário que este lhe enviasse as *Notas* que havia preparado para o primeiro capítulo do Evangelho de S. Mateus (Nadal, 1899, Tom. II, *Appendex*, XVI (a 2), p. 626). Esta carta pressupõe vários factos, tais como:

1. que o comentário ao primeiro capítulo de Mateus era o começo dum Comentário mais alargado, tendo mesmo por ideia um comentário a todos os Livros da Bíblia;
2. que esse comentário devia ser prático: *assi devera V.R. continuarle, abreviando un poco más para que quede la Biblia mas portable*. (Note-se que, enquanto para alguns os Comentários de Manuel de Sá não são muito desenvolvidos, para outros, e especialmente para os seus superiores, ainda deveriam ser mais resumidos, de modo a que a Bíblia à qual seriam apostos, se tornasse mais maneirinha;
3. que o método utilizado, com a excepção de alguns detalhes, era perfeito e bom;
4. que *o trabalho começado é muito útil* e deverá ser posto à frente de qualquer outro: *no-lo demás* (dizia o superior) *no tiene N.P. que responder, sino que se le huelga que V. R. tome con consolati6n suia esta occupatione y travajo. Embiase aqui el capitulo que ya está visto. De Trento, 8 Julio 1563 (Ibidem)*.

A 6 de Janeiro de 1565, a saúde parece estar boa, pois é já um homem muito ocupado com os trabalhos dos *Scholia* (dos quais falaremos em lugar próprio) que foram julgados de grande utilidade, tanto para o público, em geral, como para a Companhia de Jesus, em particular. Daí a necessidade de pressioná-lo a dedicar mais tempo a esta empresa, como se lê em Nadal (1899, Tom. II, *Appedex* XLIV, p. 660): *Valde rogamus ut urgeatur negotium scribendi aliquot quod in Scholiis praelegi possit ob multiplicem eius rei utilitatem... verum empendiunt occupationes alias fortasse*, notícia que é confirmada pelo Padre Canísio [(*Epist. Canisii*, duplici fol., 148 (51-52). Vide *Epistola*

245, nº 13 e *Appendex XVI* (a2)].

### 12.3 - Em Arona

Nos meados do ano de 1596, submerso em trabalhos de um ministério dedicado à cura das almas e minado pelos males que o atormentavam, dia após dia, Manuel de Sá retirase para Arona a fim de passar os seus últimos dias na Casa do Noviciado que ele mesmo tinha fundado.

Segundo Torelli (1988, p. 55) os padres Jesuítas foram substituir os Beneditinos na direcção da Colegiada e Igreja Paroquial de Santa Maria de Arona, no ano de 1572, sendo bispo da Diocese Carlos Borromeu e Cura da Igreja e Colegiada o Padre Matteo Collona, como se pode ver por estas duas passagens: *I Gesuiti furono chiamati a succedere ai Beneditini nel 1572 per disposizione di S. Carlo (Borromeo) che dell Abazia era stato l'ultimo Abate*. Esta mesma efeméride torna a ser mencionada pelo mesmo autor (Idem, p. 83) quando fala do período em que esteve à frente dessa paróquia e Colegiada, o Padre Matteo Colonna (1556-1591: *Durante il ministero del curato Matteo Collona i P.P. Gesuiti vennero a sostituire nel 1572 i Beneditini*.

Manuel de Sá era uma pessoa de piedade exemplar e as suas orações eram apreciadas por Nadal, seu *Antigo companheiro* em carta de 15 de Janeiro de 1563 (Nadal, 1899, Tom II, p. 198), por Cristóvão Madrid e por outros como *Lainii Monumenta* (1915 Tom VI, *Epist.* 1685, p. 430; *Borgia* (1911, Tom. V, pp. 614 e 61).

**Mapa 2: Mapa da zona baixa do Lago Maior Piamonte no Nordeste de Itália**  
(Stresa- Belgirate- Lesa Solcio - Meina-Arona-Dormelletto-Castelletto Ticino)



**Fonte:** [http://www.lagomaggioreonline.it/maps\\_lake\\_maggiore.htm](http://www.lagomaggioreonline.it/maps_lake_maggiore.htm)

Possuía uma consciência tão delicada que, na sua humildade, se dirigia ao Padre Francisco de Borja para fazer *a sua confissão geral*, como o confirma o próprio Borja, em carta de 5 de Abril de 1566, ao Padre Nadal (Nadal, 1902, Tom. III, Epist. 370, p. 53; cf. Epist. 415, p. 198), dizendo: *Padre, contente-se con esta que Manuelico piensa agora confessar-se generalmente, y asi me da priessa (...).*



**Foto 21: La Chiesa Collegiata della Natività di Maria di Arona**

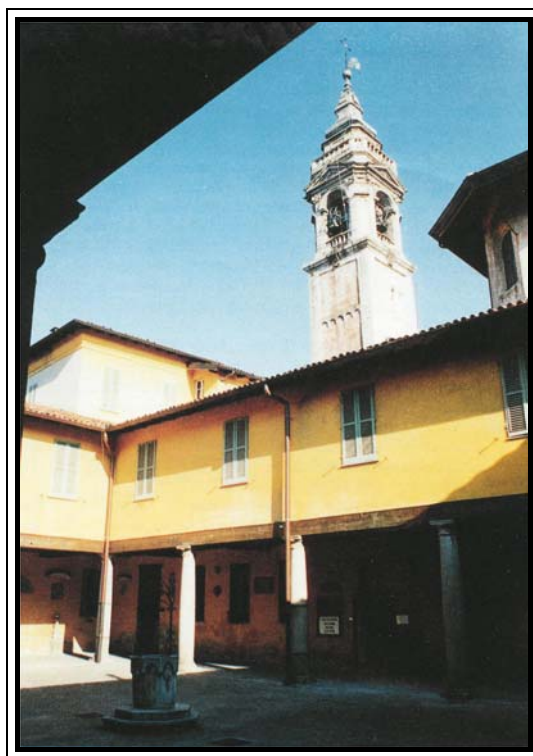


**Fonte:** Carlo Torelli (1988, p. 3)

À sua fé profunda aliava-se uma altíssima piedade e um excelente engenho: *Summae pietatis et excellentis ingenii virum*, como se lê na *Bíblia Vulgata de Sixto V* (BVS, 1745 Tom. I, p. X) e dizia-se que, ainda jovem, a Virgem lhe tinha aparecido com o Menino Jesus e que Deus lhe revelara o dia da sua morte. Seja como for, o certo é que, tal era a sua devoção à *Mãe do Céu* que, pelo menos uma das suas obras escritas, inicia com uma oração da sua própria autoria, à Virgem Maria. E segundo Franco (1719, Tom. II, Liv. 3, cap. 29, pp. 389, nº 11), ele *falava mui amiude da sua morte, e sentia nisso recreaçam, dizendo, que tinha gosto de morrer*.

As pessoas escutavam-no com agrado, e maravilhavam-se da sua doutrina e do modo como a expunha (...); via-se claramente que *o seu prazer consistia em falar de Deus* (Idem, p. 390, nº 11).

**Foto 22: Collegiata di Santa Maria - la Canonica**



**Fonte:** Carlo Torelli (1988, p.111)

Encarregado do trabalho de confissões da gente humilde da região de Arona, até ao fim, nunca aceitou que alguém o ajudasse na limpeza e arranjo da sua cela, dizendo com humor: *que tinha pés para andar e mãos para delas se servir*. A sua missa, a recitação do breviário e as suas orações estavam sempre em dia, até lhe serem proibidas, por já não ter forças para tal. Restava-lhe apenas a possibilidade de assistir à Eucaristia e de comungar (Franco 1719, pp., 389, nº 10; Rodrigues, 1917, pp. 256-257; Telles, 1645, pp. 196, 198; Sommervogel, 1896, Tom. VII, Cols. 349-354; Barbosa Machado, 1752, p. 361).

A doença de que padecia – (*terçãs* ou *terçans* – do lat. *tertiana*, *febris*) que *consiste numa febre cujos acessos se repetem periodicamente, de três em três dias, deixando, portanto, entre si um dia de intervalo ou de apirexia* (Aulete, (1952, Vol. II, p. 1251) - agrava-se de dia para dia prolongando-se durante cinco meses, após os quais, segundo testemunham Franco (1719, p. 389, nº 10); Rodrigues (1917, p. 257); reaparecendo na sua História da Companhia (1931-1950, Tom. I, Vol I, Liv. II cap. IV, pp. 454s, onde se dá erradamente a data de 1990, em vez de 1996); e ainda no COD 4.220, fol 29, intitulado *Efemérides da Companhia de Jesus* que se encontra na Biblioteca Nacional de

Lisboa. Neste Códice 4.220 lê-se o seguinte:

*1542 - Passam os nossos a morar na casa de S. Antam, o Velho. Vam fundar o coll(egio) de Coimbra em dia da Visitaçam da Sra. Deste ano passam do convento de S. Cruz para as casas da rua nova del Rey (p. 2 ou folha.*

*- 1596 – Morre o P<sup>e</sup> M.el de Sâ (p. 29 ou folha).*

Depois de ter sido reconfortado com os Sacramentos, passou, daqui, no dia 30 de Dezembro de 1596, para o Reino que, desde o início, lhe estava preparado por Deus, deixando atrás de si as marcas da imortalidade.

Não foi de admirar, portanto, que muitos tenham sido aqueles que quiseram acompanhar, à sua última morada, aquele que *era considerado santo* como é referido por Franco (1719, Tom., II, liv. 3, cp. XXIX, p. 389, nº 11).

### **13 - Resumo e conclusão**

Confirma-se a primeira hipótese: Manuel de Sá foi um quinhentista português sem fronteiras. Com efeito, o seu percurso, neste mundo, foi pleno de actividade, quer como estudante, professor e investigador, quer como, moralista, teólogo, filósofo e escritor. A partir destes primeiros três capítulos, poderemos traçar:

- 1) Em primeiro lugar, o seu tríptico retrato físico, psicológico e de exegeta, indicando, por via de economia, apenas os nomes de algumas pessoas que a ele se referem directamente:
- 2) Em segundo lugar propor, um diagrama ilustrativo tanto dos países que ele percorreu, como daqueles que influenciou, quer por si próprio, quer pelos estudantes e companheiros que com ele viveram, quer sobretudo através das obras escritas que nos deixou e cuja última impressão se situa no ano de 1837.

Daqui se pode concluir que Manuel de Sá foi um homem cuja doutrina influenciou estudantes, professores, missionários e simples cristãos dos séculos XVI a XIX, pelo menos.

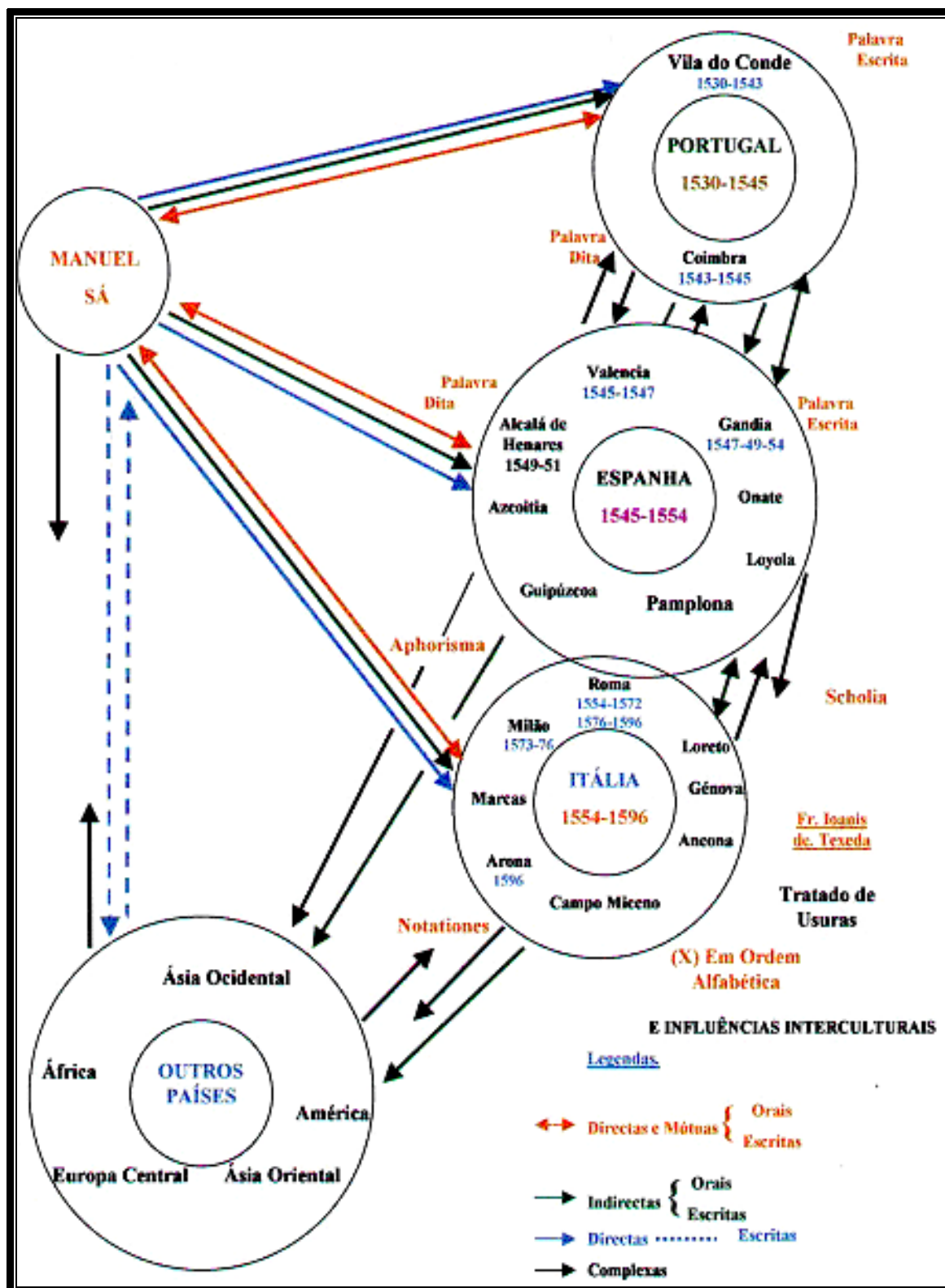


**Tabela 3: Tríplice Retrato de Manuel de Sá**

| <b>Retrato Físico</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <b>Retrato Psicológico</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>Retrato (Perfil) de Exegeta</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1 - Manuel de Sá</p> <p><i>tiene buena presencia y el rostro alegre, grave y de autoridad. Segun su edad es pequeño pêro va creciendo (...) rostro muy agradable</i></p> <p>(Oviedo)</p> <p>2 - el Manuelico, hoc est, ...</p> <p>P. Dr. Emanuel de Vila do Conde, português, mi compañero antiguo</p> <p>(Nadal)</p> <p>3 - (...) es de rara viveza e ingénio (...) poco cuerpo.</p> <p>(Cienfuegos)</p> | <p>1 - <i>Ingenio maravilloso, distinto y claro (...), pero más lo era el de su alma</i></p> <p>(Rodrigues)</p> <p>2 - <i>Mancebo de excelente habilidade e talento (...) Insigne doutor e excelente pregador</i></p> <p>(Telles)</p> <p>3 - <i>Estudante de rara habilidade;</i></p> <p>4 - (...) <i>foi homem tam grande em virtude e letras.</i></p> <p>(...) <i>Homem de grandíssimo empenho e metido nos estudos se duvidava a quem desse mais tempo, se à oração, se às letras...</i></p> <p>5 - <i>Em frente à corte Romana: resplandeceo muito a doutrina deste grande Mestre e muito mais sua rara modéstia.</i></p> <p>6 - <i>Nas pregações: tudo nelas era sucoso, muyto pezo de sentenças, no fallar sucinto, e seu ornato affectado enlevava os ouvintes. Viase, que tudo nelle era mui natural, e tinha sua eloquência huma certa força era mover os ânimos, que a sentiam os ouvintes e nam explicavam palavras.</i></p> <p>7 - <i>O meneyo da aççam nam se regulava por preceitos da arte, e isto era nelle mais feroso e plausível.</i></p> <p>Contra todos os preceitos e regras da eleoquência era eloquentíssimo. Assim temperava tudo que ferindo com a espada da palavra de Deus aos ouvintes, juntamente os recreava</p> <p>8 – (...) <i>nas ciências era admirável.</i></p> <p>(Franco)</p> <p>9-Vir fuit inter illustres Nostrae Societatis</p> | <p>1 - O primeiro Jesuíta português que deu a lume uma obra exegetica a todos os livros da Sagrada Escritura; professor, escritor, pregador e grande nome.</p> <p>2 - <i>Dá o sentido literal que esclareceu as várias lições do texto hebreu e caldeu e dos Setenta.</i></p> <p>3 - <i>Foi empresa nova por nenhum intérprete, a seu parecer, antes tomada, a de explicar por este processo toda a Escritura.</i></p> <p>(Rodrigues)</p> <p>4 - <i>É muito citado pelos exegetas devido ao seu sentido crítico cientificamente apoiado</i></p> <p>(Oliveira e Rego,)</p> <p>5 - <i>muito citado pelos exegetas devido ao seu apurado sentido crítico cientificamente apoiado.</i></p> <p>(Lexicoteca. Moderna)</p> |

|  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                  |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <p><i>homines eminens.</i><br/>(Sommervogel)</p> <p>10 - <i>Inter insignes Societatis Jesu Theologos celebres vir fuit eloquentia et eruditione conspicuus.</i><br/>(Gravesson)</p> <p>11- (...) <i>abundacia fértil de dedoctrina, y de discurso (...) concision de voces en estilo elegante y claro, tan sucinto, y tan puro como su apelido.</i><br/>(Cienfuegos)</p> <p>12 - (...) <i>cada sentencia y a un cada palabra un diamante com muchos brillos y mucho fondo en poco cuerpo, merecieran que le comaparasse la elocuencia a la inmensidad profunda de el Rio Marañon en a quel sitio onde estrecha toda la presuncion, y majestad de casi ochenta leguas de boca a tan breve arrebatado districto, que casi se puede abalizar de un salto hallandose en el la profundidad sin latitud.</i><br/>(Cienfuegos)</p> <p>13 - <i>Vir plane doctus, et eruditus, sed maxime pius et morum candore, et sinceritate clarissimus.</i><br/>(Brito).</p> | <p><i>Enciclopédia Universal).</i></p> <p>6 - <i>Trium linguarum peritus in adornandam Romanam Septuagintae editionem operam suam contulit.</i><br/>(Lelong)</p> |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**Ilustração 3: Constelações dos trajectos, obras e influências Interculturais de Manuel de Sá**



Fonte: o autor

## Referências Bibliográficas da Parte 1

- Analecta Gregoriana cura Pontificiae Gregoriana edita* (1938). *Series Facultatis Historiae Ecclesiasticae Sectio* (Vol. XIV). Romae: Apud Aedes Universitatis Gregoriana.
- Analecta Histórica Societatis Iesus* (AHSI). (1968). 37 (pp. 23-24). Romae: Apud Aedes Universitatis Gregoriana.
- Arieiro, José (1969). Universidade Gregoriana. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. 9, Col. 1029) Lisboa: Editorial Verbo.LBV.
- Arregüi, Antonius (1934). (12<sup>a</sup> ed.). *Sumarium Theologiae Moralis, ad Recentem Codicem Iuris Canonici Accomodatum*. Bilbao: El Mensajero Del Corazón de Jesús.
- Augé, Paul (1933). *Larousse du XXe siècle en six volumes* (Tome Sixième). Paris: Librairie Larousse.
- Aulet, Caldas (1952). 3<sup>a</sup> ed. *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. Lisboa: Em Parceria com António Maria Pereira, 1948 (reimpresso em 1952). A primeira edição foi em Lisboa em 1881.
- Azaña, Esteban (1986). *Historia de Alcalá de Henares*. Madrid: Edición Facsímile.
- Baquero Moreno, Humberto (1990). Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Letras. História*, ISSN 0871-164X, 7:35-46.
- Baquero Moreno, Humberto (1996). Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. *Revista da Faculdade de Letras. História*, ISSN 0871-164X, 13:187-204.
- Barrera, Julio Trebolle (1993). *La Biblia Judía y la Biblia Cristiana – Introducción a la Historia de la Biblia*. Valladolid: Editorial Trotta.
- Bell, Joca (2002). *Como realizar um projecto de Investigação*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Biblia Sacra Vulgatae Editionis Sixti V Pont. Max. Iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita. Editio emendatissima appatu critico instructa cura et studio Monachorum Abbatiae Pontificiae Sancti Hieronymi in Urbe Ordinis Sancti Benedicti*. (pp. 703; 1041). Roma: Marietti, 1965.
- Borgia (1894-1911). - *Sanctus Franciscus Borgia. Quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Generalis tertius*. (Vol. I-V). Matriti: MHSI.
- Borgia, Francisco. (1903). *Sanctus Franciscus Quartus Gandiae Dux et Soc. Iesu Praepositus Generalis Tertius*, 5 vols. Madrid, 1894-1911.
- Brito, João Soares de (1645 e 1655). *Theatrum Lusitaniae Literarium sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum* (Littera E, n. 71). Lisboa.

- Broetii et Roderici* (1903) (MHSI). *Epistolae Patrum Paschasii Broeti, Claudii Jaii, Ioannis Codurii et Simonis Rodericii*. (Appendix 3, p. 780). Madrid, 1903. 493
- Broetii et Roderici* (1903). (MHSI) *Epistolae Patrum Paschasii Broeti, Claudii Jaii, Ioannis Codurii et Simonis Rodericii*, p 783. Madrid, 1903. 493.
- Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplissima Collecti* (1745, Tom. IV Part. I, pp. 185-187).
- Carpentras-Vaucluse, (1976). In *Guide Touristique de la France*. France Loisirs: Bordas.
- Chronicon, (1894-1898). *Chronicon Societatis Iesu auctore Ioanne Alphonso de Polanco*. Madrid.
- Cienfuegos, Alvaro (1757). *Vida del Santo Borgia* (Liv. 3, Cap. 6, paragr. 1, p. 150). Coimbra: CLEUP Editrice.
- COD 4.220, fol 29, intitulado *Efemérides da Companhia de Jesus*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Colomer, Eduardo (1968). Escolástica. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 7, Col. 913s). Lisboa: Editorial Verbo
- Constitutiones* (1936-1938). *Monumenta Ignatiana . Series Tertia : Constitutiones et Regulae Societatis 10.1 - Monumenta Constitutionum praevia* (Vol I, p. LXXX). Romae. Anotadas por la Congregación Generale XXXIV y Normas complementarias aprobadas porla misma Congregación. Roma: Curia del Praeposito General de la Compañia de Jesus, 1995.
- Cotta do Amaral, Maria Valentina (1965). *Privilégios de Mercadores Estrangeiros no Reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Dalmases, Cândido de (1983), *El Padre Francisco de Borja*. Madrid: BAC. Biblioteca de Autores Cristianos: Editorial Católica, S.A.
- Davau, Maurice ; Cohen, Marcel ; Lallemand, Maurice. (1972). *Dictionnaire De Français Vivant*. (p. 797). Paris - Bruxelles - Montréal : Ed. Bordas.
- Denucé, Jean (1909). *Privilèges Commerciaux accordés par les Rois du Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles)*. In *Archivo Historico Portuguez*. Vol. III. Lisboa.
- Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia Das Ciências de Lisboa* (2001). Vol. I. p. 182. Lisboa: Ed. Verbo.
- Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse, Selecções* (1981). Lisboa – Rio de Janeiro – Nova Iorque: Selecções do Reader's Digest.
- Domingues, Francisco (2006). *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

- Duro Fernandez. (1880). *A la mar maderá. Libro Quinto de las disquisitiones náuticas*. Edición Facsímil de 2007. Madrid: Editorial Maxtor.
- Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1573 ad annum 1556 scriptae*. 5 vols (1898-1901). Matriti (MHS). Madrid.
- Fabião, Carlos (1968) - Alguns dados sobre o contributo de Vila do Conde para o comércio marítimo de importação entre Midelburgo-Arnemuiden (Nova Zelândia) e a Península Ibérica nos meados do século XVI (1543-44). *Boletim de Vila do Conde*.
- Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1573 ad annum 1556 scriptae*. 5 vols (1898-1901). Matriti (MHS). Madrid.
- Faria, João Ricardo de (1989) - *Marinheiros e Marianes* (sic) de Vila do Conde. Vila do Conde. *Boletim Cultural*. Vila do Conde. Nova Série. 3: 37- 40.
- Felner, Rodrigo José de Lima (1868). *Subsidios para a história da Índia portuguesa publicados de ordem da Classe de sciencias Moraes, politicas e bellas-lettas da Academia real das sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.
- Ferreira, José Augusto (1923). *Vila do Conde e Seu Alfoz. Origens e Monumentos*. Porto: edições Ilustradas Marques Abreu.
- Fléchier, Esprit (1632-1710). *Historia de el Cardenal Don Fray Francisco Ximenez de Zisneros*. Traducida en español de lo que escribió en francés, Antonio Briasson en 1712. Lyon: Leclerc.
- Franco, António. (1719). *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra* (Tom. II. Cap. XXIV. pp. 388, nº 1). Évora: na Officina da Universidade, 1719. Coimbra: no Real Collegio das Artes.
- Freitas, Eugénio da Cunha e (1989) - Azurara e Vila do Conde em 1594. Vila do Conde. *Boletim Cultural*. Vila do Conde: Câmara Municipal. Nova Série. 3, p. 12.
- Freitas, Eugénio da Cunha e (2001). *Vila do Conde II. História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Gomes, João Pereira (1967). Colégio de Jesus. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. V, Col. 919). Lisboa: Editorial Verbo.
- Gomes, Manuel Pereira (1996). Colégio de Jesus – Coimbra. In *Stº Inácio e a Fundação de Colégios*. Lisboa: edição GRACOS (1986).
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935-1960). Lisboa: Editorial Enciclopédia (Vol. 35, p. 461).
- Graveson, Amat de & Hyacinthe, Ignace, (1717-1722) *Historia ecclesiastica variis colloquiis digesta: ubi pro theologiae candidatis res praecipuae ... collocantur*. (Tom. VII, p. mihi 123). Romae: Apud F. Gonzagam

- Heers, Jacques (1956). L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée in *Revista da Faculdade de Letras. História*. Tomo XXII, p. 9.
- Hoefler, Dirk (1863), *Nouvelle Biographie Générale, depuis les plus reculés jusqu'à nos jours* (Tom 42, Cols. 950-951). Paris: Renault-Saint André.
- Inquirições gerais* de (1220) organizadas e publicadas no Reinado de D. Afonso II. (p. 55).
- Inquirições Gerais* de (1258) organizadas e publicadas no Reinado de D. Afonso III. (p. 376).
- Kellembez, Hyemen (1960). Os Mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530. *Revista de História*, Vol. IX, pp. 125-140. Coimbra.
- Klefeker, Johan, (1717). *Bibliotheca eruditorum praecotium sive ad scripta huius argumenti specilegium et occasiones*; petit in 8º (p. 326). Hamburg: Apud Christianum Liebeseit.
- Lainii Monumenta* (1912-1917). *Lainii Monumenta. Epistolae et Acta Patris Iacobi ob Lainii secundi Praepositi Generalis Societatis Iesu* (8 vols). Matriti. MHSI (ou Laynez, Diego (1912-17).
- Larousse, Pierre (1866-1876). *Grand Dictionnaire universel du XIX<sup>e</sup> siècle, Français, historique, géographique, mythologique, bibliographique*. Paris : Administration du Grand Dictionnaire Universel, supplément : 1877. Réédition en fac-similé : C. Lacour. Nîmes en 1990.
- Lelong, Jacques (1709). *Bibliotheca sacra, seu Syllabus omnium ferme sacrae Scripturae editionum acversionum* (Vol. I, in-8, p. mihi 580). Paris (A.-G. Marsch publicou em 5 volumes in-4, em 1778-1790). Halle.
- Lg. 274: (ms) *Padrón de vecinidad - consta de veintiocho fogos. Padrón de los vecinos de esta ciudad de Alcalá de Henares*. (Manuscrito. Arquivos da Igreja de Santa Maria).
- Lg. 9. (Ms) *Libro primero de la Universidad de Gandia* (fls. 1 e 2). Arquivo Histórico da cidade de Valência.
- Lg. 9.1 (ms) - O Documento *Auspiciatio Collegii et Studii Generalis Gandiae* (fl. 5).
- Leg. g. 1. fl. 4. *Primeiro Livro da Universidade de Gandia*. (MHSI).
- Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur Romam missae* (1984-1932). 7 Vols. (Vol. I, pp. 493-494). Madrid – (MHSI).
- Llorca, Bernardino (1960). *Manual de História Eclesiástica*. 2 Vols. Tradução Portuguesa, revista e adaptada por B. Xavier Coutinho. (Vol. II, p. 609). Porto: Edições ASA.

- Machado, Diogo Barbosa (1752). *Bibliotheca Lusitana – Historia, Critica, e Cronológica na qual se compreende a noticia dos authores Portugueses, e das Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente* (Tomo III, pp. 361-362). Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.
- Machado, José Pedro (1977). (3ª ed.). Colegiada. In *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. (Vol. II, p. 865). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, José Pedro (1984). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial confluência.
- Matias, José Coelho (1990). Manuel de Sá: Precursor dos Métodos Histórico Críticos. *Revista Didaskalia* 20 (I), pp. 125-142. Lisboa.
- Mattoso, José (1993). (Dir.) *História de Portugal*, Terceiro Volume - No Alvorecer da Modernidade (1480-1620) (Vol III, p. 302). Lisboa: Ed. Estampa – Círculo de Leitores.
- Michaele, S. Joseph (1715). *Bibliographia critica Sacra et Prophana in tres tomos, et volumina seu partes quatuor distributa, et grandi operi, adumbratum provectorum Lexicon, sive Idioma Sapientium inscripto, et jam praelo maturo, praemissa*. Matriti: Ex Typogaphici Antonii Marin. (Nova edição em 1740. Matriti: Ex Typographia Antonii Marin. BUB).
- Michaud, Joseph Fr. (1843-1865). (2ª éd.). *Biographie universelle, ancienne et moderne, histoire... nouvelle* (Tom. 37, p. 159). Paris -Leipzig: A. Thoissner Desplaces.
- Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, quae primam Rationem studiorum anno 1586 editam praecessere* (1901). Matriti: MHSI.
- Moreno, Humberto Baquero (1990). Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Letras*. N. 7: 35-46.
- Natalis (Nadal) P. Hieronymus (1898-1905). Epistolae Hyeronimi Natalis*. (4 volumes). Madrid, (MHSI).
- Natalis, Hieronymus (1962). *Comentarii de Instituto Societatis Iesu*. (5 Volumes.). Romae: Ed. M. Nicolau S.I.
- Navarro, Ramón González (1984). *Universidad Complutense. Constituciones originales cisnerianas. Estudio de los textos legislativos, su evolución y reformas posteriores durante el siglo XVI*. Alcalá de Henares.
- Neves, Joaquim (1989) – Os passeios e viagens do Abade Sousa Maia. *Vila do Conde. Boletim Cultural*. Vila do Conde: Câmara Municipal. Nova Série, 7, p. 19-28.
- Neves, Joaquim Carreira (2007). *A Bíblia – O Livro dos Livros*. Braga: Editora Franciscana.
- Nicolau António (1672-1696). *Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum*



*qui ab anno MD ad MDCLXXXIV floruerunt notitia* (Tom. I, p 272, col. 1). Roma. (2ª ed. 1783-1788. Madrid: apud Joachimum de Ibarra Typographum Regium.

Nober, Pietro (1953). *Enciclopédia Cattolica. Città del Vaticano*. Vol. X. Col. 1503. Roma.

Oliveira, Manuel Alves de, (1967). Colegiada. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 5, Col. 912). Lisboa: Editorial Verbo.

O'Neill, Charles E. e Dominguez, Joaquim Maria (2001). Manuel de Sá. In *Dicionário Histórico de la Compañia de Jesus Biográfico-Temático*. Vol. IV, p. 3454. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.

Prat, F. L. (1890). La Bible de Sixte-Quint. *Études*, 50 (1890, 2), 565-584; 51 (1890,3); 35-60; 205-224.

Quentin, Henri (1922). *Memoire sur l'establissement du texte de la Vulgate*, Collectanea biblica latina VI, Rome et Paris.

Rodrigues, Francisco (1917). *A Formação Intelectual do Jesuíta: Leis e Factos*. Porto: Livraria Magalhães e Moniz.

Rodrigues, Francisco (1931-1950). *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 4 Tomos (Tom. I, Vol. I, Lib. II, cap. IV p. 454s). Porto: Apostolado da Imprensa.

Rodrigues, José Augusto (1974). Setenta (Bíblia dos). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. XVI, Cols. 1882-1883). Lisboa: Editorial Verbo.

Rops, Daniel (1955). *La Reforme Catholique*. Paris: Fayard.

Sa, Emanuel (1601). *Notationes in Totam Scripturam Sacram Quibus omnia fere loca difficilia brevissime explicantur, Tum variae ex Hebraeo, Chaldaeo, & Graeco lectiones indicantur. Opus omnibus Scripturae Studiosis utilissimum: certe a plurimis diu multum q' (quaquam - absolutamente) desideratum*. Auctore Emanuele SA D. Theologo, societatis Iesu. Lugduni: Apud Horatium Cardon.

Salamanca y Navarro, Cayetano Enríquez (1984). *Crónica de Alcalá de Henares*. Alcalá de Henares - Madrid: Ed. Instituto Nacional de Administración Pública.

Serrão, Joaquim Veríssimo (dir.). (1978-1980). Vol. III, O Século de Ouro (1495-1580). In *História de Portugal* (Vol III, p.314). Lisboa: Ed. Verbo.

Serrão, Joel (1986). (5ª ed.). *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silos, Giuseppe ou (Sylos, Joseph) (1650). *Historia clericorum regularium a congregatione condita*. (Tom. I, Lib. 13, p. 533). Roma: Mascardi.

Skehan, Patrick; MacRae, George & Brown, Raimond. (s/d). Texts and Versions. In *The Jerome Biblical Commentary* (Vol. II., nº 69 (52), p. 569 e nº 69 (104), pp. 578-579). New Jersey : Prentice-Hall, Inc. England Cliffs.

- Sommervogel, Carlos (1890-1916). *Bibliothèque de La Compagnie de Jésus* (in 10 Vols.). Paris. Esta mesma obra foi editada em 1890-1960, em 12 volumes, em Bruxelas pela Société Belge de Librairie.
- Sousa, Alberto (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Maria José Ferro (1990). *Sociedade e Cultura Portuguesas*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta.
- Teles (ou Tellez), Baltasar (1645). *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos anos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador. [...] Primeira Parte, na qual se contem os principios d'esta Provincia, No tempo, em que a fundou, & governou o P. M. Simam Rodrigues, com sua sancta vida, & morte*. Lisboa: Paulo Craesbeeck. (Anno do Senhor M.DC.XXXV).
- Tishendorf, Constantinus (1880). *Vetus Testamentum Graece juxta LXX Interpretes, Editio VI Prolegomena recognovit collectionem codices Vaticani et Sinaitici adjecit Eberardus Nestlé*. Leipsiae: F. Brockhaus.
- Traduction Œcuménique de la Bible (Ancien Testament, p. 2078)* (1975). Paris : Les Éditions du Cerf.
- Torelli, Carolo (1988). *La Collegiata della Natività di Maria Vergine in Arona*. Arona: Administraazione Comunale di Arona.
- Torgal, Luís Reis (1984). Acerca do significado sociopolítico da Revolução de 1640. In *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 6, p. 317, nota 38).
- Tuya, Manuel – Salguero, José (1967). *Introducción a la Bíblia*. (Vols I e II). Madrid: (BAC) La editorial Católica, S.A.
- Vigouroux, Ferdinand (1912). *Dictionnaire de la Bible – Contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d' animaux mentionnés dans les Saintes Écritures Les Questions théologiques, archéologiques, scientifiques, critiques relatives à l'Ancien et au Nouveau Testament et des notices sur les commentateurs anciens et modernes*. Publié para F. Vigouroux Prêtre de Saint-Sulpice avec le concours d'un grand nombre de collaborateurs. Deuxième tirage. Tome Cinquième, deuxième partie S—Z. Paris : Letouzey et Ané Éditeurs.
- Villoslada, Ricardo Garcia (1954). *Storia del Colégio Romano dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compangia di Gesù (1773)*. Vol. LXVI. Roma: (Analecta Gregoriana Cura Pontificiae Universitatis Gregoriana edita.
- Vosté, Jacques-Marie. (1927). *De Latina Bibliorum Versione quae dicitur Vulgata*, 11. Roma.



## **Capítulo 4**

### ***Aphorismi Confessariorum***



## 1 - Preâmbulo

Manuel de Sá não deixou nenhum tratado de metodologia nem de *antropagogia*, mas escreveu três obras onde manifesta, tanto um alto nível científico, como a diversidade de métodos rigorosos que soube utilizar.

Como indica o étimo grego da palavra *meta* (através de, por meio de) e *hodos* (caminho), um método é seguir um caminho na investigação e/ou no ensino. Portanto não há apenas um método, mas tantos quantos são os meios que nos podem levar a atingir o objectivo que foi proposto. Assim, tanto no ensino, como na investigação científica os métodos diversificam-se consoante aquilo que parecer mais adaptado para o efeito, contanto que se proceda de forma rigorosa e sistemática, ou lógica.

Desta forma Lacatos e Marconi (1991, p. 270) diziam que uma investigação científica consiste, antes de tudo, num *conjunto de procedimentos adoptados com o propósito de atingir o conhecimento*, enquanto que para Davau, Cohen e Lallemand (1972, p. 772) um método é *une manière d’enseigner selon une progression que classe logiquement les difficultés et permet de les résoudre successivement*, acrescentando a esta definição o adjectivo qualificativo *Systématique*, com o sentido de o estudo ser feito seguindo uma lógica rigorosa e obedecendo a uma regra de conduta determinada (Idem, p. 1157).

Nesta mesma linha segue Oliveira Martins (2005, p. 15) que, referindo-se ao conjunto de procedimentos que compõem um projecto de investigação, define *método* como *uma actividade (de procura) independentemente da sua metodologia, propósito e importância*, distinguindo este de *metodologia* enquanto esta *inclui a descrição dos sujeitos, dos processos da sua selecção, dos métodos utilizados, para manipular ou medir cada uma das variáveis e dos procedimentos seguidos da investigação* (Idem, p. 88).

Ferreira (2007, p. 175) adverte que *no que respeita aos métodos e técnicas de investigação existe uma grande diversidade de definições, pois estas variam de autor para autor*. Para exemplificar essa afirmação aduz a definição que é dada por Madeleine Crawitz (1993), segundo a qual se deve entender por métodos:

*um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objectivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, - um conjunto de normas que permitem mais ou menos abstracta ou concreta, precisa ou vaga, um plano de trabalho em função de uma determinada finalidade.*

Baseados nestas definições alargadas de método, podemos dizer que este termo *Método* é polivalente, porquanto se pode aplicar quer aos estilos de trabalho peculiares a cada disciplina, por exemplo o Método antropológico, quer às formas particulares de investigação quando são usados para proceder à solução de problemas específicos de busca, situando-se, aqui, os métodos quantitativos, qualitativos, mistos, experimental, estatístico, etc. Relativamente à diversidade de métodos que são utilizados com mais frequência referimo-nos àqueles que nos são indigitados e descritos pela mesma autora (Idem, pp. 179-181), apresentando as características de cada um.

Em primeiro lugar apresenta as características principais dos Métodos Qualitativos, tais como a característica *Indutiva*, dizendo que por meio desta, os investigadores *desenvolvem conceitos e chegam à compreensão dos fenómenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados. Não procuram a informação para verificar hipóteses* (Idem. p. 179-180). A teoria é desenvolvida de *baixo para cima (em vez de cima para baixo)*, tendo como base os dados que obtiveram e estão inter-relacionados. Denomina-se Teoria Fundamentada (Glasser e Struass, 1967).

A segunda característica será a *Holística*, por quanto a investigação tem em conta a realidade global. Tanto os *indivíduos como os grupos e situações não são reduzidos a variáveis, mas são vistos com um todo, sendo estudado o passado e o presente dos sujeitos de investigação.*

A terceira é a característica *Naturalista* pois que a fonte directa de dados são as situações consideradas *naturais*. Por meio desta característica, os investigadores tentam *misturar-se com os sujeitos da investigação, estudam-nos e avaliam-nos, tirando daí as conclusões correspondentes.*

Segundo estas características duas são as conclusões que poderão ser retiradas, consistindo a primeira no facto de que os *Investigadores são sensíveis ao contexto*, tendo como princípio que *os actos, as palavras e os gestos só podem ser compreendidos no seu contexto* e a segunda na verdade de que os Métodos qualitativos são humanísticos,

porque *quando os investigadores estudam os sujeitos de uma forma qualitativa tentam conhecê-los como pessoas e experimentar o que eles experimentam (ou experimentaram) na sua vida diária*. Quer dizer, os investigadores *não reduzem a palavra e os actos a equações estatísticas* (Idem, p. 180).

Por outro lado, os mesmos autores (Ibidem) opinam que a Investigação qualitativa é *descritiva*, explicando que *a descrição deve ser rigorosa e resultar directamente dos dados recolhidos*, dados esses que podem ser o resultado quer de *transcrições de entrevistas, quer de registos de observações ou de documentos escritos (pessoais ou oficiais), fotografias, e gravações vídeo*.

Por seu turno Martins (2005, pp. 9-12) relembra: o método *Dedutivo proposto pelos racionalista Descartes, Espinosa e, segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro*; o *Indutivo que baseia o seu conhecimento na experiência, sem levar em atenção princípios preestabelecidos*; o *hipotético-dedutivo* que, partindo de hipóteses, *termina por uma verificação ou não verificação*; o *Dialéctico*, procedente da Filosofia dialéctica de Hegel, segundo o qual os *factos sociais não podem ser entendidos quando considerados de forma isolada das suas influências políticas, económicas, culturais, etc.*

Ora, num trabalho de investigação, como o nosso, que estuda documentos escritos no intuito de tirar conclusões práticas para os problemas da sociedade actual, será quase impossível prescindir de qualquer um destes métodos, pois que iremos fazer uso de todos eles quando surgirem a oportunidade e a necessidade correspondentes.

Quanto ao epíteto de *Antropagogo* que julgamos poder atribuir a Manuel de Sá convém partir de uma premissa que se conclui da primeira parte: Este estudioso, para além dos serviços de pregação e do confessorário cujo auditório era constituído por crianças, jovens de tenra idade e adultos de ambos os sexos, os seus alunos nas aulas dos Colégios e Universidades e os leitores das suas obras de Moral e de Sagrada Escritura eram, sobretudo, adultos e jovens já em idade quase adulta. Daqui a razão de o apelidarmos, com maior propriedade do termo, *antropagogo* (condutor ou mestre de homens), sem negarmos, de forma alguma, que tenha sido também um excelente pedagogo (condutor ou mestre de crianças).



Mas, em vez de lhe atribuirmos essas qualidades *a priori*, vamos procurá-las nas três obras que, depois de terem servido de orientação às gerações eclesásticas dos séculos XVI-XVIII, tanto sob o ponto de vista moral (*Aphorismi Confessariorum...*), como sob o ponto de vista teológico-bíblico (*Scholia in Quatuor Evangelia* e *Notationes in totam Scripturam Sacram*), chegaram até nós, não obstante as contrariedades de espíritos adversos e o desgaste inexorável do tempo.

Uma vez que o seu legado tem por títulos sugestivos *Aforismos dos Confessores*, *Escolhos aos 4 Evangelhos* e *Anotações a todos os livros da Sagrada Escritura*, achámos conveniente definir e dar exemplos das duas classes de métodos em que entram essas três obras, ou seja; a classe dos métodos aforísticos e a classe dos métodos exegeticos.

## **2 - Métodos Aforísticos nos diversos campos da ciência**

O termo *Aforismo* deriva do latim popular *aphorismus*, de origem grega *aphorismos* (Αφορισμός) que é, segundo o *Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse* (1982-1985, Vol. I, p. 479), *uma frase sentenciosa que resume em poucas palavras o que há de essencial a ser conhecido numa questão*.

Trata-se de uma arte e de um engenho postos a toda a prova os quais resumem em poucas palavra, de forma axiomática, uma teoria defendida pelos autores mais conceituados do tempo e que encerram um preceito (moral ou outro), ou uma série de observações sobre usos e costumes dum determinado povo, sociedade ou religião.

### **2.1 - Aforismos no campo da Medicina**

Relativamente à sua origem, o termo de *Aphorismus* parece que foi utilizado, em primeiro lugar, no campo da Medicina e, como a etimologia o indica, *Aph* em vez de *apo* (αφ-) que significa separação, seguido de *orizō* (οριζο) – limitar), a palavra *aphorismos* tem o sentido básico e elementar de separar algo por meio dos seus limites. Donde significaria *aquilo que separa do resto e determina uma coisa em relação a outra*. Por isso designa, normalmente um enunciado sucinto de uma verdade banal e daí o adjectivo *aforístico* como sinónimo de conciso.

### 2.1.1 - Aforismos de Hipócrates

A primeira obra neste género foi elaborada por Hipócrates (em grego, Ἱπποκράτης), o homem que melhor assimilou e compreendeu a arte da medicina do seu tempo e aquele que melhor a pôs em prática. Por isso mesmo foi considerado o iniciador da observação clínica, tornando-se o autor mais comentado e aceite durante largos séculos sobre essa matéria.

A sua teoria médica funda-se sobre as alterações dos humores do organismo. Segundo Hipócrates existem quatro fluidos que se compõem em proporção variável: sangue (quente e húmido); fleuma (fria e húmida), bílis amarela (quente e seca) e bílis negra (fria e seca). *Se estes humores se encontram em equilíbrio, o corpo goza de saúde. Ao contrário, quando entram em desequilíbrio chega a doença.* [Online] [Consult 12-10-2007] Disponível em <http://www.portalplanetasedna.com.ar/humores.htm>.

Entre as suas obras sobressaem os Aforismos por meio dos quais propôs a sua doutrina sobre medicina, e dos quais transcrevemos alguns exemplos, para ficarmos com uma pequena ideia, tanto da sua forma, como do seu conteúdo:

- *A vida é breve; a arte, vasta; a ocasião, instantânea; a experiência, incerta; o juízo, difícil;*
- *Os homens deveriam saber que é do cérebro, e de nenhum outro lugar, que vêm as alegrias, as delícias, o riso e as diversões.*
- *Tudo acontece conforme a natureza.*

**Ilustração 4: Frontispícios dos Aforismos de Hipócrates de Cós (460-377 a. C.)**



**Fonte:** [Online] [Consult 12-10-2007] Disponível em  
<http://www.library.usyd.edu.au/libra3ries/rare/medicine/HippocratesAphorismi1736.jpg>

Célebre é também o Juramento que este homem fez aos deuses Apolo e Escolápios tidos como deuses e médicos e que, se tem perpetuado na medicina contemporânea (ANEXO I). [Online] [Consult 12-10-2007] Disponível em <http://www.zuhaizpe.com/articulos/hipocrates.htm>.

### 2.1.2 - Aforismos da Escola de Salerno (c. 1010).

Célebres são igualmente os Aforismos da Escola de Salerno do séc. XI-XII. Esta escola nasceu nesta cidade Italiana e começou a tornar-se famosa já no séc. IX, vindo a atingir o seu auge, sobretudo, nos séculos X-XII. Estes aforismos, que estão escritos em forma de poema e que resumem toda a prática higiénica e médica desenvolvida na Idade Média, foram atribuídos, com ou sem verdade, a João de Milão (Geovanni de Milano) que foi um outro médico dessa escola e que dedicou as suas obras ao príncipe Roberto, filho de Guillaume le Roux (Guilherme, o Russo). Segundo o *Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse* (1982-1985, Vol. I, p. 479; Vol. IX, p. 550) a origem desta obra surgiu de um pedido que o príncipe teria dirigido aos mestres da escola médica de Salerno para que lhe prescrevessem um regime de vida higiénica. Estes aforismos marcaram a passagem do séc. XI para o séc. XII.

Além deste médico, outros se celebrizaram nesta mesma escola, tais, como: Constantino, o Africano, que, depois de aí ter ensinado com grande sucesso, se recolheu ao Convento do Monte Cassino; diversos Prelados, entre os quais Romualdo Guarana, arcebispo de Salerno e ainda uma mulher chamada Tórtula.

### 2.1.3 – Aforismos segundo Galeno (121-210 d.C.) de Moses Ben Maimónides

Maimónides (em Hebreu - מִימּוֹן בֶּן מֹשֶׁה e em árabe *عبد بن ميمون بن موسى عمران أبو* الإسرائيلي القرطبي) (Abu Imran Mussa bin Maimun ibn Abdallah al-Qurtubi al-Israili), nasceu em Córdoba, Espanha, em 1138, filho de um grande Rabi. Filósofo, talmudista, exegeta bíblico, doutor e sábio, é a figura mais ilustre do judaísmo espanhol. Em sua memória, Córdoba celebrou três datas: em 1935, o 800º aniversário do seu nascimento; a colocação da sua estátua por ocasião do Simpósio Safardita, em 1965 e o 850º aniversário do seu nascimento em 1985, tendo-se realizado o II Simpósio Bíblico Español de 15 a 18 de Setembro de 1985, cujo programa constava de 51 *Proponencias*, em que duas delas se centravam na pessoa e obra deste famoso autor hebraísta.

Numa delas (a 32ª) apresentada por Sáenz-Badillos subjugada ao tema *La hermenêutica bíblica em Maimónides* foram desenvolvidos os seguintes sub-temas:

- 1- *La peculiaridad de la hermenéutica de Maimónides. Exégesis literal, exegeses filosófica e exégesis alegórica;*
- 2- *Los sentidos de la Escritura: sentido literal y figurativo; sentidos ocultos;*
- 3- *El punto de partida lingüístico: términos homónimos, figurativos, anfíbológicos;*
- 4- *La exégesis filosófica: aparentes contradicciones entre la Torah y la razón;*
- 5- *La exégesis alegórica, su fundamentación y sus reglas;*
- 6- *La inspiración y el fenómeno profético según Maimónides: su interpretación ‘científica’ a partir de la Escritura;*
- 7- *Influjos de la exégesis de Maimónides y polémica antimaimonídea.*

A segunda (33ª) foi apresentada pelo Dr. Jorge Mejía (Roma) sendo intitulada *Maimónides y el pensamiento Cristiano*, na qual fez uma resenha da influência mútua que houve entre este autor e os autores cristãos.

Maimónides completou as suas duas melhores obras – *Comentário à Mishnah*, em 1168, e *Guia para os Perplexos* em 1190. O primeiro foi impresso totalmente em Hebreu, em Nápoles, em 1492, e o ultimo foi impresso pela primeira vez antes de 1480, embora autores modernos duvidem se foi em Roma ou noutro lugar.

Estes aforismos, como o título indica têm como base a doutrina de Galeno, médico grego que se supõe ter nascido em Pérgamo no ano 131 e falecido na Sicília, no ano 200. É fora de dúvida que tenha iniciado os seus estudos de Filosofia e Medicina em Pérgamo, indo enriquecê-los em Esmirna, Corinto e Alexandria. De regresso à terra da sua juventude, em 157 (d.C.), desenvolveu a sua actividade médica na escola de gladiadores e especializou-se em cirurgia dietética. No ano 162 e até 192 desenvolveu a sua actividade em Roma, o centro do mundo da época, onde se tornou famoso e médico do próprio imperador Marco Aurélio.

Como professor utilizou as duas formas de ensino: aulas teóricas que, pela grande afluência dos alunos passou a dá-las num teatro, e aulas práticas nas quais se

contemplava a vivisseção (uso de animais vivos em testes laboratoriais e treino cirúrgico) para experiência e *necropsia νεχροπσια* ou Autópsia que consistia na dissecação de um cadáver. O fim que tinha em vista era, o de ensinar a anatomia, que, hoje em dia, continua a ser utilizada na Medicina forense.

## 2.2 - No campo da Filosofia

### 2.2.1 - Aforismos de Arthur Schopenhauer (1788 -1860)

No campo da Filosofia são conhecidos os Aforismos de Schopenhauer, sob o título *Aphorismen zur Lebensweisheit* (Aforismos Sobre a Arte de Saber Viver), publicados em 1851, e traduzidos em Francês, em 1880. Neles, o autor condensa toda a sua sabedoria prática. Segundo a Grande Enciclopédia Larousse (1985, Vol. IX, p. 550, sob o nome Schopenauer) e de um dos sites a ele dedicados [<http://www.frasespensamentos.com/citacoesautor-Arthur+Schopenhauer-4.html>], registámos os seguintes aforismos pertencentes à obra Aforismos sobre a Sabedoria da Vida:

- 1) *O que diferencia os homens pode resumir-se a três condições fundamentais: o que se é ou o que somos; o que se tem ou o que temos; o que se representa ou o que representamos.* Tema: *Sabedoria da Vida.*
- 2) *A felicidade provém, sobretudo, daquilo que somos; os bens supremos são, portanto, bens subjectivos e, em primeiro lugar, a jovialidade e a saúde.* Tema: *Felicidade.*
- 3) *A mulher é um efeito deslumbrante da natureza.* Tema: Mulher.
- 4) *O maior erro que um homem pode cometer é sacrificar a sua saúde a qualquer outra vantagem.* Tema: Erro.
- 5) *O que temos dentro de nós é o essencial para a felicidade humana.* Tema: *Felicidade.*
- 6) *O que torna as pessoas sociáveis é a sua incapacidade de suportar a solidão e, nela, a si mesmos.* Tema: Solidão.

- 7) *A solidão é o destino de todos os espíritos eminentes.* Tema: Solidão.
- 8) *Quando a felicidade se apresenta devemos abrir-lhe todas as portas porque jamais foi considerada inoportuna.* Tema: Felicidade;
- 9) *Da árvore do silêncio pende seu fruto, a paz.* Tema: Silêncio.
- 10) *Em geral, nove décimos da nossa felicidade baseiam-se exclusivamente na saúde. Com ela, tudo se transforma em fonte de prazer.* Tema: Dignidade.
- 11) *A glória deve ser conquistada; a honra, por sua vez, basta que não seja perdida.* Tema: Honra.

Para Schopenhauer a única fonte da felicidade é a inteligência. Da vontade procedem todos os nossos males, todos os nossos sofrimentos, ou seja, todos os elementos passionais da nossa natureza.

### 2.2.2 - Aforismos de Urbigerus (1690)

Também conhecidos como *Certas Regras que demonstram claramente as três vias infalíveis de preparar o Grande Elixir ou Currículo maior dos Filósofos* (Londres).

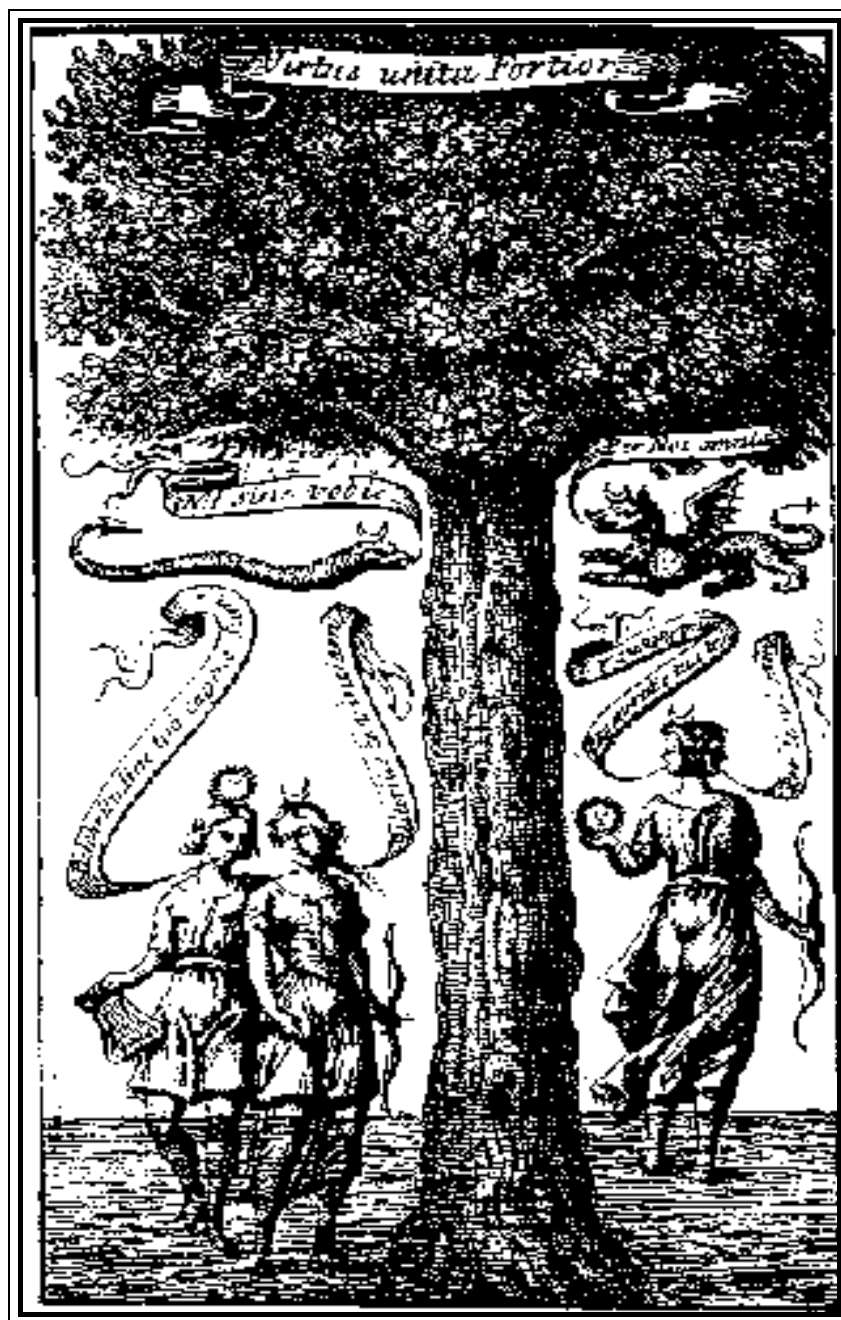
Estes aforismos são um conjunto de 101 regras, que demonstram claramente o tríplice caminho para preparar o Grande Elixir ou o Currículo maior dos Filósofos. Esta obra é composta por uma Dedicatória sob o título: *To our Dear Disciples, Honor'd Coadepts, and all Well-Wishers to our Hermetic Art*; por 101 aforismos e pelo Ps. ou seja, A Postscript, containing An Explanation of the Figure, prefixt to the *Aphorismi Urbigerani* [Online] [Consult 12-10-2007] Disponível em <http://www.worldcatlibraries.org/wcpa/top3mset/bf7b59d0b7e1363da19afeb4da09e526.html>.

Segundo the Alchemy Web Site [Consult 12-10-2007] Disponível em <http://www.alchemywebsite.com/circulat.html>, este escritor, chamado Baro ou Baru Urbigerus dedicava-se à alquimia. Os seus aforismos pretendem ser a teoria do trabalho de alquimia, a preparação da Pedra Filosofal (*completely the theory of the alchemical work, the preparation of the Philosopher's Stone*). Efectivamente, a pequena colecção

de 31 aforismos, contida nessa obra é conhecida pelo título *The Circulatum Minus Urbigeranum*.

Estes Aforismos são apresentados pela edição de Londres (1960) com um frontispícios em forma de árvore (*Virtus unita fortior*) às quais se adicionam três figuras humanas, uma serpente e um dragão alado, vindo no fim do livro a explicação do seu simbolismo.

**Ilustração 5: Frontispício dos Aforismos de Urbigeros**



Fonte: [Online] [Consult 10-10-2005] Disponível em  
[http://www.levity.com/alchemy/urb\\_imag.html](http://www.levity.com/alchemy/urb_imag.html)



### 2.3 - No campo da Teologia Moral

Neste campo temos os Aforismos de Manuel de Sá, editados pela primeira vez em 1595. Tão célebres se tornaram, que, até os seus próprios inimigos, o confessam, embora os qualifiquem de *obra tristemente célebre* (Pereira e Rodrigues 1904-1915, pp. 430-431). Destes Aforismos nos ocuparemos em seguida.

A definição deste tipo de Aforismos encontra-se no próprio livro de Manuel de Sá (*Aphorismi (...) 1600*, p.2, Auctor Lectoris) e a qual soa desta forma: *Collegeram multa lectione Doctorum sententias de Casibus, quos vocant, Conscientiae, easque brevissime ad usum Confessorum ita disposueram, ut haberent in promptu eorum, que in Confessionibus acciderent, dubiorum facilem expeditionem*, cuja tradução pode ser esta: Coligi muitas coisas a partir das sentenças de Casos a que chamam de Consciência e ordenei-as muito brevemente para uso dos Confessores de maneira a que estivessem à sua rápida disposição acerca de dúvidas que poderiam surgir nas Confissões (...).

Na sua honestidade, Manuel de Sá diz que a esse trabalho de colecção da doutrina dos Doutores, ele acrescentou o nome dos seus respectivos autores de modo a que se soubesse a quem pertenciam: *Adieceram praeterea cuique sententiae auctorem suum, ut sciretur à quo accepissem* (Ibidem). Estas mesmas palavras do autor encontram-se integralmente na edição de Colónia de 1609 impressa por Ioannem Crithium.

## 3 - Os Aforismos de Manuel de Sá e suas múltiplas edições

### 3.1 - As primeiras edições

Decorria o tempo da Contra-Reforma e os clérigos, sobretudo os curas ou párocos, tinham necessidade de esclarecer as consciências dos fiéis contra os perigos da doutrina protestante. Mas, para que esse ministério fosse levado a cabo da melhor forma, necessitavam de conhecer a moral católica e de saber discernir atempadamente quando os problemas de consciência surgiam, especialmente no confessional. Para ajudá-los, Manuel de Sá pôs por escrito as regras que ele próprio conhecia e seguia, aprendidas e recolhidas dos grandes mestres, chamando a essa recolha *Aphorismi Confessariorum ex Doctorum sententiis collecta* (Vigouroux, 1899-1912, tomo V, Col. 1283; Sommervogel,



1599, pois esta é a data que lhe é atribuída por Sommervogel, (Ibidem) e o ano de 1555 é o ano da sua ordenação, parecendo, portanto, uma data anacrónica para a edição dos Aforismos.

Além disso se, como diz o próprio Manuel de Sá, esta obra levou 40 anos a ser elaborada (...) *cum praesertim in hoc opus per annos fere quadraginta diligentissime incubuerim* (...) e se ele faleceu em 1596, nesse ano de 1555 ainda não os tinha começado a elaborar. Talvez os tenha começado no ano seguinte com o selo de *editio altera recognita*, sendo-lhe adicionado alguns nomes de autores e obras donde Manuel de Sá tinha extraído algumas sentenças.

### 3.2 - Fase das edições emendadas

A fase das edições emendadas vai até ao ano de 1607, segundo o anota Sommervogel, autor da *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, (1890-1909 Tom. VII, Col. 350), por meio destas palavras: *Cést, je crois, la première édition expurgée*, referindo-se à edição de 1607, feita em Roma, *apud Bartholomaeum Zannetum, Superiorum Permissu* (*Sumptibus Vicentii Pelagalli, sub signo Galli, 16º, pp. 502 slt*).

Em Paris podemos consultar as edições de 1599 (in 12.328 p et index-D.50969), e a de 1600 (in 32.624 p D. 87741), esta última feita em Paris nas oficinas de Pierre Chevalier. Outras edições vieram, de seguida, mesmo antes de a Obra ser posta no Índice, por exemplo: duas em Paris, em 1600, chez Pierre Chevalier; uma em Roma, em 1601, nas oficinas de Luigi Zanneti; uma em Madrid, em 1601, nas oficinas de Pedro Madrigal; uma em Barcelona, em 1601, nas oficinas de Tiago Cendrat; uma em Roma, em 1601, nas oficinas de Luigi Zanneti (emendada); uma em Colónia, em 1602, nas oficinas de Bertram Bhcholtz; uma em Veneza, em 1602, (emendada); uma em Colónia, em 1603, nas oficinas de Jean Christophe; uma no Japão, em 1603, segundo a GEPIB (Vol. 26, p. 450); uma em Roterdão, em 1604, nas oficinas de Clemente Malassis; uma em Brtolomeu Vicente. Até esta data as edições foram-se sucedendo, seguindo a edição original, à qual foram feitas algumas pequenas emendas, como aperfeiçoamento do texto e introdução de alguns nomes de autores utilizados por Manuel de Sá.

### 3.3 - Fase das Edições Expurgadas e a *relegação* para o Índice dos livros proibidos

A 07 de Agosto de 1603, Dominico Bañes, religioso da Ordem dos Padres Pregadores

(nascido a 29 de Fevereiro de 1528, em Mondragón, na Província de Guipuzcoa, em Espanha, ou, segundo outros, em Valhadolide) denunciou a obra de Manuel de Sá como contendo vários erros, não podendo ser reeditada, sem primeiro ser expurgada.

Como esse Religioso dominicano era, então, considerado um dos melhores intérpretes de São Tomás de Aquino, a sua denúncia levou à suspensão das edições dos Aforismos dos Confessores, embora em algumas cidades, como vimos anteriormente, se tenha procedido a reedições sem que fossem expurgadas dos ditos *erros* o que, talvez tenha sido uma das últimas acusações feita aos Jesuítas, por este religioso, pois que viria a falecer a 01 de Novembro de 1604.

Devido à sua denúncia, sobre a *doutrina que se afastava das opiniões recebidas pelos teólogos habituais* (Sommervogel, Ibidem) e que, segundo Höefer (1863, Tomo 42, Cols. 950 - 951) *essas várias passagens que se afastavam das opiniões comuns dos Teólogos (...) seriam mais de 84*), os Aforismos foram postos no *Index* dos livros proibidos.

É de notar que relegar para o *Index* um livro com a recomendação *donec corrigatur* era reprová-lo e obrigá-lo ao processo de correcção ou, então, condená-lo definitivamente. Feitas as correcções exigidas, tornava-se impossível, mais tarde, saber qual a obra original se não sobrevivesse algum exemplar das edições consideradas heréticas. Com os Aforismos de Manuel de Sá sucedeu isso mesmo.

A edição Romana de 1607 (impressa por *Bartholomaeum Zannetum, Superioribus Permissu. Sumptibus Vicentij Pelagalli... sum signo Galli* – 16º, pp. 502) marca, pois, o início da etapa das Edições Expurgadas de todos aqueles *erros* de que, o autor era acusado pelos inquisidores. Sob os olhares vigilantes de Bañes que não poupou, nem o Padre Henrique Henriques (um missionário jesuíta dos anos 1520-1600, considerado o primeiro literato Tamil entre os missionários estrangeiros da Índia e o autor de 14 obras em Tamil, incluindo uma gramática e um dicionário), nem o grande Teólogo Francisco Suarez (GEPB, 1936-1960, Vol. 26, p. 450). Um dos erros denunciados era o de admitir que a confissão podia ser enviada por carta e a absolvição dada a distância.

#### **4 - Os Aforismos, sob a censura dos Poderes Civis**

Esta obra passou ainda pelo crivo da censura civil ou laica, quer em França, quer em

Portugal.

#### **4.1 - Em França**

Em França seria censurada pelo Parlamento de Rouen, onde os Jesuítas foram de tal modo perseguidos pelos seus maiores inimigos (os Jansenistas, os Enciclopedistas ou Livres Pensadores, o *duc de Choiseul*, valido do rei), que nem o próprio Luís XV, lhes serviu de defensor.

A perseguição teve como pretexto o caso do Père Antoine Lavalette, Superior dos Jesuítas na Ilha Martinica. Este, depois de ter sido um bom missionário, meteu-se em negócios comerciais, pouco ortodoxos, ficando endividado em vários milhões, devido ao afundamento de um barco de mercadorias. A empresa credora de Marselha apresentou queixa contra ele e contra a Companhia de Jesus, movendo-lhes um processo. O caso foi examinado por uma comissão de Jansenistas e o processo civil transformou-se em processo criminal. Nestas condições, nem o Papa Clemente XIII, nem Lorenzo Ricci (o 18º Superior Geral da Sociedade de Jesus), nem o próprio Rei conseguiram impedir que a Companhia fosse extinta em Agosto de 1762 por decreto do Parlamento, seguindo-se a confiscação de todos os seus bens (Llorca, 1960, Vol. II, p. 609).

Em Rouen (capital da Alta Normandia), tiveram lugar, nesse mesmo ano, vários outros incidentes, como por exemplo, a condenação ao fogo de vários livros, entre os quais esteve a edição dos Aforismos de Manuel de Sá que tinham sido editados em Roterdão, em 1618 (Sommervogel, Idem, Col. 351).

#### **4.2 - Em Portugal**

Em Portugal também os Aforismos de Manuel de Sá seriam censurados e postos no Índice dos Livros proibidos pela autoridade régia. Foi precisamente este pequeno livro que, segundo alguns autores anticlericais e adversários da Igreja, provocou controvérsias e questões de compromisso às pessoas que desejariam levar uma vida sem barreiras e uma vida social e familiar sem constrangimentos de espécie alguma.

Após pesquisa na Biblioteca de Coimbra, consultámos o *Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, de Pereira e Rodrigues (1904-1915, Vol. VI, pp. 430s), no qual se encontra a seguinte

passagem:

*O Padre Manuel de Sá foi um pregador notável e um daqueles cujas doutrinas exacerbaram contra a Companhia de Jesus todos os homens de espírito justo. Com a sua obra em cima citada, foi um dos pregadores da nefasta doutrina, pela qual os confessores Jesuítas se assenhoreavam dos segredos das famílias e provocavam no lar doméstico, entre marido e mulher, entre pais e filhos, uma sombra sinistra e desmoralizadora.*

Esta passagem revela bem o anticlericalismo de certos quadrantes da sociedade portuguesa, e sobretudo o anti-jesuitismo, encontrado mesmo dentro de alguns sectores do clero regular, por exemplo, os *Oratorianos* que procuravam substituir os Jesuítas na Cátedra do Ensino, como se pode ver nas dezasseis cartas que compõem o Verdadeiro Método de Ensinar, escrito em 1746, por o *Barbadinho* (Padre Luís António de Verney), na questão da reforma dos Estudos e que se encontram em (Tavares, 1990, Vol. 1, pp. 208-237).

Não admira, pois, que o Marquês de Pombal o tenha alvejado com o seu zelo puritano, tal era o seu espírito justo a favor dos direitos sagrados dos cidadãos portugueses! Considerando que esse livro, mesmo depois de expurgado pelo Sagrado Palácio Romano, continuava a ser prejudicial (mas por outros motivos), aos súbditos de Sua Alteza, decretou que fosse proibido e confiscado, por Edital de 12 de Dezembro de 1771. Assim o confirmava o Professor António Leite, numa pequena nota que nos enviou e que, depois de a transcrevermos para melhor ser compreendida, deixamos uma cópia digitalizada do original que era um cartão de visita:

A Real Mesa Censória criada por D. José (ou mais verdadeiramente por Pombal), por Edital de 12 de Dezembro de 1771, proibiu e mandou confiscar, entre outros muitos livros, Os Aforismos de Manuel de Sá. Não diz o motivo específico da proibição, nem deste nem dos outros volumes mencionados, mas talvez se possa encontrar nos documentos da Real Mesa Censória que está na Torre do Tombo. Talvez fosse sobretudo por ser uma obra de um Jesuíta, ou pela Moral corrompida, e relaxada, que os mesmos Jesuítas ensinavam e escreviam por todo o mundo, como se diz no mesmo Edital. Este contém obras de autores não Jesuítas; são até a maioria.

### Ilustração 7: Nota manuscrita do Professor Doutor António Leite, S.J.

Lisboa, 17/1

Meu Sr. Sá

Apes da minha pequena informação,  
para o caso de o senhor intervir, eu meire  
em este na sua terra

A "Real Mesa Censória" criada por D. João (ou mais  
verdadeiramente por D. Miguel) por Edital de 12 de  
Dezembro de 1771, proibiu e mandou confiscar, entre  
outros muitos livros "Os Aphorismos de Manuel de  
Sá". Não se o motivo específico da proibição,  
na obra nem dos outros volumes envolvidos, mas  
talvez se possa encontrar no documento da Real Mesa

Censura de João de Faria Távila  
na obra de Manuel de Sá e família  
Moral censurada desde que os seus  
foram sumariados por todos os  
de de muitos livros de Manuel de Sá  
as famílias dos seus filhos

Estes sempre se de de de de de

Os livros de Manuel de Sá  
portugueses e espanhóis de  
S. Francisco de Paula (além de outros  
famosos espanhóis) e não apenas  
à Itália.

António Leite

Assim o confirma igualmente Martins (2005a, p. 527) quando diz que, depois de o Rei ter cometida à Real Mesa Censória a administração e a direcção dos Estudos das Escolas Menores, incluindo a do Real Colégio dos Nobres (edital de 4.6.1771), saiu a público um edital onde se proibiam especificamente as obras dos denominados Jesuítas.

Efectivamente vivia-se num tempo em que tudo era orientado pela filosofia do *regalismo* segundo a qual a soberania temporal deveria prevalecer sobre qualquer outra, nomeadamente a religiosa. Como consequência desta doutrina sairia a proibição de determinados livros perniciosos que passam agora a ser vistos na perspectiva da defesa

do Estado como se previa na Lei de 5 de Abril de 1768, sendo incluídos nesta proibição todos os livros e papéis, mesmo aqueles que fossem emanados da Santa Sé. Esta mesma lei seria seguida, em 18 de Maio do mesmo ano, do Regimento da Real Mesa Censória que prevê, não somente a inspecção de livrarias, bibliotecas e tipografias, como também proíbe todas as obras que veiculem ideias supersticiosas, ateias, e hereges.

Tal política levaria o Monarca português a cometer à Real Mesa Censória a administração e direcção dos Estudos das Escolas Menores, pelo que, no sentir de Martins (2005a, p. 527) veio a lume o Edital de 12 de Dezembro de 1771 no qual foram proibidas especificamente as obras jesuíticas, dando-se como razão o desejo de *arrancar pelas suas raízes uma tão perniciosa e mortífera cizânia que os homens, inimigos da Religião e do Estado, espalharam entre o bom e vivificante trigo da Moral Cristã*.

Todas as obras alvejadas eram rotuladas como ensinando *uma moral corrompida e relaxada que os Jesuítas ensinaram e escreveram por todo o mundo, baseados na perniciosa Ética de Aristóteles*. Essa censura pombalina dirigida contra os Jesuítas era de três categorias: a primeira exigia que os livros fossem entregues à *Secretaria do Tribunal da Real Mesa Censória para nela ficarem suprimidas*; a segunda categoria abrangia as obras proibidas e que, como tal, *deviam ser tidas, havidas e reputadas neste Reino* e a terceira atingia todas as obras que não podiam circular sem *que no princípio dos tomos apontados se fixasse uma nota das doutrinas censuradas, pela formalidade mandada estampar na Tipografia Régia* (Idem, p. 528).

Ora, na primeira categoria, a mais grave, porque as obras eram destruídas (e daí a razão de terem desaparecido edições antigas), entre muitas outras obras de autores jesuítas encontra-se, segundo a mesma autora (Idem, p. 527), o *Tiranocídio* de João Mariana e os *Aforismos* de Manuel de Sá, por ambas denunciarem os desmandos dos Príncipes tirânicos. Foi por esta razão que as edições mais antigas e mais fiéis ao pensamento destes autores (que foram colegas de ensino na Universidade Gregoriana) desapareceram.

Embora não partilhemos a opinião, nem de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, nem de Pombal, nem da Real Mesa Censória, compreendemos as razões fundamentais que levaram os inimigos dos jesuítas a renegar estes dois livros. A primeira refere-se ao



facto de neles, a autoridade real ser posta em causa seriamente como o atesta também a Sopena (1958, Vol V, sob o nome Sá, Manuel) cujas palavras soam desta maneira: *es autor entre otras obras de Aphorismi Confessariorum ex Doctorum sententiis collecti (...) obra muy atrevida, especialmente contra la autoridad real (...)*; a segunda deve-se à influência que os Jesuítas e, com eles, Manuel de Sá tiveram no que diz respeito à formação católica de todos aqueles que, no período entre os séculos 16-18, os tiveram por seus mestres e orientadores. Várias foram as gerações e vários foram os países que se formaram à luz dos ensinamentos cristãos dos Jesuítas, tanto na Europa, como nos países por esta colonizados, onde estes fundaram as suas Missões, Seminários, Escolas, Dispensários, Colégios e Universidades. Desta verdade é garante a própria Real Mesa Censória ao dizer que os Jesuítas *espalharam uma moral corrompida e relaxada (...) ensinaram e escreveram por todo o mundo*. Desta forma se aceita por dedução que Manuel de Sá tenha sido um autor e mestre de renome, cuja influência não só ultrapassou as fronteiras de um País e de um Continente, mas conseguiu ainda resistir ao tempo.

De facto, o pequeno livro dos Aforismos de Manuel de Sá encontrava-se não só à cabeceira, ou na estantes dos pregadores, confessores e curas de almas, mas acompanhava também os missionários nas suas pequenas e grandes deslocções e encontrava-se nas bibliotecas das Casas de formação Jesuíta. Manuel de Sá, desta forma, chegava, através do seu livro, a todos os lugares e a todas as gentes, transformando-se, também ele, num missionário universal *sui generis*.

Manuel de Sá pode, assim, ser considerado como um autêntico *revolucionário* da sociedade humana, como um *quebra-convenções* incómodo. Pelo seu pensamento, e pelos seus axiomas ele deu a conhecer a moral católica e tornou-se um verdadeiro elo de união entre povos de culturas tão diversas quanto distantes. Fez esbater distâncias e desvanecer diferenças. Foi um *inter-relacionador* de culturas e de indivíduos.

## 5 - Sinopse das várias etapas das edições

**Tabela 4: Edições não expurgadas**

| Ano da edição | Cidade de impressão                             | Oficina de impressão                                                                                                                          | Novidades                                                                                                                                                                                                                              | nº de páginas | Altura (cm) |
|---------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------|
| 1995          | Venetiis                                        |                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |
| 1597          | Denunciado por Bañes                            | <i>Le maître du Sacré Palais en fit retrancher ou corriger plusieurs endroits, comme s'éloignant des opinions reçues par les théologiens.</i> |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |
| 1599          | Antuérpiae                                      | Ioach.Troгнаesij                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                        | 311           | 12          |
| 1599          | Antuérpiae                                      | Ioachimi Troгнаesij                                                                                                                           | <i>Adiecti sunt difficilimis quibusque sententiis auctores sui. Editio altera recognita (Approbatio 3 Idus Dec - 1597).</i>                                                                                                            | 327º          | 12          |
| 1600          | Matriti                                         | Luduvici Sanchez                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                        | 563           | 16          |
| 1600          | Coloniae                                        |                                                                                                                                               | <i>Sumptibus (a despesas de) Petri Amorfortij</i>                                                                                                                                                                                      | 383           | 12º         |
| 1600          | Lyon                                            | Apud Ioannem Pillehotte                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                        | 624           | 12º         |
| 1600          | Parisiis                                        | Apud Jacobum Rezé                                                                                                                             | <i>Adibiti sunt quibusdam locis, ac sententiis auctores sui. Insuper et multa alia nondum edita, quae prima libri pagina habentur. Editio postrema. Emendata ac praeter omnes alias aucta ac recognita. Secundum antiquum exemplar</i> | ff 169        | 16          |
| 1600          | Parisiis                                        | Apud Petrum Chevalier                                                                                                                         | <i>E regione Sancti Hillarij</i>                                                                                                                                                                                                       | 244           | 24          |
| 1600          | Parisiis                                        | Apud Petrum Chevalie                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                        | 624           | 24º         |
| 1600          | Parisiis                                        | Apud Petrum Chevalier                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                        | 624           |             |
| 1601          | Romae                                           | Apud Alois Zannettum,                                                                                                                         | <i>Sumptibus Vicentii Pellagalli</i>                                                                                                                                                                                                   | 499           | 16          |
| 1601          | Matriti                                         | PetrumMadrigal                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |
| 1601          | Barcinone                                       | Apud Jacobum Cendrat                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                        |               | 12          |
| 1601          | Romae                                           | Apud Aloisium Zannettum,                                                                                                                      | <i>Sumptibus Vicentii Pellagalli</i>                                                                                                                                                                                                   | 499           | 16          |
| 1602          | Venetiis                                        |                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                        | 410           | 24          |
| 1602          | Coloniae                                        |                                                                                                                                               | <i>Excudebat Bertramus Bucholts</i>                                                                                                                                                                                                    | 410           | 12          |
| 1603          | Coloniae                                        |                                                                                                                                               | <i>Editio postrema, emendata, ac praeter omnes alias aucta et recognita.Excudebat Joannes Christophori Edição no Japão (GEPB, 1936-1960, Vol. 26, p. 450).</i>                                                                         | 111           | 24          |
| 1603          | Japão                                           |                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |
| 1603          | <i>Foi denunciado por Bañes a 07 de Agosto.</i> |                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |
| 1604          | Rothomagi                                       | Apud Clem. Malassis                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                        | 646           | 16          |
| 1606          | Brixiae                                         | Apud Barthol. Vincentium                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                        |               |             |

**Tabela 5: Edições Expurgadas**

| Ano edição | Cidade de impressão      | Oficina de impressão                                                                                  | Novidades                                                                                                                                                                                                       | nº de páginas      | Altura (cm). |
|------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------|
| 1607       | Romae                    | Apud Bartholomaeum Vincentium                                                                         | <i>Superiorum Permissu. Sumptibus Vicentii Pellagalli Ssub signo Galli Segundo Sommervogel (1890-1909, Vol. VII, col. 350) foi a primeira edição expurgada: C'est, je crois, la première édition expurgée.</i>  | 502                | 16           |
| 1608       | Coloniae                 | Apud Ioannem Crithium                                                                                 | <i>Adiecti sunt difficilimis quibusque locis ac sententiis Auctores sui. Editio nova, per Sacri Palatij Apostolici Magistrum expurgata, emendata, ac plurimis in locis aucta et recognita. Sub signo Galli.</i> | 412                | 12           |
| 1608       | Romae et postr. Venetiis | Apud Nicolaum Polum                                                                                   | <i>Nuper expurgatum a Reverendissimo P.M. Sacri Palatij Apost.</i>                                                                                                                                              | 502                | 24           |
| 1609       | Compluti                 | Ex officina Andreae Sanchez de Ezpeleta                                                               | <i>Hac ultima editione addita, et diligentissime correctata.</i>                                                                                                                                                | 772                | 16           |
| 1609       | Coloniae                 | Apud Joannem Chrithium                                                                                | <i>Editio Nova, secundum correctum Romanum exemplar edita. Permissu Superiorum.</i>                                                                                                                             | 395 + 10 de Índice | 12           |
| 1609       | Parisiis                 | Apud Michaellem Nivellium                                                                             | <i>Editio Nova, secundum correctum Romanum exemplar edita. Permissu Superiorum.</i>                                                                                                                             | 514                | 16           |
| 1610       | Duaci                    | Typis Ioannis Bogardi                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                 | 440                |              |
| 1611       | Venetiis                 | Apud Petrum Bertranum<br>NB. D'après un Avis au lecteur, il y eu 3 éditions différentes en trois mois | <i>Nuper accurate expurgati a Reverendiss. P. M. Sacri Palatij Apostol. Indicaris Doct. Locis, adnotationibusque per Andream Victorellum Bass. Theol. Illustrati et aucti</i>                                   | 641                | 12           |
| 1611       | Brixiae                  | Eéd. Par les imprimeurs, Jean-Baptiste et Antoine Bozzola Bernardini Bardelli, archipêtre Gargnani    |                                                                                                                                                                                                                 | 591                | 12           |
| 1612       | Coloniae                 |                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                 |                    | 12           |
| 1612       | Lugduni                  | Apud Ludovicum Muguet                                                                                 | <i>Cum privilegio Regis</i>                                                                                                                                                                                     | 772                | 16           |
| 1612       | Taurini                  |                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                 |                    |              |

|               |                                   |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
|---------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----|
| 1615          | <i>Coloniae</i>                   | <i>Apud Joannem Chrithium</i>                                                                                                        | <i>Nuper accurate expurgati a Reverendiss. P. M. Sacri Palatij Apostol. Indicaris Doct. Locis, adnotationibusque per Andream Victorellum Bass. Theol. Illustrati et aucti. Editio ultima prioribus correctior.</i> | 550<br>pour<br>650 | 12 |
| 1615          | <i>Antuerpiae</i>                 |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1615          | <i>Duaci</i>                      |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    | 714                | 16 |
| 1616          | <i>Romae</i>                      | <i>Apud Bartholomaeum Vincentium</i>                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                    | 557                | 12 |
| 1616          | <i>Romae</i>                      | <i>Jean-Baptiste et Antoine Bozzola</i>                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1617          | <i>Rothomagi, Osmont</i>          |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1618          | <i>Rothomagi, Osmont</i>          | <i>Nb. : C'est cette dernière édition qui fut condamnée au feu par le Parlement de Rouen, en 1762 (Sommervogen, Idem, Col. 351).</i> |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1618          | <i>Antuerpiae, Duaci, Lugduni</i> |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1619          | <i>Taurini, Brixiae</i>           |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1620          | <i>Lugduni, Rothomagi</i>         |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1621          | <i>Coloniae</i>                   |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1622          | <i>Antuerpiae, Lugduni</i>        |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1623          | <i>Duaci, Antuerpiae</i>          |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1624,<br>1627 | <i>Romae</i>                      |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1627<br>1632  | <i>Duaci</i>                      |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    |    |
| 1655          | <i>Rothomagi</i>                  |                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1669          | <i>Lugduni</i>                    | <i>Fr. Comba</i>                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1684          | <i>Parisiis</i>                   | <i>J. Fr. Du Bois</i>                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                    |                    | 12 |
| 1702          | <i>Lugduni</i>                    | <i>Apud Joannem Pillehotte</i>                                                                                                       | <i>NB.: Editio Postrema.</i>                                                                                                                                                                                       | 606                | 12 |
| 1768          | <i>Lisboa</i>                     |                                                                                                                                      | <i>Real Mesa Censória condena os Aforismos de Manuel de Sá, incluindo-o no Index dos Livros Proibidos</i>                                                                                                          |                    |    |

## 6 - As Traduções dos Aforismos

### 6.1 - As Traduções de Rouen e de Paris

A importância destas numerosas edições feitas em vários países e cidades, é acrescida

das traduções que foram feitas do seu original latino, principalmente a tradução em língua francesa. Para melhor serem consultados pelo clero, fez-se, em Rouen, em 1603, uma tradução com o seguinte título:

*Les Aphorismes des Confesseurs colligez des sentences  
des Docteurs de l'Eglise universelle, par Emanuel Sá,  
Docteur en Théologie de la Société du Nom de Jésus. Les  
docteurs sont cotez et citez.*

*Revues, et corrigez et augmentez en ceste dernière édition.  
À Paris, chez Regnault Chaudière, rue S. Jacques à l'ecu  
de Florence, 1603. Avec Privilège du Roy, 12° ff. 239 slt.*

O autor do artigo sobre Emanuel de Sá da *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus* (Sommervogel, Tom. VII, col. 352), não esqueceu a advertência que se encontra no fim desta tradução francesa que diz textualmente, *ces aphorismes n'ont pas été imprimés à Paris, comme il est dit sur le titre, mais contrefaits à Rouen, au préjudice de Chaudière*. Talvez tenha havido dificuldades em Paris, após o privilégio do Rei, e os interessados na publicação os tenham enviado a Rouen para ali serem impressos.

## **6.2 - A Tradução de Lyon**

Mais tarde, em 1627, a cidade de Lyon teria também uma tradução francesa cujo título se apresentaria desta forma: *Les Aphorismes des Confesseurs, recueillis des sentences des Docteurs de l'Eglise. Avec un traité des Usures. Le tout composé par Emanuel Sá, Docteur en Théologie de la Compagnie de Jésus. Et revue selon l'exemplaire corrigé par le M. du Palais Sacré de Rome, par le commandement de N.S.P. le Pape Clément VIII. Nécessaires aux Curés, Vicaires et Confesseurs qui ont charge d'âmes. A Lyon, chez Claude Rigaud et Claude Obert, M.DC.XXVII, 16°, pp. 775* (Sommervogel, 1890-1909, Vol. VII, Col. 352).

## **6.3 - Razão da tradução de Lyon**

Deste título, podemos recolher duas notícias interessantes. A primeira refere-se ao texto ou à edição latina e a segunda refere-se à tradução francesa. O texto francês tinha sido feito e revisto segundo o exemplar corrigido a mando do Papa Clemente VIII. Esta tradução tinha, também, segundo o mesmo (Ibidem) um tratado sobre as *Usuras* que pertencia igualmente a Manuel de Sá e que não chegou até nós (talvez seja devido a esse tratado desaparecido, ou tornado propriedade de outrem, que apenas 16 máximas se encontrem nos *Aphorismi* (1609, pp. 393-394). Relativamente à tradução, diz-se

claramente a razão da sua predilecção em relação ao texto latino. É considerada *nécessaire*, tanto aos Curas e Vigários, como aos Confessores que têm fiéis a seu cargo.

Tanto a multiplicidade de edições, 57 pelo menos, do texto latino, e quatro em língua francesa, como as datas dessas mesmas que se estendem até 1702, isto é, desde os finais do século 16 (1595) até aos inícios do século 18 (1702), demonstram bem o papel que deverá ter desempenhado este pequeno livro em toda a Europa e suas possessões ou protectorados. Poderemos dizer que serviu de forja onde a Igreja Católica moldou uma grande parte do seu clero e dos seus fiéis. Jogando com as palavras, os franceses diziam que traziam nas mãos *le petit Manuel*, o pequeno Manual ou Manuel que, embora pequeno no seu formato, era grande relativamente à matéria que nele se encerrava, exactamente como o nome do seu próprio autor.

Desta obra dá testemunho Tellez (1645, p. 196) dizendo: (...) *tam conhecido ao diante no mundo todo por suas obras que nos deixou impressas, em especial por aquele livrinho de ouro, a quem com razam, chamamos Manual: porque na verdade, anda nas mãos de todos* e ainda *Fabrii Monumenta*, (pp. 477 / 426), onde se diz que o vocábulo *Manual* (em Francês, *Manuel*) procede do lat. tardio *Manuale* (na *Glosa* de Isidoro de Sevilha) e traduzia o grego *Enkeiridion*, isto é, *livro pequeno, portátil, manual* que era o título do Manual de Epicteto, por via culta. Título idêntico tinha já sido dado, segundo Machado (1977, Vol. IV, p. 54), à obra de Frei Rodrigo do Porto (*Manual de Confessores e Penitentes*) que foi impressa em Coimbra, no ano de 1560.

## 7 - Sua Composição: Organização e Método

O estudo que estamos a realizar baseia-se sobretudo, na edição de Colónia de 1609, impressa por João Crísio segundo as correcções do exemplar romano. Por especial favor dos Jesuítas da Biblioteca da Brotéria, possuímos, em fotocópia, um exemplar dessa edição de Colónia.

Este exemplar possui 595 páginas de texto e 10 de índice. As medidas de cada página são, em centímetros: 12x7. O seu último aforismo diz o seguinte: *Hospitali habenti Curam, vel annexo Ecclesiae curata, potest prefici Religiosus* que pode traduzir-se por *Religioso que cuide do hospital ou tenha a seu cuidado aquele que esteja anexo à Igreja, pode presidir aos seus destinos* (Sá, 1609, p. 595, nº 7).

O livro começa com a palavra *Abas* (abade) que reenvia o leitor para vários outros termos, entre os quais *Absolutio* (Absolvição) que passa a desenvolver, desde o nº 1 até ao nº 25 (Sá, 1609, pp. 1-6). No nº 8 (Idem, p. 3) temos o seguinte aforismo: *Absolutio sacramentalis non potest dari absenti in ullo prorsus casu quicquid aliqui in contrarium docuesisse. Ita declaravit Clemens Papa VIII*. Este aforismo, porém, no texto das edições não expurgadas, por exemplo na edição de 1599 (exemplar conservado na Biblioteca de Paris), e nas edições de 1600 da Biblioteca Nacional de Lisboa, na página correspondente, estava na forma afirmativa, ou seja: *Absolutio sacramentalis potest dari absenti (...)*.

## 8 - Sinopse do primeiro fólio

Vamos proceder, agora a um estudo sinóptico de quatro edições diferentes, tanto relativamente ao tempo e espaço, como ao seu próprio conteúdo.

**Tabela 6: Sinopse do primeiro fólio das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619)**

| Fólio      | Edição 1600<br>( <i>Lugduni, apud Ioannem Pillehotte</i> )                                                                     | Edição 1608<br>( <i>Romae et postea Brixiae, apud Fontanam</i> )                                                                          | Edição de 1609<br>( <i>Coloniae, Apud Ioan. Crithium</i> )     | Edição 1619<br>( <i>Taurini Apud HH.Dominici Tarini</i> )                                                                                  |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1<br>Rosto | Título: <i>Aphorismi Confessariorum ex Doctorum Sententiis collecti. Auctore Emanuele Sa Doctore Theologo Societatis Iesu.</i> | Título: <i>Aphorismi Confessariorum, ex Doctorum Sententiis collecti. Auctore Emanuele Sá Lusitano, Doctore Theologo Societatis Iesu.</i> | Idem                                                           | Título: <i>Aphorismi Confessariorum, ex Doctorum Sententiis collecti. Auctore Emanuele Sa' Lusitano, Doctore Theologo Societatis Iesu.</i> |
|            | -----                                                                                                                          | <i>Nuperrime expurgati à Reverendis. P. M. Sacri Palatii Apostol.</i>                                                                     | -----                                                          | <i>Nuperrime expurgati à Reverendis. P. M. Sacri Palatii Apostol..</i>                                                                     |
|            | -----                                                                                                                          | -----                                                                                                                                     | <i>Editio Nova, Secundum correctum Romanum Exemplar, edita</i> | -----                                                                                                                                      |
|            | -----                                                                                                                          | -----                                                                                                                                     | <i>Permissu Superiorum.</i>                                    | -----                                                                                                                                      |
|            | -----                                                                                                                          | -----                                                                                                                                     | -----                                                          | Indicatis Doct.locis Annotationibusque; per Andream Victorel. Bass. Theol. Illustrati, et aucti                                            |

|  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                             |
|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | -----                                                                                                                                                                                                                                                              | -----                                                                                                               | His accesserunt<br>postrema hac editione,<br>eiusdem Victoreli<br>copiose additiones<br>singulis capitibus<br>appositae                                                                                                                     |
|  | Monograma Jesuíta,<br>formado por 3 círculos:<br>o do centro possui uma<br>cruz grega, o<br>Monograma IHS tendo<br>por baixo 3 cravos com<br>a cabeça para cima em<br>forma de triângulo; o<br>segundo é constituído<br>por raios de glória e o<br>terceiro tem o dístico:<br><i>Nomen Domini +<br/>Laudabile</i> | Monograma Jesuíta,<br>encimado por uma cruz<br>feita com asteriscos,<br>sendo os braços<br>constituídos por quatro<br>asteriscos (dois de cada<br>lado); por baixo do<br>Monograma IHS vêem-<br>se três setas (cravos) a<br>apontar para cada uma<br>dessas letras | Monograma.<br>Figura oval<br>com IHS ao<br>centro,<br>encimadas por<br>uma cruz e<br>tendo por baixo<br>três cravos | O Monograma é<br>diferente. Num círculo,<br>está um leão que segura<br>com a pata direita da<br>frente uma salva com<br>algo escrito, mas<br>indecifrável. Parece<br>serem as letras G.D.J.<br><br>Por cima está uma fita<br>com um dístico |
|  | <i>Lugduni</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | <i>Romae et post Brixiae<br/>(Bréscia),</i>                                                                                                                                                                                                                        | <i>Coloniae</i>                                                                                                     | <i>Taurini,</i>                                                                                                                                                                                                                             |
|  | <i>Apud Ioannem<br/>pillehotte</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                | <i>Apud Fontanam. 1608</i>                                                                                                                                                                                                                                         | <i>Apud Ionnem<br/>Crithium</i>                                                                                     | <i>Apud HH.Io.Dominici<br/>Tarini</i>                                                                                                                                                                                                       |
|  | <i>Sub signo nominis<br/>IESU M. DC.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                          | <i>Superiorum Permissu.</i>                                                                                                                                                                                                                                        | <i>Sub signo<br/>Galli. Anno<br/>M.D.CIX</i>                                                                        | <i>M. DC.XIX</i>                                                                                                                                                                                                                            |
|  | -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <i>Col. S. Andreae Poenit.<br/>Ponon..</i>                                                                                                                                                                                                                         | -----                                                                                                               | -----                                                                                                                                                                                                                                       |

## 8.1 - Conclusões do primeiro fólio

### 8.1.1 - Semelhanças

O título da obra é o mesmo nas três edições; a menção *Nuperrime expurgati à Reverendis. P. M. Sacri Palatii Apostol* existe nas edições de 1608 e 1619, faltando na de 1609. Também o Monograma jesuíta, embora sob formas diferentes, está presente nas três edições.

### 8.1.2 - Diferenças

A menção *Editio Nova, Secundum correctum Romanum Exemplar, edita* encontra-se apenas na edição de 1609; a anotação *Permissu Superiorum* só existe na edição de 1608; A anotação *Indicatis Doct.locis Annotationibusque; per Andream Victorel. Bass. Theol. Illustrati, et aucti* só existe na edição de 1619; a anotação *His accesserunt postrema hac editione, eiusdem Victoreli copiose additiones singulis capitibus appositae*, só aparece



na edição de 1619; Os locais de impressão são diferentes, Roma (e depois em Brixiae-Brescia), Colónia e Turim, respectivamente; a edição de 1619 em vez da permissão dos superiores da edição de 1608, diz ser impressa sob o *signo galli*.

## 9 - Sinopse do segundo fólio

**Tabela 7: Sinopse do 2º Fólio das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619)**

| Fólio | Edição 1600<br>(Lugduni, apud Ioannem Pillehotte) | Edição 1608<br>(Romae et Brixiae, apud Fontanam)                                               | Edição de 1609<br>(Coloniae, Apud Ioannem Cri thium) | Edição 1619<br>(Taurini Apud HH. Dominici Tarini)                                                                                                                                                                                                                            |
|-------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2     | -----                                             | -----                                                                                          | -----                                                | <i>Illustrissimo Ac Reverendissimo D.D. Philiberto Milieto Archiepiscopo Taurinensi Máximo Sacri Ordinis Annunciatae Cancelario, etc. Ioannes Baptista Tarinus. S. P. D. Dedicatória a Filiberto Mileto: Quod tibi symbolum immortalitatis maiorum tuorum parudentia....</i> |
|       | -----                                             | <i>Imprimatur, si placet Referendiss. P. Magistro Sacri Palactij, B.Espisc.Arim. Vicesger.</i> | -----                                                | -----                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|       | -----                                             | <i>Imprimatur. Fr. Io. Maria Brasicchellen. Sacri. Palatij Apostolici</i>                      | -----                                                | -----                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|       | -----                                             | <i>Imprimatur Brixiae (Bréscia). Antonius Arboreus Vic. Dia 5 Augusti 1607</i>                 | -----                                                | -----                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|       | <i>Oratio ad Beatissimam Dei Matrem</i>           |                                                                                                | <i>Oratio ad Beatissimam Dei Matrem</i>              |                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <p><i>Edidi nuper, sub filij<br/>tui nomine, Virgo<br/>Beatíssima,<br/>Notationes in totam<br/>Scripturam sacram:<br/>cui enim potius librum<br/>dicarem neminem<br/>reperi. Secundum<br/>autem Dei Filium cui,<br/>nisi Dei Matri, opus<br/>hoc dedicem? Accipe<br/>igitur, Sapienciae<br/>divinae Sacrarium,<br/>libelum hunc, ex<br/>sapientium Virorum<br/>sententijs concinatum;<br/>tuoque praesidio sic<br/>tuere et promove, ut<br/>ad multorum proficiat<br/>aeternam.<br/>Amen</i></p> | ----- | <p><i>Edidi nuper, sub filij<br/>tui nomine, Virgo<br/>Beatíssima,<br/>Notationes in totam<br/>Scripturam sacram:<br/>cui enim potius librum<br/>dicarem neminem<br/>reperi. Secundum<br/>autem Dei Filium cui,<br/>nisi Dei Matri, opus<br/>hoc dedicem? Accipe<br/>igitur, Sapienciae<br/>divinae Sacrarium,<br/>libelum hunc, ex<br/>sapientium Virorum<br/>sententijs concinatum;<br/>tuoque praesidio sic<br/>tuere et promove, ut<br/>ad multorum proficiat<br/>aeternam salutem.<br/>Amen</i></p> | ----- |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|

## 9.1 - Conclusões sobre o segundo fólio

### 9.1.1 - Semelhanças

Não há nenhuma.

### 9.1.2 - Diferenças

Na edição de 1619 começa-se com a Dedicatória ao Arcebispo de Turim. Esta ocupará todo o Folio 2 e parte do 3; Na edição de 1608 temos três vezes o *imprimatur*, sendo o 1º o do Vicesger do *Magistro Sacri Palactij*, o 2º o do *Fr. Io. Maria Brasicchellen. Sacr. Palatij Apostolici* e o 3º (dado em Bréscia (Brixiae) o do Vigário Antonius Arboreus no dia 5 Augusti 1607. Outras diferenças residem no facto de nada existir na edição de 1609 acerca do *imprimatur* e da dedicatória, e ainda no facto de não existir *imprimatur* na edição de 1619. Além disso só a edição de 1609 inicia a oração à virgem neste fólio.

## 10 - Sinopse do terceiro e quarto fólhos

**Tabela 8: Sinopse do 3º e 4º Fólhos das quatro edições (1600, 1608, 1609, 1619)**

| Fólio | Edição<br>1600<br>(Lugdun<br>i, apud<br>Ioannem<br>Pillehott<br>e) | Edição<br>1608<br>(Romae et<br>post.<br>Brixiae,<br>apud<br>Fontanam)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Edição de 1609<br>(Coloniae, Apud<br>Ioannem Cri thium) | Edição 1619 (cont.)<br>(Taurini Apud<br>HH.Dominici Tarini)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3     | -----                                                              | <p>Imagem de Nossa Senhora da Assunção a ser elevada ao Céu e, por baixo, o túmulo vazio.</p> <p>Do outro lado:</p> <p><i>Oratio ad Beatissimam Dei Matrem. Edidi nuper, sub filij tui nomine, Virgo Beatíssima, Notationes in totam Scripturam sacram: cui enim potius librum dicarem neminem reperi. Secundum autem Dei Filium cui, nisi Dei Matri, opus hoc dedicem? Accipe igitur, Sapienciae divinae Sacrarium, libelum hunc, ex sapientum</i></p> | -----                                                   | <p>Ao fim da Dedicatória encontra-se uma figura representado só pela cabeça envolta em ramos de palmeira, flores e outras plantas. Do outro lado do Folium encontra-se uma <b>Longa oração à Virgem:</b></p> <p><i>Oratio ad Beatam Virginem Mariam, (com 29 linhas neste mesmo Folium e com 33 no folium 4): Obsecro te Domina Sancta Maria, mater Dei, pietate plenissima, summi Regis filia, mater gloriosíssima, mater orphanorum, cosolatio desolatorum, via errantium, talus omnium in te sperantium, virgo ante partum, virgo in partu, et virgo post partum: fons misericordiae, fons salutis, et gratiae, fons consolationis, et indulgentiae, fons pietatis, et laetitiae, fons vitae, et veniae: per illam sanctam et ineffabilem laetitiam, qua exultavit spiritus tuus in illa hora, in qua tibi per Gabrielem Archangelum annunciatus, et conceptus filius Dei fuit. Et per illam sanctam, et ineffabilem humilitatem, in qua respondisti Archangelo Gabrieli: Ecce ancilla Domini, fiat mihi secundum verbum tuum : Et per illud Divinum mysterium, quod tunc operatus est in te spiritus sanctus, et per ineffabilem gratiam, pietatem, misericordiam, amorem, et humilitatem, per quas filius tuus dominus noster Iesus Christs descendit accipere humanam carnem in venerabilissimo utero tuo. Et per gloriosíssima quindecim gaudia, quae habuisti de filio tuo Domino nostro Iesu Christo: et per illam sanctam, et maximam compassionem, et acerbissimum cordis dolorem, quem habuisti, quando filium tuum dominum nostrum Iesum Christum ante crucem nudatum, et in ipsa levatum, pendentem, crucifixum vulneratum, sicientem, amarissimum potum, fel, et acetum ori eius apponi vidisti, Eli clamantem audisti, et morientem vidisti. Et per quinque vulnera eiusdem filij Tui, et per contractionem viscerum tuorum prae nimio dolore vulnerum eius, et per dolorem quem habuisti quando vidisti eum vulnerari. Et per fontem sanguinis sui: et per opem passionem eius, et dolorem</i></p> |

|  |       |                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|--|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |       | <p><i>Virorum<br/>sententia<br/>concinatum;<br/>tuoque<br/>praesidio sic<br/>tuere et<br/>promove, ut<br/>ad multorum<br/>proficiat<br/>aeternam<br/>salutem.<br/>Amen</i></p> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <p><i>cordis Tui, et per fontes lachrimarum tuarum<br/>ut cum omnibus sanctis, et electis Dei venias,<br/>et festines in auxilium, et consilium meum, in<br/>omnibus orationibus, et petitionibus meis; in<br/>omnibus angustiis, et necessitatibus meis, et in<br/>omnibus illis rebus, in quibus ego sum aliquid<br/>facturus, et locuturus, aut cogitaturus omnibus<br/>diebus, ac noctibus, horis, atque momentis<br/>vitae meae. Et mihi famulo tuo N. impetres à<br/>dilecto filio tuo Domino nostro Iesu Christo<br/>virtutum omnium complementum, cum omni<br/>misericórdia, et consolatione, omni consilio, et<br/>adiutorio, omni benedictione, et<br/>sanctificatione, omni salvatione, pace, et<br/>prosperitate, omni gaudio, et alacritate: etiam<br/>abundantiam omnium bonorum spiritualium, et<br/>corporalium et gratia sancti Spiritus qui me<br/>bene per omnia disponat, animam meam<br/>custodiat, corpus meum regat, et protegat,<br/>mentem erigat, mores componat, actus probet,<br/>cogitationes sanctas instituat, praeterita mala<br/>indulgeat, praesentia emendet, et futura<br/>moderetur, vitam honestam, et castam mihi<br/>tribuat, fidem, spem, et charitatem mihi<br/>praestet; articulos fidei firmiter credere, et<br/>praecepta legis observare me faciat: sensus<br/>corporis mei regat, et protegat, et à peccatis<br/>omnibus me semper liberet, et defendat usque<br/>in finem meum: hanc orationem suppliciter<br/>exaudiat, et suscipiat, et vitam aeternam mihi<br/>tribuat. Audi, et intercede pro me dulcíssima<br/>virgo Maria mater Dei, et misericordiae.<br/>Ámen.</i></p> |
|  | ----- | -----                                                                                                                                                                          | <p><i>PraefacioNi consulens<br/>si brevitati studens, id<br/>consilij ceperim,<br/>Viros doctissimos in<br/>hoc scribendi genere<br/>imitatus, cum prese<br/>rtim in hoc opus per<br/>annos fere quadra<br/>ginta diligen-tissime<br/>incubuerim; Quo<br/>autem id fructu, docti<br/>iudicabunt: mihi satis<br/>fuerit ad Dei gloriam<br/>et animarum salutem,<br/>hunc tantum studio<br/>libelum composuisse.<br/>Vale in Christo.<br/>Imprimatur, si placet<br/>Reverendiss. P.<br/>magistr. Sacri.<br/>Palatij. B. Episc.<br/>Arim. Viceger.</i></p> | -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|  | ----- | -----                                                                                                                                                                          | <p><i>Imprimatur Fr. Io<br/>Maria Brasi-chellen.<br/>Sacri Palatij<br/>Apostolici Magister.</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | -----                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

## 10.1 - Conclusões sobre o 3º Fólio

### 10.1.1 - Semelhanças

As quatro edições (1600, 1608, 1609 e 1619) têm uma oração à Virgem Maria.

### 10.1.2 - Diferenças

- O título da oração dirigida a Nossa Senhora não coincide nas quatro edições presentes, pois, em vez da simplicidade e carinho da expressão *Oratio ad Beatissimam Dei Matrem* das Edições 1600, 1608 e 1609, temos a expressão mais seca *Oratio ad Beatam Virginem Mariam* na edição de 1619. Portanto, de *Beatissimam* passa a *Beatam* e de *Dei Matrem* (Mãe de Deus) passa a *Virginem Mariam* (*Virgem Maria*) o que demonstra um menor carinho, mas uma teologia mariana mais ambiciosa.
- As edições de 1600, 1608 e 1609 têm a mesma oração *ad Beatissimam Dei Matrem* muito curta, à maneira do estilo de Manuel de Sá, enquanto a edição de 1619 apresenta uma oração muitíssimo mais longa, em nada concordando com o estilo do mesmo autor.
- Na edição de 1619, em vez do *imprimatur*, existe uma grande dedicatória ao Ilustríssimo Arcebispo de Turim, Filiberto Mileto, onde se lhe tecem rasgados elogios, acerca da imortalidade do seu nome e dos seus feitos. Não pede o *imprimatur* por achá-lo desnecessário, e por isso mesmo diz:

(...) *Quo fit ut quaecunque praecepta quae ad immortalitatem tendunt, quorum aliquot Emanuel Sà vir pius, et Doctus in Aphorismos Confesariorum digessit, id opusculum typis ornatum, et sententijs locupletatum, tibi minimè dedicare, nec potuerim, nec debuerim cum immortalitatis instrumenta, tibi immortalitatis cultori debeantur. Accipias igitur iure tuo, quod Tui nomine immortalitati, in immortalitate mea erga te observantiae testimonium Do dico dedico.*

Ora bem: a oração mais longa apresenta uma dificuldade. À primeira vista, não parece ser da autoria de Manuel de Sá, pois não concorda com o seu estilo sintético. Existem duas hipóteses: ou foi acrescentada pelo editor, em defesa da teologia mariana, tão atacada ela era nos meios protestantes dessa altura, ou é do próprio Manuel de Sá, mas, neste caso, teria sido um resumo da sua teologia mariana que, nesta edição, foi utilizada pelo editor, em forma de oração. Na verdade, o estilo que, aqui, se apresenta não

concorda com o estilo que o autor utiliza, tanto nas orações (cf. *Oratio Auctoris ad Christum*, in *Notationes*, 1601, fol. 2), como nos Aforismos e nas duas obras de exegese.

Da oração mais curta podemos recolher várias informações, tais como: que tinha editado, recentemente, as *Notationes in totam Scripturam Sacram*; que as dedicara ao Filho de Deus; que este livrinho que agora ia ser editado – os Aforismos – seria dedicado à Mãe de Deus; que ele foi elaborado a partir das sentenças de homens sábios; finalmente, pede à Virgem Maria que cuide e promova esta obra, para que, por meio dela, muitos alcancem a vida eterna.

Segue-se uma chamada de atenção *Auctor Lectoris*, existente somente nas edições 1600 e 1609 (de entre as quatro edições analisadas) dirigida aos leitores. Nesta nota o autor - adverte os leitores acerca da natureza desta obra, salientando que:

- o Coligiu muitas coisas dos doutores sobre os *Casos de Consciência* com o fim de ajudar os confessores, nas suas dúvidas;
- o A maneira como estão dispostos – pequenas sentenças por ordem alfabética – facilitará a sua consulta;
- o Os nomes dos autores e as suas obras consultadas serão abreviados ou mesmo eliminados quando estes são muito conhecidos;
- o Aqueles, porém, que devido à sua *imperitia*, desconhecem esses autores e suas respectivas obras, deverão fazer fê naquilo que lhes é proposto;
- o Caso contrário o livro tornar-se-ia demasiado longo e maçador, extravasando o seu fim: ser breve e, na brevidade, ser claro para a glória de Deus e salvação das almas e, assim, cumprir os desejos dos seus superiores;
- o Além disso, a obra, ou seja, a *transmissão* do fruto da sua *investigação* (segunda componente do Método), não foi composta de ânimo leve, pois são o fruto de quarenta anos de trabalho minucioso (como ele próprio anota na advertência que faz ao seu leitor (*Auctor Lectoris*) a servir de prefácio.

O Prefácio só aparece na Edição de 1609, ou seja, na Edição de Roma e Brixiae

(Bréscia) e, imediatamente a seguir à nota *Auctor Lectoris*, à qual segue o *Imprimatur* de Fr. Io. Maria Brasichelen – *Saccri Palatii Apostolici Magister. Terminada esta apresentação, repete-se o título APHORISMI CONFESSARIORUM EX Doctorum senrrentiis collecti*, começando a lista dos aforismos com o vocábulo ABBAS.

Prosseguindo a nossa análise sobre a edição de 1609, verificamos ainda três grandes diferenças entre a edição 1600 de Lyon e as restantes: a de 1600 não tem Índice; não possui numeração para os vários aforismos de cada título ou vocábulo em análise; a *APROBATIO* está na última página (624) e foi dada em Antuérpia, Dezembro 1597.

A ordem seguida em todas as edições é aquela que se crê mais prática: a alfabética, como já foi referida, progredindo de *Abbas* até *Xenodochium, seu Hospitale*. Em quase todos os vocábulos abordados existe uma ordem de chamada (*Vide*) para a consulta de outros vocábulos que têm alguma relação com o vocábulo principal. Por exemplo:

- em *Abbas* temos: *vide Benedictio, Ordo, Religio, Statutus, Abbatissa, vide, Religio, Abortus, vide Homicidium*;
- em *Princeps* temos: *vide Dominus, Lex, officium*, e assim por aí adiante;
- no assunto sobre *Episcopus* (o Bispo) diz: *vide Absolutio, Beneficium, Confessor, Consuetudo, Dispensatio, Electio, Exemptus, Ius, Patronatus, Matrimonium, Princeps, Religio, Residentia, Verbera, Votum*, assuntos que também dizem respeito aos Bispos.

A terminar o livro vem, depois da página 395, um *Índex* final com 8 (oito) páginas em ordem alfabética também com o respectivo número das páginas;

O seu conteúdo é uma síntese de Teologia Moral e de Direito Canónico desse tempo. Basta consultarmos o índice para verificarmos a amplitude de informação nele contida. À excepção das letras (Z) e (Y), todas as outras letras do alfabeto são utilizadas pelo autor para introduzir problemas ou casos de consciência diversos, no intuito de lhes dar a solução mais adequada, segundo a opinião dos doutores e/ou segundo a sua própria opinião.

## 11 - Autoridade e génio desta obra

### 11.1 - Valor intrínseco

Para além dos exemplos já citados, continuamos a observar que todos os temas se encontram interligados, puxando ou chamando uns pelos outros. De facto, se considerarmos o Vocábulo/tema *Absolutio* (p. 1), encontramos aí mencionados todos aqueles temas que, com ele se encontram relacionados: *casus reservatus*, *confessio*, *Contritio*, *Episcopus*, *Excommunicatio*, *Exemptus*, *Satisfactio penitentialis* que se encontram respectivamente nas páginas 30, 48, 69, 115, 126, 147, 341.

Ora, vejamos como Manuel de Sá procedeu na apresentação do seu livro:

- passando ao primeiro vocábulo/tema que nos foi pedido ver, isto é, *Casus Reservatus* (p. 30) fecha-se o círculo com a chamada de atenção (*vide Absolutio*);
- consultando o vocábulo *Episcopus* (p. 115) somos reenviados a *Absolutio*, *Beneficium*, *Confessor*, *Consuetudo*, *Dispensatio*, *Electio*, *Exemptus*, *Ius Patronatus*, *Matrimonium*, *Princeps*, *Religio*, *Residentia*, *Verbera*, *Votum*;
- tomando o vocábulo *Excommunicatio* (p.126) somos reenviados para *Clericum*, *Furtum*, *Interdictum*, *Missa*, *Sacramentum*;
- consultando o vocábulo *Satisfactio* (p. 341), somos reenviados a *Confessio*, *Horae Canonicae*, *Missa*.

Quer dizer: este livro é, além de um livro de Moral e de Direito Canónico, uma autêntica *Concordância* de temas e sub-temas dessas duas disciplinas, que facilita a sua consulta, não só aos Confessores e Curas de Almas, como também ainda a qualquer estudioso que queira informar-se rapidamente ou deseje divertir-se com a posição dos teólogos desse tempo sobre o variado mundo do saber e da ética e moral católicas.

Sob este último ponto de vista, esta obra é ainda hoje um tesouro preciosíssimo, embora ignorado pela maioria dos estudiosos. Consultem-no todos, sob o aspecto que lhe seja mais caro e próprio e nele encontrarão, certamente, axiomas que lhe dizem respeito. Podem consultá-lo: o médico (208) e o enfermo (195); o rei, o príncipe (313), e o servo (346); o tirano (371) e o Militar (270); o Senhor (52) e o servo (346); o Juiz (214), o



Notário (286) e o Réu (221); o Superior e o súbdito (356); o próximo (316); o santo (341); o Pároco (299); o Bispo (115); o fâmulos (151); o Papa (296); a criança – *infans* até aos sete anos de idade (194), a criança – *Puer ante septennium non ligantur legibus ecclesiae* (316), o Menor (270), os Pais (297), o guarda (*Custos*); o Tutor (72); o Histrião (178); o jogo ou divertimento, como a tourada (245). Todas essas personagens ou personificações poderão servir de referência relativamente aos deveres e direitos que encontram eco em realidades do nosso próprio tempo.

### 11.2 - Valor extrínseco

A forma sintética e clara com que a obra foi concebida e efectuada resultou de dois imperativos: o uso prático e rápido dos seus utilizadores e o conselho dos superiores (...) *virique vero beni consulent si brevitati studens, id consilii ceperim*, como o afirma na *Auctor Lectoris* que serve de Prefácio.

A finalidade da sua composição não foi uma afirmação pessoal nem uma auto-glorificação, mas sim a glória de Deus (*Dei Gloriam*) e a salvação das almas (*animarum salutem*), como o afirma o autor na *oração/dedicação* à Virgem Maria e, sobretudo no *Praefatio*.

Obra de valor incalculável, foi muito apreciada por muitas gerações de confessores e de estudiosos como se deduz das múltiplas edições em vários Países e cidades e das suas traduções, como já tivemos oportunidade de verificar.

Foi uma coluna da Escola Jesuíta, contra a qual lutou a Escola Dominicana, sobretudo em França. Os primeiros representavam a Escola de Lyon, enquanto a de Paris era representada pelos segundos na questão da *probabilidade* e que se resumia no seguinte: os Jesuítas defendiam que uma pessoa podia praticar um acto se, fundado na opinião de uma autoridade ou razão válida, crê que é provável ser-lhe permitido fazê-lo, embora o contrário seja mais seguro. É suficiente que a sua opinião se apoie na opinião dum doutor conceituado: *potest quis facere quod probabili ratione vel auctoritati putat licere, etiam si oppositum tutius sit. Sufficit autem opinio alicuius gravis Doctoris* (Sá, 1609, *Aphorismi Confessariorum* (...), p. 101 - o terceiro aforismo sobre *Dubium*).

Este aforismo foi objecto de uma tese de Teologia defendida por Jesuítas nos seus

colégios de Lyon, a 26 de Agosto de 1696, contra a qual se levantaram os Dominicanos, como consta duma carta dirigida a um doutor da Sorbonne retirado de *Recueil des lettres sur plusieurs points de Morale* (1697, pp. 105-125).

Além de outras proposições (no total de 9), a tese, defendida no Colégio Jesuíta de Lyon no dia 26 de Agosto de 1697 trata de *dispute de la Probabilité* e foi acusada por *un docteur de Sorbonne* como sendo errónea e ir contra os ensinamentos da Igreja, numa carta que ocupa as páginas 110 a 125 desse documento.

Depois da primeira proposição, segundo a qual não é possível existir o pecado meramente filosófico, avança com a segunda que tem a ver com a possibilidade de seguir, em moral, a opinião menos provável. Esta assenta na doutrina de Manuel de Sá. (1609, pp. 100-101), segundo o qual se pode seguir a opinião menos provável, contanto que esta se baseie num autor conceituado. Ora a segunda proposição da tese criticada pelo *docteur de Sorbonne*, diz o seguinte:

*É permitido seguir toda a espécie de opiniões, certamente prováveis na prática, quando elas são igualmente ou menos prováveis que as opiniões contrárias. Este sentimento é a voz da verdade estrita e não da falsidade relaxada; ao contrário, o sentimento oposto não leva menos ao relaxamento da disciplina dos costumes. Nenhum Decreto dos Soberanos Pontífices enfraquece esta tese mas antes a confirmam...- Chamamos opinião provável aquela que se apoia num motivo importante*

A refutação dada pelos Dominicanos segue os moldes *canónicos*, isto é, de forma inalterável e acostuada, aplicada a todas as proposições que eram julgadas erróneas, dirigindo-se aos *Nosseigneurs les Evêques & le Saint Siège (...)* (ou *Nosseigneurs les Evêques & nôtre Saint Père le Pape*) *jugeront s'il leur plaît, si cette conséquence (...), « si cette Thèse, etc.*

*Nosseigneurs les Évêques et notre Saint Père, le Pape, jugeront s'il leur plait, si cette thèse n'élude pas le Décret d'Innocent XI de sainte mémoire, contre la doctrine de la Probabilité relâchée, ce motif emporte sur lequel les Jésuites veulent que l'opinion la moins Probable soit appuyée afin qu'on la puisse suivre dans la pratique, est-il autre selon leur doctrine que l'autorité de quelques casuistes, ou une raison qui leur paraît probable, ce qui peut convenir aux erreurs et aux sophismes. Si ce sentiment est la voix de le vérité, on peut demander à Dieu qu'Il nous l'enseigne et au lieu de Le prier avec le Prophète qu'Il nous enseigne Sa loi (Ps. 118 et 142) et sa vérité nous pourrions le prier qu'Il nous enseigne la Probabilité. Il est aisé de juger par les autres Propositions de la Thèse si cette opinion ne porte pas au plus grand*

*relâchement (Idem, pp. 112s).*

Já nas páginas 13 e 14, os Jesuítas, tinham sido, alvejados pelos dominicanos com estas palavras:

*Les Jésuites au contraire soutiennent que l'autorité d'un seul Auteur rend une opinion probable. C'est le sentiment de votre Père Filiulius dans ses Questions morales, Tom. 2. Traité 21. Liv. 4, c. 4, n. 134. Inseritur, dit il unius Doctoris probus et docti auctoritatem opinionem reddere Probabilem. C'est le sentiment de **votre Emanuel Sá**, sur le mot Dubium, n.3. Un homme, dit il, peut faire ce qu'il croit par quelque autorité, ou par quelque raison probable lui être permis encore que le contraire soit plus sur, et il lui suffit d'être appuyé sur l'opinion d'un Docteur estimé... Potest quis facere quod probabili ratione vel auctoritate putat licere, etiam si oppositum tutius sit. Sufficit autem opinionem alicuius gravis Doctoris.*

Na página 18 dizem os adversários que essa doutrina fora condenada por Inocência XI. Pelo que estamos a examinar, esta posição de Manuel de Sá era defendida também por outros Jesuítas famosos como: Layman, Salas, Vasquez Sánchez, Azor e Escobar, entre muitos outros. Este aforismo não foi expurgado da edição Romana, pois encontra-se intacto na Edição de Colónia de 1609 que é já uma edição corrigida e assim continuou até 1697, data em que os Dominicanos voltaram à carga com estas palavras:

*VIII. La doctrine de Filiulius, d'Emanuel Sá, de Layman, de Salas, de Vasquez, de Sánchez, d'Azor e d'Escobar dans les endroits que je viens de citer, n'est-elle pas la doctrine de la troisième Proposition condamnée par Innocent XI, 'Généralement parlant, c'est agir prudemment que d'agir sur une Probabilité, soit intrinsèque, c'est-à-dire, fondée sur l'autorité, quelque soit la probabilité, pourvue que l'on n'en passe point les bornes'. Il faut être aveugle pour ne pas voir que la censure de cette proposition connue frauduleuse dans la pratique foudroyer la doctrine de ces Auteurs Jésuites sur la Probabilité*

Na Biblioteca da Universidade Católica de Lyon encontramos, também, um outro escrito, cujo título reza assim: *Aphorismes, ou Sommaires de la Doctrine des Jésuites et de quelques leurs Docteurs... par lesquels le vray Christianisme est corrompu, la paix publique, et les liens de la société humaine sont entièrement violez et rompus. Extraits des écrits, sentences et Actes publics des Jésuites et de leurs liures, et autres de leurs Docteurs. Traduits de latin en Français. Jouxte la copie imprimée en Allemagne. 4e édition augmentée outre les autres impressions. MDCX.*

Nele estão contidos os seguintes pontos: *Au Lecteur*, onde apresenta a Razão do livro; Índice dos Autores alegados nestes aforismos, entre os quais se encontra Manuel de Sá

(p. 6); Índice e Sumário dos capítulos: 4 capítulos cada um com 4 aforismos; depois de cada aforismo segue uma apreciação com o título: *Prévue de cette doctrine*. É esta ordem que se mantém até à página 55, onde terminam os aforismos (o último não possui o título *Prévue de cette doctrine*); na página 41 existe uma aplicação ao Aforismo 1 do capítulo III que trata do Imperador, Rei, Príncipe ou Tirano que pertence a Manuel de Sá e que defende, no dizer deles:

*Quand les subjects Catholiques ont jugé en leurs conseils que l'Empereur, le Roy ou leur Prince Souverain est un tyran, alors il leur est licite de les dimettre et déposséder, les deliurer aussi de l'obligation et servitude qu'ils pourraient devoir à leurs Princes si tels Princes les empêchent ou défendent s'assembler en Diètes, États, ou autrement, il leur est permis dit- il de tuer impunément tels Princes. Pourtant fit très bien le Moine Jacques Clément, quand de son couteau empoisonnée il tua le Roy de France, Henri III et serait encor mieux celui qui assassinerai le Roi Henri IV son sucessor (p.39 (...). La pratique aussi de cette sérieuse doctrine est enseignée par Emmanuel Sá en les Aphorismes des Confesseurs sous les mots de Tyranus, Rex, Clerus (p.41).*

Esse Rei Henrique III seria Henrique IV, filho de António de Bourbon e de Joana de Albert, rainha de Navarra (Pau, 1553-Paris, 1610). Rei de França (1589-1610) e de Navarra (1572-1610), aqui com o nome de Henrique III. Calvinista por educação, tornou-se o chefe dos Huguenotes, à frente dos quais combatera acerrimamente contra os Católicos, como o diz Mattoso (1969, Vol. IX, Col. 1782-1784) sobre a questão de Henrique III ou IV).

## 12 - Dotes Literários e doutrinários de Manuel de Sá

Relativamente ao texto latino, Manuel de Sá possui as qualidades da linguagem, que são apanágio de um escritor vernáculo. Prima, na verdade, quer pela correcção ou pelo rigor na utilização das regras sintácticas, quer pela clareza porquanto emprega termos de fácil inteligência e compreensão, quer, sobretudo, pelo extraordinário poder de síntese.

No que se refere ao género literário, utilizou o *Didáctico*, visto pretender *instruir*. Este género poderá tomar o qualificativo de *Antropagógico*, uma vez que é ao homem, enquanto homem e enquanto adulto ou em vias de o ser, que é dirigido. Trata-se, efectivamente, de um *Tratado*, onde, de modo conciso, expõe princípios relativos à ciência da Teologia Moral, o que não é para crianças, mas para gente com calo, responsabilidade e experiência.

Para além de uma admirável versatilidade e profundidade de conhecimentos, o que demonstra um alto nível de *Investigação*, Manuel de Sá demonstra uma grande abertura ao mundo e ao homem. Basta registarmos as questões do Probabilismo, do poder monárquico e da Tirania, onde ele condena o absolutismo e defende não apenas a liberdade de religião e de culto, mas também o direito a uma cidadania dos grupos minoritários, como o dos judeus e, bem assim, o valor da liberdade humana, questões que serão debatidas na terceira parte.

## **Capítulo 5**

### ***Scholia in Quatuor Evangelia***



## **1 - Preâmbulo: Métodos exegéticos ao longo dos tempos**

### **1.1 - Introdução aos termos**

Uma vez que duas das obras de Manuel de Sá se situam no campo da exegese bíblica e fazem uma ponte entre os métodos anteriores a si (rabínicos, patrísticos, escolásticos) e os métodos posteriores, vamos fazer uma pequena síntese dos primeiros e ver como é que ele os seguiu, primeiro, e os ultrapassou, depois.

### **1.2 - Métodos exegéticos**

Vários e diferentes foram os processos utilizados ao longo da história no estudo e interpretação da Bíblia, sendo considerados, pelos peritos no assunto, como verdadeiros métodos, apesar de serem diferentes dos actuais.

Negar a esses processos o nome de Método científico só por não empregarem os mesmos instrumentos que são hoje utilizados no campo da investigação, é cometer uma grave injustiça e demonstrar o desconhecimento relativo ao percurso a que se encontra sujeita toda a investigação e todo o método científico, já que os progressos actuais se apoiam na ciência precedente. Se é verdade que nesses tempos não se usavam os princípios críticos dos Métodos Histórico-Críticos dos nossos dias, também não deixa de ser verdade que esses processos eram os meios mais avançados de que dispunha a interpretação bíblica.

Richard Simon (1678, Vol. I, pp. 1-2) atribui o nome de Método ao processo utilizado pelos Judeus na Interpretação Bíblica, dizendo: *Les Chrétiens ont reçu des Juifs les livres sacrés et la Méthode de les interpréter*, afirmando também que o próprio São Jerónimo dizia o mesmo quando falava da interpretação feita, quer pelos Fariseus, quer pelos Saduceus (Idem, pp. 2-3).

Ora, se por Método na sua significação original *Methodos* [μεθοδος], se entende o processo ou caminho que conduz a uma meta determinada, então: (a) o modo de ensinar, segundo uma progressão que classifica logicamente as dificuldades e permite resolvê-las, (b) ou a maneira de agir para obter um determinado resultado, (c) ou a qualidade que permite levar a bom termo um trabalho, procedendo de maneira racional (Davau, Cohen e Lallemand, 1972, p. 772), ou d) interpretar um ou mais livros utilizando processos que



sejam capazes de apresentar uma explicação que seja racional, poderemos dizer que se utilizou, também aqui um verdadeiro método científico.

É fácil notar, que, nesta complexa definição, a) e b) se referem mais aos instrumentos utilizados, enquanto c) acentua preferencialmente os requisitos do investigador. O nome de Método pode, pois, dar-se a todos os processos que, de modo lógico e apoiado em princípios coerentes, reúnam os elementos próprios da ciência bíblica podendo servir-se da filologia, da história, da geografia e da tradição.

### 1.3 - Hermenêutica

A palavra *hermenêutica* deriva do grego *hérmenéuein* [ἐρμηνεύειν] cujo significado é *interpretar, traduzir, declarar, expressar por palavras, ou explicar* um determinado texto da Bíblia. Este termo, assim como o substantivo *hérmmenein* e o adjetivo *hérmmeneus* (ἐρμηνεύς) são normalmente associados a Hermes, o mensageiro divino que se assume como patrono da comunicação e símbolo da circulação do sentido. Toda a sua actividade está ligada ao poder do discurso.

Na opinião de Manuel Alexandre Júnior (2004, p. 92), (...) *ερμηνευσιν significa revelar, tornar manifesto, trazer para a luz o que está escondido; o que significa interpretar*. Os gregos viram a necessidade de interpretar os poemas épicos de Homero que viveu no século VIII (a.C.), período que coincide com o ressurgimento da escrita na Grécia e que se consagrou com as obras épicas *Ilíada* e *Odisseia*. Desta necessidade fala o mesmo autor (Idem, p. 91), dizendo:

*No seu intento de buscar o sensus literalis, que nada mais é do que o sensus grammaticus, o hermeneuta substituiu a palavra que já não fazia sentido por outra que pertencia ao estado corrente da língua. O propósito da sua actividade hermenêutica era sobretudo vencer a distância, para que o sentido fosse não só compreensível, mas também vivamente presente aos olhos dos seus contemporâneos.*

Relativamente à Bíblia, também os Rabinos da antiguidade se viram a braços com o mesmo problema. Os tempos das primeiras narrativas escritas são ainda mais antigas do que os poemas homéricos, pois segundo os exegetas modernos, deverão ter sido escritas por volta do século IX (a. C.). A distância era ainda mais longa do que a dos textos de Homero.

E foi a partir da reunião das regras utilizadas para interpretar a Bíblia que se chegou a

dar corpo a uma disciplina própria, chamada Hermenêutica Bíblica que não só é considerada como uma *arte*, porque, segundo diz Tuya e Salguero (1967, Vol. II, p. 3), *dá regras pelas quais se consegue uma recta interpretação*, mas, como uma *ciência* porque a interpretação feita por seu intermédio se baseia em princípios justificáveis pela lógica (Ibidem).

Essa lógica provém da própria organização da disciplina que, desde início procede ordenadamente, utilizando três fases distintas: a) *Noemática* (de *noema* [νοημα], *pensamento*, *sentido*), que estuda os diversos sentidos com que se expressa o pensamento bíblico; b) *Heurística* (do grego *Heurisko*, [ΗΥΡΙΣΚΟ], *encontrar*), a qual estuda os elementos que devem usar-se para saber encontrar os diversos sentidos das Bíblia; c) *Proferística* (do latim *proferere*, com o sentido de *pôr diante*, *mostrar*, *pronunciar alguma coisa em voz alta* ou *discursar*) e que tem por finalidade expor os sentidos contidos na Bíblia.

#### 1.4 - Noemática

A Noemática, hoje em dia, reduz os sentidos bíblicos a dois, segundo os mesmos autores: o *sentido literal* e o *sentido típico* (Ibidem). Enquanto o *sentido literal* é o que exprimem imediatamente as palavras (por exemplo quando nos referimos ao cordeiro pascal da festa judaica o sentido literal é o cordeiro que era sacrificado para comemorar a passagem do mar vermelho), o significado típico é *aquilo* que é significado junto dos cristãos por essas mesmas palavras (Jesus Cristo imolado na cruz em sacrifício pelos pecados dos homens).

#### 1.5 - Exegese

Vindo do grego *Exegesis* [Εξέγερσις], este termo significa, no entender do Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa (2001, Vol. I, p.1636) *interpretação filológica ou doutrinal de um texto, em particular, sagrado*. Aplica-se a textos bíblicos, históricos, literários, jurídicos, vindo a significar, por extensão, *uma interpretação explicativa de uma obra, ou de um texto*, seja ele bíblico, budista, corânico ou profano.

#### 1.6 - Filologia

Vindo para a nossa língua directamente do latim *philologia*, esta palavra *encontra* a sua

origem mais remota no termo grego (amigo da palavra) [*φιλο λογία*], e consiste no *estudo científico de uma ou mais línguas com base na análise crítica de textos escritos* (Idem, Vol. I., p. 1750). Comparando-a com a hermenêutica, podemos dizer, com Júnior (Idem, p. 108, nota 26) que se a filologia é *a arte de ler os textos*, a hermenêutica é *a arte de restaurar e reactualizar a intenção de vida que anima esses mesmos textos*.

## 2 - Fases da Interpretação Bíblica

### 2.1 - Até Filão de Alexandria

Até ao tempo de Filão de Alexandria (20 a. C. até 50 d. C.), contemporâneo de Jesus e dos Apóstolos, a interpretação da Bíblia passou, pelas seguintes fases:

1º Busca do sentido literal e tipológico, enquanto com o primeiro se procurava estudar *o texto no seu contexto sócio-cultural, tanto em função do autor como na da compreensão dos ouvintes originais* e o segundo procurava encontrar nesse mesmo texto uma relação de prefiguração entre as figuras do Antigo Testamento e as do Novo Testamento (Júnior, 2004, pp. 107-108);

2º *Midrash* (Heb: מדרש; plural *midrashim*, lit. repetir) deriva do verbo *Darash* [דרש] = *investigar, interpretar*) que tem o sentido de conduzir o pensamento à ideia de investigação. Este método desenvolveu-se, segundo Tuya e Salguero (1967, Vol. II, p. 177), sobretudo a partir do século I a.C. na Palestina tendo por fim encontrar na Escritura as directrizes de que necessitavam. *Como género literario*, continuam os mesmos autores (Ibidem), *aparece en continuidad orgánica con la Biblia y constituye el puente de unión entre la Escritura y la literatura rabínica. La vida de la comunidad judía, a partir del siglo II a.C., fue como traduciéndose y trasvasándose en los midrashim*. Desta forma começaram a multiplicar-se os *midrashim*, provenientes quer dos círculos oficiais rabínicos, quer das várias seitas que iam surgindo, como é o caso da Comunidade do Qumrân, situada no deserto da Judeia, junto às margens do Mar Morto. Tanto nuns casos, como nos outros, a finalidade era sempre a mesma: *actualizar los libros santos, releíndo-os e meditando-os a la luz de los acontecimientos y situaciones nuevas* (Ibidem).

3º *Pesher* [פֶּשֶׁר] (*pesharim* [פֶּשְׁרִים] - plural de *pesher*) que consiste numa espécie de

*interpretação atomista* que sugere que os escritos proféticos contêm um significado escatológico oculto, apenas percebido por revelação divina.

Este método serve-se da releitura dos textos sagrados, especialmente dos textos proféticos, para os apresentar como tendo o seu complemento nos sucessos do passado próximo e do presente, para poder deduzir disto o que acontecerá no futuro. O exemplo mais flagrante deste tipo de método encontra-se no livro de Zacarias, capítulos 9-14 nos quais os acontecimentos antigos são reinterpretados sob uma perspectiva histórica completamente nova. O mesmo acontece no capítulo 9 da Profecia de Daniel (Idem, p. 179).

Tanto Cristo e os Apóstolos, como o Cristianismo posterior utilizaram estes dois processos interpretativos. Por exemplo, quando Jesus discute com os fariseus sobre o divórcio (Mat. 5,32; 19, 9) e sobre o Sábado (Mat. 12, 1-14), está a utilizar o *Midrash haláquico* (*de Halaka*), mas esta *halaka* cristã que teve grande importância entre a pregação apostólica era mais de ordem moral, assemelhando-se mais à *hagada judaica*. As epístolas de Paulo sobretudo (Gal. 3,19; ICor. 10,4; IITim. 3,8) são claro exemplo deste tipo de literatura. Por seu lado, o *Pesher* no Novo Testamento é muito utilizado na pregação e controvérsia (Idem, p. 180).

Com Filão de Alexandria introduziu-se um 4º Sentido – o *alegórico* –. Este filósofo alexandrino, segundo Júnior (2004, pp. 108-109) considerava que a interpretação da Escritura não consiste *necessariamente em recuperar ou preservar a mensagem original*, mas sim, em *integrar esse mesmo texto num ambiente cultural radicalmente novo*, dando lugar, portanto, ao sentido alegórico que, segundo Vaccari (1951, p. 511) é uma subdivisão do sentido metafórico, dando-se quando a significação se transfere do seu objecto para outro que não lhe pertence e é aplicado a toda a frase que não apenas a uma só palavra. Poderemos exemplificar este sentido a partir da passagem bíblica que nos narra a travessia do Mar Vermelho, feita pelo Povo de Israel. No sentido alegórico este texto (Ex. Cap. 14 – Bíblia Sagrada, Soares, 1964, pp. 91-92) foi interpretado de modo alegórico para significar a vitória de Jesus Cristo e por meio deste a força do baptismo. Evidentemente que este sentido só é possível admiti-lo por quem se encontra iluminado pela fé e procura descobrir Cristo em toda a Sagrada Escritura.

## 2.2 - Dos *Targumim* aos *Scholia* e *Catenae*

### 2.2.1 - Os *Targumim*

Quando S. Jerónimo e, mais tarde, Richard Simon (1678) falavam da herança que os Judeus legaram aos Cristãos, no que diz respeito aos Métodos exegéticos, eles referiam-se sobretudo aos *Targumim* que significavam, geralmente, interpretações ou versões, noutra língua. O termo *Targum* (Hebreu: תרגום) que possivelmente procede da língua acádica *Targumanu* e que, por sua vez, poderá ter a sua origem mais remota na língua *hitita*, significa o *intérprete*.

Presentemente, a palavra *Targum* designa o processo rabínico que foi aplicado à leitura e interpretação da Bíblia e que era uma espécie de tradução interpretativa, em língua Aramaica (a língua corrente), do Texto hebraico (língua clássica e quase desconhecida pelo povo da Diáspora e, sobretudo, pelos que regressaram à pátria, após o exílio de Babilónia). Liam-se alguns versículos na língua hebraica e, depois, eram explicados e reinterpretados na língua vulgar, o Aramaico. Assim podemos dizer que os *Targumim* são traduções reinterpretativas aramaicas da Bíblia Hebraica.

Efectivamente, esse processo incluía, em primeiro lugar, uma tradução em Aramaico porque assim se tornava necessário nos tempos pós-exílicos. Esta incluía outras explicações, mais ou menos desenvolvidas, para que os leitores pudessem compreender mais facilmente o texto sagrado. Estas explicações consistiam numa espécie de conselhos edificantes que tomavam o nome de *Halaka* (nos textos jurídicos). Os conselhos, ali aduzidos, tinham a finalidade de levar os leitores à observância de um ou mais deveres; podiam tomar o nome de *Haggada* quando os conselhos eram aplicados a textos de outro género. Neste último género, as explicações de tipo tradição eram de tal modo abundantes, que o texto quase desaparecia, diminuindo grandemente a sua importância. Cobriam, no entanto, um largo campo do saber, coevo, como: etimologias, história, jogos de palavras, reflexões teológicas, sobretudo no que respeitava ao cumprimento das profecias antigas.

O *Targum Yerushalmi* (ou *Palestinense*), também chamado erroneamente *Targum de Jónatas* é também uma paráfrase ao Pentatêuco, mas este Targum na forma actual, no sentir dos autores modernos, entre os quais Tuya e Salguero (1967, Vol. I, p. 497), não

deve ser anterior ao século VII (d. C.). Existem ainda duas réplicas deste mesmo *Targum*, embora com várias diferenças. Os três, porém, foram escritos em língua aramaica à qual foram adicionados termos gregos, latinos e persas.

Também existe um *Targum do Pentatêuco Samaritano*, no entanto, a sua tradução é muito livre, de modo que poderemos considerá-lo mais uma paráfrase do que uma simples tradução dos textos originais. Existem igualmente *Targumim* a quase todos os Hagiógrafos (*Ketubim*), mas diferem muito entre si, o que prova terem sido escritos por autores diversos e em lugares e tempos diferentes.

## 2.2. 2 - Finalidade e desenvolvimento dos *Targumim*

Do trabalho de targumista (tradutor), passou-se à Glosa que tem por fim explicar o texto de diversas formas, ou seja, ao *Midrash* propriamente dito. Este último género, é segundo (Tuya e Salguero, 1967, Vol. I, p 266), (...) *la elaboración sobre un hecho con algún fundamento histórico, o un acontecimiento, en orden a una finalidad de instrucción o persuasión edificante*, utilizando-se, para isso alusões históricas e/ou temas secundários que podem ilustrar a passagem bíblica em questão. Por outras palavras, o *Midrash* servia, na opinião de Déaut (1971, 52, pp. 505-525), para *esclarecer o texto bíblico por meio de alusões históricas, e as passagens por meio de todos os temas secundários que podem ilustrá-lo*. Castro (1972, Vol. 13, Col. 645-646), diria, por outras palavras, que o *Midrash* é o processo de *adaptar a Bíblia aos casos concretos da vida e a peculiares circunstâncias da história*.

Relativamente aos tipos de *Midrash*, podemos dizer que estes variam de nome consoante a matéria tratada. Assim, existiu o:

- *Midrash Haláquico* quando essa adaptação era de carácter moral e se encontrava sobretudo nos comentários dos doutores tanaíticos feitos às secções legais da Torah, por exemplo ao *Mekiltha* do Êxodo; ao *Sifrá* do Levítico – *Sifra* (Aramaico: סִפְרָא); ao *Sifré* de Números e Deuterónimo – *Sifré* (סִפְרֵי *siphrēy*, *Sifre*, *Sifrei*.)
- *Midrash Hagádico* quando se lhe imprimia um carácter mais dogmático.

**Ilustração 8: Uma página do Targum da 2ª metade do Século XI d.C.**



Proveniente da Genizah da Comunidade Judia do Kurdistão (Norte do Iraque (desde 1950/1959); Foi propriedade do Dr. Fischel, U.S.A. (entre 1950/1959); a partir dessa data pertenceu a Bernard Rosenthal, São Francisco. [Online] [consult. 06-08-2007] [Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Targum.jpg>].

Com o declínio da actividade criadora rabínica, nos séculos VI-XI, procedeu-se à colecção das especulações dos mestres e passou-se a distribui-las em forma de homilias para o uso da liturgia sinagoga (as versões *Pesitta*) ou em aditamentos legendários à história bíblica, ou em elucubrações místicas pelos meandros da Cabala (Ibidem).

Segundo Vermesh (1963, 8, 159-169), os objectivos do *Midrash Hagadah* eram os de actualizar e adaptar a Palavra de Deus às necessidades do momento. Neste caso, e

porque o auditor não podia ter acesso às fontes da Tradição Oral e Escrita, como o targumista (tradutor), este substitui-o no trabalho de investigação. Assim o intérprete optou pelos seguintes processos:

- modificar a sintaxe do texto original; decompor as frases; substituir uma afirmação por uma interrogação; usar o estilo directo;
- substituir um sujeito ou um complemento, por exemplo no livro do Génesis (JB-OT, cap. 37, verso 30, p. 60), sobre o sonho de José, onde se dá uma adaptação dos factos aos elementos do próprio sonho;
- interpretar as fórmulas obscuras, por exemplo, a expressão hebraica תהו־וּבְהוּ, o *tohu-va-vohu* (também transliterado desta forma *Tohuwabohu*) e que, enquanto no livro do Génesis (JB-OT, 1,2, p. 15) tem o sentido de *vazio ou vácuo*, em Jeremias, cp. 33,10, passa a significar a *terra (...) deserta e caótica, privada de homens e de animais, vazia de toda a cultura de plantas e de árvores*;
- dar a significação concreta das metáforas, das alegorias e das parábolas, por ex. o cântico da vinha, em Isaías, capítulo 5, é aplicado directamente a Israel (Déaut, 1971, p. 511).

Esta exegese de tipo popular e que se presta a récitas miraculosas, dá origem a grandes Discursos (espécie de homilias), a Récitas mais ou menos realísticas e à composição de Preces (Idem, p. 516). A exegese destes três tipos ia, frequentemente, contra o sentido óbvio (ou literal) do texto.

Os targumistas viram-se impelidos a introduzir certos dados históricos e geográficos, por exemplo em Isaías, versão dos LXX, (capítulo 9, 11) e uma reflexão sobre muitos dados religiosos, como aqueles que diziam respeito ao messianismo, à imortalidade, à escatologia, à angeologia, e à demonologia, etc., e que faziam parte da cultura do tempo e dos povos a que estavam ligados. Para ser compreendido pelo auditório ou público leitor, a quem se dirigia, os targumistas, tinham necessariamente de utilizar as suas categorias mentais. Assim, por exemplo, quando eles falavam nas Reuniões da Sinagoga para Israelitas, teriam de *falar de Israel, dos antepassados, de Deus, sobretudo numa linguagem adaptada à sensibilidade evoluída do público* (Idem, pp. 519-520).

Neste público sinagagal gerou-se a necessidade de uma literatura moralizante, chamada



*Paranese* e que tinha por fim exortar os ouvintes a serem fiéis aos mandamentos da Lei de Deus. Este género empregava frequentemente a exclamação *Povo Meu! Povo Meu!*" (JB-OT, Miquéias, 6, 3, 1504) ou *Filhos de Israel!* (JB-OT, Êxodo 12, 37-38, p. 92) e era muito parecido ao género das homilias que, mais tarde, seriam o apanágio dos Santos Padres do Cristianismo dos primeiros séculos.

Chega-se depois à *Misnah* (משנה - repetição ou novo ensinamento) que é definida por Rodrigues (1972, Vol. 13, Col. 894), como sendo a *coleção de leis transmitidas* primeiro oralmente, após o exílio, para adaptar a antiga legislação às novas circunstâncias, e depois fixadas por escrito por *Jehudah-Ha-Nasi* (יהודה הנשיא - 135-217), cerca do ano 200 da nossa era. São estas leis, assim adaptadas ao tempo e sociedade, de então, que vieram a constituir o chamado Talmude, reflectindo-se nele a tendência farisaica.

### 2.2.3 - A Masora

Na exegese judia temos ainda a *Masora* ou *Masorah* (מסורה), termo que foi tirado do profeta Ezequiel (JB-OT, capítulo 20, versículo 37). Proveniente do verbo hebraico *Masar* [מסר] (transmitir, ensinar) e originando *masorah* com o significado de *tradição*, a *Masora* é a colecção dos textos considerados inspirados com as respectivas observações críticas dos antepassados que foram recolhidas e consignadas por escrito pelos sábios judeus, começando no século VI (d. C.) e terminando no século X.

Existem várias espécies de *Masora*, a saber:

- *Masora* numeral, que dá o número dos versículos, palavras e letras de um determinado livro sagrado;
- *Masora* textual, que apresenta as observações linguísticas ou exegéticas relacionadas com o texto sagrado, encontrando-se normalmente nas margens verticais de cada *folium*;
- *Masora* pequena que apresenta brevíssimas observações, sendo colocadas ou entre as linhas do texto, ou na margem lateral, com as quais se indica como se deve ler uma determinada passagem;
- *Masora* grande que é muito mais ampla e costuma ser colocada sobre ou debaixo

do texto sagrado, anotando-se nela as palavras que ocorrem, a sua plena ou efectiva escritura, acrescentando-se ainda exemplos ilustrativos;

- *Masora* textual final (*Epicrisis*) que é colocada no fim do livro e reúne, sob diversos títulos dispostos em ordem alfabética, todas as palavras que têm alguma importância especial, indicando também o número dos versículos particulares, meios versus (Tuya e Salguero, 1967, pp. 420-423; Vaccari, 1951, Lib. III, pp. 250-251).
- Texto *Masorético*: A esta recolha ou trabalho crítico da *Masora* deu-se o nome de Texto *Masorético*, nome que ainda hoje perdura no meio da investigação bíblica. Para melhor ser lido pelos Judeus da Diáspora e por todos os que não dominavam a língua clássica o texto sagrado (o hebraico) foi sinalizado com sinais vocálicos, facilitando a leitura. Além disso, como esse texto ficou rodeado pelas diversas interpretações dos *Masoretas*, a *Masora* passou a ser olhada e considerada, segundo Höpfel (1958, pp. 236s, nº 341), como a *vedação da Lei* ou a cerca da Lei.

### 3 - Escolhos e Cadeias

Pelo que acabamos de descrever, podemos concluir que os targumistas foram desbravando o caminho da exegese que viria a desenrolar-se sob as formas de *Homilias* e de *Comentários*, podendo, por isso, ser considerados os pioneiros da exegese bíblica.

#### 3.1 - Terminologia de *Scholia*

Ao segundo género pertencem os *Escolhos* (do latim *Scholia*) que não são outra coisa, neste campo, senão comentários dedicados a passagens escolhidas por serem consideradas de difícil interpretação (escolhos, dificuldades ou perigos). Por seu lado o *escoliasta* é aquele que comenta as passagens que oferecem maiores dificuldades à maneira da célebre Escola de Alexandria onde surgiu um grupo chamado os *escoliastas de Alexandria* e entre os quais se destacava Orígenes.

A melhor definição de *escolhos* e, conseqüentemente, de *escoliasta* encontra-se nos *Scholies aux Petits Prophètes de Hesychius*, citado por Dorival (1984, pp. 361-386), que lhe atribui nove elementos constitutivos, que nós enumerámos, para melhor explicitação:

*Ce qui est absolument nécessaire à celui qui médite, je l'ai*

*ajouté sous forme d'une (a) explication (b) très concise (c) des difficultés, ou bien des obscurités rencontrées, (d) à l'occasion, ou bien encore, (e) des ambiguïtés de toutes sortes; cette explication, je l'ai (f) mise en marge des stiques; et aussi (g) celui qui médite, (h) comprend, (i) en lisant.*

### 3.2 - Elementos Metodológicos dos *Scholia*

Na definição supra mencionada e que nós subdividimos em 9 alíneas, sobressaem os seguintes elementos metodológicos:

- (a) - uma explicação: os escolhos são, antes de mais, uma explicação oferecida aos leitores, o que supõe a incompreensibilidade do texto ou da passagem;
- (b)- muito concisa: prima pela brevidade para evitar o incómodo da extensão e o perigo da confusão; procura dar certezas, ser dogmático;
- (c) - das dificuldades: que surgem da incompreensão do texto, da má tradução, do desconhecimento do contexto histórico, do sentido paradoxal ou ainda da corrupção da leitura original;
- (d) - encontradas pela ocasião: que foram ou serão encontradas por ocasião da meditação do leitor para proveito seu espiritual;
- (e) - ou de toda a espécie de obscuridades: de modo a que o texto fique bem claro e nada fique sob dúvida;
- (f) - a explicação foi posta na margem dos estíquios (partes dos versos) bíblicos;
- (g) - aquele que medita: a meditação entra no campo da investigação e esta no campo da interpretação do sentido do texto em questão;
- (h) - para que compreenda: a finalidade última, tanto da leitura, como da investigação, é a compreensão, ou seja a possibilidade de abarcar tudo o que o texto tem para transmitir;
- (i) - ao ler: a leitura distingue-se bem da meditação e ainda mais da compreensão. Pode alguém ler sem meditar, isto é, sem procurar encontrar um sentido, cada vez mais profundo, e pode alguém ler sem nada compreender, ou ler e compreender aquilo que o texto não diz, nem o escritor quis dizer. E isto pode acontecer, principalmente quando os conhecimentos da língua em que o texto está escrito ou os do seu ambiente histórico estão muito aquém do que é exigido pela compreensão.

Estes *Scholia* aos 12 Profetas menores encontram-se bem conservados em seis manuscritos em Roma, Paris e Moscovo, falando deles também Paul Migne (1857-1866,

P.G., *Tomus* 93, Col. 1340).

### 3.3 - História dos *Scholia*

Os *Scholia* são um género literário ou método bem definido que foi aplicado na interpretação da Bíblia, mas não só. Também se encontra este método aplicado à interpretação de textos profanos clássicos, sobretudo jurídicos dos quais daremos alguns exemplos, apenas, como ilustração (Devreesse, 1928-1966, Vol. I, Col. 1084-1085).

### 3.4 - *Scholia* aos autores clássicos gregos

Estes *Scholia* (*upomnemata* [υπομνηματα]) que chegaram até nós através de papiros e manuscritos eram, ao princípio, breves anotações nas margens de manuscritos gregos e latinos e, depois comentários um pouco mais desenvolvidos aos textos clássicos. Incluindo o texto do autor a ser comentado, tornaram-se autênticos tratados. Temos, por exemplo, papiros do primeiro século da nossa era que nos dão os comentários a Homero. A sua técnica é a seguinte: as perícopas encontram-se encrostadas nas interpretações que são contínuas. Este processo evoluiu, e as explicações passaram a ser classificadas ou distribuídas em:

- a)- *Aporeimata* [απορηματα] (de *Apor-eo* < *apor-eima*, atos, to - matéria de dúvida, questionável). Por exemplo Aristóteles (Αριστοτέλης) na sua *Ethica Nicomachea* (II, 46b7, p. 18. G), escreve *ekei tina lysis pròs tautein tei 'aporian 'óti...* significando com estas palavras que houve uma resposta para a sua questão ou dificuldade. Na sua origem a palavra *Aporeimata* significava *um caderno pessoal de notas*.
- b)- *Zeiteimata* [Σητηματα] e sobretudo, *Luseis* (*Lysis*, *eòs*, *n*) que é um termo técnico para significar refutação ou solução de uma dificuldade.

Num segundo passo, o comentarista contentava-se em anotar as passagens mais difíceis ou as mais curiosas. Foram estas notas, feitas, apenas, a estas passagens, que receberam o nome de *Scholia* (tortuosos, escolhos, ou textos *que causam dificuldade na sua interpretação*).

A maior parte dos *Scholia* aos antigos escritores desapareceu, sobrevivendo, no entanto, uns poucos. Estes cobriam, como se encontra em Devreesse (1928-1966, Vol. I, Col. 1085) as obras de poetas (como Homero), de filósofos (como Aristóteles), de médicos,

etc.

Devreesse, o autor das *Chaînes Exégétiques Grecques Généralités* chama às cadeias um Método:

*Nous verrons qu'au temps de Justinien, un Rhéteur  
appliqua aux ouvrages qui commentaient l'Écriture  
Sainte, une Méthode semblable à celle des scholiastes des  
oeuvres classiques.*

É de notar que, antes, o mesmo autor chamara a este processo um Género Literário, facto que demonstra bem a falta de definição rigorosa, tanto para método, como para género literário.

### **3.5 - Scholia a Obras Jurídicas: O Digeste**

*Digeste* é o nome dado à recolha de leis que se fez na antiguidade, da qual tratou Hans Peters (1913), segundo Devreesse (Ibidem) nestes termos:

*Parmi les différents recueils de lois, le Digeste était appelé  
à une fortune littéraire dont l'histoire a tenté, à plus d'une  
reprise, la curiosité des spécialistes.*

Um dos obreiros da codificação Justiniana do Direito Civil, Teófilo, fez uma paráfrase a essa recolha. Logo de seguida Etienne de Beyrouth retoma a mesma obra e acrescenta-lhe novos dados sobre a morte do Imperador de modo que, dificilmente, se poderia separar o texto oficial do seu comentário.

No tempo da Restauração Macedónica, aparece outra publicação, de nova recolha legislativa tirada do *Digeste do Código Justiniano* e de *Nouvelles*, chamada *Basiliques*. O texto oficial desta última recolha desapareceu, restando-nos, apenas, alguns fragmentos nos comentários ao *Digeste*, sendo frequentemente precedidos de nomes próprios, no genitivo. Aí encontramos, por exemplo, os nomes de Cirilo, Etienne, Teófilo, Doroteu, Thalaleu, Teodoro, Kobidas, Enantiófanos, etc. Nestes papiros ou comentários, o texto ocupa geralmente o meio ou a totalidade interior da folha, enquanto as margens são reservadas aos escolhos (Devreesse, (1928, Vol. I, Col. 1086).

A própria disposição dos escolhos é digna de menção: os fragmentos de comentários ao *Digeste* com os nomes de Cirilo e de outros encontram-se, de facto nos manuscritos das *Basiliques*, misturados com pedaços de escritores dos séculos X-XII, os quais não

podiam comentar o *Digeste*, mas somente as *Basiliques*. O trabalho das duas séries de comentadores (do *Digeste* e das *Basiliques* é frequentemente indicado, sem outra distinção, pelas palavras *Scholion* ou *Parageamia* (nota marginal).

## 4 - Cadeias (*Catena*)

### 4.1 - Terminologia

Dos Escolhos surgiram as Cadeias (*Catena*) exegéticas que são, uma recolha de escolhos e de passagens tiradas das homilias ou de comentários dos Santos Padres sobre uma determinada palavra, passagem ou perícopa bíblicas em forma de encadeamento. Daqui poderemos compreender que os *escoliastas* têm o trabalho mais ingrato (o de intérprete e de investigador do sentido), enquanto ao *catenista* cabe a tarefa de coleccionar e encadear, de forma lógica, e atraente, o trabalho dos primeiros.

Um tanto diferentes são as cadeias dogmáticas ou ascéticas, porquanto estas são a recolha de extractos dogmáticos, tirados da Tradição, pelo interesse doutrinal, que apresentavam relativamente à doutrina de fé ou de moral (Mansi, 1758-1798, *Tomus IV*, Col. 1184). Célebre é a *Catena Aurea* de S. Tomás de Aquino da qual falaremos posteriormente.

A designação de Cadeias, dada às colecções ou recolhas de *Scholia*, é moderna; deve ser mesmo posterior à Cadeia Áurea de S. Tomás de Aquino. O próprio vocábulo grego que lhe corresponde – *Seira* –, não é anterior ao fim da época bizantina. Segundo De Francisci (1912, *Rendi Conti del R. Istituto Lombardo, série II, t. XLV, p. 209-241*), cit por Devreesse, (1928-1966), Col. 1086), a palavra que antecedeu o nome dado a essas compilações de escolhos era *Exegetika*, palavra bastante maleável, de modo a englobar tudo o que podia respeitar os textos sagrados. Este mesmo autor adverte que era precisamente este nome de *Exegetika* que era dado aos Comentários de Orígenes, Basíledes e Heracleon: *À plusieurs reprises St. Jérôme nous redit ce titre des ouvrages d'Origène et illud in libris suis quos exegetikos vocat, Origenes adserat (Epist. XXVI, 2) et Origenes in Quarta Pauli ad Romanos, Exegetikon, Tomo (Epist. XXXVI, 1)*. Portanto, o vocábulo *Exegetika* designava toda a espécie de trabalhos de interpretação bíblica, quer fosse um comentário seguido (*Tomoi*), quer fossem homilias, ou escolhos.

Mais tarde sentiu-se a necessidade de reduzir o volume dos *exegetika* de modo a

conservar somente o que eles continham de mais difícil, ou seja, as passagens que ofereciam maiores dificuldades de interpretação, dando-se-lhe, consequentemente, o nome de *Eklogai* (escolha, selecção, colecção de passagens).

As *Philocalia* são sequências de Éclogas das obras de Orígenes e a este género pertencem todas as citações que são feitas para constituir a colecção dos *pedaços* escolhidos de diferentes autores, todos os *Florilégios*, *Excerpta*, *Margaritae*, comuns na Idade Média. Encontra-se um exemplar célebre nas Éclogas das obras de S. João Crisóstomo. Célebres foram também as *Éclogas de Procópio de Gaza ao Octateuco* (isto é os livros de: Génesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuterónimo, Josué, Juízes e Samuel) nas quais aperfeiçoa o género, elevando-o à categoria de Método, (no sentido moderno), devido ao rigor metodológico utilizado (Devreesse, 1928-1966, Vol. I, Cols. 1086-1087).

Procópio alargou o seu trabalho de Éclogas aos livros de Isaías, Cânticos, Provérbios e Eclesiastes e talvez a outros, como parece deduzir-se das palavras do mesmo articulista citado: (...) *il faut cependant nous arrêter à plusieurs manuscrits qui semblent procéder, à tout le moins, de la Méthode qu'employait Procope dans ce qui reste de ses Éclogae sur l'Octateuque et les livres sapientiaux* (Idem, Col. 1088).

Segundo o mesmo autor as Éclogas teriam sido os grandes antepassados dos *Scholia*: *C'est, donc, le titre d'eklogai qui semble avoir désigné le premier nos recueils de scholies*. Além destes nomes, outros havia para significar quase a mesma coisa, como:

- *Sullogei exeigeseon* – Colecção de exegeses (o mais frequente, em Nicetas);
- *Ermeineia suntomós* – (ερμηνια συντομος), interpretação sumária,;
- *Ermeineia en Suntomein* – (ερμηνια συντομειν), interpretação em breve;
- *Epitomei ermeineion* – (επιτομει ερμινειον), compêndio de interpretação.

Posteriormente aparecem outros nomes que são, hoje, mais comuns, como, por exemplo, o de *Chrusis* 'Alusi (κρυσις 'αλυσι) (Cadeia Dourada), nome por que é conhecida a Cadeia de S. Tomás de Aquino.

#### 4.2 - Cadeias Marginais (Rahmencatene).

Nas Cadeias Marginais o texto bíblico ocupa o centro da folha, sendo escrito em letras

mais gordas ou salientes do que o texto interpretativo que o rodeia. O nome do autor é, às vezes, escrito a vermelho e precede o fragmento que é sujeito à exegese, como se vê, por exemplo, no Vat. Gr 749, (Códice Vaticano, em grego), segundo o testemunho de Pio Franchi del’Cavalieri-Leitzmann (*Specimina codd. Vatic., Tabula 8*), citado por Devreesse, (1928-1966, Col. 1089).

A este mesmo tipo pertencem também aquelas que são formadas à volta dum comentário ou duma cadeia já constituída. Os exemplos abundam: por ex. o *Codex Coislin* 81 (ou *Coislinianus*), onde os elementos da Cadeia se encontram dispersos pelas margens do Comentário de Teodoreto sobre os Salmos; o *Codex Re 40* (*Regius 40*), onde o centro da folha é ocupado por um comentário de Hesichius sobre os Salmos; o *Codex de Paris 128*, onde um escriba completara uma cadeia sobre o *Octateuco*; o começo do *Codex Palat 20* cujo centro é tomado por uma cadeia sobre São Lucas, sendo as margens ocupadas pela cadeia de Nicetas sobre o mesmo evangelho. Foi esta técnica de ajuntar novos *Scholia* a compilações ou tratados já existentes, que foi seguida até ao fim da Idade Média.

Em todos estes *MSS*, as *Glosas* ocupam as três margens exteriores: as duas laterais e a inferior. Às vezes, porém, o texto bíblico está mesmo completamente rodeado, isto é, até pela margem superior. Exemplo desta forma é o *Cod. Vallicellensis E 40* – (*Evangelium secundum Joannem*, cap. 8, v. 44), o Manuscrito grego de Mônaco, (Monac. gr. 9) cujo folium 32 é reproduzido por Lindl (1902) a *Catena Aurea* de São Tomás (Edição de Veneza, de 1593) e a *Biblia Sacra cum Glosa ordinária* (editada por Jones, em Duai 1617).

#### **4.3 - Cadeias de longas linhas (Breitkatene)**

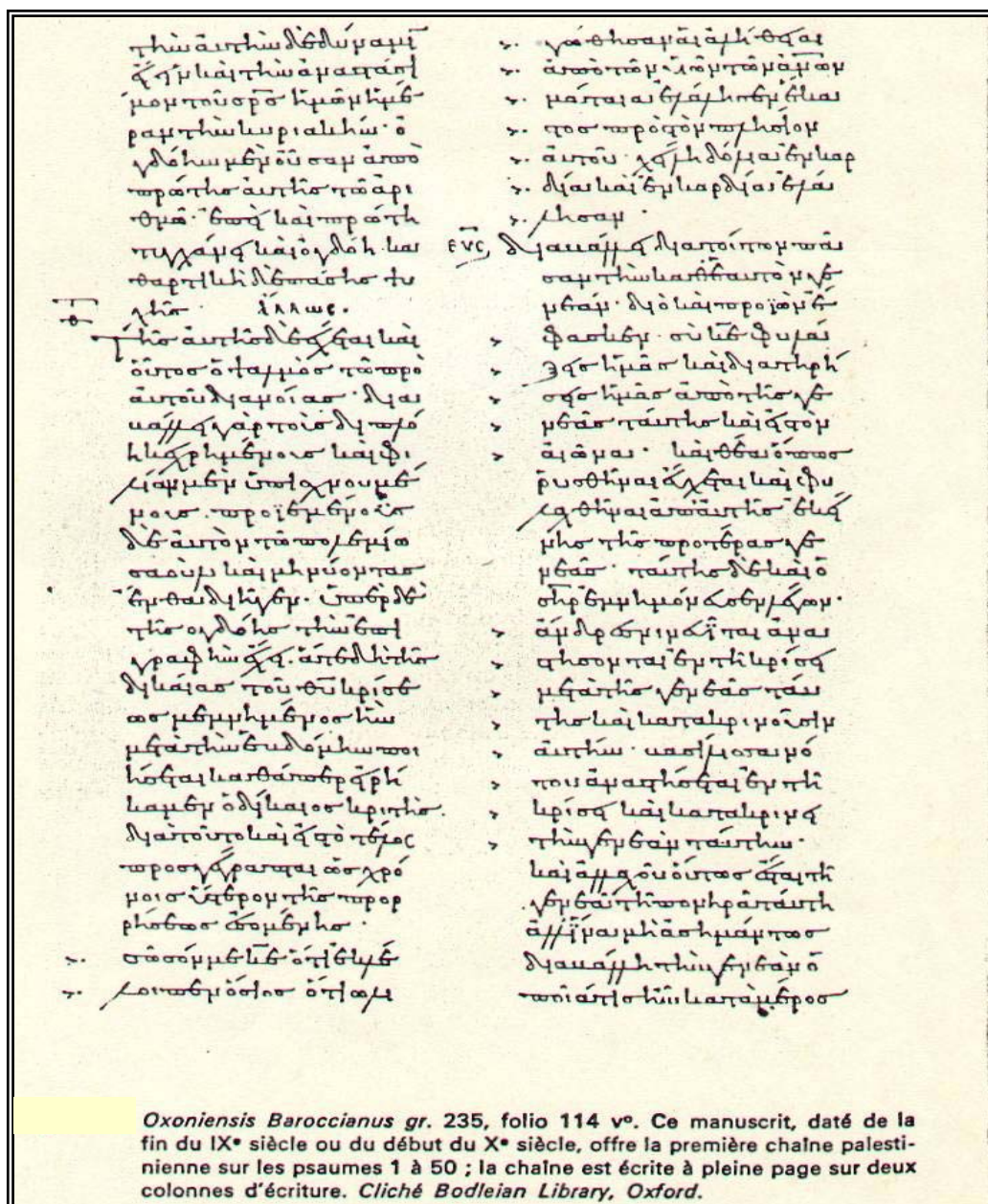
Estas cadeias dão um ou mais versículos da Escritura, numa linha. Nas linhas seguintes e ocupando toda a página, vêm os *Scholia* ou cadeias e, às vezes, o nome do respectivo autor donde foram tirados.

#### **4.4 - Cadeias a duas Colunas,**

Exemplos deste género são o *Coislin 204* e o *Oxoniensis Baroccianus* gr. 235, dos fins do séc. IX ou inícios do séc. X, e que oferecem a primeira cadeia palestiniana sobre os Salmos 1 a 50.



### Ilustração 9: Manuscrito Oxoniensis



Fonte: Carta postal enviada de Oxford pelo Professor André Lemaire, em 1978

## 4.5 - O Texto Bíblico nas Cadeias

### 4.5.1 - Divisão

Nas diferentes Cadeias, seja qual for a sua forma, o nome do autor da passagem exegética utilizada é mencionado, geralmente, quer pelo copista, quer pelo rubricador, no corpo do texto ou nas margens. Este nome, aqui, e nos manuscritos jurídicos está no

genitivo (por ex. *Eusebiou, Theodorou, Augustinou, etc.*) e deu-se-lhe o nome de *Lemme*, embora na sua significação original não significasse isso, mas sim proposição, ou *Styque* (do gr. *Lemma*, ou seja, a parte do verso que é proposta para ser explicada). A significação original de *Lemme* foi aplicado, mais tarde, ao nome do autor da citação ou texto que se vai utilizar ou explicar, vindo por isso no genitivo, como que a significar o possuidor (autor) desse texto.

Normalmente o *lemme* vem escrito por meio da abreviatura, por ex. Aug. (Augustinou, de Agostinho), Theod(oretus), Eus(ebius), etc., o que, às vezes, pode levar a engano. Podemos encontrar uma lista de abreviações de nomes próprios mais frequentes em Montfaucon (Migne, 1857-1866, P. G., p. 348 e em Devreesse, 1928-1966, Col. 1090). Da sua omissão voluntária ou involuntária surgiu uma exegese seguida ou um comentário contínuo.

Deste teor é o Comentário de Eusébio sobre os Salmos. De facto, este comentário não é outra coisa senão uma Cadeia sem *lemmes*, isto é, uma cadeia sem os nomes dos autores donde foram tirados os ditos. Na verdade, ele não passa duma colecção de extractos exegéticos, retirados de uma meia dúzia de autores, desde Atanásio até Hesíquio. Assemelham-se a este os Comentários aos Salmos de Pedro de Laodiceia.

#### 4.5.2 - Siglas

Existem também sinais que servem de chamada de atenção e de *lembra-memória*. Eis os mais comuns:

- *Sko* – *Σκολιον*, em oposição a *Upómneima* que significa exposição seguida.
- Nos autores clássicos os *Skolistai* são posteriores aos *Upomneimatistai* (comentadores) ou aos *Upomneimatismenoi* (*Annales*) que eram comentários expositores ou notas explicativas de uma certa extensão e seguidas.
- *Gnw* – *Gnōmei* [Γνομει] que indica uma espécie de sentença ou máxima.
- *We* – *Ōraion* [Οραιον] que indica admiração.
- *Up* – *Upódeigma* [Υποδημα] que significa indicação, exemplo, ilustração e utiliza-se para introduzir uma comparação.

Às vezes usa-se *We* com o sentido de *Nota bem*; *Gnw* ou *Yp(atios)* [Ψπατιος] que podem dar a sensação de serem nomes próprios, mas que significam, normalmente, uma chamada de atenção, como por exemplo: *Sei(maion)* [σημαιον] (com o significado de Sinal. Aparece ainda *Ant(ithesis)* (αντιθησις) com o significado de *a que se responde*; *Er(wteisis)*, [Ερωτεισις] ou seja, *questões* ou *questionar*, a que corresponde *Ap(okrisis)* [Αποκρισις], resposta. Estes dois últimos sinais pertencem a um género literário que é constituído por perguntas e respostas e que se encontra, tanto na literatura profana, como na religiosa cristã. Existe ainda outra sigla constituída por duas letras (*Oo*) que costumam aparecer no início de algumas Cadeias ou no cabeçalho. Com elas quer o copista ou *catenista* indicar que eles não encontraram o nome do autor desse fragmento copiado, por ex. no Vat. gr. 1996. Alguns dos manuscritos trazem os *Scholia* dum mesmo autor numerados, segundo Devreesse (1928, Col. 1091-1092).

#### 4.5 3 - Finalidade das Cadeias

O objectivo das cadeias era apresentar, sob forma resumida, as diferentes exegeses. Ao princípio, os primeiros ensaios punham nas margens as interpretações da *Siro-Hexaplar*. Dois eram os autores que aí se revezavam ao longo do texto dos Salmos: Hesiquius e Atanásio. Na Cadeia a Job, encontra-se também S. João Crisóstomo.

Do mesmo teor são, tanto os *Scholia* de um Manuscrito de Londres, conhecido por *Lond. Soc. Bibli. 24* ou *Codex Zacynthius* (séc. VIII) sobre o Novo Testamento; (Devreesse, 1928-1966, Col 1092). Assim, por exemplo os das margens do Vat. Gr 354 (Vaticano, em língua grega). Podemos encontrar também várias *Hexaplares* misturadas como acontece no manuscrito Vat. gr. 346 (Mercati, 1999, pp. 1-15). Por vezes são apenas os dois comentários de *Hesiquius* que são dados ou então os deste e os de Teodoreto, por exemplo, como acontece nas Cadeias aos *Pequenos Profetas*. De facto, segundo parece, os primeiros *Scholia* e as Cadeias primitivas eram constituídas a partir de dois ou três autores. Por exemplo: as cadeias sobre o Octateuco-Reis giram à volta duma mesma obra: As Questões de Teodoreto; algumas cadeias aos Pequenos profetas andam à volta, também, de Teodoreto; a Cadeia sobre Job gira à volta do Comentário de São João Crisóstomo, o mesmo acontecendo às cadeias de Mateus, João, Actos, Salmos e Cânticos.

#### 4.5.4 - Época das Cadeias Bíblicas, *Glosas* e das *Postillae*

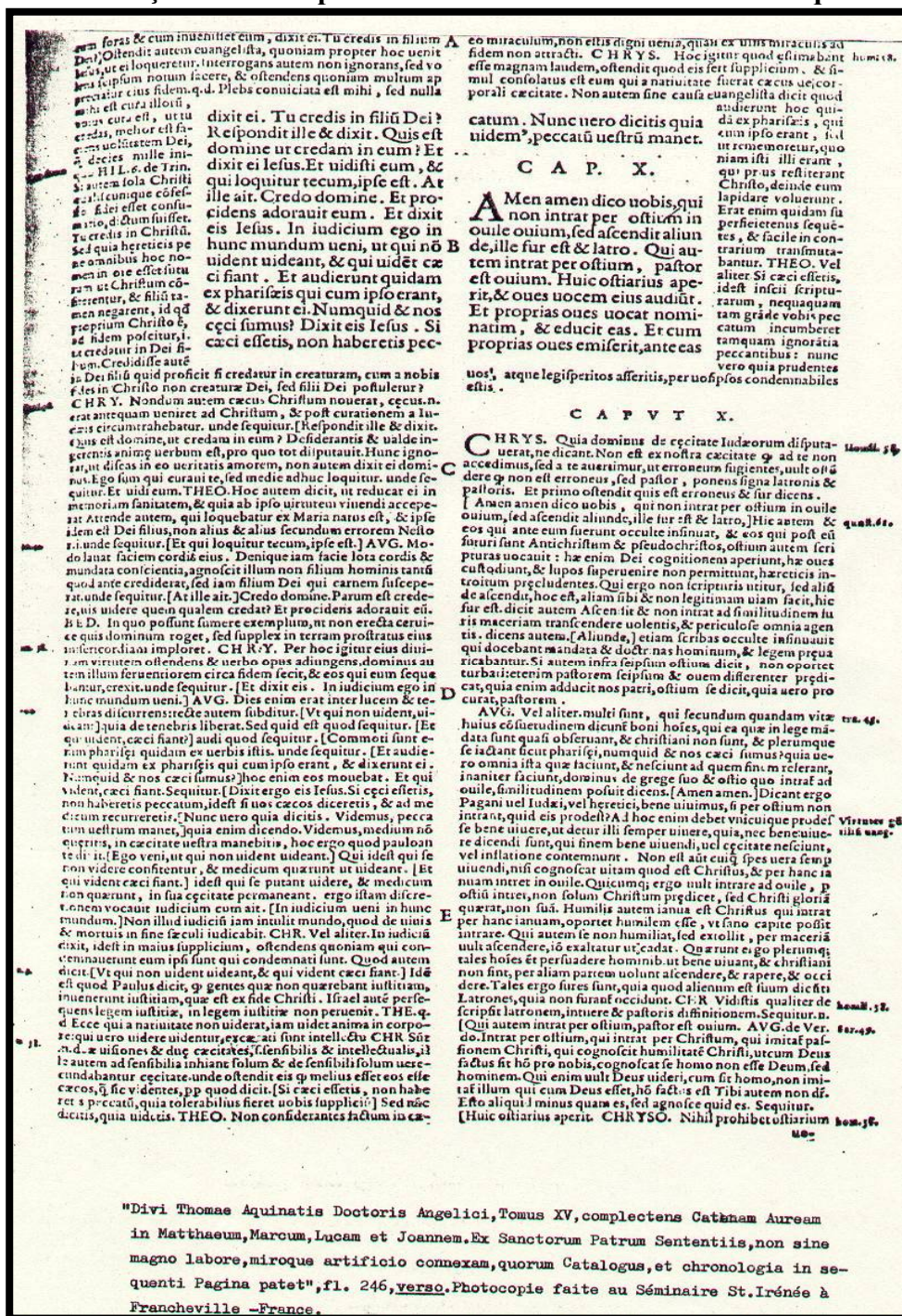
A obra de Procópio de Gaza (465-528 d.C.) que é considerada a fundadora desse género ou Método aplicado à Bíblia, data do início do século VI. A partir daqui, este método desenvolveu-se grandemente, sendo bem conhecidas as cadeias (*catenae*) de: Nicetas, (séc. XI-XII), Metropolitano de Heracleia, na Trácia; Patrício Crisocéfalo, que resumiu Nicetas; Leão (de cognome o Patrício), que compôs as Cadeias ao Génesis e a Job; Olimpíodoro, diácono de Alexandria (do séc. VI) que compôs uma – Cadeia a Job, aos Provérbios, ao Eclesiastes e a Jeremias (*Patrologia Grega* - 93); *Oecumenius* (bispo da Trácia na *Thessália* (do séc. V/VII) que compôs uma Cadeia aos Actos dos Apóstolos, a São Paulo, e às Epístolas Católicas (P.G. 118-119); André, Bispo de Cesareia da Capadócia (do séc. VII) que fez o mesmo ao Apocalipse de S. João; Aretas (de Cesareia e do séc. X) que também fez uma Cadeia ao Apocalipse (P.G. 106); Pedro de Laodiceia, aos Salmos e Evangelhos; Filóteo, aos Pequenos Profetas; Anastásio de Niceia, aos Salmos; João Drungários (cerca do ano 700) que fez a cadeia aos Grandes Profetas, embora se duvide se não é apenas o autor do prólogo; André (um certo André, mas desconhecido) que fez cadeias a Isaías, Actos dos Apóstolos, Cartas de São Paulo e Epístolas Católicas. Talvez se trate apenas de um copista e não dum verdadeiro catenista (Devreesse, (1928, Vol. I, Col. 1094).

Uma cadeia sobre o Evangelho de São Marcos é atribuída, por vários manuscritos, a Vítor de Antioquia, do séc. V, mas, no Manuscrito, de Paris gr 187 (séc. VI) que é uma cadeia sobre o Evangelho de São João diz-se que, tanto esta cadeia, como uma outra feita a São Marcos são atribuídas a Tito de Bástia. É-lhe atribuída ainda uma cadeia ao comentário de São Lucas que, segundo alguns autores, pertenceria, antes, a Cirilo de Alexandria. Atribui-se uma ainda a S. João Crisóstomo, mas sem grandes fundamentos.

O método das cadeias surgiu e desenvolveu-se, bastante bem, entre os Bizantinos, o que não aconteceu com os Latinos da Baixa Idade Média, pois, entre estes, não há nada de semelhante nessa época. Do tempo carolíngio temos as *Glosas* de Wolfrid Strabon, e as *Postillae* de Nicolau de Lyra. Contudo nem a primeira nem a segunda obras constituem verdadeiras cadeias. O nome de *Postilla*, deriva de *post* + *illa*, isto é, mais depois daquelas palavras; ou de *posta*, isto é, página, dando o diminutivo *Postilla*, (Fernandez,



## Ilustração 10: Exemplo da Cadeia Áurea de S. Tomás de Aquino



Fonte: Fotocópia retirada de um exemplar pertencente à Biblioteca do Seminário de Saint Irénée (Francheville, Lyon)

1951, Livro IV, nº 121, pp. 496-04 e Du Cange, 1678, vol. 3, *in-folio*). Julgamos que a primeira verdadeira Cadeia Bíblica latina deverá ser atribuída a S. Tomás de Aquino (nascido em 1224 ou 1225, em Roccaseca, perto de Nápoles e falecido no convento de Fossanova em 07/03/1274). Pertence-lhe o comentário aos 4 Evangelhos, composto a

partir das citações tiradas dos Santos Padres gregos e latinos. Mas esta obra tinha, no início, o nome de *Glosa Continuata*. O nome de *Cadeia* foi-lhe dado apenas nas primeiras edições impressas, a partir de 1484. Mais tarde, adicionou-se-lhe o atributo de Áurea.

O termo *Cadeia* teve origem no facto de esta obra ser composta de elos seguidos. O termo, porém, não é grego (*seira*), mas latino – *catena* cujo sentido original seria a de comparar as citações bíblicas dos Santos Padres a uma sequência de anéis ou elos ligados uns aos outros.

Como complemento das *Postillae Biblicae*, pode adicionar-se uma obra que foi escrita, pela primeira vez, em português, em 1741 e que, tendo caído no esquecimento, foi reeditada, em Fac-Simile, em 2005, pela Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa.

O seu título é: *Postilla Religiosa, e Arte de Enfermeiros guarneçada com eruditos conceitos de diversos autores, facundos, Moraes e Escriurários, pelo Padre Fr. Diogo de Sant'Iago, religioso de S. João de Deus com que educou, e praticou aos seus Noviços, sendo Mestre deles no Convento de Elvas para perfeição da vida Religiosa e voto da Hospitalidade*. Dedicada ao Reverendíssimo Padre Fr. Jozé de Jesus Maria, digníssimo Provincial Apostólico da mesma Província. Lisboa Ocidental, na oficina de Miguel Marescal da Costa, Impressor do Santo Ofício. Ano MDCCXLI. Com todas as licenças necessárias. Edição Fac-Simile. Alcalá. Lisboa, 2005.

Na *Postilla*, que é apresentada pelo Prof. Luís Graça da Escola Nacional de Saúde Pública e introduzida pelo Padre Aires Gameiro da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, lê-se o seguinte:

*Trata-se do primeiro Manual de formação em cuidados de enfermagem de que há notícia em Portugal e, nessa medida, deveria ocupar lugar de relevo na proto-história do ensino das ocupações e profissões de Saúde* (Graça, 2005, p. I)

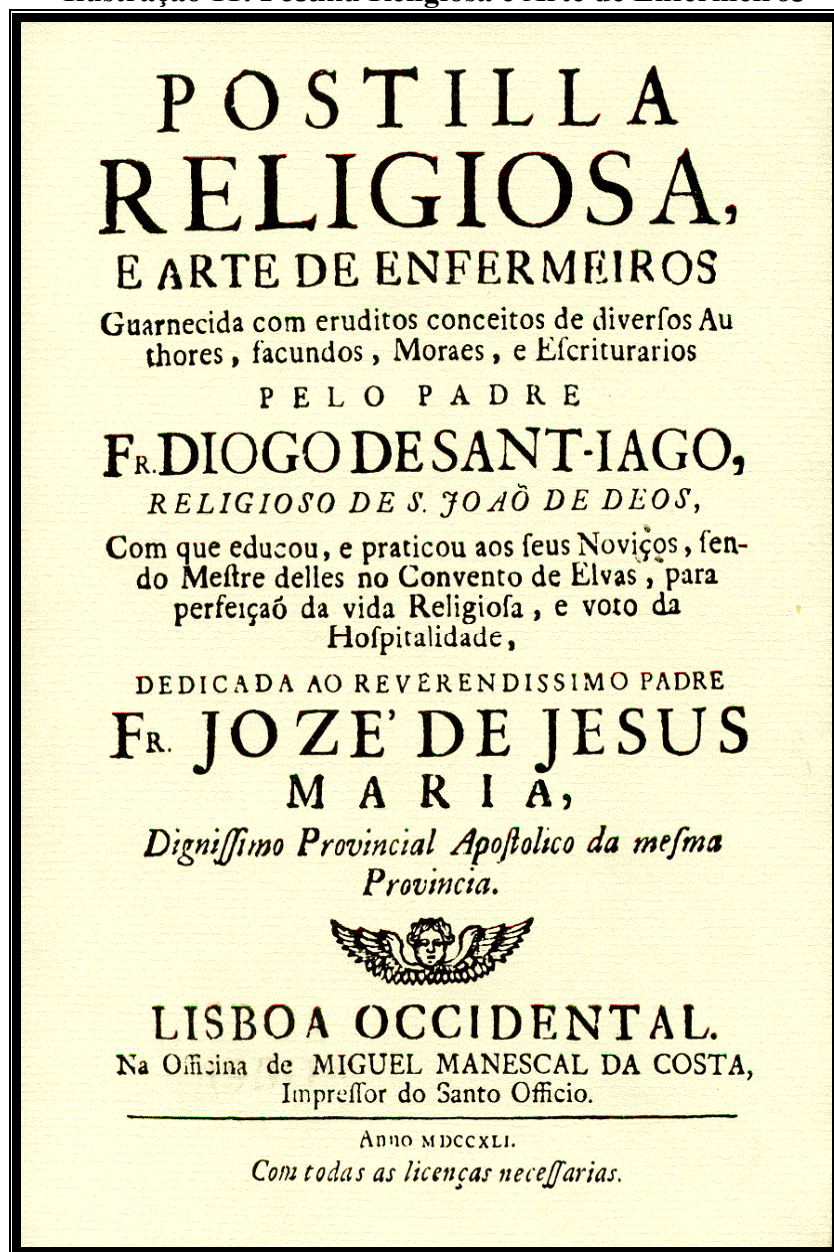
Estendendo-se por 300 páginas, o livro está dividido em três partes (Tratados), subdivididas em capítulos, sendo os capítulos do Tratado II *os mais interessantes do ponto de vista de arqueologia dos saberes e das práticas de enfermagem* (Idem, p. II).

Embora esta obra não seja original quanto ao género, nem pioneiro no tempo, pois *na vizinha Espanha a preocupação com a formação do pessoal religioso que prestava*



*cuidados de enfermagem já remontava ao século XVII, tendo já sido publicadas duas obras, entre as quais a Instrução de Enfermeiros, em 1617, de Andrés Fernández (Ibidem).*

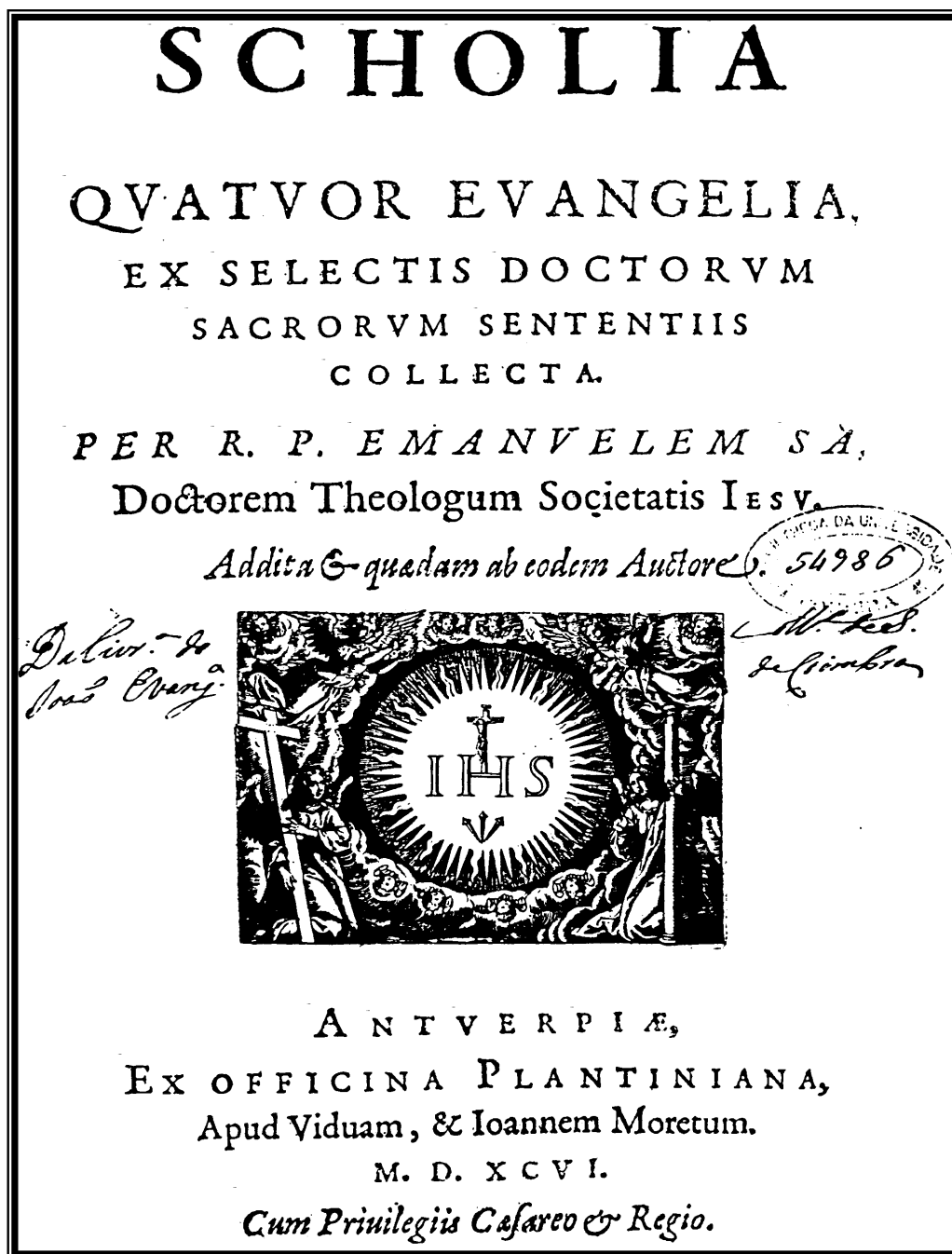
**Ilustração 11: Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros**



**Fonte:** Livraria da Imprensa Nacional. Edição Fac-Simile (2005)

## 5 - Análise dos Escolhos de Manuel de Sá

Ilustração 12: Frontispício dos *Scholia* da Edição de 1596 (Antuérpia)



Fonte: Fotocópia da edição de Antuérpia, conservada na Biblioteca da Universidade Católica de Lyon

### 5.1 - A Obra e a Metodologia

A Edição de Antuérpia de 1596, a mais antiga de que se tem memória, coincide com a data da morte do seu autor e apresenta as seguintes características:



Nesta edição lêem-se as seguintes informações:

1. Tem o título de *Scholia in Quatuor Evangelia, ex doctorum sacrorum sententiis collecta. Per R.P. Emanuele Sa, Doctorem Theologum societatis Jesu.*
2. Os Escolhos aos quatro evangelhos foram seleccionados e retirados das sentenças dos Doutores Sagrados;
3. São da autoria do R. P. Manuel de Sá, Doutor Teólogo da Companhia de Jesus;
4. Foram-lhe adicionados novos elementos pelo mesmo autor (*Addita et quaedam ab eodem auctore*);
5. Ao centro vê-se o Monograma dos Jesuítas dentro de uma figura geométrica oval, em cujo centro estão inscritos os seguintes símbolos: o triptograma IHS (*Iesus Hominum Salvator*), estando, por cima, um crucifixo, e, por baixo, três cravos a apontar para cada uma dessas três letras;
6. A Edição foi feita em Antuérpia, na oficina Plantiniana, junto da Viúva e João Moreto, no ano de 1596;
7. Com o privilégio imperial (*Cesareo*) e Real (*et Regio*);
8. O livro apresenta ainda: (1) uma nota introdutória dirigida ao Superior dos Jesuítas dessa época, Francisco de Borja; (2) uma chamada de atenção ao leitor; (3) anotações para uma boa interpretação dos Escolhos e ainda (4) uma dedicatória de João Moreto, dirigida ao Cavaleiro João de Pourcelet;
9. Esta edição é constituída por 483 páginas
10. Na Nota introdutória (p. \* 3), dirigida por Emanuel Sà S. (sic) ao seu superior *Reverendo Admodum in Christo Patri Francisco Borgiae Praeposito Generali Societatis Iesu*, ele declara o seguinte:
  - Que esta obra foi elaborada devido à ordem que ele Francisco de Borja lhe dera, *Quod imperasti ut facerem, feci*;
  - Que ela não será tão perfeita quanto ele desejara: *si non quam velles forte*

*perfectam;*

- Mas que ele, Manuel, fizera o que pôde, apesar de ter estado muito sobrecarregado com outras ocupações: *at quantum potui, aliis multis, ut scis occupationibus impeditus;*
- Que este trabalho foi, acima de tudo, elaborado pela causa de Deus: *opus hoc Deo gratum, cuius est praecipue causa elaboratum;*
- Que espera ser útil aos membros da Companhia como foi da vontade de Francisco de Borja e ainda a todos os outros que o consultarem: *Spero tamen (...) tum nostris quibus hoc compendium consultum voluisti, et aliis etiam qui uti volent, utile futurum;*
- Finalmente, recomenda-se às suas orações de maneira muito familiar: *Vale Pater plurimum in Christo reverende, meque ut soles, Deo Commenda e*

Assina Emanuel Sà, S. (sic).

É a primeira vez que vemos este (S) solto, depois do nome de família Sà. Quererá significar Sociedade de Jesus? Neste caso faltaria o (I). Ou puramente *Socius*? Ou será a inicial de outro nome de família? Uma incógnita cuja solução se nos depara impossível, atendendo aos dados que possuímos.

*Nota ao Leitor* (p. \* 3): Aqui, Manuel de Sá adverte o leitor sobre a razão da brevidade e da clareza e sobre a finalidade da obra. Esta foi feita:

- para comodidade do leitor;
- abreviou-se a substância, sendo proporcionada de modo breve e claro;
- essa substância, em parte nenhuma tinha sido, até então, encontrada assim sintetizada;
- embora lhe tivesse dado trabalho, ele não quer exagerar, mas pede àqueles que o lerem, que rezem por ele, e dá-se por satisfeito do seu trabalho se merecer dos leitores uma oração *id mihi pro eo satis fuerit si bene opere hoc de Lectoribus merui;*

- Notas adicionais para a compreensão dos *Scholia* (pp. 12-14, nºs 1-14): aqui, explicitam-se as fontes e o modo como elas foram utilizadas. Quanto ao nome dessas fontes, Sá menciona-as imediatamente como tendo sido: os Santos Padres, (da Igreja), os Escritores Cristãos, a *Glosa Interlinear*, a *Glosa Ordinária* (nº 1).

As passagens tiradas da *Interlinear* são assinaladas com a sigla *Int(erlinear)* e é colocada logo no início da passagem utilizada (nº 2). O que foi tirado da Glosa Ordinária é identificada com o sinal *Glo(sa)* (12). Por Glosa entende-se uma nota explicativa sobre as palavras ou sentido de um texto, uma interpretação ou um comentário.

Por razões de brevidade (nº 3), nunca vêm identificados os lugares donde foram tiradas, nem os seus autores. Relativamente aos Santos Padres ou doutores, utiliza as abreviaturas de cada um, por ex. *Aug.* (*Augustinus*), *Chry* (*Chrysostomus*), *Orig* (*Orígenes*), etc.





Continet clauis quarta huius libri regis manille  
In partem cuiusdam boni laudis et  
Debita a populo facta sunt et bonum  
Dum innotet quibus data futura gerat  
Primo inde dicitur foribus quodque  
Rex dantur remanet quoque laudis  
Alce regem dicitur de gentis subinde  
Abominat legem dicitur quodque  
Nihilis amos post hunc comitatu pueri omnes  
Et centum abbas qui obit inde pueri  
Quem loquatur senex latius sub pio marino  
Calpar mactat dicitur laudis  
Rundat aduentum nam debeat affricum  
Xardus inde abbas pandit grata refer  
Dicitur quidam inquit abbas dicitur  
Algeus regem tempore adit fecit  
Dicitur equos nobiles innotet inter subarias  
Ipsa abominat in malicia canis  
Sicut dicitur peris et pupas forisq triplo  
Ipsa mactat de coactis opes atq laud

**Fonte:** [Onlin] [Consult. 19-10-08] Disponível em

<http://www.auctiva.com/hostedimages/showimage.aspx?gid=618449&image=154585449&images=154585437,154585449,154585459,154585508,154595841,154585559,154585541,154585518,154585531,154585552,154585572,154585584,154585600,154585614,154585638,154585398,154585592,154593684,154585627,154593675,154593698,154593709,154593716,154593730&formats=0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0>

A todo esse trabalho de verdadeiro *catenista*, juntou ele *notas próprias*, àqueles lugares que, segundo ele, requeriam maior cuidado na interpretação. Não querendo, porém, misturá-las com a posição dos autores citados, colocou-as separadas, no fim de cada

página, sob o título *Additiones auctoris in Cap. I.* etc. não porque as achasse de menor importância, mas, pura e simplesmente, para não se imiscuir na opinião dos outros. Quanto ao peso das suas próprias sentenças outros farão o seu juízo (nº 1 e 14).

Quando se cita S. João Crisóstomo deve-se fazer a distinção entre *Chry.*, que significará o autor da obra incompleta e *Chry. In Ho.*, que significará o próprio João Crisóstomo no Comentário ao Evangelho segundo São Mateus. Esta distinção tornou-se necessária porque a obra imperfeita era atribuída a Crisóstomo, falsamente. Deste modo ficaria bem claro que só atribuiria a Crisóstomo a obra que na verdade lhe pertencia (nº 7).

Quando se cita a *Interlinear* deve tomar-se atenção ao local onde é posta essa sigla: se é colocada no princípio da citação quer dizer que a *Int.* faz parte da própria Glosa Interlinear; se é colocada no fim quer dizer que não fazia parte da Glosa Interlinear, mas foi adicionada pelo santo Padre respectivo.

Pode acontecer que, logo depois, siga o nome de outro autor da sentença seguinte que vem imediatamente, sendo, então separados por este sinal ¶ (nº 7). Mas o nome dos Doutores é sempre mencionado.

Quando se cita, utilizando a abreviatura. *Graec.*, quer dizer que tal sentença pertence a autores gregos, o que Fócio, na Cadeia Grega, chama de *ádeilon*, isto é, incluído. Tal aprendeu-o Manuel de Sá do ilustríssimo e doutíssimo Cardeal Sirleto (nº9), com o qual trabalhou na revisão da Versão dos Setenta e da Vulgata Latina.

## 5.2 - Dedicatórias

Existem duas: a primeira é a de João Moreto (p. \* 2), *cliens addictissimus* dirigida ao cavaleiro Pourcelet – *Illustrissimo Domino Ioanni de Pourcelet, Equiti, Domino de Walhey, Hara Vocourt, Guysenville, Buy-ey, etc.*, datada de Antuérpia, *ex Typografia nostra Plantiniana, Idib. Iulii. M.D.XCV*, isto é, um ano antes da edição, vindo a terminar com a sua assinatura *Ioannes Moretus*, qualificada como *Cliens addictissimus*. A segunda é a de Manuel de Sá que é dirigida a São Francisco de Borja, na qual ele lhe diz que fizera o que lhe pedira para fazer: *Quod imperasti ut facerem, feci*.

## 5.3 - O Texto Bíblico

O Texto Bíblico é colocado ao cimo e ao longo de toda a página e não contém outra

divisão senão aquela relativa aos capítulos (cf. Ilustração 13, p. 251). Ainda não existe a divisão dos capítulos em versículos como aparecerá nas *Notationes in totam Scripturam Sacram*. Quer dizer que o texto que ele utilizou na elaboração dos *Scholia* ainda não tinha sido dividido em versículos.

De facto o texto sacro original, tanto do Antigo, como do Novo Testamentos, não tinha divisão alguma, nem em capítulos, nem muito menos em versículos. Era um texto contínuo para ser lido. Mas, pouco a pouco, houve a necessidade de citar passagens desses mesmos textos, o que se tornava difícil e o costume era dizer de modo vago: *como diz a Escritura* ou, ainda, no *Livro de Moisés sobre a sarça-ardente*, etc.

Por outro lado, na era Cristã surgiu a necessidade de dividir o Novo Testamento em secções ou capítulos, como é testemunhado por diversos Santos Padres e Escritores Eclesiásticos, como por exemplo, Clemente de Alexandria (MG, 9,517), Tertuliano (ML, I, 1290), S. Dionísio Alexandrino (MG, 20,697). Tal divisão foi sentida útil por causa das leituras públicas na liturgia, pois havia o costume de se recitarem secções fixas, em determinados dias (S. Agostinho, 1977, *Prologus in Epistolam. Ioannis ad Parthos*. Prol. (ML Migne Patrologia Latina, 35), como existe, aliás, ainda hoje.

Assim, já nos séculos V e VI, os Evangelhos apareciam, em vários Códices, divididos em secções (A - C - N - R - Z). Onde: Mateus teria 68 secções ou capítulos, Marcos teria 48, Lucas 83, João 17 ou 18 e Actos no Códice B e no código S (Sinaítico) tinham 36 capítulos. Nos outros Códices, os Actos apareciam divididos em 40 capítulos. Esta divisão foi atribuída a Eutálio, diácono alexandrino do século IV, que, segundo testemunhos, teria dividido as Cartas Paulinas e Católicas em 147 capítulos (Conybeare, 1904, 5, pp. 39-52).

Em Eusébio de Cesareia, segundo Tuya e Salguero (1967, p. 436) encontramos os quatro Evangelhos divididos em 1.162 Secções, chamadas *Kephálaia* [Κεφάλαια] ou Perícopas [Περικοπαι], sendo assim distribuídas: Mateus com 355 secções, Marcos com 233, Lucas com 342, João com 232.

Cada uma dessas secções, representadas por seus respectivos números, está disposta em dez *Tábuas* ou *Cânones* nas quais se distribuem as secções desta forma:

#### 5.4 - Cânones utilizados nos Escolhos e suas respectivas secções

**Tabela 9: Os Dez Cânones utilizados nos *Escolhos* e suas respectivas secções**

| Cânones    | Secções contidas | Matéria Contida                                                         |
|------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| 1º Cânone  | 74               | Comuns aos 4 Evangelhos                                                 |
| 2º Cânone  | 111              | Comuns a Mateus, Marcos e Lucas                                         |
| 3º Cânone  | 22               | Comuns a Mateus, Marcos e João                                          |
| 4º Cânone  | 25               | Comuns a Mateus, Marcos e João                                          |
| 5º Cânone  | 82               | Comuns a Mateus e Lucas.                                                |
| 6º Cânone  | 47               | Comuns a Mateus e Marcos                                                |
| 7º Cânone  | 7                | Comuns a Mateus e João                                                  |
| 8º Cânone  | 13               | Comuns a Lucas e Marcos                                                 |
| 9º Cânone  | 21               | Comuns a Lucas e João                                                   |
| 10º Cânone | 251              | Mt - 62 secções; Mc - 21 secções<br>Lc - 72 secções; e Jo - 96 secções. |

Devido à praticabilidade desta divisão (com eles podiam-se encontrar com relativa facilidade os textos desejados), esta divisão, ou melhor o número dos cânones encontra-se com certa frequência anotados na margem dos códices manuscritos antigos. O testemunho mais antigo do uso desta divisão encontra-se, segundo Tuya e Salguero (1967, p 436) e Höpfel – Leloir (1958, p. 252, n.360), no Códice Sinaítico que é do século IV; São Jerónimo, *Praefacium in 4 Evangelia ad Damasum*: (Migne, ML, 1844-1855) Col. 525-530).

A divisão hodierna, em capítulos de longitude mais ou menos idêntica, foi introduzida, pela primeira vez, na Vulgata Latina, pelo arcebispo de Canterbury, Estêvão (*Etienne*, em francês ou *Stephanus*, em latim) Langton (falecido em 1228), na Universidade de Paris por volta do ano 1214, moda que se propagou a todas as edições dos textos e versões, passando mesmo para texto grego do Novo Testamento e da Versão dos Setenta e para o texto Hebraico da *Bombergiana*, dita também Bíblia Rabínica. O nome de Bombergiana adveio-lhe por ter sido impressa por Daniel Bomber, em Antuérpia em



1518, tendo, então, duas edições distintas: uma para leitores cristãos e outra para leitores judeus (<http://www.bible-researcher.com/hebrew-editions.htm>). A divisão original de Langton encontra-se no códice latino 14417 da Biblioteca Nacional de Paris, fol. 125<sup>a</sup>-126b (Tuya e Salguero, 1967, p. 436, nota 133).

Mais tarde, seguindo a ideia de Longton, os Dominicanos, seguindo Hugo de S. Caro, dividiram os capítulos longtonianos em sete secções que vinham assinaladas nas margens com as letras alfabéticas a, b, c, d, e, f, g, sistema que passou inclusive para os Missais e Breviários.

Relativamente aos versículos (versos) a divisão aconteceu mais tardiamente. Segundo Vaccari (1951, Vol. I., Lib. III, nº 26, 29, pp. 248 e 250), já no tempo de Jesus Cristo, os escribas tinham aplicado ao Antigo Testamento uma divisão em versículos, adicionando no fim de cada livro a numeração desses mesmos e, bem assim, as expressões *o que ler mas não escrever*, ou *o que escrever mas não ler*, assim como pontos extraordinários com os quais se indicava que uma palavra era duvidosa ou espúria (ditografia), etc. Mas pertence a Sanctes Paganini a colocação de números nas margens da sua versão latina de ambos os Testamentos, editada em Lyon em 1528, assim como a sua divisão em versículos.

A partir do século II a. C., os Rabinos utilizaram o sistema chamado *Esticométrico*, que era empregue, sobretudo, nas obras clássicas. O sistema da *esticometria* consistia em escrever por *esticos*, no qual cada linha devia conter tantas sílabas quantas tinha o hexâmetro {do grego ἑξ, *héx*, seis, e μέτρον, *métron*, medida(s)} ou seja o *Stikos* de entre 15 a 16 sílabas com cerca de 36 letras (ou 6 pés). Evidentemente, neste sistema tinha-se mais em conta a longitude da linha e o número de sílabas do que o sentido da frase ou do período. Era, por meio do número de esticos escritos, que se pagava aos copistas ou calígrafos. Este sistema foi muito comum na transcrição de manuscritos bíblicos a partir do século VI. Também se encontram alguns códices que trazem, ao fim, o número de esticos escritos. Um exemplo disto é o *Códice Claromontano* do séc. VI. (Harris, 1893, pp. 29-64 e ainda Tuya e Salguero, 1967, Vol. II, p. 435).

Em 1551, Roberto Etienne (*Robertus Stephanus*) conservou a divisão em versículos de Paganini para o Antigo Testamento, mas idealizou uma outra para o Novo Testamento, imprimindo toda a Bíblia com uma divisão completa em capítulos e versículos. Foi esta

divisão que se propagou até aos nossos dias (*Institutiones Biblicae*, 1951, Vol. I., *Prolegomena*, p. 11, nº 12).

Quanto ao Antigo Testamento, sabe-se que em 1509 só ainda existia a divisão em versículos para os Salmos, trabalho que pertenceu a Lefèvre e Sanctes Pagnini em 1528 aplicou a divisão em versículos a toda a Bíblia. A primeira Bíblia latina a ser publicada com essa divisão completa foi em 1592, pertencendo essa glória à Igreja Católica (Tuya e Salguero, 1967, Vol. I, pp. 436-437). Quanto à Bíblia hebraica a divisão em versículos foi introduzida, pela primeira vez, no texto hebreu dos Salmos no ano 1556 por Sabionetta e, em 1569-1572, por Benito Árias Montano na *Poliglota de Amberes*, divisão que foi igualmente tomada da Vulgata (Idem, p. 430).

### 5.5 - Numeração e divisão de Manuel de Sá

Na falta da divisão em versículos, Manuel de Sá adicionou números árabes (sobrepostos aos vocábulos) e, mais tarde, adicionou letras (a.b.c./aa. bb. cc.), ou sinais (./., ./., .f.) àquelas palavras que deveriam ser ainda ilustradas. Esta segunda adição fez-se pela necessidade de não mexer na numeração já feita e pela necessidade de esclarecer palavras que, entretanto, iam sendo encontradas dignas de uma explicação, antes omissa (nº 12). Esta segunda numeração é frequente, sobretudo no aparato crítico ou explicativo. Portanto, a numeração das palavras do texto bíblico e do aparato é um processo metodológico de Manuel de Sá (cf. Ilustração 13, anteriormente apresentada na p. 251).

Poderemos confrontar o que temos vindo a dizer com a disposição da *Catena Aurea* de S. Tomás que não tem numeração alguma, a não ser a divisão do *folium* em ABCDE/FGHIJ. A Glosa Ordinária apresenta outra disposição: a frase supralinear, mas só para algumas palavras, números marginais do lado direito para referir o estico, comentado por Nicolau de Lyra e letras supralineares para as adições de Paulo Burgense e réplicas de Matthiae Thoringi (*Opera et Studia Theologorum Duacensium*).

A sigla *Graec.*, quando vem no início da sentença, significa *Graecè* (em grego, à maneira grega) e quando vem no fim significa *graecismus* ou *helenismo*. De igual modo **Heb.** significará *hebraicè* (em hebraico), se vier no princípio, ou *Hebraismus*, se vier no fim (nº 14).

Dum modo geral, os autores e obras que aparecem nos Escolhos de Sá são os seguintes: São João Crisóstomo, Santo Agostinho, São Gregório, Teofilacto, Beda, Orígenes, Alcuíno, Cirilo, Eusébio, Hilário, São Jerónimo, Taciano, Marcião, Aimo, Dídimo, Glosa Ordinária, Glosa Interlinear, Poliglota Complutense, Concílios (Éfeso), *Glosa* de Isidoro de Sevilha.

Para melhor compreensão, distinguiu entre o *sentido literal* e o *sentido místico* (cf. Fotocópia supra), e colocou cada um numa coluna distinta, vindo o primeiro na coluna da esquerda e o segundo na coluna da direita; corrigiu posições anteriores relativas a esta matéria, como, por ex. atribuindo o sentido literal a passagens que eram interpretadas no sentido místico e vice-versa (nº 11), ou atribuindo opiniões a quem de direito e não como elas apareciam nos autores precedentes.

A maior divisão que apresenta o texto dos quatro evangelhos é aquela sob a forma das letras do alfabeto: de *A* a *Z*, seguindo esta ordem: Mateus, começa com *A - A2 - A3; B - B2 - B3;.....; Z - Z2 - Z3* (João I-III,26 encontra-se ainda nesta secção *Zz3*) João III,27 começa em *Aa* ( e segue em - *Aa2 - Aa3* (p. 369) *Bb - Bb2 - Bb3 Zz - Zz2 - Zz3* João termina com *Pp2* (cf. p.483).

## 6 - Formalidades

### 6.1 - Aprovação

A aprovação desta obra (cf. Sá, *Scholia*, 1596 p. 483) foi dada, em Roma, pelo Mestre do Palácio Sagrado e pelo R. P. Geral, depois de ter sido examinada e reconhecida por alguns membros da Companhia de Jesus, pelo que o Provincial da Província de Milão, João Paulo Oliva lhe deu o *Imprimatur*. Falta a data desta aprovação.

### 6.2 - Privilégio Cesáreo ou Imperial

Rodolfo II, imperador da Alemanha, Hungria, Boémia, Dalmácia, Croácia, Eslavónia e Rei Arquiduque de Áustria, duque da Burgúndia, Stíria Caríntia, Carniola e Wiertemberg, etc., reconheceu (cf *Scholia*, p. 484) e tornou notório a todos que, depois que Manuel de Sá da Sociedade de Jesus escreveu os *Scholia aos quatro Evangelhos* e tendo em mãos as *Notas a Toda a Sagrada Escritura* (isto prova que os *Scholia* são anteriores às *Notationes*), concede o direito de publicação a João Moreto durante 10

anos, expirados os quais poderão ser publicados por qualquer outro tipógrafo que o deseje. Este direito, concedido a João Moreto e a proibição a todos os outros, tiveram lugar em Praga, sob o sigilo imperial, no dia 29 de Janeiro de 1594, dois anos antes da morte de Manuel de Sá.

Termina com o nome de *Rudolphus Admodum sacra Caesaria M<sup>tis</sup> proprium; Subfig. Iacobus Curtius à Senstenau. Io. Baruitius. Additum sigillum Caes. M<sup>tis</sup> in cera rubra.*

### 6.3 - Privilégio Real

Também o Rei Filipe II de Espanha (e I de Portugal) concedeu a João Moreto o privilégio de só a ele caber o direito de publicar os *Scholia, sive Annotationes aut Meditationes in quatuor Evangelia ex Selectis Sacrorum Doctorum Sententiis collecta per R.P. Emanuele Sà, Doctorem Theologiae Societatis Jesu, cum additionibus eiusdem auctoris*, pelo prazo de nove anos ou de conceder esse direito a qualquer outro, por si indicado. Se alguém editar esta obra contra a vontade de J. Moreto, será réu de pesadas multas e ser-lhe-ão confiscados todos os exemplares.

Esta concessão foi dada, em Bruxelas, a 16 de Maio de 1594 (*Bruxellae, XVI. Maij, M. D. XCIII*, sendo assinado por I. de Buschere e D'Enghien).

## 7 - Edição

A Edição teve lugar na oficina (tipografia) Plantiniana, da Viúva e de João Moreto, em Antuérpia, em 1596 (*M.D. XCVI*).

### 7.1 - Finalidade e Ocasão

À finalidade e ocasião da elaboração dos *Scholia* já se tinha referido Manuel de Sá na dedicatória que fez ao P. Francisco de Borja. Enquanto a ocasião se ficou devendo a um mandato do seu superior, a finalidade teve em mira a consulta que deles poderiam fazer os Membros da Companhia de Jesus e outros mais.

Sobre a elaboração dos *Scholia* possuímos quatro cartas, pelo menos, que, antes de analisarmos, achamos por bem situá-las no seu contexto pessoal e temporal.

Em 1561 Francisco de Borja (Comissário da Companhia em Portugal e Espanha, desde

1554 (embora a nomeação oficial a tenha recebido de Inácio, só a 13 de Novembro de 1555, cf. Borgia, 1908, Tom. III, p. 412 e Dalmases, 1983, p. 107), é chamado a Roma, segundo *Monumenta Ignatiana (Epistola VI, pp. 122-123; 151-153)* e Dalmases (1983, p. 106) para ocupar o lugar de Assistente, deixado vago com a partida de Gonçalves da Câmara para Portugal. Este cargo, porém, só seria ocupado em princípios de 1564. Em 1562 reabriam as sessões do Concílio de Trento e para participar nelas, o P. Diogo Lainez foi de França (Poissy) onde se encontrava desde Julho de 1561, para assistir a um Colóquio Religioso, indo acompanhado pelo Secretário da Companhia, o Padre João de Polanco (Idem, p. 155). Assim, os três grandes homens desta época, eram: Diogo Lainez (Geral), O P. Francisco de Borja (Assistente) e o P. João de Polanco (Secretário).

A primeira carta é escrita de Trento segundo o Padre Nadal (*Epist. P. Nadal, 1899, Tom. II, Appendix, XVI, a2, p. 626*), a oito de Julho de 1563, e pertence ao P. João de Polanco que a dirige ao P. Manuel de Sá, por comissão do Superior Geral, Diogo Lainez. Os termos desta são os seguintes:

*Pax Christi. Recebió N. P. la de V. R. de 28 del passado, iunto con las anotaciones del primero capítulo de Santo Mattheo y parecele ch'estan muy bien, y que serra (sic) este provechoso trabajo; Y así de vera V.R. continuarle, abreviando un poco más para que quede la Biblia más portable.*

*Y quando no se pudiesse la más abreviar sin quitar algo de las cosas, quittese dellas lo que mejor se pueda scusar; y el citar los auctores y lugares, de donde se toma lo que se dize, hará que la cosa tenga más autoridad.*

*La interlineal se puede poner toda, aunque no se pongan los dichos de la Glosa quando vienen a ser los mesmos; y no repugna, aunque se guarde la interlineal dicha, citar el lugar donde se toma.*

*En lo demás no tiene V. R. que responder, sino que se huelga que V.R. tome con consolación suia esta occupacione y trabajo. Embiase aqui el capítulo que ya está visto.*

*De Trento, le 8 Julio 1563.*

Esta carta tinha sido precedida por uma outra, enviada por Manuel de Sá ao P. Lainez *Recibió N.P. (Nuestra Paternitá, isto é, o nosso Padre Geral), la de V. R., isto é, a de Vossa Reverência, do dia 28 del passado, ou seja, Junho. Com esta carta Manuel tinha enviado as anotações feitas ao primeiro capítulo do Evangelho de São Mateus. O Geral da Companhia comissiona o Padre Polanco para escrever a resposta e lhe fazer saber quais as suas impressões.*

Em primeiro lugar mostrou-se satisfeito com esse trabalho por lhe parecer estar *muy*

*bien e ser um provechoso trabajo.* Em segundo lugar, ordena-lhe que o continue (*devera continuarle*). No prosseguimento, porém, deverá abreviar os capítulos um pouco mais *para que quede la Biblia más portable*. Esta necessidade é tão premente que, *quando não se possa cortar algo, elimine-se o que melhor se possa eliminar*.

Quanto ao citar as fontes e nomear os autores, isso será bom para dar mais autoridade ao trabalho. Relativamente à *Glosa Interlinear* ele é de opinião que se deva escrever toda, mesmo que para isso se sacrifique a *Glosa Ordinária* quando os dizeres sejam os mesmos.

Esta tarefa é tão urgente que o Padre Manuel de Sá não terá que responder por outra tarefa. Todos ficarão satisfeitos com o facto de que ele se sinta consolado com essa ocupação e trabalho. Com esta carta reenvia-se-lhe o capítulo já visto.

Ano e meio depois, Manuel de Sá tinha já anotado *tres evangelistas*. É o que se depreende de uma carta que Binsfeld Pedro Canísio escreve ao Geral P. Lainez, da cidade Augusta, a 6 de Janeiro de 1565. Esta apresenta um carácter de verdadeira urgência relativamente à elaboração dos Scholia: *Valde rogamus ut urgeatur negotium scribendi aliquid quod in Scholis praelegi possit*.

Tal situação de urgência será compreensível se atendermos àquela grande utilidade que poderá ter uma obra de tal calibre. E se está atrasada, isso se deverá, com certeza, às muitas ocupações que têm impedido o autor de a terminar tão depressa quanto era desejado. Seria, pois, necessário que D. Emanuel fosse aliviado de todas as outras tarefas a fim de continuar os comentários aos três Evangelistas, uma vez que estes trariam muita luz, autoridade e bom-nome à nossa Sociedade (*Epist. P. Nadal*, 1899, Tom. II, *Appendix*. XLIV, p. 660).

## **7.2 - O Texto preparado em 1574**

O texto dos *Scholia aos quatro Evangelhos* parece estar pronto, em 23 de Setembro de 1574, como é testemunhado por uma carta de Nadal (*Epist. P. Nadal*, Ibidem), por Sommervogel (1890-1916, VII, 352, 353) e também por Possevinus (1606, Vol. I, p. 503) a qual tem por objectivo pedir ao Superior o seu parecer e a sua vontade sobre a impressão do livro de Manuel de Sá: *sopra il imprimirsi il libro del P. Dr. Emanuel*

*sopra gli Evangelii, isto é os Scholia in Quatuor Evangelia ex selectis Doctorum Sacrorum sententiis Collecti, Antuerpiae 1596 se si y contenterà que si mandi qua, che io lo procuri, o se seria più facil stampar in Venetia, o per dilla.*

Desta carta depreende-se que a obra estava praticamente terminada e faltava apenas o consentimento do Superior para poder ser impressa. Além disso, parecia ao Padre Nadal que seria mais fácil ser impressa em Veneza.

Um mês depois (a 17 de Outubro de 1574), o P. Everardo Mercúrio escreve, de Roma, ao Padre Nadal (*Epist. P. Nadal, 1902, Tom III, Epist. 56, p. 677*) para lhe comunicar que a obra de Sá deveria ser examinada por três ou quatro dos teólogos Jesuítas para julgarem acerca da oportunidade de serem citados os lugares da autoridade utilizados, para que se possa imprimir com maior utilidade e dignidade:

*Mi pare bene che V.R. faccia venire costà la glosa degli evangelii fatta dal P. Emanuele Saa, et che da tre o quatro di cotesti teologi nostri che sono vicini si dia una vista, et si consideri se serebbe molto spediente che si citassero i luoghi dell'autorità o espositioni che cita, acciochè con maggior utilità et dignità possa stamparsi..*

O mesmo P. Everardus Mercúrio escreve (*Epist. Nadal, 1899, Tom. I, Appendix LXXXVI, p. 823; cf. Regest., Cod. 33j, ff. 16, 17*), também de Roma e no dia seguinte, isto é, dia 18 de Outubro, ao Padre Paulo Hoffeu da qual passamos a transcrever o seguinte parágrafo:

*P. Emmanuel Saa scripsit Glossam quandam in Evangelium satis eruditae, quae item his theologis probabatur. Deerat unum, quod ego amplius ad illam adiciendum cupiebam plane, ut locorum interpretationis, quas ipse ex Patribus antiquis selegit, ad origines, sive ad ipsorum Patrum loca revocarentur, quod fortasse postea fecit. Scribo P. Natali ut librum curet isthuc mitti, qui cum allatus fuerit, operam Tua R.<sup>a</sup> dabit ut isti theologi iudicent an praelo tradendus sit (...). Romae, XVIIJ, octobri 1574.*

Destas duas últimas cartas três coisas ressaltam à vista.

- A primeira relaciona-se com a certeza de que os *Scholia* já estavam praticamente prontos, faltando-lhes apenas os últimos retoques.
- A segunda tem a ver com os melhoramentos que os superiores e amigos desejariam ver introduzidos, como, por exemplo, os nomes dos Santos Padres donde Manuel de Sá retirou ou dos quais se serviu para as suas próprias notas. Everardo admite que, possivelmente o autor já teria feito precisamente isso. Esta

ressalva *quod fortasse postea fecit* sugere que Everardo Mercúrio tinha lido a obra muito antes dessa data. Este desejo de Nadal vai contra a ordem do superior geral, transmitida por Polanco de abreviar, ao máximo, para que a bíblia se tornasse mais ligeira.

- A terceira refere-se à utilidade que havia de essa obra ser vista por um grupo de teólogos competentes para que tivesse maior autoridade e fosse melhor aceite pelo público leitor.

Portanto, esta obra seguiu as seguintes etapas:

1. Em primeiro lugar houve um mandato emanado de Francisco de Borja, entre os anos 1561-1563, altura em que ele ocupava o cargo de Vigário Geral, na ausência de Diogo Lainez;
2. Houve um primeiro ensaio com o capítulo I de S. Mateus, enviado pelo autor ao P. Lainez, no dia 28 de Junho de 1563; sendo achado muito bom, exigiu-se dele a continuação do trabalho, num breve espaço de tempo;
3. Esse ensaio serviu de pretexto para lhe darem alguns conselhos acerca da metodologia, tais como: abreviar tanto quanto possível, e quando não se pudesse abreviar mais, suprimir aquilo que podia escusar-se, ao citar os autores e lugares donde as citações eram tiradas; fazer de modo a que a citação demonstrasse mais autoridade; quando houvesse concordância entre a Glosa Interlinear e a Glosa Ordinária deveria preferir-se a primeira;
4. Deu-se-lhe carta branca para continuar o trabalho e a garantia de que;
5. Esse trabalho estava acima de qualquer outro, podendo dar-se por satisfeito com esta ocupação;
6. Em 1565 é-lhe dada nova ordem de escrever urgentemente devido à utilidade que a obra teria para os membros e bom-nome da companhia;
7. A 23 de Set. 1574 o P. Nadal envia, de *Halae*, uma carta para que se sonde o Geral sobre a impressão da obra;
8. Nos dias 17 e 18 de Outubro de 1574 pelas cartas do P. Everardo Mercúrio sabe-se que a obra está praticamente completa, faltando-lhe os últimos retoques e a leitura de um grupo de teólogos para receber a aprovação.



Daqui se conclui que, em fins de Outubro de 1574, a obra podia ir para o prelo. Se foi, não o sabemos e não temos testemunhos de edição alguma antes de 1596. O que teria acontecido? Não deixa de ser intrigante este facto, se tivermos em conta que:

- a obra estava pronta;
- os superiores tinham urgência em publicá-la;
- as aprovações do Mestre do Sagrado Palácio, do R. P. Geral e ainda a declaração destas duas aprovações, feita pelo Provincial de Milão, João Paulo Oliva que se encontram nesta edição Antuerpiana de 1596 não têm data, enquanto que, tanto o *Privilegium Caesareum* (29 de Jan. 1594), como o *Summa Privilegii Regii* (17 de Maio 1594) a têm. É possível supor que aquelas tenham sido dadas logo que o livro ficou pronto e que, devido às aprovações tardias das autoridades Imperiais e Reais, lhes tenham sido retiradas para não criar susceptibilidades.

### 7.3 - Texto editado apenas em 1596. Porquê?

Porquê a sua edição, apenas em 1596 (Sommervogel, 1890-1916, T. VII, Col. 352), quando a obra estava pronta em 1574? Ora desde o ano de 1574 até 1596 vão 22 anos! É, sem dúvida, um período muito longo, principalmente se tivermos em conta que os superiores de Manuel de Sá o tinham instado para que a terminasse o mais depressa possível. Terminada, pois, em 1574, porque é que não foi logo publicada? É certo que Sommervogel (1890-1916, cols. 352-353), vendo-se perante esta dificuldade, confessa: *Il y a, je pense, une édition antérieure, publiée peut-être par l'auteur (voir ma note du n.1)*. Mas nessa nota nada se diz dos *Scholia*, mas apenas que *d'après la dédicace de l'édition de Madrid 1600 (dos aforismos), les Notationes in Scripturam auraient paru avant les Aphorismi*. Mas, Sommervogel não notou bem as palavras de Manuel de Sá quando diz: *Edidi nuper sub filii Tui nomine, Virgo beatissima, Notationes in totam scripturam (...)*, palavras que se referem às *Notationes in totam Scripturam Sacram* e não aos *Scholia in Quatuor Evangelia*. Por isso, a dificuldade permanece e a dúvida sobre se existiu uma edição destes últimos anterior à data de 1596, continua.

Será que o atraso da aprovação dos *Escolhos aos Quatro Evangelhos* de Manuel de Sá se ficou a dever à interferência de forças exteriores à Companhia de Jesus? Movidos por esta interrogação fomos levados a procurar no desenrolar dos acontecimentos desse

período algo que pudesse interferir no atraso dessa publicação. Nenhum deles, só por si, poderá dar uma resposta à nossa questão, mas, todos somados, talvez possam prestar alguma luz que nos sirva para desvendar esta incógnita.

### 7.3.1 - Período 1564 a 1574

É o período pós-conciliar, mais precisamente, a partir da data (24- 03-1564) em que foi promulgado o *Índex dos Livros proibidos* e as *Dez Regras Tridentinas* através da Constituição *Dominici gregis custodiae* de Pio IV, com as quais se encerrou o Concílio de Trento. Vejamos quando e como se desenvolveu o Concílio de Trento e quais foram as matérias que nele foram tratadas.

**Tabela 10: Períodos do Concílio Tridentino**

| Período    |    | Início           | Termo                                                                                                         | Sessões  |
|------------|----|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Tridentino | 1º | Dez. 1545        | Março 1547                                                                                                    | I-VIII   |
| Bononiense |    | Março 1547       | (Fev. 1548) Set. 1549                                                                                         | I-X      |
| Tridentino | 2º | Maio 1551        | Abril 1552                                                                                                    | XI-XVI   |
| Tridentino | 3º | Janeiro 1562     | Dezembro 1563                                                                                                 | XVII-XXV |
|            |    | 26 Janeiro 1564  | Bula <i>Benedictus Deus</i> de Pio IV a Confirmar as Resoluções do Concílio.                                  |          |
|            |    | 14 de Março 1564 | Bula <i>Domici gregis custodiae</i> de Pio IV para confirmar as Regras Tridentinas sobre os Livros Proibidos. |          |

**Tabela 11: Períodos do Concílio Tridentino**

| Período    |             | Temas tratados                                                                                                                                                   |
|------------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tridentino | 1º          | Escritura e Tradição; Pecado Original; Justificação Baptismo e Confirmação.                                                                                      |
| Bononiense | -           | Penitência, extrema-unção; Ordem; Matrimónio. (Provisório).                                                                                                      |
| Tridentino | 2º          | Eucaristia; Penitência e Extrema-unção.                                                                                                                          |
| Tridentino | 3º          | Comunhão; Sacrifício da Missa; Decretos sobre: os Sacramento da Ordem e do Matrimónio; Purgatório; veneração dos Santos e das Imagens sagradas; as Indulgências. |
|            | 26-01-1565  | Confirmação do concílio pela Bula <i>Benedictus Deus</i> de 26 de Janeiro de 1564 de Pio IV                                                                      |
|            | 14 -03-1564 | Bula <i>Domici gregis custodiae</i> de Pio IV para confirmar as <i>Regras Tridentinas sobre os Livros Proibidos</i> .                                            |

A **Regra X** (décima) refere-se à impressão de qualquer livro da Bíblia, dizendo que se devia observar o que tinha ficado expresso no V Concílio de Latrão, sob o pontificado de Leão X, sessão X, referindo ainda que se deviam seguir à risca os preceitos disciplinares particulares para os autores dos livros, para as cidades dos livros (*Bibliopolis*) e para as bibliotecas (Denzinger, 1965, ed. XXXIII, nº 1860, pp. 424-425).

Como estas dez regras constituem a obra principal onde se baseia a confecção do *Index librorum prohibitorum* que fora imperada por Pio IV pelo Breve *Cum Magnus iam*, de 14 de Janeiro de 1562, o assunto foi discutido pelos padres conciliares na congregação de Janeiro de 1562 e depois de algumas emendas e adaptações, foi aceite o *Index Pauli IV* pelo *Decretum* de 17 e 26 de Fevereiro de 1562 (Idem, p. 423). Os deputados prosseguiram o seu trabalho em particular, mas não o terminaram porque o concílio foi dissolvido; assim, nem o próprio *Index Tridentinus*, nem aquelas regras gerais aparecem nas Actas Sinodais, mas, tanto aquele como estas foram promulgados finalmente por meio da Bula *Dominici Gregis* de Pio IV, como consta do *Bularium Romanum Taurinense* (BullTau., (1857ss). Vol. 7, pp. 281ss e Denz. 1965, ed. 23ª pp. 423-425, n-

1851-1861).

Este Índice que ficou a ser conhecido pelo nome de *Index librorum prohibitorum, cum Regulis confectis per Patres a Tridentina Synodo delectos, auctoritate Santissimi Domini Nostri Pii IV Pontificis Maximi comprobatus*, Roma, 24-03-1564 (Ibidem) era formado por uma relação formal das obras interditas àqueles que professavam a fé católica, sendo vedada a leitura, tradução, detenção, empréstimo ou venda dos mesmos. Inicialmente, o incumprimento destes preceitos implicava sanções canónicas (como, por exemplo, a excomunhão). Mais tarde, em 1900, foi promulgada por Leão XIII a edição reformada desse Índice; em 1948 fez-se a trigésima segunda e última edição deste índice. Em 1966 o papa Paulo VI ordenou a interrupção da inserção de mais obras nesta lista, que conteve escritos censurados de Simone de Beauvoir, Balzac, George Sand, Locke, Pascal e Jean Paul Sartre, e inclusive de vários religiosos, como os de São Francisco de Borja e de outros.

### **7.3.2 - Condenação dos erros de Micahel Baius (der Bay) da parte da Igreja**

Pio V, a 01 de Outubro de 1567, através da Bula *Ex omnibus afflictionibus* condenou 79 sentenças sobre a natureza do homem e sobre a virtude da graça de Micael Baius por serem consideradas erróneas. Com ele foram também condenados Ioanne Hussels e o P. António Alonso Sablónio (de *Sablons*), doutrina essa que seguia o Agostinianismo rígido já ensinado por alguns padres da Ordem Franciscana Menor e recebida da Universidade de Paris.

### **7.3.3 - Período do choque de jurisdições entre Pio V e Filipe II**

Segundo Pastor (1977, pp. 258-259) ficaram conhecidos certos factos históricos que marcaram o papado de Pio V e o reinado de Filipe II de Espanha (I de Portugal). Este último publicou *Regium exequatur* e *Placet* régios com os quais se opunha à liberdade da Igreja. Contra esta situação e abuso veio a Bula *In Coena Domini* de 1568 do Papa Pio V, impondo as mais severas penas aos que *empleando recursos de fuerza, impidiese la publicación de bulas o de breves pontificios o impusiesen tributos a los eclesiásticos sin la debida autorización pontificia* (Ibidem).

Tal bula gerou alguns incidentes, especialmente em Barcelona, onde o vice-rei Hurtado de Mendoza fez prender dois clérigos, perguntando ao Reitor do Colégio jesuíta se tinha

incurrido na excomunhão da dita Bula. O Padre Ayala consultou os Padres e teólogos e, em privado, respondeu-lhe afirmativamente.

Perante esta resposta, o Vice-rei manda uma embaixada queixando-se de que a resposta da excomunhão tinha sido pública e que, devido a isso, o Reitor do Colégio deveria sair de Barcelona e mesmo da Catalunha. O P. Ayala respondeu-lhe que só sairia quando o seu superior religioso lho ordenasse.

O Vice-rei recorre a Francisco de Borja, Superior de Ayala. A resposta, porém, de Francisco de Borja foi pronta e a favor do P. Ayala: *Por la información que ahora tengo no puedo con justicia condenar el voto que dio el P. Ayala. Quede V. E. servido con la pena que el P. José ha tenido del sentimiento que V. E. ha mostrado contra uno que es tan suyo.* (Idem, p. 260).

Parece que as coisas se compuseram e a questão terminou aqui. No entanto, tal situação revela um mal-estar entre a Companhia de Jesus e os Poderes políticos de Espanha e Portugal.

#### **7.3.4 - Perseguição contra os Jesuítas**

Em 1571, segundo José Eduardo Franco (2006), Vol. I, p. 118), o insigne Doutor Benedito Arias Montano escreveu uma *Apologia* contra os Jesuítas, dirigindo-a ao rei Filipe II de Espanha com o título seguinte: *Apología contra la economía jesuítica por el insigne Doctor Benedicto Arias Montano del Aucto de Santiago, canónigo de San Marcos de León, Capellán de Honor de S. Majestad Don Felipe II. Varón de admirable virtud y de singular ciencia y erudición en las Divinas y humanas letras, Año de Cristo 1571* (Cód. 10129, Fols. 1v-2 da Biblioteca Nacional de Madrid). Esta *Apologia* contra a economia jesuítica pretendia apresentar-se como uma advertência ao governo do rei, espanhol Filipe II (1556-1598), manipulando-o contra os jesuítas (cf. Franco, 2006, Vol. I, pp. 118ss).

Este ataque veio na sequência de uma crítica feita por alguns jesuítas ao projecto de edição da Bíblia Régia, também chamada *Poliglota* ou ainda *Poliglota de Amberes* ou *Lanternins* (Antuérpia, Bélgica), coordenada por ele, patrocinada pelo Monarca espanhol (Idem. p. 119), publicada entre 1569-1572 e que, segundo Tuya e Salguero 1967, Vol. I, p. 599) *supera a Complutense (del Cardenal Jiménez de Cisneros) el aparato critico y*

*en la elegancia de papel y de impresión. La edición se llevó cabo en la tipografía de Chr. Plantin. Consta de ocho volúmenes.* Mais tarde recusou as honras episcopais que lhe tinham sido oferecidas pelo rei Filipe II, mas aceitou ser o Capelão real e superintendente da Biblioteca do Escorial.

Também em Portugal, já sob Filipe I, se acusa a Companhia de Jesus de ser a responsável pela perda da nossa Independência. Sobre este assunto Franco (2006, Vol. I, p. 125), diz o seguinte:

*De facto, não faltou na época, e na historiografia anti-semítica posterior, quem atribuisse aos conselhos e à educação dados pelos Jesuítas a D. Sebastião o desastre nacional que representou, juntamente com o desaparecimento do rei português, a derrota sofrida na batalha contra os mouros travada em Agosto de 1578 no deserto de Alcácer-Quibir.*

Nos meios eclesiásticos, sobretudo no meio dos dominicanos, celebrou-se o Frei Alonso de la Fuente, discípulo de Melchior Cano pela sua acérrima luta contra os Jesuítas. Em Lorena, segundo o mesmo Franco (Idem pp. 287-288) escreveu um *Memorial* e, 1576 que dirigiu ao Cardeal D. Henrique e ao responsável dos Dominicanos portugueses. O seu título era o seguinte: *Memorial em que se contém a heresia e engano subtilíssimos que ensinaram os iluminados de Castela, e a doutrina que mana dos Teatinos, que por outro nome se chamam da Companhia de Jesus e em Portugal Apóstolos.*

Este frade dominicano apresenta aqui os Jesuítas sumariamente como uma seita de hereges, inspirados por Satanás, dando da Ordem de Loiola esta imagem fantástica, em alguns aspectos muito similar a algumas acusações feitas aos protestantes pelos católicos. Na sequência deste *Memorial*, o anti jesuitismo dominicano continua na pessoa de Frei Humberto de Almeida que, em 1601, pronunciou na Catedral de Coimbra um sermão anti-jesuítico que escandalizou muitos dos ouvintes que pediram mesmo que os Jesuítas fossem desagravados (Idem, p. 288). Esta luta de dominicanos contra os jesuítas continuou na doutrina da *Graça* com o Frei Domingos Bañes e, mais tarde na célebre *Questão dos Ritos Chineses*.

Em 1593 é publicado na Alemanha, no meio das controvérsias com os Protestantes, um livro insultuoso ao máximo contra os Jesuítas com o título de *História Ordinis Jesuitici*, editado por Polycarpe Leisier que se fez passar por um antigo noviço da Companhia de

Jesus. Neste livro os Jesuítas eram apelidados de *Assassinos, ferozes javalis, ladrões, Traidores, víboras, cabras nojentas e porcos repugnantes*. O livro acusa os jesuítas de recorrerem à tortura como um dos métodos pedagógicos mais frequentes, adoradores do próprio Satanás, etc. (Franco, 2006, Vol. I, p. 78-79)

A 27 de Dez. de 1594 os Jesuítas são Banidos de França devido ao atentado de tiranocídio de Henrique IV, levado a cabo por Jean Châtel no quarto da bela Gabriela (estudante de 18 anos) que declarou, debaixo de tortura, que tinha sido aluno dos Jesuítas em Clermont. Feita a rusga no Colégio, foram encontrados libelos no quarto do Bibliotecário (P. Guignard) nos quais se defendia o tiranocídio. Devido a esse atentado que não passou de uma punhalada sem efeitos mortais, e por terem encontrado material relativo ao ensino da doutrina sobre o tiranocídio segundo escreve Pierre de l'Étoile citado por Lacouture (1993, Vol. I, p. 411), *os jesuítas foram levados para fora da cidade de Paris por um meirinho da corte*, no domingo 8 de Janeiro de 1595 e a ordem dos Jesuítas foi banida em França, mas não sem antes terem enforcado o P. Guignard.

Todos estes acontecimentos teriam pesado para que a aprovação dos *Scholia*, tanto do Imperador Rodolfo, como do rei Filipe II de Espanha tivessem demorado tanto tempo. Notemos que Árias Montano *partner* do rei Filipe (no que diz respeito à edição da Poliglota de Antuérpia) não estava nada satisfeito com os Jesuítas devido às críticas que lhe tinham dirigido sobre essa mesma edição. Além disso quase toda a Europa dependia de dois altos senhores cujo poder era quase intocável.

De facto toda a Europa, nessa altura, estava sob o domínio de Rudolfo II e de Filipe II. Segundo Llorca (1960, Vol. II, pp., 527- 531), Rudolfo II (1552 - 1612, neto de Carlos V, por parte da sua mãe Maria de Habsburgo que foi casada com Maximiliano II) foi: Imperador do Sacro Império Romano (1576 a 1611); por herança natural tornou-se Rei da Boémia (1575-1607) e da Hungria (1572-1607); depois foram-lhe adicionados os títulos de Arquiduque da Áustria, Duque de Carniola, Caríntia, Landgrave da Alta e da Baixa Alsácia (1576-1608), Rei dos romanos (1575); depois de abdicar foi-lhe dado o título de Duque da Estíria (1590-1611), Conde do Tirol (1595-1611). Por outro lado, Filipe II era rei, de Espanha e de Portugal, e também das Colónias Ultramarinas de ambos os respectivos países. De igual modo todos os domínios extra-europeus Espanhóis e Portugueses se encontravam subjugados ao beneplácito deste último rei,

pelo que não era fácil resistir à sua vontade.

No entanto, ambos tinham recebido severa educação católica na Espanha, e ambos favoreceram a Contra-Reforma, chegando o primeiro a usar as armas, em 1580, para impor à cidade de Aix-la-Chapelle (Aachen em Alemão), um governo católico.

É de notar também que estaria ainda bem gravado na memória de todos o grande conflito que existiu entre a Companhia de Jesus e a Inquisição espanhola, no período de 1559-1561 que, segundo o mesmo Llorca (1960, p. 354), se virou contra os grandes místicos de Espanha. Com efeito, no dia 17 de Agosto de 1559, sob o papa Paulo IV, como o atesta Dalmases (1983, p. 141) essa Inquisição publicou, em Valladolid, o Catálogo dos Livros Proibidos pelo qual se declarava que ficavam proibidos:

*(...) de modo genérico todos los sermones, tratados, cantos y oraciones que tratasen de la Escritura o de los sacramentos de la Iglesia. En Sevilla se llegó a temer que aquella medida alcanzaba a los ejercicios de San Ignacio, y el rector del colegio se apresó a entregar al Inquisidor local todos los ejemplares en romance que tenia de ellos.*

Com a publicação deste Índice, foram atingidos alguns livros de personagens famosos da Companhia, entre os quais, na opinião de Dalmases – Gilmont (1961, *AHSY*. 30, pp. 154-155), duas obras do P. Francisco de Borja: o livro *Obras del Cristiano* que tinha sido editado em Baeza, clandestinamente, em 1550 e ainda a *Primera parte de las obras (---) compuestas por il ilustrísimo señor don Francisco de Borja, duque de Gandia e a Segunda parte de la obra del ilustrísimo señor don Francisco de Borja con otras muy devotas* que foi impressa em Alcalá de Henares por Juan Brocar sem autorização do seu autor. Os Jesuítas reclamaram, mas a Inquisição respondeu: *que lo proveído está bien proveído (Borgia II, p. 50)*. Perante isto instalou-se o medo em Valladolid, Sevilha e sinais idênticos, segundo Dalmases (1983, p. 143), *se produjeran también en otras ciudades, como en Barcelona*.

Um outro facto curioso que se deu entre 1561-1596 tem a ver com os seis primeiros Biblistas Jesuítas. Todos nascidos e falecidos quase simultaneamente e aos quais Tuya e Salguero (1967, p. 231) se refere com estas palavras: *Estos seis escrituritas de indudable valor, pertenecen a la ínclita Compañía de Jesús (...)*. A maior curiosidade, neste caso, consiste em verificar que nesse período só houve duas obras bíblicas de Jesuítas que foram impressas: uma pertencente ao Padre Francisco de Ribera (Comentário aos 12



Profetas Menores, publicada em 1561, em Antuérpia (edição duvidosa) e a de 1587, em Salamanca e uma segunda pertencente ao Padre Francisco de Toledo (Comentário ao Evangelho de São João) que foi impressa em 1588, em Roma. Todas as outras (bíblicas), salvo os Aforismos cuja primeira edição foi feita em Antuérpia, em 1595) são póstumas e todas elas publicadas a partir de 1596, como consta do quadro seguinte:

#### 7.4 - Obras de Biblistas Jesuítas (1561 (?) -1623)

**Tabela 12: Obras dos seis primeiros Biblistas Jesuítas (1561 (?) -1623)**

| Autores             |       |       | Título da Obra                                    | Ano de edição                                              |
|---------------------|-------|-------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Nome                | Nasc. | Morte |                                                   |                                                            |
| Juan Maldonado      | 1534  | 1583  | Comentário aos 4 Evangelhos                       | 1596 (Pont-à-Mousson)                                      |
| Alfonso Salmerón    | 1515  | 1585  | Explicou quase todos os livros do Novo Testamento | 1597-1602 (Madrid)                                         |
| Francisco Ribera    | 1537  | 1591  | Comentário aos 12 Profetas Menores;               | 1561 - (Antuérpia)<br>1587 - (Salamanca)                   |
|                     |       |       | Epístola aos Hebreus                              | 1598 - (Salamanca)                                         |
|                     |       |       | Apocalipse                                        | 1591 - (Salamanca)                                         |
|                     |       |       | S. Juan                                           | 1623 - (Lyon)                                              |
| Jerónimo Prado      | 1547  | 1595  | Comentário a Ezequiel                             | 1596-1604 - (Roma)                                         |
| Francisco de Toledo | 1532  | 1596  | Comentário ao Evangelho de São João               | 1588 - (Roma)                                              |
|                     |       |       | 12 Primeiros capítulos de S. Lucas                | 1600 - (Roma)                                              |
|                     |       |       | Epístola aos Romanos                              | 1602 - (Roma)                                              |
| Manuel de Sá        | 1530  | 1596  | <i>Aphorismi Confessariorum</i>                   | 1595- (Veneza)                                             |
|                     |       |       | <i>Scholia in Quatuor Evangelia</i>               | 1596 - (Antuérpia)                                         |
|                     |       |       | <i>Notationes in Totam Scripturam</i>             | 1598 - (Antuérpia: e ainda uma edição antes dos Aforismos. |

Portanto, segundo vemos neste quadro, não há nenhum livro de Escritura de autor jesuíta

que tenha sido publicado no período que se estende desde 1574, data em que os *Scholia* já estavam prontos a ser impressos e 1596, ano em que foram finalmente editados.

Baseados em todos estes factos que manifestam uma grande animosidade contra os Jesuítas nesse período de 1559 a 1595 consideramos que não existia um ambiente propício e muito menos favorável à aprovação e impressão não só das obras de Manuel de Sá, mas também de qualquer outro Jesuíta, sobretudo de livros dedicados à Sagrada Escritura. Não admira, pois que, tanto os *Scholia in Quatuor Evangelia*, como as *Notationes in totam Scripturam Sacram* tenham sido aprovados pelo Imperador Rodolfo só em 29 de Janeiro de 1594 e pelo Rei Filipe II só em 16 de Maio desse mesmo ano.

Mas se foi isso que aconteceu, ou se, como o quer supor Sommervogel, houve uma edição primeira e anterior à de 1596, não o sabemos ao certo, pelo que preferimos deixar a questão em aberto, inclinando-nos, no entanto, para a nossa suposição.

### 7.5 - Alcance das suas Edições

As edições que conhecemos (Sommervogel, 1890-1916, p. 353) são representativas de toda a Europa Central, como se depreende das edições de:

- **Antuérpia**, em 1596, nas oficinas da Viúva e João Moreto. Encontram-se exemplares na Biblioteca Nacional de Paris (um exemplar In 4º 3 ff. limin 487 p. e mais 2 exemplares com as Cotas A-4306 e 18227;
- **Colónia**, em 1600, sumptibus Petri Amorsortj. Um exemplar encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa na secção dos Reservados;
- **Lyon**, em 1600, apud Ioannem Pillehotte, sub signo nominis Iesu. Um exemplar encontra-se na Biblioteca Nacional na secção dos Reservados; e ainda três edições em 1602 nas oficinas de Horácio Cardon: um dos exemplares encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris, In 4º 3 fl. limin 568, titre grec. Cota A-4307.
- **Veneza**, em 1602, na tipografia de Baptista Ciotum, In 4º;
- **Colónia** (duas edições): uma em 1612, e outra em 1620; ambas na tipografia Agripina.

## 8 - A sua utilidade para a Companhia

### 8.1 - O que estava em uso

Para o estudo da Bíblia, o que estava em uso era:

- A Patrologia: Homilias e Escritos dos Santos Padres;
- Os Comentários aos Actos e Lucas do Venerável Beda (673-737);
- Isidoro de Sevilha (+ 636), que nos deixou uma nova recensão da Vulgata supostamente representada no Códice Toletano (de Toledo do séc. X). No entanto, este trabalho não parece ter sido propriamente uma recensão segundo o estilo de Alcuíno, mas sim uma edição da Bíblia parecida à que fora feita, alguns séculos antes, por Peregrino. Esta Bíblia distinta da de Peregrino, que se fez em Espanha no tempo Visigótico terá de atribuir-se a Isidoro, com muita probabilidade. É possível que tenha usado a de Peregrino, assim como os Códices de Lucínio Bético (Tuya-Salguero, 1967, vol. I, p. 548). Ele escreveu ainda as *Etimologiae* - *Questões isagógicas e exegéticas* e outras obras relacionadas com a Bíblia;
- *Alcuinus de York* (735-804) que fez a correcção à Vulgata entre 797-801; a sua Bíblia corrigida foi oferecida a Carlos Magno, em 810, dia de Natal (*Epistola. Alcuini. Epistola. 43, ad Carolum Magnum* ; J.P.Migne, 100, 208; Tuya-Salguero, Ibidem);
- *Raban Maur* (736-856) que nos deixou uma *Cadeia* dos Rabis sobre São Mateus;
- *Wolfrid Strabon* (+ 849) a quem se atribui a *Glosa Ordinaria*. Esta é parecida à de Raban Maur. Mas esta *Glosa Ordinária* que cobre toda a Bíblia, não pertence, segundo Simon (1693, pp. 327s) a um único autor, mas, mesmo assim, tornou-se uma autoridade na matéria, sendo utilizada por Pedro Lombardo, São Tomás de Aquino e por outros teólogos da Idade Média. Foi editada em 1507, 1520, 1588. Também ela se baseia nos dizeres dos Santos Padres;
- *Anselmo de Léon* (+ 1117): com a *Glosa Interlinear*;
- *Nicolau de Lyra* (+ 1340), Regente em Paris, insigne escriturista, franciscano,

que escreveu: *Postillas Perpetuas in Universam Sacram Scripturam; Postilla Litteralis et Moralis; Tractatus de Differentia nostrae Translatinis ab Hebraica Littera Veteris Testamenti; Probatio Adventus Christi; Responsio ad Quemdam Judaeum; De Visione Beatifica; Oratio Seu Contemplatio ad Honorem S. Francisci; Commentarius in sententias Petri Lombardi. Doctor Planus.*

- *Hugo de S. Caro* (+ 1263), dominicano que compôs:
  1. *Correctorium* da Vulgata que tomou o nome de *correctório* dos Dominicanos por ser adaptado e utilizado por eles; conserva-se no *Códex Vaticano Ottob. 293*, do séc. XIII-XIV. (Encontra-se na colecção Ottoboni pertencente ao Cardeal Pietro Ottoboni, sobrinho-neto do papa Alexandre VI [Online] [Consult 10/10/06] Disponível em [http://www.dianepublishing.net/Cardinal\\_Pietro\\_Ottoboni\\_p/087169252x.htm](http://www.dianepublishing.net/Cardinal_Pietro_Ottoboni_p/087169252x.htm);
  2. *Concordâncias Verbais sobre a Sagrada Escritura*, nas quais dispôs as palavras por ordem alfabética, indicando os lugares em que aparecem;
  3. *Postillae, sobre toda a Escritura*, segundo o quádruplo sentido: literal, alegórico, moral e anagógico;
- *Tomás de Aquino* (+ 1274), dominicano que escreveu:
  1. *Comentários* a Isaías, Mateus, João, Job (1269-1272), Cânticos (1259-1268, em Itália), *Lamentações*, *Catena* a S. Paulo,
  2. *Catena Aurea*, aos quatro Evangelhos.

NB. De todas estas obras só se perdeu, até hoje, a *Expositio Cantici Canticorum*;

- *John Duns Scoto* (+1308), teólogo escocês que compôs *Comentários* ao Génesis, aos Evangelhos e às Epístolas; defensor do regalismo;
- *Paulo Burgense* (+1435), judeu espanhol convertido: escreveu *Annotationes ou addiciones* às *Postillas* de Nicolau de Lyra, nas quais amplificou o comentário deste, corrigindo-o, às vezes;

- *Matias Toringo* (+1460) que, com as suas Réplicas, segundo Tuya e Salguero (1967, Vol. II, p. 225), respondeu às *Adições*, às *Postillas* de Nicolau de Lira de *Pablo Burgense* (+ 1435), judeu espanhol converso.

Embora muito úteis, todas estas obras eram de difícil acesso, e diz-se mesmo que, a partir do século X, começou a decair o estudo literal-histórico da Escritura, surgindo o gosto pelo sentido alegórico e místico. Só com o renascimento dos Estudos Clássicos, nos fins do século XV e princípios do século XVI, viria a desenvolver-se a exegese propriamente dita, dando-se o devido destaque ao sentido literal. Assim:

- *Jacques Lefèvre d'Étaples* (+1536) escreveu *Comentários* aos quatro Evangelhos, às Cartas de Paulo e às Epístolas Católicas;
- *Sanctes Paganini* (+1541), dominicano, fez uma tradução latina literal de toda a Sagrada Escritura, feita sobre o hebreu e grego, sendo publicada, em Lyon, em 1528, com o título: *Veteris et Novi Testamenti nova translatio*, e ainda a *Catena Argentea*, sobre o Pentatêuco;
- *Franciscus Vatabulus* (+ 1547) que escreveu: *Annotationes*, sobre o Antigo Testamento e sobre os Actos dos Apóstolos; *Scholia* sobre Esdras-Nehemias, Ester, Job, Salmos, Sabedoria, Eclesiástico e Jeremias;
- *Francisco Ruiz* que, em 1546, escreveu e publicou, em Lyon, as 333 *Regras para entender as Sagradas Escrituras*, tiradas dos escritos dos Santos Padres e ilustradas com breves explicações;
- *Pedro António Beuter* que, em 1547, escreveu, em Valência, uma espécie de Introdução à Bíblia;
- *Ieronimus Oleaster (o Zambujeiro)* (+ 1560\63), (o português Jerónimo de Azambuja, dominicano) que escreveu *Comentários ao Pentatêuco* e participou no Concílio de Trento, celebrizando-se ainda pela crueldade de Inquisidor;
- *Andreas Marius* (+ 1573) que escreveu um Comentário muito erudito sobre o livro de Josué;
- *Martín Martínez de Cantalapiedra* (+1579) que publicou *Libri decem Hypotyposeon theologiarum sive regularum ad intelligendas Scripturas Divinas* (Salamanca, 1565);
- *Cornelius Jansenius* (+ 1576) que escreveu: *Annotationes et Periphrases in*

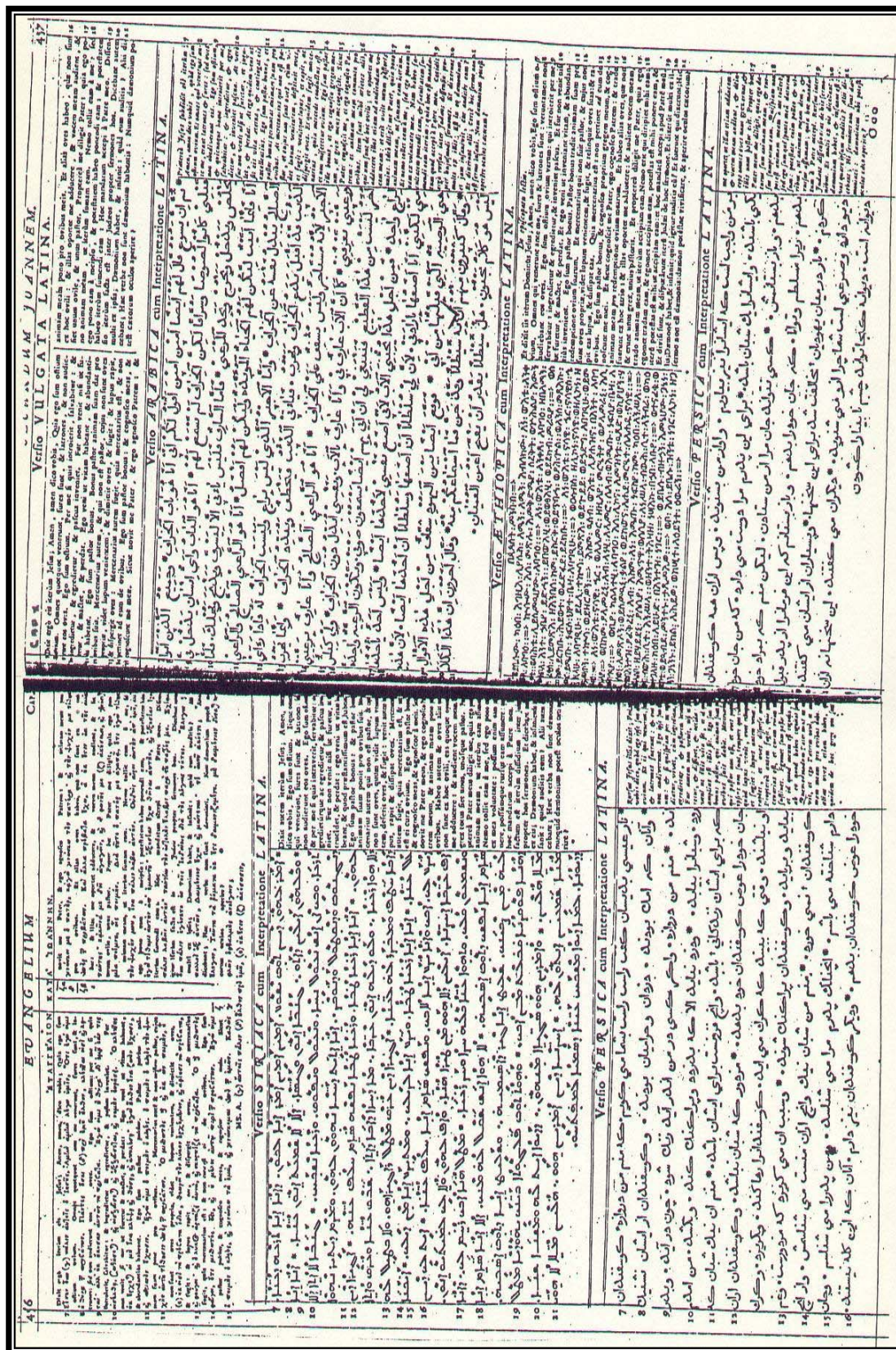
- Psalmos* (Lovaina, 1549), *Comentário aos Evangelhos* (Lovaina, 1572), *Concordância dos Evangelhos* (Lovaina 1549), *Comentário aos Provérbios, Cânticos, Sabedoria, Eclesiástico* (Lyon, 1581);
- *Francisco Foreiro* (+1581), português, que escreveu uma magnífica exposição sobre o profeta Isaías (Veneza 1563),
  - *Juan Maldonado* (1534-1583) que escreveu *Comentários aos quatro Evangelhos*, editados depois da sua morte, (Pont-à-Mousson, 1596);
  - *Juan Salmerón* (+ 1585), que explicou quase todos os livros do Novo Testamento (Madrid 1597-1602);
  - *Francisco Ribera* (+ 1591) que escreveu: *Comentários aos 12 Profetas menores* (Anvers, 1561), *Comentário à Epístola aos Hebreus* (Salamanca 1598), *Comentário ao Apocalipse* (Salamanca, 1591), *Comentário a S. João* (Lyon, 1623);
  - *Jerónimo Prado* (+ 1595) que nos deixou um *Comentário a Ezequiel*, prefaciado e editado por J.B. Villalpando (Roma 1596-1604);
  - *Francisco de Toledo* (+ 1596) que trabalhou na edição da Vulgata, juntamente com Manuel de Sá, primeiro com os Papas Pio V, Xisto V e com Clemente VIII; compôs um *Comentário a S. João* (Roma 1588) e aos 12 primeiros capítulos de S. Lucas (Roma 1600), à *Epístola aos Romanos* (Roma 1602);
  - *Benito Arias Montano* (1527-1598) que dirigiu a *Poliglota de Antuérpia ou de Anvers* – Língua Siríaca, Grega, Latina e Hebraica (1569-1572); escreveu ainda: o Aparato dessa poliglota que, depois, foi publicado, à parte, sob o título: *Antiquitatum Judaicarum Libri IX* (Leiden 1593), *Comentário aos 12 Profetas menores* (Anvers 1571), *Comentário aos 4 Evangelhos, Actos e Epístolas* (Anvers 1575), *Comentário ao Apocalipse* (Anvers, isto é Antuérpia, 1588), *Comentário aos Juízes* (Anvers, 1592), *Comentário a Josué* (Anvers, 1583), *Sermões sobre Isaías e sobre os 30 primeiros Salmos de David* (Anvers, 1599);
  - *Guilherme Estio* ou G. Hesse von Est (+ 1613) deixou-nos: *Comentários às Epístolas de S. Paulo e Epístolas Católicas* (Douai 1614) e *Annotationes in praecipua difficiliora loquem Scripturae* (Douai 1620);
  - *Francisco Lucas Burgense* (+ 1619) que tem muito a ver com a correcção da

Vulgata. Recolheu muitas variantes dos antigos códices da Vulgata e foi quem preparou a edição dessa mesma, feita em Lovaina, em 1573. Escreveu ainda: *Notarum ad varias Lectiones in Quatuor Evangeliiis occorrentes* (Antuérpia, 1606), *Romanae correctiones...in loca insigniora* (Anvers 1603), Comentário aos 4 Evangelhos (também em Anvers, 1616);

- *Juan de Mariana* (nascido em 1536, Talavera, Toledo e falecido em Madrid, a 17 Fevereiro de 1624) que compôs *Scholia in Veterum et Novum Testamentum* (Madrid 1619) e que é contado entre os melhores neste género de comentários;
- *Manuel de Sá* (1530-1596) que pertence a esta nova geração de comentadores que renovaram a exegese bíblica, nos séculos XVI-XVII e que abriram o caminho à arte crítica, aplicada à Sagrada Escritura, embora se tenha por seu primeiro cultor o oratoriano Richard Simon (+1712).



Ilustração 15: Ploliglota de Walton ou de Londres, 1654



Fonte: Fotocópia da Biblioteca de St. Irénée à Francheville (Lyon)



Posteriores a Manuel de Sá (mas alguns deles ainda se conheceram) foram ainda: *Tomas Malavenda* (+1628), *Juan Sorin* (+1634), *Jacob Tirini* (+1636), *Cornelius à Lapide* (+1637), *Juan Gordon* (+1641), *Santiago Bonfrério* (+1642), *Baltazar Corderio* (+1650), *Juan Estéban Menóchio* (+1655), *Juan de la Haye* (+1661).

Este último (*Juan de la Haye*) editou:

- *Biblia Magna* (Paris 1643) na qual recolheu os comentários de Gagnée, Manuel de Sá, Estio, Tirino, Mariana, Malavenda, Gordon, Menóchio;
- *Biblia Maxima* (19 volumes, Paris 1660),
- *Biblia Sacra*, (28 Volumes) na qual, além dos obras dos anteriores comentaristas, foram acrescentados os comentários de Jacques Bénigne Bossuet (Setembro 27, 1627 - Abril 12, 1704).

## 8.2 - Conclusão: utilidade e valor

Esta obra foi de grande utilidade para muitos, sobretudo para os membros da Companhia de Jesus, devido ao facto de ser, ao mesmo tempo, prática e científica. Um século e meio depois (mais precisamente 149 anos), continuava a ser ainda considerada valiosíssima por ser o fruto bem amadurecido de um excelente engenho e o mais célebre escoliasta do seu tempo, como se afirma, na *Biblia Sacra Vulgatae editionis Sixti V P. Maximi iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*. (Tom. I, p. X) editada em Veneza em 1745): (...) *excelentis ingenii virum, inter Scholiastas primum*. A sua utilidade e valor provêm, sobretudo, da selecção rigorosa e apropriada da exegese anterior, quer dos Santos Padres, quer dos Comentaristas mais famosos que foram utilizados e ainda da brevidade, da clareza e correcção da língua latina da qual ele se mostrou mestre incontestado.

Estas mesmas qualidades foram reconhecidas pelo grande exegeta Richard Simon<sup>1</sup> (1693, pp. 636ss) que tece este elogio a Manuel de Sá:

*Ceux qui n'aiment point les longs commentaires, où il y a bien de choses inutiles, doivent consulter les Scholiastes et entre autres Emmanuel SA, François Luc de Bruges et Juan*

---

<sup>1</sup> Este autor dedicou à crítica bíblica as seguintes obras: em 1678 *Histoire critique du texte, des versions et des Commentateurs du Vieux Testament*, em Paris; em 1689 *Histoire Critique des principaux Commentateurs du Nouveau Testament*, em Rotterdam.

*Mariana. Le premier, qui s'applique entièrement à trouver le sens littéral, est exact; mais il n'est pas assez étendu ni même assez critique.*

Richard Simon tem uma dupla atitude e admiração para com Manuel de Sá:

- a) louva e recomenda a consulta dos seus *Scholia*, por três razões: Pela brevidade (para aqueles que não querem perder tempo com longos discursos, por vezes inúteis); por ter sido o primeiro a aplicar-se inteiramente na busca do sentido literal; Por ser exacto na análise feita;
- b) critica a obra: pela falta de maior extensão (*pas assez étendu*) e por não ser bastante crítica (*ni même assez critique*).

A deficiência relativa à extensão foi, antes, a virtude prioritária que lhe foi exigida pelos Superiores. Obrigaram-no a resumir ao máximo os testemunhos e nomes dos autores e das obras, para que a Bíblia se tornasse mais portátil. Relativamente ao facto de não ser suficientemente crítica, devemos ter em conta o tempo em que viveu Manuel de Sá e a forma como a exegese evolui ainda hoje. Para o seu tempo a sua obra já era bastante crítica, embora não fosse tanto quanto o queiram exigir alguns exegetas posteriores. Recordem estes que, sem o trabalho dos seus predecessores, dificilmente a exegese teria atingido o nível das etapas sucessivas. Assim sendo, Manuel de Sá continua a ser um exegeta de *indudable valor*, como o afirmam Tuya e Salguero (1967, Vol. II, p. 231), biblistas modernos.

Comparando os *Scholia* de Sá com a *Catena Aurea* de S. Tomás reconhecemos várias diferenças, entre as quais estão, por exemplo, a disposição do texto sacro, o número de citações e de autores. Enquanto a edição de Paris de 1869 da *Catena Aurea* dá primeiro todo o capítulo do Evangelho a ser comentado, dividindo-o já em perícopas e, enquanto estas perícopas são depois comentadas separadamente e globalmente em particular, Manuel de Sá, dá um pedaço do texto, sem versículos; enumera quase todas as palavras desse texto; dá uma série de testemunhos patrísticos ou de comentaristas tradicionais a cada uma dessas palavras; distingue entre sentido literal e sentido místico colocando cada um na sua devida coluna e, por fim, acrescenta-lhes o seu próprio comentário.

Só para termos uma ideia, vejamos o texto correspondente aos versículos 1-6 do capítulo X de S. João (cf. Ilustração 16, p. 283), comentado pela *Catena Aurea* de São Tomás e

pelos *Scholia* de Manuel de Sá e cinjamo-nos às autoridades que ambos chamam a elucidá-los para vermos a diferença entre ambos.

**Tabela 13: Autoridades utilizadas por S. Tomás e por Manuel de Sá**

| Autoridades utilizadas | <i>Catena Aurea</i><br>de São Tomás | Escolhos<br>de Manuel Sá |
|------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| J. Crisóstomo          | 04 Vezes                            | 08 Vezes                 |
| S. Agostinho           | 03 Vezes                            | 10 Vezes                 |
| Teófilo                | 01 Vezes                            | 02 Vezes                 |
| Interlinear            | 00 Vezes                            | 17 Vezes                 |
| Glosa Ordinária        | 00 Vezes                            | 04 Vezes                 |
| TOTAL                  | 08 Vezes                            | 41 Vezes                 |

Continuando a verificação nos versículos 7 a 10, do mesmo capítulo 10 verificamos que, enquanto São Tomás cita 11 autores, Manuel de Sá cita 33. Existem, de facto grandes diferenças quanto ao número de fontes utilizadas. Evidentemente, Sá retira de cada autor a substância, deixando para trás os floreados e toda a redundância. Mais uma vez se verifica o poder de síntese e o método rigoroso que possuía *el Manuelico portuguez*.

Ilustração 16 – São João, capítulo X, versos 1 a 6

IN EVANGELIUM IOANNIS.

415

CAPVT X.



**A**MEN, amen dico vobis, qui non intrat per ostium in ouile ouium, sed ascendit aliunde, ille fur est & latro. Qui autem intrat per ostium, pastor est ouium. Huic ostiarius aperit: & omnes vocem eius audiunt: & proprias oues vocat nominatum: & educit eas. Et cum proprias oues emisserit, ante eas vadit: & oues illum sequuntur, quia sciunt vocem eius. Alienum autem non sequuntur, sed fugiunt ab eo, quia non nouerunt vocem alienorum. Hoc prouerbum dixit eis Iesus. Illi autem non cognouerunt quid loqueretur eis.

SEN. LIT. IN CAP. X.

1. **C**HRYS. ne dicerent se ad Christum non accedere, non quidem ex cecitate, sed cum ut deceptorem fugientes ostendit se pastorem esse, indicans primò quis sit fur. Aug. quia multi dicuntur boni homines, qui tamen Christiani non sunt; & se iactant sicut Pharisei, nunquid & nos cæci sumus? quæ faciunt, quia nesciunt ad quem finem referant, inaniter facientes, Dominus de grege & ostio ouilis similitudinem proponit. Glo. contra Phariseorum qui se videre iactabant, arrogantiam, similitudinem proponit, ostendens nec sapientiam, nec bonam vitam quicquam valere, nisi per eum. 2. Chry. id est, Scripturas, hæ enim Dei cognitionem aperiant, oues custodiunt, lupos prohibent, hæreticis aditum præcludentes. Glo. id est, per me. 3. Int. id est, in Catholicam Ecclesiam, seu in consortium fidelium. 4. Int. f. casurus ex alto. Aug. humilis ianua est Christus, qui intrat per hanc ianuam, oportet humilem esse, ut sano capite possit intrare. qui se non humiliat, sed per maceriam vult ascendere, ideo exaltatur ut cadat. 5. Int. quoquo modo propter Christum, vel non bene de eo sentiendo, vel non eius gloriam, sed suam querendo. Aug. dicant pagani, vel Iudæi, vel hæretici, bene viuimus; si per ostiū non intrent, quid eis prodest? non bene viuere dicendi sunt, qui finem bene viuendi, vel cecitate nesciunt, vel inflatione conieciunt. Chry. id est qui non Scripturis vitur, sed aliam sibi & non legitimam viam facit; dicens verò, aliunde, Scribas significat, qui docebant mandata, & doctrinas hominum, & legem transgrediebantur. 6. Aug. quia quod alienum est, suum dicit. Glo. oues Dei suas faciendo. 7. Aug. quia quod furatur occidit. 8. Int. id est, qui rectè sentit de Christo, & non sua, sed quæ Christi sunt querit. 9. Aug. de ver. Dom. Serm. 49 intrat per ostium, qui intrat per Christum, eiusque passionem imitatur & humilitatem. a. Glo. omnes qui veritatem tenent, & docent in Christo pastore, sunt vnus pastor; sibi Christus soli tenuit quod ostium est, per quem oues intrent ad Deum; intrat autem pastor per ostium, Christum enim & Christus ipse, & alij pastores prædicant. 10. Int. id est, prædestinati ad vitam. 11. Chry. f. Moyses, cui Dei eloquia credita sunt. Theoph. Spiritus sanctus per quem nobis Scripturæ referat Christum in. licant. Aug. Dominus ipse ostiarius, & pastor, & ostium, ipse se aperit qui seipsum exponit; vel ostiarius Spiritus sanctus, de quo Dominus: Ipse vos docebit omnem veritatem, ostium est Christus, qui est Veritas, quam qui docet, ostium aperit. Glo. Ostium Scriptura quæ ducit ad Christum. 12. Int. id est, prædestinati ad vitam. 13. Int. in quocunque sonat vox verbi Dei. 14. Int. f. obediendo. Chry. ostendit illos qui ei non attendebant, ex ordine ouium excludi. 15. Int. quia habet nomina scripta in libro vitæ, unde & dicitur: Nouit Dominus qui sunt eius. Aug. Nouit Dominus nomina prædestinatorum, unde discipulis ait, Gaudete, quia nomina vestra scripta sunt in cælo. 16. Int. quasi de Aegypto in doctrinam vel regnum. Chry. cæcum significat, quem eduxit vocans ex medio Iudæorum. 17. Int. f. de tenebris ad lucem ante eos vadens, quasi in columna nubis & ignis. August. Quis alius oues emittit, nisi qui eorum peccata dimittit, ut eum sequi duris liberatæ vinculis possint. 18. Int. exemplum eis faciens quod docuit, vel ad regnum præcedit. Chry. Pastores solent oues sequi, sed Christus præcedit, deducens ad veritatem. Aug. Quis est qui oues præcessit, nisi qui surgens à mortuis, iam non moritur, & Patri dixit, quos dedisti mihi, volo ut vbi ego sum, & ipsi sint mecum? 19. Int. quocunque ierit. 20. Int. perseuerando vsque ad finem. 21. Int. f. in quo non est vox Christi, etiam si bonus videatur. Chry. per multa se Christus à talibus separat primò per doctrinam Scripturarum, per quas homines ad se adducebat. secundò, per ouium obedientiam, in Christum enim etiam mortuum homines crediderunt, illos autem statim reliquerunt. Theoph. significatur Antichristus, qui non obtinebit sequaces post mortem. Aug. at vocem Christi, & audit, non eius, ut Iudas, qui lupus erat; & non audiunt oues, ut quidam eorum qui Christum crucifixerunt. Si enim quis dicat non fuisse oues, cum non audirent, legat apud Ezechielem errantem ouem. Errat, quia vocem pastoris non audit, & ouis tamen appellatur. dicendum ergo nouisse Dominum qui sunt eius, nouit enim prædestinatos; multæ oues foris sunt, multi lupi intus; est & vox aliqua pastoris, in qua oues non audiunt alienos, nec qui non oues, Christum, nempe ista, qui perseuerauerit vsque in finem, hic saluus erit. hanc vocem non negligit proprius, non audit alienus. 23. Int. scilicet, exercet obsecris; paucit etiam manifestis, dum exponit. 24. Int. in quo conuincuntur cæci esse.

ADDIT. AVCT. IN CAP. X.

2. id est, rectam & iustam viam. 3. Gra. ἀλλόθεν, scilicet ab alio. 23. id est, parabolam. sic Parabola Salomonis dicuntur Prouerbia. f. Sententia arcana, seu occultæ.

Fonte: Sá, 1596, *Scholia in Quatuor Evangelia*. Antuerpiae, página 415



## **Capítulo 6**

### ***Notationes in totam Scripturam Sacram***



## 1 - Preâmbulo: Noção de Comentário Bíblico

No sentido moderno um comentário bíblico, segundo Tuya e Slaguero (1967, Vol. II, p.167),

*Es la forma sistemática y científica de exponer un libro, parte de él o de la Escritura. En él se han de abordar todos los problemas necesarios para lograr comprensión posible del tema en cuestión, conforme a los últimos adelantos científicos. Se estudiará el texto elegido, la crítica textual y el análisis de todos los temas y problemas que plantea el comentario en orden a la valoración del mismo, ilustrándoselos con todos los recursos científicos – filológicos, históricos, arqueológicos, etc. – de que pueda disponerse. Hay formas y sistemas distintos de exposición; pero en el fondo todos han de tener la misma problemática y han de ser tratados con altura, competencia y estricto rigor científico.*

Segundo esta definição vários são os elementos que entram na definição de comentário bíblico:

1. É uma exposição de um livro, ou de uma parte de um livro ou de todos os livros da Escritura, exposição que deve ser de forma sistemática e científica;
2. É uma abordagem de todos os problemas necessários à compreensão do tema em questão, conforme os últimos avanços científicos;
3. Com um modo de proceder (método): Escolhe-se um texto, livro, livros ou todos os livros da Bíblia, sujeitando-os: à crítica textual, à análise de todos os temas e problemas que apresenta o comentário, para valorizar o mesmo;
4. Recursos: utilizam-se todos os meios científicos que estão à disposição do comentarista, tais como: o filológico, o histórico, o arqueológico, etc.;
5. Tipos de exposição: há várias formas e sistemas de exposição. Mas seja qual for a que se utilize deve ela ser tratada com: elevação, competência, estrito rigor científico.
6. Todos estes elementos se encontram nas *Notationes in totam sacram scripturam* de Manuel de Sá, como teremos oportunidade de verificar, ao longo do nosso estudo. Convém frisar que na definição de Tuya e Salgado (1967) toda a análise para ter o cunho científico basta que utilize todos os meios que estejam ao



alcance do comentarista e utilize um sistema homogéneo com elevação, competência e estrito rigor e que sejam próprios aos avanços da ciência coeva.

Estes dotes já tinham sido manifestados por Manuel de Sá nos seus *Scholia in Quatuor Evangelia*, embora fossem aplicados num tipo diferente de exegese. Agora, nas *Notationes*, confirmam-se os dotes, não só de metodólogo, mas sobretudo, os de um cientista, embrenhado na investigação e na aplicação de métodos arrojados para o seu tempo, como sejam métodos que sujeitam o texto sacro, tido como inspirado, a uma análise crítica que é subvencionada pela história, pela filologia e por outros dados que sejam fornecidos por estudos profanos e que é feita com elevação e competência. É claro que tal arrojo se deve situar num tempo bem remoto e numa situação em que a Igreja Católica procurava impor-se ao mundo da contestação protestante.

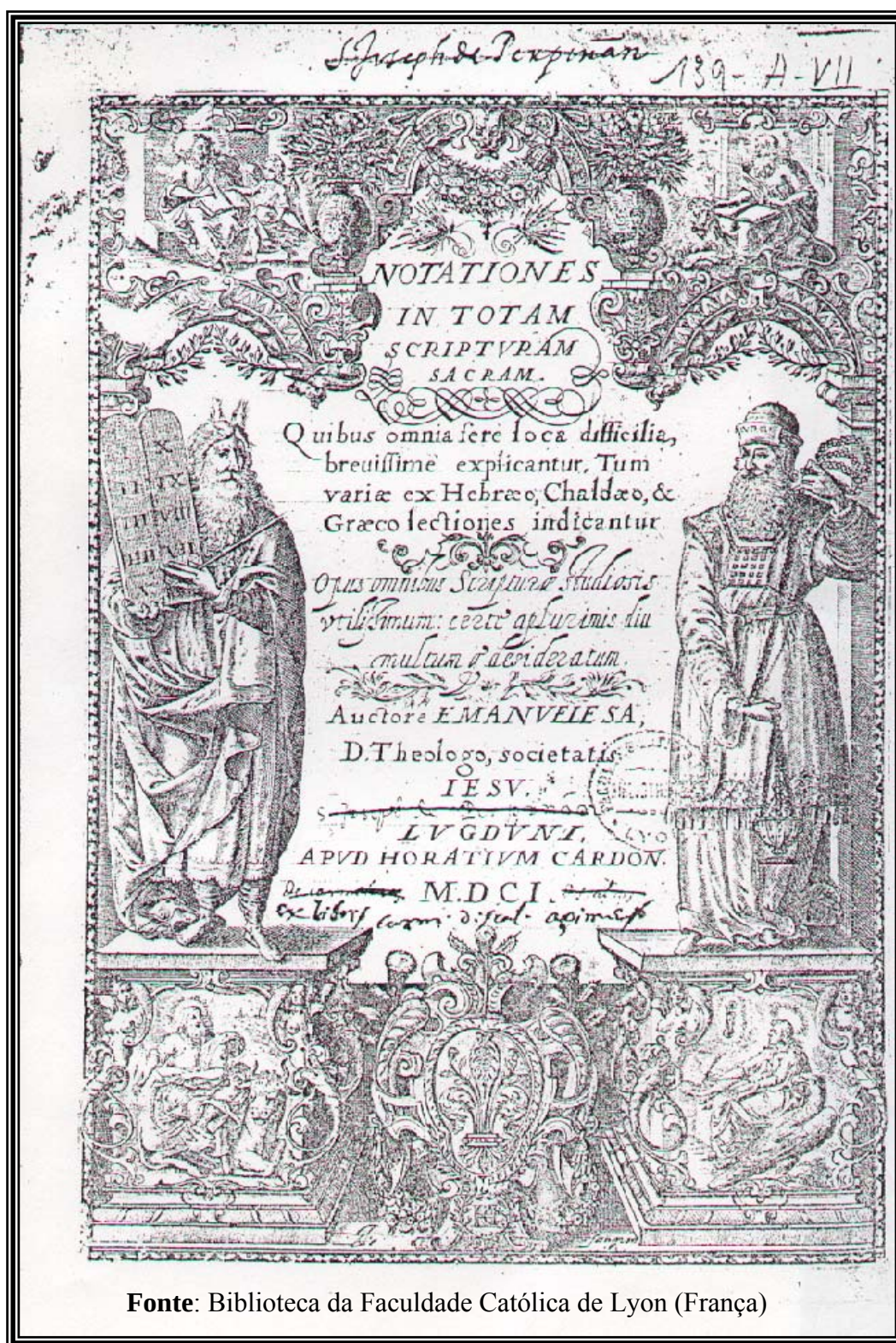
Na nossa análise utilizamos a edição de Lyon, do ano 1601, impressa na tipografia de Horácio Cardon, embora tenham sido impressas, primeiramente, em Antuérpia no ano de 1598, na *Oficina Plantaniana, apud Ioannem Moretum*. Como consta de Sommervogel (1890-1916, Col. 353).

## **2 - Exame externo da obra**

### **2.1 - Título**

O título completo desta obra apresenta-se desta forma: *Notationes In Totam Scripturam Sacram. Quibus omnia fere loca difficilia brevissime explicantur, Tum variae ex Haebreo, Chaldaeo et Graeco lectiones indicantur – Opus omnibus Scripturae studiosis utilissimum: certe a plurimis diu multum iam desideratum.*

**Ilustração 17: Frontispício da Edição de 1601 das  
*Notationes in totam Scripturam Sacram***



**Fonte:** Biblioteca da Faculdade Católica de Lyon (França)

Através desta fotocópia podemos verificar que este título contém várias informações de grande utilidade. Trata-se, sobretudo, de:

1. *Umas Notas*: que, se não conhecêssemos a forma humilde de falar do seu autor, pensaríamos tratar-se de um trabalho insignificante; elas correspondem a um verdadeiro comentário;
2. *A Toda a Sagrada Escritura*: já não é um comentário delimitado a um ou outro livro sacro, nem a um só Testamento, mas sim a todos os Livros de ambos os Testamentos;
3. *Com as quais (notas) se explicam brevemente quase todas as passagens difíceis*: Estamos perante o seu modo de proceder e a vontade de quem o comissionou ou incitou a escrevê-las, como tinha acontecido com as obras precedentes, ou seja, de modo *conciso*, mas *claro e profundo*;
4. *Indicam-se também várias leituras tiradas do Hebreu, Caldeu e Grego*, o que demonstra ser Manuel de Sá um perito nessas três línguas bíblicas como o confirmam também alguns autores, por exemplo Lelong (Bíblia Sacra, p. mihi 580. Col. I) que diz sem rodeios que Manuel de Sá era: *Trium linguarum peritus in adornandam Romanam Septuaginta editionem operam suam contulit*. Entre este título e o nome do Autor, encontram-se três linhas escritas em caracteres diferentes, imitando a caligrafia *manual* e que ali foram introduzidas a fazerem parte do próprio título, mas que não deverão ser do próprio autor. Referem essas linhas ser: *Uma obra utilíssima a todos os estudiosos da bíblia*: Segundo estas palavras a obra não se restringe aos membros da Companhia de Jesus, mas estende-se a *todos os estudiosos da Bíblia*; e que ela tinha sido certamente por muitos desejada já há muito tempo, devido, sem dúvida, às novidades que apresentará.

## 2.2 - Autor

A sua autoria pertence a *EMANUELE SÁ* e são-lhe atribuídos os qualificativos de *Doutor e Teólogo da Sociedade de Jesus*, referindo-se os dois primeiros à sua competência na matéria e o terceiro à sua filiação na Companhia de Jesus.

## 2.3 - Data e Editora

Esta edição foi feita em Lyon (*Lugduni*), nas oficinas de Horácio Cardon, em M.D.C.I.

### 3 - Outros dados

#### 3.1 - Introdução

Além dos dados acima referidos e que fazem parte da Edição apresentada, encontramos outros dados interessantes, relativos à proveniência deste exemplar. Embora o tenhamos encontrado na Biblioteca das Faculdades Católicas de Lyon, ele pertenceu anteriormente ao *Seminário de S. Joseph de Perpiñan* como se pode ver escrito, à mão, no topo do Rosto (mas traçada), sendo seguido pela numeração 139-A-VII e ainda pelas palavras *S. Joseph de Perpiñan*, que foram escritas à mão, entre as palavras *IESU* e *LUGDUNI*. Em ambos os espaços o nome de *S. Joseph de Perpiñan*, está riscado por ter mudado de proprietário.

Logo a seguir à expressão *Auctor EMANUELE SA D. Theologo societatis IESU*, repete-se a anotação manuscrita de *S. Joseph de Perpiñan* (igualmente traçada). À direita desta última referência ao Seminário de São José de *Perpiñan* vê-se um pequeno carimbo circular, onde se lê facilmente *Lyon*, e dificilmente o resto. Parece-nos ser *Facol-----* (sic) (*Facoltates?*). De cada lado da data *M.D.C.I* encontram-se duas palavras cortadas: a da esquerda que começa com (*De cas...*) e a da direita por (*e....*), enquanto por baixo, existe uma linha, não traçada, que parece dizer *Ex libris canno. discal. Agimsp. (?)*.

Na página anterior (parte do mesmo *folium* do Rosto) vê-se um grande carimbo oval floreado, com duas cruzes: uma em cima, outra em baixo. No meio lê-se o seguinte: *Ex libris Petri Caprasü Tournié Can. Hon.i olim in hoc Semin. Superioris. Qui legis, ora pro eo* (Dos livros de *Pedro Tournié* cônego antigamente honorário superior deste Seminário. Tu que lêes, reza por ele). Logo por baixo, vem a numeração *139-A-VII* e, escrito à mão, o nome do autor: *SÁ (Manoel) s. j..*

#### 3.2 - *Oratio Auctoris ad Christum*

*Sabes, Senhor, que é costume os Autores dos livros, dedicarem-nos aos Príncipes. Eu, porém não conheço nem maior nem melhor Príncipe do que Tu. A Ti, portanto, Senhor Jesus, dedico este Livro, ao qual, por tua graça, me dediquei desde a minha juventude na religião do teu nome, firmemente antes dos cinquenta anos, sob o Romano Pontífice, Teu Vigário. Aceita, te peço, Senhor, o minúsculo dom do teu servo, e faz, que aproveite à tua Igreja por cuja causa foi elaborado. Se, porém, algo encontrares indigno nele,*

*perdoa a minha imperícia. Se, pelo contrário houver outras coisas que sejam dignas (e espero que sejam muitas), louvem-Te aqueles que sabem que sem Ti eu nada de bom poderia ter feito. Ámen.*

Para ele esta sua obra é um *pequeno dom*, oferecido a Cristo, assinalando que foi feito para que sirva de algum proveito à Sua Igreja. Está consciente de que, devido à sua imperícia, algumas coisas possam merecer reprovação, pelo que pede desculpa, mas também não deixa de estar certo que muitas outras existirão que são dignas e que, portanto, serão, de certeza, úteis a muitos. Mesmo assim, ele afirma que o bem que fez se deve ao próprio Cristo, pois sem Este, nada poderia ter feito. Por isso mesmo, o louvor que os leitores queiram atribuir ao escritor, atribuam-no, antes, a Cristo.

### **3.3 - Auctor Lectori**

*Desconheço se, na verdade, foi muito difícil coligir estas notas; o que sei é que quis ser útil a muitos; se o consegui ou não, isso o julgarão os mais sábios. Espero, na verdade, que o consultem os bons, se expliquei menos do que eles esperavam. Recebi uma província difícil, pelo que mais será perdoado, se em algo errei. Acrescentem outros o que falta. A mim será suficiente ter dado a ocasião aos mais sábios. Será digno, pois, se nisso puserem os seus esforços e dos seus tesoiros ofereçam à perfeição deste empreendimento coisas novas e velhas. Adeus.*

Nesta advertência ao leitor ficam assinalados desejos, desculpas, incitamentos e desafios. Desejos de ser útil a muitos; desculpas pelas imperfeições e por não poder agradar em tudo nem a todos; incitamentos aos que desejam explicações mais extensas para que as procurem nos bons autores e desafios aos sábios para que tirem dos seus tesoiros coisa novas e velhas para aperfeiçoarem esse seu trabalho imperfeito. Quanto às dificuldades que terá tido na confecção desta obra, ele não as saberá avaliar, mas crê que não terão sido demasiado duras. É, de certo, uma confissão de quem trabalhou com gosto.

### **3.4 - Notationum harum commoda**

- 1. A comodidade destas Notas consiste em explicar de tal modo breve toda a Escritura, segundo o sentido literal, que por ninguém (que eu saiba) tinha sido feito, até à data; houve quem tivesse editado grossos volumes para cada livro da*



*Escritura, mas nós, (como vês, seguimos, de longe, outra via (razão ou procedimento)).*

2. *Existem várias leituras tiradas do Hebreu, Caldeu e dos 70, o que é novo e ilustram muitíssimo a nossa edição.*
3. *Podem ser impressas numa separata, até num pequeníssimo volume, como nós escrevemos. Existirá alguém que, tendo a Bíblia e querendo consultá-la rapidamente, ou melhor, lê-la, não veja utilidade em usar estas Notas?*
4. *Podem também ser impressas com a Bíblia, à semelhança das que imprimiu Vatabulus e as quais foram aceites com grandes aplausos por muitos e que, entretanto, não explicam o nosso texto, nem sei que edição do hebreu usaram.*
5. *Adicionámos, no fim do livro, frases usadas na Vulgata e explicações que prestarão grande luz à compreensão de toda a Escritura.*
6. *Juntámos também um Índice abundante, embora abreviado, como é nosso costume, para que cada um encontre facilmente por onde quer que procure.*
7. *Acrescentámos um terceiro índice, em ordem alfabética, de algumas sentenças escolhidas da Escritura, podendo fazer as vezes de uma concordância; contém quase tudo o que pode ser usado nos sermões, inscrições, exposições escritas e Meditações.*

Explicitemos melhor as sete razões (o número 7 é o número da perfeição) que tornam útil a leitura das *Notas a toda a Sagrada Escritura* de Manuel de Sá. Constituem elas:

1. Uma explicação da Escritura no *sentido literal*, libertando-se o leitor das lucubrações místicas e alegóricas;
2. O recurso às diferentes leituras do texto hebreu, aramaico, assim como ao texto da *Versão grega dos Setenta*, o que é novo neste género de comentários, ilustrando e valorizando, por isso mesmo, esta obra;
3. As notas, tanto podem ser impressas à parte, num pequeno volume para poder ser usado por todos aqueles que tenham consigo a Bíblia e a queira perceber quando a lerem;
4. Como ser incluídas juntamente com a edição do Texto Bíblico, à maneira do que fez

*Vatabulus* o qual, no entanto, não usou o mesmo texto base. Essa obra atribuída a *Vatabulus* parece tratar-se da edição do texto latino feita por Roberto Estiene, em 1545 (Paris), que adoptou o texto latino, traduzido do hebreu por Léon de *Judah* (actualmente desconhecido) e ao qual ele adicionou as notas de Vatábulo, Calvino, Munster Fagius, e de outros e as suas. Atribuiu o trabalho a Vatábulo para evitar as censuras dos Doutores da Sorbonne (Vigouroux, (1899-1912, Tom. V. Paris. Cols. 2378s). Em 1547 há uma outra edição feita também por Estiene, mas em Genebra, que parece ter utilizado a tradução de *Sanctes Paganini* a qual introduz as notas daqueles e as deste último;

5. Explicações a todas as frases que são usadas na edição da Vulgata, sendo ordenadas alfabeticamente, advertindo que o primeiro número equivale ao capítulo e o segundo, ao verso. Onde porém não exista senão um capítulo, os números significam os versículos. A explicação que dá a estas frases tem por fim prestar aos leitores uma melhor compreensão da Escritura. O processo seguido e que poderá ser consultado a partir da página 535, é o seguinte: dá primeiro o vocábulo, ou frase, para o explicar, sendo seguido, depois, da referência do livro bíblico, capítulo e versículo respectivos onde se pode encontrar essa mesma frase. Exemplo tirado da página. 535: *Abyssus, id est, mare, seu aquae copia. Gen 1,2 et 7,11 et 49,25; Deut. 33, 13; Job. 38,30; Psal. 32,7 e 77,15; Prov. 8,27; Eccli. 16,17 et 43,25. Ou ainda Aeternum, pro tempore longissimo. Psal.47,12; Prov.29,14; Dan. 3,9; Soph. 2,9.*
6. Um segundo índice extenso, mas ao mesmo tempo confeccionado em breves frases, como é costume deste autor, para que os leitores pudessem encontrar, de um modo ou doutro, o que procuram (cf. pp. 559-590)
7. Um outro índice, em ordem também alfabética, de sentenças escolhidas da Escritura que são um tesouro inesgotável a quem queira preparar um sermão, uma palestra ou uma meditação (cf. pp. 591-625), quer dizer: úteis aos pregadores (Eloquência Sagrada e Teologia Moral), aos conferencistas ou expositores (Exegese Bíblica ou Teológica, Dogmática) e aos directores espirituais (Teologia Ascética ou Teologia Espiritual).

**Tabela 14: Exemplos de Frases e de Sentenças**

| Frases                                                 | Livro                     | Sentenças                                                                         | Livro                 |
|--------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| <i>A facie, pró, coram</i>                             | Salmo 50, 13              | <i>Abraham patriam reliquit</i>                                                   | Gen. 11,29            |
| <i>A generatione in generatione, i. perpetue</i>       | Salmo 76, 9; Dan. 3, 100I | <i>Acceptio personarum</i>                                                        | Lev. 19,15; Col. 3,25 |
| <i>Abuti, pro uti</i>                                  | 1 Cor. 9,18               | <i>Advenae bene tractandi</i>                                                     | Ex. 22,20             |
| <i>Inimicitiae causa</i>                               | Prov. 17, 9               | <i>Impudicita Deo displicet</i>                                                   | Deut. 23,18           |
| <i>Spiritus, id est: anima</i>                         | Gen. 6,3                  | <i>Ambulavit Enoch cum Deo</i>                                                    | Gen.5, 22             |
| <i>Spes, id est, quod speratur</i>                     | Prov. 13,12               | <i>Ambula coram me, et esto perfectus</i>                                         | 17, 1                 |
| <i>Suadere, i. placere, vel satisfacere</i>            | Mat. 2,8; 14, 1           | <i>A Domino egressus est sermo, non possumus extra placitum eius aliud loqui.</i> | 24, 50                |
| <i>Tabernaculus, id est, domus</i>                     | 1 Re. 17,54               | <i>Abstulit Deus opprobrium meum.</i>                                             | 30, 23                |
| <i>Tota die, id est, omnibus diebus</i>                | Salmo, 24,5; Oseia, 12, 1 | <i>Afflictionem meam et laborem reflexit Deus</i>                                 | 31,42                 |
| <i>Vel, subintelligitur</i>                            | Eccli. 28,33              | <i>Audivit gemitum filiorum Israel</i>                                            | Ex. 6, 5              |
| <i>Venter, seu uterus, id est, mens, seu interiora</i> | Job. 32,18; Prov. 18, 8   | <i>Armati ascenderunt filii Israel de terra Aerólito</i>                          | Ex. 13, 18            |
| <i>Virga, id est, baculus</i>                          | Ex. 4,2 ; Mat. 10,10      | <i>Anima omnis carnis in sanguine est.</i>                                        | Lev. 17, 11           |
| <i>Virtutes, id est, exercitus.</i>                    | Judite 3,7 ; Tess. 1,7    | <i>Anima omnis carnis in sanguine est.</i>                                        | Lev. 17, 11           |

### 3.5 - Responsio ad Obiectiones

O autor resume a cinco as objecções que lhe foram apresentadas, quer pelos seus, quer por outros. Aqui se apresentam, com as respectivas respostas explicativas (nossa tradução):

#### 1. São excessivamente concisas e exíguas

R/. Assim talvez digam os não doutos os quais desejariam explicações mais extensas, mas espero que os doutos aprovelem tal brevidade e que, no futuro, nunca mais se julgue que esta nossa brevidade, tão ingrata aos ingénuos, onde costuma havê-los, não foi arrancada através de uma consulta morosa dos bons autores após ter



revolidos os seus prolixos comentários.

2. *Algumas vezes são obscuras*

R/. Isso é o resultado da brevidade, mas isto é compensado pelo que foi recenseado, supra, acerca da utilidade.

3. *Nem sempre é certa a interpretação dada às frases, Hebraicas, Caldeias e Gregas.*

Quem há aí que tenha alguma vez interpretado que nunca tenha deixado algo a desejar? No entanto, preferi seguir antes a opinião dos Doutores do que a minha; além disso, não me arrego um grande conhecimento das línguas. Dediquei a esta obra tanto quanto era necessário e me pedia esta província que recebi, isto é, fielmente referir o que tinha lido junto dos mais peritos, ainda que adicionasse algo do que era meu.

4. *Algumas coisas foram deixadas intactas*

R/. Confesso que sim, mas isso aconteceu, porque eram fáceis ou tão difíceis, que preferi demonstrar a minha imperícia a proferir impudência (descaramento), ou temeridade.

5. *Deveriam ser escritas mais coisas do texto Hebreu e Grego.*

R/. Se o fizesse teríamos um volume maior, o que fora determinado evitar. Ajunte-se a isto que faltou a cópia do livreiro, que pudesse apresentar o texto fielmente. Finalmente depreendemos que o tipógrafo errou tão frequentemente, que até nestas poucas (palavras) Hebraicas, e Gregas que foram escritas podem ser vistos muitos (erros). Juntámos ao texto latino (tradução), algumas coisas do texto Hebreu, por causa dos inexperientes. Às vezes também ajuntámos a versão Grega. Desejaríamos, porém, que aquilo que falta fosse adicionado pelos doutos, e mesmo corrigido, se houver algo digno de correcção de modo que, tudo o que de rude tenha sido feito por nós seja aperfeiçoado por esses mesmos. Far-me-iam uma coisa mais agradável do que (conceder) aquilo que falta fosse com pesar preferido ao que melhor foi consultado nos estudiosos? Oxalá publicassem alguma vez coisas provadíssimas, enquanto nós (falo como Paulo) somos reprovados.

### 3.6 - *Ordo Librorum Veteris Testamenti*

Para melhor vermos a diferença existente entre o Texto sacro utilizado por Manuel de Sá e o que possuímos hoje relativamente ao número, nomes e ordem dos livros considerados canónicos, ou inspirados, seria conveniente apresentá-los de forma sinóptica, mas não o faremos por motivos de brevidade. Diremos tão-somente que:

- Os *Threni* estão, hoje, incluídos no Livro de Jeremias;
- Os livros de *III e IV de Esdras* que:
  1. São aceites pelos Protestantes;
  2. Mas considerados *Apócrifos* pelos Católicos de hoje (Browns, Fitzmayer et Murphy, s/d, Vol. II. p. 536, nº 5);
- A *Prece de Manasseh* que é:
  1. Admitida pelos Protestantes;
  2. Rejeitada pelos Católicos (Ibidem).
- O livro de *I Esdras* equivale ao *Esdras A* da Versão dos Setenta e ao *Esdras III* da Vulgata;
- O livro de *Esdras II* equivale ao *Esdras IV* da Vulgata (Idem. p. 541, nº 39 e p. 542, nº 40-41);
- Os livros *I-II* dos *Reis* encontram-se na Bíblia actual sob o nome de *I-II Samuel* enquanto os livros *I-II dos Paralipomenon* têm, hoje, o nome de *Crónicas I-II*.

Relativamente ao livro dos *Provérbios* atribuem-se a Salomão, embora dependam directamente dele somente a colecção composta pelos capítulos X, 1-XXII,16 cujo coração é composto de 375 máximas independentes de dois membros cada. Desde o capítulo X até ao XV predomina o paralelismo antitético onde o primeiro membro contrasta com o segundo; desde o Cap. XVI, 1 até ao capítulo XXII, 16 temos um paralelismo sintético, onde o primeiro membro é desenvolvido no segundo. A própria colecção composta pelos capítulos XXV-XXIX é atribuída a Rei Hezekias pelos escribas da sua corte. Todas as outras colecções como a que é constituída pelos capítulos I-X têm o cunho da literatura sapiencial mais antiga e deve ser colocada, de facto, no tempo e corte de Salomão (Idem, pp. 501).

Quanto aos livros do *Novo Testamento* não há, praticamente, diferença alguma entre o exemplar usado por Manuel de Sá e a Bíblia hodierna.

### 3.7 - *Approbatio*

*Eu Bernardino Rouxinol da Sociedade de Jesus, Provincial (Praepositus Provincialis) da Província Milanese, tendo-me sido conferidos plenos poderes pelo nosso Reverendo Padre Cláudio Aquaviva, Praepositus Generalis (título de proveniência militar que significa Comandante, chefe, general e que foi adoptado por S. Inácio de Loiola, visto ter sido um dos generais do exército espanhol), concedo a faculdade para que estas Anotações a toda a Sagrada Escritura do Padre Manuel de Sá da mesma Sociedade, aprovadas pelo juízo dos importantes e dos homens doutos, sejam impressas; e, para que sejam dignas de fé, subscrevemos com o nosso próprio punho estas letras que vão ser munidas do nosso selo. Dadas, em Génova, 7 de Outubro de 1593. † Bernardinus Rosignolius.*

A aprovação desta obra foi concedida depois do aval dos grandes e dos doutos e três meses antes da morte do seu autor.

## 4 - Uma resposta concreta às exigências do tempo

### 4.1 - Às exigências do Concílio de Trento

Manuel de Sá tinha, entrado na Sociedade de Jesus no mesmo ano em que abrisse o Concílio Tridentino, isto é, em 1545 e, por mero acaso, ou por motivos plausíveis mas desconhecidos, o encerramento deste coincide com a conclusão do Comentário ao primeiro capítulo de S. Mateus que, segundo carta de João de Polanco datada de 8 de Julho de 1563, já tinha sido *revisto e aprovado* pelos superiores, e que viria ilustrar a Nova Edição da Bíblia como vimos anteriormente (Parte I, cap. III, nº 12.2).

Neste Concílio, entre outros assuntos urgentes, estava a questão do Cânone dos livros da S. Escritura (*Decretum Primum publicatum in quarta Sessione, 8 Aprilis 1546*; cf. Denz, 1965, nºs 1501- 1505 (783-784); E.B. nº 57; Mansi, 33, 22) pelo qual se definiram quais os livros que deveriam ser considerados inspirados com todas as suas partes, tanto do Antigo, como do Novo Testamentos. Um outro assunto relativamente à Bíblia era o da Tradução que deveria ser aceite e proposta como Tradução oficial da Igreja. Por isso, um outro decreto da mesma Sessão (Idem, nº 1506 (785) p. 365), determinaria que a *Vulgata*, dita *de São Jerónimo*, seria finalmente reconhecida como Autêntica: *Statuit et declarat ut haec ipsa vetus et vulgata editio, quae longo tot saeculorum usu in ipsa*

*Ecclesia probata est, in publicis lectionibus, disputationibus, praedicationibus et expositionibus pro authentica habeatur, et quod nemo illam reicere quovis praetextu audeat vel praesumat.* Neste decreto, o Concílio, como se pode ver no *Enchiridion Biblicum* (EB):

- Determina a tradução e edição oficial que se deve seguir (EB, 1965, nº 61);
- Dirige o modo relativo ao uso e interpretação da Bíblia (Idem, nº 62);
- Orienta e inspecciona a publicação dos livros sacros e, bem assim, as publicações de anotações e exposições sobre esses mesmos (Idem, nº 63a);
- Proíbe que depois de a *Vetus Vulgata* ser emendada e impressa (o que se tornou um imperativo do Concílio) nenhuma outra seja impressa, vendida ou retida complexiva ou singularmente sem o nome do autor e sem ser examinada pelo *Ordinário do Lugar* ou pelo superior, no caso de regulares (Idem, nº 63b);
- Proíbe o mau uso de frases tiradas da Escritura, quer elas fossem utilizadas ironicamente quer ao modo de anedotas e, muito menos, na feitiçaria ou adivinhação (Idem, nº 64).

#### **4.2 - Tarefa e método dos Jesuítas frente aos Protestantes**

A Sociedade de Jesus, entre outras tarefas, tinha-se imposto aquela de expor e defender, por todos os processos dignos, a doutrina católica contra os Reformadores que, a bom dizer, se tinham agarrado firmemente ao estudo da Bíblia e sustentavam que nesta encontravam todas as doutrinas professadas e criticavam os *papistas* por proibirem a leitura dos livros sacros aos simples fiéis.

Assim, em resposta a essas críticas, entre os anos 1563-1666, os estudos bíblicos, no seio do Catolicismo desfrutaram de um período de renovação considerável, encontrando-se cerca de oitenta autores Jesuítas que para ela contribuíram com obras bíblicas ou relacionadas com esta ciência, como o mostra Hurter (1882-1899, 4º, in. 8), onde traça, em grandes linhas, esta renovação bíblica.

Nesta luta pela defesa da doutrina católica, os Jesuítas utilizaram um Método próprio que consistia em dois processos complementares:

1. *Exposição pública*, nas Igrejas, dos textos da Sagrada Escritura, denominada também

por *Lições de Sagrada Escritura*, começando pela escolha e leitura de um Livro Bíblico; os ouvintes podiam ter nas mãos o texto para seguirem melhor a sua explicação; seguia-se a explicação deste livro, do princípio ao fim e de modo contínuo, através de tantas lições quantas fossem necessárias para terminar o livro.

*Cada lição era dividida em duas partes*, consistindo a primeira numa *exposição exegética ou numa apologia* e a segunda numa *paranese* que se dedicava às aplicações morais práticas, relacionadas com a passagem explicada.

*Exposição dirigida a todos e em todos os lugares*: A novidade deste processo não está propriamente nos seus trâmites, pois, já nos séc. XIII e XIV fora utilizado, mas sim no auditório a que era destinado. Enquanto nos séculos anteriores essas lições eram circunscritas aos estudantes ou Religiosos, agora, com os Jesuítas, elas eram **abertas a todos os fiéis** e utilizadas **em todos os lugares**, onde os Jesuítas se instalavam.

Segundo Orlandino (1620, Tom.I, lib. XI, p. 41 e Prat (1974, nº 8), assim, começaram os Padres Pierre Fevre e Diogo Lainez, em 1539, nos Estados do Paraná e Placência (cf. Carta de Lainez a S. Inácio, 16 Setembro 1540), o P. Cláudio Le Jay, em Ratisbona, onde, em 1542, explicou a Epístola aos Gálatas, e, em 1551, a Epístola aos Romanos como se deduz da Carta do Padre Canísio ao Padre João de Polanco, enviada de Viena, a 7 de Agosto de 1552, aduzidas por esses mesmos autores (Ibidem).

O próprio Padre Canísio dava lições semelhantes sobre os Evangelhos e as duas cartas de Paulo a Timóteo, em Colónia, como o afirma Giuseppe Boero (1864, p. 42) e Vigouroux (1899-1912, Tom. 3, Cols. 1403-1416).

A este mesmo processo pertenciam as *lições* (de que falámos na 1ª parte) que Manuel de Sá dava na Igreja dos Jesuítas, em Roma (St. André del Quirinal), nos anos 1563-1567 e noutras localidades onde desenvolveu o seu múnos de professor e pregador, assim como as lições de muitos dos seus contemporâneos e confrades, como as de Afonso Salmerón (+1585), começadas em Verona, em 1548, e continuadas durante, pelo menos trinta anos.

2. *Publicações de Comentários*: O segundo processo foi aquele de publicarem os melhores trabalhos dos comentadores da Sagrada Escritura. E àqueles que tinham

maior humildade e não tinham o *atreimento* de mostrarem o que faziam ou tinham feito neste campo e noutros, os Superiores Jesuítas convidavam-nos ou incumbiam-nos de o fazerem, aliviando-os para isso, de qualquer outra ocupação, se fosse caso para isso.

Assim, começaram a aparecer Comentários a alguns livros da Bíblia que reflectiam as lições proferidas nas Igrejas, Seminários, Colégios e Universidades. Nesta classe estão, sem dúvida: os comentários de Juan Maldonado (1534-1583) que escreveu os Comentários aos 4 Evangelhos, (publicados postumamente, em 1596, em Pont-à-Mousson); os dezasseis volumes de comentários a todos os Livros do Novo Testamento de Afonso Salmerón que foram publicados, em Madrid, em 1597; os comentários aos Doze Profetas Menores, à Epístola aos Hebreus (não canónica para os Protestantes), ao Apocalipse, e ao Evangelho de São João de Francisco Ribera (+1591); o Comentário a Ezequiel de Jerónimo Prado (+1595); os Comentários a São João, aos Romanos e aos Doze primeiros capítulos de São Lucas de Francisco Toledo (+1596) que também contribuiu para a edição da Vulgata.

Manuel de Sá (1530-1596) terá seguido processo idêntico. Todas as suas obras, incluso as que não chegaram até nós (*Vita B. Fr. Joannis de Texeda, Ordinis Seraphici S. Francisci, qui fuit a sacris confessionibus S. Francisco Borgiae tunc Gandiae Duci, postea Societatis Jesu Praeposito Generali*<sup>1</sup> e outra, sem título, mas que *tinha entre mãos pela ordem do alfabeto*, como é testemunhado por Franco (1719, Tom. II, cap. XXIV, p. 390, nº 10) serão o resultado das lições que deu, tanto na cátedra das Universidades, quanto no púlpito das Igrejas, depois de terem sido adaptadas a publicações.

Foi também, sob este duplo processo ou metodologia que Manuel de Sá contribuiu para a Reforma da Igreja Católica, nos séculos XVI e XVII. Ele, como vimos, concorreu com a sua obra oral e escrita, para o desenvolvimento da investigação teológico-moral e bíblica, aplicando um método que se assemelha àquele que surgiu e se desenvolveu na Alemanha a partir do século XVII e cuja principal característica é a pesquisa histórica de

---

<sup>1</sup> *Obra que ficou inédita, mas cujo original era conservado pelo padre Jesuíta, Júlio Nigronio (1617, Tit. I. n. 14), nos seus Comentários às Regras da Companhia de Jesus (Regularum Societatis Jesus), segundo a opinião de Machado (1752, T. III, p. 362) e da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1936-1960, Vol. 26, p. 450).*

carácter crítico e que passou a ser conhecido sob o nome de *Método histórico-crítico*.

Embora Richard Simon tenha sido considerado o que deu a origem a este método inovador, nós consideramos que, antes dele, já Manuel de Sá tinha praticado uma exegese nesse sentido, deixando um rasto relevante de uma pesquisa histórica de carácter crítico.

Efectivamente as *Notationes in totam Scripturam Sacram* de Manuel de Sá foram publicadas em 1601 em Lyon e em 1608 em Antuérpia (Sommervogel, Vol. VII, Col. 353). Estas {não levando em a opinião de Barbosa Machado (1741-1759, Tom. III, p. 362) que diz ter havido uma edição em 1558 em Antuérpia (*Antuerpiae ex Oficina Plantiniana Balthesaris Moreti*. 1558.4 (sic))} são muito anteriores à publicação de *Histoire critique du texte, des versions et des commentateurs du Vieux Testament* que foi publicado em Paris, no ano de 1678 e que foi considerada a obra iniciadora da era do criticismo bíblico (Tuya e Salguero, 1967, Vol. II, pp. 237-238).

Ora de 1601 a 1678 vão exactamente, 77 anos, o que é um período bastante longo no campo da exegese. Analisando a obra de Manuel de Sá, chegamos à conclusão que, se não é um exegeta crítico, como Richard Simon, e muito menos como Rudolf Bultmann na sua *História do Novo Testamento* de 1965, nem por isso se lhe pode negar o título de *pioneiro de uma espécie de método histórico-crítico*, pois que muito se serve dos subsídios oferecidos pela filologia, pela história e pela crítica (Matias, 1990, pp. 125-142).

### 4.3 - O Concílio Tridentino e os Livros Canónicos da Bíblia

O Concílio estabeleceu um Cânone pelo qual determinou quais os livros que deviam ser tidos como inspirados, tanto para o Antigo, como para o Novo Testamentos.

- Para o *Antigo Testamento* foram considerados inspirados e, por conseguinte, canónicos os seguintes livros: Génesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuterónimo, Josué, Juízes, Rute, I-II-III-IV Reis, I-II Paralipómenos, I-II Esdras, Tobias, Judite, Ester, Job, Salmos, (150), Parábolas (Provérbios), Eclesiastes, Cânticos, Sabedoria, Eclesiástico, Isaías, Jeremias, Baruc, Ezequiel, Daniel, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Nahum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias e I-II Macabeus;
- Para o Novo Testamento foram considerados canónicos os seguintes livros: 4

Evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João); Actos dos Apóstolos; 14 Cartas de Paulo (Romanos, I-II Coríntios, Gálatas, Efésios, Filémon, Colossenses, I-II Tessalonicenses, I-II Timóteo, Tito, Filémon, Hebreus); 2 Cartas de Pedro (I-II); 3 Cartas de João (I-II-III); Carta de São Tiago; Carta de S.Judas e Apocalipse de João;

Lançou, também, um *anátema*, ou excomunhão contra todos aqueles que rejeitassem algum destes livros ou mesmo alguma das suas partes, como se pode ler em Denzinger – Schönmetzer (1965, nº 784-785, p. 365).

Manuel de Sá segue este Cânone, embora comente partes e livros que não se encontram nele. Por exemplo em *Notationes* (1601, p. 57) atribui a Moisés os livros da Tora (cf. Cap. XXXIV do Deuteronomio, versículo 5, onde diz: *Mortuus est.... haec usque ad finem cap. addita secundum quosdam*. Aceita como canónicos I-II Esdras, atribuindo o primeiro a *Esarus* (Idem, p. 118) e o segundo a *Nehemias* (Idem, p. 120) e, embora comente o III e IV Esdras, ele explicita bem que são *Apócrifos* (Idem, pp. 124 e 126 respectivamente), dando a razão de os comentar, (Idem. p. 124), dizendo: *Citantur tamen a Sanctis Patribus. Vide Ambr. Cap. I de Elia & Iejun. Et Epist. 7 Athana. In Synopsi Cyp. Ep. Ad Pompeium. Aug. 18 de Civ, c. 36. Chry. Hom I. Matt*. Em Relação ao segundo livro de Esdras, Sá (Idem, p. 120) utiliza a expressão *Qui Heb. Nehemias dicitur: s. is auctor fuit*, que é muito próxima daquela que foi utilizada pelo Concílio *et secundus qui dicitur Nehemias*.

Em relação ao Saltério, Sá (Idem, p. 151) atribui-o todo, a David *Auctor David omnium, etsi quidem auctores faciunt aliquorum eos quorum nominibus inscribuntur. Dicuntur ab Esdra collecti et hoc ordine dispositi*, exactamente como o fizera o Concílio, de Trento.

O livro de Jonas faz parte dos Doze Profetas Menores como no Cânone do Concílio de Trento e, em relação ao Novo Testamento, tudo segue como o estabelecido pelo decreto conciliar (EB, 1965, nº 59).

#### **4.4 - O Concílio de Trento em Relação às Versões**

O Concílio, segundo documentos oficiais da Igreja Católica (Idem, nº 61, p. 27 e Denzinger-Schönmetzer, 1965, nº 1506 (785), p. 365), não só manifestou claramente ser seu desejo corrigir e ditar de novo, tanto a Vulgata, como a versão grega dos Setenta,



para a qual foram escolhidos peritos, entre os quais se encontrava Manuel de Sá, como já tivemos ocasião de verificar, mas decretou também que se tomasse a Vulgata como o Texto Oficial da Igreja, devendo ser utilizado, nas Lições Públicas, Disputas, Questões, Pregações e Exposições.

Manuel de Sá, usa precisamente este Texto, nas *Notationes in totam Scripturam Sacram*, mas sujeita-o à crítica textual e histórica, confrontando-o com os exemplares em língua Hebraica, Siríaca, Aramaica e Grega e, sobretudo os *originais* hebraico para o Antigo Testamento e grego para o Novo. Relativamente aos dois livros dos Macabeus, observou à risca a proibição conciliar *ut nemo illam reicere quovis praetextu audeat vel praesumat*. Ao referir o texto original e o das outras versões para o comparar com o da Vulgata (Vg.) ele, como crítico, viu as diferenças e optou por uma ou por outra versão; mas como súbdito obediente, deixou o texto da Vulgata intacto para quem quisesse segui-lo. Honestamente, ele não podia agir doutra forma, caso contrário a sua publicação seria reprovada.

#### **4.5 - O Concílio de Trento e a Interpretação da Escritura**

O Concílio tinha promulgado também que, sob pena de punições severas, se deveria proceder de forma a:

- Coarctar a petulância daqueles que distorciam o sentido da Escritura (aceite e ensinado pela Igreja Católica), para o adaptarem aos seus próprios intentos (EB, 1965, nº 62);
- Ter a Igreja como único juiz na Interpretação da Sagrada Escritura (Ibidem);
- Interpretá-la segundo o consenso dos Santos Padres da Igreja, segundo o determina a doutrina conciliar (Ibidem) e Denzinger-Schönmetzer, 1965, nº 786 (1507), p. 366).

É, segundo estes critérios, que Manuel de Sá interpreta a Escritura, embora, frequentemente, discorde interiormente.

#### **4.6 - O Concílio de Trento e as Publicações**

Também relativamente a estas o Concílio se pronunciou e deixou as suas instruções (EB, 1965, nº 63, p. 27 e Denzinger- Schönmetzer, 1965, nº 1508, p. 366). Tanto o texto sacro utilizado, como a sua Interpretação (comentários) e os seus autores deveriam ser

conhecidos e sujeitos ao *Imprimatur* do Ordinário (do Lugar), isto é, do Bispo ou de quem dele fizesse as vezes numa Diocese, ou dos Superiores Gerais, no caso de se tratar do Clero Regular.

Manuel de Sá nada fez sem a permissão, mandato e a aprovação dos Superiores e sujeitou-se à análise, emendas, aprovação e, mesmo reprovação e *re-aprovação* de algumas das suas obras, como vimos. Podemos, pois, concluir que, com as suas 3 obras publicadas ele contribuiu para a reforma instaurada pelo Concílio de Trento, dando à Igreja o que tinha de melhor: o seu saber para a Renovação Eclesial, fruto não apenas da sua fulgurante inteligência e da sua profunda e aturada investigação, mas também da sua humildade e obediência em aceitar a Tradição embora, por vezes, a tivesse posto em causa, o que veio a provocar algum escândalo e a não escapar, consequentemente, aos dardos da Inquisição.

## 5 - Incursão na obra

### 5.1 - Uma Síntese da doutrina exegética do tempo

O que Sá transmite é o reflexo duma Tradição viva e em constante efervescência. Estudante e professor em alguns dos maiores Colégios/Universidades de então (Coimbra, Valência, Gandia, Alcalá de Henares, Roma e Milão), ele teve ocasião de contactar com os maiores professores das várias ciências e de aprender deles muitos dos ensinamentos que mostrou possuir e conheceu obras de incalculável valor pertencentes quer à Patrologia e a autores do seu tempo, quer a autores anteriores. Exemplos de universalidade vamos encontrá-los, tanto nos seus dois livros sobre a Bíblia, como no seu livro de Moral (*Aforismos*). Sobre esta questão propusemos o tema *Manuel de Sá: paradigma de um tríptico sincretismo cultural: Greco-Romano, Judeo-Cristão e Judeo-Arabe* na Conferência Internacional promovida pela UID Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos (Universidade Lusófona de Lisboa) dedicada ao tema *Educando o Cidadão Global Globalização, Educação e Novos Modos De Governação*, e realizada nos dias 16-18 de Junho 2008.

Dando a sua própria opinião, ele confessa dever seguir a opinião dos Doutores que, segundo a sua modesta opinião, terão maior autoridade, principalmente quando se trata do uso do Hebreu, Caldeu e Grego (Sá, *Notationes*, 1601, *Responsio ad Objectiones*, nº 3), ao dizer: *Equidem sum secutus doctorum potius quam meam sententiam*.

## 5.2 - Método

Vamos ver, agora, como é que Manuel de Sá procedeu, tanto quanto à escolha do título e acerca das Referências, como relativamente aos inconvenientes na impressão.

### 5.2.1 - Acerca do título e Autor de cada Livro Bíblico

O título de cada Livro da Bíblia, à excepção do Pentatêuco, é:

1. ou atribuído, no início, ao nome por que é conhecido, embora atribua a sua tradução a partir doutra língua a um outro autor, assim, por exemplo ao comentar o livro de Job diz Sá: *Job, auctor Job, vertit vero ex Syriaco in Haebraicum Moises*. (Sá, *Notationes*, 1601, p. 136);
2. ou posto em dúvida, dando-o como incerto. Exemplo: *Josué, scilicet de Josue gestis. Auctor libri incertus, quibusdam Josue, aliis Samuel, vel Esdres* (Idem, p. 57);
3. ou atribuído ao nome por que é conhecido, concedendo, no entanto, que o mesmo autor tenha escrito o original numa língua e tenha feito a sua tradução noutra língua, como, por exemplo, no caso do Evangelho de S. Mateus do qual diz: *Secundum Mattheum. s. Christi Apostolum, qui id Hebraice scripsit. Qui deinde Graece verterit, aut ex graeco in Latinum, quo utimur, incertum: emendatum quidem constat a D. Hiero. (Hieronimus)*, isto é, Segundo Mateus, quer dizer, o Apóstolo de Cristo, que escreveu em Hebraico e depois traduziu em Latim, o que usamos, é incerto; consta ter sido emendado, por São Jerónimo (Idem, p. 397);
4. ou suposto precisar de uma explicação mais longa acerca da vida e obra do autor desse livro, como:
  - a. no caso do Evangelho de Marcos que diz: *Dictus etiam Joannes vide Acti. 12. Fuit vero primum Pauli discipulus: deinde Petri, sub quo Romae Evangelium scripsit, vide Coloss. 4; 2 Tim. 4; I Pe. 5. Ita quidam: alij aliter ut diximus Acti 12. Scripsit autem graece secundum quosdam: secundum alios Latine: estg. Alexandriae, ubi erat Episcopus, martyrio coronatus* (Idem, p. 419);
  - b. no caso de Lucas que diz também: *Fuit patria Antiochenus, arte medicus, Pauli discipulus, et secundum quosdam ex 72. Christi discipuli. Martyrem fuisse multi*

*scribunt.* (Idem, p. 426);

c. no caso de João, onde diz: *Ioannes patre Zebedeo, matre Salome, de qua Matth. 27. Vixit post Christi passionem anos 68. Secundum Hier. (Hieronimus) totius autem vitae eius incerti anni: putantur tamen à quibusdam fuisse censem. Fuit Episcopus Ephesi: Scripsit Evangelium praecipue contra Ebionem, et Cherinthum Christi divinitatem negantes* (Idem, p. 441);

d. no caso da Carta aos Hebreus que diz *Nomen non adscribit in principio more suo, (ut nec Ioannes in Epistolis) forte quod non ad certam aliquam Ecclesiam scribat, quamquam quidam putant ad Ierosolymitanam scribere, vel, quod sit velut tractatus quidm, seu disputatio de lege veteri, et nova, deque illius cessatione, et huius vi, ubi multa de Sacerdotio veteri, et Christi. Addit et multa ad mores pertinentia* (Idem, p. 510).

5. ou confessa dizer pouco por não entender mistérios, como no caso do Apocalipse onde diz (...) *Apocalypsis, id est, Revelatio. Scripsit eam in Patmo insula, in quam fuerat relegatus a Domitiano. Scriptam ante Evangelium graves autores aiunt. Vide Euseb. lib. 3. cap. 24; Epiph. Haer.51. Totum vero hunc librum spiritualiter esse intelligendum, ait Hier. ep. 148. Ego pauca quaedam annotabo, nam mysteria me fateor non intelligere* (Idem, p. 526).

### 5.2.2 - Acerca das Referências

Manuel de Sá refere frequentemente os autores ou autoridades que consultou, que segue ou que rejeita, por exemplo, em:

- Gen. I, 2: *Spiritus Domini*: isto é, *Spiritus Sanctus* Hyer. in qq Heb. [וְרוּחַ אֱלֹהִים]. E acrescenta que pode significar também, *Aër. Potest vero inteligi Spiritus. i. aër, vel Angelus, secundum Aug. De gen. Ad lit. C. 4.* Na exegese deste mesmo versículo, pesa a opinião de Santo Agostinho, como possível (Idem, p.1);
- Gen I, 22: faz a referência a Tertuliano, Cipriano, Jerónimo e Agostinho;
- Gen III, 3: *Et sanctificavit: pro. id est sanctificavit s. ad sui cultum dedicavit. Hic apparet, jam inde a principio, sabbatum celebratum, quod etiam indicat Heb. 4. Quidam tamen id per occupationem dictum volunt; solum enim data lege*

*sanctum fuisse* (Idem, p. 2);

- Gen. II, 6: *Sed fons pro fons autem.* [פֶּן - פְּנֵי] : *Quidam vaporem intelligunt. Aug. 5 de Gen. c. 10, aut forte fontem pro fontibus positum* (Ibidem);
- Gen. II, 7: *De limo terrae. s(seu). Pulvis erat humectus. August 3 civ. (de Civitate Dei).* Aqui em nota (No.) Sá acrescenta: *quod Heb. Legitur, pulverem de terra, i. ex pulvere terrae. 70. Pulverem accipiens e terra. Spiraculum vitae, i. animam dantem vitam. Cyr. Interpretatur, spiritum immortalem, & vivificum. In animam viventem, quasi dicat, coepit vivere* (Ibidem);
- Gen II, 23: ao falar da mulher, usa o termo *Virago*, baseado no Hebreu *Isha* [אִשָּׁה], q. *Vira ab isc*[אִישׁ], *viro* (Ibidem);
- Gen. III, 20: *Eua* [אֵשָׁה] (Eva) i, *viva, seu vivens. Hebr. Chaudh* [חַוְוָה]. *Mater esset. s (seu) futura* (Ibidem).

Nos exemplos que daremos a seguir, não referiremos o nome dos Padres, por economia de espaço, mas sublinhamos os versículos que contêm essa referência. Estes exemplos são propostos porque neles é clara a referência também de outros autores, sob o seu nome ou sob os nomes vagos de *alii* e *quidam*.

### 5.2.3 - Exemplos de Autoridades utilizadas por Manuel de Sá

Neste ponto tentamos apresentar alguns exemplos explicativos sobre passagens bíblicas que Manuel de Sá comprova com a autoridade, não só dos Santos Padres e da Versão dos LXX, como de outros autores e versões, como a caldaica, a hebraica, etc. Tomamos apenas algumas passagens do livro do Génesis.

Para isso organizámos a matéria em duas colunas sinópticas, colocando na primeira coluna as passagens bíblicas, com os seus respectivos capítulos e versículos e na segunda colocaremos as autoridades que são evocados.

**Tabela 15: Comprovação de Passagens do Génesis**

| Passagens Bíblicas<br>(Capítulos e versículos)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Autoridades aduzidas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gen. III, 15 (Sá, <i>Notat.</i> 1601, p. 2);</li> <li>• VI, 11 (Idem, p. 3);</li> <li>• VII, 2. 11. 16 (Idem, pp.3-4);</li> <li>• XII, 6; (Idem, p. 5)</li> <li>• XV, 13 (Idem, p. 5);</li> <li>• XVII, 17 (Idem, p. 7);</li> <li>• XIX, 26. (Ibidem);</li> <li>• XX, 12 (Ibidem);</li> <li>• XXIV, 65 (Idem, p. 8);</li> <li>• XXVI, 17. 20. 21. 33 (Idem, p. 9);</li> <li>• XXIX, 17 (Idem, p. 10);</li> <li>• XXX, 32 (Ibidem);</li> <li>• XXXII, 15 (Idem, p. 11);</li> <li>• XXXIV, 25 (Idem);</li> <li>• XXXVI, 24 (Idem, p. 12);</li> <li>• XXXVII, 36 (Ibidem);</li> <li>• XXXVIII. 5. (Ibidem)</li> <li>• XXXVIII. 18 (Ibidem);</li> <li>• XXXIX, 1 (Ibidem);</li> <li>• XLI, 45 (Idem, p. 13);</li> <li>• XLII, 38 (Ibidem);</li> <li>• XLIX, 10 (Idem p. 14) ;</li> <li>• XLIX, 11 (Ibidem);</li> <li>• L, 10 (Idem, p.15);</li> <li>• L, 15 (Ibidem);</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hier., Chry., August., Ambr.</li> <li>• Chrys-</li> <li>• Quidam et alij; LXX; quidam.</li> <li>• Hebr.; Chal.</li> <li>• Hebr.; Heb. Chal.;</li> <li>• Hier. 3 cont. Pelag; alij;</li> <li>• Hebr; Chal.</li> <li>• Quidam; Hier. cont. Helv.</li> <li>• Alij;</li> <li>• Alij</li> <li>• LXX; Alij</li> <li>• Hebr;</li> <li>• Alij; LXX; Cha</li> <li>• Alij; Augus;</li> <li>• Alij;</li> <li>• Hebr.; Alij;</li> <li>• Hebr.; Chal; LXX;</li> <li>• Alij; Hebr.;</li> <li>• Alij;</li> <li>• Alij; Hier.;</li> <li>• Chal.; Alij; LXX</li> <li>• Phil.; Joseph; August.,</li> <li>• Tertul; Just;</li> <li>• Hier. ; Hier. Epist 25</li> <li>• Hebr.</li> <li>• Heb; Chal.; LXX;</li> </ul> |

Nota, também, algumas *Erratas*, como:

- Na página 67: onde se lê *In Josue* deveria ler-se *in Judicum*;
- Na página 71: onde se lê *In Josue* deveria ler-se *In IRegum*.

Deixa entrever o ambiente sócio-económico do seu tempo, como por exemplo, no III Livro dos Reis, IX, 28 sobre a palavra *Ophir* à qual Manuel de Sá (*Notationes...* p. 90) acrescenta *Hodie dicitur Peru; vel Angola. Unde Lusitanis multum auri. Hier. Epist.*

*140, locum putat esse India. Quidam Malacam credunt; alii insulam prope Malacam, quae hodie Zamatra vocatur.* Para os biblistas Brown, Raymond; Fitzmyer, Joseph. & Murphy, Roland (s/d, Vol I, p. 188) seria *probably located on the southwestern coast of Arabia or on the opposite Somali coast of Africa.*

De igual modo, no versículo 22 do mesmo capítulo X do II Livro dos Reis, sobre *Tharsis*, Sá (Idem, p. 91) diz que *quidam putant Sophalam esse, unde lusitanis aurum plurimum.* Segundo autores modernos o Reino de Tarsis ou *ilhas de Tarsis* seria a Península Ibérica. Por exemplo Moisés do Espírito Santo (1988, pp. 383), diz que:

*Datam do séc. X (antes de Cristo) as primeiras referências bíblicas da presença fenícia na Ibéria, em Tarsis, no sul da Península Ibérica, que na Bíblia também quer dizer fim do mundo (e era verdade); a expressão barco de Tarsis também significa barco de longo curso*

Estas duas referências, reflectem muito bem, não só o ambiente dos Descobrimentos Portugueses, com o consequente intercâmbio de ideias e de riquezas interculturais, mas também o aparecimento do mito da riqueza e do mistério proveniente do Oriente, sendo prefigurado pelo ouro e prata e pelas descrições poético-fabulosas.

Ainda no capítulo da manifestação do meio ambiente do tempo em que viveu o autor das *Notationes* temos a advertência que ele nos faz, logo no início do comentário, sobre o título dos cinco primeiros livros da Bíblia. Para o nosso autor (*Notationes*, 1601, p. 1) esses livros herdaram o nome de Pentatêuco da Versão grega dos Setenta: *Titulus hic et quatuor sequentium librorum à LXX additi sunt.* Acrescenta ainda (Ibidem), numa espécie de nota de rodapé, a razão da brevidade da sua obra: *Qui me putabit pauca notandum dicere, cogitet, rogo, instituti mei rationem, qui non commentaria prolixa, sed notationes, easque breves promiserim.*

### 5.3.4 - Inconvenientes na Impressão

Os versículos do texto bíblico, neste caso o latino, não são transcritos por inteiro. O texto é apresentado, palavra por palavra, sendo seguido, imediatamente, pelo comentário. É evidente que este inconveniente se deve, como sempre, à necessidade de simplificar a obra.

Por outro lado os vocábulos latinos a serem comentados estão impressos no mesmo tipo de letra que o dos comentários, dificultando a leitura, mas isto compreende-se bem se

nos recordarmos que a arte da composição por caracteres móveis, descoberta, em 1440, por Johann Gensfleisch, dito, Gutenberg de Mainz (Mogúncia), na Alemanha, ainda não estava muito desenvolvida. Entre a primeira impressão, a chamada *Bíblia de quarenta linhas* (devido a ser este o número de linhas de cada página) da qual se fizeram cerca de 200 exemplares de 642 páginas e a edição de Mogúncia, feita por Balthazar Lippius em 1610 (4º, com 546 páginas) e a de Colónia impressa *apud Johannem Kinchium*, em 1620, há uma grande diferença. Nestas duas últimas impressões o texto sacro, segundo Sommervogel (1890-1909, Vol. VII, Col. 353), já é dado em caracteres distintos.

Como curiosidade, podemos recordar que destes primeiros exemplares, ainda se conservam 48 (contando os incompletos), segundo informações do Museu de Gutemberg e cujas páginas estão artisticamente apresentadas, como se poderá verificar através desta cópia que, aqui, reproduzimos:



### Ilustração 18: Uma página da primeira Bíblia impressa por Iohann Gutenberg (40 linhas)



Fonte: [Online] [Consult 06/07/2007] Disponível em:  
[Http://www.museutec.org.br/linhadotempo/inventores/johann\\_gutenberg.htm](http://www.museutec.org.br/linhadotempo/inventores/johann_gutenberg.htm)

## 6 - Distribuição dos Fólios

O texto da edição que estamos a apresentar, é distribuído em duas colunas, por página e segue a divisão por secções de forma idêntica à que já tinha seguido nos *Scholia*. Temos, pois esta disposição:

Antigo Testamento começa em A. (p. ou Fol. 1), seguindo A2. A3; B. B2. B3; Z. Z2. Z3 (p. 181); passa depois na p.185 a: Aa. Aa2. Aa3; Bb. Bb2. Bb3 – continuando – AAa. AAa2. AAa3; e termina em DDd2 (p. 395); O Novo Testamento começa em DDd3 (p.

397) e termina, no Apocalipse e na primeira página das *Frases da Escritura em ordem alfabética*, com XXx3 (p. 533). Continuam as Frases na secção YYy, vindo a terminar a Obra com Llll3.

## 6.1 - Sistema de Abreviaturas

**Tabela 16: Abreviaturas de Manuel de Sá**

|                        |                                                          |
|------------------------|----------------------------------------------------------|
| <b>Chal.</b>           | Língua Caldeia, ou versão Aramaica;                      |
| <b>70</b>              | Versão dos Setenta, texto Grego,                         |
| <b>Heb.</b>            | Texto Hebreu,                                            |
| <b>Hebr.</b>           | <i>Hebraice</i> (à maneira hebraica),                    |
| <b>f (= S) ou s.</b>   | <i>Scilicet, seu</i> (isto é),                           |
| <b>i.</b>              | <i>Idem ac. Id est</i> (isto é),                         |
| <b>&amp;</b>           | <i>Et</i> , (e)                                          |
| <b>q.d. / q</b>        | <i>quod dices; quod dicitur</i> (quer dizer),            |
| <b>Trâsce~deret</b>    | <i>Transcenderet</i> : (~ = n) sobre uma vogal = m/n),   |
| <b>Grae.</b>           | Texto grego,                                             |
| <b>Graec</b>           | <i>Graecè</i> , à maneira grega,                         |
| <b>Complut/ complu</b> | <i>Complutense</i> (Polig. de Ar. Montano ou de Alcalá), |
| <b>Vide</b>            | Confronta, confere                                       |
| <b>Not.</b>            | <b>Nota</b>                                              |

**Tabela 17: Nota (introduzida no texto): Ex.:**

**Nota** (introduzida no texto): Ex.:

- II Macab. Cap. II, 32 - (Sá, 1601, Antigo Testamento, p. 392), onde diz:

*Not. Ipsos, quod ad veritatem attinet historiae, velle penes auctorem abreviant, fidem esse; ut mirum non sit, si forte aliqua deprehendantur dubia; auctor enim sacer solum refert, quia Iason Cyrenaeus scripserit.*

- II Macab. Cap. X, 3 - (Idem, p. 393), onde diz:
- *Not. Vero, id etsi narratur post mortem Antiochi, prius tamen contingisse. Vide Lib. I. cap. 4.*
- II Macab. Cap. XII, 43s – (Idem, p. 394: discordância entre Saduceus e Fariseus sobre a Ressurreição dos mortos)

*Not. Adeò esse coniunctos artículos de animarum*

*immortalitatem, & corpore resurrectione, ut alterutro positio, vel sublato, alterum ponatur, vel auferatur. Itaque Saducae utrunque negabant, Pharisei affirmabant. Vide Act, 23 & quidem Math.22. Christus ex animae immortalitate probat resurrectionem. & Paul. I. Cor. 15. Mortales esse animas, si non sit resurrectio: & meritò, nan si anima extat, cem sit naturaliter forma corporis, necesse est ei iterum uniri.*

- II Macab. Cap.XV, 40 (Idem, p. 395), onde diz:

*Nota. Quod Graeca hunc sensum faciunt, ut vinum per se bibere, & rursum aquam, inimicum est, seu odiosum: delectat verò si utrunque misceas: sic praeparatus, id est, temperatus, seu concinnus, sermo lectorem delectat.*

- Mat. Cap. I, 15 (Sá, 1601, Novo Testamento, p. 397). Aqui fala-se da genealogia de Jesus que nasceu de Maria, esposa de José. Ora, na genealogia segundo S. Mateus, ao chegar a Eliazar, Manuel de Sá dá esta explicação:

*Not. Ex eadem uxore genuisse Matthan quidem Iacob, Matthan verò Heli, deinde Iacob ex uxore Heli sine filiis defuncti Ioseph, natura quidem suum, at secundum legem Heli, filium, ideoque eius filius vocatur. Luc, 3.*

Segundo esta sequência: (...) Eliud gerou Eliazar. Eliasar gerou Matthan. Matthan gerou (da mesma mulher) Heli e Jacó. E Jacó gerou (da mulher de Heli, já defunto) José, esposo de Maria da qual nasceu Jesus (...).

Esta genealogia que é, sobretudo, a genealogia de José, não concorda com a que propõe o Evangelho segundo Lucas (cap.3, 23-38). Consciente desta dificuldade, Manuel de Sá acrescenta à sua *Nota* a chamada para Luc. 3. Neste último evangelista diz-se que Jesus era tido por filho de José que, descendia de *Heli* que, por sua vez, tinha sido gerado por *Matat*, filho de *Levi*, etc., indo até Adão que tinha sido criado por Deus (v. 38).

- Mat. Cap. XIX, 11 (Idem, p. 411 (sobre o celibato tido como dom de Deus);

*Not. Coelibatum esse Dei donnum*

- Mat. Cap. XXV, 12 (Idem, p. 415), sobre a chegada das últimas virgens depois da porta já estar fechada. Na insistência para que as deixasse entrar, Jesus responde-lhes: *Não vos conheço*, Manuel de Sá dá esta explicação:

*Not. Significari in Christi adventu ad Iudicium, qui fortè fiet media nocte, salvandos solos qui fidei lumini adiunxerint, misericordiae & bonorum operum oleum. s. operantem charitatem. Reliqua in parábola non oportet scrupulosè exquirere.*

- Mat. Cap. XXVI, 12 (Idem, p. 416), onde se fala da unção que uma mulher fizera a Jesus em Betânia. Ao ser importunada pelos discípulos, Jesus

responde que o derrame desse bálsamo seria como para a *sua sepultura*.

**Not.** *Quòd mota est ad id à Spiritu Sancto. Sed fortè non cogitavit, aut intellexit de sepultura quicquam.*

- Mat. Cap. XXVIII, 1 (Idem, p. 418), onde a propósito da ida de Maria Madalena e outra Maria ao sepulcro de Jesus e apresentando o texto certa dificuldade, não distinguindo bem entre o sábado e o domingo Manuel de Sá, explica que, embora não se conhecesse a hora exacta, diz que, pelo menos, foi depois da meia noite:

**Not.** *Incertum esse qua hora Christus surrexit. Creditur fuisse post mediam noctem.*

Neste pormenor, Manuel de Sá desconhecia a distinção entre dia e noite, segundo a mentalidade judia, pois, o dia começava, após o pôr-do-sol do dia anterior, ou seja: não era o nascer do sol nem as zero horas que marcavam o começo de um novo dia, mas sim o pôr-do-sol do dia que findava (McDowell, 1994, pp. 159-161) Josh) e ainda: [http://www.mail-archive.com/debate\\_biblico@yahoogrupos.com.br /msg17011.html](http://www.mail-archive.com/debate_biblico@yahoogrupos.com.br/msg17011.html). Por isso Manuel de Sá poderia estar descansado que o domingo da ressurreição começara, muito antes da meia-noite. Ele já tinha começado com o pôr-do-sol de sábado.

- Mat. XXVIII, 19 – (Idem, p. 419). Aqui trata-se do envio dos apóstolos a pregar às nações e baptizar em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Manuel de Sá explica:

- **Not.** *Hic expressum mysterium Trinitatis.*

## 6.2 - Novidades

Trata-se de uma obra que:

1. Propõe um comentário a todos os livros da Sagrada Escritura, num único volume, segundo o sentido literal, como ninguém, até à data, o tinha feito;
2. Oferece aos leitores três belíssimos índices em ordem alfabética:
  - Um sobre todas as frases explicadas que (segundo a Vulgata) podem dar alguma luz à compreensão da Escritura);
  - Um segundo índice *extenso*, mas de modo sucinto segundo o seu costume, pelo qual o leitor poderá encontrar o que quiser (Este *Index*

*copiosus totius Scripturae* de Manuel de Sá foi utilizado por Jacob Gordonis (1632, III Volume, 3 in fº, Paris) na sua obra *Biblia Sacra cum Commentariis ad sensum literale et explicatione, locorum rerunque omnium quae in Sacris Codicibus habent obscuritatem*. Deste facto é testemunha fidedigna Vigouroux (1912, Tom. III, Col. 277);

- Um terceiro índice, formado por sentenças escolhidas que podem servir de concordância e foram de grande utilidade para a preparação de sermões, conferências e meditações (Cf. *Biblia Sacra Vulgatae editionis Sixti V Pontificis Maximi iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*, Venetiis, MDCCXLV, Tom. I, pp. XXXIV-XXXV);

3. Um comentário onde, de modo bastante crítico, confronta vários textos bíblicos. Assim, para o Antigo Testamento confronta: o hebreu, o caldeu (aramaico), o texto grego dos Setenta (70 ou LXX) a que junta a Poliglota *Complutense* principalmente para os livros que não se encontravam na Versão dos LXX, (por exemplo, I e II Macabeus) e para o Novo Testamento confronta os textos gregos, aos quais junta também a *Poliglota Complutense*.

## 7 - Origem e Finalidade da Obra

### 7.1 - Origem

A origem destas *Anotationes in totam Scripturam Sacram* deverá procurar-se, à imagem da dos *Scholia*, na vontade expressa dos Superiores da Sociedade de Jesus. A nota que ele nos deixou, ao fundo da primeira página desta obra dá-nos a possibilidade de deduzir que o autor teve uma ordem expressa da parte dos seus superiores e, se não foi bem expressa, pelo menos teria sido um desejo que ele quis secundar da melhor forma: *qui me putabit pauca notando dicere, cogitet, rogo, instituti mei rationem qui non commentaria prolixa, sed notationes, easque breves promiserim* (Sá, 1601, *Notationes*, p. 1), o que quer dizer: Aqueles que julgarem que anotei poucas coisas, pensem, suplico-lhes, na razão (causa, finalidade) do meu Instituto que não quis um comentário extenso, mas simples anotações, e estas breves, como eu lhe prometi).

### 7.2 - Finalidade

Acerca desta não encontrámos referências directas em nenhuma carta. É possível que as

haja, mas não nos foi possível encontrá-las. No entanto, isso pode ser dispensado, visto possuímos o necessário para esse efeito.

Logo na *Dedicatória a Cristo* (fol. \* 2) podemos ler: *ut tuae, cuius causa est elaboratum, Ecclesiae prosit*. Daqui se deduz que o livro foi escrito por três razões: por causa de Cristo; para proveito da Igreja e, finalmente, para servir de consulta útil a muitos, como o diz claramente na *Nota ao Leitor: id scio, voluisse me plurimorum utilitate consulere*.

Na **Auctor Lectori** (fol. \* 3) diz o autor que *id scio, voluisse me plurimorum utilitate consulere*, isto é, que ele teve por objectivo servir de consulta útil a muitos. Na nota sobre a comodidade destas *Notationes (Notationum harum commoda)*, ele refere que: elas poderão ser utilizadas por quem lê a Escritura; quem quiser maior explicação poderá servir-se do índice (*das frases*) onde terá a frase e a sua explicação no local adequado; quem desejar encontrar apenas uma palavra procurá-la-á no outro índice (*index totius Scripturae*); quem desejar encontrar bordões para uma conferência, sermão ou meditação terá outro índice à sua disposição (o *índice de sentenças selectas*); elas servem para explicar a Escritura segundo o Sentido Literal.

Com efeito, Manuel de Sá pertenceu ao grupo daqueles que lutaram por atribuir à Bíblia um único Sentido - o Literal -. Assim Maldonato, (*Comentário a Isaías*, LXII, 4; *Comentário a Jeremias XXXI*, 15); Ribera (*in Oseam*, XI); Bellarminus (*De Verbo Dei* III, 3); Salmerón (*Prologus*. 8); Bonfrerius (*Praeloquia*, CXX, Sec. V); Molina, Vasquez, etc.

## 8 - Valor desta obra

### 8.1 - Faz parte de Obra Monumental de Exegese da Colecção Biblia Sacra

Está ao lado de nomes insígnies, como Maldonato, Éstio, Mariana, Lanslius, Malavenda, Menóquio, Tirini, Gordon e Bossuet, para participar na coleção de Comentários à *Bíblia Sacra Vulgatae Editions: Sixti V. & Clementis Biblia Sacra Vulgatae editionis Sixti V Pontificis Maximi iussu recognita et Clementis VIII auctoritate recognita/ cum annotationibus J. B. Du-Hamel, et Vitreani exemplaris notis chronologicis atque historicis, digesta, recensita, emendata studio atque opera Praeposito & Sacerdotum Congregationis Oratorii Salvatoris. – Matrili* [Madri, Espanha]: *Typis Joachimi de Ibarra*, 1767, 2v.: il., gravuras; 37cm.

Este Monumento de Exegese constituído por 28 (vinte e oito) volumes que recolhem as obras principais dos grandes exegetas da época, serviu de ponto de referência a várias gerações de estudiosos da Bíblia, constituindo ainda hoje, uma fonte inesgotável de sabedoria bíblica.

## 8.2 - Dos Comentários da Colecção MIGNE

Também faz parte do elenco de peritos, cujos comentários bíblicos foram recolhidos numa outra obra, também ela constituída por vinte e oito grossos volumes conhecida sob o título seguinte: *Scripturae Sacrae Cursus Completus, ex commentariis omnium perfectissimis ubique habitis, et magna parte episcoporum necnon Theologorum Europae Catholicae universim ad hoc interrogatorum, designatis, unice conflatus, plurimis annotationibus praesbyteris ad docendos levitas pascendosve populos alte positus. Annotavit vero simul et edidit Jacques Paul MIGNE. 28 Volumes. Paris 1837 Apud Editorem in Via Gallice dicta. Rue D'Ambroise, Barrière d'Enfer.* (Bibliothèque de Lyon: A-20.036).

O contributo que Manuel de Sá prestou a esta obra encontra-se em vários locais, tais como:

1. No Tomo dezoito cujo título se apresenta deste modo: *Dissertations sur les prophéties. L'Incrédulité convaincue par les prophéties.- De l'usage et des fins de la prophétie in Isaiam Commentarium. Parisiis, apud Editorem in via Gallicè dicta. Rue D'Ambroise, Barrière d'Enfer, 1840.* O principal autor do comentário à *Profecia de Isaías* é Francisco Foreiro (*Forerius*), dominicano e enviado especial de rei D. João III ao Concílio Tridentino, sendo seguido dos comentários suplementares de vários exegetas, como, por exemplo, dos de Manuel de Sá.
2. Além desse contributo, Manuel de Sá é citado várias vezes por Foreiro, nas Colunas 900-901 (cap. VI de Isaías, verso 2 sobre os Serafins); col. 944, cap. VIII, versos 5 e 6, onde ele compara a imobilidade do Reino davídico (Judá) à estagnação das águas da Piscina de Silóé.
3. Mas, o contributo mais valioso que Manuel de Sá prestou a esta Colecção dos Grandes Críticos, encontra-se no *Comentário ao Livro do Eclesiástico* que é todo da sua autoria e encontra-se no tomo dezassete, editado em 1839. Neste tomo, temos,

em primeiro lugar, um excuro sobre a vida de Manuel de Sá que ocupa as colunas 599-602 e o seu Comentário ao Livro do Eclesiástico que se estende desde a Coluna 678 até à 972, sendo introduzidas algumas notas, na tradução francesa, da responsabilidade dos editores.

4. Encontra-se ainda nova participação, embora pequena, no Vol. 23, que é dedicado aos Evangelhos e Actos dos Apóstolos. Neste tomo, editado em 1840, temos o comentário feito por Francisco Haeraeus o qual se serve da autoridade de Manuel de Sá em algumas passagens, como por exemplo, nos capítulos I, II, e III, 12; V, 26-30; VII, 36; X, 28-32; XI, 1-10, etc.

## **9 - Ilações/Conclusões**

Baseados na análise sumária que fizemos a estas três obras, podemos concluir que Manuel de Sá foi um Homem:

### **9.1 - Sábio**

A sua sabedoria era o fruto não só da sua rara inteligência e conhecimento da natureza humana, mas também da sua investigação paciente e constante.

### **9.2 - Antropagogo**

O conhecimento e o respeito profundos que tinha pela pessoa humana, conduziram-no a ver e considerar o homem como um ser que tende naturalmente para a plena realização e que esta não poderá encontrar-se senão em Deus. Tal filosofia fez dele um condutor espiritual carismático, arrebatando multidões com a sua palavra certa e transformando um número incalculável de indivíduos com a singularidade da sua bondade e humildade.

### **9.3 - Metodólogo**

A sua maneira própria de proceder, de ensinar e de falar caracterizou a sua pessoa como sendo um mestre, em toda a acepção do termo. Ele foi um verdadeiro orador, um excelente professor, um profundo pensador e um notável escritor.

Em todos estes campos, não só soube utilizar os processos metodológicos que tinha aprendido da tradição, mas conseguiu ultrapassá-los, em larga escala, pois se deles se serviu, foi apenas para não destoar por completo dos hábitos adquiridos e dos costumes



pelos outros seguidos. Ele pôde dar-se ao luxo de quebrar etiquetas, de abandonar padrões e de seguir um caminho próprio. Ele era, por assim dizer, a personificação da complexidade metodológica diversificada e aplicada à complexidade das matérias aprendidas e ensinadas. Segui-lo, seria ter a certeza de poder chegar a um bom termo. Por isso, muitos foram aqueles que o procuraram para, com a sua palavra e a sua presença, poderem sentir-se felizes e seguros na busca do saber. Muitos foram aqueles que, a partir da sua pregação, das suas lições e dos seus livros, encontraram uma resposta apropriada às suas dúvidas e ansiedades.

Esta força de atracção e de estímulo criaram em Manuel de Sá a sua originalidade: falar com naturalidade e graciosidade; transmitir com clareza e precisão o tesouro que ele mesmo tinha procurado desvendar, no intuito de valorização pessoal e de enriquecimento de quantos dependiam da sua palavra e do seu exemplo, tendo como fim último a maior glória de Deus, conforme o lema Inaciano: *Ad Maiorem Dei Gloriam* (AMDG).

## Referências Bibliográficas da Parte 2

*Aphorismes, ou Sommaires de la Doctrine des Jésuites et de quelques leurs Docteurs... par lesquels le vray Christianisme est corrompu, la paix publique, et les liens de la société humaine sont entièrement violez et rompus. Extraits des écrits, sentences et Actes publics des Jésuites et de leurs liures, et autres de leurs Docteurs.* Traduits de latin en Français. Jouxte la copie imprimée en Allemagne. 4e édition augmentée outre les autres impressions. MDCX.

*Biblia Sacra Vulgatae Editionis Sixti V Pont. Max. Iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita. Editio emendatissima appartu critico instructa cura et studio Monachorum Abbatiae Pontificiae Sancti Hieronymi in Urbe Ordinis Sancti Benedicti.* (pp. 703; 1041). Roma: Marietti, 1965.

Boero, Giuseppe (1864). *Vita del B. Pietro Canisio*. Roma: Civilia Cattolica.

Bonfrerius, Jacobus (Jacques Bonfrère, 1625). *Praeloquia in Totam Scripturam Sacram*, c. xx, sect. 5. Antuérpia.

*Bonfrerius, Jacobus (Jacques Bonfrere) (1625). Pentateuchus Moysis, commentario illustratus, praemissis, quae ad totius Scripturae intelligentiam manducant, praeloquijs perutilibus. Antuerpiae.*

Borgia (1894-1911). - *Sanctus Franciscus Borgia. Quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Generalis tertius.*(Vol. I-V). Matriti: MHSI.

Brown, Raymond; Fitzmyer, Joseph. & Murphy, Roland (Ed.). (s/d, mas depois de 1967, cf. Editor's Preface, p.xviii). In *The Jerome Biblical Commentary*, (em dois volumes num só. Vol I: *The Old Testament e Vol II: The New Testament and Topical Articles*). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

BullTau. (1857ss) - *Bullarium, Diplomatum et Privilegiorum Romanorum Pontificum Taurinensis editio.* (Vol. 7, pp. 281ss). Turin: ed. G. Tomassetti.

Carreira, José Nunes (1974). *Filologia e Crítica de Isaías no Comentário de Francisco Foreiro (1522? -1581). Subsídios para a história da exegese quinhentista.* Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Castro, José Mendes de (1972). Midrash. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 13, Col.645-646). Lisboa. Ed. Verbo.

*Codex Iuris Canonici Pii X Pontificis Maximi iussu digestus, Benedicti Papae XV auctoritate Promulgatus* (1933). (Can. 890, § 2, p. 251). Vaticanus: Typis Polyglotes Vaticanis.

Concilium Tridentinum (13 Dec. 1545 – 04 Dec. 1563); *Decretum de libris sacris et de tradicionibus recipiendis* (cf Denz. 1965, nº 1501- 1505 (783-784); *Decretum Primum publicatum in quarta Sessione, 8 Aprilis 1546: Recipiuntur libri sacri et traditiones Apostolorum* Cf. 5, 91.

- Conybeare, Frederick C. (1904). The Date of Euthalius: *ZNTW* 5, pp. 39-52 (*Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft*).
- Cramer, John Anthony (Ed.) (1840). *Catena Graecorum Catena Graecorum patrum in Novum Testamentum*. Oxford: UP.
- Cuche, Denys (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Fim de Século Denys C.
- Dalmasses Candido de y Gilmont, Jean François (1961). *Las obras de San Francisco de Borgia*. In *Archivum Historicum. Societatis Iesu*, XXX 125-179.
- Dalmases, Cándido de (1983), *El Padre Francisco de Borja*. Madrid: BAC. Biblioteca de Autores Cristianos: Editorial Católica, S.A.
- Davau, Maurice; Cohen, Marcel; Lallemand, Maurice (1972). *Dictionnaire du Français Vivant*. Paris-Bruxelles-Montreal: Bordas.
- Déaut, Roger Le. (1971). Un Phénomène Spontané de l'Herméneutique Juive Ancienne. *Revista Biblica*. 52, pp. 505-525). Roma: Ed. Institutu Biblicum.
- Decretum Primum publicatum in quarta Sessione*, 8 Aprilis 1546: Recipiuntur libri sacri et traditiones Apostolorum Cf. 5, 91.
- Del Franchi, Pio Pietro Cavalieri; Lietzmann, Johannes (Orgs) (1929). *Speciminia codicum graecorum vaticanorum*. Colecção: Tabulae in usum scholarum Lingua: LAT. Biblioteca Apostólica Vaticana. Derolim: W. de Gryter.
- Denzinger-Schönmetzer (1965). (ed. XXXIII). *Enchiridion Symbolorum, Definitionum et Declarationum de rebus fidei et morum*. Nº 1851-1861, pp. 423-425. Barcinone-Friburgi Brisgoviae-Romae-Neo-Eboraci: Herder.
- Devresse, Robert (1928-1966). In Pirot, Louis; Robert, André & Cazelles, Henri (Orgs.) *Dictionnaire de la Bible : contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d'animaux mentionnés dans les Saintes Écritures, les questions théologiques, archéologiques ... : supplément*. (Tom. I. Col. 1086) Paris : Letouzey et Ané.
- Díaz-Macho (1973). Le Targum Palestinien, dans l'exégèse biblique et Judaïsme. (pp. 13-37): *Revue de Sciences Religieuses* 47 (1973), 169-231. Estrasbourg: Ed. J-E. Menard.
- Díaz Macho (1973). O Manuscrito Neofite 1. In *Revue de Sciences Religieuses* 47: 169-23. Estrasbourg: Ed. J-E. Menard.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), Vol. I, p.1636).
- Dicionário Enciclopédico Larousse*, (1866-1876). Tom. I, p. 479. Paris.
- Dorival, Gilles (1984). Des Commentaires de l'Écriture aux Chaînes. In Claude

- Mondesert (Org.) *Le Monde Grec Ancien et la Bible* (T. I, pp. 361-386). Collection Bible de Tous les Temps. Paris : Beauchesne.
- Du Cange, Charles Dufresn (1678). *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. 3 vol. in-folio avec un supplément de Pierre Carpentier (1766).
- Editais da Real Mesa Censória datado de 12 de Dezembro de 1771*. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1771
- Enchiridion Biblicum – Documenta Ecclesiastica Sacram Scripturam Spectantia* (1965). Ed. 4<sup>a</sup> aucta et recognita. (nº 57). Napoli: M D'Auria Pontificius Editor – Romae Madrid: : Editiones Comm. A. Arnodo.
- Espírito Santo, Moisés (1988). *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga* (com posfácio de Natália Correia). Lisboa: Assírio & Alvim. Coleção Peninsulares.
- Fabrii Monumenta (1914). *Monumenta Beati Petri Fabri, primi sacerdotis e Societatis Iesu epistolae, Momoriale et Processus*. (pp. 477 / 426). Matriti (MHSI).
- Fernández, Andrea (1951). De Interpretatione – Hermenêutica. In *Institutiones Biblicae Scholis Accommodatae*. (Liber IV, nº 121, pp. 496-504). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Ferreira, Manuela Malheiro (2007). In Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela Malheiro *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Franco, José Eduardo (2006). *O Mito dos Jesuítas – Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Vol. I Das Origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva.
- Galenus, Claudius (1544). *Opera omnium sectio tertia*. (Interpret. Janus Cornarius) Venetiis, (apud Ioannem Farreum et Fratres). 8º - [38] 891.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1936-1960). 40 Volumes (Vol. 26, p. 450). Lisboa – Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia.
- Graça, Luís (2005). *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros... de Frei Diogo de Sant'Iago. (1741)*. Fac-Símile da Edição de Alcalá. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse* (1982-1985). (Vol. I, p. 479). Paris: Librairie Larousse.
- Harris, James Rendel (1893). *Stichometry*. London: C. J. Clay & Sons.
- Hieronymus, Sanctus: [Epistolae] *Divi eximique doctoris Eusebii Hieronymi Stridonensis Aepistolarum libri*. Lugduni, 1518, per Jacobus Saccon). 2º - I. pars: 117 [25] ff. II. pars: 142 ff. III. Pars: 159 ff. - Adams J-131.

- Höefer, Jean Chrétien Ferdinand (dir.). (1861). *Nouvelle biographie générale* (Tom. 42 (ano 1863), Cols. 950 – 951). Paris
- Höpfel, Heather – Leloir, Louis (1958). (6ª ed.). *Introductio generalis in Sacram Scripturam*. Napoli-Roma: D'Auria-Arnodo.
- Hurter, Hugo Adalbert Ferdinand von (1882-1899). *Nomenclator litterarius theologiae catholicae, theologos exhibens aetate, natione, disciplinis distincto*. (3 vols). Innsbruck.
- Institutiones Biblicae, scholis accomodatae. De S. Scriptura in universum*, Editio sexta recognita (1951). Vol. I. (Prolegomena, p. 11, nº 12). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Júnior, Manuel Alexandre (2004). *Hermenêutica Retórica. Da Retórica Antiga à Nova Hermenêutica do Texto Literário*. Lisboa: Gráficas Varona, S.A.
- Lacouture, Jean (1993). *Os Jesuítas*. (vol.1- *A Conquista*). Lisboa: Editorial Estampa. (O título Original: 1 Les Conquérants).
- Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade (1991). *Fundamentos de metodologia científica*. (3ª ed. revista e ampliada). São Paulo: Atlas.
- Le Robert (1970). *Dictionnaire Alphabétique, Analogique de la Langue Française*. (DAALF). Vol. I. p. 177.
- Lipsius, Iustus (1585). *Opera omnia, quae ad criticam proprie spectant. Quibus accessit electorum liber secundus. Variarum librorum libri III. De Amphitheatro liber. Epistolicarum quaestionum libri V. Antiquarum lectionum commentario*. Antverpiae, Christoph Plantin.
- Llorca, Bernardino (1960). *Manual de História Eclesiástica* (2 vols). Tradução Portuguesa, revista e adaptada por Bernardo Xavier Coutinho. (Vol. II, p. 609). Porto: Edições ASA.
- Lukács, Ladislaus (1984). *Catalogi personarum et officiorum provinciae societatis Jesu, Collegium Styrense*. Auszug angefertigt von Josef Fröhler Lukacs, Ladislau (1986). *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Vol. 5 of the *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, ed. Ladislaus Lukács. Volume 129 da série *Monumenta Historica Societatis Iesu*. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986.
- Lukács, Ladislaus (1978-1981). *Catalogi personarum et officiorum provinciae Austriae S. J. Collegit et edidit*. In *Monumenta historica Societatis Jesu*.
- Lyra, Nicolau (1487). *Biblia. Cum postillis Nicolai de Lyra et expositionibus Guillelmi Britonis in omnes prologos S. Hieronymi et additionibus Pauli Burgensis replicisque Matthiae Doering. - Nicolaus de Lyra: Contra perfidiam Iudaeorum*. Nürnberg: Anton Koberger; 1487. Tom. I.: 468 ff. Tom. II.: 370 ff. Tom. III.: 348 ff. Tom. IV.: 384 ff.
- Machado, Diogo Barbosa (1752). *Bibliotheca Lusitana – Historia, Critica, e Cronológica na qual se compreende a noticia dos authores Portugueses, e das*

*Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente* (Tomo III, pp. 361-362). Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.

Machado, José Pedro (1977). (3ª ed.). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (DELP). (Vol. IV, 54). Lisboa: Livros Horizonte.

Maldonado, Juan (1596) *Commentarii in quatuor Evangelistas. Nunc primum in lucem editi, & in duos tomos divisi*. Mussiponti (Pont-à-Mousson): Stephani Mercatoris. 2 vols.

Maldonado, Juan (1611). *Commentarii in Prophetas IIII. Ieremiam, Baruch, Ezechielem, et Danielelem. Accessit expositio Psalmi CIX et Epistolae de collatione Sedanensi cum Caluinianis*. Moguntiae, Sumptibus Ioannis Kinckes. 4 - [6] 736.

Mansi, Giovan Domenico (1758-1798). (Org.) *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima collectio*. (31 Vols. In-folio). (Tomus IV, Col. 1184). Florence and Venice: Antonio Zatta.

Martins, Alcina Manuela Oliveira (2005). *Como se faz um trabalho científico – Módulo para o Curso de Mestrado em Administração e Planificação da Educação*. Porto: Universidade Portucalense (Policop.).

Martins, Maria Teresa Esteves Payan (2005a). *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII E XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Matias, José Coelho (1990). Manuel de Sá: Percursor dos Métodos Histórico Críticos. *Revista Didaskalia* 20 (I), 125-142. Lisboa.

Mattoso, António Gonçalves (1969). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. IX, Col. 1782-1784). Lisboa: Editorial Verbo.

McDowell, Josh (1994). *As Evidencias da Ressurreição de Cristo*. São Paulo: Ed. Candeia.

Mecontent, Jérôme (Ed.) (1697). *Thèse, col. 1 de peccatis propositiones 5. 6. 7, reduzidas à II Proposição do Livro Recueil de Lettres sur plusieurs points de Morale, contestez entre les RR.PP. Jésuites et le R.P. Alexandre Religieux Dominicain et Docteur de Sorbonne, avec quelques pièces de poésie*. (pp. 111-113). Lille: Jerome Mecontent à la Patience (Bibliothèque de Lyon).

Mécontent, Jérôme (Ed.). (1697). *Recueil des lettres sur plusieurs points de Morale, contestez entre les RR.PP Jésuites et le R.P. Alexandre (Noël, O.P.) religieux dominicain et Docteur de Sorbonne avec quelques pièces de poésie*. A Lille: Jérôme Mécontent, à la Patience (Bibliothèque de Lyon: 130-A.v).

Mercati, Giuseppe (1999). Manuscritto Vat. Gr., 346. In *Studi e Testi*, 12, pp. 1-15. Editado por Stefano de Martino e Fiorella Imparati. Itália: LoGisma Editore.

Migne, Jacques Paul (1837). *Scripturae Sacrae Cursus Completus, ex commentariis omnium perfectissimis ubique habitis, et magna parte episcoporum necnon Theologorum Europae Catholicae universim ad hoc interrogatorum, designatis, unice conflatus, Plurimis annotationibus praesbyteris ad docendos levitas pascendosve populos alte positus*. Annotavit vero simul et edidit Jacques Paul MIGNE. 28 Volumes. Paris 1837

- Apud Editorem in Via Gallice dicta. (Bibliothèque de Lyon: A-20.036).
- Migne, Jacques Paul (1844-1845). *Cursus completus, Latina series* (Patrologia Latina). (in 221 vols). Paris: Ed. Jacques Paul Migne.
- Migne, Jacques Paul (ML) (1844-1855). *Patrologia Latina* (221 vols, em col.). Vol. 29, col. 525-530). Paris : ed. J.-P. Migne.
- Migne, Jacques Paul (1857-1866). P:G. *Cursus completus, Greca séries* (Patrologia Graeca). Tomus 93, Col. 1340. Paris: Ed. Jacques Paul Migne.
- Monumenta Ignatiana (1903-1911). *Sancti Ignatii. Loyola Societatis Jesu fundatoris*,
- Nadal (Natalis) P. Hieronymus (1898-1905). *Epistolae Hyeronimi Natalis*. Tom. II, Appendix, XVI, a2, p. 626. Madrid, (MHSI). *epistolae et instructiones* (12 vols). (Tom VI, pp. 122-123; 151-153). Madrid.
- Nadal, Jerónimo (1898-1905). *Epistolae Hyeronimi Natalis*. (1902, Tom III, Epist. 56, p. 677). (Madrid MHSI)
- Negrone, Julius S. J (1617). *Regulae communes Societatis Jesu commentariis asceticis*. (4º - [12] 660 [22] pp. 657-660). Coloniae Agrippinae: Apud Ioannem Kinchium.
- Nober, Pietro (1953). *Enciclopédia Cattolica. Città del Vaticano*. Vol. X. col. 1503. Roma.
- Orlandino, Nicolao (1620). *Historiae Societatis Iesu pars prima sive Ignatius*, Antuerpiae: apud Filios Martini Nutii.
- Pastor, Juan (1977). (2ª ed.). *Borja Espiritu Universal*. Bilbao: Ed. Mensajero.
- Pereira e Rodrigues (1904-1915). *Diccionario Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico* (Vol. VI, pp. 430s).
- Possevinus, Antonio (1606). *Apparatus Sacer* (Vol. I, p. 503). Venetiis.
- Prat, Josep (1874). *Le Père Claude le Jay un des premiers compagnons de St Ignace de Loyola - Essai historique*. Lyon: Briday.
- Real Mesa Censória. Lei do Ensino, de 8 de Abril de 1768*. (Promulgada por D. José, por edital de 12/12/1771). (A.N.T.T., Real Mesa Censória, caixa 7, doc. 97 A).
- Recueil des lettres sur plusieurs points de Morale (1697) contesté entre les RR.PP Jésuites et le R.P. Alexandre (Noel, O.P.) religieux dominicain et Docteur de Sorbonne avec quelques pièces de poésie* (pp. 105-125). Lille : chez Jerome Mecontent à la Patience. (Bibliothèque de Lyon : 130-A.v).
- Regest Societatis Iesu*. Cod. 33j, ff. 16, 17.
- Ribadeneira, Pedro (1598). *Vita Francisci Borgiae tertii Societatis Iesu Generalis a P. Ribadeneira hispanice scripta, latine vero ab And. Schotto Antverp. utroque eiusdem Societatis Sacerdote, Accesserunt nunc primum pia opuscula Francisci Borgiae*.

Antverpiae [Anvers]: a Typographeio Ioach. Trognaesij [Joachim Trognaesius].

Ribera, Francisco de (1587). *Francisci Riberae... presbyteri Societatis Iesv, et sacrae theologiae doctoris, In librum duodecim Prophetarum commentarij: sensum eorundem prophetarum historicum, & moralem, persaepe etiam allegoricum complectentes; cum qvatvor copiosis indicibvs. Salmanticae*: Excudebat G. Foquel.

Rodrigues, Manuel Augusto (1972). Mishnah. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 13, Col. 894). Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Verbo.

Rodrigues Manuel Augusto (1974). Sá, Manuel de. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Tomo 16, Col. 991). Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Verbo.

Rodrigues, José Augusto (1974). Setenta (Bíblia dos). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. 16, Cols. 1882-1883). Lisboa: Editorial Verbo.

Sá, Emanuel (1596). *Scholia in Quatuor Evangelia, es selectis Doctorum Sacrorumm Sententiis Collecta*. Antuerpiae: Ex Officina Plantiniana, Apud Viduam, & Iooannem Moretum.

Sá, Emanuel (1600). *Aphorismi Confessariorum ex variis Doctorum sententiis collecti*. Coloniae: Apud Ioannem Moretum, sumptibus Petri Amorsortj.

Sá, Emanuel (1600a). *Aphorismi. Confessariorum ex Doctorum Sententiis Collecti*. Lugduni: apud Ionnem Pillehotte, sub signo nomini Iesu.

Sá, Emanuel (1609). *Aphorismi. Confessariorum ex Doctorum Sententiis Collecti*. Coloniae: apud Ionnem Crithium.

Sá, Emanuel (1601). *Notationes in Totam Scripturam Sacram Quibus omnia fere loca difficilia brevissime explicantur, Tum variae ex Hebraeo, Chaldaeo, & Graeco lectiones indicantur. Opus omnibus Scripturae Studiosis utilissimum: certe a plurimis diu multum q' (quaquam (isto é, absolutamente) desideratum*. Auctore Emanuele SA D. Theologo, societatis Iesu. Lugduni: Apud Horatium Cardon.

Salmerón, Juan (1597-1602). *Commentaria in libros Novi Testamenti*. Madrid: Prologus. 8.

Santo, Moisés do Espírito (1988). *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa - seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*. Lisboa: Asirio e Alvin.

São Jerónimo, *Praefacium in 4 Evangelia ad Damasum*: ML 29, pp. 525-530.

*Supplément au Dictionnaire de la Bible*. (Org.) (1928-1973). Pirot-Robert-Cazelles-Feuillet. A-P. 8 vols. Paris.

Schopenhauer, Arthur (1851). *Aforismos Para A Sabedoria De Vida*. 1ª ed. em Português. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Schopenhauer, Arthur (1851) *O Mundo Como Vontade e Representação*. Tradução: M.F. Sá Correia (2001). Rio de Janeiro: Editora: Contraponto.



- Simon, Richard (1689). *Histoire Critique des principaux Commentateurs du Nouveau Testament, depuis le commencement du Christianisme jusqu'à notre temps* (pp. 636ss). Rotterdam.
- Sommervogel, Carlos (1890-1916). *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, I-VII, Bruxelles-Paris (Cols. 349-354).
- Sopena (1958). *Nueva Enciclopedia Sopena, Diccionario Ilustrado de la Lengua Española* (Vol. V, sob o nome Sá, Manuel de). Barcelona: Editorial Ramón Sopena. 5 Vols.
- Strabo, Walafridus (1498). *Biblia cum glossa ordinaria Walafridi Strabonis aliorumque et interlineari Anselmi Laudenensis et cum postillis ac moralitatibus Nicolai de Lyra et expositionibus Guillelmi Britonis in omnes prologos S. Hieronymi et additionibus Pauli Burgensis replicisque Matthiae Doering. - Nicolaus de LYRA: Contra perfidiam Iudaeorum*. (II-III partes: 318 ff. 440 ff.). Pars 1-6: Ed. Sebastian Brant. (Basel: Johann Froben et Johann Petri, Kal).
- Tavares, Maria José Ferro (1990). (2ª ed.). *Sociedade e Cultura Portuguesas*. Vol. 1, pp. 208-237). Lisboa: Universidade Aberta.
- Tellez (ou Telles), Baltasar (1645). *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos anos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador. [...] Primeira Parte, na qual se contem os principios d'esta Provincia, No tempo, em que a fundou, & governou o P. M. Simam Rodrigues, com sua sancta vida, & morte*. Lisboa: Paulo Craesbeeck. (Anno do Senhor 1645).
- The Jerusalem Bible. Old Testament (1966). Doubleday & Company, INC: Garden City, New York.
- Tuya, Manuel & Salguero, José (1967). *Introducción a la Biblia*. (Vol. I, p. 548). Madrid: BAC.
- Tuya, Manuel & Salguero, José (1967). *Introducción a la Biblia*. (Vol. II, p. 167). Madrid: BAC.
- Vaccari, Alberto (1951). (ed. sexta). De Textu. In *Institutiones Biblicae Scholis accommodatae* (Vol. I., Lib. III, pp. 248 e 250, nº 26 e 29). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Vaccari, Alberto (1951). (ed. sexta). Historia Exegeseos. Aetas Antiqua. In *Institutiones Biblicae Scholis accommodatae* (Vol. I., Lib. IV, pp. 511-512, nº 132. Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Vermesh G. (1963). Hagadah in the Onkelos Targum. *Journal of Semitic Studies*, 8, 159-169. Oxford Journals. Oxford University Press.
- Vigouroux, Ferdinand (1899-1912). *Dictionnaire de la Bible – Contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d'animaux mentionnés dans les Saintes Écritures Les Questions théologiques, archéologiques, scientifiques, critiques relatives à l'Ancien et au Nouveau Testament et des notices sur les commentateurs anciens et modernes*. (Tom. V. Cols. 2378s). Paris: Letouzey et Ané, Éditeurs.

### **PARTE 3**

**Contribuição de Manuel de Sá**

**Nos Campos Religioso, Sociopolítico e Educacional**



**PARTE 3: CONTRIBUIÇÃO DE MANUEL DE SÁ NOS CAMPOS RELIGIOSO, SOCIOPOLÍTICO E EDUCACIONAL 329**

**ÍNDICE DA PARTE 3 331**

**CAPÍTULO 7 – ACÇÃO DE MANUEL DE SÁ NO CAMPO RELIGIOSO 335**

|       |                                                           |     |
|-------|-----------------------------------------------------------|-----|
| 1     | NA ÁREA DA TEOLOGIA MORAL                                 | 337 |
| 1.1   | Doutrina do probabilismo                                  | 337 |
| 1.2   | Na doutrina a respeito da confissão                       | 337 |
| 2     | NA ÁREA DA EXEGESE BÍBLICA                                | 338 |
| 2.1   | Revisor dos textos Sacros                                 | 338 |
| 2.2   | Autor de duas obras de exegese bíblica                    | 339 |
| 2.3   | Pioneiro do Método Histórico-crítico                      | 339 |
| 2.3.1 | Utiliza, em grande escala, a análise filológica           | 339 |
| 2.3.2 | Utiliza o esclarecimento da História e da Geografia       | 340 |
| 2.3.3 | Confronta a Vulgata com outras fontes                     | 342 |
| 2.3.4 | Recorre aos lugares paralelos                             | 342 |
| 2.4   | Co-autor de duas obras de 28 volumes cada uma             | 343 |
| 2.4.1 | Da Colecção <i>Biblia Sacra...</i>                        | 343 |
| 2.4.2 | Dos Comentários da Colecção MIGNE                         | 344 |
| 3     | NA ÁREA DA METODOLOGIA                                    | 345 |
| 3.1   | Entendimento da terminologia: Método e metodologia        | 345 |
| 3.2   | Metodologia de Manuel de Sá                               | 346 |
| 3.3   | Homem de experiência a ser seguido                        | 348 |
| 3.3.1 | Envolvido na elaboração da <i>Ratio Studiorum</i>         | 348 |
| 3.3.2 | Promulgação e Princípios gerais da <i>Ratio Studiorum</i> | 350 |
| 3.3.3 | Técnicas e Procedimentos                                  | 351 |
| 4     | NA ÁREA DA ANTROPAGOGIA                                   | 353 |
| 4.1   | Antropagogia e Pedagogia                                  | 353 |
| 4.2   | Antropagogia de Manuel de Sá                              | 355 |
| 4.2.1 | Fim do ensino jesuítico                                   | 355 |
| 4.2.2 | Fim da <i>Ratio Studiorum</i>                             | 355 |
| 4.2.3 | Fim das obras de Manuel de Sá                             | 356 |
| 5     | NA ÁREA DO MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALIDADE         | 357 |
| 5.1   | Um Diásporo num país de diásporas                         | 357 |
| 5.2   | Um pioneiro da interculturalidade                         | 364 |
| 5.3   | Um paradigma da Interdisciplinaridade                     | 367 |

**CAPÍTULO 8 – ACÇÃO DE MANUEL SÁ NO CAMPO SOCIOPOLÍTICO 369**

|       |                                                                |     |
|-------|----------------------------------------------------------------|-----|
| 1     | COM OS DIÁSPOROS JUDEUS                                        | 371 |
| 1.1   | Preâmbulo                                                      | 371 |
| 1.2.  | Diásporas judaicas: focos transnacionais de interculturalidade | 371 |
| 1.2.1 | Da divisão das Tribos de Israel à deportação de Sargão II      | 371 |
| 1.2.2 | Deportação de Nabucodonosor                                    | 372 |
| 1.2.3 | O Regresso após o Édito de Ciro o Grande                       | 373 |
| 1.2.4 | Período grego: de Alexandre Magno a Antíoco IV o Epifanes      | 374 |
| 1.2.5 | Período Macabaico                                              | 376 |

|       |                                                                              |            |
|-------|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1.2.6 | Período Asmoneu                                                              | 376        |
| 1.2.7 | 1º Período Romano: de Scauro a Cássio Longino (65-53a. C.)                   | 377        |
| 1.2.8 | 2º Período romano: de Longino (53 a. C.) a Calígula (41 d.C.)                | 379        |
| 1.2.9 | 3º Período romano: de Vespasiano a Tito (66 -70 d.C).                        | 381        |
| 1.2.1 | 4º Período Romano: de Trajano a Adriano (115 -135.)                          | 383        |
| 1.3   | Diásporas Judias à chegada de Cristo                                         | 384        |
| 1.4   | Particularidade dos Judeus da Europa do I - XVI séculos                      | 387        |
| 1.4.1 | De Tibério Cláudio (41 - 55) a Philostratus (c.170 - c.247)                  | 387        |
| 1.4.2 | Perseguições cristãs: de 468 à bula de Gregório IX (1231)                    | 389        |
| 1.4.3 | Consequências após a bula de Gregório IX em 1231                             | 391        |
| 1.4.4 | Perseguições na Península Ibérica                                            | 393        |
| 1.5   | Diáspora Judaico-Luso-Espanhola:                                             | 399        |
| 1.5.1 | Encontro privilegiado de culturas                                            | 399        |
| 1.5.2 | Do choque entre culturas à Interculturalidade                                | 403        |
| 2     | MANUEL DE SÁ FACE AOS PODERES POLÍTICOS E RELIGIOSO                          | 404        |
| 2.1   | Preâmbulo                                                                    | 404        |
| 2.2   | Contra o autoritarismo e mando tirânicos                                     | 406        |
| 2.3   | Aforismos sobre o Príncipe (texto original e tradução)                       | 409        |
| 2.4   | Aforismo sobre o Tirano                                                      | 411        |
| 2.5   | Contra a intolerância relativa à religião e cultura das minorias étnicas     | 414        |
| 2.6   | Atitude intercultural de Manuel de Sá                                        | 419        |
| 3     | CONCLUSÃO DO OITAVO CAPÍTULO                                                 | 423        |
|       | <b>CAPÍTULO 9 – ACÇÃO DE MANUEL DE SÁ NO CAMPO EDUCACIONAL</b>               | <b>425</b> |
| 1     | PREÂMBULO                                                                    | 427        |
| 2     | ASPECTO PEDAGÓGICO E METODOLÓGICO DA <i>RATIO STUDIORUM</i>                  | 428        |
| 2.1   | Um longo percurso percorrido e seus fundamentos                              | 428        |
| 2.2   | Sinopse entre o <i>Modus Parisiensis</i> e o <i>Modus Italicus</i>           | 429        |
| 2.3   | Regras da <i>Ratio atque Institutio studiorum Societatis Iesu</i> (Ed. 1876) | 432        |
| 3     | QUALIDADES E OBRIGAÇÕES DOS PROFESSORES                                      | 435        |
| 3.1   | Preparação profunda                                                          | 435        |
| 3.2   | Actualização (Investigação contínua)                                         | 436        |
| 3.3   | Responsabilidade e Interesse pelo bem dos alunos                             | 437        |
| 3.4   | Promoção dos bons costumes                                                   | 437        |
| 3.5   | Cuidado da Disciplina                                                        | 437        |
| 3.6   | Respeito pelos alunos                                                        | 438        |
| 3.7   | Uniformidade e vigilância quanto ao modo de ensinar                          | 438        |
| 4     | QUALIDADES E OBRIGAÇÕES DOS ALUNOS                                           | 439        |
| 4.1   | Aceitação das regras estabelecidas                                           | 439        |
| 4.2   | Assiduidade, diligência e silêncio                                           | 441        |
| 4.3   | Más companhias                                                               | 442        |
| 4.4   | Auto-estima                                                                  | 443        |
| 4.5   | Estudo                                                                       | 443        |
| 4.6   | Objectivo(s) bem definido(s)                                                 | 444        |
| 4.7   | Entreajuda                                                                   | 444        |
| 4.8   | Avaliação consoante as capacidades de cada um                                | 445        |

|     |                                                                 |            |
|-----|-----------------------------------------------------------------|------------|
| 4.9 | Concessão de prémios e promoção do estímulo                     | 445        |
| 5   | FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES POR PARTE DA ESCOLA                        | 446        |
| 5.1 | Proporcionar um ambiente propício ao estudo                     | 446        |
| 5.2 | Ordem de estudos realista                                       | 446        |
| 5.3 | Actividades extracurriculares                                   | 448        |
| 5.4 | Reconhecimento                                                  | 450        |
| 6   | NO QUE RESPEITA A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL                        | 451        |
| 6.1 | A aceitação e respeito pelo princípio da alteridade             | 451        |
| 6.2 | Aceitação e Respeito pelas pessoas de outras culturas           | 451        |
| 6.3 | Defesa dos direitos e deveres dos indivíduos de outras culturas | 452        |
| 6.4 | Luta pela justiça social e por políticas isentas                | 452        |
| 7   | NO QUE RESPEITA AOS VALARES HUMANOS                             | 452        |
| 7.1 | A solicitude                                                    | 452        |
| 7.2 | A frontalidade                                                  | 452        |
| 7.3 | A firmeza e flexibilidade                                       | 452        |
| 7.4 | A responsabilidade                                              | 453        |
| 8   | MANUEL DE SÁ: GARANTE DA EDUCAÇÃO SEMPRE RENOVADA               | 454        |
| 8.1 | Uma educação ao longo de toda a vida                            | 454        |
| 8.2 | Trabalho em grupo e fomento da interdisciplinaridade            | 456        |
| 9   | MANUEL DE SÁ: A EDUCAÇÃO E LUTA CONTRA A EXCLUSÃO               | 459        |
|     | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE 3</b>                    | <b>461</b> |
|     | <b>CONCLUSÃO GERAL</b>                                          | <b>469</b> |
|     | <b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b>                                       | <b>477</b> |
|     | <b>ANEXOS</b>                                                   | <b>505</b> |
|     | ANEXO 1 – JURAMENTO DE HIPÓCRATES                               | 507        |
|     | ANEXO 2 – DECRETO DE ALHAMBRA                                   | 511        |
|     | ANEXO 3 – DECRETO DE D. MANUEL O VENTUROSO                      | 519        |



**Capítulo 7**  
**Acção de Manuel de Sá no Campo Religioso**





## **1 – Na área da Teologia Moral**

Neste campo Manuel de Sá, para além dos seus trabalhos quase diários, quer no confessionalário, quer nas aulas, deixou-nos uma obra escrita, os *Aforismos dos Confessores*, cujas edições se sucederam ininterruptamente em vários países e durante muito tempo, saindo a última edição em 1702, em Lyon, na oficina tipográfica de Joannem Pilehotte (Sommervogele, 1890-1916, Tom. VII, Col. 352), onde expôs doutrinas muito liberais que mereceram a reprovação dos meios académicos de então, provenientes sobretudo da ala dos Dominicanos e da própria Igreja Católica. Tomemos com exemplos os pontos que passamos a referir.

### **1.1 - Doutrina do probabilismo**

Ensina que, quando se trata da licitude ou ilicitude de um acto humano, é permitido seguir a opinião mais provável contra outra ou outras que sejam de menor probabilidade, primando, portanto, pela emancipação da liberdade de consciência. Assim se ensinava nas escolas de tendência jesuítica, pelo menos até aos anos 70, nos quais se seguia o *Summarium Theologiae Moralis* de Antonio Arregüi.

Segundo a doutrina deste autor (Arregüi, 1934, pp. 21-22, n. 42 e 43) para que se alcancem os efeitos necessários relativamente ao alcance da vida eterna e dos sacramentos e para que se evitem danos temporais ou espirituais, próprios ou alheios, deve seguir-se a opinião mais segura mas, para que algo seja lícito, basta seguir uma opinião que seja verdadeiramente sólida e provável, pondo de parte outra que seja equivalente ou mesmo mais provável. Esta problemática situa-se no campo da dúvida ou da incerteza, onde as opiniões dos especialistas na matéria se dividem e em que nenhuma delas se pode arrogar o direito de ser imposta a ninguém. Por isso Manuel de Sá aceitava, defendia e ensinava a liberdade de escolher uma delas, mesmo que essa parecesse aos outros a menos provável.

### **1.2 - Na doutrina a respeito da confissão**

Segundo Denzinger (1967, p. 441, nº 1994) que se reporta ao Decreto do *Santo Ofício* de 20 de Junho de 1602, sobre a absolvição dada por meio de carta a um penitente ausente, São Roberto Belarmino, não só afirmava que essa opinião tinha muitos

defensores antes do Concílio de Trento, mas que ele próprio a defendia e seguia. Para confirmar essa posição que era igualmente própria a Manuel de Sá, Denzinger (Ibidem) pede para que se consulte X.- M.Bachelet, *Auctarium Bellarminianum* (Pa. 1811) 113.

O mesmo autor continua dizendo (Ibidem) que, embora depois do Concílio de Trento esta mesma doutrina começasse a ser impugnada pela força da doutrina de S. Tomás de Aquino (*Summa Theologica. Parte III*), a *Ratio Studiorum* dos Jesuítas, em 1586, ressaltou esta posição e deixou a todos os seus membros a liberdade de a seguirem ou não.

A discussão sobre este mesmo assunto persiste e, em 20 de Junho de 1602, sai o *Decretum Sancti Officii* a condenar a doutrina liberal que defende: *Licet per litteras seu intermedium confessario absenti peccata sacramentaliter confiteri et eodem aperte absolutionem obtinere* (Denzinger, 1967, nº 1994, p. 442) que é uma versão fiel do aforismo ensinado por Manuel de Sá (1600, p. 10) que diz textualmente: *Absolvi posse absentem, alii aiunt, alii negant, ego puto posse cum causa subest* (...) ou seja, que se possa absolver um penitente que esteja ausente, uns concedem, outros negam; eu porém julgo que se pode se existir uma causa plausível (...).

No *Enchiridion Symolorum* de Denzinger-Schonmetzer (1967, pp. 441-442) que se apoia em *Monumenta Germaniae Paedagogica: Bd. 5: Ratio Studiorum* (ed. G. M. Pachtter, tom. II [Blan. 1887] 205 210) acentua-se a ideia de que, em 1586, a *Ratio Studiorum* tinha dado liberdade aos seus membros para seguirem ou não esta doutrina: *Non cogantur Nostri docere ...23. Poenitentiae sacramentum absenti per nuntium seu per litteras collatum non esse validum*. Daí que, não só a questão continuava em aberto, como também os Jesuítas poderiam, mesmo depois do Decreto do *Santo Ofício* de 20 de Junho de 1602, continuar a seguir ou a rejeitar essa mesma opinião.

## **2 – Na área da Exegese Bíblica**

### **2.1 – Revisor dos textos Sacros**

Fez parte das Comissões constituídas para a Revisão da Vulgata e da Versão dos LXX (cf. 1ª Parte, capítulo III, nº 6. 1- 4, pp. 136-142).

## 2.2 – Autor de duas obras de exegese bíblica

Pelo mesmo chegaram até nós os *Scholia in Quatuor Evangelia*, dedicados à exegese das passagens mais difíceis dos quatro evangelhos canónicos (Mateus, Marcos, Lucas e João); um comentário a todos os livros da Bíblia (Antigo e Novo Testamentos) de forma concisa, denominado: *Notationes in Totam Scripturam Sacram*, organizado de modo conciso a fim de poder ser utilizado como referência na sua leitura quotidiana (cf. 2ª parte, capítulos V e VI, pp. 223-320), sendo, igualmente, co-autor de duas obras colossais de 28 volumes cada, publicadas, uma em Veneza, em 1757, e outra em Paris, em 1837-1845 respectivamente (cf. 2ª Parte, capítulo VI, nº 8.1 e 8.2, pp. 317-319).

## 2.3 - Pioneiro do Método Histórico-crítico

As suas *Notationes* constituem um estudo sério e crítico por várias razões:

### 2.3.1 -Utiliza, em grande escala, a análise filológica

Faz uso, em grande escala, da análise filológica, e a explicação que ele dá é muito semelhante àquela que dá o Padre Zerwick, na sua *Analysis Philologica Novi Testamenti Graeci* (1960). Ambos utilizam, frequentemente, a mesma ou semelhante terminologia explicativa. Para exemplificarmos a sua análise filológica referiremos apenas alguns exemplos tirados do primeiro e do último livros do Novo Testamento, ou seja, do Evangelho segundo São Mateus e do Apocalipse de S. João:

- Mateus Cap. XXVI, 27 (Sá, 601, p. 416) – **Calicem**, id est, *poculum*. Graec. *ποτήριον*. Gracias egit. Graec. *ευ-χαριστήσας*. Unde *Eucharistia*. *Gratiaram actio*. Cum hac enim offerri, & sumi debet. Confrontando com Max Zerwick (1960, p. 68), verificamos que este último autor dá explicação idêntica [*Ἰποτήριον* e *ευ-χαριστήσας*];
- Mateus Cap. XXVI, 28 – **Novi**. *Ad differentiam veteris, quod animalium sanguine confirmatum*. **Multis**. s. *efficaciter*. Vel multis, pró, omnibus, more *Scripturae*. *Effundetur*. s. *in cruce*. Graec. **Effunditur**. Praesens, Pró futuro;
- Mateus Cap. XXVI, 36 – **Villam**. Graec. *χωριον* *quod etiam agrum significant & locum*. Mar. 14, 32 **praedium** vertit *χωριον* Mateus
- Cap. XXVI, 46 – **Appropinquavit**, &c. Graec. *Appropinquavit qui me tradit*;

- Mateus Cap. XXVI, 53- **Legiones**. Graec. Λεγιονες, Vox latina. *Dicitur autem legio continere 6. milia militum, quod tamen certum non est : continetur quidem semper millia aliquot* (alguns milhares) (Idem, p. 70), diz que a legião se compunha de 6 000 soldados;
- Mateus Cap. XXVI, 71 – **Ianuam**. Graec. Εἰς τὸν εἰς τὸν *Id est, vestibulum, scilicet, per ianuam qua in vestibulum ibatur* (Idem. p. 71), traduz por *pars aedificii, ubi porta est, Torweg inter ingressum et impluvium*;
- Apocalipse, Cap. IV, 1 – *Cito, non est graece nec in Complutensi* (Sá, 1601 – *Notationes* – p. 528)
- Apocalipse, Cap. IV, 3 – **Sardinis**, graece, et Complut. **Sardii**. Aqui Manuel de Sá acrescenta *Notant quidam Iaspide significari Dei pulchritudinem: Sardino*, (qui colore est igneo) *Iustitiam: Iride* (quae pacis signum) *misericordiam* (Ibidem);
- Apocalipse, Cap. IV, 9 – **Benedictionem**, graece, gratiarum actionem (ευχαριστια) (Ibidem);
- Apocalipse, Cap.V, 12 – **Divinitatem**, graece divitias πλουτος (Ibidem);
- Apocalipse, Cap.V Apocalipse I, 2 - **Vincens ut vinceret**, q.d. Victor et Victurus (Ibidem);
- Apocalipse, Cap.VI, 6 – **Dicentium**. Lege, dicentem, ut est in Complut (Idem, p. 529) ;
- Apocalipse, Cap. VI, 17 – **Ipsorum**, graec. eius (Ibidem);
- Apocalipse, Cap.VII, 2 – **Signum**, scilicet crucem qua esrat signaturus, seu sigillum in quo esset crux, nam graec. **Sphragida** (Ibidem). (cf. Zerwick, 1960, p. 577, sphragida de sphragis, idis - sigillum);
- Apocalipse, Cap.VII, 13 – **Respondet**, id est, locutus est. Hebraismus (Ibidem).

### 2.3.2 - Utiliza o esclarecimento da História e da Geografia

Sempre houve dificuldade em identificar a personagem Antipas de que nos fala o Apocalipse (cap. II, 13). Por exemplo Charles, em *Revelation*, vol 2, Edimburg, 1920,

nesse mesmo capítulo e versículo diz não conhecer de quem se trata, enquanto Ellul (1979, pp. 145-146); Gutzwiller (1962, pp. 95-9) e Corsini (1984), nada dizem a esse respeito. O texto descreve essa figura como sendo uma testemunha fiel de Jesus, título que se reencontra nos capítulos 1, 5 e 3, 14 do mesmo Apocalipse e em 1Tim. 6, 13). Nessa passagem apocalíptica Antipas é apresentado como um seguidor de Jesus que foi martirizado pelos habitantes onde Satanás tem o seu trono e que é o mesmo lugar onde se encontra estabelecida a Igreja de Pérgamo, a cujo Anjo da guarda foi escrita a carta a que aqui se faz alusão. Ora Manuel de Sá diz-nos que ele fora um bispo em Pérgamo, conforme a opinião sentida: *Dicitur hic fuisse Pergami Episcopus* e reenvia-nos para *Metaphrastes* que escreveu a sua vida: *vide eius vitam apud Metaphrastes* (Sá, 1601, p. 527).

Sobre o facto de os Evangelistas apresentarem dois Sumos-sacerdotes no tempo da Paixão de Cristo, Manuel de Sá dá a seguinte explicação: *Principibus: summos fuisse indicat: forte per vices ministrabant, vel Anna, deposito pontificatu, nomen tamen retinebat. Iam Pontificatus coeperat esse venalis aut principum favore acquiri: quo minus mirum tam turpiter graviterque errasse de Christo* (Idem, p. 429). As palavras que Manuel de Sá nos deixa nesta passagem: *já o Pontificado tinha começado a ser venal ou adquirido por favores dos príncipes*, reflectem muito bem a corrupção na classe eclesiástica, onde os cargos mais elevados eram adquiridos e ocupados a preço sórdido e segundo a quantidade ou peso do dinheiro oferecido, como muito bem o deu a conhecer Frei Francisco da Conceição aos padres do Concílio de Trento, realizado precisamente na época de Manuel de Sá e cujas palavras tiveram eco em Herculano (1982, Vol. III, pp. 26-29).

Refere frequentemente o testemunho de historiadores como, por exemplo, o de Filão, Flávius Josefus, S. Justino e Santo Agostinho (Sá, 1601, pp. 409 e 428). E ainda o de Dionísio (*In Apollophanem*) (Idem, p. 418); Suetónio (*In Caligulam*) (Idem, p. 431); Plínio (Idem, p. 533); Santo Ireneu (Idem, p. 409); Santo Inácio (*Epist. ad Clementem*) (Idem, p. 425), etc.

Recorre à História e à Geografia para explicar nomes: de localidades, como por exemplo, o de *Bethphagé* (Idem, p. 412); de personalidades, como, por exemplo, o de *Abiathar* (Idem, p. 420); de grupos ou classes sociais, por exemplo o dos Herodianos

(Idem, pp. 413, 420), o dos Saduceus (Idem. p.399), e o dos sacerdotes (Idem, p. 426), etc.

### 2.3.3 - Confronta a Vulgata com outras fontes

Confronta o texto latino da Vulgata com os textos originais e com outras Versões antigas, sem esquecer as grandes obras de exegese, tais como: As *Glosas*, a *Catena Aurea* de S. Tomás de Aquino, a *Poliglota Complutense*, sendo a *Catena Aurea* e as *Glosas* utilizadas sobretudo nos *Scholia*, enquanto que a *Complutense* é frequentemente utilizada nas *Notationes* (1601, pp. 71, 73, 75, 113, 115, 116, 117, 118, 127, 137, 138, 141, 142, 145, 147, etc.

### 2.3.4 - Recorre aos lugares paralelos

Cita frequentemente lugares paralelos que tenham a ver com a passagem que está a ser explicada, como, por exemplo, a propósito do vocábulo *Virgo*, onde é referida a profecia de Isaías (capítulo VII) e o advérbio *donec* (até) para cuja explicação faz apelo ao capítulo VIII do Livro do Génesis (Idem, p. 398).

Ao falar da chegada de Jesus ao jardim do *Getsémani* - Γεδ-σημανί, em Mateus Cap XXVI, 36 Sá utiliza o vocábulo *Χωριον* e manda ver o seu paralelo em Marcos, cap. XIV, 32, dizendo que este traduz o mesmo vocábulo por *praedium* (Idem, p. 417).

Em Marcos, Cap. XIV, 33, ao dizer que Jesus se encontrava triste até à morte, utiliza o vocábulo latino *taedere* que traduz o vocábulo grego, [ἀδημονεῖν] reenviando o leitor para Mateus, 26, 37, onde se utiliza o vocábulo latino *moestus esse*. Em Mateus, Manuel de Sá explica este último por *gravite rangi, scilicet ut homo, passionem et mortem horrebat* e em Marcos, XIV, 33 explica que Jesus estava *gravite rangi*, dizendo que em Mateus se encontra *Moestus esse*. É curioso verificar como é que Zerwick (1960, p. 119) explicou o termo grego [ἀδημονεῖν] por *animo irrequieto esse, pavere, angi; Vlg Taedere ex 'ἀδοζ' satietas, fastidium*.

Em Marcos, Cap. XVI, 18, ao falar da missão dos apóstolos e de que Cristo lhes dissera que as serpentes não lhes fariam mal, Manuel de Sá (Sá, 1601, p. 425) recorda os Actos dos Apóstolos, dizendo: *Sic Paulus viperam proiecit illaesus. Act. 28, 5*.

Em Lucas, cap. I, 32, no anúncio a Maria, o Anjo diz-lhe que Jesus se sentará no trono do seu pai David. Manuel de Sá. (1601, p. 426) diz o seguinte: *Sedem, schilicet, regnum per David figuratum. Vide Isa. 9*, ou seja Isaías, cap. IX, 6-7, onde se diz que *um menino nasceu (...) e foi posto o principado sobre os seus ombros (...) sentar-se-á sobre o trono de David e sobre o seu reino para o firmar e fortalecer pelo direito e pela justiça desde agora e para sempre* (Soares, 1964, p. 823).

Podemos concluir, pois, que Manuel de Sá pode muito bem ser considerado um pioneiro do método histórico-crítico, se nos ativermos à aplicação somente do princípio da crítica histórica. De facto, Manuel de Sá não usou os outros dois princípios desse método, tal como foi proposto no século XVIII, ou seja: os princípios da correlação e da analogia, respectivamente.

Pelo contrário ele foi defensor da intervenção sobrenatural de Deus na história humana, ao contrário do Método histórico-crítico do século XVIII, que defendia ser a história um círculo fechado de causas e efeitos, não havendo lugar, portanto, para a intervenção divina na história. Manuel de Sá defendia igualmente a historicidade e autenticidade dos acontecimentos narrados na Bíblia (coisa que esse mesmo método do século XVIII negava, dizendo que o presente é a chave do passado e como o presente da Bíblia não pode repetir-se no presente segue-se que se deveria rejeitar a historicidade dos acontecimentos da Bíblia [online] [consult. 02-07-08] Disponível em <http://www.cpb.com.br/htdocs/periodicos/licoes/adultos/2006/arqcom/pdf/com142006.pdf>.

Temos, portanto, semelhanças, mas também diferenças muito grandes quando dizemos que Manuel de Sá pode ser considerado um pioneiro dos métodos histórico-críticos.

## **2.4 – Co-autor de duas obras de 28 volumes cada uma**

### **2.4.1 -Da Colecção Biblia Sacra...**

Faz parte e está ao lado de nomes insígnies, no campo da exegese bíblica, tais como: Maldonato, Éstio, Mariana, Lanslius, Malavenda, Menóquio, Tirini, Gordon e Bossuet, para participar na colecção de comentários à *Biblia Sacra Vulgatae editionis Sixti V Pontificis Maximi iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*, Veneza, 1757.

Este Monumento de Exegese constituído por 28 (vinte e oito) volumes que recolhe as



obras principais dos grandes exegetas da época, serviu de ponto de referência a várias gerações de estudiosos da Bíblia, constituindo, ainda hoje, uma fonte inesgotável de sabedoria bíblica.

#### 2.4.2 -Dos Comentários da Colecção MIGNE

Também faz parte do elenco de peritos cujos comentários bíblicos foram recolhidos numa outra obra, também ela constituída por vinte e oito grossos volumes conhecida sob o título seguinte: *Scripturae Sacrae Cursus Completus, ex commentariis omnium perfectissimis ubique habitis, et magna parte episcoporum necnon Theologorum Europae Catholicae universim ad hoc interrogatorum, designatis, unice conflatus, Plurimis annotationibus praesbyteris ad docendos levitas pascendosve populos alte positus. Annotavis vero simul et edidit Jacques Paul MIGNE. 28 Volumes. Paris 1837-1845. Apud Editorem in Via Gallice dicta. Rue D'Ambroise, Barrière d'Enfer (complété par un vol. d'Atlas) (Sommervogel, 1890-1916).*

O contributo que Manuel de Sá prestou a esta obra encontra-se, pelo menos, em quatro lugares:

1. Datado de 1839, o Tomo 17 deste *Scripturae Sacrae Cursus Completus (...)* traz o Comentário ao Livro do Eclesiástico da autoria de Manuel de Sá que se estende desde a coluna 678 até à coluna 972, sendo precedido por um *excurso* sobre a sua vida que ocupa as colunas 599-602 e seguido de algumas notas na tradução francesa da responsabilidade dos editores.
2. No Tomo dezoito, editado em 1840 e intitulado *Dissertations sur les prophéties. L'Incrédulité convaincue par les prophéties. De l'usage et des fins de la prophétie in Isaiam Commentarium. Parisiis, apud Editorem in via Gallicè dicta. Rue D'Ambroise, Barrière d'Enfer*), encontra-se o comentário à Profecia de Isaías do dominicano português Francisco Foreiro, nascido em Lisboa em 1522, sendo seguido dos comentários suplementares de vários exegetas como, por exemplo, do de Manuel de Sá.
3. Manuel de Sá é ainda citado outras vezes, na coluna 900-901 (Cap. VI de Isaías, verso 2, sobre os *Serafins*) e na coluna 944 (cap. VIII, versos 5 e 6) onde

equipara a imobilidade do Reino davídico (Judah) à estagnação das águas da Piscina de Siloé.

4. Uma nova participação, embora pequena, vamos encontrá-la no volume 23, dedicado aos Evangelhos e Actos dos Apóstolos. Neste volume, editado também em 1840, temos o comentário feito por Francisco Haeraeus, o qual se serve da autoridade de Manuel de Sá em algumas passagens, como por exemplo, nos capítulos I, II, III, 12; V, 26-30; VII, 36; X, 28-32; XI, 1-10, etc.

Desta sua participação numa obra que foi publicada nos finais do terceiro decénio do século XIX, extraímos três conclusões práticas:

- A primeira refere-se à longevidade da exegese de Manuel de Sá, pois se esta colecção foi publicada em meados do século XIX, é muito provável que tenha sido utilizada mesmo depois deste século e como a sua exegese data dos fins do século 16, segue-se que foi uma obra de grande longevidade;
- A segunda refere-se à diferenciação e vastidão do público-alvo a que a sua obra se dirigiu ou pôde atingir, pois, segundo se diz no título, ela tinha por objectivo não só ensinar os estudantes que se preparavam para o sacerdócio (*ad docendos levitas*), mas também instruir/alimentar os fiéis (*pascendosve populos*).
- A terceira tem a ver com a autoridade de Manuel de Sá no campo da exegese bíblica, uma vez que ficou a fazer parte do grupo dos melhores comentaristas e teólogos de toda a Europa dos séculos XVI-XIX.

### 3 - Na área da Metodologia

#### 3.1 - Entendimento da terminologia: Método e metodologia

Normalmente existe uma diferença entre estes dois termos embora às vezes se confundam. Enquanto por método se entende um caminho para chegar a um determinado fim ou se atinge um objectivo que nos propusemos alcançar, como, por exemplo, a maneira mais eficaz e racional para atingirmos a verdade que procuramos descobrir ou para resolvermos o problema que se nos levantou, a metodologia (do grego *methodo*, + *log(o)+ia*), deverá entender-se como a *arte de dirigir o espírito* do investigador na busca da verdade.

### 3.2 - Metodologia de Manuel de Sá

A propósito de Manuel de Sá, dele podemos falar como homem que utilizou diversos métodos, tanto no exercício do professorado e da pregação, como nas suas facetas de investigador, exegeta e escritor. Desta forma, ao mesmo tempo que descobrimos nele os diferentes métodos que utilizou, estamos a proceder a uma certa exposição da sua própria metodologia que assenta e engloba uma lógica própria, enquanto se orienta pelo funcionamento do seu pensamento filosófico, teológico e exegetico de cariz cristão e se vê duplamente prolongada em direcção ao mundo interior e exterior pela intuição e pela experimentação.

Estas duas qualidades encontravam-se em Manuel de Sá em grau muito elevado. A primeira fluía do seu espírito como se de uma fonte natural se tratasse e a segunda era fruto de um estudo sério e de uma investigação aturada, postos à prova no seu dia-a-dia, tanto nas salas de aulas, como nos púlpitos dos colégios e das igrejas. A experimentação tinha por sua aliada muito útil a observação que incluía a visão, a contemplação e a reflexão.

Nas suas lições aplicava um método que prendia os ouvintes e nos sermões usava de uma eloquência e de uma retórica próprias, tornadas tanto mais apreciadas e frutíferas quanto mais se afastavam dos preceitos da retórica clássica, como o afirma Franco (1719). De igual modo, entre as grandes eminências da Cúria Romana, segundo Machado (1752, Tom. III, p. 361), ele *exercitou muitos anos o ofício de Pregador em cujo ministério se empenhava a converter os corações e não a adular os ouvidos*. Nos seus livros, escritos em latim, utilizou o género didáctico e um estilo inconfundível, primando pela brevidade ou síntese no discurso e pela pureza, correcção e clareza na expressão escrita. Neste campo utilizou construções frásicas e vocabulário próprios à língua latina que era, então, utilizada pelos bons latinistas, qualidade esta que pôde adquirir através dos estudos humanísticos, da leitura e da consulta de obras latinas que, nessa altura, constituíam o veículo natural da investigação científica da maior parte dos ramos das ciências humana e divina.

Os seus dotes de metodólogo transparecem igualmente no contributo que deu à elaboração da *Ratio Studiorum* que é o fruto, não só da sua própria natureza de génio precoce, segundo a opinião Klefeker (1717, p. 326), mas também do sentido

humanístico que encontrara em todos os países da Europa onde vivera. No que respeita, em particular, às suas três obras, ele segue um método próprio e uma Antropagogia personalista. O seu método assenta, em primeiro lugar, numa transmissão de um saber que ele próprio adquiriu pela investigação e experiência pessoais.

Esta transmissão é sempre precedida, ou por uma pequena oração a Cristo (*Notationes*), à Virgem Maria (*Aphorismi*), ao Superior Geral, Francisco de Borgia (*Scholia*) e várias informações acerca do fim da obra (normalmente para o bem do próximo) e do mandato que recebera dos superiores. Segue-se depois uma advertência aos leitores, relativamente à brevidade, que, parecendo ser um defeito, não é senão uma virtude que foi alcançada pela paciência e motivada por ordem superior para que as obras se tornassem mais práticas e acessíveis a todos. Por exemplo, os Aforismos foram escritos de modo muito resumido, em forma de máximas, de modo a que os Confessores pudessem ter à mão um livro que os pudesse ajudar facilmente nos momentos de dúvida, no desempenho das suas funções. A transmissão, portanto, da sua investigação, não foi feita de ânimo leve, nem em tempo recorde, mas é o fruto de um trabalho minucioso, paciente e de longa duração (40 anos), como o diz claramente na advertência (*Auctor lectoris*) dos Aforismos que dirige aos seus leitores.

Quanto à ordem seguida, utiliza aquela que lhe parece a mais lógica e prática. Nos *Aphorismi* usa a ordem alfabética que vai de *Abbas* (abade) a *Xenodochium* (hospital), enquanto nos *Scholia* e nas *Notationes* segue a ordem dos livros e capítulos do Texto Bíblico. Na falta de uma divisão em versículos do texto sacro, utilizado nos *Scholia*, Manuel de Sá adiciona números árabes, sobrepostos aos vocábulos que seriam analisados e, mais tarde, letras (a,b,c/ aa, bb, cc) ou sinais (./., ./., .f.). Esta segunda adição foi exigida pela necessidade de não mexer na numeração já feita (não havia computadores) e pela necessidade de esclarecer palavras que entretanto iam sendo encontradas, merecedoras de uma explicação antes omissa (cf. N° 12). Nesta obra distingue, ainda, em duas colunas paralelas, os sentidos literal e místico, respectivamente, propostos pelos Santos Padres e acrescenta, no fim e ao correr de toda a página, a sua própria exegese.

No que se refere à outra obra, *Notationes in Totam Scripturam Sacram*, ele segue um texto já dividido em capítulos e versículos. Comenta todos os livros da Bíblia de uma

maneira breve, com o fim de poderem ser editados, a par da Bíblia, de modo a que os leitores desta pudessem servir-se daquelas como se fossem uma espécie de dicionário que estivesse à mão. Essa obra era dirigida a todos os estudiosos que não só os membros da Companhia e veio a lume depois de ter sido desejada por muitos.

O texto sacro é explicado no sentido literal sendo, para isso, sujeito a uma análise crítico-literária, com recurso frequente às variantes dos textos hebreu, aramaico e grego e, bem assim, aos Santos Padres e à Poliglota Complutense. Também nesta obra, o autor dá uma série de explicações prévias aos leitores sobre a finalidade e o modo como o trabalho foi realizado. Situa-se essa exigência, no entanto, no ambiente tridentino, no qual (IV Sessão de 8 de Abril de 1546) tinham sido dadas orientações relativamente à abordagem e publicação dos textos sacros ou das respectivas interpretações. Assim: dão-se directrizes quanto ao uso e interpretação da Bíblia (EB, 1965, N° 62); orienta-se e inspecciona-se a publicação dos livros sacros, de todas as publicações, anotações e exposições sobre esses mesmos (*Ibidem*); proíbe-se que, depois de a *Vetus Vulgata* ser emendada e impressa, alguma outra seja impressa, vendida ou retida ou singularmente sem nome do autor e sem ser examinada pelo Ordinário do Lugar e, no caso de Regulares, pelo Superior (*Ibidem*, 63b); proíbe-se o mau uso de frases tiradas da Escritura, quer utilizadas ironicamente ou de modo anedótico, quer aproveitadas pela feitiçaria (*Idem*, N° 64).

### **3.3 - Homem de experiência a ser seguido**

#### **3.3.1 - Envolvido na elaboração da *Ratio Studiorum***

A sua experiência e o método que ele próprio utilizou serviu, incluívamente, para a formulação e elaboração da *Ratio Studiorum*, que viria a ser a alma de um sistema de ensino transnacional e que tantas gerações preparou.

Efectivamente, durante o mandato de Diego Lainez como Geral da Companhia de Jesus, celebraram-se *várias reuniões de expertos* a fim de elaborarem uma Ordem de Estudos. Terminado o Concílio de Trento, Lainez deu um maior incremento ao andamento desses trabalhos que ficaram praticamente concluídos em 1565, na parte que se refere aos estudos inferiores (gramática e humanidades), mas não foram enviados às Províncias da Companhia para implementação. Foi preciso esperar até 1569, data em que Francisco de

Borja, assistente já de Lainez, o enviou a todas as Províncias da Sociedade para ser seguido, produzindo efeitos reais até 1599, data da *Ratio Studiorum* definitiva, conforme mostram Dalmases (1983, p. 178) e Lukacs (1958, 27, pp. 209-232).

A parte dedicada aos estudos Superiores de Filosofia e de Teologia foi prometida para uma segunda fase. Das várias Províncias iam chegando a Roma súplicas para solicitar aquele complemento e tudo ficaria pronto por volta do ano 1571. Mas a ida de Borja a Espanha, a Portugal e a França, a partir de 30 de Junho desse mesmo ano, e a sua morte, em Setembro de 1572, impediram a sua promulgação. No entanto, Francisco de Borja enviou, segundo Dalmases (1983, p. 180), *um documento sobre a doutrina que devia ser ensinada nos Colégios*. Assim, o nº 358 das *Constitutiones* limitava-se a assinalar que: *La doctrina que en cada facultad (los profesores) deben seguir sea la más segura y aprobada, y los autores que la tal enseñan; de lo cual tendrán cuidado los rectores, conformando-se con lo que la compañía universal se determinare, a mayor gloria divina* (Ibidem).

A aplicação desta doutrina podia seguir dois trilhos: manter-se nas linhas gerais (caminho seguido pelo Padre Nadal); ou prescrever ou proibir algumas proposições concretas, segundo as necessidades do lugar (caminho seguido por Ledesma, então, Prefeito dos Estudos, do Colégio de Roma). Partidário como era dos detalhes, este redigiu, em 1564, uma longa lista de proposições filosóficas que deveriam ser ensinadas e outras que deveriam ser proibidas nos colégios da companhia. Borja colocou-se ao lado de Ledesma, fazendo emanar um decreto, em Novembro de 1565, para anunciar alguns princípios gerais, entre os quais se propunham dezasseis *opiniões que deviam sustentar-se e ensinar-se pelos nossos, e ler-se por verdadeiras* (*Monumenta Paedagogica*, 1901-1902, Tom. III, pp. 382-385).

Ao serem escritos os princípios pedagógicos que constituiriam a *Ratio studiorum* definitiva de 1598/99, Manuel de Sá é mencionado, segundo Lukács (1901-1902, pp. 150-151), como fazendo parte do grupo de peritos e sábios professores que exigiam a feitura e promulgação de um programa de estudos que se estendesse a todos os colégios, de modo a existir uma uniformidade e serem evitadas dúvidas e consultas permanentes aos superiores: *Conscribatur ordo studiorum et statuatur firmus non solum in genere, sed particulatim per singulas facultates et classes, cum exercitiis, tempore, ordine et*

*modo etc., ne tot fiant mutationes et consultationes singulis annis* (Seguem-se os nomes dos intervenientes: *Emanuelis* (Sá), *Parrae*, *Ledesmae*, *Benedicti*, etc.).

Aparece, de igual modo, o nome do nosso autor na resposta que foi dada à questão que os superiores do Colégio de Coimbra fizeram a Roma sobre as regras a serem seguidas no ensino da Sagrada Escritura (*sacras litteras*), da Teologia, das Controvérsias e dos Casos de Consciência: *Alia circa interpretandi modum et sacras litteras, vel D. Thomam, vel controversias et casus etiam conscientiae, in Ordine Studiorum Conimbricensis data fuerunt Patri Dionysio ex sententia doctoris Emanuelis (Sá), Parrae, Ledesmae, Benedicti, etc* (Idem, p. 57)

### 3.3.2 - Promulgação e Princípios gerais da *Ratio Studiorum*

Em 1599, o Geral Aquaviva, o primeiro geral italiano, promulga definitivamente as Regras dos Estudos, cujo título original é *Ratio atque Institutio Studiorum* e que passou a ser a alma dos Estudos Universitários Católicos nos campos das Humanidades, Filosofia, Teologia e Sagrada Escritura. Esta *Ratio Studiorum* seguiria estas linhas gerais:

- a) A Companhia não se ocuparia senão do ensino secundário, deixando aos outros o cuidado do ensino elementar;
- b) O ensino estaria dividido em três cursos ou graus fundamentais: Gramática, Filosofia e Teologia;
- c) A Gramática que constituía os *Studia inferiora* e que se escalonava em cinco (ou seis) classes, englobava a gramática, as belas-letras e a retórica ou, para ser mais preciso, comportava três anos de gramática – *ínfima, média, suprema* –, dois anos de *humanitas sive poesis* e um ano de retórica;
- d) A Filosofia (*studia superiora*) era consagrada à filosofia e prolongava-se por três anos: um de lógica (princípios de metafísica e de matemática); um de física e ética e, ainda, um de metafísica, de matemática superior, de psicologia e de fisiologia;
- e) Depois de um ano de *repetitio humaniorum*, vinha o curso de Teologia que se prolongava por quatro anos e incluía, entre outras disciplinas, a Dogmática, a Moral e a Sagrada Escritura (*Constitutiones*, nº 476, 464; Dalmases (1983, p. 178) e Margolin (s/ d.; c. 1984, Vol. II, p. 199);
- f) Importância particular acordada ao estudo das línguas (latim e grego) o que fez olhar

para a Companhia como a *Guardiã da Tradição Humanista*;

- g) A História e a Geografia eram insuficientemente desenvolvidas, mas aquela era tida como uma ciência acessória e esta como auxiliar daquela;
- h) Nas faculdades de filosofia cujo ensino se estendia por três anos (e meio), ensinava-se também Matemática, Ciências Naturais (Lógica, Física e Metafísica);
- i) A faculdade de Teologia constituía o coroamento do edifício, tendo a escolástica de S. Tomás de Aquino o primeiro lugar, segundo Tuchle (1968, pp. 204-205), e *Constitutiones* (nº 464 - sobre a necessidade de tomar S. Tomás por base e o nº 476 sobre o tempo dedicado à teologia).

### 3.3.3 - Técnicas e Procedimentos

Relativamente ao procedimento que os membros da Companhia deviam ter para com todos os seus interlocutores, fossem eles europeus ou dos novos mundos em vias de descoberta e de cristianização, o sentimento jesuíta consagrava princípios inovadores tais como o do conhecimento do meio e das gentes e o da adaptação a essas duas realidades. Por isso — é notório — eles foram sempre tidos como profundos conhecedores da alma humana e sábios pedagogos na formação da juventude. A este respeito escreve Margolin (s/d, mas c. 1984, Vol. II, p. 199-200):

(...) o código pedagógico dos jesuítas caracteriza-se principalmente pelo seu valor prático: cooperação, num sistema hierárquico, dos homens dos colégios a todos os escalões; conhecimento da alma infantil e compreensão das relações que se devem estabelecer entre professor e o aluno, o primeiro sendo mais um guia, um conselheiro ou um treinador do que um magister na verdadeira acepção do termo; utilização dos sentimentos de amor-próprio ou de emulação entre os alunos que recomenda o uso de exercícios colectivos, da divisão de classes em campos opostos - os Romanos contra os Cartagineses -, de um sistema de notas, recompensas e punições, da distribuição dos prémios, etc. (...).

A partir desta citação poderemos reagrupar as várias técnicas que os Jesuítas utilizavam na educação:

- a) Uso duma língua comum: necessidade/utilidade da aprendizagem do Latim para uma melhor comunicação entre os diversos grupos étnicolinguísticos e para o enriquecimento e *entrelaçamento* das diversas culturas, postas em contacto. Por isso era exigida em todos os cursos e nos recreios, sendo assim



reavivada a língua latina nos seminários, colégios, etc; a língua tanto grega, como a hebraica, eram ensinadas com menor frequência e menos exigência; a língua materna, essa, muito menos ainda, para evitar o apego à família e o nacionalismo; a companhia de Jesus estava acima de qualquer bairrismo: era supranacional.

- b) Tutoria: O *modus vivendi* dos estudantes baseava-se no sistema de tutoria. Enquanto os alunos viviam com os seus professores, eram vigiados e dirigidos por *Escolásticos* (directores vigilantes que, depois, se tornavam professores e constituíam, então, uma espécie de estagiários que iam aprendendo, na prática, a sua especialidade);
- c) Aprendizagem e emulação: Os alunos eram mantidos em constante actividade, por meio do sistema de Academias, Récitas, Disputas (debates), Concursos e Prémios; realizavam-se, frequentemente, torneios de eloquência, de representação dramática perante o público; os alunos eram agrupados dois a dois, tendo cada um, no seu parceiro, um rival; sob a autoridade dos decuriões (responsáveis de grupos a quem recitavam as suas lições...) eram constantemente estimulados e mantidos em forma;
- d) Técnicas de aprendizagem: Lições curtas e muito graduadas, revisões constantes, quotidianas, mensais, trimestrais, anuais; muita repetição oral; grande utilização do tema/exposições curtas, mas bem elaboradas;
- e) Disciplina: Era severa quanto ao espírito, recomendando-se, no entanto, o uso da maior moderação nas punições do corpo; forte acção moral e religiosa; desejo de fazer amar o estudo e de agir sobre os jovens com afecto e ascendência moral;
- f) Partilha: partilham com os humanistas italianos *del Quattrocento* e dos da primeira metade do século XVI *um ensino progressivo e devidamente seleccionado: primeiro as letras, depois as ciências. Os programas dos autores são também objecto da atenção mais vigilante* (Margolin, Ibidem);

Com um programa de estudos desta envergadura, onde a recorrência à filologia, às línguas e aos estudos clássicos tinham um lugar preponderante, os Jesuítas participavam na inovação introduzida pelo Humanismo cuja atitude de fundo (...) consistia na

recuperação através da técnica filológica (implicando-se aqui o domínio do latim, do grego e do hebreu) dos textos antigos, segundo a opinião de Tavares (1990, Vol. 1, p.19).

Além disso, os Jesuítas, pelo menos aqueles dos primeiros tempos, utilizaram o ensino com uma tríplice função: 1ª) a função subsidiária, porquanto o ensino e as escolas serviam de auxiliares à catequização; 2ª) a função reprodutiva, porquanto, devido às necessidades do alargamento da fé, necessitavam de muitos e categorizados operários, o que conseguiam indo buscá-los, precisamente, aos convertidos dos diversos grupos étnicos nos quais se iam instalando; 3ª) a função transcultural e transnacional, porquanto o discurso jesuíta se revelava como um empreendimento aberto, sem discriminação e pronto a acolher, sem preconceitos, estudantes e catecúmenos de todas as proveniências, de todas as raças e tribos (Feitosa, 1984, pp. 35-43). Deste modo, uma grande parte da cultura clássica e a doutrina estética e pedagógica da emulação que se impôs em diversos países, como Espanha, França, Itália, Portugal, Alemanha, Polónia, Américas (sobretudo latina), etc., durante dois ou três séculos, foi obra inegável da Sociedade de Jesus, salvo opinião contrária dos seus opositores.

#### **4 - Na área da Antropagogia**

##### **4.1 - Antropagogia e Pedagogia**

Mais do que um *pedagogo* (o que conduz crianças, de *pais*, *paidos* + *aghein*), Manuel de Sá foi um *Antropagogo* (condutor de homens), termo utilizado pela primeira vez em sentido moral, segundo Patrício (1997/98, p. 40), por S. Gregório de Nazianzo e anotada por Coménius na sua *Didactica Magna*. Este verbo, *aghein*, já tinha sido usado por Heródoto (historiador) e por Píndaro (poeta lírico), mas apenas no sentido de conduzir o povo ou conduzir soldados. A arte de conduzir homens de modo a alcançarem *a sua plena humanidade* deverá chamar-se *Antropagogia*, segundo Coménius, pedagogo protestante, nascido a 28 de Março de 1592, na Morávia, e falecido a 15 de Novembro de 1670, em Amesterdão, na Holanda.

O axioma consagrado por Coménius: *omnes, omnia, omnino, semper*, tornado exigência da verdadeira educação, já tinha sido aplicado, na prática, pelos Jesuítas e, portanto, por Manuel de Sá. Nos Colégios e Universidades jesuítas a educação era

dirigida aos seus estudantes; nas praças e Igrejas era dirigida a todas as pessoas de todas as idades e de todas as classes. Não falamos dos sermões de ocasião, nem das práticas dominicais, nem de conversas de rua. Falamos, sim, das célebres *Lições de Sagrada Escritura* ou de outras, nas Igrejas, fora dos Actos litúrgicos oficiais. Tratava-se da *Exposição pública*, que consistia na selecção e leitura de um Livro da Bíblia, cuja explicação era feita, do princípio ao fim, de modo contínuo. Os ouvintes podiam ter nas mãos o texto bíblico para seguirem melhor a sua explicação e cada lição era dividida em duas partes, consistindo a 1ª numa exposição exegética ou numa apologia, e a 2ª nas aplicações morais e práticas. Era a estas lições que se dedicavam Manuel de Sá e outros, na Igreja de S. André de Roma de que tanto falam as cartas jesuítas desse tempo e à qual já foi feita referência anteriormente.

Este método inovador dos Jesuítas era, depois, seguido pela publicação dessas mesmas lições, ordenadas e adaptadas aos Comentários. Assim sucedeu, certamente, com as de Manuel de Sá, com as de Juan Maldonado (1534-1583) que publicou o *Comentário aos 4 Evangelhos*, com as de Jerónimo Prado (+1595) que escreveu o *Comentário a Ezequiel*, com as de Francisco de Toledo (+ em 1596) que escreveu *Comentário a S. João*, à carta aos Romanos e aos 12 primeiros capítulos de S. Lucas.

Significa isto que estes homens utilizavam todos os processos ao seu dispor (*omnino*), em todas as circunstâncias oportunas (*semper*), para comunicarem tudo o que sabiam (*omnia*) a toda a classe de pessoas (*omnes*). Este tipo de educação pode muito bem chamar-se *Antropagogia* e parece possuir a perspectiva personalista, apanágio do método de Mounier (1965), segundo o qual a educação deve possuir as seguintes características: começar no nascimento e acabar na morte; induzir o automovimento de personalização em cada pessoa a quem o apelo e a interioridade são dirigidos; ser livre para que a pessoa possa ser livre; ser universal; ser intrinsecamente anti-totalitária; nenhum privilégio económico, social ou cultural pode pôr em causa o sagrado direito que cada indivíduo tem de ser integralmente quem é, nas concretas condições da sua existência (Patrício, 1998-1999, pp. 78s). Esta perspectiva personalista é um dos elementos fundamentais que Inácio de Loiola propôs nos seus Exercícios Espirituais (1538) que, por sua vez, seriam as directrizes da *Ratio Studiorum*. Segundo Gomes, 1996, p. 38), o primeiro fundamento é *a criação de um conceito positivo da pessoa humana*, segundo o qual ela *é reconhecida e amada por Deus e exprime-se dentro de*

*uma liberdade radical.*

## **4.2 - Antropagogia de Manuel de Sá**

### **4.2.1 - Fim do ensino jesuítico**

Segundo o *Ideário de Inácio de Loiola tudo é bom e pode sê-lo se ordenado para a realização e concretização da Aliança que Deus fez e faz com todo o ser humano. Daqui nasce um humanismo positivo, cristocêntrico, onde cada um é uma peça na construção deste grande corpo que é a humanidade* (Gomes, 1996, pp. 37-38).

Para Inácio, Cristo e a humanidade formam um só corpo que nasce e se desenvolve em direcção à plenitude de Deus Criador. Assim, a educação segundo Inácio e a sua Companhia seguem três estádios interdependentes: o homem, Cristo e Deus Criador. Não poderemos dizer que formem um triângulo equilátero porque este tem todos os três ângulos iguais. Poderíamos pensar que fosse um triângulo isóscele, supondo que Cristo e Deus Criador fossem iguais mas, na teologia Inaciana, não acontece isso. Antes deverá chamar-se um triângulo escaleno, cujos ângulos e lados são desiguais, pois as três personagens são desiguais, tanto em relação à função, como à origem. De facto, para Inácio de Loiola, o fim da educação jesuítica é o homem que entronca em Cristo que, por sua vez, tende para o Criador.

### **4.2.2 - Fim da *Ratio Studiorum***

A primeira Regra deste documento diz o seguinte: *Fim dos Estudos da Companhia. Sendo um dos primeiros ministérios da nossa Companhia – dar aos outros as disciplinas congruentes com o nosso Instituto – para serem levados ao conhecimento e amor do nosso Criador e Senhor (...) (Gomes, 1996, p. 115). O Emblema dos Jesuítas tem como máxima, divisa ou mote, a frase *Ad maiorem Dei gloriam* ou *ad maiorem Dei gloriam* (Para a maior glória de Deus).*

Quando se fala da expulsão de algum aluno (Regra 40 do Prefeito de estudos inferiores), recomenda-se o seguinte: *Quando nem a palavra nem o ofício do corrector forem suficientes e não se espere emenda de algo que pareça ser escândalo para os outros é melhor expulsá-lo da aula (...). Mas esta decisão deixar-se-á ao Reitor para que se processe para glória e serviço de Deus, como deve ser.* (Idem, p.

145).

Ao propor as Regras comuns para os professores das classes inferiores, logo na primeira Regra se propõe o fim dessas mesmas, nestes termos: *O professor forme os adolescentes que forem confiados à sua educação da Companhia, de tal forma que, juntamente com as letras, vão aprendendo também os costumes dignos de um cristão. Ponha pois primordial atenção, quer nas aulas, quando se proporcionar ocasião, quer fora delas em preparar as tenras mentes dos adolescentes para o serviço e amor de Deus e das virtudes que são do seu agrado (...).*

Tudo isto nos mostra que, embora o homem seja o referencial imediato da educação jesuítica, Deus é sempre o seu fim último.

#### 4.2.3 - Fim das obras de Manuel de Sá

- Dos Aforismos:

- a) Na *Oratio ad Beatissimam Dei Matrem*, o autor diz que esta obra foi redigida para que, por meio dela, *muitos alcancem a vida eterna*;
- b) No *Auctor Lectoris* diz claramente que o fim dessa obra *é ser breve e, na brevidade, ser claro para a glória de Deus e salvação das almas*.

- Dos *Scholia in Quatuor Evangelia*:

Na Nota Introdutória diz que esta obra foi elaborada *por causa de Deus e espera que seja útil aos membros da Sociedade de Jesus e a todos os outros que a consultarem*.

Das *Notationes in Totam Scripturam Sacram*:

- a) Na *Oratio Auctoris ad Christum* diz que esta obra foi elaborada por causa da Sua Igreja.
- b) Na *Auctor Lectori* diz que, com esta obra, ele quis ser útil a muitos. E espera que as suas deficiências sejam supridas por outros, dando, assim ocasião propícia a aos mais perspicazes de maneira a que estes possam adicionar-lhe coisas novas e velhas.
- c) Na *Responsio ad Objectiones* (nº 3) diz que entre os seus objectivos estava o de corresponder ao imperativo dos superiores que era o de *referir o que*

*tinha lido nos mais sábios, mesmo se adicionasse algo do que era seu.*

- d) Nas *Notationum harum commoda* (Comodidades destas Anotações) diz (nº 3) que: 1º - Este livro é útil a muitos pela sua brevidade e comodidade na sua consulta; 2º - ele próprio acrescentou todas as frases que se usam na edição da Vulgata e explicações, tendo por fim oferecer aos leitores uma melhor compreensão da Escritura; 3º – um Índice breve para encontrar uma passagem da Bíblia; 4º – Um outro índice mais longo em ordem alfabética para facilitar o trabalho dos pregadores (na eloquência sagrada e teologia moral), dos conferencistas ou expositores (na exegese bíblica, na teologia dogmática e na pastoral) e dos directores espirituais (na teologia ascética ou teologia espiritual).

Quer dizer: os seus trabalhos de investigação e de exposição tinham o HOMEM como centro. Foi por causa deles e para eles que recolhera o que tinha encontrado de melhor nos autores antigos; foi por causa deles e para eles que se disponibilizou a desempenhar a múltipla tarefa de intérprete da literatura cristã (a Bíblia), de expositor da doutrina católica (da Moral, Direito, Filosofia e Teologia) e de *socializador*, tanto no sentido sociológico (enquanto procurou reunir todos os homens e grupos étnicos num só, de modo a usufruírem do mesmo direito à educação, fosse esta fruto do saber religioso ou fruto do saber profano), como no sentido psicológico (na medida em que no seu ensino e nos seus escritos ele teve por objectivo adaptar adolescentes e adultos, à vida do grupo a que pertenciam).

## **5 - Na área do *Multiculturalismo* e da *Interculturalidade***

### **5.1 - Um Diásporo num país de diásporas**

Portugal, pela sua situação geográfica, é um País naturalmente afeito ao fenómeno de diásporas, tanto no sentido de origem como no sentido de destino, havendo conhecimento deste facto já na Idade do Bronze (2000-800 a. C.). Esta constatação pode deduzir-se da maneira de enterrar os mortos e pelos monumentos megalíticos e castros desse período, que pelas suas características são testemunho de culturas vindas de outros continentes. Segundo Saraiva, (1979, p. 18) tais monumentos constituem as manifestações mais antigas da cultura neolítica existentes em Portugal e surgiram nos

vales do Sueste Asiático e da Ásia Menor e de lá irradiaram para Portugal, onde chegaram há cerca de seis milhares de anos.

Entre os séculos X e I a.C., os Fenícios circundaram o Mediterrâneo e chegaram às costas da Península Ibérica e Norte de África, fundando entrepostos comerciais e colónias, nomeadamente Cartago (na Tunísia), Gadir (a actual Cadiz) em Espanha, Panormo, na Sicília, Tingis (a actual Tânger), em Marrocos, prosperando durante longo tempo como importantes portos e entrepostos comerciais, especialmente a primeira cidade, que chegou a ser o centro da civilização fenícia.

Aos Fenícios uniram-se os Israelitas, no tempo de Salomão, que fez uma aliança com o rei Hiram de Tiro, para que os seus barcos pudessem ter marinheiros fenícios e, em conjunto, pudessem fazer expedições ao Mar Vermelho e às costas de *Ofir*. A situação geográfica desta terra misteriosa causou muita polémica na antiguidade. Segundo Ricciotti (1964, Vol. I, p. 352), que nos fala da aliança entre Salomão e Hiram de Tiro, situar-se-ia na Índia, na Arábia Meridional, ou ainda em Madagáscar. O autor do primeiro livro bíblico dos Reis (I Re, 9,28, JB-VT, p. 433) diz que dessa terra os marinheiros de Hiram e de Salomão trouxeram 420 talentos de ouro que entregaram a Salomão e o tradutor desta passagem diz-nos, em nota de rodapé, que *Ophir is a gold-bearing region situated probably on the W. coast of Arabia, possibly opposite Somaliland*.

Fora do contexto bíblico, o tema do comércio fenício é hoje reconsiderado e valorizado. Arruda (1993, Vol. II, p.18), por exemplo, apoiando-se em Almagro Gorbea (1986) e em Moscati (1983), diz: sabe-se que é apenas no reinado de Hiram I (meados do século X a. C.) que Tiro se torna uma potência política e naval, tendo começado a sua expansão para Ocidente apenas nos finais do século IX a. C.

De uma possível etapa pré-colonial, na qual os comerciantes orientais estabeleceriam um comércio *silencioso* com as populações indígenas, a mesma autora admite, referindo-se a Aubet (1987), que, efectivamente, *essa etapa poderia ter coincidido com os séculos XI a IX a.C. e que a navegação fenícia para Ocidente teria fins exclusivamente comerciais, não necessitando de estabelecimentos permanentes. No entanto, observa que uma etapa pré-colonial não está de forma nenhuma comprovada arqueologicamente*. Perante esta incerteza, Arruda (1993, Vol. II, p. 19) termina por

dizer que se deve (...) *considerar ponto assente a existência de navegações fenícias e/ou orientais para o Ocidente, com intuitos comerciais, anteriores ao século VIII a. C. e que certamente tenham atingido o território português, é hipótese prematura e sem consistência efectiva.*

Contemporâneos dos Fenícios e dos Cretenses são os Gregos, a partir do período homérico (1900-1100) e incluindo os sucessivos períodos de menor importância, até chegar ao clássico (500-338 a.C.), o mais brilhante e vindo a terminar com o helenístico que se, por um lado, sofreu a crise da *polis* grega por motivos das guerras macedónicas, por outro, se distinguiu, pela expansão da sua cultura por toda a bacia mediterrânica, conseguindo fazer uma miscigenação de culturas.

Após os Gregos vieram os Celtas, os Cartagineses, Romanos (até aos finais do primeiro milénio antes de Cristo e, depois de Cristo), os Alanos (da região do Cáucaso), os Vândalos (germânicos de raiz escandinava), os Suevos (também germânicos e aparentados com grupos anglo-saxões), os Godos, os Visigodos (de origem germânica, mas já meio romanizados e professando o Arianismo) entre 411 e 711, mais ou menos, e os Mouros, de 711, até à Reconquista cristã.

Esta reconquista consistiu, de início, num movimento cristão que, liderado por Pelágio, tinha por objectivo recuperar as terras cristãs da Península Ibérica, perdidas devido às invasões árabes. Mais tarde este movimento identificou-se com as cruzadas, cuja ideia só surgiu em 1096, visando a recuperação dos Lugares Sagrados para o Cristianismo.

Em contacto com diversas culturas maioritárias tais como a Portuguesa, a Espanhola, a Italiana e, dentro destas, com culturas minoritárias como a dos judeus nas diversas diásporas europeias, para não falar dos muçulmanos remanescentes da reconquista cristã, espalhados pela Península Ibérica, Manuel de Sá teve a oportunidade de as conhecer profundamente. Para além destas conheceu ainda outras culturas, através dos seus estudos de teólogo e exegeta, como, por exemplo, a grega, a latina e aquelas que estavam ligadas ao mundo bíblico.

Em Portugal a Reconquista terminou definitivamente em 1253, com a vitória de D. Afonso III em Silves, enquanto que na Espanha terminou apenas em 1492 com a conquista de Granada pelos Reis Católicos.



Com todos estes movimentos guerreiros, a que se juntavam movimentos diaspóricos de gentes, continuou o vaivém das populações e, com estas, inevitavelmente a miscigenação de sangue e a fusão de Culturas. Por outro lado, os nativos (Lusitanos e outros), ao verem-se invadidos disseminavam-se, eles também, por outras regiões sobretudo da Península, quer como fugitivos ou cativos, quer como gente livre, mas sujeita a leis diferentes e discriminatórias. É, por esta razão que o Povo Português é, geneticamente, um povo diaspórico. E, se tem nas suas veias o genes migratório, será quase impossível que não sinta, dentro de si, o espírito de aventura e a tendência de percorrer o mundo, como se este não possuísse outras fronteiras que não as do planeta, distinto dos seus congéneres na complexidade do Universo (Saraiva, 1979).

Uma vez chegado à independência relativamente aos outros povos da Península Ibérica, Portugal tornou-se um País que passou a caracterizar-se por essas particularidades, nunca mais deixando de ser um espaço de chegada e partida de gerações sucessivas, de encontro e reencontro de filosofias e de culturas, qual delas a mais exótica e digna de admiração, nascidas e criadas entre *gente remota* (Camões, canto I, v. 7) e fisionomicamente diversificada. Portugal, como Nação, poderia ser considerado como uma incubadora, onde entram, se desenvolvem e saem gerações sem fim. Sob o ponto de vista cultural, portanto, os Portugueses, no entender do mesmo autor (Saraiva, 1979, p. 21), são o resultado de um processo de miscigenação de sangue e de sucessivas sobreposições culturais o que quer dizer que, quer queiramos, quer não, são o fruto de um processo ininterrupto de multiculturalismo e de interculturalidade.

Mais tarde, no entender de Farinha (1993, p. 12), o grande aumento do espaço português deu-se com a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger (1471) e, ainda, com a celebração subsequente de um tratado de paz com *Mulei Xeque*, pelo qual o território administrado no tempo dos Mouros por cada uma das quatro praças conquistadas pelos portugueses no norte de África seria da jurisdição destes. Daí que Portugal tinha novos territórios para onde poderia enviar ou deixar partir mais portugueses.

Em 1512, a dar crédito ao historiador Serrão (1986, p. 93), anualmente, cerca de 1200 portugueses passam ao Oriente e por lá se espalham. Este número é elevado, sobretudo se tivermos em conta que nessa época a população portuguesa não atingia os dois

milhões, pois em 1527, ano em que se procedeu ao primeiro *numeramento* da população portuguesa, ordenado por D. João III, o seu total era apenas de cerca de 1.200.000 habitantes (Idem, p. 98).

Os destinos destes eram tão variados quanto variadas eram as terras por eles descobertas, desbravadas e/ou por eles visitadas como comerciantes. Os mais privilegiados, porém, no período de 1500-1760, para Rocha-Trindade (1995, p. 149), situaram-se no Brasil, devido à atracção que a descoberta das minas auríferas motivara e para aí se deslocavam num ritmo anual de 2.000 (duas mil) pessoas, sobretudo para o Nordeste (Baía e Pernambuco, onde a cultura do algodão e da cana sacarina fora feita com aproveitamento de mão de obra escrava, (...). Entre 1698 e 1750 o caudal é avaliado em cerca de 800.000 (oitocentas mil) pessoas.

Entre os anos 1501 e 1516, na opinião de Menezes (2007, p. 48), a Terra de Santa Cruz, então acabada de descobrir, estava arrendada a *um grupo de cristãos-novos liderados por Fernão de Noronha*. De igual modo as vagas de emigrantes judeus foram-se sucedendo de maneira que, segundo a mesma autora (Idem, p. 49), em 1506 ocorreu o *pogrom*<sup>1</sup> de Lisboa. *Em 1536, a Inquisição (...) foi oficializada. Para os perseguidos, o Brasil transformou-se em opção segura. Os Sefarditas embarcaram aos magotes.*

No século XIX, o Brasil continua a ser o principal destino dos Portugueses e Rocha-Trindade (1995, p. 152) atesta que entre 1901 e 1910 a média anual de saídas de emigrantes é de 32 000 (...) entre 1911 e 1920 (...) passam a registar 4 2000 saídas (...) em 1912... atingem o número excepcional de 89 000.

Segundo Diniz (2007, p. 16), *a emigração situava-se sempre no norte, mais densamente povoado, onde numa situação de crise, para as populações locais, era o único recurso para se manterem vivas (...)*. Esta emigração maciça, sobretudo para o Brasil foi, na década de 1901-1911, repartida regionalmente pelos seguintes distritos: Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda. A distribuição dos números pelos referidos distritos é apresentada por Diniz (2007, p. 17)

---

<sup>1</sup> *Pogrom* (do Yiddish *pogrom*, vindo do Russo *pogromu* com o significado de *devastação* que, por sua vez procede de *po-* (através de) + *gromu* (trovão). (Online) Consult 10-12-2006) Disponível em <http://dictionary.reference.com/browse/pogrom>.

que aproveita os números de Gomes (1920) da seguinte forma: Litoral (Viana, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra 1 389 150; Intermédia (Vila Real e Viseu 929.190; Interior (Bragança e Guarda 1 199 230.

A causa deste fenómeno foi, na opinião de Carlos Gomes (1919, p. 57), a *inépcia e incompreensão dos nossos homens públicos que não conseguiram pôr em andamento o projecto que tinha sido elaborado pelo Ministro das Finanças, Tomás Cabreira*.

A partir dos anos 50, os espaços de destino passariam a ser a Europa, sobretudo a França, onde a comunidade Portuguesa parece ter atingido a soma de 700.000 em 1974 e de 1.000.000, na década de oitenta. Outros países de destino privilegiados foram a Alemanha, a Bélgica, a Suíça, a Holanda, a Inglaterra e o Luxemburgo. Neste último país, os portugueses representam, nos fins de 1994, um terço da população trabalhadora (Rocha-Trindade, 1995, p. 153).

As partidas clandestinas foram sempre em grande número, especialmente em 1962, ano em que estas chegaram a ultrapassar mesmo em mais de metade (61%) as partidas legais (Ibidem). Segundo dados recolhidos nas Embaixadas de Portugal, com base em estatísticas dos países de acolhimento e inscrições consulares referidas por esta mesma investigadora (Rocha-Trindade, 1995, p. 167), o número de portugueses no estrangeiro em 1993/94, ascendia a 4667413, segundo a seguinte distribuição: África (641 999), América (2 653 530), Ásia (35 200), Europa (1 271 564), Oceania (65 120).

Hoje a situação é diferente, tanto social como politicamente. De *emigrantes* passaram a ser chamados e considerados, pela lei, *Cidadãos Europeus*, o que lhes garante a fruição de direitos até então negados. Quanto à situação de *Portugueses na Diáspora*, pouco ou nada mudou. Continuam a estar fora da Pátria. Continuam a ser Migrantes, embora gozem de um estatuto mais favorável.

No contingente de *Diáspora* entram, portanto, todos aqueles que partem da sua Pátria, voluntária ou compulsivamente, para irem fixar-se noutros países ou regiões ficando a pertencer a duas classes sociais: a classe dos trabalhadores manuais e a dos trabalhadores intelectuais. Assim, ao lado de arroteadores des terras, de construtores de casas, estradas, caminhos-de-ferro e aeroportos, de providenciadores de decoração, limpeza e ordem doméstica, estão também estudantes, artistas e professores insígnos

que construíram pontes culturais entre o nosso País e todos os países onde se fixaram.

Já no século XVI, segundo (Tavares, 1990, vol. II, pp. 28-33), a diáspora portuguesa era constituída por gente de variadas categorias. Ao lado de trabalhadores manuais havia também estudantes que frequentaram as universidades de Bolonha, Paris, Bordéus, Lovaina, Alcalá de Henares, Valladolid e Salamanca e professores insígnies que leccionaram e presidiram à própria Universidade de Paris. É curioso verificar que no tempo em que Manuel de Sá e Simão Rodrigues andaram como alunos e como professores nos grandes centros culturais de Portugal, Espanha e Itália (1530-1596), por França, nomeadamente por Paris passaram 305 estudantes portugueses só entre os anos 1500-1550 e um grupo famoso de professores, entre os quais sobressaem:

- Diogo de Gouveia Sénior que, depois de ter estudado e obtido o grau de Mestre em Artes na Universidade de Paris em 1500-1501, e a Licenciatura em Teologia em 29 de Abril de 1510, desempenhou Missões Diplomáticas em França entre 1512 e 1537 e no Principalato do Colégio de Santa Bárbara em 1520, passando a ser Director da Faculdade de Teologia da mesma Universidade;
- André de Gouveia que, depois de ter estudado no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, então regido pelo seu tio, Diogo de Gouveia, assumiu a reitoria desse mesmo estabelecimento de Ensino superior sendo, depois, eleito Reitor da Universidade de Paris e do Colégio de Guyenne, em Bordéus e, mais tarde, reitor do Colégio das Artes, em Coimbra;
- Diogo de Gouveia Júnior (Reitor, em 1538-1539);
- Álvaro da Fonseca, reitor entre 1547-1548;
- António Leitão (Reitor, em 1552).

Esta tradição diaspórica portuguesa continua ainda hoje, como bem o faz ressaltar Conceição Ramos (2008, p. 21), Consultora da OCDE - Direcção da Educação, do Emprego, do Trabalho e dos Assuntos Sociais nos anos de 1998 e 1999 e do Conselho da Europa, Comité Europeu, sobre as Migrações (CDMG), Estrasburgo 2007 e 2008, ao referir-se a Portugal como a um País tradicional de emigração (cerca de 5 milhões de portugueses e seus descendentes em diáspora, representando quase 50% da população residente no país) (...) espalhada por todos os continentes (31% na Europa; 58% na

América; 7% na África; 3% na Ásia e 1% na Oceania).

Também sob o ponto de vista de país receptor de outros povos em situação idêntica de diásporas, a mesma autora (Ibidem) frisa a situação receptora de Portugal enquanto este tem sido demandado como centro de acolhimento, por gentes vindas de diversos países e Continentes, constatando que a imigração tem aumentado significativamente nos últimos anos, representando, actualmente, cerca de 5% da população total (essencialmente de África, do Brasil e do Leste europeu).

Foi, pois, neste ambiente, deveras privilegiado, que nasceu e viveu Manuel de Sá, também ele um diásporo português, porquanto saiu do seu país para ir estudar e ensinar em estabelecimentos de ensino superior, estrangeiros, como já tivemos ocasião de referir na primeira parte deste nosso trabalho.

## 5.2 - Um pioneiro da interculturalidade

Como acabámos de ver, Manuel de Sá foi um Migrante que se fixou, por longo tempo, em nações, regiões e cidades diversificadas, possuindo cada uma delas especificidades relativas à cultura. Ele foi, portanto, um Diásporo português com todas as implicações que o termo implica. E se, por definição, o termo diásporo (ou *diáspora*) é um mineral raro, uma espécie de jaspe que ao ser exposto à chama de uma vela crepita com violência e se dissipa numa multidão de parcelas brancas e muito brilhantes (Figueiredo, 1996, Vol. II, p. 861), Manuel de Sá, pertencendo aos grupos de diásporas portuguesas do século XVI, pode ser considerado, por analogia, uma espécie de Jaspe precioso o qual, sendo arrancado ao seu meio ambiente nativo, transplantado para outros campos e aquecido pela chama da fé em Deus cuja maior glória ele sempre procurou, se dissipou em variadíssimas partículas de brilho raro e resplandecente.

Este termo de Cultura está carregado de elementos significativos quer se tome no sentido francês, quer se tome no sentido alemão, como bem o explica Ferreira (2003, pp. 23-43), pois que se no segundo, *sob a influência do nacionalismo se liga cada vez mais ao conceito de nação, relevando, por isso a cultura da alma, do génio de um povo (...)*, surgindo, pois *a cultura como um conjunto de conquistas artísticas intelectuais e morais que constituem o património de uma nação*, no caso francês a noção de cultura enriquece-se com uma dimensão colectiva e *deixa de se referir apenas ao*

*desenvolvimento intelectual do indivíduo, passando, doravante a designar um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas num sentido muitas vezes lato e vago.* Neste sentido, *Cultura* aproxima-se do termo *civilização*.

Para esta autora a *dimensão etnológica* avançada pelos estudos de Edward Tylor (1871, p. 1) que considera a cultura como *um complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade*, deixa de ser normativa e rompe com as definições restritivas e individualistas de cultura. Esta passa a caracterizar-se pela dimensão colectiva emprestada da teoria francesa e *não releva (...)* *de hereditariedade biológica* (Ferreira, Idem. pp.. 25-26).

Também os sociólogos e psicólogos se interessam pelo estudo da dimensão cultural dos fenómenos sociais, interessando-lhes sobretudo o aspecto de *socialização* que, no sentir da mesma autora (Idem, p. 30) consiste no *processo de integração de um indivíduo numa determinada sociedade ou num determinado grupo, que implica a interiorização dos modos de pensar, de sentir e de agir, ou seja, dos modelos culturais próprios dessa sociedade ou desse grupo*.

*Cultura*, portanto, não é algo de estático e imutável mas, é antes, como o defende (Peroti (1997, p. 48) *o viver e o fazer* de cada grupo étnico, ou seja, *as transformações técnicas, económicas e sociais próprias de uma determinada sociedade no espaço e no tempo* (cultura superficial) e também os aspectos não tangíveis da cultura, como sejam os sentimentos, emoções, atitudes e regras para a interacção que pertencem à cultura profunda (Natália Ramos, 2003, pp.47-50).

Ao referirmo-nos ao pioneirismo de Manuel de Sá no campo da Interculturalidade, assentamos a nossa afirmação em três factos incontestáveis: a sua vivência entre países diferentes do seu; a sua convivência com grupos étnicos minoritários – judeus e mouros – e a sua preparação e actividade feita em comunhão com pessoas de diferentes proveniências e diferentes culturas. Neste sentido, Manuel de Sá, para além de um homem multicultural é, por si só, um paradigma de interculturalidade, porquanto na sua pessoa se relacionam todas essas culturas e diversidades que conheceu e assimilou, podendo chamar-se, com razão, um exemplo paradigmático de um tríplice sincretismo cultural: greco-romano, judeo cristão e judeo-árabe-cristão.

Passar, no entanto, deste seu mundo individual e ao mesmo tempo complexo para o mundo exterior e pô-lo em prática, fazendo ver ao grupo maioritário que é seu dever olhar o *Outro* como um *seu igual* (Natália Ramos 2007, p. 370), exigia convicção, coragem, principalmente quando se vive num clima hostil que se baseia nas próprias leis do Estado. Ensinar e promover uma doutrina ou processos físicos, relacionais, grupais e institucionais que se devem gerar nas interações das diversas culturas, numa relação de permutas recíprocas e numa perspectiva de salvaguarda duma relativa identidade cultural dos padrões que se encontram em relação, é ensinar e promover a verdadeira interculturalidade e o diálogo intercultural. Nestes processos reside, como hoje se diz, a essência da Interculturalidade como o defendem Clanet (1993); Lafortune et Gaudet (2000); Gennifer (2002).

Na verdade este homem fez, já na sua época, aquilo que Natália Ramos (2001, p. 172; 2003 pp. 47-53; 2007, pp. 255-263) afirma ser necessário fazer para que se promova uma verdadeira integração e uma autêntica interculturalidade, ou seja: quer uma aprendizagem pessoal relativamente aos quadros de referência e códigos culturais do *Outro*, quer uma abertura a pessoas de outras culturas de modo a estabelecerem-se contactos culturais enriquecedores, de parte a parte. Por outro lado devem pôr-se de lado julgamentos sem serem verdadeiramente fundamentados e destruir toda a espécie de preconceitos, mas, pelo contrário, deveremos colocar-nos no lugar do *Outro* e praticar a *descentração* pela qual não só conseguimos vê-lo sob diversos ângulos e perspectivas, como também poderemos situar as devidas distâncias que o separam de nós mesmos e reflectir sobre a nossa própria maneira de ser, de pensar e de agir, fazendo as devidas comparações.

A mesma autora (Natália Ramos, 2007, p. 368), referindo-se às perspectivas e indicadores da interculturalidade que deve ser promovida nos países com migrantes, adverte que é preciso uma visão estratégica, uma vez que *para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre as culturas (...) sem anular a identidade de cada uma delas*. Admite e realça que a integração que deve ser promovida é aquela que promove a *manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico – cultural de origem – com uma participação, mais ou menos activa, dos indivíduos na nova sociedade* (Idem, p. 258).

Esta atitude harmoniosa de receber e dar (o que supõe um receptor e um dador) não se coaduna com a perspectiva assimilacionista, enquanto esta implica normalmente uma inferioridade da cultura dos grupos minoritários, tendendo ao monoculturalismo, por meio da assimilação das culturas dos grupos minoritários, nem com a perspectiva Multiculturalista fechada, enquanto nega o diálogo e a interacção, degenerando na formação de guetos monolíticos e antagónicos e promovendo a inércia quer dos responsáveis políticos, quer dos que deveriam estar sujeitos à educação, mas sim num Multiculturalismo aberto a todas as culturas, supondo-as autónomas e abertas ao enriquecimento que sempre vem do diálogo e da sã convivência.

Este procedimento implica a tríplice deslocação de que fala Clanet (1990, pp. 187-212): *a deslocação temporal, espacial e simbólica*. A primeira convida os diversos intervenientes a conhecerem a história dos seus semelhantes para melhor poderem compreender o que lhes parece de mais estranho na sua cultura; a segunda situa-se mais no campo da etnologia, dizendo respeito aos comportamentos socioculturais de cada grupo, comparando-os aos seus próprios; a terceira, que tem a ver com as representações, exige que nos coloquemos no lugar do outro e procuremos compreender o seu ponto de vista, para melhor o compreender e aceitar. Desta forma estamos a instituir e/ou a promover o relacionamento intercultural.

Manuel de Sá fez esta tríplice deslocação de maneira exemplar. Para onde quer que ele se deslocasse, aprendia a história, a língua, recebia e dava; tinha oportunidade de comparar comportamentos de grupos diferentes e de agir em conformidade; mostrava estar colocado do lado do *Outro*, sempre que as necessidades urgiam, para o compreender e defender. No que a isto diz respeito temos a súplica da doutrina que ele nos deixou nos Aforismos, sobretudo aquela pela qual se propôs defender os Judeus contra os poderes políticos e religiosos cujas mentalidades estavam moldados pela intolerância da Inquisição.

### **5.3 - Um paradigma da Interdisciplinaridade**

Além de toda esta variedade de doutrina e de situações pessoais e geográficas, Manuel de Sá teve a vantagem de pôr em prática a interdisciplinaridade, não só devido ao facto de dominar várias áreas do saber, como também devido ao facto de ter sido transmissor de conteúdos que eram próprios de disciplinas diferentes. Lembremo-nos de que ele



ensinou, tanto as Artes (Filosofia e Línguas), como a Teologia, nas suas diversas vertentes: Moral, Escolástica e Escritura, manifestando, à saciedade, quão grande era o domínio que tinha de todas elas, como tivemos oportunidade de mostrar na primeira parte deste mesmo trabalho. Podemos, pois, considerá-lo um verdadeiro paradigma de interdisciplinaridade.

## **Capítulo 8**

### **Acção de Manuel de Sá no Campo Sociopolítico**



## **1 - Com os Diásporos Judeus**

### **1.1 – Preâmbulo**

Duas foram as razões que nos levaram a dedicar, no princípio deste capítulo, um estudo das principais diásporas que sofreram os Judeus através dos tempos. A primeira delas prende-se com o surgimento de dois fenómenos que advieram dessas mesmas diásporas, a saber o multiculturalismo e a consequente realidade de um certo tipo de Interculturalidade. A segunda relaciona-se com a posição e doutrina de Manuel de Sá relativamente aos judeus, no que concerne, tanto à sua liberdade religiosa, quanto à sua participação na cidadania desses países onde residiam e trabalhavam.

Para compreendermos melhor tanto o contributo dado pelos Judeus à expansão quer da própria cultura, quer da cultura dos povos onde entravam e residiam e dos quais eram expulsos, como a propulsão do multiculturalismo e da relações interculturais a nível transnacional, será de grande utilidade percorrermos rapidamente as diversas diásporas porque passaram, pois que deste nosso excursus queremos fazer ressaltar este aspecto, mais do que o aspecto puramente político.

De igual modo, é nosso interesse secundário verificar como é que Manuel de Sá se viu condicionado pelas manobras da Inquisição que, embora criada pela Igreja Católica, cedo se tornou joguete e se viu manietada pelos interesses mesquinhos, gananciosos e politiqueros, quer da hierarquia da Igreja Católica, quer dos chefes e populares dos países, sobretudo europeus.

O fenómeno, porém, das perseguições, expulsões ou execuções e da dispersão dos judeus por todas as nações de religiões e culturas diferentes não foi exclusivo, nem da Península Ibérica, ou mesmo da Europa, nem se circunscreveu a um único período temporal. Ele parece ser uma constante que acompanha não só a cadência do tempo, como também a extensão do espaço. Vejamos como se tem perpetuado.

### **1.2 - Diásporas judaicas: focos transnacionais de interculturalidade**

#### **1.2.1 - Da divisão das Tribos de Israel à deportação de Sargão**

Os *Filhos de Israel* fundaram um único reino através das batalhas de dois reis: Saul

(1030-1010 a.C.) e David (1010-970), alcançando um grande esplendor sócio-político no tempo de Salomão (970-931). Após a morte deste último, ocorrida em 931, o reino dividiu-se em dois. Roboão tornou-se Rei do Israel Meridional (sobre as tribos de Judah e de Benjamin), passando a ser chamado Reino de Judah, enquanto as restantes tribos do Norte preferiram seguir Jeroboão que era oriundo da Tribo de Efraim, passando a constituir o Reino do Norte ou, simplesmente, Israel (Gaubert, 1969, Vol. V.). A partir daí cada um seguiu destinos um tanto diferentes.

O Reino de Israel sobreviveu até 721 com duas fases distintas: a de 885-734, um século e meio, observando-se um certo declínio religioso a par de um certo desenvolvimento sócio-político; a de 734-721, um período muito curto mas muito intenso quanto às dificuldades, pois terminou com a destruição do Reino e da sua capital, a Samaria, pelos exércitos assírios, seguindo-se os saques e os massacres. Os sobreviventes foram deportados para a Mesopotâmia ou para países mais remotos, onde se fixaram como Diásporos desgarrados, à espera de melhor futuro (Gaubert, 1970, Vol VI, p. 24). Em seu lugar o território foi ocupado por gente vinda de regiões subjugadas e anexadas, segundo palavras do próprio Sargão II, rei dos Assírios: *I established there a population from countries that I had annexed by conquest. Over the country, I installed my officer as governor and I incorporated this people in the administrative system of Assyria* (Idem p. 70).

### **1.2.2 - Deportação de Nabucodonosor**

Os chefes do Reino de Judah, cujo número de habitantes não ultrapassaria muito os 200000, enquanto Jerusalém, a sua capital, não ultrapassaria os 30000 (Idem, p. 75), depois de um maior período de prosperidade e paz, impelidos por extremos nacionalistas enfrentaram o poderoso domínio da Mesopotâmia que, sob o comando de Nabucodonosor, rei de Babilónia, lhes infligiu humilhante derrota. Com esta seguiu-se a destruição do reino, da capital e do templo que tinha sido construído por Salomão, o saque e, finalmente, a deportação dos seus habitantes. Esta passou por três fases: a primeira teve lugar em 597, sendo nela incluído o próprio rei *Jehoiachin*, o seu harém, sua mãe, seus domésticos e militares da corte (Idem, p. 76), num total de 10000 segundo as seguintes categorias: 7000 homens de armas, 1222 ferreiros e metalúrgicos e o resto por nobres e notáveis (Idem, p. 154 cf. 2 Reis 24,14); a segunda, em 587, e, segundo

Jeremias, o número de deportados foi de 832 pessoas, o que parece muito pouco (Idem, p. 164); a terceira deportação aconteceu em 582, após o assassinio do governador Godolias, deixado por Nabucodonosor e na qual, ainda segundo Jeremias, o número não teria ultrapassado as 745 pessoas (Idem, p. 168).

A política de Nabucodonosor foi a de deportar os naturais, dispersando-os pelas margens do Rio Eufrates e de os substituir por habitantes do Reino do Norte e por vários grupos étnicos trazidos de terras longínquas (Idem. p. 76).

Com estas políticas idênticas, tanto Sargão II da Assíria, como Nabucodonosor de Babilónia, criaram uma amálgama de populações e de culturas, tanto nos territórios anexados como nos territórios que receberam os exilados ou os colonizadores, o que, de certa forma, promoveu, embora inadvertidamente, tanto o multiculturalismo como o interculturalismo, pelo menos no sentido do mútuo conhecimento cultural.

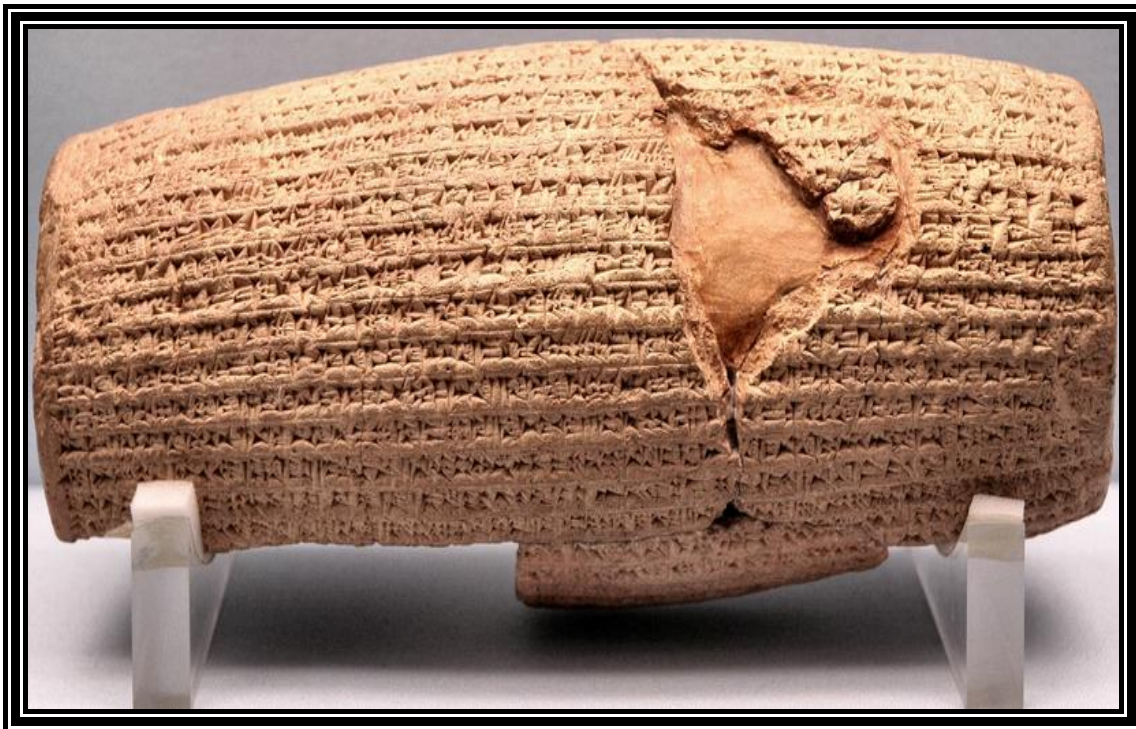
### 1.2.3 - O Regresso após o Édito de Ciro o Grande

Com a vitória, em 550 a. C., sobre Astiage, Rei da Média, Ciro o Grande (559 a 530 a.C.) e neto de Astiage tornou-se o grande rei da Pérsia, segundo monarca da Ásia central, logo abaixo do rei de Babilónia. Em 546 destróçou a Lídia e, pouco a pouco, foi estendendo o seu domínio a Ocidente e a Oriente, vindo a assenhorear-se da própria Babilónia em 539 e vindo a criar um grande império que se estendeu desde as montanhas do *Hindu Kush*, onde hoje fica o Afeganistão, até o Rio Indo, nas margens do Mediterrâneo (Ricciotti, 1964, II, p. 99). Em 538/537 a. C. Ciro fez publicar o célebre Édito de libertação de todos os cativos judeus, pondo fim ao cativeiro, dito *de Babilónia*. Segundo o Livro de Esdras (cap.1,2-4), foram estas as palavras desse édito:

*Eis o que diz Ciro, rei dos Persas: o Senhor Deus do céu deu-me todos os reinos da terra, e ele mesmo me mandou que lhe dedicasse um templo em Jerusalém, que está na Judeia. Quem, dentre vós, é pertencente ao seu povo? O seu Deus seja com ele. Vá para Jerusalém, que está na Judeia e edifique a casa do Senhor Deus de Israel. O Deus verdadeiro é aquele que está em Jerusalém. E todos aqueles que ficarem, ajudem-nos do lugar onde habitam, ajudem-nos do lugar onde estão, com prata, e com ouro, e com (outros) bens, e com gados, além daquilo que oferecerem voluntariamente ao templo de Deus, que está em Jerusalém.*

Este mesmo facto encontra-se registado no segundo livro das Crónicas (2 Crónicas 36.22-23). Após a conquista de Babilónia, Ciro é citado neste cilindro como tendo dito:

### Ilustração 19: O cilindro de Ciro



#### (Texto de Ciro):

*Eu sou Ciro, rei do mundo, grande rei, rei legítimo, rei de Babilónia, rei da Suméria e da Acádia, rei das quatro extremidades [da terra], filho de Cambises, grande rei, rei de Anzã, neto de Ciro, descendente de Teíspes (...) de uma família [que] sempre [exerceu] a realeza.*

**Fonte:** [Online] [Cônsul 14/05/2008] Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciro\\_II\\_da\\_P%C3%A9rsia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciro_II_da_P%C3%A9rsia)

#### 1.2.4 - Período grego: de Alexandre Magno a Antíoco IV o Epifanes

Com o regresso e a construção do Templo de Jerusalém, sob o comando de Esdras e Nehemias começou, para os Judeus, um novo ciclo o qual veio a ser perturbado, a partir de 334 a. C., data em que é instaurado o período grego com a vitória de Alexandre Magno (356 a.C. - 323 a.C.) contra os Persas na Batalha de *Granico* (no noroeste da Ásia Menor, perto de Tróia), a partir da qual se tornou o senhor da Ásia Menor (actual Turquia).

Esta vitória abriu caminho aos gregos para instaurarem um império que viria a substituir o império persa. Os três anos seguintes foram sempre favoráveis a Alexandre, derrotando em 333 o Rei Dário III, rei da Pérsia, na batalha de *Issus* e, a 01 de Outubro de 331 a.C., conquistou o Egipto e Tiro, vindo a completar a conquista da Pérsia ao

derrotar definitivamente Dário III na batalha de *Gaugamela* (a leste da actual *Mossul*, norte do Iraque) o que lhe conferiu o título de Imperador da Pérsia e a instauração do império Macedónio.

Este período caracterizou-se por vários elementos que enriquecem o mundo da cultura e os fenómenos do multiculturalismo e interculturalidade, pois foi o período da helenização, tanto sob o aspecto político como cultural. Introduziu-se em todo o império a língua, a religião, a arte, a filosofia, o desporto, a urbanística da cultura grega, dando origem a uma miscigenação cultural e rácica. Apareceu a célebre língua *Koiné* ou língua grega comum que foi a língua falada pelo povo, mais simples do que o grego clássico, porque se misturava com elementos linguísticos de influência hebraica e aramaica, vindo a ser a língua dos difusores do cristianismo e dos escritos do Novo Testamento.

No período Ptolomaico, ou seja, o período em que a Palestina esteve sujeita ao governo do reino helenístico egípcio governado pela dinastia Ptolomaica, aprofundou-se o processo da helenização na Judeia, sem grande reacção por parte da população. Foi neste período que a comunidade hebraica ou aramaica da diáspora sentiram a necessidade da tradução do Antigo Testamento em grego, visto terem esquecido a língua-mãe. Embora seja difícil estabelecer a data de todos os livros, parece certo ter sido no tempo de Ptolomeu Filadelfo que teve lugar a tradução do Pentatêuco e a qual ficou sendo conhecida como a Versão dos Setenta (LXX), segundo Giovanni, Leonardi, *Manuale di introduzione al Nuovo Testamento*, Cap. I: Periodi Istoricio [online] [Consult. 22-04-08]. Disponível em: ([http://www.adventist.org/mt/BibleWorld/NT\\_I\\_Periodi\\_sto\\_rici\\_Frameset.htm](http://www.adventist.org/mt/BibleWorld/NT_I_Periodi_sto_rici_Frameset.htm)).

No reinado de Antíoco IV Epífanês, a situação política alterou-se de maneira significativa devido a ter atingido os judeus no aspecto religioso e cultural. Com a ideia de homogeneizar o seu império sob o ponto de vista cultural e religioso, quis obrigar estes últimos a adorar os deuses gregos e proclama-se a si próprio deus, com direito a culto divino. Em 167 a. C., o templo de Jerusalém é profanado. Tais desacatos, segundo *Flavius Josephus* (Ant. XII, V, 4; e 1 Livro dos Macabeus, cp.1, 41ss (Soares, 1964, p.1113) provocaram a indignação e a oposição dos judeus, o que originou nova perseguição.



### 1.2.5 - Período Macabaico

A esta política responderam os judeus que, liderados pelo sacerdote *Matatias* (מתתיהו *Matitياهو* ou *Matisyahu ben Yochanan HaCohen*, em Hebreu, ou dom de Deus) e seus filhos, se revoltaram em 166 a. C., em *Modin* e fugiram para o deserto, instaurando um governo de Resistência. Entre os anos 166-160, Juda liberta Jerusalém e purifica o Templo cuja recordação se celebra através da Festa da Purificação da qual fala S. João no cap. 10, 22. Depois de obterem a liberdade religiosa, os Macabeus continuam a procurar a total independência para o que se aliam a Roma, não tirando dela senão algum prestígio.

No tempo de Jónatas (160-142 a. C.) alcança-se uma vitória externa contra a Síria e uma interna contra os filo-helénicos, enquanto no período de Simão (141-134 a. C.) se alcança a plena independência, sendo Jónatas proclamado sumo-sacerdote, chefe militar e governador-geral, acumulando em si mesmo os poderes profanos e os religiosos.

### 1.2.6 - Período Asmoneu

A seguir a Simão, o último filho da família Macabeia (do hebr. *maqqebet* <*manqabt*>, martelo, de *n qab*, furar, martelar) termina o ciclo da insurreição entusiástica (Ricciotti, 1964, II, p. 331) e sucede-lhe o período de João Hircano que instaura uma verdadeira dinastia, chamada a dos Asmoneus que Ricciotti (Ibidem) define como:

*(...) sono anche Maccabei (paragr. 252; 287), ma non sono  
pie i Maccabei della vita randagia ed eroica nel deserto:  
combattono anch'essi, ma sono guerre assai più  
dinastiche che jahvistiche; peggio ancora, essi non sono più i  
rappresentanti della parte maggiore e migliore di una nazione  
insorta, bensì diventano man mano dei capi-partito, che si  
appoggiano su una frazione dei loro antichi seguaci e ne  
osteggiano un'altra; e arrivano contro cui gli antichi Macabei  
avevano combattuto fino a guadagnarsi il seggio principesco.*

Com as sucessivas guerrilhas de poder em que entram: João Hircano (134-104) que se alia a Roma contra Antíoco VII da Síria; Aristóbulo I (104-103) que arrebatou o poder à mãe e a encarcera; Alexandre Janeo (103-73), seu irmão que, liberto pela sua cunhada e mulher de Aristóbulo, se torna rei e continua a guerrilha contra os Fariseus (confere Evangelho de São Lucas, cap. 21, 14 (Soares, 1964, p.1275); Alexandra Salomé (76-67 a. C.) que sobe ao poder e nomeia Sumo-sacerdote a seu filho Hircano, concedendo o poder do Sinédrio aos Fariseus os quais aproveitam a oportunidade para se vingarem dos Saduceus; João Hircano que sucede por três meses a sua mãe, após os quais se deixa

convencer pelo seu irmão Aristóbulo II a deixar-lhe o trono em troca das suas rendas. Como se todas estas intrigas de parte a parte não fossem suficientes para o mal-estar social, político e religioso, vieram juntar-se as do idumeu Antipatro, que, com a promessa do auxílio dos Nabateus, em troca de alguns territórios arrebatados a Janeo, induziram Hircano a revoltar-se contra o irmão. Esta situação periclitante tornou-se pasto apetecido dos Romanos que andavam por ali perto.

### **1.2.7 - 1º Período Romano: de Scaurus a Cassius Longinus (65-53a. C.)**

É dessa situação que se aproveitam os Romanos que já se haviam assenhoreado da Ásia Menor e de toda Síria que era, então, governada pelo Legado *Scaurus*. Ao pedido de socorro enviado por Aristóbulo, *Scaurus* responde, descendo à Judeia no ano 65 e obriga os Nabateus a retirar-se, libertando Jerusalém. Esta libertação, porém, seria mais fictícia do que real, pois, em 63, os mesmos Romanos, comandados por Pompeu, tomam Jerusalém e entram irreverentemente no interior do Templo (*Santos dos Santos*), o que para os judeus era o maior dos sacrilégios. Jerusalém e o seu templo, onde foi colocado Hircano como Sumo-Sacerdote, tornaram-se, de novo, pasto das aves de rapina.

Segundo Riccioti, (1964, II, p. 356) o templo foi invadido depois de três meses de assédio *Il primo a penetrarvi attraverso la breccia fu Fausto Cornelio, figlio del dittatore Scilla, seguito dai centurioni Furio e Fábio. Si era sul principio dell'autunno del 63 a. C., probabilmente in un giorno di Sabato (cf. G. Flavio (Antichità, XIV, 4,3 [66]: a Roma era console Marco Tullio Cicerone. Ao fio das espadas, à dureza das lanças e à velocidade das setas e dardos dos soldados romanos morreram cerca de 12000 judeus mas, segundo o mesmo autor (Ibidem), que reporta o testemunho de Flavius Josephus na sua (Guerra Iudaica, I, 7, 5 em italiano) moltissimi furono trucidati dai connazionali avversari, cio`dai farisei ircaniani penetrati appresso ai Romani a compiere le loro facili e inesorabili vendette e cuja versão em inglês de Williamson (1959, p. 127) assim soa (...) so that many died from the blows, and many as they fled were trampled to death by their friends. Assim terminou ingloriamente a contenda entre os dois irmão Ircano e Aristóbulo. O grande vencedor entre todos foi Antipatro que continuou a ser a sombra de Hircano, sem o título de Rei, mas que fora nomeado Sumo-Sacerdote e Etnarca, enquanto a sua Etnarquia passou a ser controlada pelo Regente*

romano da Síria, a quem deveria pagar tributo, pelo menos a partir do ano 63 a. C. (Ricciotti, Idem, p. 359)

Os sequazes de Aristóbulo não desarmaram após a catástrofe de 63. A ocasião proporcionou-se-lhes cerca do ano 58, quando Alexandre, primeiro filho de Aristóbulo, se apresentou na Judeia, vindo de Roma, para onde tinha fugido. Conseguiu reorganizar um efectivo de 10.000 infantes e 1500 cavaleiros com os quais foi conquistando os centros que lhe eram mais favoráveis, nomeadamente as fortalezas de *Iranion*, *Alexandreion* e *Macheronte* (Ricciotti, idem, p. 361). O procônsul Gabínio enviou contra ele Marco António (o futuro *triúnviro*) que tomou as três fortalezas com a intervenção da mãe de Alexandre que era bem vista pelos romanos. Entretanto Gabínio dividiu o território em 5 distritos (*sundoi* ou *sunédria*) que ficaram a ser governados por 5 magistrados judeus: a Alta Judeia com a capital em Jerusalém; a Baixa Judeia com a capital em Gezer; a Transjordânia do Norte com capital *Amathus Gazara*; a Transjordânia do Sul, com capital em Jericó; Galileia com capital em *Sefforis* ou Cesareia no tempo de Cristo, como se depreende de Ricciotti (Idem, p. 362) que refere o testemunho das Antiguidades Judaicas (XIV, 5,4) e de Williamson (1959, p. 138 e Ricciotti, Idem, p.). Evidentemente, a razão desta divisão não foi apenas a de facilitar a recolha dos impostos, mas foi, sobretudo, para esquartejar o país em pequenos territórios cujo controlo passaria a ser mais eficaz.

Em 56 a. C., o próprio Aristóbulo, irmão de João Hircano, fugiu de Roma e voltou à Judeia. Encontrando aí sequazes, sublevou-se contra os romanos que o derrotaram, vendo-se ele obrigado a refugiar-se na fortaleza de *Macheronte*, onde foi preso, de novo, e recambiado para Roma, sob as ordens de Gabínio.

Alexandre tentou de novo vingar a derrota de seu pai e, enquanto Gabínio se encontrava no Egipto, numa expedição contra Ptolomeu XI Auleta, organizou um exército com o qual infligiu a morte a muitos romanos, sitiando muitos outros no monte Garizim, onde procuraram protecção. Quando Gabínio regressou à Judeia e, encontrando esta em plena revolta, viu-se obrigado a vencer os que cercavam o Monte Garizim para libertar os reféns romanos e pró-romanos.

O ódio contra os estrangeiros (neste caso os romanos) crescia cada vez mais e a vontade de os desalojar da Terra de Yahvé era cada vez mais feroz. Por volta do ano 53 a. C.

apareceu um certo *Pitolao*, sem nome nem pergaminhos, mas que tinha sido sequaz de Aristóbulo, que aproveitou a ocasião dos Partos terem vencido os Romanos em algumas escaramuças e tentarem conquistar a província do Oriente, para se revoltar na Judeia contra os romanos. Porém esta rebelião foi afogada em sangue, à mistura com o de Pitolao, vindo a beneficiar economicamente desta situação o próprio Procônsul, *Cássius Longinus*, que arrecadou o preço dos 30.000 Judeus que foram vendidos nas praças públicas.

### **1.2.8 - 2º Período romano: de Cássius Longinus, (53 a. C.) a Calígula (41 d. C.)**

Daí em diante o ódio contra os conquistadores jazia latente dentro do coração de cada judeu, como o fogo de um vulcão adormecido. Só faltava a ocasião propícia para rebentar e espalhar as suas lavas sobre as tropas invasoras e/ou sobre espaços apetecidos. As guerras foram fundamentalmente internas, por exemplo, entre Antígono e Herodes, na conquista do trono da Judeia. Este último assediou Jerusalém, onde se encontrava Antígono, com a ajuda de muitos nacionalistas rebeldes e com tropas do próprio Antígono. Na Primavera do ano 37, *Sosius* veio, com o seu numeroso exército, em auxílio de Herodes. Nas *Antiguidade Judaicas*, Flavius Josephus fala em 11 legiões e 6000 cavaleiros, para além das tropas auxiliares como era hábito. Este número, porém, parece exagerado. Após três meses de cerco a cidade rendeu-se, sendo Antígono decapitado, a pedido de Herodes (Ricciotti, Idem, p. 376).

Trata-se de Herodes, nascido em Jericó, na *Judeia*, filho mais jovem de Antipas e Rei da Judeia entre os anos 37 e 04 a. C.). Após a sua morte, ocorrida no ano 4 antes de Cristo, o seu reino foi dividido entre três dos seus filhos: Herodes Antipas que ficou com a Galileia e o lado oriental do Jordão ou *Pereia* (04 a.C. - 34 d. C.), ficando com o título de Tetrarca; Filipe que ficou Tetrarca das Colinas do *Golan*, no nordeste, ou seja Tetrarca de *Ituréia* e *Traconítide* [era casado com Herodíades, que o abandonou para viver com Herodes Antipas (Mt 14,3)] e governou entre os anos 04 a. C. e 40 d. C.; e Arquelau que se tornou Etnarca (líder nacional) da Samaria e da Judeia entre os anos 04 a. C. e 06 d. C.

A Herodes, que foi considerado um bom político, coube a honra da construção do novo Templo de Jerusalém, cujos inícios datam dos anos 20-10 a. C., isto é, no 18º ano do seu reinado e que foi terminado nove anos e meio depois, o que não quer dizer que não

tenham ficado por fazer algumas coisas como é recordado pelo evangelista São João (cap. 2, 20). Com efeito esse templo só veio a ser completamente terminado no tempo de Albino (62-64 d. C.), isto é, seis anos antes da sua total destruição, durante a revolta de 66 -70 d. C., pelos soldados romanos, embora isso tivesse acontecido contra a vontade do seu comandante, Tito (Ricciotti, Idem, p. 399).

Segundo o costume romano, procedia-se ciclicamente a recenseamentos nas várias províncias romanas, entre os quais estão, por exemplo o da Galileia (ano 28 a.C.), o de Espanha e Egipto e, segundo o papiro de Emílio II, o da *Apamea* de Síria (cf Tácito, *Annal.*, I, 11). Todos estes eram análogos àquele que se fazia em Roma a todos os *cidadãos Romanos*. O próprio Augusto, no seu *Monumentum Ancyranum*, afirma que o fez ele próprio três vezes: nos anos 28 e 8 a. C. e no ano 14 d.C.. Assim sendo, é muito plausível que o recenseamento de que fala o Evangelho segundo São Lucas (cap. 2, 1-5), aplicado à Judeia tenha ocorrido entre os anos 6 e 7 d. C. Como José pertencia à casa de David, teve de vir recensear-se a Jerusalém (Ricciotti, Idem, p. 435).

Os Judeus, entretanto, não deixavam escapar nenhuma ocasião que se mostrasse propícia para se manifestarem contra os Romanos ou de os envolverem nos assuntos que trouxessem algum odioso. Assim aconteceu, por exemplo, com a prisão de Jesus de Nazaré em cuja condenação e morte implicaram o então Procurador, Pilatos (26-36 d. C.) e onde este manifestou claramente a sua antipatia e ódio contra aqueles. A ameaça de o denunciarem a César e de ele não ser amigo deste pesou na sua decisão *criticida*.

A Pôncio Pilatos sucedeu Marcelo (36-37) e, a este, Marullo (37-41), contemporâneos de Calígula como imperador (pois, embora Calígula tivesse nascido no ano 12, foi imperador apenas entre 37 e 41, ano em que foi assassinado pela guarda pretoriana). O seu verdadeiro nome era *Gaius Caesar Germanicus* mas ficou conhecido por Calígula, o *botinhas*, por andar, enquanto pequeno, atrás do pai com as sandálias (*caligae*) militares. Ora foi contra este imperador — um autêntico maníaco, pois se arvorou de divino, impondo o seu culto em todo o império — que se revoltaram os Judeus da Judeia, começando por se negarem a prestar esse culto imperial e idolátrico, o que lhes acarretou uma enxurrada de desastrosos problemas (Idem, p. 443).

As primeiras insurreições deram-se entre os judeus de Alexandria, devido à colocação da estátua de Calígula nas sinagogas dessa cidade. Tendo tal atitude por um sacrilégio,

eles não se quiseram sujeitar a esse culto. Em consequência foram declarados estrangeiros, perderam todos os seus antigos privilégios, foram expulsos de suas casas e obrigados a dormir ao relento, nas encostas do quinto quarteirão. Não bastando este vexame, foram espoliados dos seus bens e 400 das suas casas fora saqueadas, enquanto os seus barcos eram destroçados no porto. Houve inclusive quem atentasse contra a vida de muitos e chegassem a flagelar, em público, 38 membros da *Gerusía* local (um dos órgãos de governo da antiga Esparta) e a obrigar muitas mulheres a comer carne de porco. Repetia-se o que acontecera com Antíoco, o Epífanês, que profanou, igualmente, o Templo no ano 167 a. C. e contra o qual se levantaram os Macabeus, como já vimos anteriormente (Ricciotti, 1964, II, pp, 444-445 e 284). Quanto à colocação da estátua do imperador no Templo de Jerusalém foi sendo adiada e, com a sua morte, em 41, não se falou mais dela.

### **1.2.9 - 3º Período romano: De Vespasiano a Tito (66-70 d.C.).**

Nos anos 66-70 (d. C). estalou novamente a guerra entre Romanos e Judeus, com a consequente diáspora destes últimos pelos diversos países circunvizinhos, sobretudo pelos territórios que faziam parte do império romano. Ricciotti (Idem. p. 496) assinala que, a exemplo das deportações siro-babilonesas, Vespasiano deixou em Jerusalém Tito, seu filho, a fim de terminar a guerra contra os Judeus. Este ordenou a concentração das legiões romanas à volta de Jerusalém, deixando entrar todos os peregrinos da diáspora que, por todos os lados, acorriam à cidade para a festa da Páscoa que nesse ano tinha lugar no dia 14 do mês de *Nisan*. Eis como Ricciotti descreve a disposição das legiões:

*Poichè l'attacco alla città doveva farsi per la solita ragione dal nord, Tito concentrò qui il forte dell'esercito. Sul monte Scopus, che domina Gerusalemme da settentrione, fece accampare le Legioni XII e XV, e poco dietro ad esse anche la V; mentre si ponevano gli accampamenti, giunse la X dalla strada di Gerico, e Tito la fece accampare sul versante nord-ovest del Monte degli Olivi.*

Mas enquanto esta legião tomava as suas posições foi atacada, violentamente, por um grupo de Judeus, pondo-a em sério perigo. Tito acorreu em seu auxílio, rechaçando-os no Vale do *Cedron*. Mas, no próprio dia da Páscoa, alguns judeus extremistas formaram três grupos. Num deles, liderado por *Giovanni Ghischala*, vestiram-se de peregrinos e entraram no templo armados, enquanto os dos outros ficaram na cidade. Os primeiros, depois de entrarem no templo, pegaram nas armas e apoderaram-se do templo, fazendo

dele um lugar de refúgio e de cidadela e transformando todos os peregrinos que aí se encontravam em reféns.

Entretanto Tito apertava o cerco e parlamentava com os assediados, através da diplomacia de *Flavius Josephus*, agora ao serviço dos Romanos. Os dois grupos comandados por *Giovanni Ghischala* e *Simone Bar Ghiora* lutavam, lado a lado. Tendo a balística romana começado a funcionar, amontoaram-se corpos despedaçados pela sua projecção e força. Depois de 15 dias de luta feroz abre-se uma brecha nos muros, por onde entraram os Romanos que se apoderaram do Terceiro Muro e do quarteirão *Bezetha*, no dia 7 do mês Artemísios.

Cinco dias depois, Tito consegue apoderar-se do Segundo Muro, penetrando na cidade através das brechas. No 1º do mês de Laos (6 de Agosto) do ano 7º d. C.) deflagrou um violento incêndio na porta que abria caminho em direcção ao interior do Templo. Na manhã do dia seguinte os soldados romanos ainda combatiam o incêndio que se estendia já ao pórtico. Tito veio em auxílio e conseguiu que os judeus se retirassem. Mas, uma vez que Tito deixou esse local, os judeus regressaram à luta contra os soldados que continuavam a tentar apagar o fogo.

Finalmente, na perseguição que moveram aos judeus refugiados no templo, um dos soldados, por inadvertência ou por descuido, pegou o fogo à janela dourada que dava para os apartamentos que circundavam o Santuário. Como tudo, ali, era de madeira velha, seca e inflamável, o incêndio propagou-se rapidamente e tornou-se incontrolável. Tito correu e deu ordem para que o incêndio fosse extinto mas os soldados, que estavam habituados a ver nas chamas altíssimas o sinal da vitória, no meio daquela confusão geral, em vez de apagarem o incêndio ataçaram-no ainda mais. Nesse momento começou, então, a matança dos judeus que não conseguiam fugir. Tito, vendo que era inútil a tentativa de salvar o Templo e o seu Santuário, preocupou-se em salvar o que era possível (vasos e objectos de ouro e prata, etc.) e entrou no Santo dos Santos, causando, entre os judeus, uma consternação profunda visto que, para eles, isso constituía uma autêntica profanação (Ricciotti, Idem pp. 513-514) e o sinal do fim do Reino e deles, como Povo.

Na refrega da batalha os romanos incendiaram o resto do pórtico que ainda ficara ileso e onde se tinham refugiado 6000 pessoas e perseguiram João de Ghischala que, tendo

saído do Templo, se refugiara na cidade. Na sua passagem, furiosa e sedenta de sangue, os soldados romanos arrasavam e saqueavam tudo por onde passavam. Nos 5 meses que durou o assédio a Jerusalém, morreu para cima de 1 100 000 (um milhão e cem mil) pessoas e, dos restantes, 97 000 foram feitos prisioneiros (segundo *Flavius Josephus* (*Guerra Iudaica*. VI, 9, 3). Na tradução inglesa, feita por Williamson (1959, p.337), lê-se o seguinte:

*All the prisoners from beginning to end of the war totalled 97,000; those who perished in the long siege 1, 100, 000. of these, the majority were Jews by race but not Jerusalem citizens: they had come together from the whole country for the Feast of Unleavened Bread and had suddenly been caught up in the war, so that first the over-crowding meant death by pestilence, and later hunger took a heavier toll.*

Para Ricciotti (1964, II, pp. 513-514), se o segundo número parece verosímil, o primeiro parece exagerado e apresenta o testemunho de Tácito (*Hist.*, V, 13) que dá a cifra de 6 000 apenas, para os judeus assediados em Jerusalém.

Após a guerra, a Judeia não ficou completamente despovoada, embora muitos tivessem sido os que foram habitar outras paragens incluídas no Império romano. O próprio Ricciotti (idem, p. 523) escreve que *é supérfluo far rilevare che dopo la catástrofe del 70 La Giudea non era diventata un deserto, como non era diventata tale dopo la catástrofe del 586 a. C.* (cf. p. 74-76, Parag, 57 do mesmo Vol. II). No entanto, a vida tornou-se mais dura para a maior parte dos que ficaram.

#### **1.2.10 - 4º Período Romano: de Trajano a Adriano (115 -135)**

As feridas abertas por este revés ficaram bem gravadas em todos os judeus, tanto da palestina, como da diáspora — que era muito numerosa e poderosa na Mesopotâmia e África, Alexandria e Egipto — e como era costume, segundo a lei do Talião, a desforra era procurada. Assim, entre os anos 115-116, rebentou uma nova revolta contra os Romanos, movida pelos judeus da Mesopotâmia e da região do Rio *Tigris* até *Cirene*, vindo juntar-se-lhes os da Alexandria, do Egipto, de Chipre e os judeus da Palestina. Trajano acabou por reprimir esta revolta pouco depois do ano 117 (Ricciotti, 1964, pp. 524-528).

Os ânimos dos judeus continuaram, no entanto, sedentos de vingança e espreitavam a todo o momento a oportunidade para novos confrontos. Com a morte de Trajano,



ocorrida a 08 de Agosto de 117, sucede-lhe Élio Adriano. A situação, que entretanto se manteve periclitante, reacendeu-se por volta do ano 132. Os Judeus foram, então, comandados por *Bar-Kokhebhãh* (מרד בר כוכבא) que, auxiliado pelos judeus da diáspora, combateu tenazmente, conseguindo libertar Jerusalém, começar a reconstrução do templo e cunhar moeda própria. Por meados do ano 135, depois de *Bar-kokhebhãh* ter sido morto na fortaleza de *Bethar*, a cerca de 12 km a sul de Jerusalém, os judeus viram-se completamente destroçados. Com cerca de 580.000 mortos em batalha, com muitos mais devido às dificuldades da guerra e com a multidão dos escravos que eram vendidos ao mesmo preço que um cavalo, Jerusalém e toda a Judeia tornou-se quase um deserto, sendo bem verdadeiras as palavras com que Ricciotti termina a sua História de Israel: *Da quel giorno i Giudei hanno avuto per città il mondo intero, e per Tempio il proprio cuore* (Desse dia em diante os Judeus têm tido, por cidade, o mundo inteiro e por Templo o próprio coração) (Idem, pp. 528-539).

Assim, mais uma vez, os chefes romanos estavam a proporcionar várias diásporas e a abrir caminhos ao multiculturalismo e correspondente interculturalismo, bem como a preparar novos terrenos para a sua repetição numa cadeia desde então quase ininterrupta, não só na Europa como, também, em todos os continentes e países com ela relacionados, até que, de novo, foi criado o Estado de Israel, em 1948, na sequência da II Guerra Mundial.

### 1.3 - Diásporas Judias à chegada de Cristo

Bernardino Llorca (1960, pp. 22-24) dá-nos uma panorâmica do mundo judeu: dados históricos, instituições e dispersão no tempo em que Jesus de Nazaré nasceu. Dele retivemos as ideias que se relacionam principalmente com a sua dispersão através dos tempos e lugares e das suas implicações, relativamente não só à sua inserção nas culturas dos povos onde se refugiaram, como também à novidade cultural que eles próprios deram a conhecer a esses mesmos que os acolheram.

Ao referir-se ao cativo de Níneve e Babilónia, diz que, devido a isso, *os judeus entraram em contacto com outros povos, e, mesmo depois de concedida a liberdade, muitos continuaram ali formando nutridas colónias judaicas.*

Relativamente ao seu desenvolvimento sócio-político e religioso-cultural adianta que:

*(...) estas colónias da Mesopotâmia foram-se consolidando e aumentando rapidamente (...) no tempo de Alexandre Magno e de seus sucessores se espalharam pelo Egipto, sobretudo em Alexandria (...) no momento da vinda de Cristo, Alexandria era um centro judeu de primeira ordem que contava uns 200.000 que dispunham duma riqueza que os fazia senhores de toda a indústria, e possuíam uma cultura extraordinária.*

Alargando os horizontes, refere-se igualmente às colónias judias de *Damasco, Esmirna, Corinto e cidades mais importantes do Oriente*, considerando-as tão importantes e ricas como as anteriores.

Passando ao Ocidente, admite que, também ali, se encontrava *alguma coisa de semelhante, dizendo que em Roma, no tempo de Tibério, havia 150000 judeus que formavam um ghetto especial do outro lado do Tibre.*

Passando às comunidades judaicas de outras partes da Europa Ocidental diz: *Sabemos também que existiam colónias judaicas nas Gálias e na Península Hispânica.* Como nota explicativa serve-se do testemunho de Harnack (*Mission*, 1904-1905, 2ª ed., I, 4 s), que calcula os judeus da diáspora seis vezes mais numerosos do que os judeus que viviam na Palestina e que o *Estado Romano usava com eles de absoluta tolerância*, pelo que eles se encontravam organizados em *mini-estados*, à frente dos quais havia uma *hierarquia própria* e gozavam do *livre exercício da sua religião*.

Quanto às influências que todas essas comunidades tiveram sobre o mundo que os rodeava, refere dois efeitos complexos.

1º. Centro cultural Alexandrino - Deste centro irradiou uma cultura que influenciou o mundo conhecido, nomeadamente:

- a) a partir da fusão do judaísmo com o helenismo surgiu uma ideologia especial, formada a partir dessa fusão, e cujo porta-voz foi Filão, um judeu de Alexandria, contemporâneo de Jesus de Nazaré;
- b) a partir das ideias de Platão e dos Estóicos formou-se um conceito de um Deus destituído de todo o contacto com a matéria;
- c) surgiu a necessidade da existência de intermediários entre o homem e essa divindade imaterial, dos quais o principal é o *Logos* ou *Verbo*;
- d) devido a esta doutrina a filosofia de Filão serviu de fundamento ao gnosticismo;

2º. A influência benéfica sobre o meio pagão que os rodeava o que se operava quer pela angariação de novos prosélitos, através dos quais difundiram o monoteísmo, quer pela preparação do terreno para a difusão do cristianismo, pois foi entre eles que os Apóstolos recrutaram a maior parte dos primeiros cristãos.

Toda esta multifacetada dispersão judia, multiplicada e enriquecida no tempo e no espaço, não é outra coisa senão a multiplicação de grupos minoritários que, na sina dos seus vaivéns e através dos tempos e da história dos povos, participaram no fenómeno do multiculturalismo que, por sua vez, originou forçosamente a interculturalidade, mesmo quando esta e aquele eram impugnados por forças adversas.

Por outro lado, o teólogo alemão Adolf von Harnack que viveu entre os anos 1851 e 1930, na sua obra, que foi vasta, e sobretudo no livro que escreveu em 1902 *Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, traduzido para Inglês em dois volumes, em 1904-1905, com o título de *The Mission and Expansion of Christianity in the First Three Centuries*, acentuou a influência que teve a Filosofia Helenística, não só nos Escritos do Novo Testamento como, também nos Escritores Cristãos dos três primeiros séculos. Desta opinião são:

- Andrew Irvine, (1996) no seu artigo *Adolf von Harnack (1851-1930)* [Online]. [Consut. 07.07.08]. Disponível em: [http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses/mwt/dictionary/mwt\\_themes\\_680\\_harnack.htm](http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses/mwt/dictionary/mwt_themes_680_harnack.htm);
- Slavica Jakelic (1998) também num artigo do mesmo nome com Adolf von Harnack (1851-1930), in *The Boston Collaborative Encyclopaedia of Modern Western Theology* [online]. [Consut.07.07.08]. Disponível em: [http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses/mwt/dictionary/mwt\\_themes\\_680\\_harnack.htm](http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses/mwt/dictionary/mwt_themes_680_harnack.htm);
- Echol Lee Nix, Jr., (2000) com Adolf von Harnack: A Critical Study, in *The Boston Collaborative Encyclopaedia of Modern Western Theology*. [Online]. (Consult. 07-07-08]. Disponível em [http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses mwt/dictionary/ mwt\\_themes\\_680\\_harnack.htm](http://people.bu.edu/~wwildman/WeirdWildWeb/courses/mwt/dictionary/mwt_themes_680_harnack.htm).

## 1.4 - Particularidade dos Judeus da Europa do I - XVI séculos

### 1.4.1 - De Tibério Cláudio (41 - 55) a Philostratus (c.170-c.247)

S. Lucas, nos seus Actos dos Apóstolos (cap. 18, vv 1-2), ao notificar que Paulo partira de Atenas para Corinto, diz que ele se juntara a um judeu de nome *Áquila*, natural do Ponto, e de sua esposa *Priscila* que tinham acabado de chegar da Itália *pelo motivo de Cláudio ter mandado sair de Roma todos os Judeus* (Bíblia Sagrada. Português, Soares, 1964, pp. 1336-1337).

Este texto acentua um novo elemento ou nova característica na história das diásporas judias: a perseguição. Suetónio em a *A Vida dos Doze Césares*, que inclui a vida e obras dos 12 imperadores romanos (Júlio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Otto, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano), ao descrever a perseguição e o tempo do imperador romano Cláudio, é disso testemunha fidedigna. Ao falar de Tibério Cláudio nessa obra, publicada no ano 120 d.C., diz: *Como os judeus estavam constantemente causando distúrbios por instigação de Crestus, ele (Tibério Cláudio) os expulsou de Roma*. Ora, esta perseguição é colocada no ano 19 d. C., segundo um artigo *Anti-Semitism*, editado por Katter Publishing House, Jerusalem, em 1974, [online] [Consult. 08-07-08], disponível em <http://br.geocities.com/hunter777br/>, o que é de todo plausível, visto que esse imperador geriu os destinos de Roma desde 16 de Novembro de 42 a.C. até 16 de Março do ano 37 d.C..

Consta igualmente que os judeus, entre os anos 20 e 45 d. C., devido à sua religião e cultura, foram insultados por Apião de Alexandria nos seus cinco livros da *História Egípcia*, que, aliás, se perderam. Restam-nos, contudo, 4 parágrafos na obra *Historiae* (5.2-5) de Públio Cornélio Tácito (55-120) que Kenneth Wellesley [online]. [Consult. 07-07-08]. Disponível em, <http://www.livius.org/am-ao/antisemitism/antisemitism-t.html>. traduziu para inglês e publicou em *Ancient Warfare Magazine*, sob o título *Tacitus on the Jews* e que nós, em vez de reproduzirmos integralmente, os resumimos por nossa próprias palavras:

- O número 2 refere a origem dos judeus do Egipto como sendo Creta e fala de um seu ancestral chamado *Solymi*, mencionado na épica de

Homero; este não só deu o nome à sua tribo, como também descobriu a cidade que chamou *Jerusalém*, seguindo o seu próprio nome.

- O nº 3 fala das pragas que afligiram o Egito e da consulta que o Faraó *Bocchoris* procurou junto do oráculo *Hammon*, o qual lhe ordenou a expulsão dos judeus para o deserto; os exilados foram conduzidos por um deles, chamado Moisés, que induziu os seus companheiros a esperarem auxílio do seu Deus; este conduziu-os através das águas do mar, submergindo os seus perseguidores; através de Moisés, Deus deu-lhes comida, água; andaram pelo deserto seis dias sem descansar e, ao sétimo dia, expulsaram de *Canaan* os anteriores habitantes, tomando conta da sua Terra, onde construíram a cidade santa e o templo.
- O nº 4 fala da maneira como Moisés legislou para governar esse povo. Tácito diz que a nova religião introduzida por Moisés era diferente do resto das religiões conhecidas; para os judeus é profano o que para os outros é sagrado; têm como permitido o que a nós parece imoral; na parte mais recôndita do templo consagraram uma imagem do animal que os libertou no deserto, escolhendo o burro para sacrifício para, ao que parece, desprezarem *Hammon*; o touro é também sacrificado, porque os Egípcios o adoram sob o nome de *Apis*; não comem carne de porco em memória das tribulações que sofreram e da doença com que foram infectados no deserto e à qual o porco está sujeito (trata-se da lepra); eles jejuam e comem pão sem fermento; a sedução do deserto levou-os a gostarem da indolência.
- O nº 5 diz que as observâncias judias são sancionadas pela sua antiguidade, mas há muitas práticas que são sinistras e revoltantes; dão-se à caridade e ao auxílio e lealdade aos irmãos judeus. Introduziram a prática da circuncisão para mostrarem que são diferentes dos outros; consideram pecado mortal matar uma criança não desejada e acreditam que a vida eterna é dada àqueles que morrem na batalha ou por execução; enquanto os egípcios adoram uma variedade de animais ou seres meio-humanos, meio-animais, os judeus confessam um monoteísmo puro e espiritual e consideram ímpio fazer ídolos de

materiais perecíveis, à imagem do homem; para eles o Altíssimo é Eterno e não pode ser moldado por mãos humanas e nunca perece; quanto aos sacerdotes, este exercem as suas funções coroados de gerânio e entre cantos acompanhados à flauta; foi encontrado vinho dourado no templo o que levou alguns a imaginar que o deus aí adorado era o *Príncipe Liber*, o conquistador do Oriente; Tácito, porém, termina dizendo que os dois cultos são diametralmente opostos e que se o *Príncipe Liber* fundou um culto festivo e alegre, as crenças dos judeus são paradoxais e degradantes.

Também no mundo greco-romano os judeus eram olhados com desdém e considerados estranhos e diferentes do resto da humanidade. Esta ideia é bem expressa por *Philostratus* (170 - c.244), também conhecido por *Philostratus*, o *Ateniense* ou simplesmente por o *Ateniense*, que os critica duramente com estas palavras aduzidas por Jona Lendering num artigo sobre o *Antisemitismo* que publicou em *Ancient Warfare Magazine*:

*For the Jews have long been in revolt [...] against humanity; and a race that has made its own a life apart and irreconcilable, that cannot share with the rest of mankind in the pleasures of the table nor join in their libations or prayers or sacrifices, are separated from ourselves by a greater gulf than divides us from Susa or Bactra or the more distant Indies.*

*[Philostratus, Life of Apollonius of Tyana 5.33; Tradução de F.C. Conybeare [Online]. [Consult. 22-04-08]. Disponível em <http://www.livius.org/amao/antisemitism/antisemitism02.html>.*

Lendering adverte, porém, que, se estas palavras não representam necessariamente a opinião de *Lucius Flavius Philostratus* (c.170-c.247), elas constituem provavelmente a expressão mais forte da Judeofobia greco-romana na Antiguidade e que apresentam uma visão diferente — embora compatível — com a de Adolf von Harnack, cujo testemunho nos deixou Llorca no lugar já citado.

#### **1.4.2 - Perseguições cristãs: de 468 à bula de Gregório IX, em 1231**

Em 468 dá-se a perseguição aos judeus da Polónia [Online]. [Consult. 04-07-08]. Disponível em <http://br.geocities.com/hunter777br/>. Em 470 a perseguição surge em Babilónia e em 628 são expulsos do reino franco por Dagoberto I (623-629), um dos reis da dinastia franca salina que governou os francos (grosso modo a antiga Gália) de

meados do século V a meados do século VIII, o qual origina a dispersão dos judeus por países mais acolhedores e compreensivos.

Vêm depois, entre 535 e 553, as leis anti-judaicas de Justiniano; em 632, o baptismo forçado imposto por *Heraclius*, imperador bizantino, e a formulação da doutrina oficial da Igreja na conversão dos judeus em Espanha (precisamente nesse mesmo ano); a imposição feita ao Concílio de Toledo pelo rei visigodo *Chintila* para que os Bispos proclamassem que só os católicos poderiam viver na Espanha. Tal política coloca a religião judia na ilegalidade e os judeus, conseqüentemente, no estado de escravos, com a perda dos seus bens, levando muitos a abandonarem o país (*Ibidem*).

Daí em diante a vida dos judeus tornou-se cada vez mais periclitante. Assim Henrique II expulsa os judeus de Mainz, em 1012, devido às perseguições que lhes foram movidas na Alemanha; entre 1096 dá-se o massacre dos judeus de Rhineland, perpetrado pela primeira Cruzada enquanto, em 1144, em Norwich (Inglaterra), surge o primeiro libelo racista e, em Rhineland em 1146 levantam manifestações anti-judaicas, por alturas da segunda Cruzada (*Ibidem*).

Este exemplo é seguido tanto em França, sob o reinado de Filipe Augusto que em 1182 expulsou os judeus do seu reino e confiscou os seus bens, como em York, Inglaterra, em 1190, onde as manifestações anti-judaicas se propagaram pela cidade como rastilho em estopa seca e estendida ao sol (*Ibidem*).

Por parte da Igreja católica, no III Concílio de Latrão (*Concilium Oecumenicum XI*) em 1179, recomendou-se a actividade inquisitorial do episcopado e várias coroas iniciaram actividades militares contra os principais focos de difusão de doutrinas não autorizadas (Denzinger, 1967, p. 240, na introdução) e no Concílio de Verona, realizado entre 1181-1185, numa das sessões de 1184 (Denzinger, 1967, p. 242, nnº 760-761), foi criado um regimento especial para os bispos considerados *inquisidores ordinários*, com a incumbência de visitarem, duas vezes por ano, os focos de heresia que se encontrassem dentro das suas respectivas dioceses. Em 1215, no IV Concílio de Latrão (*Concilium Oecumenicum XII*), decreta-se que os judeus usassem os seus distintivos para serem diferenciados dos cristãos.

E em 1216, o papa Inocêncio III concedeu a S. Domingos de Gusmão (Dominicano) a

presidência de um tribunal especial, com sede em Toulouse, incumbindo-o de estabelecer uma Inquisição cujos fundamentos poderia encontrar não só nos dois Concílios de Latrão (no de 1179 e no de 1215) como, também, no de Verona de 1184.

A estrutura definitiva da Inquisição foi delineada no Concílio de Toulouse, em 1229 (Ibidem), vindo a consolidar-se pela bula papal de Gregório IX, em 1231, vindo a estender-se rapidamente desta cidade a todos os reinos da Europa central, especialmente aos actuais territórios da França, Itália e Alemanha.

#### **1.4.3 - Consequências após a bula de Gregório IX em 1231**

Como consequência dela surgiram várias represálias, tais como o libelo racista em Fulda, na Alemanha (1235), a perseguição anti-judaica na França ocidental (1236), a controvérsia de Paris, com a resultante queima do Talmude em 1242, o Libelo racista em Lincoln, em Inglaterra (1255), a controvérsia de Barcelona (1263), a expulsão dos judeus de Inglaterra — que tem sido considerada a primeira grande expulsão dos judeus da Idade Média (1290) o massacre de milhares de judeus nas localidades do sul e centro da Alemanha, obra do alemão Rindfleisch (1298-1299), a expulsão dos judeus de França (1306), expulsão do reino de França (1321-1322 e 1394), perseguição na Francónia e na Alsácia por bandos de fora-da-lei alemães (1336-1339) [online]. [Consult. 22-04-08]. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>.

*As expulsões de Inglaterra e de França durante os séculos XIII e XIV proporcionaram o aumento populacional das comunidades peninsular e mediterrânica. As perseguições e conversões forçadas, sofridas pelos judeus da Catalunha, Aragão, Navarra e Castela, ao longo da centúria de Trezentos, obrigaram alguns deles a fugir para Portugal (Tavares, 1995, p. 343). No entanto, por força da carta de outorga, mouros e judeus possuíam, nesses tempos, o direito de erguer os seus lugares de culto, de praticá-lo livremente, sendo dirigido pelos seus ministros respectivos, de viverem cem conformidade com os seus próprios costumes e de terem as suas comunas e magistrados, por eles próprios eleitos, sujeitos, porém, ao poder central e representante do rei cristão (Idem, pp. 344-345).*

Ao falar dos *hebreus portugueses* Herculano (1982, Vol. I, pp. 57-58) dizia que estes



*(...) viviam como uma nação, de certo modo à parte, sendo regidos por um direito público (...) e um direito civil especiais, ao começar o último quartel do século XV, legislação que se encontra compilada no nosso primeiro código regular de leis pátrias, a Ordenação Afonsina. Viviam dentro das povoações em bairros apartados, conhecidos pelo nome de judarias ou judiarias, constituindo, aí, uma espécie de concelhos, chamados, em tempos mais remotos, comunidades e, depois, comunas.*

Também os mouros tinham uma organização semelhante, como se depreende destas palavras de Tavares (1995, p. 344): *Aljamas e comunas assemelhavam-se, na sua administração, ao concelho cristão. Os seus magistrados, os alcaides mouros ou os rabis judeus eram eleitos pelos respectivos correligionários da comunidade.*

Havia uma diferença entre ambos: enquanto os judeus tinham um seu representante na corte com as funções de corregedor e que normalmente era o *Rabino-mor*, os mouros não possuíam representante equivalente, sendo essas funções desempenhadas por um cristão. Tal diferença colocava a minoria moura num plano secundário, o que lhes parecia uma medida discriminatória, sobretudo quando se viam obrigados à mesma lei tributária, em ordem a poderem viver e a serem protegidos no país.

Em Portugal, assim como nos reinos vizinhos da Península Ibérica, estava-se a caminhar para um grande paradoxo histórico. Se, por um lado *com a reconquista cristã, judeus e mouros passaram a integrar o novo território da cristandade peninsular*, e, foram utilizados *no povoamento das novas terras conquistadas ao Islão*, segundo diz Tavares (1995, p. 341), por outro lado e apesar dos Reis cristãos os declararem como propriedade sua, *a verdade é que o estatuto jurídico-social dos dois povos (minoritários) se definia, em relação à sociedade maioritária, por conceitos opostos: integração/marginalização, liberdade/dependência. Ambos os grupos de antinomias se circunscreviam à ideia de tolerância para com o infiel, de modo a obter a sua integração por via da conversão ao cristianismo* (Ibidem). Ou seja: apesar dos reis cristãos necessitarem desses dois grupos minoritários para o alargamento e consolidação dos seus reinos, não lhes concediam o direito à cidadania, nem aos benefícios desta, antes, pelo contrário, os discriminavam e perseguiam.

E, por mais que esses grupos minoritários se sentissem da *Terra* ou do *País*, onde

nasceram e trabalhavam, onde já os seus pais e avós tiveram os mesmos sentimentos, era-lhes constantemente negado o direito de se sentirem integrados no seio da cristandade. É aqui que reside o paradoxo histórico. Nem sempre a necessidade, a naturalidade, a residência e o sentimento legitimam a igualdade de oportunidades e de direitos. Este paradoxo, porém, parece fundamentar-se na lei de talião que subjaz no espírito, nas leis e culturas dos três povos. Na verdade negação idêntica desses mesmos direitos tinha primeiramente sido feita pelos mouros em relação aos cristãos e quanto aos judeus, se o não negaram aos cristãos foi, talvez, porque nunca tiveram ocasião de o fazer, visto nunca terem estado em situação dominante. Mas em vez disso fizeram coisa pior. Foram eles que mataram Cristo, ficando na história com o labéu de *deicidas*, merecendo, por isso mesmo, o epíteto de *pérfidos judeus*. Assim aparecem discriminados na liturgia católica da adoração da Cruz na Quinta-feira Santa (Lefebvre, 1927, p. 680). Ambas essas atitudes foram tomadas e levadas ao extremo, de parte a parte, pela trágica intolerância religiosa e pelo fatídico desejo de querer, à fina força, instaurar e impor um perverso monoculturalismo e uma única religião sem se atender, nem à especificidade de cada grupo, nem à liberdade e dignidade de cada indivíduo.

#### 1.4.4 - Perseguições na Península Ibérica

Daí o ressurgir de animosidades, tanto na Península Ibérica, como na Alemanha. Em Portugal parece que as dificuldades começam em 1403, com a Lei contra a feitiçaria, promulgada por D. João I (Serrão, 1986, p. 67), enquanto, em Espanha, é publicada legislação opressiva contra os judeus entre 1411-1412, que deu origem, nos dois anos seguintes, tanto à *Controvérsia de Tortosa* em consequência das conversões forçadas e em massa impostas aos judeus, como aos massacres e conversões em Maiorca (1435), Córdoba e Valhadolide (1473) e em Segóvia (1474).

Por seu lado, na Alemanha, em 1452-1453, o franciscano italiano Frei João de Capistrano, com suas pregações virulentas, incita os cristãos a perseguirem e expulsarem os judeus das suas cidades (*Anti-Semitism*, Katter Publishing House, Jerusalem, 1974, ISBN 0 7065-1327 4) [Online]. [Consult. 22/04/08]. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>.

Neste frenesi anti-judaico, em 1 de Novembro de 1478, Sixto IV autorizou a constituição do tribunal da Inquisição por meio da Bula *Exigit Sincerae devotionis*

*affectus* (O afecto da sincera devoção exige...), com o intuito de combater toda a espécie de heresias daquele tempo, destacando-se o exercício dos feiticeiros, bruxas, prostitutas, homossexuais, filósofos e cientistas (que divergissem da sã doutrina católica) e principalmente, os judeus [online] [Consult. 18-04-08]. Disponível em <http://assisbrasil.org/inquisi/oficio.html> nível e em [http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com\\_content&task=view&id=34&Itemid=9](http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com_content&task=view&id=34&Itemid=9).

Seguindo o beneplácito da Igreja e do império espanhol, logo a 17 de Novembro de 1480, se instala um tribunal do Santo Ofício em Sevilha (Carrilho, 2007, [online] [Consult. 06 Nov. 2007]. Disponível em <http://assisbrasil.org/inquisi/oficio.html> nível) e, três anos depois, o dominicano Frei Tomás de Torquemada é nomeado Inquisidor Geral com autoridade sobre as regiões de Aragão, Catalunha e Valência, passando depois a ter jurisdição em toda a Espanha, ainda antes da unificação política. Este homem, odiado por muitos, levou um grande número à fogueira. Mas foi neste mesmo ano de 1483 que se deu a Expulsão dos judeus de Varsóvia (Ibidem).

Em 1490-1491 surge, na cidade espanhola *La Guardia* (Província de Toledo), o *Libelo de sangue* que se fundou na acusação contra os judeus, frequentemente repetida, de que eles raptavam e matavam crianças cristãs por ocasião de *Pêssach*, para usar seu sangue na confecção da *matar* que seria consumida na Páscoa (em *Pêssach*). Já no século XII, tinha surgido um libelo semelhante na Inglaterra com um menino chamado William de Norwich, que foi descrito na Crônica de Peterborough. O da cidade de La Guardia foi mais outro episódio, alegando-se que os judeus tinham morto um menino cristão para usarem o seu sangue nos rituais judaicos. Organizado o processo inquisitorial e divulgada a notícia entre o povo que se revoltou e massacrou muitos judeus, surgindo deste macabro acontecimento a proclamação da santidade desse pseudo-mártir que veio a ser considerado padroeiro dessa mesma cidade [Online] [Consult. 20/04/08] Disponível em <http://www.filologia.org.br/ivjnf/16.html>.

Este acontecimento parece ter servido de rastilho ao rebentamento da bomba guardada em Granada. Os reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, já senhores de Granada, intimam, então, os judeus espanhóis a converterem-se ao cristianismo ou a abandonarem o país, num prazo de quatro meses (Saraiva, 1979, p. 127). O seu Editto de 31 de Março de 1492 põe tudo em alvoroço (Herculano, 1982, Vol. I, pp. 53 e 66;

Serrão, 1986 p. 85). Devido a esta exigência, dezenas de milhares de judeus hispânicos foram expatriados, partindo para diversas paragens, quer do norte de África (Argel, Tunis, Turquia e Egipto), quer da Europa central e sobretudo para Portugal (Martins, 2006, Vol. I, pp. 88-89, 93), iniciando-se, aqui a grande diáspora dos judeus espanhóis. Este exemplo é imediatamente seguido na Sicília, em 1492-1493 e na Lituânia, em 1495, que os expulsam dos seus respectivos territórios (<http://br.geocities.com/hunter777br/>), vindo muitos deles a refugiar-se também em Portugal.

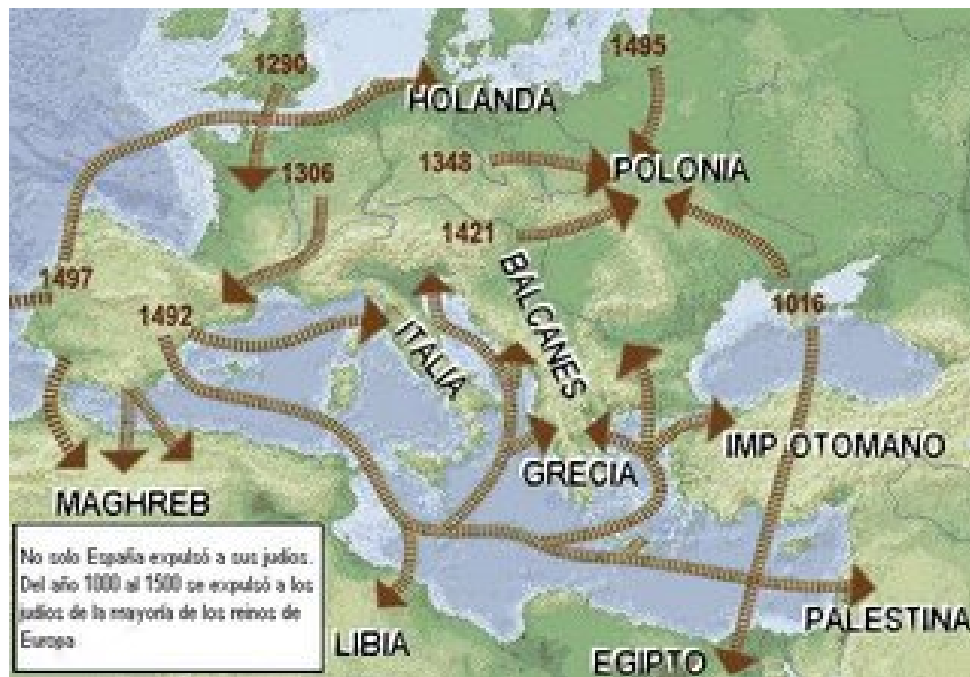
Conforme dados fornecidos pela Associação Brasileira dos Descendentes de Judeus da Inquisição (ABRADJIN, 2009: [http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?Option=com\\_content&task=view&id=16&Itemid=27](http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?Option=com_content&task=view&id=16&Itemid=27)), o destino dos judeus decorrente da expulsão de Espanha, assim se diversificou pelos países seguintes:

|                                         |         |
|-----------------------------------------|---------|
| Para a Turquia                          | 90.000  |
| Para a Holanda                          | 25.000  |
| Para Marrocos                           | 20.000  |
| Para a França                           | 10.000  |
| Para a Itália                           | 10.000  |
| Para a América do Norte                 | 5.000   |
| Para Portugal                           | 120.000 |
| Total                                   | 280.000 |
| Morreram procurando um lar              | 20.000  |
| Baptizaram-se e permaneceram na Espanha | 50.000  |

E os Locais fronteiriços que mais judeus viram passar de Espanha para Portugal foram:

|               |                |
|---------------|----------------|
| Bragança      | mais de 3.000  |
| Miranda       | " ..... 30.000 |
| Vilar Formoso | "..... 35.000  |
| Marvão        | "..... 15.000  |
| Elvas         | "..... 10.000  |

**Mapa 3: Expulsão dos judeus de Espanha após o Editto de Granada**



**Fonte:** Bruno Alcaraz Masáts [Online] [Consult. 18-12-2008] Disponível em <http://brunoalcaraz.blogspot.com/2004/12/el-decreto-de-la-alhambra-o-edicto-de.html>

D. João II (28 Agosto 1481-25 - Outubro 1495), no entanto, optou por aceitar os judeus vindos de Espanha, embora temporariamente e *a troco de altas quantias*, segundo Saraiva (Idem, p. 128). Mas como os refugiados eram uma verdadeira *invasão: cerca de cem mil, o rei autorizou-os, também mediante uma propina por cabeça, a ficarem oito meses em Portugal seguindo depois os seus destinos. Os que nada puderam pagar foram reduzidos a escravos* (Ibidem).

Quanto à saída de Portugal, a solução não era simples. Muitos dos exilados eram pobres e, mesmo que não o fossem, os espanhóis não os haviam deixado carregar suas riquezas. A Coroa portuguesa deveria necessariamente oferecer o transporte e não havia navios suficientes para que eles saíssem do Reino. Apesar das intenções do rei, muitos dos refugiados não quiseram sair, permanecendo, portanto, no País [Online] [consult. 06/ 11/ 07]. Disponível em <http://assisbrasil.org/inquisi/oficio.html>.

Como D. João II morre em 1495, fica o problema para seu filho, Dom Manuel I. Este, no início, em 1496 mostrou-se tolerante com os judeus, mas ciente das dificuldades e não vendo grandes vantagens em pugnar contra a maré vinda de Espanha, tanto da parte

da Coroa, como da parte do clero e do povo, depressa mudou de política em relação a este assunto. Além disso, devido às pretensões que tinha em unificar os reinos da Ibéria sob a sua égide, resolveu pedir em casamento a infanta D. Maria, filha terceira dos reis católicos de Espanha. No entanto para que a realização desse casamento pudesse ter lugar, os reis de Espanha exigiram de D. Manuel alguns requisitos, como: fazer parte da Liga contra a França, o que ele aceitou facilmente e *a expulsão, dentro de um mês, de todos os indivíduos de raça hebreia que, condenados pela Inquisição, tinham vindo buscar refúgio em Portugal* (Herculano, Vol. I, p. 71).

Daqui se infere que os judeus que eram abrangidos por esta cláusula eram os judeus espanhóis que haviam emigrado para Portugal. Esta imposição, porém, trazia uma pitada de veneno envolta numa carapaça de mel. Atrás desta imposição parcial viria a exigência de que também os judeus de Portugal viessem a ser perseguidos e expulsos, como o diz o mesmo Herculano: *Era a pretensão de Fernando e Isabel que se expulhassem os próprios naturais dos estados do futuro genro* (Idem, p. 71).

Impelido por essa exigência dos reis católicos de Aragão e Castela, D. Manuel I, em Dezembro de 1496, estabeleceu que o dia 31 de Outubro de 1497 seria a data limite de partida para todos os judeus e mouros livres que não aceitassem converter-se ao cristianismo (quer espanhóis, quer portugueses). Estes teriam, portanto, o prazo de dez meses para pensarem e repensarem e para decidirem entre a conversão ao cristianismo ou a saída de Portugal. A sua permanência sem a conversão tinha por consequência a morte (Serrão, 1986, p. 86). D. Manuel mandara que só no porto de Lisboa podiam embarcar os judeus e *tratou-se ocultamente de fazer com que ali faltassem não só navios suficientes, mas também os objectos necessários para eles se aparelharem e proverem* (Herculano (Idem, p. 75).

Ainda assim muitos foram aqueles que saíram de Portugal, buscando outras paragens, dando-se início à grande diáspora, ou, para usar os termos de Martins (2006, Vol I, p. 143), *à emigração dos judeus e criptojudeus portugueses* que veio a parar somente no século XVII, através das *leis de 25 de Maio de 1773 e de 15 de Dezembro de 1774*, pelas quais Pombal abolia a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, cuja origem era atribuída erradamente aos jesuítas (Martins, Ibidem).

Para aqueles que não haviam escolhido o exílio, D. Manuel resolveu o problema de

duas maneiras: em primeiro lugar *baptizar coercivamente os menores de 20 anos e, pouco depois, até mesmo os adultos que optassem por permanecer*, transformando-os em cristãos-novos durante os anos de 1496-1498; em segundo lugar, *declarou imputáveis por vinte anos os cristãos-novos que violassem as regras da sua nova fé (...)*, dando-lhes *um tempo providencial para que (...) se habituassem à sua nova vida* [Online] [Consult. 06 Nov. 2007] Disponível em <http://assisbrasil.org/inquisi/oficio.html>. As dificuldades recrudesçam e o número de hebreus aumentava, obrigando D. Manuel a agir drasticamente. Sem mesmo se ter completado o prazo de 20 anos, D. Manuel pede ao Papa, em 1515, para que estabelecesse a Inquisição em Portugal, o que só não aconteceu pelos maus resultados que se verificavam na vizinha Espanha, como ambos, então, reconheciam.

Esta viria a ser requerida por D. João III em 1525, através de D. Martinho de Portugal, repetindo a requisição em 1531, com a intercessão e iniciativa dos reis de Espanha, os mais interessados de que essa inquisição fosse instaurada nos moldes espanhóis. O Papa foi adiando, sobretudo devido ao desejo do rei português, de controlar o tribunal. Só em 1536, o Papa Paulo III, pela bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio, concedeu a instauração dum tribunal com 4 membros, sendo três escolhidos pelo papa e apenas um pelo rei.

Esta restrição, como era de esperar, não foi bem aceite pelo rei português e, além disso, o desfecho do estabelecimento desse tribunal não foi pacífico, nem sem escolhos. Primeiro, segundo nos conta Herculano (1982, Vol II, p. 88) *apesar de ser expedida a 23 de Maio, e das instâncias que faziam os agentes de D. João III e de Carlos V, a bula da Inquisição só se chegou a enviar nos meados de Julho* o que o autor comprova através da carta de Santiquatro de 20 de Julho de 1536, em Sousa, *Anais de D. João III*, p. 398; segundo, em represália à restrição de escolher apenas um membro do tribunal inquisitorial, D. João III nomeia o seu irmão, o Cardeal D. Henrique, Inquisidor Geral. Entre Portugal e o Vaticano as coisas agravaram-se: o núncio apostólico foi expulso e o seguinte foi impedido de entrar em Portugal. Chegou-se ao ponto de o rei português fazer a ameaça de provocar um cisma e envolver mesmo a coroa espanhola. Perante esta situação muito delicada, o papa terminou por confirmar a nomeação de D. Henrique, enquanto em 1547, sob a terceira ameaça de separação das igrejas, autorizava a instalação definitiva do tribunal da inquisição (Ibidem).

Segundo o mesmo autor (Idem, p.71) *A Bula de 23 de Maio de 1536 (Cum ad nihil magis) tinha mantido as disposições do breve de 12 de Outubro de 1535 e da bula de 7 de Abril de 1533: todos os crimes de heresia anteriores à data desse diploma ficavam cancelados e não era lícito fazê-los reviver.* Esta bula do papa Paulo III permitia a ação dos tribunais da Inquisição em Évora e Lisboa (Serrão, 1978, III Vol. p. 18; Assunção, 2007, p. 544; Martins, 2006, Vol. I, p. 73). Foi, talvez, por razão de controlo dos que se iriam baptizar e para auxiliar a investigação da Inquisição que foi tomada a resolução de haver em cada Igreja um livro em que assentem os baptizados e os finados (Serrão 1986, p. 100).

## **1.5 - Diáspora Judaico-Luso-Espanhola:**

### **1.5.1 - Encontro privilegiado de culturas**

Nestas circunstâncias, e a par com a procura /conquista de novos espaços, por força das armas, a diáspora judia portuguesa veio a aumentar sensivelmente, dando-se propriamente o primeiro grande passo para o estabelecimento do encontro transnacional e transcontinental de culturas que se, por um lado, começou por um choque, por outro lado passou insensivelmente e a longo prazo para um intercâmbio intercultural sob a égide de Portugal.

Foi gente pobre e humilde, foi gente dedicada ao grande negócio e à ciência, aqueles que partiram para o meio de novas culturas, levando a sua e a nossa, e assimilando a dos povos que os recebiam, como, por exemplo, o cientista *Abraham Zacuto* que, no tempo de D. Manuel I, foi para Tunis e Safim. Como este, muitos foram os judeus que partiram para Arzila, em 1553, por livre vontade de D. João III e, em 1544, para Ragusa (cidade e república costeira da Croácia, no extremo sul da Dalmácia), para Salónica (Grécia, conhecida também nos tempos bíblicos pelo nome grego de Θεσσαλονίκη: *Thessaloniki*), enquanto outros foram para as cidades italianas de Veneza, Bolonha, Nápoles, Florença, Ferrara, Ancona, Pisa e Livorno, segundo opinião de Martins (Ibidem). O mesmo aconteceu em Baiona, Biarritz, Saint Jean de Luz, Bordéus (França), em Amesterdão (Holanda), onde se celebrizou Baruch Espinosa (1632-1677). Via Holanda foram também, alguns, para a Alemanha, para Inglaterra e sobretudo para o Brasil.

A propósito do continente americano, sobretudo do Brasil como espaço de acolhimento



de milhares de judeus, criptojudeus e Marranos, temos o testemunho de Anita Novinsky que diz: *In the 16th and 17th centuries, Brazil was the real land of Promises for the banished people of Portugal. The majority of the exiled to Brazil were new-Christians accused of crypto-Judaism.* [Online]. [Consult. 06-11-07]. Disponível em <http://www.rumoa.tolerancia.fflch.usp.br/taxonomy/term/10?page=2>. Esta mesma autora, no mesmo artigo, diz que, segundo o economista Celso Furtado:

*200,000 to 500,000 Portuguese may have left Portugal in direction of the mines and a great part of them was Marranos. During the Dutch occupation of the Northeast of Bresil, there were more Jews in Recife than in Amsterdam ...*

e sintetiza o conceito de Marrano no binómio antinómico: *a secret Jew without being always a religious Jew.* Novinsky [Online]. [Consult. 06/11/07]. Disponível em <http://www.rumootolerancia.fflch.usp.br/taxonomy/term/10?page=2>.

Sobre este mesmo conceito, Unterman (1992, p.166) diz que se trata de um *nome em espanhol para judeus convertidos ao cristianismo que se mantiveram secretamente ligados ao judaísmo. A palavra tem conotação pejorativa geralmente aplicada a todos os criptojudeus, particularmente aos de origem ibérica.*

De facto, entre 1624 e 1654, chegaram muitos cristãos-novos à Baía, chegando a formar, entre 1638 e 1644, 10 a 20% da população branca da cidade. Já no ano de 1642 se tinham fixado em Pernambuco cerca de 600 judeus portugueses. Mas, devido à guerra e derrota dos holandeses de 1654, *os cerca de 5000 judaizantes tiveram que procurar novo exílio, regressando, uns, à Holanda, enquanto outros se dispersam pelas possessões da companhia Holandesa no continente americano, tais como: Guiana, Antilhas, Nova Amesterdão, (actual Nova Iorque) e, mais tarde, sobretudo a partir de 1773, em Filadélfia* (Martins, 2006, Vol I, pp. 144-151).

Doze anos depois do estabelecimento do Tribunal da Inquisição em Portugal, este é instituído em Roma, por Bula de 21 de Junho de 1542, sendo nomeados para o dirigir o Cardeal Carafa e o Cardeal de Burgos com mais 4 membros. Nesse mesmo ano é instituída em Lamego uma delegação do supremo tribunal para vigiar uma boa parte da sua população que era constituída por cristãos novos (Herculano, Vol. III, p. 63).

Com a inquisição a causar terror nas famílias hebreias em toda a Europa, inclusive na Alemanha, onde Martinho Lutero as ataca violentamente em 1544 (*Katter Publishing*

*House, Jerusalem* (2007), Paulo III manda suspender, a 22 de Setembro desse mesmo ano, a execução das sentenças do Santo Ofício (segundo a Cronologia Histórica da Etnia Judaica Ibero-Brasileira publicada on-line pela Associação Brasileira dos Descendentes de Judeus da Inquisição ([http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com\\_content&task=view&id=39&Itemid=29](http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=29)); a 15 de Junho de 1547, D. João III renova por mais três anos a proibição de os judeus cristãos-novos saírem do Reino; a 11 de Maio é concedido o segundo perdão geral e a 16 de Julho vem do Papa Paulo III a bula *Meditatis cordis*, que concede a D. João III o restabelecimento da Inquisição *nos moldes espanhóis* (Serrão, 1986, p. 103; Martins, 2006, Vol. I, pp. 172-173). Em consequência, suspende-se por mais dez anos a pena de confisco (Ibidem).

Entre 1535 e 1593 agravava-se a situação dos judeus no resto da Europa e Norte de África, com expulsões e massacres na Tunísia (1535), no Reino de Nápoles e Praga (1541), em Génova (1550, repetidas, aliás em 1567) e na Bavária (551); com a queima pública do Talmude em Roma (1553); com a censura dos livros hebraicos na Itália (1554) e com a queima de Marranos em Ancona (1556); com a expulsão movida pelos estados papais. Entretanto, em Portugal, o Cardeal D. Henrique elabora em 1552 o *Regimento da Santa Inquisição dos Reinos de Portugal (...), a partir do modelo inquisitorial espanhol* (Assunção, 2007, pp. 546-547).

Dona Catarina de Áustria, em 1560, *obtém licença do papa para introduzir em Goa o Tribunal do Santo Ofício* (Serrão, 1986, p. 105); em 1567 publicam-se Alvarás com o fim de se proibir a saída dos cristãos-novos, quer por terra quer por mar, vindo a ser renovados em 1573; a 21 de Maio de 1577 essa proibição é anulada e em 05 de Junho do mesmo ano, Portugal concede, por dez anos, a isenção dos confiscos, a troco de um serviço de 225 mil (225.000) cruzados. Dois anos depois, a 19 de Dezembro de 1579, são restabelecidos os confiscos, seguindo-se, a 18 de Janeiro de 1580, a revogação da permissão de livre saída do Reino, concedida em 1567; a 26 de Janeiro de 1587 sai uma lei que confirma tanto a lei imediatamente precedente como todas as outras anteriores de igual teor { [Online] [Concult. 11/12/07] Disponível em [http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com\\_content&task=view id=39&Itemid=29](http://ensinandodesiao.org.br/anussim/index.php?option=com_content&task=view id=39&Itemid=29)}.

Entre 1591-1618 os judeus espalharam-se por todo o Brasil, principalmente pelo Sul, mas Filipe I (1581-1598) enviou, imediatamente, em 1591, para essa colónia, Furtado

de Mendonça como o primeiro Inquisidor do Santo Ofício, começando, desde então, a caça aos Cristãos-novos, Marranos e Criptojudeus (Ibidem).

Entretanto, como este rei espanhol, feito *português* à pressa, não se entendia com as leis portuguesas, ordenou que se organizasse um novo código legislativo que veio a aprovar em 1595, ficando a ser conhecido por *Ordenações Filipinas*. Tanto Filipe I, como esse seu código que entrou em vigor a 11 de Janeiro de 1603 (...) *tratando de questões relativas às heresias* (Assunção 2007, p. 552), são contemporâneos da obra e da pessoa do jesuíta português Manuel de Sá cuja vida decorreu em Portugal entre 1530 e 1545, em Espanha entre 1545 e 1553 e em Itália entre 1554 e 1596 (Matias, 1999, pp. 8-81 e 219). Pelo que vemos, este jesuíta viveu intensamente a questão do antijudaísmo e o modo como nesses três países, os principais envolvidos nessa questão, foi exercida a perniciosa acção inquisitorial do tribunal do Santo Ofício. Não admira pois que, pelo menos numa das suas obras (os Aforismos dos Confessores), nos deixasse o seu pensamento acerca dessa questão tão escaldante.

Durante a governação espanhola em Portugal os próprios *cristãos-novos* portugueses passaram por enormes dificuldades, indo engrossar a diáspora *pela península e pelos domínios coloniais dos estados ibéricos*, embora Filipe II assinasse, em 24 de Novembro de 1601, *um alvará que procurava proteger todas as pessoas que, deixada a perfídia judaica e falsa seita maoméica, se convertem à nossa santa fé católica e recebem a água do santo baptismo e seus descendentes sejam favorecidos e honrados dos outros cristãos* (Martins, 2006, Vol. I, p. 174).

Uma vez aqui chegados, cremos ter situado no tempo próprio os aforismos deste autor, no que dizem respeito tanto às questões relativas ao direito de reconstruírem as suas sinagogas e de exercerem livremente o seu culto, como aos deveres dos príncipes e poder do povo em remover do trono todos os que o obtêm ou exercem de modo tirânico (Sá, 1600, pp. 311-312 e p. 365, respectivamente). Quanto à história da Inquisição nos anos que decorrem da morte de Manuel de Sá até à liberalização pombalina, com a lei de 05 de Outubro de 1768 contra os chamados puritanos e com a lei de 25 de Maio de 1773 que abolia a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos e anos subsequentes, temos intenção de ordenar uma cronologia que inclua, tanto as perseguições antijudaicas, quanto a vida de Manuel de Sá, pelo que não falamos delas presentemente.

Concluindo, podemos dizer que:

- 1º O fenómeno das perseguições e diásporas dos Judeus transcende o tempo e o espaço: eles foram perseguidos praticamente durante toda a sua história e, como consequência, viram-se obrigados a sair do seu território e buscar outros, tanto de livre vontade, quanto por imposição;
- 2º Os maus-tratos, a morte ao fio da espada ou por outros processos, existiram sempre, tanto na sua terra, como fora dela;
- 3º A Inquisição, instituída pela Igreja Católica, foi utilizada tanto por esta, como pelos reis e príncipes católicos, quer na Península Ibérica, quer noutros povos da Europa e, embora em menor escala, na América latina.

Tal constante — e levando em conta as perseguições posteriores aos períodos que referimos, tais como as de Hitler, assim como as guerrilhas contemporâneas entre Israelitas e Árabes, leva-nos a fazer esta pergunta: Quais terão sido as razões verdadeiras que através dos tempos lançaram e continuam a lançar os Judeus para a senda dolorosa da perseguição, da exclusão, da guerra e da morte?

### **1.5.2 - Do choque entre culturas à Interculturalidade**

Hoje em dia ao querer-se aplicar o termo de interculturalidade à situação criada por Portugal e por outros povos europeus nos territórios que foram ocupando no período dito *dos Descobrimentos*, emerge automaticamente o argumento de que, em vez de interculturalidade se impôs a destruição das culturas nativas em favor das culturas estrangeiras, neste caso as culturas europeias. Deu-se, portanto, melhor dizendo, um duro choque entre culturas com prejuízo das culturas indígenas.

Admitindo tal verdade, adiantamos também que, apesar desse choque, preparou-se o caminho para uma verdadeira interculturalidade, muito embora se tivesse percorrido um duro e longo caminho, muitas vezes entrecortado de difíceis escolhos. Por um lado havia o desconhecimento do mundo e da variedade e diferenciada maneira de viver e pensar dos seus habitantes e, por outro, os europeus, inclusive os portugueses, estavam convencidos de que a cultura dos povos encontrados não passava de um primitivismo que necessitava de alguém que os civilizasse. Estas ideias eram reais e a vontade de civilizá-los, substituindo a sua cultura pela europeia/cristã parecia evidente e louvável.

Passar desta mentalidade à mentalidade que hoje é apanágio das escolas que defendem a Interculturalidade levaria muito tempo e não poderia acontecer senão gradualmente e a partir da convivência que se foi estabelecendo e foi fortalecendo laços de compreensão e de aceitação.

O primeiro passo que teve lugar, após o encontro entre as culturas de cá e de lá, foi sem dúvida, um choque, às vezes duro e reprovável; seguiu-se um segundo passo que consistiu na constatação de que, embora diferentes, essas culturas gozavam de estatuto de verdadeiras culturas das quais se podia aprender e com as quais se podia e deveria fazer um intercâmbio, de modo a estabelecer-se um mútuo enriquecimento; finalmente nasceu e desenvolveu-se o respeito pela diferença e diversidade de culturas, a aceitação da especificidade e a valorização da identidade de cada uma, a igualdade de oportunidades e de tratamento de cada um dos seus membros.

Até chegarmos a este último passo que no nosso próprio tempo está ainda no limiar muitos séculos decorreram e muitos obstáculos tiveram de ser ultrapassados, sem que por isso mesmo deixemos de louvar o esforço feito e de minorar os erros que foram sendo cometidos pelas sucessivas gerações e nos diferentes espaços geográficos. É que para chegarmos ao ponto e à descoberta dos princípios em que hoje assenta a doutrina da interculturalidade foi necessário o conhecimento aprofundado, não só das diversificados espaços habitados, como também, e principalmente, dos seus modos de vida e dos seus modos de compreender e de descrever o universo.

Houve, no passado, sem dúvida, quem, de um modo ou de outro, propusesse formas para que as diferentes culturas fossem equiparadas à cultura dominante, mas não passaram de ser tidos por não alinhados, contestatários ou iluminados. E, se isso ainda hoje acontece, não admira que esses profetas dos séculos anteriores acabassem por não alcançarem resposta aos seus anseios. Foi o que aconteceu com os esforços envidados por Manuel de Sá no século XVI, sem que, por isso mesmo, tenham sido de todo inúteis.

## **2– Manuel de Sá face aos poderes políticos e religiosos**

### **2.1 - Preâmbulo**

É frequente, ainda hoje, ouvirmos nos noticiários e lermos em periódicos que muitos

cidadãos portugueses e estrangeiros são alvo de discriminação e injustiças sociais. Enquanto os primeiros se queixam, não apenas da sobrecarga dos impostos, mas também de leis que apodam de iníquas e de atentados contra os direitos adquiridos, os segundos criticam as políticas migratórias, porque vêm goradas as suas legítimas expectativas.

E como se não bastasse tal situação, os portugueses sentem que são tratados com indiferença e negligência pelos governos e os estrangeiros queixam-se de serem discriminados por não lhes serem concedidas, na prática, as mesmas oportunidades e por não serem respeitada a sua própria identidade.

Estamos, na verdade, numa situação de multiculturalismo o que implica questões de diversidade cultural, interculturalidade, de justiça e cidadania. No entanto, se, como refere a UNESCO (2001, artigo sobre a Diversidade Cultural)<sup>1</sup>, a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória, não podemos de maneira alguma olhar para a diversidade cultural existente no nosso país como se fosse uma situação catastrófica, mas deveremos, pelo contrário, considerá-la uma riqueza cultural e económica, atribuindo, por isso, a cada grupo étnico, os direitos e deveres humanos e cívicos correspondentes.

Situação parecida enfrentou Manuel de Sá, no século XVI quando judeus e mouros foram objecto de injustiças, tanto no campo político-social, como no campo cultural e religioso. Pelo facto de não pertencerem ao mesmo universo cultural e praticarem uma religião diferente daquela que era praticada pelo grupo maioritário, foram perseguidos e proibidos de, inclusive, praticarem a sua própria religião.

Neste artigo procurarei mostrar como esse autor se posicionou perante essas questões, fundamentando-me numa obra sua que, editada pela primeira vez em 1595, foi reeditada em vários países da Europa e inclusive no Japão, apesar de ter sido censurada pelos poderes, tanto os religiosos, como os políticos, ao longo dos tempos.

---

<sup>1</sup> Temas em destaque nesta Declaração: Património Cultural Imaterial; Património Mundial; Educação Artística; Diversidade Cultural; Diálogo Intercultural; Património Cultural Subaquático.

O nosso tema será desenvolvido em três pontos, a saber: contra o autoritarismo e mando tirânicos; contra a intolerância relativamente à religião e cultura das minorias étnicas; atitude intercultural de Manuel de Sá.

## **2.2 - Contra o autoritarismo e mando tirânicos**

Nesta questão Manuel de Sá distingue bem entre a sua doutrina relativamente ao rei ou príncipe e aquela que defende em relação ao tirano. O que ele defende, tanto no primeiro caso como no segundo, entra no âmbito dos direitos humanos enquanto estes exigem a co-responsabilização de todos os que estiverem constituídos em autoridade. Ele parte de três princípios fundamentais:

1. Todo o poder vem de Deus;
2. O seu exercício deve basear-se na vontade de Deus que, segundo a Religião Judeo-Cristã, criou o homem à sua imagem e semelhança, de onde se infere que toda a humanidade deve ser governada na justiça, sob as suas várias vertentes (comutativa, distributiva, legal e social);
3. Os governantes devem ser responsabilizados pela sua má governação.

Definiremos, em primeiro lugar, o que seja *justiça* nas suas quatro vertentes vendo, ao mesmo tempo, qual seja o seu objecto concreto. A justiça, no sentido estrito, pode definir-se, segundo Hellin e Gonzales, (1957, p. 469), como *vontade constante e perpétua de atribuir a cada um o que é seu ou lhe pertence ou, ainda, o hábito que inclina a vontade a atribuir, com equidade a qualquer outro, o direito que lhe pertence*. Nesta última vertente a expressão a qualquer outro frisa bem que a justiça deve ser feita em favor dos outros, enquanto a expressão segundo a equidade indica que a justiça deve ser feita segundo uma medida recta, devendo existir medida certa entre o que se lhe atribui e o que lhe deve ser atribuído: nem mais, nem menos. É o princípio de Talião: 1 por 1; três por três.

Extensivamente, a justiça pode comparar-se a um quadrado formado por quatro faces simetricamente importantes e complementares a *justiça legal*, a *justiça social*, a *justiça comutativa* e a *justiça distributiva*. Se e onde faltar uma delas, destrói-se a perfeição do quadrado judicial.

*Justiça legal* ou geral é aquela que inclina, tanto os súbditos como os príncipes, a prestar

todos os meios que são necessários ao bom funcionamento da sociedade, em ordem ao bem comum.

Parecida à justiça legal está a *Justiça Social*, porquanto também esta obriga, tanto o príncipe como os seus súbditos, a ordenarem as actividades sociais e individuais de modo a que sejam atingidos quer o bem comum da colectividade, quer o bem-estar de cada um dos indivíduos que a compõem. A perspectiva que é almejada é a prosperidade material do corpo social, ou seja a prossecução e a obtenção dos bens gerais e vitais da comunidade em geral e de cada um dos seus membros em particular, de modo a que cada um possa levar uma vida digna e apropriada à dignidade da pessoa humana (Idem, pp. 470-471, nn<sup>os</sup> 342 e 345).

A *justiça comutativa* consiste em o cidadão privado dar ao outro o que a este lhe pertence por direito rigoroso. Refere-se ao direito estrito do outro, observando a equidade das coisas, ou seja, deve-se lhe dar o que lhe pertence, na realidade segundo o mesmo peso, a mesma medida e a mesma natureza do objecto em questão (Idem, n<sup>o</sup> 344).

A *justiça distributiva* é aquela que inclina tanto a sociedade como o príncipe a que distribuam os bens e ofícios comuns a cada um dos membros da sociedade segundo os seus méritos e na proporção das faculdades respectivas. Aqui o autor diz que, nesta justiça *não se deve exigir uma igualdade aritmética mas, antes, uma proporção geométrica* (Idem, p. 470, n<sup>o</sup> 343), ou igualdade de duas razões geométricas; exemplo:  $18 / 6 = 9 / 3$ .

A justiça, sob estes quatro aspectos considerada, tem também quatro vícios que se lhe opõem, a saber: à *justiça legal* opõe-se o desprezo e repúdio do bem comum; à *justiça social* opõe-se o egoísmo e a desenfreada paixão pelas riquezas (fugas ao fisco, camuflagem de da apropriação dos bens alheios através de investimentos fantasmagóricos, etc.); à *justiça comutativa* opõem-se várias espécies de injúrias que lesam os direitos de outrem, tais como: furto, calúnia, perjúrios, fraudes, etc; à *justiça distributiva* opõe-se a acepção de pessoas (Idem, p. 472, n<sup>o</sup> 347), o nepotismo, o favoritismo ou o abuso de crédito pelo qual pessoas em destaque favorecem a sua própria família ou membros do mesmo partido.

Sobre este assunto, tão escaldante e tão em voga mesmo em nossos dias, Manuel de Sá tem uma doutrina incómoda e resume-a em dois títulos: *Princeps* – Príncipe (Sá, Edição de



1600<sup>2</sup> pp. 311-312; Edição de 1609, pp. 313-314) com 9 aforismos e *Tyranus* – Tirano (Aforismo nº 2, 1600, p. 365; 1609, pp. 371-372)<sup>3</sup>.

Relativamente ao primeiro título, o vocábulo *Príncipe* é muito mais abrangente do que os de rei, papa, governador, bispo. O vocábulo *Príncipe* engloba todos. Príncipe não tem, aqui, o significado de filho primogénito do rei, com direito à sucessão, mas sim o de primeiro em mérito, primeiro na hierarquia do poder. Por isso Manuel de Sá utiliza, como título desta questão, o vocábulo *Príncipe*, passando de imediato a falar dos deveres do *Rei* (Sá, 1609, Aforismo 1, p. 313), do *Príncipe* (*Idem*, aforismos 2 a 6, pp. 313-314), do *Governador* (*Idem*, aforismos 7 e 8, p. 314) e do *Imperador* (*Idem*, aforismo 9, p. 314).

No sentido estrito, o termo *Príncipe* aplica-se igualmente aos Bispos, Cardeais e ao próprio Papa, embora nestes 9 aforismos nada se diga concreta e directamente acerca destas classes eclesiásticas. No entanto ele tem uma outra secção que fala directamente do Bispo sobre o qual tem 43 aforismos (*Idem*, pp. 115-121), chamando a atenção, logo na introdução a este título, dizendo: *veja-se também o título Príncipe* (cf. p. 115), dando a entender que todos aqueles que estejam investidos da dignidade episcopal entram na categoria, também eles, de *Príncipes*, com as consequentes atribuições (os primeiros no poder, na honra e na glória) e os consequentes deveres (de governar com justiça e de se sacrificar pela *Respublica* (Comunidade, Povo ou Súbditos).

---

<sup>2</sup> Esta edição é de Colónia e é diferente da edição de 1600a de Lyon. Nesta última só existe o primeiro aforismo sobre o tirano.

<sup>3</sup> Como nas duas edições referidas de 1600 não existe numeração para os aforismos, utilizamos para nossa comodidade, nestas, a numeração da edição de 1609.

## 2.3 - Aforismos sobre o Príncipe (texto original e tradução)

**Tabela 18: Aforismos sobre o Príncipe**

| Edição de 1600<br>de Lyon ( pp. 500-501);<br><i>Approbatio Antuerpiae I.</i><br><i>Decembris 1597</i>                                                                                                                                                                                                                                                                             | Edição de 1600<br>de Colónia (pp. 311-312);<br>Edição de 1609 de Turim<br>(pp. 313-314)                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Tradução                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Rex tenetur pró Republica<br/>vitam ponere</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 1. <i>Rex tenetur pró<br/>Republica vitam ponere</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 1. O Rei é obrigado a expor a vida pela<br>República (Comunidade, Povo)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| (Falta)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 2. <i>Potest per Rempublicam<br/>privari ob tyranidem et si<br/>non faciat officium suum, &amp;<br/>cum est causa aliqua; &amp;<br/>eligi alius à maiore parte<br/>populi. Quidam tamen<br/>solum tyranidem causam<br/>putant.</i>                                                                                                                                                       | 2. Pode ser privado pela República<br>devido ao modo tirano (de agir) e se não<br>cumpre com os seus deveres e se existir<br>alguma causa; e eleger outro pela maior<br>parte do povo. Alguns, no entanto,<br>julgam tal (poder dar-se) só se agir de<br>um modo tirano.                                                                                                                                                        |
| <i>Tenetur Princeps corripere<br/>mala publica si potest, sine<br/>damno Reipublicae &amp; agere<br/>causam populi, adeoque<br/>curare ut Episcopi &amp; Curati<br/>resideant.</i>                                                                                                                                                                                                | 3. <i>Tenetur Princeps<br/>corrigere mala publica si<br/>potest, sine damno<br/>Reipublicae &amp; agere<br/>causam populi, adeoque<br/>curare ut Episcopi &amp; Curati<br/>resideant (: quantum iure<br/>permititur)</i> adição de edição<br>de 1608.                                                                                                                                    | 3. O príncipe é obrigado: a corrigir os<br>males públicos, se puder e sem dano<br>para a República; a defender a causa do<br>povo, e a vigiar para que os Bispos e<br>Curas residam (nas suas dioceses e suas<br>paróquias respectivas), tanto quanto for<br>permitido pelo direito.                                                                                                                                            |
| <i>Potest dispensare secum ex<br/>causa in suis legibus: nam<br/>sine causa peccat</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 4. <i>Potest dispensare secum<br/>ex causa in suis legibus:<br/>nam sine causa peccat.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 4. Pode dispensar-se a si próprio das<br>suas leis se houver uma causa; de<br>contrário, peca.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <i>Potest etiam legitimare filium<br/>suum, non ut pater, sed ut<br/>Princeps.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 5. <i>Potest etiam legitimare<br/>filium suum, non ut pater,<br/>sed ut Princeps.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 5. Pode legitimar o seu filho, não como<br>pai, mas como Príncipe.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <i>Potest ex causa rem unius<br/>alteri dare, &amp; locum Reip.<br/>Commune, sine populi<br/>consensu, proprium in usum<br/>assumere, &amp; revocare suum<br/>contractum, &amp; datum à se<br/>privilegium, etiam<br/>remuneratorium. Cùm autem<br/>requiritur causa iusta, ut<br/>aliquid facere posait, non ei<br/>credendum dicenti esse<br/>causam iustam, nisi appareat.</i> | 6. <i>Potest ex causa rem<br/>unius alteri dare, &amp; locum<br/>Reip. Commune, sine populi<br/>consensu, proprium in<br/>usum assumere, &amp; revocare<br/>suum contractum, &amp; datum<br/>à se privilegium, etiam<br/>remuneratorium. Cùm<br/>autem requiritur causa<br/>iusta, ut aliquid facere<br/>posait, non ei credendum<br/>dicenti esse causam iustam,<br/>nisi appareat.</i> | 6. Havendo causa (justa), pode o objecto<br>de um ser dado a outro e tomar para uso<br>próprio e sem o consenso do povo um<br>lugar comum da República, revogar o<br>seu contrato e atribuir a si próprio<br>privilégio remuneratório. Mas como é<br>requerida uma causa justa para que se<br>possa fazer alguma coisa, não se lhe<br>deve dar crédito ao dizer que tem uma<br>causa justa, a não ser que esta seja<br>patente. |
| <i>Gubernator civitatis habetur<br/>loco Principis; itaque eius<br/>licentia vel scientia supplet<br/>defectum cuiusvis<br/>solemnitatis.</i>                                                                                                                                                                                                                                     | <i>Gubernator civitatis<br/>habetur loco Principis;<br/>itaque eius licentia vel<br/>scientia supplet defectum<br/>cuiusvis solemnitatis.</i>                                                                                                                                                                                                                                            | O governador da cidade ocupa o lugar<br>do Príncipe; assim, com sua licença e<br>sabedoria, substitui-o em qualquer<br>solenidade                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <i>Gubernare principaliter ob<br/>gloriã aut divitias, non est<br/>mortale.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 8. <i>Gubernare principaliter<br/>ob gloriã aut divitias, non<br/>est mortale.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 8. Governar, tendo por primeiro<br>objectivo as riquezas, não é pecado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <i>Imperator potest esse Iudex<br/>in causa sui fisci.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 9. <i>Imperator potest esse<br/>Iudex in causa sui fisci.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 9. O Imperador pode ser juiz na causa<br>relativa ao rendimento público que é<br>destinado às suas próprias despesas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

No caso em que o Príncipe governe mal ou de modo tirânico, quando apenas impera o princípio *quero, posso e mando*, com o desrespeito pelo que os outros possam opinar, então, possivelmente, não está a cumprir os deveres para cujo cumprimento foi eleito. Neste caso, e a propósito do *príncipe* que age desta maneira, Manuel de Sá diz que *pode ser privado do poder pela República e, em seu lugar, pode e deve-se eleger outro pela maior parte do povo*.

Outras obrigações do Príncipe são: a de corrigir, quanto possível, os males públicos, utilizando meios que não prejudiquem a República; a de defender a causa do Povo; a de vigiar para que os Bispos e Curas residam (nas suas dioceses e suas paróquias respectivas) proibindo-os de se ausentarem por longo tempo, com prejuízo do bem dos munícipes. Atenha-se, neste campo, ao que a lei permite, evitando compadrios e favoritismos lesivos do bem comum.

Sobre a razão desta última obrigação, está o testemunho dado por Alexandre Herculano (1982, Vol. III, pp. 26-27) que, ao referir-se às devassidões do clero português no tempo de D. João III, afirmava: *Os párocos abandonavam as suas igrejas e o povo não recebia a necessária educação religiosa (...) Os mosteiros ofereciam os mesmos documentos de profunda corrupção*. Reportando-se às considerações que Frei Francisco da Conceição havia feito aos Padres do Concílio de Trento a propósito da dissolução que grassava na Igreja católica portuguesa dessa época, acrescentava: *Os bispos, com raríssimas excepções, nunca residiam nas suas dioceses, contentando-se em enviar, para lá, Vigários-gerais, cargo em que, por via de regra, eram providos aqueles que mais barato o faziam, embora dele fossem indignos. Os bispos do ultramar nem sequer curavam de semelhante formalidade*<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O *Código do Direito Canónico* de 1933, no can. 338, pp. 91-92, parágr. 2), concede aos bispos o máximo de três meses; não se poderão ausentar durante o tempo do Advento, Quadragésima, Pentecostes e Corpo de Cristo (parágr. 3); Sobre os Párocos, o mesmo direito obriga-os a residir na residência paroquial (can 465, parágr. 1) e concede-lhes, no máximo, dois meses de ausência em cada ano (can. 465, p. 134), parágr. 2). O *Novo Direito Canónico promulgado pelo Papa João Paulo II*, em 25 de Janeiro de 1983, reduz para um mês a ausência dos párocos, especificando que é para gozo de férias (can533, parágr. 1 e 2 (*Código de Direito Canónico*. Porto: Editorial Apostolado da Oração, p.98). O mesmo se diz do Bispo ao qual lhe foi reduzido também o tempo de ausência, para um só mês (can. 395, p. 71).

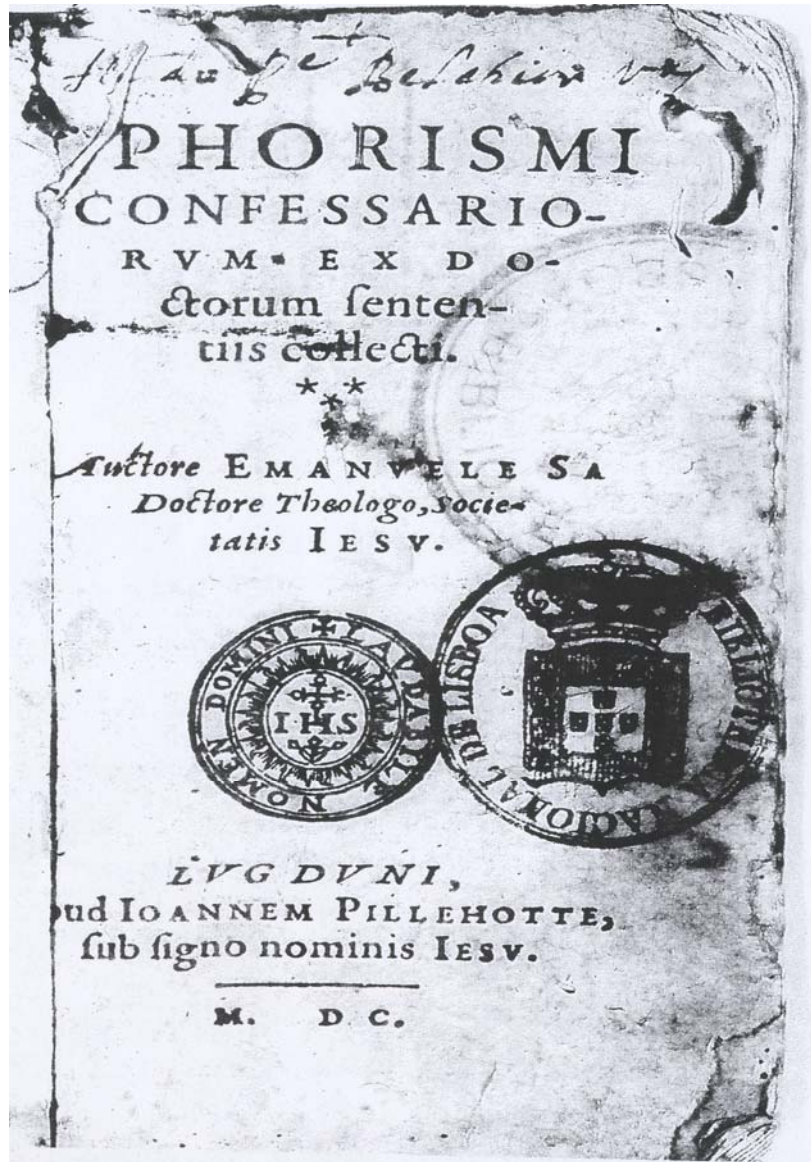
## 2.4 - Aforismo sobre o Tirano

**Tabela 19: Aforismo sobre o Tirano**

| Número dos Aforismo |                | Edição de Colónia de 1600 p. 365;<br>Edição de Colónia de 1609, p. 371-372                                       | Edição de Lyon de 1600, p. 587                                                           | Tradução                                                                                                                                          |
|---------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nº 1                |                | <i>Ad tyrannum gubernatem licet recurrere pro iustitia, si aliunde non possit haberi</i>                         | <i>Ad tyrannum gubernatem licet recurrere pro iustitia, si aliunde non possit haberi</i> | É lícito recorrer a quem governa tiranicamente se a outro não se puder recorrer                                                                   |
| Nº 2                | Primeira parte | a)- <i>Tyrannice gubernâs iuste acquisitum dominium, non potest spoliari sine publico iudicio</i>                | (Não existe)                                                                             | a)- A quem governe tiranicamente, mas tenha adquirido o poder de modo justo, não pode ser espoliado do poder sem juízo público;                   |
|                     |                | b)- <i>Lata verò sententia, potest quisq. fieri executor;</i>                                                    | (Não existe)                                                                             | b)- segundo sentença larga, pode qualquer um tornar-se seu executor;                                                                              |
|                     |                | c)- <i>potest autem deponi à populo, etiã qui iuravit ei obedientiam perpetuam, si monitus non vult corrigi.</i> | (Não existe)                                                                             | c) pode, no entanto, ser deposto pelo povo, mesmo por aquele que lhe jurou obediência perpétua se, depois de ter sido advertido, não se corrigir. |
|                     | Segunda parte  | d)- <i>At occupantem tyranicè potestatem, quisq. de populo potest occidere, si aliud nō sit remedium;</i>        | (Não existe)                                                                             | d)- E aquele que ocupou o poder de modo tirânico pode ser morto por qualquer um, se não houver outro remédio;                                     |
|                     |                | e)- <i>est enim publicus hostis.</i> ”                                                                           | (Não existe)                                                                             | e)- ele é, na verdade, um inimigo público.                                                                                                        |

Quanto à posição do Tirano, Manuel de Sá é ainda mais rigoroso, pois admite, inclusive, o seu assassinato, mas não na edição 1600 de Lyon. Para melhor compreendermos a doutrina de Manuel de Sá dividamos o aforismo nº 2 em duas partes: a primeira relativa a quem ocupou justamente o poder, mas o exerce tiranicamente (a, b, c) e a segunda referente a quem ocupou e exerce tiranicamente o poder (d, e ). Para melhor entendermos a sua posição colocámos as diversas alíneas, com a sua respectiva tradução:

**Ilustração 20: Edição dos Aforismos de Manuel de Sá de 1600 (Lyon)**



**Fonte:** Do microfilme da Biblioteca Nacional de Lisboa  
Secção dos Reservados (Cota: RES 61 62 P) - (Outubro 2008)

O tema da tirania, relativamente ao seu conteúdo, divide-se em dois aforismos na Edição de 1600 de Colónia e nas de 1508, 1509 e 1519 mas, na edição de 1600 de Lyon, é constituído apenas por um aforismo: o primeiro que trata sobre o recurso ao tirano no intuito de pedir justiça conta um agressor. O nosso estudo recai, portanto, sobre o 2º aforimo, aquele que fala da atitude dos súbditos em relação ao desempenho da autoridade do tirano e, para melhor estudarmos esta questão, dividi-la-emos em duas partes, distinguindo-as por meio de alíneas.

Assim, na primeira parte deste aforismo temos: (a) que se refere ao exercício tirânico de um poder adquirido justamente e que equivale ao aforismo precedente, relativo ao rei ou príncipe, de que já falámos, não podendo, neste caso, a pessoa constituída em poder ser destituída sem que haja, primeiro, um juízo público; (b) nesta alínea, Manuel de Sá diz que, segundo opinião de alguns (sentença lata e não propriamente a sua posição), é legítimo o assassinato (regicídio, por exemplo), cometido por alguém pertencente ao povo; (c) nesta alínea contempla-se a posição difícil daqueles que lhe haviam jurado obediência perpétua, parecendo colidir este juramento com o princípio moral segundo o qual não se pode quebrar um juramento sem justa causa. A estes, Sá diz-lhes que sosseguem porque, em tal caso, existe causa justa para quebrar o juramento de fidelidade, tão em voga nos tempos do feudalismo e durante as guerras religiosas da Reforma e Contra-Reforma.

A segunda parte trata de um assunto muito mais grave. Trata-se, aqui, de ajuizar da actuação daquele que usurpou e exerce o poder pela força ou tirania. Este pode ser morto por qualquer um do povo. No entanto esta solução extrema só é lícita se não houver outro remédio (d). Quer dizer: devem ser procurados outros métodos antes de se lançar mão do método fatal. A razão desta actuação extrema está em ser o Tirano um inimigo público, como o diz na alínea (e). Sendo inimigo está a posicionar-se como um atacante, contra o qual qualquer um pode e deve agir em defesa própria e na defesa dos seus.

Este sentir, esta atitude e esta firmeza de doutrina colocam Manuel de Sá no campo da política e do social, manifestando quão grande foi o seu sentido de responsabilidade e de justiça para com os cidadãos de qualquer sociedade. Se o poder era, nessa altura, considerado como vindo da divindade (inclusive entre os povos não cristãos), então com muita maior razão devia ser exercido pelos príncipes cristãos de modo justo, equitativo e com um espírito de doação e de sacrifício. O mando devia ser exercido não de modo absoluto (como se, acima do homem poderoso, não houvesse outra autoridade), mas de modo teocrático, porque acima do rei, do príncipe ou do tirano existe outra entidade que é o verdadeiro depositário de toda a autoridade e poder: o povo e/ou a divindade.

Hoje a justiça contra os poderosos faz-se, geralmente, através da opinião pública e das Instâncias Internacionais — como o temos verificado nos casos dos ex-nazis da Alemanha hitelariana, dos chefes políticos da ex-Jugoslávia, dos chefes militares Indonésios relativamente a Timor e no caso recente e controverso de Sadam Hussein. Esta justiça,

porém, exerce-se quando se trata de crimes contra a humanidade, como sejam genocídios e crimes de guerra que envolvem chefes de nações ou comandantes de exércitos.

No tempo de Manuel de Sá não havia tais instâncias (à excepção do Sumo Pontífice, para certos casos). Arriscar-se a ensinar uma tal doutrina contra os poderosos deste mundo era expor-se a represálias ou mesmo à condenação. Só o sentido de justiça e o dever de consciência de homens rectos e destemidos, como Manuel de Sá e Juan Mariana 1536-1624 (ambos jesuítas e contemporâneos), seriam capazes de levar alguém a advogar, a manifestar e a proclamar o direito dos indivíduos e dos povos, mesmo quando esse grito ia de encontro à *glória de mandar* e à *vã cobiça desta vaidade, a quem chamamos fama*, de que fala Camões (Ramos, 1980, p. 188). Esses dois homens e outros da mesma Companhia de Jesus foram de encontro aos abusos do poder religioso e profano e defenderam os grupos minoritários que se encontravam votados ao desprezo, à zombaria e à perseguição, nomeadamente os judeus, contra os quais os reis católicos usaram a perseguição, o exílio e os horrores da Inquisição, sarcástica ou hipocritamente apelidade de *santa*.

Nesta aplicação da justiça contra os poderosos deste mundo, Manuel de Sá não é propriamente um *Revolucionário* cego e sem razões fundamentadas. Ele é, antes de tudo, um defensor da justiça, um defensor dos direitos de cada cidadão e um libertador de consciências atribuladas e acorrentadas por leis profanas e princípios morais religiosos de vistas estreitas e mesquinhas, um homem com um sentido muito apurado acerca do bem comum e do bem individual. Acima deste binómio não está nem o príncipe, nem o rei e muito menos o tirano. O povo tem nas suas mãos o poder de os distituir e eliminar, de modo a que se reestabeleça a ordem pública e se resguradem os direitos humanos: civis, religiosos e culturais dos cidadãos.

## **2.5 - Contra a intolerância relativa à religião e cultura das minorias étnicas**

Explanemos agora a problemática que Manuel de Sá viveu, relativamente aos judeus. A sua existência e as suas obras situam-se precisamente numa época (1530-1596) marcada pela intolerância e pela incompreensão, duas características da sociedade civil e religiosa. O ano de 1492 é caracterizado por duas efemérides importantes: o nascimento de Inácio de Loiola e a publicação do Decreto de Alhambra, assinado em Granada, a 31 de Março, por Fernando de Aragão e Isabel de Castela e pelo qual ordenavam que:

1. Todos os Judeus e judias de todas as idades fossem separados das cidades e vilas dos seus domínios e lhes fossem dados quarteirões separados [*calles*, em espanhol, ou judiarias];
2. Fosse estabelecida uma Inquisição nesses domínios;
3. Se estabelecesse um rompimento de toda a comunicação entre cristãos e judeus;
4. Fosse todos tirados dos seus reinos e saíssem todos os judeus de todas as cidades e vilas e lugares da Andaluzia, onde parecia haver maiores danos; saíssem com os seus filhos e filhas, seus servos e parentes, grandes ou pequenos, de qualquer idade, até o fim de Julho deste ano;
5. Nunca lhes fosse permitido o seu retorno; não ousassem retornar as suas terras, nem mesmo dar um só passo nelas ou cruzá-las de qualquer outra maneira.
6. A pena capital e a confiscação de todos os bens seriam aplicadas:
  - 6.1. A qualquer judeu que desobedecesse a essas ordens;
  - 6.2. A todo aquele – cristão ou não – que desse guarida ou escondesse judeus foragidos.

Esta medida aterrorizou muitos círculos da época, principalmente a sociedade Ibérica que era, então, um *mosaico* formado fundamentalmente por uma população tripartida: cristãos, judeus e muçulmanos. Foi neste tempo e foi nesta sociedade xenófoba, sobretudo anti-semita, que viveu e trabalhou Manuel de Sá. Mesmo antes do seu nascimento (1530) e ainda depois da sua morte (1596), na Península Ibérica e também noutros pontos da Europa se verificaram acérrimas perseguições contra os judeus.

Desterrados da Espanha por força desse Editto, *600 casas receberam autorização de D. João II para residir em Portugal, tendo sido distribuídos por Lisboa, Porto, Évora e Coimbra. Outros entravam no reino, em trânsito para outras paragens do Mediterrâneo: o norte de África e as cidades italianas* (Tavares, 1990, p. 216).

Criada em 1534, a Companhia de Jesus, logo nos seus inícios se notou, no seu próprio seio, um certo antagonismo contra judeus e mouros. Existiu, desde início, uma facção anti-semita, como ressalta das palavras do historiador jesuíta espanhol, Eusébio Rey, citadas por Lacouture (1993, Vol. I, p. 217) que, ao falar do decreto de Alhambra de 1492, o



classificava de *o acto cirúrgico*, considerando-o como (...) *a última actuação possível contra o iminente perigo judeu, depois do falhanço de todos os remédios de tipo medicinal*.

Esta medida de Alhambra, como também a posição de Eusébio Rey, não dão, porém, conta da gravidade do problema nem da grandeza da comunidade *judaico-árabe* da Espanha. Segundo Lacouture (1993, p. 217), a sociedade espanhola era, então, *profundamente semítica desde há séculos em virtude da impregnação judaico-árabe que teria provocado, entre o século VIII e a reconquista de Granada, a enorme prosperidade dos reinos andaluzes*. Por outro lado, para o mesmo autor (Ibidem) *Marcel Bataillon calcula que a partir do século XIV, a Igreja de Espanha estava cheia de conversos que, no momento em que os franciscanos davam impulso a uma reforma católica profunda, contribuíram fortemente para remodelar o rosto do cristianismo espanhol*. Daí que, uma tal política anti-semita e anti-árabe criaria desequilíbrios na sociedade espanhola a nível cultural e económico.

Além disso, a posição de Rey, embora jesuíta, não era, de modo nenhum, a de Inácio de Loiola, fundador da Sociedade de Jesus. Ele próprio, pela atitude favorável aos judeus, quando esteve em Alcalá de Henares, chegou a ser considerado como tendo afinidades com eles. Jean Lacouture afirma que *se o vimos sensível e na defesa a este respeito no tempo de Alcalá, encontrá-lo-emos mais do que aberto e receptivo aos hebreus, sempre pronto para contrariar as manifestações ou tentativas da Igreja espanhola para excluir os judeus, e impaciente por relembrar as origens judaicas do cristianismo*. Discutia-se, inclusive, entre os biógrafos de Inácio de Loiola, se ele era descendente de Judeus ou se a eles estava ligado por laços de casamento dos seus antepassados (Idem, pp. 220-221). Seja como for, o certo é que Inácio, segundo este mesmo disse (Idem, p. 221):

*(...) nunca deixou de dar a conhecer os seus sentimentos a respeito da injustiça destas medidas contra os judeus pelos responsáveis pelo decreto de 1492 e pelas cortes de Valladolid e de Lisboa. Tomou, principalmente duas iniciativas: a fundação de um organismo, tendo em vista fornecer a ‘conversão’ dos judeus e a admissão sistemática na Companhia de toda a espécie de Cristãos novos, fosse qual fosse a reacção dos seus companheiros ou dos Papas (como o anti-semita Paulo IV) e da Corte ou da Hierarquia católica espanhola.*

O cardeal-arcebispo de Toledo, D. Martinez Siliceo, primaz de Espanha, acérrimo opositor dos judeus e aquele que esteve na génese do *estatuto de pureza de sangue*, fez tudo para

conseguir que Inácio não aceitasse na sua Companhia nenhum *cristão-novo*, chegando mesmo a suborná-lo com a construção gratuita de um grande Colégio em Alcalá de Henares. Idênticos sortilégios usaram D. Ruiz Gomez da Silva, conde de Eboli, a personagem mais poderosa do reino e o grande protegido de Filipe II. Também com o conde de Eboli, o fundador dos Jesuítas foi firme, enviando-lhe a seguinte resposta: *Afirmamos que Vossa Senhoria não está satisfeita por termos aceitado tantos cristãos-novos na nossa Companhia. Esta não pode nem deve excluir ninguém (...)*. Não poderá recusar nenhum talento nem nenhum homem de qualidade, seja ele *cristão – velho ou cavaleiro nobre ou outro qualquer, se o seu comportamento religioso for útil e conforme com o bem universal* (Idem, p. 223).

Chegou mesmo a dizer-se que a Companhia de Jesus era descendente de judeus e de mouros. Antes da eleição do padre Juan Alfonso de Polanco para Geral da Companhia, após a morte de Francisco de Borja, havia quem se opusesse e quem continuasse a pressionar a Companhia na questão de admitir semitas no seu seio. Depois de sondagens e de *trabalho de sapa*, conseguiu-se o apoio de Filipe II e da própria Inquisição. Realizou-se, então, a 23 de Dezembro de 1593 (três anos antes da morte de Manuel de Sá), a quinta Congregação dos Jesuítas, onde foi aprovado o *decreto 52*, no qual se declarava que os jesuítas não deveriam ser considerados *los descendientes de judíos y moros*, pelo que ficariam com o estatuto de *limpieza* rigorosa de sangue. Esta posição, embora combatida por alguns confrades — entre os quais Acosta, Arías e Ribadeneira — venceu, para sossego e alegria da maioria. Este período negro da Companhia de Jesus pode ser conhecido como *o combate dos jesuítas espanhóis contra Loyola* (Idem. pp. 232-233). Nesta contenda, Manuel de Sá, uma vez que defendia os judeus deveria estar, sem dúvida, ao lado do grupo que defendia a admissão destes na Companhia de Jesus.

Se em Espanha a vida dos judeus se tornara um inferno, em Portugal a situação não estava mais risonha. Sucederam-se alguns factos desfavoráveis aos judeus: em 1496, D. Manuel, que até então tinha favorecido os judeus, aceitou como condição do seu casamento a realizar em 1497 com a espanhola D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso, a obrigação de expulsar de Portugal os judeus que aí viviam e de não deixar entrar outros (Tavares, 1990, p. 217 e Serrão, 1986, p. 86).

Em 1490 houve vários tumultos em Lisboa e os judeus, em vez de partirem, ficaram no Reino, baptizados; em 1504 houve levantamento em Évora; em 1505-1506 houve outros

em Lisboa, onde milhares de judeus foram assassinados. No ano seguinte os judeus passaram a ser regidos pelas leis gerais do Reino. As causas deste último movimento anti-semítico são resumidas por Tavares (1990, pp. 205-206) desta maneira: *mais do que o antagonismo religioso, sentia-se aumentar a rivalidade económica que se viria a radicalizar no reinado de D. João II, exigindo-lhe a limitação do luxo e da concessão de privilégios, assim como a limitação da liberdade de movimentação dos judeus.*

Segundo Maria do Carmo Teixeira Pinto (2007, p. 529) D. Manuel, tendo em mente *consolidar a integração plena da sociedade portuguesa dos judeus convertidos à fé católica*, logo após o baptismo em massa em 1497, proibiu os matrimónios dentro da comunidade dos cristãos novos. Com esta medida acreditava ele que os casamentos se fizessem entre membros dos cristãos-velhos e membros dos cristãos-novos, assegurando, desta forma, *a assimilação da religião oficial por parte dos recém convertidos.*

Esta situação ibérica, infelizmente, não foi isolada. Noutros países sucedeu antagonismo semelhante, mesmo entre as fileiras da Igreja, onde o povo judeu era considerado e apelidado de *pérfidos Judeus*, mentalidade esta que se encontra bem patente na própria Liturgia da Semana Santa (6ª feira Santa), anterior à renovação operada pelo Concílio Vaticano II (11 de Outubro de 1962 a 8 de Dezembro de 1965). Na *Oração Universal*, antes do *Ofertório da Missa*, existia a seguinte oração: *Prions aussi pour les perfides juifs afin que Dieu notre Seigneur soulève le voile de leurs coeurs, et qu'eux aussi reconnaissent Jésus-Christ notre Seigneur (...).* (Lefebvre, 1927, p. 680).

Esta mentalidade romana criou tanto escândalo que Delumeau (1978, p. 373) não pôde deixar de escrever as seguintes palavras:

*Assim como o racismo hitleriano deu ao anti-semitismo alemão da primeira metade do século XX uma agressividade e dimensões novas, assim também o medo do judeu – verdadeiro racismo religioso – experimentado pela Igreja militante entre os séculos XIV e XVII, numa psicose um pouco comparável à do cerco, não só exacerbou, legitimou e generalizou os sentimentos hostis aos judeus das colectividades locais, mas provocou ainda fenómenos de rejeição que, sem esta incitação, não se teriam produzido.*

Esta situação anti-semita arraigou-se de tal forma na nossa mentalidade que nem os nossos literatos e grandes humanistas dela se libertaram, por mais democratas e liberais se mostrassem. Para não falar de outros, sirvamo-nos do exemplo de Gil Vicente (1465-1536), geralmente considerado o primeiro grande dramaturgo português, além de poeta de

renome, cuja obra se encontra eivada de anti-semitismo. Para além da tão conhecida forma burlesca aplicada por Gil Vicente aos judeus, no Auto da Barca do Inferno, considera-os cegos e maléficos na Exortação à Guerra, como o denota a seguinte passagem: *Conjuro-te, Belzebú, pola ceguidade hebraica, e pola malícia judaica, com a qual te alegras tu (...)* (Buescu, 1983, Vol. II, p. 165.)

Sobre a cegueira, sobre a maldade e sobre o comércio com o demónio falam, por exemplo, João de Barros, Garcia de Resende, Frei Amador Arrais, etc. O cronista de Alenquer, Damião de Góis (1566 – 1567, capítulo 102, pp. 253-254), nascido a 2 de Fevereiro de 1502 e falecido a 30 de Janeiro de 1574, diz que foram muitos os cristãos novos que foram mortos e queimados na cidade de Lisboa, no Domingo de Pascoela. Este mesmo Damião de Góis, em 1571, caiu nas garras da Inquisição, sendo preso de maneira brutal, processado e, em 1572, condenado a prisão perpétua no Mosteiro da Batalha, tendo, em 1574 aparecido morto, segundo parece assassinado, em sua própria casa, em Alenquer.

Segundo Tavares (1990, 1, p. 113) os judeus, para além de mercadores e rendeiros, *destacavam-se também pelo domínio de diversas artes. Eles eram ourives e argentários, ferreiros, fabricantes e transformadores de tecidos, curtidores e vendedores de peles, sapateiros, etc.* A mesma autora acentua que *pertenceria a esta minoria religiosa (a judia) o maior número de mercadores com maior capacidade de investimento, bem visível nas sociedades comerciais que firmavam com mercadores italianos e flamengos e um ou outro cristão português* (Idem, p. 193).

Esta situação prolongou-se até 1773, data em que Marquês de Pombal promulgou a abolição da Lei de 1 de Setembro de 1683, extinguindo com ela a separação entre *cristãos-velhos* e *cristãos-novos* e declarando os últimos aptos para o exercício de qualquer cargo ou dignidade. De igual modo o *Santo Ofício viria a ser reformulado pelo mesmo ministro, processando-se a sua total extinção em 1821, com o regime liberal* (Idem, p. 232).

## **2.6 - Atitude intercultural de Manuel de Sá**

Nascido e formado num tal ambiente, Manuel de Sá poderia ter sido, como tantos outros, um acérrimo defensor da *limpeza de sangue* e um feroz perseguidor dos judeus e *cristãos-novos*. Se o fosse, não destoaria duma grande parte dos seus concidadãos e contemporâneos nem destoaria muito da actuação da ala espanhola da própria Companhia

de Jesus. Mas, embora tenha estudado e ensinado em Espanha até meados de quinhentos, ele defendeu a teoria segundo a qual *Aos judeus não se deve proibir celebrar os seus ritos, nem reconstruir as suas sinagogas* (Sá, 1600 e 1609, *Aphorismi*, sob o título *Judaeus*, nº 4, p.214).

Este aforismo é muito mais abrangente do que parece. Pois, ao aceitar-se a faculdade de reconstruir as suas sinagogas e de nelas exercer o culto judaico, deve, consequentemente, aceitar-se a liberdade de culto do povo judeu nos reinos onde eles podem reconstruir os seus locais de culto. Por outro lado, admitir esta liberdade é admitir a liberdade religiosa assim como a coexistência pacífica e livre com os povos cristãos onde aqueles vivem e trabalham. Admitir tudo isto é o mesmo que desaprovar e condenar o anti-semitismo e, *a fortiori*, todos os decretos de expulsão e de conversão forçada ao cristianismo e, com razão maior ainda, os massacres e os genocídios. Negar estas conclusões é o mesmo que negar a lógica e defendê-las era o mesmo que dizer que as políticas até então seguidas eram injustas e, como tal, deveriam ser abolidas.

A própria usura, praticada pelos judeus e odiada pelos não judeus, foi por ele considerada como *um mal menor* que poderia e deveria ser tolerado para *evitar mal maior*, como acontece com a prostituição: a posição de Sá a este respeito é esta: *Dizem alguns que o Príncipe (Autoridade) que não tenha Superior (acima de si) nos assuntos temporais pode permitir a usura aos judeus se tal for conveniente à República. São permitidos, porém, males menores para evitar males maiores como parece no caso do meretrício* (Idem nº 5, p. 214).

Segundo este aforismo Manuel de Sá admitia a usura, enquanto esta se apresentava como um mal menor cuja erradicação se tornaria praticamente impossível no campo económico.

No uso corrente, o termo usura significa o que se ganha sobre o juro que é devido a quem empresta dinheiro, ou outras coisas fungíveis, cuja taxa excede o que é permitido por lei, ou aquilo que os usos e costumes determinam (Nogueira, 2004, pp. 42-43).

Apesar de a usura ter sido proibida nas Ordenações e Leis Extravagantes das Ordenações Filipinas (IV, LXVII, p. 873-874), houve sempre excepções, sendo permitida e lícita em seis casos; 1º - *nos contratos matrimoniais, que entravam no campo negocial por ser considerado uma compra do corpo*; 2º - *nos contratos de avença*; 3º - *nos contratos por*

*preço certo ou ajustado; 4º - nas hipotecas fundiárias; 5º - nos câmbios, principalmente; 6º - nas letras de câmbio e nos contratos de mútuo, sempre que se verificasse as seguintes cláusulas:*

- i) *lucrum cessans, ou seja, a perda do emolumento devido ao empréstimo do dinheiro;*
- ii) *damnum emergens, ou seja, a perda de lucro ganho de que o empréstimo seria a causa directa;*
- iii) *periculum sortis, ou seja, o risco de se perder o dinheiro emprestado;*
- iv) *titulum legis, ou seja, toda a margem de lucro, ganho ou justo autorizado por lei.* (Nogueira, 2004, p 43).

Embora a usura tenha sido condenada na *Torah* Judaica (Gen. 3,19; nos Livros Proféticos (Is. 55,2; Ez. 18,5-13); no Livro dos Salmos (Sl. 15,1-5); no Livro dos Provérbios (Pr. 4,17; 28, 8) e no Livro do Eclesiástico (Ecl. 5,9-12), textos estes que manifestam bem os diferentes períodos históricos do povo de Israel, não se pode generalizar a ideia que se tem acerca do judeu agiota. Com efeito os Rabinos elogiavam este trabalho como sendo uma virtude à qual os fiéis se deviam dedicar na promoção do bem comum e os judeus dedicavam-se a esta tarefa porque a consideravam uma mercadoria de valor universal, sujeita às leis do mercado. Por outro lado a usura não era apanágio exclusivo dos judeus, mas era uma prática corrente entre os mercadores da antiguidade, ou seja: entre os Fenícios, os Sírios e os Gregos (Nogueira, 2004, pp. 42-43).

Quando Manuel de Sá fala da usura como um mal menor a ser aceite, parece estar a basear-se neste *background* histórico que era do seu conhecimento, pela profundidade que possuía destes povos e seus costumes.

Assim, de modo análogo, a prostituição (*Meretricium*) podia existir porquanto era praticamente impossível acabar com ela. Seria, pois, melhor que existissem casas onde ela fosse praticada com mais higiene do que ser praticada no exterior, com perigo de contágio e de escândalo público, sobretudo de menores.

Esta postura de Manuel de Sá, num ambiente que lhe era contrário, caracteriza bem, por um lado, o seu grau de compreensão e de justiça (já não direi *de tolerância*) em relação às minorias e de respeito pela cultura dessas mesmas e, por outro, o conhecimento profundo não só dos problemas sociais e morais de alguns grupos de risco, como também dos valores das culturas desses mesmos. Tal atitude é própria do verdadeiro etnólogo, antropólogo e pedagogo e constitui o princípio básico do homem intercultural.

Existem igualmente razões pelas quais Manuel de Sá se viu impelido a lutar pela cidadania dos grupos minoritários, nomeadamente dos judeus. Dai a razão porque em vez da palavra tolerância, usamos a de justiça.

Em primeiro lugar ele possuía larga experiência pessoal dos valores desses grupos, pois que conhecia a sua história pelos estudos e investigação que fizera ao longo da sua carreira como estudante, professor e autor de obras escritas. Por isso, Manuel de Sá não só conhecia e aceitava esses grupos minoritários, como também lhes atribuía a legitimidade à existência pacífica, às práticas culturais e ao trabalho do dia-a-dia, do qual dependia o desenvolvimento económico e cultural dos territórios onde se encontravam radicadas. Consequentemente, exigia igualmente para eles direitos de cidadania idênticos aos dos cidadãos da maioria étnica, a católica.

Em segundo lugar, conhecedor da Bíblia, sabia muito bem que as culturas ocidentais, pelo menos a cristã e a árabe, participam muitíssimo da cultura hebraica, não só devido à dependência cristã relativamente à história sacra como também devido aos muitos séculos de convivência instalada na Península Ibérica, entre hebreus, árabes e cristãos. Uma tal interdependência cultural, quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o ponto de vista político, social, cultural e económico, geram o direito à convivência pacífica e à comunhão dos bens do espaço partilhado. Basta recordar os benefícios que nos legou a literatura judia medieval, cuja máxima expressão foi alcançada nos séculos XI e XII em Espanha e cujos representantes de envergadura são: os poetas judeo-hispânicos *Yehuda Halevi*, *Salmón Ibn Gabirol* e *Samuel Ibn Nagrella*; o filósofo, rabino e físico *Maimónides* (1135-1204) o qual, embora escrevesse em árabe, era judeu; o filósofo, astrónomo, escritor e jurista Averroes, nascido em Córdoba, em 1126, e morto em Marrocos, em 1198 e, posteriormente o filósofo luso-holandês, Baruch Espinosa (1632-1677).

Ora, inteligente, aberto e culto como era, Manuel de Sá não podia negar aos judeus e árabes o direito a essa coexistência. Pelo contrário: ele estava mais do que convencido da necessidade de os integrar na sociedade católica, sem lhes extinguir a sua própria identidade judia ou muçulmana.

Assim sendo, Manuel de Sá estava a agir como se o multiculturalismo devesse ser um movimento social e uma educação multicultural, como hoje é considerado por alguns investigadores na linha de Torres (2009, p. 18) que, assim se exprime:

*I consider both multiculturalism as a social movement and a multicultural education. Citizenship education entails what traditionally was called 'civics education', that is, the teaching of constitutional democracy. Three categories are usually associated with civics education: 'civics knowledge' which in the context of constitutional democracy, usually entails knowledge of basic concepts informing the practice of democracy such as public elections, majority rule, citizenship rights and obligations, constitutional separation of power, and the placement of democracy in a market economy that is used as the basic premises of civil society; 'civic skills', which usually means intellectual and participatory skills that facilitate citizenship's judgment and actions; and 'civic virtues', usually defined around liberal principals such as self-discipline, compassion, civility, tolerance and respect.*

### **3 - Conclusão do oitavo capítulo**

Do estudo que acabámos de fazer, aliado a outro integrado na nossa investigação sobre Manuel de Sá, estamos convictos de que ele pode ser considerado um quinhentista português que, para além de se ter dedicado à expansão das ciências bíblicas e teológicas, prestou um grande serviço às ciências da educação em geral, foi um lídimo defensor dos direitos humanos e culturais dos grupos minoritários e um paradigma de interculturalidade num tempo em que a Inquisição dos reis e dos papas lhes negava os direitos mais elementares, como: o direito à liberdade de expressão e de culto, o direito à convivência pacífica, o direito de pertencer plenamente à comunidade composta pelos cidadãos maioritários, com os quais compartilhavam a produtividade e o enriquecimento das localidades onde se haviam estabelecido (Matias, 2008, pp. 44-50).





## **Capítulo 9**

### **Acção de Manuel de Sá no Campo Educacional**



## 1 - Preâmbulo

Baseando-nos em conclusões de autores modernos, como nesta de Rutter et al. (1998, p. 24),

*as escolas com menos delinquência, melhor rendimento, menos absentismo e com menos problemas de disciplina eram as escolas com um bom ethos, ou seja, escolas com padrões de exigência elevados, as escolas em que os professores forneciam aos alunos bons modelos de conduta e onde os alunos eram forçados positivamente, as escolas que inculcavam o sentido de responsabilidade, as escolas com regras bem definidas para toda a gente e que, de modo geral, tinham boas condições e onde as aulas eram bem preparadas e administradas,*

aceita-se, evidentemente, a posição de Gottfredson (2001) segundo a qual, para melhorar a situação das escolas hodiernas, são necessários programas de intervenção centrados: primeiro, nas regras da escola; segundo, no controlo da disciplina e, terceiro, na atribuição de prémios àqueles alunos cuja conduta, dentro e fora das aulas, supere a mediania dos seus condiscípulos e contribua para a melhoria de todo o ambiente escolar.

A escola surge assim como uma instituição que, pela maneira como se encontra organizada e como funciona, pode incrementar um desenvolvimento social mais intenso dos seus alunos. Ainda para este último autor, as escolas que possuem alunos com menor rendimento escolar e mais problemas comportamentais apresentam regras pouco claras, inadequadas e sem firmeza na exigência da sua aplicação; respostas hesitantes ou contraditórias por parte da gestão; descoordenação; desinteresse e percepção deficiente das regras por parte de professores e alunos; falta de cooperação entre o corpo administrativo e o corpo docente, bem como recursos humanos e materiais insuficientes.

Ora, esta tendência actual de recorrer a um método que envolva no rigor organizativo tanto a escola como instituição, como os professores, os auxiliares de educação, os alunos e os seus encarregados de educação, no sentido de minorar os problemas de indisciplina, se não puder resolvê-los completamente e para melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos, parece-nos encontrar alguns suportes no método preventivo e motriz da *Ratio Studiorum* que Manuel de Sá ajudou a elaborar e a estabelecer entre os Jesuítas dos primeiros tempos e cujas regras ele próprio seguiu, como tentaremos esclarecer.

## **2 - Aspecto Pedagógico e Metodológico da Ratio Studiorum**

### **2.1 - Um longo percurso percorrido e seus fundamentos**

Formado segundo o método parisiense, Inácio de Loiola serviu-se dele como modelo nos seus primeiros colégios e fez dele o precioso exemplar para a elaboração da sua própria *Ratio Studiorum* ou *Modo de seguir os Estudos*, de modo a que fossem os luminares da educação em todos os Estabelecimentos de Ensino da sua Sociedade.

Além de Inácio, o *Modus Parisiensis* (Ordem e maneira de Paris) foi, primeiro, seguido por Lainez e Salmerón na Universidade Complutense de Alcalá de Henares (fundada pelo Cardeal Cisneros) e aprovado por Constituição de 1510; *depois no Colégio Monteagudo e, finalmente, no Colégio de Santa Bárbara* (Gomes (1996a, pp 84-85). Segundo este mesmo autor (Idem, p. 85), a Ordem dos estudos em Paris era distinta daquelas que eram seguidas noutras universidades europeias da época. Pelo menos havia diferenças substanciais entre o *modo parisiense* e o *modo itálico* que, para melhor apreensão, assim ordenamos:

## 2.2 - Sinopse entre o *Modus Parisiensis* e o *Modus Italicus*

**Tabela 20: *Modus Parisiensis* e o *Modus Italicus***

| Em Paris ( <i>Modus Parisiensis</i> )                                                                                        | Em Itália ( <i>Modus Italicus</i> )                                                                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prevalecia o corpo de Professores                                                                                            | Prevalecia o corpo de alunos                                                                                |
| As Lições eram dadas em Colégios agregados à Universidade                                                                    | As Lições eram dadas na própria Universidade                                                                |
| Reinava a disciplina                                                                                                         | Era grande a liberdade dos alunos                                                                           |
| O Currículo era rigorosamente determinado e era percorrido por professores e alunos                                          |                                                                                                             |
| Eram mais frequentes as lições dos professores às quais se seguiam exercitações escolares                                    |                                                                                                             |
| Eram formadas classes (Turmas) diferenciadas conforme o aproveitamento dos alunos                                            |                                                                                                             |
| Para cada classe estava designado um professor                                                                               |                                                                                                             |
| A matéria era mesmo dada                                                                                                     |                                                                                                             |
| Os alunos passavam à classe seguinte após rigoroso exame                                                                     |                                                                                                             |
| A convivência professor/aluno era familiar                                                                                   |                                                                                                             |
| O professor era solícito com o aproveitamento do aluno                                                                       |                                                                                                             |
| Caracterizava-se pela sua sistematização exigente, pela organização dos seus cursos, classes restantes actividades escolares | Caracterizava-se pela sua <i>informalidade</i> e pela sua consequente carência de sistematização pedagógica |

**Fonte:** Adaptação de Gerardo Remolina Vargas (2005)  
[Online] [Consult 18/11/08] Disponível em <http://www.javeriana.edu.co/Facultades/Educacion/08/docs-generales/fut-educ.pdf>.

Antes de se aplicar a *Ratio Studiorum*, muitas das regras do *Modus Parisiensis* foram provadas nos seguintes Colégios:

1. Colégio de Montaigu, fundado em 1508 (Gomes, 1996a, pp. 87-92);
2. Heptadogma - Colégio de St<sup>a</sup> Bárbara, fundado em 1518 (Idem, pp. 93-102);
3. João Sturm – Comentários e Ratio do Colégio de S. Jerónimo de Liège, fundado em 1538 (Idem, pp. 103-105);
4. Constituição do Colégio de Messina Jerónimo Nadal (1548) (pp. 112-113);

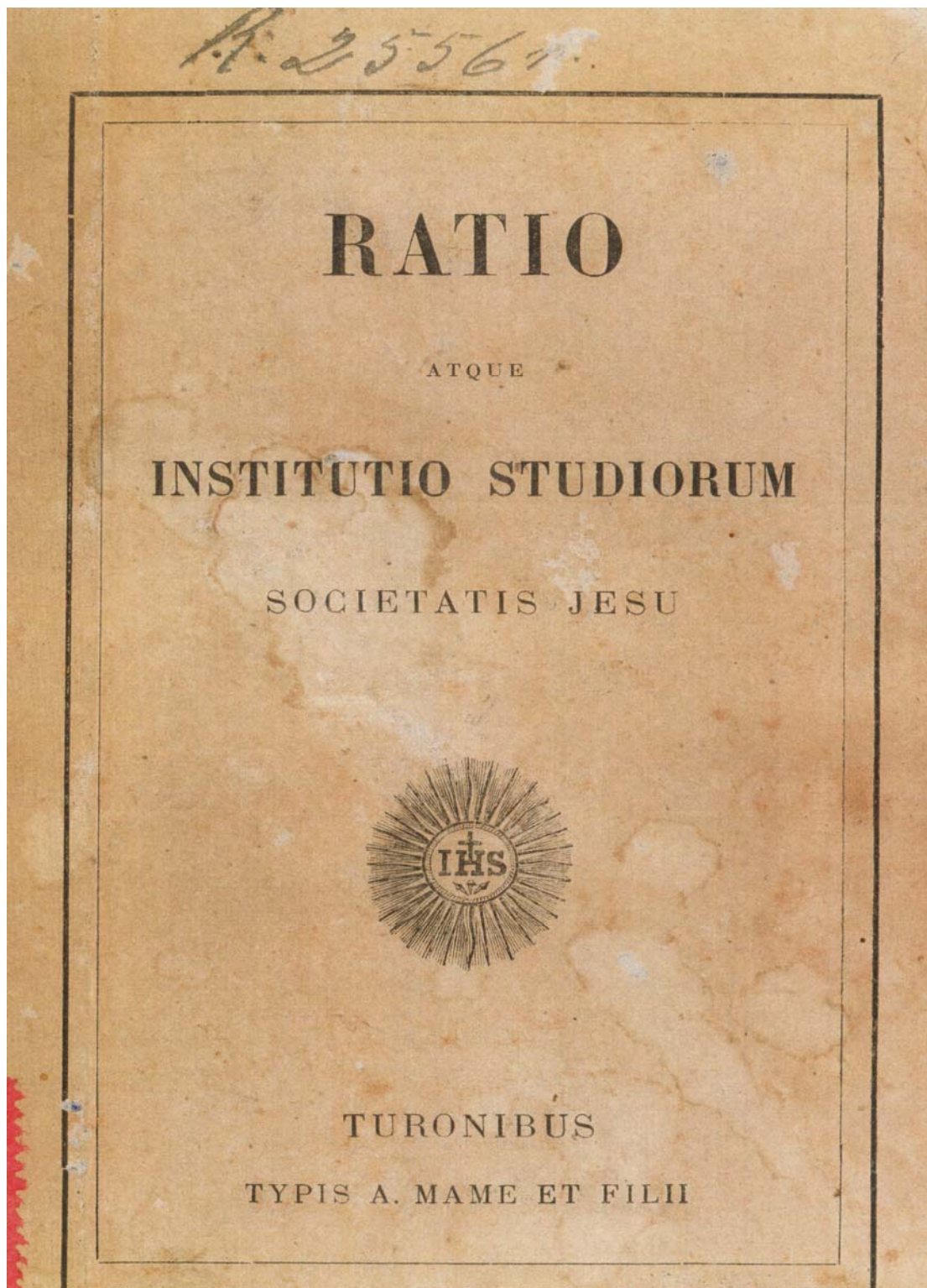
5. Colégio Real ou Colégio das Artes – Coimbra, fundado em 1548 pelo rei D. João III. Passou para as mãos dos Jesuítas em 1553). Gomes dá, aqui, as Regras desse Colégio que estava na mira de Inácio de Loyola e estas regras ocupam as páginas 106-109 de Gomes (1996a);
6. Catálogo das Lições do Colégio das Artes Coimbra (1555). Este catálogo é uma carta escrita por Leão Henrique, Reitor do Colégio, onde enumera o programa... (Idem, pp. 110-111).

Todas estas Ordem de Estudos acima mencionadas serviram de base à elaboração da célebre *Ratio atque Institutio studiorum Societatis Iesu* ou Ordem e Maneira dos Estudos da Companhia de Jesus, impressa em 1598 e aprovada definitivamente em 1599 (Idem, pp. 114-194).

Embora Gomes, ao falar do Colégio de Jesus de Coimbra (Idem, pp. 70-72), não fale nem da data da sua fundação, nem se as regras aí seguidas eram as do *Modus Parisiensis*, podemos avançar duas informações: 1ª - a fundação do Colégio situa-se em 1547, depois da criação da primeira residência por Manuel Godinho, em 1542 (*Epist. Mixt I*, pp. 143-145); a Ordem dos Estudos do Colégio de Coimbra, ao interpretar quer a Bíblia, quer S. Tomás de Aquino, quer os *Casus Conscientiae*, deve seguir o que foi estabelecido por Pedro Dionísio a partir da sentença dos Doutores Manuel (de Sá), Parra, Ledesma, Bento, etc. (Idem, p. 571 e Matias (1999, p. 190).

Note-se que este último documento é a tradução de Gomes do nº 73 da Autobiografia de Inácio, ditada por este ao português Gonçalves da Câmara. Compõe-se de 492 Regras distribuídas por 29 temas, conforme são identificados na Tabela apresentada depois da ilustração relativa à *Ratio* de 1876.

**Ilustração 21:** Edição Turonibus de 1876 da *Ratio Studiorum*



**Fonte:** Fotocópia do exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa



## 2.3 - Regras da *Ratio atque Institutio studiorum Societatis Iesu* (Ed. 1876)

**Tabela 21: Regras da *Ratio atque Institutio studiorum Societatis Iesu* (1876)**

| Ordem numérica dos Temas | Subdivisões para cada sujeito | Regras<br>(Retiradas ex Editione Turonibus M DCCC LXXVI)                         |
|--------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 1                        | 40                            | Regras do <i>Prepósito Provincial</i> (pp.3-20)                                  |
| 2                        | 24                            | Regras do Reitor (pp. 20-25)                                                     |
| 3                        | 30                            | Regras do <i>Prefeito dos Estudos</i> (pp. 25-32)                                |
| 4                        | 20                            | Regras Comuns dos Professores das Faculdades Superiores (pp. 32-37)              |
| 5                        | 20                            | Regras do Professor de Sagrada Escritura (pp. 37-41)                             |
| 6                        | 5                             | Regras do Professor de Língua Hebraica (p. 41)                                   |
| 7                        | 14                            | Regras do Professor de Teologia Escolástica (pp. 42-46)                          |
| 8                        | 11                            | <i>Regulae Professoris Histprie Ecclesiasticae</i> (p. 46-47)                    |
| 9                        | 5                             | <i>Regulae Professoris Iuris Canoici</i> (p. 48)                                 |
| 10                       | 11                            | <i>Regulae Professoris Theologiae Moralis</i> (pp. 48-51)                        |
| 11                       | 44                            | <i>Regulae Professoris Philosophiae</i> (pp. 51-59)                              |
| 12                       | 50                            | Regras do Prefeito de Estudos Inferiores (pp. 59-72)                             |
| 13                       | 11                            | Regras (Normas, leis) para o exame escrito (pp. 73-74)                           |
| 14                       | 13                            | Normas para os prémios (pp. 75-77)                                               |
| 15                       | 50                            | Regras comuns dos Professores das calasse inferiores (pp. 78-90)                 |
| 16                       | 19                            | Regras do Professor de Retórica (pp. 90-98)                                      |
| 17                       | 10                            | Regras do Professor de Humanidades (pp. 98-103)                                  |
| 18                       | 10                            | Regras do Professor de Classe Suprema de Gramática (pp. 103-107)                 |
| 19                       | 10                            | Regras do Professor da Classe Média de Gramática (pp. 107-111)                   |
| 20                       | 9                             | Regras do Professor da Classe Ínfima de Gramática (pp. 111-115)                  |
| 21                       | 11                            | Regras dos Escolásticos da Nossa Companhia (pp. 115-117)                         |
| 22                       | 14                            | Regras para os que durante um biénio repetem em privado a Teologia (pp. 117-120) |
| 23                       | 7                             | Regras do Ajudante do Professor ou Bedel (pp. 120-121)                           |
| 24                       | 15                            | Regras dos Alunos Externos da Companhia (pp. 121-123)                            |
| 25                       | 12                            | Regras da Academia (pp. 124-126)                                                 |
| 26                       | 6                             | Regras do Prefeito da Academia (pp. 127-128)                                     |
| 27                       | 8                             | Regras da Academia Teólogos e dos Filósofos e (pp.128-129)                       |
| 28                       | 5                             | Regras da Academia dos alunos de Retórica e Humanidades (pp. 129-131)            |
| 29                       | 8                             | Regras da Academia dos Gramáticos. (pp. 131-132)                                 |

De todo o conjunto das regras desta *Ordem de Estudos* ressaltam sete grandes classes de pessoas cujas funções são objecto de regulamentação, tais como:

- 1- Superiores (Prepósito Provincial, Reitor, Prefeito dos Estudos, Prefeito de Estudos Inferiores, Prefeito da Academia, Prefeito da Academia dos Teólogos e dos Filósofos);
- 2- Professores de Faculdades Superiores, Sagrada Escritura, Teologia Escolástica, Língua Hebraica, Casos de Consciência, Filosofia, Matemática, classes inferiores, Retórica Humanidades, Classe Suprema de Gramática, Classe Média de Gramática, Classe Ínfima de Gramática;
- 3- Ajudante do Professor ou Bedel;
- 4- Escolásticos da Companhia;
- 5- Repetentes do *Biénio* de Teologia;
- 6- Alunos Externos à Companhia;
- 7- Academias de Teólogos e Filósofos, Gramáticos, Retóricos e Humanistas.

Destas sete classes destacam-se:

- quatro *Vertentes Pedagógicas* muito importantes na vida dos estudantes: Estudo, Exames, Teatro e Prémios;
- um *Processo da Aprendizagem*, feito através de uma progressão contínua e metódica, num ritmo trinómico: estudar, repetir, disputar;
- os *Exercícios escolares* obrigatórios que consistiam em *Prelecções* ou *Declamações*, *Lições decoradas*, *Composições* e *Desafios/Jogos*.

Este conspecto geral mostra como a *Ratio Studiorum* era um Programa que procurava envolver na *Pedagogia Inaciana*, toda a comunidade educativa, incluindo os pais dos alunos. Assim o preceitua a Regra 46 que é dirigida aos professores das classes inferiores: *Se parecer necessário falar de vez em quando com os pais dos alunos, proponha ao Reitor se devem ser chamados pelo prefeito ou por outro, ou antes, se a dignidade das pessoas o pedir, se deve ser ele a visitá-los* (*Ratio Studiorum*, 1876, pp. 89-90; Gomes, 1996a, p. 160). Deste modo, se por *Pedagogia* se entende, segundo o *Ideário dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal* (Ideário, 1996, 2ª ed., p. 12), *a arte e a ciência de ensinar ou o caminho pelo qual os professores acompanham os alunos no seu crescimento e desenvolvimento*, a *Ratio* não pode resumir-se a uma pura

metodologia. O seu objectivo extravasa o círculo de um ou de múltiplos métodos. Ela deve, continua o mesmo documento, objectivar *a visão do mundo e da pessoa humana a ser educada*, perspectivando a finalidade dos orientandos, de acordo com uma tradição educativa consentânea com as necessidades do tempo e dos lugares e oferecendo-lhes *critérios apropriados à escolha dos meios a serem utilizados no processo da educação* (Ibidem).

Para compreender melhor todo esse programa será necessário compreender, em primeiro lugar, que *a Pedagogia Inaciana é inspirada pela fé* (Idem, p. 10) e, em segundo lugar, que o objectivo da Educação Jesuítica, hoje, como sempre foi, no entender do Padre Geral, Peter-Hans Kolvenbach (Idem, p. 12), *continua a ser correctamente (...) a promoção do desenvolvimento intelectual de cada aluno (ou aluna) na plena medida dos talentos que lhe foram dados por Deus*.

O mesmo Peter-Hans Kolvenbach adverte para a distinção que deve ser feita entre a aprendizagem quantitativa e qualitativa, tende presente a necessidade do completo desenvolvimento da pessoa humana, que ele supõe ter o seu fundamento na presença e acção de Deus e que orienta a Pedagogia Jesuítica. Segundo ele, a Pedagogia desejada por Inácio de Loiola *nunca foi simplesmente amontoar uma quantidade de informações ou em preparar uma profissão, embora elas sejam importantes, em si, e úteis para surgirem líderes cristãos*. Em primeiro lugar, o objectivo último da educação que ele promove é muito mais vasto e ambicioso. Ele perspectiva e prossegue o *completo desenvolvimento da pessoa que leva à acção – acção especialmente inspirada pelo espírito e presença de Jesus Cristo, Filho de Deus, o ‘Homem-para-os-outros’* (Ibidem)

Tal objectivo, assim vitalizado pela acção, reflexão e contemplação, estimula os alunos (e as alunas) para a auto-disciplina e iniciativa, para a integridade e para a exactidão. Em contraposição, *julga os modos de pensar negligentes e superficiais indignos do indivíduo e, ainda mais, perigosos para o mundo que ele ou ela é chamado(a) a servir*. Esta mesma doutrina sobre o objectivo da educação jesuítica já tinha sido resumida pelo Padre Arrupe (Idem, pp. 12 e 13) com estas palavras: *formar homens e mulheres para os outros*.

Nesta perspectiva, os professores têm um lugar de destaque, como primeiros responsáveis da Educação Inaciana, pois é com eles e por meio deles (através quer da

sua sabedoria, experiência, exemplo, quer da relação que estabelecem com os alunos, superiores e restantes membros da Comunidade Educativa, incluindo auxiliares e pais) que esse objectivo melhor poderá ser alcançado.

### 3 - Qualidades e Obrigações dos Professores

As principais obrigações dos docentes segundo a *Ratio Studiorum* e que, ainda hoje, têm validade, podem sintetizar-se nas seguintes:

#### 3.1 - Preparação profunda

*Investigação inicial*: sem esta, o docente não se encontrará preparado para desempenhar cabalmente a sua missão de transmissor do saber. O que poderá transmitir, quem nada ou pouco assimilou e digeriu?

Segundo o espírito de S. Inácio, é exigida, a todos os professores, não só uma preparação muito aprofundada mas uma preparação que seja feita *in loco*, de modo a exercitarem-se naquilo que vão aprendendo. Daí a prática corrente de colocar os alunos mais adiantados a ensinar nas classes inferiores (Gomes, 1996a, p. 123, nº 29) e fazerem um tempo probatório no ensino antes de ascender a grau superior. Também hoje, esta prática continua entre os jesuítas. Conhecedores de que *as técnicas de ensino só são dominadas através da prática, os professores necessitam não apenas duma explicação dos métodos, mas da oportunidade de os praticarem*, donde se empenharem na *formação do pessoal da escola e nível da província ou da escola local*, como sendo *parte essencial e integrante do Projecto de Pedagogia Inaciana* (Ideário, 1996, p. 44). Estão, hoje, a seguir o que na *Ratio Studiorum* se estabelecia para as aptidões dos professores. Falando do *recrutamento de professores*, cabia ao *Prepósito Provincial* a função de advertir o *Prefeito dos Estudos Inferiores* e dos *Recreios* que:

*Preveja com antecedência quais os professores que pode ter para cada uma das faculdades. Tenha presente: os que são mais aptos para determinada coisa; os que são doutos, diligentes e assíduos e que sejam estudiosos para estarem à frente dos alunos quer nas lições quer noutras exercitações literárias.*

(*Ratio Studiorum*, 1876, p. 4, nº 4; Gomes 1996a, p. 116, nº 4)

De seguida dá indicações sobre o perfil do professor de Sagrada Escritura, sobre as horas de estudo dessa disciplina e diz que *deve optar-se por alguém que seja perito em línguas e não somente grego por causa do Novo Testamento e da Versão dos setenta*,

*mas também caldeu e sírio uma vez que há muito destas línguas por todos os livros canónicos. (Ratio Stuiorum, 1876, p. 4, nº 7); Gomes, 1996<sup>a</sup>, Ibidem).*

Quando se trata de Docentes incompetentes ou contrários a São Tomás de Aquino, o mesmo documento diz: *Os que, porém, lhe forem alheios, ou pouco estudiosos, afastem-se da função de docentes* (Idem, p. 117).

Antes do estudo da Filosofia, que durava três anos, os jesuítas deviam cursar retórica durante dois anos (*Ratio Studiorum*, 1876, p. 6 nº 17, 18; Gomes, Idem, p. 118, nnº 17,18) e o curso de Teologia durava quatro anos (Idem, p. 117, n. 9).

Relativamente aos professores de Humanidades, dizia a *Ratio Studiorum*: *Para conservar o conhecimento das letras humanas e promover uma espécie de seminário de professores, estude (o Prefeito dos Estudos) como ter dois, como mínimo, ou três professores na província que satisfaçam a estas letras e eloquência (...) As suas obras e assiduidade de bons professores e convívio possam servir de alimento e de estímulo* (*Ratio Studiorum*, 1876, p. 14, nº22); Gomes 1996<sup>a</sup>, Idem, p. 122, nº 22).

### **3.2 - Actualização (Investigação contínua)**

Se hoje, com o desenvolvimento das novas tecnologias, a ciência evolui constantemente e se difunde a passos de gigante, não se compadecendo com as mentes acomodadas ao ostracismo cultural, nos tempos para os quais foi feita a *Ratio* também os conhecimentos, um dia adquiridos, tinham de ser complementados com os novos dados que iam surgindo no seu decurso. Assim, também ficou estabelecido que tal complemento fosse procurado e subvencionado pelas *academias para formar professores*.

Para dar cumprimento a tal tarefa, os professores, diz o texto da *Ratio*, *ao chegarem à docência, para que se tornem mais instruídos, é muito necessário que se exerçam em academia privada. Recomende isso ao reitor, que o executará diligentemente como está na sua regra* (Idem, p. 124, nº 30). De facto, ao reitor cabia a tarefa de diligenciar para que os *professores que costumam ensinar gramática e letras humanas não cheguem à docência das classes inferiores sem que três vezes na semana, por espaço de uma hora, se encontrem com ele os que hão de vir a ser professores para se instruírem para o*

*magistério. E isto, lendo, ditando, escrevendo, corrigindo e assistindo a outras funções de bom preceptor (Ratio Studiorum, 1876, p. 22, nº 9; Gomes, Idem. p. 128, nº 9).*

### **3.3 - Responsabilidade e Interesse pelo bem dos alunos**

Se uma pessoa não responde pelos actos próprios nem pelos actos daqueles que estão debaixo das suas ordens, então não existe ordem, não há controlo das situações. Não se vive numa sociedade justa e pacífica mas numa sociedade caótica, onde autómatos errantes se cruzam sem obedecerem aos seus próprios criadores.

Para evitar tais desmandos necessitam-se orientadores que sejam responsáveis e que procurem o bem dos alunos, secundando os fins dos Estudos da Companhia que se resumem ao seguinte: *Sendo um dos primeiros ministérios da nossa Companhia – dar aos outros todas as disciplinas congruentes com o nosso Instituto – para serem levados ao conhecimento e amor de nosso Criador e Senhor, tenha o Prepósito Provincial cuidado com todo o estudo para que o fruto que a graça da nossa vocação exige, responda abundantemente ao múltiplo trabalho das nossas escolas (Gomes, Idem. p. 115, nº 1)*

### **3.4 - Promoção dos bons costumes**

Esta prática faz parte das normas da *Ratio Studiorum*, pois na secção das *Regras comuns* para os Professores das classes inferiores que versam sobre a finalidade dessas classes, diz-se claramente que

*O professor forme os adolescentes que forem confiados à educação da Companhia, de tal forma, que, juntamente com as letras, vão aprendendo também os costumes dignos de um cristão. Ponha pois primordial atenção quer nas aulas, quando se proporcionar ocasião, quer fora delas em preparar as tenras mentes dos adolescentes para o serviço e amor de Deus e das virtudes que são do seu agrado. (Idem, p. 151 nº 1).*

### **3.5 - Cuidado da Disciplina**

*Esta depende da observância dos regulamentos. Daí que os professores devem ter o máximo cuidado em levarem os alunos a observar as regras contidas na Ratio e a praticar o que se diz a respeito dos seus estudos. Este tema termina com a seguinte advertência: O que mais facilmente se conseguirá com a esperança de honras e prémios e com o temor da desonra do que com a vara (castigo) (Idem, p. 159, nº 39).*

Relativamente à Teologia, a mesma *Ratio Studiorum* exige do mesmo Prepósito Provincial (Idem, p. 117, nº 9) que o Professor desta disciplina *tenha curso de teologia em quatro anos (...). Tenha contudo bem presente que não devem ser promovidos à cátedra teológica senão os que forem bem afeiçoados a S. Tomás.*

No campo da responsabilidade, Manuel de Sá foi exemplar. Tanto no campo das aprendizagens e do ensino como no da direcção de Casas Residências e de Colégios, correspondeu sempre ao que dele esperavam os seus superiores. No que diz respeito ao interesse mostrado pelos seus alunos, podemos deduzi-lo do facto de se dizer que os seus alunos nas aulas e os seus ouvintes nas pregações se elevavam e enlevavam ao ouvi-lo. O *ser bem-falante*, que nele parecia natural, não dependia tanto de um dom natural como também de uma profunda investigação e de uma atenta análise introspectiva que fazia a propósito do ser humano, por cuja felicidade trabalhava e lutava.

### **3.6 - Respeito pelos alunos**

O professor deve guardar respeito aos alunos, segundo as regras estabelecidas (Idem, p. 146, nº 47) o que se traduz por *não chamar os alunos durante o tempo de classe a não ser com moderação*, nem nunca se aproveitar *do tempo do trabalho dos alunos para escrever ou para qualquer outra tarefa*, e nunca permitir que outros o façam.

### **3.7 - Uniformidade e vigilância quanto ao modo de ensinar**

Uma das regras dadas ao *Prefeito de Estudos* inferiores era aquela que dizia respeito ao *Modo de ensinar* e que dizia: *procure com grande empenho que os novos professores guardem com esmero o modo de ensinar e outros costumes de seus predecessores*. Esta regra era complementada por outra que se referia às visitas que deveriam ser feitas às aulas a fim de ouvir e observar se nelas se verificavam, por parte dos professores, os imperativos fundamentais da Companhia. Para bem ajuizar da competência dos que deviam ser avaliados, o *Prefeito de Estudos* é aconselhado a que:

- 1) *Oiça, pelo menos quinze dias, as lições de cada um dos que ensinam*
- 2) *Observe se dedicam à doutrina cristã o tempo e o esforço devidos,*
- 3) *Se avançam o suficiente em explicar e repetir a sua tarefa*
- 4) *Se se portam com os discípulos de modo conveniente e plausível em todas*

*as coisas* (Idem, p. 137).

#### **4 - Qualidades e obrigações dos Alunos**

A este respeito mencionamos apenas aquelas orientações que supomos válidas ainda para os alunos do século XXI, sendo elas, a nosso ver, as seguintes:

##### **4.1 - Aceitação das regras estabelecidas**

Na sociedade humana e mesmo entre seres que vivam de certo modo em sociedade, o correcto funcionamento está sujeito à observância de regras preestabelecidas. Sem elas não há propriamente uma sociedade, pois que cada um age individual e egoisticamente, como se, além de si, ninguém mais existisse e fosse detentor de direitos.

No sistema educativo vigente está tudo regulamentado. São as regras impostas pelos agentes impulsionadores da globalização; são as leis gerais de cada país; são as regras emanadas dos ministérios da educação; são as normas próprias de cada região; são os regulamentos internos de cada escola e agora de cada agrupamento de escolas. E toda esta regulamentação tem por objectivo normalizar e orientar o modo como devem ser educados não só os agentes sociais do futuro, mas inclusive os agentes do presente, aplicando-se-lhes o processo de reformulação da aprendizagem, tida por insuficiente ou por não correspondente às necessidades actuais.

E esta educação moderna serve interesses provenientes de quadrantes que nem sempre vão de encontro às expectativas dos visados. E procura ser globalizante ao máximo para o que servem todos os meios de comunicação que nos bombardeiam a todo o momento.

Em todos os países, cidades e povoações dos vários continentes dá-se quase instantaneamente a comunicação entre os seus habitantes. O mundo tornou-se numa grande aldeia, onde todos se falam ou podem falar, onde, de um momento para o outro, se passa do espaço individual para o de toda a gente. Deste fenómeno falava já Marshall McLuhan, numa entrevista sobre os *Média*, especialmente sobre a Televisão, na qual ele dizia, a 18 de Maio de 1960, que o Mundo é um aldeia global. Reportando-se aos avanços dos meios de comunicação, referiu que o *livro*, apesar de continuar a ter a sua importância, deixou de ser Rei da comunicação, cedendo o seu lugar a outros meios modernos, entre os quais se destacam o Telefone e a Televisão [Online] Consult 09/04/-



08]. Disponível em [http://archives.cbc.ca/arts\\_entertainment/media/clips/342-1814/](http://archives.cbc.ca/arts_entertainment/media/clips/342-1814/).

Na segunda metade do século XX e inícios do século XXI, outro meio de comunicação – a Internet – tornou o mundo não apenas numa aldeia mas, sim, num único salão onde a comunicação se faz entre todos os homens, instantaneamente, desde que se aperte uma tecla! Vemos, ouvimos e falamos como se estivéssemos, lado a lado, ou frente a frente!

Mesmo assim, a sociedade necessita de algum sistema de aprendizagem, já que mais não seja para dominar as novas tecnologias pois para tal se exige organização, regulamentos e ambientes favoráveis. A infracção a esses imperativos leva à desorganização e à falta de justiça para com os restantes membros, pelo que devem ser admoestados ou coagidos à mudança de atitudes ou comportamentos. Com efeito, a liberdade de um indivíduo singular ou de um pequeno grupo não pode sobrepor-se à liberdade e bem-estar de toda a comunidade. O mesmo acontece com a Comunidade Escolar, da qual fazem parte professores, auxiliares, alunos e encarregados de educação. A este respeito Marques (2002, p. 14) reporta as palavras de Hegel, que diz:

*a haver alguns alunos que não sejam capazes de respeitar as relações de cortesia e as regras da boa conduta, então o reitor deve devolver esses alunos às respectivas famílias, para que elas façam aquilo que às famílias compete fazer, ou seja, fazer respeitar as regras da convivência social*

Esta atitude em relação aos alunos faltosos e suas famílias fundamenta-se na *Ratio Studiorum* da Companhia. De facto podemos ver em Gomes (1996a, pp. 145-146, nºs 37-42) o modo como os Jesuítas procediam no capítulo da correcção fraterna e da expulsão da classe: *quando nem a palavra nem o ofício do corrector forem suficientes*, deve-se expulsar o aluno da aula. Esta norma, porém, embora se deva situar no tempo em que não havia uma escola de massas, hoje terá que ser adaptada à escola actual, tendo sempre em conta a correcta normalização do ambiente escolar.

Hoje, infelizmente, não é fácil mandá-los para casa, muito menos para que sejam educados pelas famílias, uma vez que muitas destas não possuem essas competências ou porque delas abdicaram por razões complexas. Por outro lado, a escola encontra-se manietada de pés e mãos por despachos do Ministério da Educação de modo a não poderem pôr no devido lugar alunos que vagueiam nos recreios e corredores, que se insurgem contra professores e auxiliares, que maltratam os colegas e põem em alvoroço

as salas de aulas. E, quando se alega que existe a possibilidade de os mandar para fora das aulas, essa possibilidade está de tal modo condicionada por processos burocráticos que convidam os ofendidos a preferirem esquecer a ofensa a accionarem os mecanismos para dar curso à queixa.

Por outro lado existe, infelizmente, a péssima actuação de alguns encarregados de educação ou pais que, desconhecendo as boas maneiras de agir, se atrevem a entrar nas escolas para ameaçar ou agredir auxiliares de educação ou docentes, porque são levados por acusações feitas pelos seus educandos, como se estes fossem mais honestos e fidedignos e do que aqueles.

#### **4.2 - Assiduidade, diligência e silêncio**

Entende-se por *assiduidade* (do lat. *Assiduitas*, -atis) a presença regular nas aulas, com vista ao cumprimento do dever de estudante ou aprendiz. Quem assiste com irregularidade às explicações, terá o resultado correspondente: atrasar-se-á em relação aos outros, cometendo dois erros que lhe poderão custar muito caro – a perda de parte da matéria e a consequente deficiência de bases necessárias à progressão. Além disso está a cometer uma grave injustiça para com os colegas e professor que terão de atrasar o desenvolvimento regular do programa.

Com a assiduidade relaciona-se a diligência, proposta como uma das condições para o bom rendimento escolar. Esta qualidade obriga os alunos a estarem atentos às explicações dadas nas aulas, a repetir essas mesmas e a tomar notas, especialmente daqueles pontos que menos entendem, para pedirem ao professor explicações mais pormenorizadas durante ou depois das aulas (Idem, p. 182, nº 4).

Contra a diligência estão a preguiça, o barulho e a dispersão. Por isso, nas Regras dos alunos externos da Companhia, frisava-se bem a necessidade de ordem e de silêncio. Tanta importância se lhes atribuía que se pormenorizavam, ao máximo, os vícios que, já nesse tempo, existiam: andar nas salas de um lado para o outro; sair da sala sem licença do professor; marcar e gravar sinais, figuras ou riscos, tanto nos bancos e na tribuna, quanto nas cadeiras e nas paredes, etc. A todos se exigia que *cada um, em seu banco e assento, atenda a si mesmo e as suas coisas com compostura e silêncio* (Idem, p. 185, nº10)

### 4.3 - Más companhias

A *Ratio*, além de pedir aos alunos que sejam assíduos, diligentes e bem-comportados, proíbe-lhes a ida a espectáculos públicos ou que assistam e tomem parte em jogos que sejam perniciosos. Em caso de falta, deve enviar-se alguém a casa para falar com os seus pais. Se a ausência for alongada *devem ser mandados ao Prefeito e não devem ser admitidos na aula sem consentimento do Prefeito* (Idem, p. 159, nº 41). Acentua, ainda, o perigo das más amizades, dos maus encontros e mesmo dos encontros suspeitosos (Idem, p. 185, nº 11).

É claro que hoje não se pode exigir o cumprimento desta regra, sem se lhe adicionar uma explicação adequada. Não está em causa o sair nem o assistir a espectáculos públicos ou a jogos. Continua válido, no entanto, tudo o que se refere à necessidade de evitar as más companhias e as más amizades, enquanto estas podem conduzir (e normalmente conduzem, ainda hoje) a consequências desastrosas. Veja-se o que modernamente acontece nas nossas escolas: o consumo de drogas, o alcoolismo, o roubo, a violência, o amor livre e irresponsável, etc. são, muitas vezes, propagados através de uma convivência com maus colegas, ou não colegas que se frequentam com assiduidade.

É frequente, hoje em dia, falar-se em grupos de menores que sob o efeito de estupefacientes, do álcool e de maus exemplos se dão à violência, a assaltos e mesmo a atentados contra a integridade física, psicológica e moral de outros, colegas ou estranhos. O exemplo da *Ratio*, que advertia pais e professores para que vigiassem os seus educandos relativamente à influência das más companhias, poderá ser ainda válido nos dias de hoje, ponde de parte o medo de serem apontados como botas-de-elástico ou de ultrapassados.

A propósito do comportamento dos alunos, está contemplado na *Ratio*, também, o relacionamento interpessoal dos superiores e professores quer com os alunos, quer com os seus respectivos pais. Aconselha-se, por exemplo: *Se parecer necessário falar, por vezes, com os pais dos alunos, o Prefeito aconselhe-se ante o Reitor se devem ser chamados por si próprio, ou se por outro, ou antes, se a dignidade das pessoas o pedir, se deve ser ele a visitá-los* (Idem, p. 160, nº 46).

No entanto relativamente aos bons costumes e ao mau comportamento a *Ratio Studiorum* (1876, p. 122, nº 7 diz expressamente:

*Intelligent in iis, quae ad mores ac studia bonarum artium spectant, cum praecepta, sive admonitiones, minus proderunt, Magistros poenis etiam severis esse usuros: qui aut eas recusarint aut spem emendationis non ostenderint, aut caeteris molesti, sive exemplo suo perniciosi fuerint, sciant se ex nostris scholis esse dimittendos.*

#### 4.4 - Auto-estima

Trata-se, aqui, do apreço ou consideração que um aluno deve ter por si próprio. A auto-estima é fundamental em todo o processo de aprendizagem. Quem não acredita em si próprio, nas suas capacidades e na sua força de vontade, dificilmente conseguirá bons resultados nos estudos. O princípio básico do sucesso é acreditar que se é capaz de realizar aquilo que se propõe ou aquilo que lhe é proposto alcançar. Deste princípio emana o do esforço pessoal e o da procura de condições e meios que o ajudem a alcançá-lo.

#### 4.5 - Estudo

Estudo (do lat. *Studium* – aplicação, proveniente do verbo *studeo*, *studere*, com a significação de *ter gosto por*, *ter dedicação por*, *aplicar-se*, segundo os bons dicionários da língua de Cícero) tem de ser tomado no sentido de aplicação intelectual e metódica com a finalidade de se instruir, tanto nas aulas ou salas de estudo, como em casa ou nas visitas extra-curriculares. A Regra 24, sobre os alunos externos diz: *Apliquem-se com seriedade e constância a seus estudos. Sejam assíduos em chegar a tempo à aula e diligentes em ouvir e repetir as preleções e em executar os demais exercícios. Se não entenderem alguma coisa com clareza ou tiverem dúvida, consultem o professor* (Gomes, 1996a, p. 185, nº 9).

Para que os alunos pudessem aplicar-se de modo a tirarem elevado proveito do seu estudo individual e privado, existia um plano que o *Prefeito de Estudos* deveria ordenar e propor aos alunos: *Ordene, quer para os nossos, quer para os alunos externos o plano de estudos, de repetições, de disputas, e distribua de tal maneira o tempo que disponham bem as horas do estudo privado.* (Idem, p. 135, nº 27).

O estudo referido é sobretudo o *individual*. Mas o colectivo também se aconselhava,

especialmente o que era feito nas academias que cobriam toda a gama de alunos: a Academia dos Filósofos e Teólogos, a dos de Retórica e Humanidades, a dos Gramáticos e a de Línguas (Idem. 188, 190, 191, 192, 127), onde se discutiam temas relativos às matérias leccionadas, havendo a obrigação de redigir relatórios e fazer revisões, etc. Era aconselhável que os exercícios mais categorizados fossem apresentados publicamente com alguma solenidade (Idem, p. 192, nº 4). Advertia-se, porém, que aqueles que faltavam frequentemente ou se recusavam a participar nos exercícios e principalmente aqueles que eram perturbadores deviam ser despedidos (Idem, p. 186, nº 6) para o bem de todos os outros alunos.

Preceitua-se ao Prefeito de Estudos (Idem, pp. 143-144, nº 30) que,

*(...) por meio dos professores ou por outros Prefeitos de seus respectivos colégios, distribua o tempo não só aos nossos estudantes, mas também aos seminaristas e aos pensionistas e, se não houver obstáculo, mesmo aos externos para que empreguem bem as horas de estudo privado.*

Adverte-se igualmente que o tempo de estudo não deve prolongar-se por mais de duas horas seguidas, sem ser intervalado: *Ninguém se ocupe a estudar ou a escrever mais de duas horas sem intermediar algum tempo de intervalo* (Idem, p. 182, nº 10).

#### **4.6 - Objectivo(s) bem definido(s)**

Os estudos tinham objectivos bem definidos, eram explicados ao pormenor e orientavam todo processo de aprendizagem. Sem um objectivo pré-definido não se sabe por onde começar, nem para onde se dirigir. Assim, os alunos devem deixar-se auxiliar pelos professores, para traçarem com eles um plano a ser seguido. Por isso, nas Regras dos alunos externos (Idem, pp. 184-185, nº 8), lê-se: *Obedeçam todos a seus respectivos professores e observem diligentemente tanto nas aulas como em casa o plano por eles prescrito*. De pouco vale estudar sem nexos. É preciso seguir metodicamente os programas anteriormente traçados.

#### **4.7 - Entreajudá**

Esta funcionava sobretudo no ambiente das academias, onde se debatiam temas relacionados com as matérias dadas nas aulas e outros de carácter académico. Para além disso existia uma espécie de tutorado, onde os mais velhos e mais adiantados tomavam

um ou vários alunos dos mais novos a quem proporcionavam aulas suplementares. A este propósito existiam os *repetidores*, também chamados os *pedagogos* (Idem, p. 160, nº 48) e os *tutores*: *Cuide-se em que os nossos alunos comecem a ensinar aquela classe na qual são superiores, em ciência* (Idem, p. 123, nº 29).

#### **4.8 - Avaliação consoante as capacidades de cada um**

Esta norma fazia parte das Constituições do *Colégio Messina Jerónimo Nadal*, fundado em 1548, onde se lia: *Examinem-se todos os escolares conforme as faculdades de cada um e aplique-se a cada classe* (Idem, p. 113, nº 17).

Esta norma dá muito que pensar em nossos dias! Não havia uma única bitola. Cada um era avaliado segundo as suas próprias capacidades, porque para todos havia um caminho a seguir: uns trabalhariam num campo, outros noutra, consoante as suas capacidades ou competências. Na Companhia de Jesus havia espaço para todos: irmãos, sacerdotes, e, dentre estes, uns dedicar-se-iam ao ensino enquanto outros se dedicariam a outras tarefas, as mais diversificadas. Mesmo no ensino havia campos muito diversos (filosofia, teologia, escritura, matemática, física, astronomia, teatro, música, poesia, etc.), onde cada um poderia fazer render as suas aptidões e dar largas ao seu gosto.

#### **4.9 - Concessão de prémios e promoção do estímulo**

Estes deviam ser fomentados e atribuídos num espírito de progresso na aquisição dos saberes úteis e necessários à vida futura, em sociedade; ao Prefeito de Estudos (Idem, p. 144, nºs 35 e 36) compete também providenciar para que haja prémios públicos, a nível da escola, e privados, a nível de cada classe. Tal procedimento favorecia a emulação ou sentimento que levava os alunos a procurarem imitar os que foram premiados pelos seus progressos, ou mesmo, se possível, a superá-los. Embora tal procedimento possa parecer prejudicial à primeira vista, ele é legítimo quando se é movido pelo desejo de melhorar e de fazer render ao máximo as capacidades individuais e quando não se procura instalar, por meio dele, rivalidades obtusas. O perigo das rivalidades é posto de sobreaviso, logo na primeira regra dirigida aos Escolásticos da Companhia (Idem, p. 181, nº 1), onde se diz: *Esforcem-se os nossos escolares, primeiramente por guardar a pureza de alma e ter recta intenção nos estudos, nem buscando neles senão a glória divina e o fruto das almas*.

Quanto aos prémios, estava mesmo estabelecido o número de quantos deveriam ser distribuídos, nas diversas áreas disciplinares. Segundo o mesmo autor (Idem, pp. 148-149, nº 1), a *Ratio Studiorum*, nas *Normas para os prémios*, estabelece o seguinte:

*Hão-de propor-se oito prémios para Retórica: dois de prosa latina e dois de poesia; dois de prosa grega e outros dois de poesia. Seis para Humanidade e para a classe de gramática superior, guardando a mesma ordem e omitindo, bem entendido, os dois de poesia grega que só se pratica em retórica. Em todas as classes inferiores quatro, omitindo os dois de poesia latina, também. Além disso dê-se também prémio, em cada classe, àquele que melhor recitou a doutrina cristã...*

## **5 – Funções e obrigações por parte da Escola**

### **5.1 - Proporcionar um ambiente propício ao estudo**

Um ambiente propício ao estudo implica condições materiais e pessoais. As materiais consistem em edifícios e espaços que ajudem a promover o bem-estar e a desenvolver a personalidade e os dotes físicos, intelectuais e morais de quantos estão envolvidos nos programas educativos, como sejam: escolas bem situadas, bem construídas e bem apetrechadas; recreios adaptados e suficientes para as várias classes de alunos. As pessoais consistem, fundamentalmente, na escolha e nomeação acertadas de pessoas que sejam colocadas à frente dos diversos sectores de que se compõe a escola.

A *Ratio studiorum* estipulava uma hierarquia da seguinte forma: 1) Prepósito Provincial; 2) Prefeito Geral dos estudos; 3) Prefeitos dos estudos inferiores e dos recreios (no caso de não chegar um nomeiem-se mais um ou dois (Idem, p. 116, nº 3) e prever quais os professores que se podem ter para cada uma das faculdades, tendo presente os mais aptos para cada coisa; os que são doutos, diligentes e assíduos e que sejam estudiosos, para estarem à frente dos alunos, quer nas lições, quer noutras exercitações literárias (Ibidem, nº 4); 4) Dois Prefeitos para as duas academias dos alunos (os de Filosofia e Teleologia, por um lado, e os de Retórica e de Humanidades, por outro (Idem, pp. 190 nºs 1-4 e p. 191-192, nºs 1-7 respectivamente); 5) Professores; 6) Auxiliar do professor ou Bedel.

### **5.2 - Ordem de estudos realista**

De pouco serve um magnífico currículo de estudos, bem architectado, mas que não

serve as reais necessidades e a sua possível aplicação. Por isso, em primeiro lugar, sempre que se queira *estabelecer ordem e estatutos para o estudo, quer em repetições, quer em disputas ou outras exercitações, se na sua província achar que alguma coisa mais pode contribuir para maior proveito nas letras, relate-o ao geral para que ele estabeleça o que mais convier*. Tal adaptação, porém, deverá fazer-se de modo a que se *aproxime o mais que puder à nossa ordem comum de estudos* (Idem, p. 126, nº 39).

Uma vez estabelecida uma ordem de estudos, esta não deve ser alterada, mas levada a cabo com todo o empenho, como o manifestam estas palavras: *Finalmente (...) procure que todos, quer superiores quer inferiores observem perfeitamente as suas regras que respeitam a ordem de estudos* (Idem, p. 126, nº 38).

Um estudo realista, hoje em dia, engloba toda a classe de alunos: tanto os alunos ditos *normais*, como os alunos com alguns ou muitos problemas, denominados *alunos com necessidade de ensino especial*, (NEE), entre os quais os surdos, os mudos e os surdos-mudos, os quais, até há bem pouco tempo, não possuíam estatuto especial, ficando fora da escolaridade. Felizmente que a Lei de Bases do Sistema Educativo (1990/1991) possibilitou o *acesso dos surdos e de outras crianças com necessidades educativas especiais ao ensino, sendo em 25 de Janeiro de 1990 que ficou, por fim, reconhecida a obrigatoriedade de ensino a todas as crianças portuguesas e, em 23 de Agosto de 1991 foi decretado o direito ao regime educativo especial para os alunos com necessidades especiais* de (Niza, 2002, p. 12).

Para os surdos foi editado, em 1991, um livro intitulado *Gestuário: Língua Gestual Portuguesa* da autoria de um grupo de professores sob a coordenação do Professor António Vieira Ferreira e cuja 6ª edição teve lugar em 2002 sob os auspícios do *Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência*. Esta obra possui, na opinião do seu coordenador, Ferreira (2002, p.17) uma gramática que é própria à *língua visuo-motora* que, por sua vez, *apresenta a maior parte das características que se encontram nas línguas áudio-vocais*, porquanto ela:

*(...) situa os seus enunciados num tempo preciso, num espaço determinado e refere-se em relação aos actantes fundamentais da comunicação; possui um sistema complexo para verbalizar a quantidade, a intensidade, a comparação e a designação; pode modalizar o seu discurso segundo o duplo paradigma das modalidades frásicas e lógicas, isto é, exprimir a ordem, a interrogação, a negação, a dúvida, a certeza, a evidência ou o*



*absurdo. Graças a todos estes processos funcionais e utilizando unidades com significados abstractos, a LGP atinge a verbalização autêntica das operações intelectuais fundamentais que uma língua autoriza: ela permite julgar, argumentar, demonstrar, refutar e raciocinar.*

### 5.3 - Actividades extracurriculares

Para além da ordem geral dos estudos pede-se que esta seja complementada por meio de outras actividades que completem esses currículos, devendo ser verdadeiramente atractivas e complementares, no sentido de acrescentarem àqueles novas experiências com outras realidades da sociedade. Propunham-se aos alunos, por exemplo, *discursos ou poemas em latim ou grego relacionados com qualquer assunto relativo à edificação dos domésticos e dos externos e outras* (Idem, p. 128, nºs 8 e 11); participação nas academias de alunos; declamações em privado e em público; exposições de poesias (Idem, p. 166, nºs 16-18); tomar parte em representações teatrais, tanto nas aulas (Idem, p. 167, nº 19) como, sobretudo, em dias solenes e na celebração da conclusão do ano lectivo e da distribuição de prémios.

Segundo Miranda (2006, p. 21), o teatro jesuítico *que no início era apenas exercício escolar, ou experiência de humanistas eruditos para uma elite de discípulos, tornara-se afinal um espectáculo público de grande dimensão social, capaz de responder aos gostos e às preocupações da época*. De facto, o teatro utilizado nos colégios como exercício tinha em vista, não apenas o desenvolvimento declamatório e a aquisição de métodos que facilitassem a inter relação humana, mas também o aspecto didáctico que muito ajudaria a expansão do cristianismo entre as populações da época, tanto nos países já cristãos e católicos como, sobretudo, nos países de Missões. Por meio do teatro se inculcavam os princípios da doutrina católica, cujos exemplos se encontram na missionação do Brasil e doutros Países circunvizinhos onde actuou a Sociedade de Jesus.

A mesma autora (Ibidem) acentua a importância do teatro jesuítico ao dizer que esta arte era:

*(...) não apenas um instrumento de catequese, de intenção moralizante, mas o eco das grandes controvérsias do tempo (políticas, morais e religiosas) e, ao mesmo tempo, reflexo natural de costumes e de instituições, de uma concepção do mundo, do homem e da ordem humana, expressão das confissões dominantes e controvérsia com as opostas...*

e exemplifica-a com os dramas bíblicos de Miguel Venegas pois que estes, segundo ela, *constituíram um verdadeiro reportório internacional e europeu*, pelo colorido dos seus coros, pela profundidade doutrinal e pela variedade poética dramática utilizada (trágica, sacra, bíblica, musical e retórica).

Esta prática, cujos resultados se notaram tanto a nível doutrinal como a nível da sua internacional expansão, demonstra quão útil e proveitosa pode ser, ainda hoje, a prática desta arte nas nossas escolas.

Por sua vez, Melo (2004, pp. 12-13) dizia que *a obra dramática, através do debate e do confronto de ideias das diferentes personagens, combina o discurso ético e o agonístico e os três géneros retóricos, demonstrativo, deliberativo e judicial, pelo que se torna um excelente exercício pedagógico, sem deixar de pressupor originalidade criativa e qualidade estética*. Nessa época, os jesuítas atribuíam um papel fundamental na preparação retórica, na formação integral humana, na veiculação prosélita da mensagem cristã, continuava o mesmo autor, restando para a posteridade uma vasta obra deste género nos seus colégios.

Embora os temas fossem preferencial e fundamentalmente bíblicos — como são os casos da Tragicomédia de *Acab*, de Miguel Venegas (Miranda (2006) e da *Tragédia de Josephus* (história de José do Egipto), do Padre Luís da Cruz, levado à cena provavelmente em 1574, no Real Colégio das Arte (Melo, 2004, p. 15) — toda a produção teatral era *influenciada na forma, na ideologia, na linguagem e na concepção dramática pelo modelo platónico latino*, notando-se influências do humanismo (Idem, p. 13). Assim, continua o mesmo autor, *os diálogos seguem o modelo platónico-ciceroniano; as éclogas imitam Virgílio; a comédia colhe a influência do teatro de Séneca; a tragicomédia ... combina estas duas formas dramáticas*. Segundo este autor, cabe a honra ao Colégio das Artes de Coimbra, criado em 1548, de ser integrada, na *Ratio Studiorum*, a *produção dramática, como elemento fundamental na formação retórica e moral dos alunos* (Idem, p. 11).

Num artigo publicado sob a direcção da *Asociación Cultural Nueva Acrópolis de Gandia*, na *Revista Historia*, 16 [Online]. [consult. 28 Outubro 2007], disponível em <http://www.nueva-acropolis.es/gandia/pagina.asp?art=1935> e que fala da obra dramática de Calderón de la Barca (1600-1681), pudemos ler estas palavras relativas ao tema em

questão e onde se faz referência aos variados objectivos perspectivados através da arte teatral:

*En los colegios jesuíticos se ponía en escena la representación dramática en todos sus géneros. Se trataba de que los niños aprendieran lo esencial de la fe de modo cómodo, a la vez que se exaltaba el espíritu misionero tan propio de la Compañía de Jesús. Pero también se pretendía la educación de los afectos, del sentido de la estética e imponer un orden de pensamiento.*

*Al mismo tiempo se les preparaba para que pudieran expresarse con claridad, se utilizaba el latín, se ensayaban declamaciones, gestos, posturas, miradas, módulos de voz y, sobre todo, cómo dominar al público captando al máximo su atención.*

Efectivamente, nos finais do século XVI, segundo Montañés (2002-2006), era costume nos colégios dos Jesuítas *representar éclogas, tragédias autos, comédias e entremezos de temas de preferência religiosos, sem esquecer os profanos*. Em Espanha, por exemplo, ficaram célebres como dramaturgos do século XVI, os padres Azevedo e Juan Bonifácio que *se inspiraram, frequentemente, no teatro de Plauto e de Terêncio, sendo considerados, na história do teatro espanhol, como a ponte entre as gerações de Lope de Rueda e as de Lope de Vega e de Calderón* { [Online]. [Consult 23-05-2007]. Disponível em: <http://www.xente.mundo-r.com/juliomonta/jesuitas.htm>}.

Tal era a importância acordada ao teatro que, nas Regras próprias do Reitor, existem duas relacionadas com o teatro: a Regra 13 (Gomes 1996a, p. 129) diz que as comédias se devem representar só em ocasiões muito assinaladas, sempre em latim, e que sejam temas piedosos ou sagrados e que não haja papéis femininos:

*Tragediarum & Comoediarum, quas nonnisi Latinas, ac rarissimas esse oportet, argumentum sacrum sit, ac pium: neque quidquam actibus interponatur, quod non Latinum sit, & decorum; nec persona ulla muliebris, vel habitus introducatur.*  
(Ratio Studiorum, 1635, p. 26, nº 13).

A regra 16 (Gomes, Ibidem; Ratio Studiorum, 1635, p.27, nº 16) aconselha a que se *guardem nas bibliotecas dos colégios as peças seleccionadas pelo Prefeito de Estudos ou juizes competentes*.

#### 5.4 - Reconhecimento

A Escola deve reconhecer efectivamente os serviços bem prestados quer pelos professores, quer pelos Auxiliares da Acção Educativa, atribuindo-lhes gratificações ou louvores, ao que corresponde, lógica e justamente, a sinalização do incumprimento,

tanto de uns como de outros, com as respectivas e consequentes *punições* que poderão ser traduzidas ou materializadas no retardamento das respectivas promoções. O princípio de *igualdade* inclui também o de *justiça*, no qual se encontra o da obrigação de disponibilizar a todos as *mesmas oportunidades* e de, a todos, exigir igual ou semelhante esforço e responsabilidade no cumprimento de idênticos deveres.

## **6 - No que respeita a Educação Intercultural**

A este respeito, cabe a toda a comunidade educativa ter presente e promover:

### **6.1 - A aceitação e respeito pelo princípio da alteridade**

Por alteridade (do lat. *alteritas*, - *atis* - estado, facto ou qualidade do que é ou pode ser outro, diferente ou distinto (cf. *Dicionário. da Academia das Ciências de Lisboa*, 2001, p. 187) deverá entender-se a aceitação de outros grupos humanos, diferentes do nosso mas tão dignos como o nosso, de outras culturas diferentes da nossa, tão válidas e nobres como a nossa, sendo próprio de cada uma conceber e representar o mundo de formas próprias, porque são essas formas que os acompanham desde o ventre materno. Cada indivíduo gerado, nascido e criado no seio de um grupo étnico, que todo ele foi moldado por uma maneira de ser, pensar e agir cuja génese se perde nas brumas da sua história, tem o direito de ser aceite e respeitado, apesar de ser diferente e, tantas vezes, incómodo e incompreensível. É nesta atitude que consiste e se fundamenta a interculturalidade. É nesta atitude que devem ser educados os nossos alunos e, por meio deles, os respectivos familiares.

A este respeito, Sprinthall & Collins (1994, pp. 306-307) diziam que *as diferentes atmosferas familiares estudadas por Baumrind e Elder mostram que o modo habitual como os pais exercem a sua autoridade, durante a infância, influencia os filhos em termos sociais e emocionais*, opinião que é partilhada e reforçada por Vieira (2006).

### **6.2 - Aceitação e Respeito pelas pessoas de outras culturas**

Embora constituam elas um grupo minoritário, temos que nos despojar de certos preconceitos mesmo que, por vezes, incorramos no *crime* de ser tidos por não *patriotas* ou *contrários às nossas tradições*.

### **6.3 - Defesa dos direitos e deveres dos indivíduos de outras culturas**

Esta será tanto mais necessária quanto maior for a injustiça para com os desfavorecidos e desprotegidos e quanto maiores forem os abusos do poder e dos grupos mais representativos.

### **6.4 - Luta pela justiça social e por políticas isentas**

Trata-se de uma luta, quase sempre ingrata, que tem por fim conseguir que a todos seja proporcionada a igualdade de oportunidades, mesmo que para isso seja necessário enfrentar os poderes, legítima ou ilegítimamente constituídos.

## **7 - No que respeita aos valores humanos a serem aceites e desenvolvidos**

Neste campo é necessário fomentar:

### **7.1 - A solicitude**

Esta tem como objectivo a busca da felicidade ou bem-estar do aluno, olhando para ele como sendo o centro de toda a acção educativa. É necessário partir do facto insofismável de que é por causa dele e para ele que a escola existe e que os professores são escolhidos, contratados e remunerados.

### **7.2 - A frontalidade**

Com esta mantemos as posições pessoais quando estas estão no caminho certo, advindo dessa posição o respeito e a admiração, muito embora, frequentemente, se seja apodado de *retrógrado*. O homem frontal é aquele que prefere quebrar a torcer; é aquele que não se deixa agitar pelos ventos das conveniências pessoais, mas se impõe, mesmo com prejuízo da própria comodidade e bem-estar. A esta se alia também a franqueza quando se age com sinceridade e verdade.

### **7.3 - A firmeza e flexibilidade**

Se a primeira destas qualidades não consiste apenas numa disposição de ânimo que leva uma pessoa a aceitar (ou a ser tolerante) com as convicções alheias mas também no agir consentâneo com essa convicção, especialmente quando se está debaixo de um voto de obediência ou de um compromisso assumido pela honra pessoal ou por um documento

escrito e assinado pelas partes contraentes, a segunda introduz na primeira a compreensão, a maleabilidade, a doçura e adaptação às circunstâncias.

#### 7.4 - A responsabilidade

Por meio desta respondemos pelos nossos próprios actos. Só seremos verdadeiramente responsáveis quando e se controlarmos ou tivermos autoridade sobre nós próprios e/ou sobre os outros que forem entregues aos nossos cuidados. Portanto o professor responsável é:

- *Accionador* adequado às exigências dos seus alunos e aos objectivos propostos por currículos lógicos, correspondendo à multiplicidade e diversidade dos alunos, quer sob o plano pessoal, quer sob o plano cultural, embora isso exija sacrifícios e, por vezes, contradições;
- *Fiel* aos compromissos assumidos, quer estes sejam compromissos de honra, ou derivem de um termo escrito de responsabilidade, assinado, quer sejam compromissos aos quais se esteja vinculado pela força vinculativa de um voto de obediência, mesmo que tal vá de encontro às suas próprias convicções e se transforme num *martírio*;
- *Rigoroso*, tanto na investigação inicial como na formação contínua, mantendo-se actualizado no desenvolvimento da ciência;
- *Claro e sintético* na exposição da ciência que está a transmitir e a explicar;
- *Determinado e corajoso*, tanto nas reformas e na adaptação às novas metodologias e às novas concepções e avanços das ciências, como na revisão do seu próprio Ideário pessoal quando outro melhor e mais consentâneo com a realidade actual, e colectiva, lhe é apresentado por outros, ou por ele mesmo descoberto e experimentado com sucesso;
- *Íntegro* e honesto, no sentido da inteireza moral, imparcialidade, ou seja: rectidão no sentido de agir e de se comportar de acordo quer com as regras morais, quer com as leis instituídas e consideradas correctas pela sociedade bem ordenada;

- *Santo* ou *perfeito*, enquanto possui aquelas qualidades que fazem de um homem um *santo*, no sentido laico da palavra, que significa *pessoa cujo procedimento é irrepreensível ou notável pela sua piedade e virtude e cumpridor dos seus deveres* (Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, 2001, p. 3332, sob o nome Santo<sup>2</sup>, nº 3), ou ainda, no sentido de uma vivência quotidiana conforme as leis de uma moral que é tida como recta e é aceite como caminho que conduz à perfeição;
- *Transmissor do saber* acumulado e descoberto, através da investigação contínua;
- *Elo de união* entre passado, presente e futuro, consolidando a cadeia ininterrupta da ciência, *tout court*.

## **8 - Manuel de Sá: garante da educação sempre renovada**

### **8.1 - Uma educação ao longo de toda a vida**

Toda a sua educação era caracterizada por um o processo em que se alternavam os períodos de aprendizagem com os de docência experimental segundo as duas vertentes seguintes:

- Estudo e frequência de um curso, por exemplo Artes, seguido de um período de ensino das disciplinas desse mesmo curso. De Coimbra passa a Gandia e a Valência onde, depois de ter sido aluno no curso de Artes, passa a professor desse mesmo curso (cf, cap. II, nº 2.1, p. x do nosso trabalho). Entretanto começou o estudo de Teologia que foi terminar em Roma.
- Educação contínua: continuou o estudo e a investigação como se deduz do facto de ter dedicado 40 anos à elaboração dos aforismos, do facto de mudar frequentemente de campo de ensino, conforme as necessidades dos Colégios/Universidades da sua Ordem e os mandatos que lhe dirigiam os seus superiores e do facto, ainda, da elaboração das duas obras de cariz exegético (Escolhos aos 4 Evangelhos e Notas a toda a Sagrada Escritura) que, pela sua extensão e qualidade, supõem um longo, profundo e sério trabalho de investigação.

Este método seguido por Manuel de Sá parece ser processo germano do método que Delors (2003, p. 104-105) advoga para as sociedades do século XXI, quando diz que:

*No ensino, como na vida activa, futuramente, os percursos serão necessariamente menos lineares, com períodos de estudo alternado com períodos de trabalho. Estes avanços e recuos devem ocupar um lugar cada vez mais importante na sociedade, graças a novas formas de certificação, a uma passagem mais fácil dum tipo ou dum nível de ensino para o outro, e a separações menos estritas entre educação e trabalho.*

Se bem entendemos estas palavras de Delors concluímos que não se compreende a vida na sociedade do futuro se, ao longo de toda ela, não se aliar o estudo ao trabalho e a investigação à transmissão do saber, por meio do ensino. Mas esta norma foi precisamente a que Manuel de Sá seguiu durante toda a sua vida, como se deduz da maneira como ele esteve inserido no meio educacional. Ele nunca se considerou em dois campos separados porquanto nunca ele, depois de ter começado a ser docente, se considerou só docente, mas antes docente e estudante ou, se quisermos, pesquisador de novas realidades e transmissor destas mesmas imediatamente a seguir à descoberta.

Efectivamente, depois de uma profunda preparação nas Artes, nas áreas da Filosofia e da Teologia e em todas as áreas afins, Manuel de Sá dedicou toda a sua vida à investigação e à exposição dos resultados da sua pesquisa, por meio tanto da palavra coloquial como da palavra escrita. Prova disso são os *Aforismi Confessariorum* que, segundo palavras do próprio autor no *Auctor Lectoris* (Sá, 1609), foram elaborados ao longo de 40 anos, facto testemunhado por Hoefer (1863, Cols 950s) e Sommervogel (1890-1916, Tom. V, p. 350). Ora, se esta obra foi composta ao longo de 40 anos, significa isso que os inícios coincidem com a data da ordenação sacerdotal do autor, uma vez que esta se deu em 1555 como no-lo afirmam Rodrigues (1938-1950, Tom. I, Vol. I, Liv. II, ch IV, pp. 453-454) e Sommervogel (1890-1916, Vol. 7, pp. 349-350).

Relativamente à preparação em Sagrada Escritura e Suma de São Tomás de Aquino temos três argumentos irrefutáveis: o primeiro é o facto de Sá ter sido, praticamente durante toda a sua vida, professor de Filosofia, Escolástica e de Sagrada Escritura; o segundo consiste nas três obras que nos deixou — *Aforismi Confessariorum*, *Scholia in Quatuor Evangelia* e *Notationes in Totam Scripturam Sacram* — que são três tesouros de Moral e Exegese bíblica; o terceiro consiste no facto de ter sido convidado, em 1575,



pelo Papa Pio V, a tomar parte nas Comissões da Revisão da Vulgata e da Versão dos Setenta, como o atestam Silos (1650, Tom. I, Lib. 13, p. 533); Tischendorf (1880, pp. XXVIII, XXI, nota de rodapé nº 1); Vigouroux (1928-, Tom. V, Cols. 1639-640) e Dalmases (1983, p. 188).

Por outro lado sabemos que para ele ser professor em Filosofia, Teologia e Sagrada Escritura, teria de ser um homem bem preparado nessas áreas, pois embora a *Ratio Studiorum*, conforme a versão final, só tenha sido editada após a morte de Manuel de Sá, as normas que ali estão estabelecidas foram postas em prática no seu próprio tempo e, para a sua concretização, ele mesmo concorreu com a sua experiência e conselho pois, segundo a própria *Ratio Studiorum*, uma das regras que o Prepósito Provincial devia lembrar ao Prefeito dos Estudos sobre a escolha do professor de Filosofia e de Teologia dizia precisamente que:

*Tenha grande diligência em promover o estudo das sagradas letras; o que conseguirá, se não só escolher homens peritos em línguas (o que é muito necessário), mas também em teologia escolástica, noutras ciências, em história, de muita erudição e, tanto quanto possível, bem treinados em eloquência* (Gomes, 1996 p. 116, nº 5).

Esta Regra vem pôr em evidência tanto as qualidades ético-morais de Manuel de Sá, como a profundidade e universalidade dos seus conhecimentos nos domínios das humanidades, da história, da teologia, da filosofia, da moral, da escritura e das línguas bíblicas (latim, grego, hebreu, aramaico e siríaco). Por esta multiplicidade de áreas do saber e pelo facto de ter ensinado e investigado matérias diversificadas, ele pode ser reconhecido, já o dissemos, como um verdadeiro paradigma da interdisciplinaridade de que tanto hoje se fala por se ter chegado à conclusão de que ela é muito útil e mesmo necessária para promover a educação na actualidade.

Relativamente às outras características do ensino segundo a *Ratio*, Manuel de Sá foi um homem exemplar como o provam as diversas passagens de cartas dos seus contemporâneos, ao referirem-se à sua capacidade de comunicação verbal e ao seu relacionamento e respeito pelos seus escolares, colegas e superiores.

## **8.2 - Trabalho em grupo e fomento da interdisciplinaridade**

Conforme tivemos oportunidade de verificar, a *Ratio Studiorum* estipulava que os professores se reunissem em grupos de trabalho – academias de professores – para

debaterem determinados temas, para aferirem orientações a propósito dos estudos, em geral e das disciplinas comuns, em particular. Manuel de Sá, a exemplo dos seus colegas de ensino e seguindo os mesmos estatutos, não fugia à regra.

Prática idêntica existia entre os alunos, para os quais havia Academias apropriadas, chamadas Academia dos Filósofos e Teólogos, Academia dos alunos de Retórica e de Humanidades, Academia dos Gramáticos (Gomes, 1996, p. 115).

Tal organização Jesuíta encontra, ainda hoje, eco na metodologia moderna defendida por Jacques Delors (2003, p. 139 e 143) quando este diz que:

*Os professores em exercício deviam poder dispor com regularidade de ocasiões para se aperfeiçoar, através de sessões de trabalho de grupo e de estágios de formação contínua. (...) o trabalho em equipa é indispensável, sobretudo no secundário, para melhorar a qualidade da educação e adaptá-la melhor às características particulares das aulas e dos diferentes grupos de alunos.*

A razão desta metodologia radica no facto insofismável de que pontos de vista provenientes de experiências e competências de pessoas diferentes aumentam e aperfeiçoam a competência e a experiência daqueles que se reúnem e partilham os seus saberes próprios. Porém, estas reuniões não deveriam existir somente para debater programas e comportamentos mas, sobretudo, para estudarem em comum matérias que são, também elas, comuns a diferentes disciplinas e quais os melhores métodos a serem aplicados às diversas categorias de alunos.

Existe, por outro lado, uma outra necessidade, aplicada mais directamente aos professores mais novos (ou principiantes) e que é a de apreenderem dos mais velhos, supostamente, mais experientes. Neste sentido há sempre, no entanto, professores mais novos e professores mais velhos, existindo, pois, oportunidades de aprenderem uns com os outros. Assim acontecia entre os Jesuítas, entre os quais se contava Manuel de Sá. Assim o acha útil e mesmo necessário Delors (2003, p. 139), ao dizer que: uma formação de qualidade supõe que os futuros professores sejam postos em contacto com professores experimentados e com investigadores a trabalhar nas suas próprias disciplinas.

Este comportamento, afinal um trabalho válido de interdisciplinaridade, é enriquecedor na medida em que cada um transmite o que sabe e já experimentou e aproveita dos outros o que não sabe ou menos domina, enriquecendo-se todos por via de uma

formação contínua, assente no *saber-ser*, *saber-fazer* e *saber-transmitir* de uma comunidade dedicada à investigação e à inter-comunicação, em ordem à descoberta e comunicação da ciência sob os seus variados aspectos. É neste sentido que devem ser interpretadas ainda estas suas palavras: O reforço da formação contínua – dispensada segundo modalidades tão flexíveis quanto possível – pode contribuir muito para aumentar o nível de competência e a motivação dos professores, e melhorar o seu estatuto social (Ibidem).

Foi neste mesmo sentido que, após a Revolução de Abril, se procurou em Portugal promover a reciclagem dos professores. Através de acções de sensibilização aos novos programas escolares, começou-se logo em Outubro de 1974 a fomentar não só uma formação adequada às novas necessidades mas, também, a prática da interdisciplinaridade, no intuito de um enriquecimento individual e colectivo. Na opinião de Benavente (1999, p. 39):

*Surgiram neste período experiências interessantes muitas das quais sem registo. Analisemos o trabalho realizado na EMP de Coimbra, marcado pelo investimento colectivo, a prática da interdisciplinaridade e a abertura da Escola a outros protagonistas sociais.*

O conceito de *novas experiências pedagógicas*, introduzidas nos Planos de Estudos do Magistério para 1975-76, tinha por objectivo valorizar as habilitações dos docentes e dignificar o seu estatuto profissional. Mas duvidamos se os renovadores do 25 de Abril tinham em mente o mesmo que Delors (2003, p. 100) preconizava, nestes termos, 18 anos depois:

*O alargamento do conceito inicial de educação permanente, para lá das necessidades imediatas de reciclagem profissional, corresponde pois, actualmente, não só a uma necessidade de renovação cultural, mas também, e sobretudo, a uma exigência nova, capital, de autonomia dinâmica dos indivíduos numa sociedade em rápida transformação.*

Além deste último tipo de formação contínua de professores, onde vários são os actores, Manuel de Sá era dotado de um segundo tipo que era fruto da sua própria formação pessoal e profissional. Trata-se da interdisciplinaridade. Na verdade ele encerrava, na sua própria pessoa, o domínio de uma grande diversidade de disciplinas, podendo ser considerado um autêntico paradigma de interdisciplinaridade. Ele era efectivamente douto, tanto nas Artes (das quais fazia parte a Filosofia) e das quais foi professor em Espanha, como da Escolástica, da Teologia Moral, da Sagrada Escritura e das línguas

modernas e bíblicas, como ficou comprovado pela sua docência, nessas áreas, em Roma e Milão e nos trabalhos da correcção dos Textos Bíblicos da Vulgata e da versão dos Setenta, para os quais se supunha o conhecimento das línguas grega, hebraica, siríaca e caldeia ou aramaica e, até certo ponto, da história e da geografia.

## **9 - Manuel de Sá: a educação e a luta contra a exclusão**

Fazendo as devidas adaptações, a educação que Manuel de Sá transmitia aos seus alunos tinha as seguintes características:

1. Respeito pela identidade cultural dos indivíduos que faziam parte do auditório ao qual se dirigia;
2. Preocupação no campo da transmissão da cultura e da ciência ao aprender as línguas e culturas dos países para onde era enviado. Por isso mesmo se tornou num poliglota, dominando, pelo menos para além do português, o espanhol, o italiano e sem falarmos do conhecimento das línguas bíblicas e um conhecedor e respeitador das diversas culturas a que pertenciam os diferentes grupos que foram seus companheiros e alunos;
3. Tais características, além de favorecerem a aproximação entre os povos, combatiam a exclusão.

Estas mesmas características não foram exclusivas de Manuel de Sá. Embora possuísse um espírito que se adaptava facilmente às necessidades pessoais, espaciais e temporais, ele pertencia a uma Ordem Religiosa que seguia esses mesmos princípios porque os considerava fundamentais nas suas constituições e Regulamentos Educativos (*Ratio Studiorum*). Segundo esses princípios, cada membro da Companhia de Jesus, ao ser enviado em Missão, deveria:

1. Respeitar a identidade dos grupos autóctones com quem iria conviver;
2. Aprender a sua língua, costumes e cultura, procurando não só respeitá-los mas, também, valorizá-los (lembremos a luta do P. António Vieira no Brasil e de tantos outros Jesuítas contra o poder colonial no tempo do Marquês de Pombal, nas regiões hoje do Peru e na China e Malabar, relativamente à Questão dos Ritos.

3. Abrindo-se assim às comunidades com quem procurava conviver, ele combatia, por um lado, a exclusão e, por outro, fomentava a aproximação dos povos e entabulava um diálogo capaz de criar uma comunicação dialogal entre os povos e culturas. Tal comunicação leva necessariamente à promoção da coesão e de uma educação intercultural.

Este modo de proceder de Manuel de Sá e dos seus companheiros, já no século XVI, vem agora ser reassumido consciente ou inconscientemente por Delors (2003, pp. 47-49), quando este preconiza um método inovador para a educação do século XXI, cujas características, no seu entender, devem conter os seguintes requisitos:

1. Servir de fundamento a uma identidade própria para lá do modelo ancestral e do modelo trazido pelos colonizadores;
2. Manifestar-se sobretudo pela crescente utilização das línguas locais no ensino;
3. Ter em conta a questão do pluralismo cultural e linguístico, pondo-se tanto ao serviço das populações autóctones como dos grupos migrantes,
4. Estar à altura de enfrentar o desafio essencial que consiste em fazer de uma reivindicação legítima um factor de coesão social;
5. Fazer com que cada um se possa situar no seio da sua comunidade de pertença principal, a maior parte das vezes a nível local, fornecendo-lhe os meios de se abrir às outras comunidades;
6. Finalmente, promover uma educação intercultural que seja verdadeiramente um factor de coesão e de paz.

## Referências Bibliográficas da Parte 3

- Almagro, Gorbea Maria Josefa (1986). *Orfebrería fenicio-púnica del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid.
- Arregui, Antonio, M. (1934, 12ª ed.). *Summarium Theologiae Moralis ad recentem Codicem Iuris Canonici Accommodatum*. Edición duodécima, Bilbao pelo *El Mensajero del Corazón de Jesús*.
- Arruda, Ana Margarida (1993). Oriente no Ocidente – O comércio fenício. In Medina, João (dir.) *História de Portugal* (Vol. I, pp. 17- 44). Lisboa: Ediclube – Alfragide.
- Assunção (2007). *Regimentos da Inquisição contra os inimigos de Deus*. - In Barreto, Mourão, Assunção, Gomes & Franco (2007). (Coord.). *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância*. Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas Lda.
- Baumerind, Diana (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behaviour, *Genetic Psychology Monographs*. 75, p. 61.
- Benavente, Ana (1999). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente* (2 Vols). Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Camões, Luís Vaz (1980). Os Lusíadas. In Ramos, Emanuel Paulo (Org.) *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Canto I, 7 . Porto: Porto Editora.
- Clanet, Claude (1990). *L'Interculturel: introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- Clanet, Claude (1993). (2e éd.). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail).
- Código de Direito Canónico* (1983). Promulgado por S. S. O Papa João Paulo II. Texto Latino e Versão Portuguesa. Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolada da Oração. Braga.
- Concílio Vaticano II (11 de Outubro de 1962 — 08 de Dezembro de 1965).
- Constitutiones Societatis Iesu*,(1558). Romae, in Aedibus Societatis Iesu. Reimpressão da edição original com Apendice.
- Corsini, Eugénio (1984). *O Apocalipse de São João*. (traduzido do italiano por Ivo Storniolo e Carlos Vido. São Paulo: Paulus.
- Dalmases, Candido de (1983), *El Padre Francisco de Borja*. Madrid: BAC. Biblioteca de Autores Cristianos: Editorial Católica, S.A.

- Delumeau, Jean (1978). *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle). Une cité assiégée*. Paris: Fayard.
- Delors, Jacques (2003) *Educação. Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO.
- Denzinger-Schonmetzer (1967). (editio XXXIV). *Enchiridion Symbolorum et Declarationum de rebus fidei et morum*. Barcinone-Friburgi Brisgoviae-Romae-Neo-Eboraci.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). 2 Volumes, p. 3332. Academia das Ciências de Lisboa: Editora Verbo.
- Diniz, Aires Antunes (2007). *Os 100 Anos de História da Associação Comercial da Guarda*. Guarda: Gráfica Miradoiro.
- Elder, Glen. H. Jr., (1963). *Parental power legitimation and its effect on the adolescent*, *Sociometry*, 26: 50-65.
- Ellul, Jacques (1979). *Apocalypse. Arquitectura em Movimento*. Trad. de Maria Luísa de Albuquerque. São Paulo: Edições Paulinas.
- Enchiridion Biblicum* (1965). *Documenta Ecclesiastica Sacram Scripturam Spectantia*. Napoli-Romae: Editiones Comm A. Arnodo.
- Farinha, António Dias (1993). O conceito de Império Português. Os Descobrimentos. In *História de Portugal*. (Org.) João Medina. (Vol. V, p. 12). Lisboa: Ediclube-Alfragide.
- Feitosa, Aécio (1984). Alguns Aspectos do Discurso Pedagógico da Companhia de Jesus no Brasil. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Dezembro. pp. 35-43.
- Ferreira, António Vieira (2002) (6<sup>a</sup> ed.) *Gestuário: Língua Gestual Portuguesa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência*. Coord. António Vieira Ferreira. Lisboa: S.N.R.I.P.D.
- Ferreira, Manuela Malheiros (2003). *Educação Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Figueiredo, Cândido de (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição dirigida por Rui Guedes. 4 Vols. Venda-Nova: Bertrand Editora.
- Franco, António (1719). *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra* (Tom. II, Cap. XXIV, pp. 388, nº 1). Évora: na Officina da Universidade, 1719, Coimbra: no Real Collegio das Artes.
- Gaubert, Henri (1970). The destruction of the Kingdom. In Joseph Rhymer (Ed.). *The Bible in History*. (Vol VI). London: Darton, Longman & Todd LTD.
- Gennifer Kerzil (2002). L'éducation interculturelle en France: un ensemble de pratiques évolutives au service d'enjeux complexes. In *Carrefours de l'éducation 2002- 2* (nº 14). *Centre Universitaire de Recherche en Sciences de l'Éducation et Psychologie*. Université de Picardie Jules Vernes.

- Gomes, Mário Azevedo. (1920). *A Situação Económica da República Portuguesa*. Lisboa: Museu Comercial. Instituto Superior de Comércio de Lisboa.
- Gomes, Manuel Pereira (1996a). (2ª. Ed.). *Ratio atque institutio studiorum Societatis Iesu. Ordem e Maneira dos Estudos da Companhia de Jesus*. In Stº Inácio e a *Função de Colégios*. Edição: GRACOS. Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus. Instituto Nun'Álvares. MB Publicações.
- Gomes, Manuel Pereira (1996). *S. Inácio e a Fundação de Colégios*. Lisboa: Ed. GRACOS
- Gottfredson, Denise (2001). *Schools and delinquency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gutzwiller, Richard (1962). *I Misteri dell'Apocalisse*. Roma : Città Nuova.
- Harnack, Adolf von (1904-1905). *The Mission and Expansion of Christianity in the First Three Centuries, in two volumes*. Tradução do original: *Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, 1902.
- Hellin, Iosepho & Gonzales, Irenaeo, (1957). (2ª ed.). *De Iustitia*. In *Philosophiae Scholastichae Summa*. Vol. III. Tractatus II, L.1 c.4.A. 2, pp. 469-472, nn<sup>os</sup>. 339-472). Matriti: La Editorial Católica.
- Herculano, Alexandre. (1982). *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (Vol. III). Livros de bolso 333. Lisboa: Publicações Europa-América,
- Hofer, Dirk. (1863), *Nouvelle Biographie Générale, depuis les plus reculés jusqu'à nos jours*. (Tom 42, Cols. 950-951). Paris: Renault-Saint André.
- Ideário dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal*. (1996). (2ª ed.). Edição: GRACOS. Instituto Nun'Álvares - MB Publicações.
- Josefus, Flávius (1482) (Anti, XII, V, 4). Josephus, Flavius. *De antiquitate Judaica*. Barcelona: Nicolaus Spindeler, 1 Apr. Barcelona: BCatal.
- Klefer, Johan, (1717). *Bibliotheca eruditorum praecotium sive ad scripta huius argumenti specilegium et occasiones*. petit in 8º (p. 326). Hamburg: Apud Christianum Liebesit
- Lacouture, Jean (1993). *Os Jesuítas. 1. A Conquista*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Lafortune, Louise et Gaudet, Édith (2000). *Une pédagogie interculturelle. Pour une éducation à la citoyenneté*. Éditions du Renouveau Pédagogique Inc..
- Lefebvre, Dom Gaspar (1927), *Missel Vespéral Romain – Extrait du Missel Quotidien & Vespéral*. Illustration par René de Cramer. Lophem-Lez-Bruges: Abbaye de St. André.
- Llorca, Bernardino (1960). *Manual de História Eclesiástica*. Porto: Edições Asa.
- Lukács, Ladislau (1902). *Mon. Paedagogica S. Jesu quae Primam Rationem Studiorum*



*praecessere*. p. 150-151. Madriti, (MHSI).

Lukács, Ladislau (1958). *De Prima Societatis Ratione Studiorum Sancto Francisco Borgia Praeposito Generali Constituta* (1566-1569): AHSJ (Analecta Historica Societatis Iesus), 27 (1958), 209-232.

Lukács, Ladislau (1986). *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Volume 5 of the *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, ed. Ladislaus Lukács. Volume 129 of the series *Monumenta Historica Societatis Iesu*, 357-454. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986.

Machado, Diogo Barbosa (1752). *Bibliotheca Lusitana – Historia, Critica, e Cronológica na qual se compreende a noticia dos authores Portugueses, e das Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente* (Tomo III). Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.

Margolin, Jean-Claude (s/d), A educação no Tempo da Contra-Reforma in *História Mundial da Educação* trad. de M<sup>a</sup> Helena Veloso do título original *Histoire Mondiale de l'Education*, dirigé par Gaston Mialaret et Jean Vial, Vol II de 1515 a 1815, p.199. Porto: Rés-Editora.

Marques, Eduardo César (2002). Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua Permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.14 n.41 ISSN 0102-6909. São Paulo, Outubro de 1999, p. 14).

Martins, Jorge (2006). *Portugal e os Judeus*. 2 Vols. Lisboa: Nova Veja. Col. Documenta Histórica.

Matias, José Coelho (1999). *Manuel de Sá Paradigma de Interculturalidade*. (Dissertação de Mestrado - Policopiado). Lisboa: Universidade Aberta.

Matias, José Coelho (2008). Manuel De Sá (1530-1596): Da Diáspora e Interculturalidade à Justiça e Cidadania. In Natália Ramos (Coord.) *Educação Interculturalidade e Cidadania* (pp. 35-50). Bucareste: Editura Milena Press. ISBN: 978-973-7873-20-0.

Melo, António Maria Martins (2004). *Teatro Jesuítico em Portugal no Século XVI – A Tragédia Josephus do Pe. Luís da Cruz, S. J.* Braga: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Menezes, Ângela Dutra de (2007). *O Português que nos Pariu – Uma visão brasileira sobre a história dos portugueses*. Porto – Barcelos: Civilização Editora.

Miranda, Maria Margarida Lopes de (2006). *Teatro nos Colégios dos Jesuítas – A Tragédia de Acab de Miguel Venegas S. J. e o início de um género dramático (Séc- XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

*Monumenta Paedagogica Societatis Iesu quae primam Rationem Studiorum anno 1586 editam praecessere, 1901-1902*. Madrid.

- Moscatti, Sabatino (1983). *Ancient Semitic Civilizations*. New York: Chapel Hill, North Carolina: The University of North Carolina Press, 1983. Reinhold, Meyer.
- Mounier, Emmanuel (1965). (9<sup>ème</sup> ed.). *Le Personalisme*. Paris: PUF.
- Niza, Sérgio (2002). (6<sup>a</sup> ed.). In António Vieira Ferreira (Coord.). *Gestuírio: Língua Gestual Portuguesa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência*. Lisboa: S.N.R.I.P.D.
- Nogueira, António de Vasconcelos (2004). *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a Ética capitalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações Filipinas* (1985). Reprod. Fac-simile do *Código Philipino* ou *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Recompiladas por mandado d’El-Rey D. Philipe I. Decima-quarta edição. Segundo a primeira, de 1603, e a nona de Coimbra de 1824, edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. (5 volumes). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Papa Paulo III *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de Setembro de 1540. In *Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplíssima Collectio*. Romae MDCCXLV. Typis et Sumptibus Hieronimi Mainardi. Tom. IV. Par.I, pp. 185-187.
- Patrício, Manuel (1998-1999). *Lições de Filosofia de Educação*. Mestrado em Relações Interculturais. (Policopiado). Lisboa: Universiade Alberta.
- Peroti Antonio (1997). Interculturel et travail social. *Cahiers (Les) de L’Actif*, 1997, n<sup>o</sup> 250, mars-avril, pp. 5-176 PC14-250/97.
- Pinto Maria do Carmo Teixeira (2007). Comportamentos e vivências quotidianas dos cristãos-novos seiscentistas: o caso de Elvas. In Barreto, Mourão, Assunção Gomes e Franco. (Org.) *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstâncias* (p. 529). Lisboa-São Paulo: Edições Prefácio.
- Ramos, Emanuel Paulo (1980). *Os Lusíadas de Luís Vaz de Camões* (Canto IV, verso 95, p. 188). Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Lisboa-Porto: Porto Editora.
- Ramos, Natália. (2001). Comunicação, Cultura e Interculturalidade: Para uma Comunicação Intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (35, 2): 155-178.
- Ramos, Natália. (2003). *Interculturalité, Communication et Éducation*. România: Milena Press.
- Ramos, Natália. (2007). Interculturalidade, educação e desenvolvimento – o caso das crianças migrantes. In Rosa Bizarro (Org.) *Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Lisboa: Areal Editores.
- Ramos, Maria da Conceição (2007). Diásporas, Culturas e Coesão Social In Rosa Bizarro (Org.). *Eu e o Outro. Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(S) e Práticas Interculturais*. Lisboa: Areal Editores.

- Ramos, Maria da Conceição (2008). Desafios à Europa Social no Contexto da Globalização-Gestão da Diversidade e da Educação nas Sociedades Multiculturais e do Conhecimento. In Natália Ramos (Coord.) (2008). *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucareste: Milena Press.
- Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu auctoritate Septimae Congregationis generalis aucta*. Antuepiae: Apud Ionnem Meursium M. DC. XXXV (1635).
- Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Turonibus: Typis A. Mame et Filii. (MCCCLXXVI). (1876). Este exemplar pertencia ao *Colegium Cetobricense S.J.*
- Ricciotti, Giuseppe (1964). 5ª ed. *Storia d'Israele*. 2 Vols. Torino: Società Editrice Internazionale.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995). (Org.). *Sociologia das Migrações II*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rodrigues, Francisco (1931-1950). História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, 4 tomos (Tom. I, Vol. I, Liv. II, ch IV, pp. 453-454)
- Rutter, Michael et al (1998). *Antisocial behaviour by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sá, Emanuel (1600). *Aphorismi Confessariorum ex variis Doctorum sententiis collecti*. Coloniae: Apud Ioannem Moretum, sumptibus Petri Amorsortj.
- Sá, Emanuel (1600a). *Aphorismi Confessariorum ex variis Doctorum sententiis collecti*. Lyon: Apud Ioannem Pilehotte. sub signo nominis Iesu.
- Sá, Emanuel (1609). *Aphorismi Confessariorum ex Doctorum sententiis collecti. Editio nova, secundum correctum Romanum exemplar edita: Permissu superiorum*. Coloniae: Apud Ioannem Crthium, sub Signo Gali.
- Sa, Emanuel (1601). *Notationes in Totam Scripturam Sacram Quibus omnia fere loca difficilia brevissime explicantur, Tum variae ex Hebraeo, Chaldaeo, & Graeco lectiones indicantur. Opus omnibus Scripturae Studiosis utilissimum: certe a plurimis diu multum q' (quaquam - absolutamente) desideratum*. Auctore Emanuele SA D. Theologo, societatis Iesu. Lugduni: Apud Horatium Cardon.
- Saraiva, José Hermano (1979). *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Serrão, Veríssimo (1978). *História de Portugal (1495-1580)*. Vol. III. 3ª ed. Lisboa: Edição Verbo.
- Serrão, Joel (1986). (5ª ed.). *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silos, Giuseppe (Jseph) (1650). *Historia Clericorum regularium a congregatione condita*. (Tom. I, Lib. 13, p. 533). Roma: Mascardi.

- Soares, Matos (1964) *Bíblia Sagrada*. Traduzida da Vulgata e Anotada pelo Pe. Matos Soares. São Paulo: Edições Paulinas.
- Sommervogel, Carlos (1890-1916). *Bibliothèque De La Compagnie De Jésus (in 10 Vols.)*. (Tom. V, p. 350). Paris.
- Sprinthall, Norman, Arthur; Collins, Walker-Andrews (1994). *Psicologia do Adolescente – Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Tradução de Cristina Maria Coimbra Vieira. Lisboa: Serviço de Educação; Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tavares, Maria José Ferro (Coord.). (1990). *Sociedade e Cultura Portuguesas*. (Vol. 1, pp. 205-206 e 216). Lisboa : Universidade Aberta.
- Tavares, Maria José Ferro (1995). *Os Judeus na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Edição ELO.
- Tischendorf, Constantinus (1880). *Vetus Testamentum Graece juxta LXX Interpretes*. Editio VI Prolegomena recognovit collectionem códices Vaticani et Sinaitici adjecit Eberardus Nestlé. (pp. XXVIII, XXI, nota de rodapé nº 1). Leipsiae: F. Brochause.
- Torres, Carlos Alberto (2009). *Globalizations and Education*. New York and London: Teachers College, Columbia University.
- Tuchle, Hernann. (1968). *Nouvelle Histoire de l'Église. 3 Réforme et Contre-Réforme*. Paris: Edition du Seuil.
- UNESCO (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (artigo 3º). Paris, 2 de Novembro de 2001.
- Unterman, Alan (1992). *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*. (p.166). Rio de Janeiro: Zahar.
- Vieira, Cristina Maria Coimbra (2006). *Educação Familiar : Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género*. Cristina Maria Coimbra Vieira; Lit. José Ruy; [Ed. Lit.]. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Coleção Mudar as Atitudes; 15.
- Vigouroux (1928-1912) *Dictionnaire de la Bible – Contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d'animaux mentionnés dans les Saintes Écritures. Les Questions théologique, archéologiques, scientifiques, critiques relatives à l'Ancien et au Nouveau Testament et des notices sur les commentateurs anciens et modernes*. (Tom. V., Cols. 1639-640). Publié par F. Vigouroux. Paris : Letouzey et Ané Éditeurs.
- Williamson, Georgia (1959). *Josephus: The Jewish War*. Translation with Introduction by G.A. Williamson. Israel: Penguin Books. By Steimatzky's Agency. Título original: *De bello Judaico*.
- Zerwick, Max (1960). *Analysis Philologica Novi Testamenti Graeci*. Editio Altera Emendata. Romae: Sumptibus Pontificii Instituti Biblici.



## Conclusão geral

Para concluirmos faremos uma síntese do que abordámos nas três partes do nosso trabalho.

Na primeira parte, que dividimos em três capítulos, começámos por um capítulo dedicado à contextualização de Vila do Conde, terra natal de Manuel de Sá, onde descrevemos sumariamente: a situação geográfica; o desenvolvimento relativo tanto às indústrias da pesca e do sal, da construção naval, da cordoaria e dos panos marinhos, como à cultura propagada por intermédio da construção de Mosteiros, da Igreja Matriz e sua Colegiada, factos estes que bem abonam e advogam em favor da importância dessa Vila (e concelho do mesmo nome) sobretudo ao longo dos séculos XV-XVI; a sucessão das diferentes instituições de ensino até se chegar ao sistema de Colégios e Universidades, intimamente ligadas à personagem do nosso estudo que da Colegiada vila-condense (onde fez os seus estudos iniciais) passou à Universidade de Coimbra para, ali, seguir os estudos superiores cujo primeiro grau foi o Bacharelato em Artes.

No capítulo segundo estudámos a sua vivência em várias localidades de Espanha, principalmente Valência, onde fez o seu noviciado na Companhia de Jesus e começou os estudos de teologia; Gandia em cujos Colégio e Universidade não só alcançou, com grandes êxitos, o Mestrado em Artes mas, também, um lugar de destaque no elenco do seu professorado ainda mesmo antes de adquirir oficialmente esse grau académico e chegando, inclusivamente, a ter como estudante particular em filosofia o próprio Duque Francisco de Borja; e Alcalá de Henares onde além de superior da residência e colégio Jesuítas, frequentou a Universidade que tinha sido fundada pelo Cardeal Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), personagem que mais tarde veio a manchar o seu nome por ter exercido o cargo de *Grande-Inquisidor* (Inquisidor-Mor) de Castela (entre 1507-1516) e ter mostrado grande impiedade na repressão às heresias.

No capítulo terceiro estudámos o seu percurso em várias regiões de Itália, primeiro como estudante de teologia, tornando-se, em 1557, um dos primeiros professores do Colégio Romano que em 1584 foi elevado por Gregório XIII a universidade, de onde lhe veio o nome de Pontificia Universidade Gregoriana, leccionando a Suma de São

Tomás de Aquino, a Teologia e comentado a Sagrada Escritura, sobretudo o profeta Oseias. A sua fama de erudito levou o Papa Pio V a nomeá-lo membro da comissão encarregada da edição da Bíblia chamada a dos Setenta. No norte de Itália, além de ensinar Escritura no Seminário de Milão, visitou várias casas da sua ordem e fundou outras.

Este longo, diversificado e rico percurso, fizeram de Manuel de Sá um homem privilegiadíssimo relativamente tanto ao seu múltiplo sincretismo cultural, como à multiplicidade de grupos humanos maioritários e minoritários com os quais conviveu ao longo de todo o século XVI, podendo receber, com todo o mérito, o epíteto de Diásporo quinhentista Português ao serviço da Educação e da Interculturalidade.

Na segunda parte, dedicada ao seu trabalho escrito, que, excepção feita ao que não chegou até nós, é constituído por três famosas obras, inscrevendo-se uma na área de Moral (*Aphorismi Confessariorum ex sententiis doctorum sellectis*) que consiste num resumo de toda a teologia moral e jurídica desse tempo em forma de aforismos e duas na área da Exegese Bíblica (*Scholia in quatuor Evangelia* e *Notationes in totam Scripturam Scram*), sendo a primeira uma explicação às passagens bíblicas dos quatro Evangelho que causavam maiores dificuldades, explicação que se baseavam nas sentenças dos Santos Padres e dos escritores cristãos anteriores, e a segunda um estudo exegetico crítico, dedicado à busca do sentido literal de todos os livros bíblicos, como antes nunca tinha sido feito por nenhum outro autor, como ele próprio refere no início desse seu trabalho. Os capítulos quarto, quinto e sexto que compõem esta segunda parte tratam, cada um individualmente, uma dessas três obras.

Assim sendo, o capítulo quarto, dedicado ao estudo dos Aforismos, é introduzido por um excuro sobre os métodos aforísticos, referindo-nos aos vários tipos dessa literatura e que foram utilizados tanto nos campos da medicina como nos da filosofia e da teologia moral. Seguimos, depois, com uma análise feita a esse livro, percorrendo as suas múltiplas edições, desde a pacífica edição de 1595 e da edição no Japão, em 1603, até àquela que foi destruída pelo fogo em França, em 1762, e todas aquelas que, em Portugal, foram lançadas no Índice dos Livros Proibidos, por ordens do Marquês de Pombal, em 1771, apodadas que foram de corruptoras das consciências, perturbadoras da paz familiar e violadoras da intimidade entre casais.

No capítulo quinto analisamos os *Scholia in quatuor Evangelia* que, por constituírem um exemplar de um método exegético que marca o fim de uma série de métodos utilizados na exegese hebraica e cristã durante vários séculos, constituíram os predecessores do método chamado Comentário crítico. Por essa razão achámos que seria de grande utilidade não só darmos uma explicação aos termos mais utilizados na exegese bíblica como, também, fazermos um pequeno excuro sobre as diversas e sucessivas fases por que passou essa mesma exegese, escolhendo como ponto de partida o Judeu, Filão de Alexandria, passando aos Targumim e à Masora dos Judeus, para finalizarmos com as Cadeias (marginais, a longas linhas...), Glosas, Postillae, *Scholia* e *Commentarii* dos Cristãos.

Depois deste estudo que, apesar de parecer ultrapassado, achámos necessário para bem situarmos a posição de Manuel de Sá relativamente quer ao conhecimento que tinha dos modos interpretativos da Sagrada Escritura ao longo dos tempos, quer às inovações que ele próprio introduziu nessa mesma matéria e que residem precisamente na forma como ele escreveu e ordenou tanto os *Scholia in Quatuor Evangelia*, como as *Notationes in totam Scripturam Sacram*.

Após este preâmbulo, procedemos a uma análise externa a esse livro, frisando o seu método, o texto bíblico utilizado (não possuía ainda divisão, nem em capítulos nem, muito menos, em versículos), a finalidade e ocasião, as formalidades, os 22 anos de atraso da 1ª edição (apesar de estar pronta em 1574, só foi editada em 1596), as razões possíveis desse atraso, o alcance e a utilidade das edições posteriores dessa obra.

Completa-se esta segunda parte com o capítulo sexto, dedicado à análise da sua segunda obra de exegese, as *Notationes in totam Sacram Scripturam*. O próprio título indica tratar-se de uma exegese feita a todos os livros da Sagrada Escritura, num só volume e de maneira sintética, sendo assim apresentado de modo a que pudesse ser utilizado como livro de consulta e acompanhar a leitura da Bíblia por qualquer um, versado evidentemente na língua latina, língua dos meios académicos na altura.

Na análise externa abordámos o problema do título, autor, data e editora do livro, passando logo à apresentação das explicações que ele fornece aos seus leitores na oração que faz a Cristo, na nota dirigida ao leitor e na respostas às objecções que frequentemente lhe colocavam acerca do tipo deste seu trabalho que, se era sintético, foi



porque assim lhe foi exigido pelos seus superiores.

Seguimos, depois, com uma apreciação relativamente à aprovação da edição, fazendo alguns comentários a propósito das exigências do Concílio de Trento quanto a todas as publicações que tivessem por matéria a interpretação da Sagrada Escritura e inserimo-nos no interior do texto, chegando à conclusão de que se trata de uma síntese da doutrina exegética do seu tempo, com algumas novidades introduzidas: uma análise crítica em forma de Comentário seguido a todos os livros da Bíblia e ainda, segundo palavras suas (Sá, *Notationes*, 1601, p.3), três preciosíssimos índices: um das inúmeras frases utilizadas na Vulgata, com os vários lugares e livros bíblicos onde elas reaparecem e que podem servir para a compreensão da Escritura (Idem, pp. 535-558; cf, p. 3, nº 5); um segundo índice longo (ainda assim breve como é seu costume) de toda a Sagrada Escritura e que pode servir de concordância, muito útil para os sermões, inscrições e meditações (ocupam as pp. 559-590; cf. p. 3, n. 6 e); e um terceiro, em ordem alfabética, sobre sentenças selectas da Sagrada Escritura (cf. p. 3, nº 7).

Tais novidades, aliadas ao facto de parte deste seu comentário ter sido utilizada em duas grandes colecções de exegese, publicadas nos fins dos séculos 18 e 19, levaram-nos a considerar o seu autor precursor do método histórico-crítico.

A terceira parte mostra quanto, como, até onde e até que ponto a *antropagogia* e a vida exemplar de Manuel de Sá podem contribuir para o melhoramento da educação nas escolas dos nossos dias.

Relativamente ao quanto a sua *antropagogia* influenciou o mundo, tivemos a oportunidade de constatar que a sua doutrina não conheceu fronteiras uma vez que ele era dotado de um universalismo no campo das ciências, não só estritamente religiosas mas também profanas, tornando-se um cultor e profissional multi/intercultural e interdisciplinar. Ele dominava tanto a área das Artes (composta pelo *trivium* — Gramática Lógica e Dialéctica) e pelo *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música) quanto a da Teologia diversificada na Moral, nos Cânones, na Suma Teológica de S. Tomás de Aquino e, sobretudo, na Sagrada Escritura, sendo todas essas disciplinas suportadas pelo conhecimento aprofundado das línguas bíblicas e vernáculas.

Quanto aos destinatários da sua doutrina, dificilmente os poderemos calcular pois, em primeiro lugar, teve alunos de várias nacionalidades, línguas e culturas que, depois de formados, regressavam aos seus países de origem ou eram enviados a países de Missões, de modo a transmitirem o que dele (e de outros mestres) tinham aprendido; em segundo lugar muitos foram aqueles, do povo ou das altas esferas religiosas, que ouviram seus sermões e suas lições de Escritura na Igreja de Santo André ou na Basílica de S. Pedro; em terceiro lugar sabemos que a divulgação das suas obras escritas, tanto pela multiplicidade como pela perenidade das suas edições, fazem prova do número incalculável de pessoas que delas beneficiaram. Por se dirigir ao homem, tomado como ser humano (*anthropos*), independentemente do sexo, a sua tarefa e arte de ensinar, mais do que pedagogia, deverá chamar-se *antropagogia*.

Relativamente ao modo como ele ensinava demos, neste mesmo capítulo, alguns exemplos de uma análise crítica, aplicada à interpretação da Bíblia onde ele fazia uso da filologia, da história e da geografia e recorria aos textos originais e lugares paralelos da Bíblia, servindo-se de todos os processos que achava mais apropriados para a transmissão da sua doutrina, tendo sempre como suporte orientador a *Ratio Studiorum*, em cuja elaboração ele próprio participou. Também soube utilizar o princípio da interculturalidade que manda olhar para o estrangeiro numericamente minoritário como para um outro *Eu*, digno de respeito tanto no que à cultura e religião concerne quanto no que pertence à dignidade e liberdade pessoais.

Na questão do tempo durante o qual ensinou, cremos que o seu ensino abarcava todo o tempo e todos os lugares, por onde passava e se encontrava, pois que os seus ensinamentos eram transmitidos, tanto com a palavra (oral e escrita), como com o exemplo da sua vida concreta do dia-a-dia. Bem se lhe pode aplicar o provérbio semita do Livro da Sabedoria (cap. 4,13) que diz: *Consumatuas in brevi, explevit temporã multa*) que Soares (Bíblia Sagrada em português, 1964, p. 741) traduziu como *Tendo vivido pouco, encheu a carreira duma larga vida*, ou, por outras palavras, o axioma comeniano *omnia* (tudo/todas as coisas), *omnes* (todos), *omnino* (de todos os modos), *semper* (sempre).

No capítulo oitavo, denominado *Acção de Manuel de Sá no campo sociopolítico*, depois de uma introdução ao problema das várias e sucessivas diásporas do Povo Judeu como

ilustrativas do tríplice fenómeno que tem ocorrido ao longo da história humana, i.e., o multiculturalismo, a interculturalidade e o desempenho das funções dos poderosos deste mundo (que frequentemente negligenciam as suas obrigações ou chegam a utilizar, impunemente, métodos tirânicos), mostrámos qual foi a posição deste nosso autor a propósito de todas estas questões: um homem multi/intercultural e um defensor dos direitos de cidadania e de liberdade religiosa dos grupos minoritários, nomeadamente dos Judeus, então perseguidos pela Inquisição dos Príncipes religiosos e civis.

Terminamos com o capítulo nono, dedicado aos contributos que Manuel de Sá nos legou no campo estritamente da Educação, fundamentando, por um lado, o seu labor na *Ratio Studiorum* que ele ajudou a elaborar e seguiu sem se deixar manietar por ela e, por outro, mostrando como e, até que ponto, a validade dos seus princípios conseguiu resistir ao tempo, de modo a poderem ser aplicados aos tempos de hoje, com as suas devidas adaptações. A perenidade desses valores que Manuel de Sá nos deixou pode reduzir-se a três grandes áreas que julgamos constituírem o alvo do sistema educativo moderno: a competência dos professores, a disciplina escolar e a funcionalidade dos estabelecimentos escolares.

Quanto aos *Professores*, encontramos em Manuel de Sá o sentido da obrigação relativamente à preparação, actualização, responsabilidade, respeito e interesse pelos alunos, promoção dos bons costumes, cuidado com a disciplina, uniformidade e vigilância relativos ao modo de ensinar de todos os colegas de ensino.

No que se refere aos Alunos, frisa muito bem a necessidade da aceitação das regras pré-estabelecidas, a assiduidade, a diligência, o silêncio, a auto-estima, a fuga às más companhias, o estudo, privado e em grupos ou academias, a definição clara dos objectivos do estudo, a entreaajuda, o direito a serem sujeitos a uma avaliação consoante as próprias capacidades e a serem premiados pelo bom sucesso.

Da parte da Escola: exige-se a promoção de um ambiente propício ao estudo; a elaboração e proposição de um programa de estudos realista e enriquecido com diversas actividades que tornem a aprendizagem mais acessível e globalizante; reconhecimento público dos méritos de professores, alunos e auxiliares de educação pelo seu bom desempenho das tarefas que lhes são distribuídas, o que tem igualmente o seu

contraponto relativamente aos infractores e negligentes; o respeito e a promoção da educação intercultural; a salvaguarda e a valorização dos valores humanos tais como: a solicitude, a frontalidade, a firmeza, a flexibilidade e a responsabilidade de cada agente educativo.

A coroar a contribuição que Manuel de Sá nos deixou, fazemos referência a três princípios por si prosseguido no século XVI e que, por coincidência ou imitação, foram propostos por Jacques Delors, em 2003, como sendo fundamentais na educação do século XXI: uma educação ao longo da vida, um trabalho em espírito de interdisciplinaridade e uma educação que não esqueça a luta contra a exclusão.



## Bibliographia Geral

- AA.VV. (1976). China, In *Le Grand Livre du Monde – Une Encyclopédie Géographique de Tous les Pays et de Tous les Peuples*. Paris-Bruxelles.
- AA.VV. (1989). *História do Homem nos Dois Últimos Milhões de Anos*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- AA.VV. (1992). *China Misteriosa, Selecções do Reader's Digest – Viagens e Aventuras*. Lisboa - Milão.
- AA.VV. (s.d). *As Raças Humanas*. Lisboa. (Tradução Portuguesa do Espanhol. *Las Razas Humanas*). Barcelona.
- Abdallah, Pretceille - Martin (1990). *Vers une Pédagogie Interculturelle*. Paris: Publication de la Sorbonne.
- ACIME (20004). *I Congresso imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania - Integração*, (realizado em 18/19 de Dezembro de 2003. Lisboa: Publicação Organização e Edição: Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) (2004).
- Aguilera, Emiliano (1971). *Confucio Tratados Morales y Políticos segun los textos de Confucio y de sus Discípulos Tseng-Chen, Tchu-Hi y Outros*. Versión establecida por J. Núñez de Prado con unas notas prologales de Emiliano M Aguilera.
- Allegrini, Giuseppe (1773). *Bulla nella quale si dichiara sopresso l'Instituto dei Gesuiti*.( Voir Clément XIV). Firenze.
- Almagro, Gorbea Maria Josefa. (1986). *Orfebrería fenicio-púnica del Museo Arqueológico Nacional*.
- Almeida, João Ferreira e Pinto; Madureira, José (1995). *Investigação nas ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Analecta Gregoriana Cura Pontificiae Universitatis Gregoriana Edita*, (1954). Vol. 66, Series Facultatis Historiae Ecclesiasticae, Sectio A (Nº2): *Storia del Collegio Romano; del sua inizio 1551 alla Soppressione della Compagnia di Gesù* (1773). Roma.
- Analecta Gregoriana cura Pontificiae Gregoriana edita* (1938). Series Facultatis Historiae Ecclesiasticae Sectio (Vol. 14). Romae: Apud Aedes Universitatis Gregoriana.
- Analecta Histórica Societatis Iesus* (AHSI). (1968). 37 (pp. 23-24). Romae: Apud Aedes Universitatis Gregoriana.
- Andrade, António Albert (1945). *Antes de Vernei nascer (...) o Pe. Cristóvão Borri lança, nas escolas, a primeira grande reforma científica*. *Brotéria*, 40: 396-379.
- Antão, Jorge Augusto da Silva (1997). *Comunicação na Sala de Aula*. Lisboa: Edições Asa.
- Archivum Historicum Societatis Iesu*. Publicado por Institutum Historicum Soietatis Iesu.
- Arieiro, José (1969). Universidade Gregoriana. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de*

- Cutura*. (Vol. 9, Col. 1029) Lisboa: Editorial Verbo.
- Arregüi, Antonius (1934). (12<sup>a</sup> ed.). *Sumarium Theologiae Moralis, ad Recentem Codicem Iuris Canonici Accomodatum*. Bilbao: El Mensajero Del Corazón de Jesús.
- Arruda, Ana Maria. M. (1993). Oriente no Ocidente – O comércio fenício. In Medina, João (dir.) *História de Portugal* (Vol. I, pp. 17- 44). Lisboa: Ediclube Edição.
- Assunção, Paulo (2007). Regimentos da Inquisição contra os inimigos de Deus. In Barreto, Luís Filipe; Mourão, José Augusto; Assunção, Paulo; Gomes & Franco (Coord.) (2007). *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância* (p. 552). Lisboa - São Paulo: Prefácio – Edição de Livros e Revistas Lda.
- Aubet, Maria Eugenia (1987). *Tiro y las colonias fenicias de occidente*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- Augé, Paul (1933). *Larousse du XX<sup>e</sup> siècle en six volumes* (Tome Sixième). Paris: Librairie Larousse.
- Aulet, Caldas (1952). *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa. Em Parceria com António Maria Pereira, 1948 (reimpresso em 1952). A primeira edição foi em Lisboa em 1881.
- Azaña, Esteban (1986). *Historia de Alcalá de Henares*. Madrid: Edición Facsímile.
- Azevedo, Cláudio (1994). *Metodologia Científica. Contributos Práticos para a elaboração de Trabalhos Académicos*. Porto: Edição do autor.
- Baganha, Maria Joanino; Marques, José Carlos e Fonseca, Graça (2000). *Is the Ethclass Emerging in Europe? The Portuguese Case*. Published by Luso-American Development Foudation. Lisbon: Textype – Artes Gráficas, Lda.
- Baganha, Maria Joanino, e Fonseca, Maria Lucinda (eddieurs) (2004). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon: Published by Luso-American Development Foudation. Lisbon: Textype – Artes Gráficas, Lda.
- Baganha, Maria Joanino e Marques, José Carlos (2001). *Imigração e Política: O caso Português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana – Artes Gráficas.
- Baldini, Ugo (1998). As assistências ibéricas da Companhia de Jesus e a actividade científica nas missões asiáticas (1578-1640). Alguns aspectos culturais e institucionais. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 54: 195-245.
- Baldini, Ugo (2000). *Saggi sulla ciltura della Compagnia di Gesù (secoli XVI-XVIII)*, Padova: CLEUP Editrice.
- Baquero, Godeardo (1972). *Métodos de Pesquisa Pedagógica*. S. Paulo: Ed. Loyola.
- Baquero Moreno, Humberto (1990). Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Lertras. História*, ISSN 0871-164X, 7:35-46.
- Baquero Moreno, Humberto (1996). Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. *Revista da Faculdade de Letras. História*, ISSN 0871-164X, 13:187-204.
- Barbosa Machado, Diogo (1752). *Bibliotheca Lusitana – Historia, Critica, e Cronológica na qual se compreende a noticia dos authores Portugueses, e das Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente* (Tomo III, pp. 361-362). Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues.

- Barrera, Julio Trebolle (1993). *La Biblia Judía y la Biblia Cristiana – Introducción a la Historia de la Biblia*. Valladolid: Editorial Trotta.
- Bastos, Susana Pereira e Bastos, José Gabriel (2006). *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes – Manejo da Religião em Processo de Inserção Social Diferenciada: Uma Abordagem estrutural Dinâmica*. Lisboa: Edição da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. (ACIME).
- Batliori, Miguel (1972) *La Stirpe di S. Francesco di Boja*. AHSI, 51: 5-47.
- Batliori, Miguel (1979). *A través de la História de la Cultura III: Enallimento de la familia de Borja*. 7 Del segle XIIe al XVIe (pp. 155-209). Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- Baumerind, Diana (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behaviour. *Genetic Psychology Monographs*, 1967, 75: 61.
- Bell, Joca (2002). *Como realizar um projecto de Investigação*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Benavente, Ana (1999). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bernard, Hymann. (1936). Emanuel de Sá. In *Archives Historiques Societatis Iesu* (pp. 296-297).
- Bernard, Jacques (1968). *Navires et Gens de Mer à Bordeaux vers 1400-1550*, T. I, Paris.
- Bernstein, Basil. (2000). *Pedagogy, Symbolic Control and Identity: Theory Research of Critique*. Revised Edition. London: Taylor and Francis.
- Bernstein, Basil. (1993). *La estrutura del Discurso Pedagógico*. Madrid: Ed. Morata.
- Biblia Sacra Vulgatae Editionis Sixti V Pont. Max. Iussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita. Editio emendatissima appartu critico instructa cura et studio Monachorum Abbatiae Pontificiae Sancti Hieronymi in Urbe Ordinis Sancti Benedicti*. (pp. 703; 1041). Roma: Marietti, 1965.
- Biblia Sagrada Português*. (1964). Tradução anotada do Padre Matos Soares. 18ª edição. São Paulo: Edições Paulinas.
- Bibliotheca Instituti Historici Societatis Iesu* (54 volumes). (p. 193. col. 2).
- Boero, Giuseppe (1864). *Vita del B. Pietro Canisio*. Roma: Civilia Cattolica.
- Bonfrerius, Jacobus (Jacques Bonfrère, 1625). *Praeloquia in Totam Scripturam Sacram*, c. xx, sect. 5. Antuérpia.
- Bonfrerius, Jacobus (1625). *Pentateuchus Moysis, commentario illustratus, praemissis, quae ad totius Scripturae intelligentiam manducant, praeloquijs perutilibus*. Antverpiae.
- Bonfrerius, Jacobus (1631). *Commentarium in Josuam, Judices et Ruth*. Paris.
- Borgia (1894-1911). - *Sanctus Franciscus Borgia. Quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Generalis tertius* (Vol. I-V). Matriti: MHSI.
- Borgia, Francisco. (1903). *Sanctus Franciscus Quartus Gandiae Dux et Soc. Iesu Praepositus Generalis Tertius*, 5 vols. Madrid, 1894-1911.



- Brito, João Soares de (1645 e 1655). *Theatrum Lusitaniae Literarium sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum* (Littera E, n. 71). Lisboa.
- Broetii et Roderici (1903) (MHSI). *Epistolae Patrum Paschasii Broeti, Claudii Jaii, Ioannis Codurii et Simonis Rodericii*. (Appendix 3, p. 780). Madrid, 1903. 493
- Broetii et Roderici (1903). (MHSI) *Epistolae Patrum Paschasii Broeti, Claudii Jaii, Ioannis Codurii et Simonis Rodericii*, p 783. Madrid, 1903. 493.
- Brown, Raymond; Fitzmyer, Joseph. & Murphy, Roland (Ed.). (s/d, mas depois de 1967, cf. Editor's Preface, p.xviii). In *The Jerome Biblical Commentary* (em dois volumes num só. Vol I: *The Old Testament* e Vol II: *The New Testament and Topical Articles*). Englewood Cliffs, New Jersey: PenticeHall, Inc.
- Bruner, Jérôme (2000). *Cultura da Educação*. Lisboa: Edições 70.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente* (2 vol). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplissima Collectio, (MDCCXLV)*. Romae. Typis et Sumptibus Hieronimi Mainardi. Tom. IV. Part. I, pp. 185-187, com a data de 1 de Outubro de 1540: *Datum Romae apud Sanctum Marcum Anno Incarnationis Dominicae, Millesimo quinquagesimo quadragesimo, 5 Kalendas Octobris. Pont. Nostri Anno VI*; a segunda aprovação seria dada a 21 de Julho de 1550 por Julio III (cf. *Bullarium Rom.*, Tom IV, pars I pp. 272-275).
- Bullarium, Diplomatum et Privilegiorum Romanorum Pontificum Taurinensis editio*. (Vol. 7, pp. 281ss). Turín: ed. G. Tomassetti, 1857ss.
- Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplissima Collecti* (1745, Tom. IV Part. I, pp. 185-187).
- Brizzi, G.P. (Ed.) (1981). *La ratio Studiorum. Modelli culturalli e pratiche educative dei Gesuiti in Itália fra cinquecento e seicento*. Roma.
- Cabral, Alcinda. (2000). *Entre a Multiculturalidade e a Interculturalidade: Portugueses em França*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Caderno das ordinárias que João Saraiva, recebedor este ano de 1518 há de pagar aos beneficiados desta Ilha por mandado do deão e vigário do Funchal: parte III, m. 12. doc. 105*. Encontra-se no Instituto dos Arquivos Nacionais / Biblioteca da Torre do Tombo.
- Caeiro, G., (1966), – *As Escolas Capitulares no Século Primeiro da Nacionalidade Portuguesa*. Lisboa.
- Câmara, Manuel (1903). *Missão dos Jesuítas no Oriente nos séculos XVI-XVII*. Lisboa: Publ. da Soc. De Geografia de Lisboa.
- Camenietzki, Carlos Ziller (1995). O cometa, o preador e o cientista: António Vieira e Valentim Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 14:55-72.
- Camilleri, Carmel (1985). *Anthropologie Culturelle et Éducation*. Unesco. Lausanne: De la Chaux et Nestlé.
- Camilleri, Carmel. (1989). *Chocs des cultures: concepts et enjeux pratiques*. Paris L'Harmattan.

- Camões, Luís Vaz (1980). Os Lusíadas. In Ramos, Emanuel Paulo (Org.) *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Canto I, 7 (p. 71). Porto. Porto Editora.
- Carmo, Hermano (1994). Avaliação em Investigação Comunitária. In *Estudos de Homenagem ao Professor Adriano Moreira*. Vol. II. Lisboa: ISCSP.
- Carmo, Hermano (1997). A Educação Intercultural de Professores: a experiência da Universidade Aberta. Comunicação ao XIX Congresso da Fédération Internationale des Professeurs da Langues Vivantes, FIPLP, Recife, 24-26 de Março de 1997 (policopiada).
- Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro (2007). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carpentras-Vaucluse, (1976). In *Guide Touristique de la France*. France Loisirs: Bordas.
- Carreira, José Nunes (1974). *Filologia e Crítica de Isaías no Comentário de Francisco Foreiro (1522-1581)*. Subsídios para a história da exegese quinhentista. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa.
- Castro, (1969). O Padre Luís da Grã. *Revista de História*, 33, 75. São Paulo.
- Castro, José Mendes de (1972). Midrash. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 13, Col.645-646). Lisboa: Ed. Verbo.
- Codex Iuris Canonici Pii X Pontificis Maximi iussu digestus, Benedicti Papae XV auctoritate Promulgatus* (Can. 890, § 2, p. 251). Vaticanus: Typis Polyglotes Vaticanis, 1933.
- Chronicon* (1894-1898). *Vita Ignatii Loiolae et rerum Societatis Iesu*. Auctore Ioanne Alphonso de Polanco Eiusdem Societatis sacerdote I-VI. Matrili (MHSI).
- Chronicon*, (1894-1898). *Chronicon Societatis Iesu auctore Ioanne Alphonso de Polanco*. Madrid.
- Challand, Gérard; Rageau, Jean-Pierre. (1989). *Atlas des Diásporas*. Paris: Ed. Odile Jacob.
- Charlot, Bernard (2005). *Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Cienfuegos, Alvaro (1757). *Vida del Santo Borgia* (Liv. 3, Cap. 6, paragr. 1, p. 150). Coimbra: CLEUP Editrice.
- Clanet, Claude (1990), *L'Interculturel : introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines* (pp. 187-212). Toulouse : Presses Universitaires du Mirail).
- Clanet, Claude (1993). (2e éd.). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en éducation et en sciences humaines*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail).
- Clemence, John. (1972). *Discovering Macao – Visitor's Guide*. Hong Kong: Macmillan Publishers
- Clubb, Edmund, O. (1985). Republican China and Chinese Art. In *Collier's*

*Encyclopaedia*. New York.

Conselho Nacional de Educação (1998). *Uma Educação Indusiva a partir da Escola que temos*. Lisboa.

Conselho Nacional de Educação. (1999). *Actas de Seminário Realizado em Lisboa*, Dezembro.

Conselho Nacional de Educação. (2000). *Educação Intercultural e Cidadania*. Seminário Realizado em Lisboa, Setembro.

COD 4.220, fol 29, intitulado *Efemérides da Companhia de Jesus*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

*Codex Iuris Canonici* (1933). *Pii X Pontificis Maximi iussu digestus et Benedicti Papae XV auctoritate Promulgatus*. Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis

*Código de Direito Canónico* (1983). Promulgado por S: S. O Papa João Paulo II. Texto Latino e Versão Portuguesa. Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolada da Oração. Braga.

Collombet, François Zenon. (1846). *Histoire de la suppression des Jésuites au XVIII siècle*. Paris.

Colomer, Eduardo (1968). Escolástica. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 7, Col. 913s). Lisboa: Editorial Verbo

*Concilium Tridentinum* (13 Dec. 1545 – 04 Dec. 1563); *Decretum de libris sacris et de tradicionibus recipiendis* (cf Denz. 1965, nº 1501- 1505 (783-784); *Decretum Primum publicatum in quarta Sessione, 8 Aprilis 1546: Recipiuntur libri sacri et traditiones Apostolorum* Cf. 5, 91.

Concílio Vaticano II (Realizado entre 11 de Outubro de 1962 - 08 de Dezembro de 1965).

*Congresso (I) Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração (18/19 de Dezembro de 2003*. Organização de e Edição do Alto Comisariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (ACIME).

*Constitutiones Societatis Iesu*, (1558). Romae: in Aedibus Societatis Iesu. Reimpressão da edição original com Apêndice.

*Constitutiones* (1936-1938). *Monumenta Ignatiana. Series Tertia: Constitutiones et Regulae Societatis 10.1 - Monumenta Constitutionum praevia* (Vol I, p. LXXX). Romae. Anotadas por la Congregación Generale XXXIV y Normas complementarias aprobadas porla misma Congregación. Roma: Curia del Praeposito General de la Compañia de Jesus, 1995.

Conybeare, Frederick (1904). The Date of Euthalius: *ZNTW* 5: 39-52 (*Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft*).

Cordeiro, Arsénio (1993). *Multiculturalismo e Educação. O Contributo da Comunicação Educacional na Implementação de Práticas Educativas Interculturais*. Lisboa.

Corsini, Eugénio (1984). *O Apocalipse de São João*. Traduzido do italiano por Ivo Storniolo e Carlos Vida. São Paulo: Paulus.

Cramer, John Anthony (Ed.) (1840). *Catena Graecorum patrum in Novum Testamentum*. Oxford: UP.

- Crenius (Crusius), Th. (1695-1720). *Animadversiones Philologicae et historicae, novas editiones librorum, editiones, praefationes, indices, nonnullasque summorum aliquot virorum labaeulas notatas*. Executientes, etc. 19 pt Sumptibus Isaaci Van Ruynen. Tomus II. Roterdami.
- Cotta do Amaral, Maria Valentina (1965). *Privilégios de Mercadores Estrangeiros no Reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Cuche, Denys (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Fim de Século Denys C.
- Dainville, François (1978). *L'Éducation des Jésuites (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Dalmases - Gilmont (1961). *Las obras de S. Francisco de Borja*. AHSY. 30.
- Dalmases, Cândido de (1983). *El Padre Francisco de Borja*. Madrid: BAC. Biblioteca de Autores Cristianos: Editorial Católica, S.A.
- Davau, Maurice ; Cohen, Marcel ; Lallemand, Maurice. (1972). *Dictionnaire De Français Vivant*. (p. 797). Paris - Bruxelles - Montréal : Ed. Bordas.
- Déaut, Roger Le. (1971). Un Phénomène Spontané de l'Herméneutique Juive Ancienne. *Revista Bíblica*. 52 : 505-525). Roma: Ed. Institutu Biblicum.
- Departamento do Ensino Básico (2000). *Educação Intercultural – Potenciar a Diversidade, Entrelaçar Culturas*. Lisboa.
- Departamento do Ensino Básico (2000). *Promover a Cidadania Europeia*. Lisboa.
- Decreto Regulamentar* nº 84/2007 de 5 de Novembro e *Lei de Imigração* (Lei nº 23/2007 de 4 de Julho).
- Del Franchi, Cavalieri, Pio Pietro; Lietzmann, Johannes (orgs.) (1929). *Specimina codicum graecorum vaticanorum*. Colecção: *Tabulae in usum scholarum Lingua: LAT. Biblioteca Apostólica Vaticana*. Berolin: W. de Gruyter.
- Delumeau, Jean (1978). *La peur en Occident (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle)*. Une cité assiégée. Paris: Fayard.
- Delors, Jaques (2003). *Educação. Um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez: Brasília: MEC: UNESCO.
- Dehergne, Joseph (1973). *Répertoire des Jésuites de Chine de 1552 à 1800*. Roma : Institutum Historicum Societatis Iesu.
- Denzinger-Schonmetzer (Dz) (1967). (editio XXXIV). *Enchiridion Symbolorum et Declarationum de rebus fidei et morum*. Barcinone-Friburgi Brisgoviae-Romae-Neo-Eboraci.
- Denucé, Jean (1909). Privilèges Commerciaux accordés par les Rois du Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). In *Archivo Historico Portuguez*. Vol. III. Lisboa.
- Desmenezes, J. (1985). *L'Action Culturelle à l'école*. Paris.
- Devresse, Robert. (1928-). In Pirot, Louis; Robert, André & Cazelles, Henri (Org.), *Dictionnaire de la Bible : contenant tous les noms de personnes, de lieux, de*

*plantes, d'animaux mentionnés dans les Saintes Écritures, les questions théologiques, archéologiques ... : supplément* (Tom. I. Col. 1086) Paris: Letouzey et Ané.

Díaz-Macho (1973), Le Targum Palaestinien, dans l'exégèse biblique et Judaïsme. (pp. 13-37). *Revue de Sciences Religieuses* 47 (1973), 169-231. Estrasbourg : Ed. J-E. Menard.

Díaz Macho (1973). O Manuscrito Neofite 1. *Revue de Sciences Religieuses* 47 : 169-23. Estrasbourg : Ed. J-E. Menard.

*Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia Das Ciências de Lisboa* (2001). Vol. I. p. 182. Lisboa: Ed. Verbo.

*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). 2 Volumes (p. 3332). Academia das Ciências de Lisboa: Editora Verbo.

*Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse, Selecções* (1981). Lisboa – Rio de Janeiro – Nova Iorque: Selecções do Reader's Digest.

Domingues, Ernest (1984). Contribuição científica e artística de antigos missionários jesuítas. *Bracara Augusta*, 38, 203-210.

Domingues, Francisco (2006). Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI. *Vila do Conde*: Câmara Municipal de Vila do Conde.

Domingues, Francisco Contente (2007). *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*. Produção e Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde. Vila do Conde: Impressão Artes Gráficas.

Donohue, John W. (1963). *Jesuit Education: An Essay on the foundation of its Idea*. New York: Fordham University Press.

Dorival, Gilles (1984). Des Commentaires de l'Écriture aux Chaînes. In Claude Mondesert (Org.) *Le Monde Grec Ancien et la Bible* (T. I, pp. 361-386). Colection Bible de Tous les Temps. Paris : Beauchesne.

Dornelles, Leni (Org.) (2007). *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância*. Petrópolis: Editora Vozes.

Denzinger-Schönmetzer (1965). (ed. XXXIII). *Enchiridion Symbolorum, Definitionum et Declarationum de rebus fidei et morum*. N° 1851-1861, pp. 423-425). Barcinone-Friburgi Brisgoviae-Romae-Neo-Eboraci : Herder.

Dubar, Claude (2006). *A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.

Du Cange, Charles Dufresn (1678). *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. 3º vol. In-folio avec un supplément de Pierre Carpentier.

Duro Fernandez. (1880). *A la mar madera. Livro Quinto de las disquisitiones náuticas*. Edición Facsímil de 2007. Madrid : Editorial Maxtor.

*Enchiridion Biblicum – Documenta Ecclesiastica Sacram Scripturam Spectantia* (1965). Ed. 4ª aucta et recognita. (nº 57). Napoli: M D'Auria Pontificius Editor – Romae Madrid: Editiones Comm. A. Arnodo.

Eco, Humberto (1991). 5ª ed. *Como se faz uma Tese*. Editora Presença.

- Efemérides da Companhia de Jesus* (1596). Fol. 29. Trata-se do COD 4.220, da Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Elder, Glen. H. Jr. (1963). Parental power legitimation and its effect on the adolescent. *Sociometry*, 1963, 26: 50-65.
- Ellul, Jacques (1979). *Apocalypse. Arquitectura em Movimento*. Trad. de Maria Luísa de Albuquerque. São Paulo: Edições Paulinas.
- Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1573 ad annum 1556 scriptae*. 5 volumes (1898-1901). Matriti (MHS). Madrid.
- Epistolae P. Hieronymi Nadal (Natalis) Societatis Iesu, ab anno 1546 ad 1577*. (II, p. 244). (1898-1905). Matriti (MHSI).
- Espírito Santo, Moisés (1988). *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga* (com postfácio de Natália Correia). Lisboa: Assírio & Alvim. Coleção Peninsulares.
- Fabião, Carlos (1968). Alguns dados sobre o contributo de Vila do Conde para o comércio marítimo de importação entre Midelburgo-Arnhemuiden (Nova Zelândia) e a Península Ibérica nos meados do século XVI (1543-44). *Boletim de Vila do Conde*.
- Fabri Mon. (1914). *Monumenta Beati Petri Fabri, primi sacerdotis e Societatis Iesu epistolae, Momoriale et Processus*. Matriti (MHSI).
- Faria, João Ricardo de (1989) - Marinheiros e Marianes (sic) de Vila do Conde. Vila do Conde. *Boletim Cultural de Vila do Conde*. Nova Série. 3: 37- 40.
- Farinha, António Dias (1993). O conceito de Império Português. Os Descobrimentos. In *História de Portugal*. (Org.) João Medina. (Vol. V, p. 12). Lisboa: Ediclube. Alfragide.
- Farrel, Alllan P. (1938). *The Jesuit Code of Liberal Education: Development and Scope of the Ratio Studiorum*. Milwaukee: Bruce Pub. Co. Feitosa, Aécio (1984). Alguns Aspectos do Discurso Pedagógico da Companhia de Jesus no Brasil. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Dezembro 1984, 35-43.
- Febrero, Lorenzo, M. A. (1960). *La Pedagogía de los Colegios Mayores en el Siglo de Oro*. Madrid.
- Feitosa, Aécio (1984). Alguns Aspectos do Discurso Pedagógico da Companhia de Jesus no Brasil. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Dezembro 1984, pp. 35-43.
- Felner, Rodrigo José de Lima (1868). *Subsidios para a história da Índia portuguesa publicados de ordem da Classe de sciencias Moraes, politicas e bellas-lettas da Academia real das sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.
- Fernández, Juan Meseguer (1982). *El Cardenal Cisneros y su Villa de Alcalá de Henares*. Alcalá de Henares: Institución de Estudios Complutenses.
- Fernández, Andréa (1951). De Interpretatione – Hermeneutica. In *Institutiones Biblicae Scholis Accommodatae*. (Liber IV, nº 121, pp. 496-504). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Ferreira, José Augusto (1923). *Vila do Conde e Seu Alfoz. Origens e Monumentos*.

Porto: edições Ilustradas Marques Abreu.

- Ferreira, António Vieira (2002) (6ª ed.) *Gestúário: Língua Gestual Portuguesa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência*. Coord. António Vieira Ferreira. Lisboa: S.N.R.I.P.D.
- Ferreira, Manuel Malheiro (2003). *Educação Intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferro Tavares, Maria José (1990). (2ª ed). *Sociedade e Cultura Portuguesas* (Vol. 1.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Figueiredo, Cândido de (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição dirigida por Rui Guedes. 4 Vols. Venda-Nova: Bertrand Editora.
- Fléchier, Esprit (1632-1710). *Historia de el Cardenal Don Fray Francisco Ximenez de Zisneros*. Traducida en español de lo que escribió en francés, Antonio Briasson en 1712. Lyon: Leclerc.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999). *O Porcesso de Investigação da concepção à realização*. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda. Tradução de Nídia Salgueiro do título original *Le Processus de la recherche: de la conception à la réalisation*. Décarie-Éditeur, 1996.
- Franco, António. (1719). *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra* (Tom. II, Cap. XXIV, pp. 388, nº 1). Évora: na Officina da Universidade, 1719. Coimbra: Real Collegio das Artes.
- Franco, José Eduardo (2003). *O Mito do Marquês de Pombal: A Mitificação do Primeiro-ministro de D. José pela Maçonaria*. Lisboa: Prefácio-Edição de Livros e Revistas.
- Franco, José Eduardo (2006). *O Mito dos Jesuítas – Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. Vol. I Das Origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva.
- Freitas, Eugénio da Cunha e (1989). Azurara e Vila do Conde em 1594. Vila do Conde. Boletim Cultural. Vila do Conde: Câmara Municipal. Nova Série. 3, p. 12.
- Freitas, Eugénio da Cunha e (2001). *Vila do Conde II. História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Fullinwider, Robnert K. (Edited by) (2004). Public Education. In *A Multicultural Society – Policy, Theory, Critique*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Furter, Pierre (1976). (9ª ed.). *Educação e reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Gabriel, Codina Mir (1968). *Aux Sources de la pedagogie des Jésuites, le Modus Parisiensis*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- Galenus, Claudius (1544). *Opera omnium sectio tertia*. (Interpret. Janus Cornarius) Venetiis, (apud Ioannem Farreum et Fratres). 8º - [38] 891.
- Ganss, Georg, S.J. (1956). *Saint Ignatius. Idea of a Jesuit University*. Milwaukee-Wiscosin.
- Gaubert, Henri (1970). The destruction of the Kingdom. In Joseph Rhymer (Ed.). *The Bible in History*. (Vol VI). London: Darton, Longman & Todd LTD.

- Gennifer Kerzil (2002). L'éducation interculturelle en France : un ensemble de pratiques évolutives au service d'enjeux complexes. In *Carrefours de l'éducation 2002- 2* (nº 14). Centre Universitaire de Recherche en Sciences de l'Éducation et Psychologie. Université de Picardie Jules Vernes.
- Gil, António Carlos (1987). *Métodos de Pesquisa Social*. S. Paulo: Ed. Pirâmide.
- Giolitto, Pierre. (1982). *Pédagogie de L'Environnement*. Paris: PUF.
- Gollnick, Donna, M. & Chinn, Phillip, C. (1990). *Multicultural Education in a Pluralistic Society*. Merrill Pub.
- Girard, Luce (Dir.), (1995). *Les Jésuites à la Renaissance. Système éducatif et production du savoir*. Paris: Presss Universitaires de France.
- Góis, Damião de (1566-1567). *Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memória* cap. 102: 253-254). (1502-1574).
- Góis, Pedro e Marques, José Carlos (2007). *Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*. Lisboa: Edição do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Gomes, João Pereira (1967). Colégio de Jesus. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. V, Col. 919). Lisboa: Editorial Verbo.
- Gomes, Manuel Pereira (1996) Colégio de Jesus – Coimbra, In *Stº Inácio e a Fundação de Colégios*. Lisboa: edição GRACOS (1986).
- Gomes, José Pereira (1967). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol V. Col. 919). Lisboa: Editorial Verbo.
- Gomes, Manuel Pereira (1996). *Stº Inácio e a Fundação de Colégios*. Lisboa: Edição GRACOS, p. 38).
- Gomes, Manuel Pereira (1996a). (2ª. ed.). *Ratio atque institutio studiorum Societatis Iesu. Ordem e Maneira dos Estudos da Companhia de Jesus*. In *Stº Inácio e a Função de Colégios*. Edição: GRACOS. Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus. Instituto Nun' Álvares. MB Publicações.
- Gomes, Manuel Pereira (1996). (2ª ed.). *Ideário dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal*. Lisboa: Edição GRACOS.
- Gomes, Mário Azevedo (1920). *A Situação Económica da República Portuguesa*. Lisboa: Museu Comercial. Instituto Superior de Comércio de Lisboa.
- Gonçalves, Francolino (s/d). III. Pluralidade dos Métodos, das Abordagens e dos Resultados. Os Estudos Bíblicos Hoje: Pluralidade dos métodos, das abordagens e dos resultados. In *Cadernos do ISTA (Instituto S. Tomás de Aquino), número 17*. A verdade em processo Triplo V. (École Biblique et Archéologique Française de Jérusalem).
- Gottfredson, Michael; Hirschi, Travis (1990). *A general theory of crime*. Stanford. CA: Stanford University Press.
- Gottfredson, Denise (2001). *Schools and delinquency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goyena, A Perez (1926). Catedráticos de teología españoles en Roma In *Estudios Eclesiásticos*, 5: 251-255.



- Graça, Luís. (2005). *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros (...) de Frei Diogo de Sant'Iago*. (1741). Fac-Símile da Edição de Alcalà. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1935-1960). Lisboa: Editorial Enciclopédia (Vol. 35, p. 461).
- Graveson, Ignatio Hyacinthoe Amat de (1717-1722) *Historia ecclesiastica variis colloquiis digesta: ubi pro theologiae candidatis res praecipuae (...) collocantur*. (Tom. VII, p. mihi 123). Romae: Apud F. Gonzagam.
- Grupo de Reflexão e Análise dos Colégios da Companhia de Jesus (1996). (2ª ed.). *Ideário dos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal*. Edição: GRACOS. Instituto Nun' Álvares: MB Publicações.
- Grilo, Marçal (2002). (2ª ed.). *Desafios da Educação. Ideias para uma política educativa no século XXI*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Guimarães, Abbade J.C. Oliveira (1909). *Catalogo dos pergaminhos existentes no Archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães*. (NDAT – Núcleo de Documentação Abade de Tagilde). (Vol. 1). Impressão da Imprensa Nacional. Edição e Propriedade do Museu Etnológico Português Lisboa.
- Harris, Steven (1988). *Jesuit Ideology and Jesuit Science: Religions Values and Scientific Activity in the –Society of Jesus, 1540-1773*. Thesis (PhD.): The University of Wisconsin-Madison.
- Hall, Edward (1979). *Au-delà de la Culture. Traduction Française*. Paris: Seuil.
- Hall, Edward-T. (1979). *Introduction aux études interculturelles*. Paris: Unesco.
- Harris, James Rendel (1893). *Stichometry*. London: C. J. Clay & Sons.
- Heers, Jacques (1956). L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Tomo XXII, p. 9.
- Hellin, Iosepho & Gonzales, Irenaeo, (1957). (2ª ed.). De Iustitia. In *Philosophiae Scholastichae Summa*. Vol. III, Tractatus II, L.1 c.4.A. 2, pp. 469-472, nnº. 339-472). Matriti: La Editorial Catolica.
- Herculano, Alexandre. (1982). *História da Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (3 Vols.). Livros de bolso 333. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Hieronymus, Sanctus: [Epistolae] *Divi eximique doctoris Eusebii Hieronymi Stridonensis Aepistolarum libri*. Lugduni, 1518, per Jacobus Saccon). 2º - I. pars: 117 [25] ff. II. pars: 142 ff. III. Pars: 159 ff. - Adams J-131.
- Hofer, Dirk. (1863), *Nouvelle Biographie Générale, depuis les plus reculés jusqu'à nos jours*. (Tom 42, Cols. 950-951). Paris : Renoult-Saint André.
- Höfer, Jean Chrétien Ferdinand (dir.). (1861). *Nouvelle biographie générale* (Tom. 42 (ano 1863), Cols. 950 – 951). Paris.
- Höpf, Heather – Leloir, Louis (1958). (6ª ed.). *Introductio generalis in Sacram Scripturam*. Napoli-Roma: D'Auria-Arnodo.
- Horcasitas, Fernando (1974). *El teatro náhuatl, I*. México: UNAM.
- Hughes, Thomas A. (1892). *Loyola and the Educational System of the Jesuits*. New

- York. Com edições posteriores: (Grosse Point, Mich.: Scholarly Press, 1969 e Ams Press, 1992).
- Hurter, Hugo Adalbert Ferdinand von (1882-1899). *Nomenclator litterarius theologiae catholicae, theologos exhibens aetate, natione, disciplinis distincto*. (3 vols). Innsbruck.
- Inquirições gerais* de (1220) organizadas e publicadas no Reinado de D. Afonso II. (p. 55).
- Inquirições Gerais* de (1258) organizadas e publicadas no Reinado de D. Afonso III. (p. 376).
- Institutiones Biblicae, scholis accomodatae. De S. Scriptura in universum*, Editio sexta recognita (1951). Vol. I. (Prolegomena, p. 11, nº 12). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Feitoria portuguesa de Antuérpia, Livro de avarias, nº I*.
- Institutum Historicum Societatis Iesu* (1892-1893). (3 volumes). (Vol. II, pp. 196-197). *Institutum Societatis Iesu Florentiae* : ex Typographia a SS. Conceptione.
- Javeau, Claude (1978). *L'enquête para questionnaire – Manuel à l'usage du praticien*. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles.
- Jerusalém Bible* (1966). Old Testament (OT). New Testament (NT). New-York : Ed. Doubleday & Company, INC.
- Josefus, Flávius (Anti, XII, V, 4). - *Josephus, Flavius. De antiquitate Judaica*. Barcelona: Nicolaus Spindeler, 1 Apr. 1482. (Barcelona, BCatal).
- Josefus, Flávius (1959). *The Jewish War*. A New Translation by G.A. Williamson. Penguin Books.
- Julliano (1866). *Les Jésuites en Chine. La querelle des Rites* (1552-1773). Paris.
- Júnior, Manuel Alexandre (2004). *Hermenêutica Retórica. Da Retórica Antiga à Nova Hermenêutica do Texto Literário*. Lisboa: Gráficas Varona, S.A.
- Jurado, Manuel Ruiz (Ed.). *San Francisco De Borja – Diario Espiritual* (1564-1570) – Edición crítica, estudio y notas de Manuel Ruiz Jurado. Bilbao: Mensajero. Santander: Sal Terrae: 95.
- Kellembez, Hyemen (1960). Os Mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530. *Revista de História*, Vol. IX, 125-140. Coimbra.
- Klefeker, Johan, (1717). *Bibliotheca eruditorum praecotium sive ad scripta huius argumenti specilegium et occasiones*. petit in 8º (p. 326). Hamburg: Apud Christianum Liebeseit.
- Khoi, Lê Thanh., (1991). *L'éducation, Cultures et Sociétés*. Paris : Pub. de la Sorbonne
- Khoi, Lê Thanh, (1991). *Culture, Créativité et Développement*. Paris : Pub. De la Sorbone
- Laburthe-Tolra, Ph. et al. (1993). *Ethnologie, Anthropologie*, Paris: PUF.
- Ladmiral, J. R. - Lipiansky, E. M. (1989). *La Communication Interculturelle*. Paris.
- Lacouture, Jean (1993). *Os Jesuítas. I. A Conquista*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Lafortune, Louise, Gaudet, Édith (2000). *Une pédagogie interculturelle. Pour une éducation à la citoyenneté*. Éditions du Renouveau Pédagogique Inc.
- Lainii Mon. (1912-1917). *Lainii Monumenta. Epistolae et Acta Patris Iac ob Lainii secundi Praepositi Generalis Societatis Iesu* (8 vols). Matriti. MHSI (ou Laynez, Diego (1912-17).
- Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade (1991). (3ª. ed.). *Fundamentos de metodologia científica*. (São Paulo: Atlas.
- Larousse, Pierre (1866-1876). *Grand Dictionnaire universel du XIX<sup>e</sup> siècle, Français, historique, géographique, mythologique, bibliographique*. Paris : Administration du Grand Dictionnaire Universel, supplément : 1877. Réédition en fac-similé : C. Lacour. Nîmes en 1990.
- Lefebvre, Dom Gaspar (1927). *Missel Vespéral Romain – Extrait du Missel Quotidien & Vespéral. Illustration par René de Cramer*. Lophem-Lez-Bruges: Abbaye de St. André.
- Leite, Carlinda Maria Faustina (2002). *O Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português*. Coimbra: Edição Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Leite, Carlinda Maria Faustina (2002). *Para uma escola curricularmente inteligente*. Lisboa: Edições Asa.
- Lelong, Jacques (1709). *Bibliotheca sacra, seu Syllabus omnium ferme sacrae Scripturae editionum ac versionum* (Vol. I, in-8, p. mihi 580). Paris: Halle.
- Le Robert (1970). *Dictionnaire Alphabétique, Analogique de la Langue Française*. (DAALF), Vol. I, p. 177).
- Levi-Strauss, C. (1993). *Regarder, Écouter, Lire*. Paris: Plon.
- Lima, Jorge; Ávila e Pacheco; José Augusto (Orgs.) (2006). *Fazer Investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora.
- Lipsius, Iustus (1585). *Opera omnia, quae ad criticam proprie spectant. Quibus accessit electorum liber secundus. Variarum librorum libri III. De Amphitheatro liber. Epistolicarum quaestionum libri V. Antiquarum lectionum commentario*. Antverpiae, Christoph Plantin. 4º - 157, 99, 117, 146 ff.
- Liu, Kiang. - Smith, Richard (1985). History. The Beginning of Chinese Civilization. In *Collier's Encyclopedia*. New York.
- Lg. 274: (ms) *Padrón de vecinidad - consta de veintiocho fogos. Padrón de los vecinos de esta ciudad de Alcalá de Henares*. (Manuscrito. Arquivos da Igreja de Santa Maria).
- Lg. 9. (ms) *Libro primero de la Universidad de Gandia* (fls. 1 e 2). Arquivo Histórico da cidade de Valência.
- Lg. 9.1 (ms) O Documento *Auspicio Collegii et Studii Generalis Gandiae* (fl. 5).
- Leg. g. 1. fl. 4. *Primeiro Livro da Universidade de Gandia*. (MHSI).
- Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur Romam missae* (1932-1984). 7 vols. (Vol. I, pp. 493-494). Madrid (MHSI).

- Llorca, Bernardino (1960). *Manual de História Eclesiástica*. 2 vols. Tradução Portuguesa, revista e adaptada por B. Xavier Coutinho. (Vol. II, p. 609). Porto: Edições ASA.
- Lukacs, Ladislau (1958). *De Prima Societatis Ratione Studiorum Sancto Francisco Borgia Praeposito Generali Constituta* (1566-1569): AHSJ (Analecta Historica Societatis Iesus), 27 (1958), 209-232. Lukács, Ladislau (1902) – Mon. Paedagogica S. Jesu quae Primam Rationem Studiorum praecessere. p. 150-151. Madriti, (MHSI).
- Lukàcs, Ladislaus 1978-1981). *Catalogi personarum et officiorum provinciae Austriae S. J. Collegit et edidit*. Monumenta historica Societatis Jesu.
- Lukàcs, Ladislaus (1984). *Catalogi personarum et officiorum provinciae societatis Jesu, Collegium Styrense*. Auszug angefertigt von Josef Fröhler Lukacs, Ladislau (1986). *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Volume 5 of the *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, ed. Ladislaus Lukàcs. Volume 129 of the series *Monumenta Historica Societatis Iesu*, 357-454. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986.
- Lynch, James (1985). *Multicultural Education Principles and Practice*. London. Ed. Arnold.
- Lyra, Nicolaus (1487). *Biblia. Cum postillis Nicolai de Lyra et expositionibus Guillelmi Britonis in omnes prologos S. Hieronymi et additionibus Pauli Burgensis replicisque Matthiae Doering*. - Nicolaus de Lyra : *Contra perfidiam Iudaeorum*. Nürnberg: Anton Koberger; 1487. Tom. I, 468 ff. Tom. II, 370 ff. Tom. III, 348 ff. Tom. IV, 384 ff. - 2º - GW 4289. - CIH 667.
- Machado, Diogo Barbosa (1752). *Bibliotheca Lusitana – Historia, Critica, e Cronológica na qual se compreende a noticia dos authores Portugueses, e das Obras, que compuzeram desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente* (Tomo III, pp. 361-362). Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues.
- Machado, José Pedro (1977). *Colegiada*. In *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. (3ª ed.). (Vol. II, p. 865). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, José Pedro (1984). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial confluência.
- Magalhães, José (Org.) (2001). *Constituição da República Portuguesa*. Edição organizada por José Magalhães. Lisboa: Editorial Notícias.
- Maget, M. (1962). *Guides D'Études directes des Comportements Culturels*. Paris: CNRS.
- Martins, Jorge (2006). *Portugal e os Judeus*. 2 Vols. Lisboa: Nova Veja. Col. Documenta Histórica.
- Magalhães, José (Org.) (2001). *Constituição da República Portuguesa*. Edição organizada por José Magalhães. Lisboa: Editorial Notícias.
- Maldonado, Juan (1611). *Commentarii in Prophetas IIII. Ieremiam, Baruch, Ezechielem, et Danielelem. Accessit expositio Psalmi CIX et Epistolae de collatione Sedanensi cum Caluinianis*. Moguntiae, Sumptibus Ioannis Kinckes. 4º - [6] 736.
- Mansi, Giovan Domenico (1758-1798). (Org.). *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima collectio*. (31 Vols. In-folio). (Tomus IV, Col. 1184). Florence e Venice: Antonio Zatta.

- Margolin, Jean-Claude (a/d), A educação no Tempo da Contra-Reforma. In *História Mundial da Educação* trad. de M<sup>a</sup> Helena Veloso do título original *Histoire Mondiale de l'Education*, dirigé par Gaston Mialaret et Jean Vial, Vol II de 1515 a 1815, p.199., Porto: Rés-Editora.
- Marques, Ramiro (1999). *Modelos Pedagógicos*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Marques, Eduardo César (2002). Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua Permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Outubro de 1999, V.14 n.41 ISSN 0102-6909. São Paulo.
- Martins, Alcina Manuela Oliveira (2005). *Como se faz um trabalho científico* – Módulo para o Curso de Mestrado em Administração e Planificação da Educação. Porto: Universiade Portucalense. (Policopiado).
- Martins, Jorge (2006). *Portugal e os Judeus*. 2 Vols. Lisboa: Nova Veja. Col. Documenta Histórica.
- Martins, Maria Teresa Payan (2005). *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVI e XVIII*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Matias, José Coelho (1990). Manuel de Sá: Precursor dos Métodos Histórico Críticos. *Revista Didaskalia* 20 (I), 125-142. Lisboa: Fac.de Teologia, UCP.
- Matias, José Coelho (2000). *Manuel de Sá Paradigma de Interculturalidade*. (Dissertação de Mestrado - Policopiado). Lisboa: Universidade Aberta.
- Matias, José Coelho (2008). Manuel De Sá (1530-1596): Da Diáspora e Interculturalidade à Justiça e Cidadania. In Natália Ramos (Coord.) *Educação Interculturalidade e Cidadania*. Bucareste: Editura Milena Press. ISBN: 978-973-7873-20-0.
- Matoso, António Gonçalves (1969) In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. IX, Col. 1782-1784). Lisboa; Editorial Verbo.
- Mattoso, José (1993). (Dir.) *História de Portugal*, Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620) (Vol III, p. 302). Lisboa: Ed. Estampa – Círculo de Leitores.
- Maurício, Domingos (1970). Hermenêutica, História da. In *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*. Vol. X. Col. 1-4. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Verbo.
- Maurício, Domingos (1972). Ritos. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. Rio de Janeiro: Ed. Verbo.
- Mauss, Marcel (1989). *Manuel d'Ethnographie*. Petite Bibliothèque. Paris: Payot.
- Mauviel, Maurice (1984). *L'idée de culture et le pluralisme culturel*. (Thèse soutenue à l'Université de Paris V).
- Mecontent, Jérôme. (Ed.). (1697). *Thèse, col. I de peccatis propositiones 5. 6. 7, reduzidas à II Proposição do Livro Recueil de Lettres sur plusieurs points de Morale, contestez entre les RR.PP. Jésuites et le R.P. Alexandre Religieux Dominicain et Docteur de Sorbonne*, avec quelques pièces de poésie. (pp. 111-113). Lille : Jerome Mecontent à la Patience (Bibliothèque de Lyon).
- Mecontent, Jérôme (Ed.). (1697). *Recueil des lettres sur plusieurs points de Morale*,

- contestez entre les RR.PP Jésuites et le R.P. Alexandre (Noel, O.P.) religieux dominicain et Docteur de Sorbonne avec quelques pièces de poésie.* A Lille : Jérôme Mécontent, à la Patience. (Bibliothèque de Lyon: 130-A.v).
- Melo, António Maria Martins (2004). *Teatro Jesuítico em Portugal no Século XVI – A Tragédia Josephus do Pe. Luís da Cruz*, S. J. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Menéndez Peláez (2004-2005). Jesús, Los Jesuitas y el teatro en el Siglo de Oro: Repertorio de obras conservadas y de referencia. *Archivum*, LIV-LV, p. 421-563.
- Menéndez Peláez, Jesús (2005). El auto sacramental en el teatro jesuítico. In Ignacio Arellano y Dominique Reire Ed. *Actas de El maravilloso mundo de los Autos Sacramentales*. Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez, 21-22 de Noviembre. Menéndez Peláez, Jesús, *La vida como feria o mercado en el teatro jesuítico: la Margarita preciosa*. In *Homenaje a Marc Vitse*. Universidad de Toulouse.
- Mercati, Giuseppe (1999). Manuscritto Vat. Gr., 346. *Studi e Testi*, 12, 1-15. Editado por Stefano de Martino e Fiorella Imparati. Itália: LoGisma Editore.
- Mialaret, Gaston e Vial, Jean (dir.) (s/d); c. 1984). *História Mundial da Educação*. Porto: Rés.
- Michaele, S. Joseph (1715). Joseph, *Bibliographia critica Sacra et Prophana in tres tomos, et volumina seu partes quatuor distributa, et grandi operi, adumbratum provectorum Lexicon, sive Idioma Sapientium inscripto, et jam praelo maturo, praemissa*. Matriti: Ex Typographici Antonii Marin. (Nova edição em 1740. Matriti: Ex Typographia Antonii Marin. BUB).
- Michaud, Joseph Fr. (1843-1865). *Biographie universelle, ancienne et moderne, histoire, ... nouvelle* (2<sup>e</sup> éd.). (Tom. 37, p. 159). Paris -Leipzig: A. Thoissner Desplaces.
- Michaud, Guy (dir.). (1978). *Identités Collectives et relations interculturelles*. Paris: Presses Universitaires.
- Migne, Jacques Paul (1844-1845). *Cursus completus, Latina series (Patrologia Latina)*. (In 221 vols). Paris: Ed. Jacques Paul Migne.
- Migne, Jacques Paul (1857-1866). *Cursus completus, Graeca séries (Patrologia Graeca)*. Tomus 93. Col. 1340. Paris: Ed. Jacques Paul Migne.
- Minois, Georges (2006). *Les grands pédagogues : de Socrate aux cyberprofs*. Paris : Éd. Louis Audibert.
- Miranda, Maria Margarida Lopes de (2006). *Teatro nos Colégios dos Jesuítas – A Tragédia de Acab de Miguel Venegas S. J. e o início de um género dramático (Séc- XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Migne, Jacques Paul (1844-1855). *Patrologia Latina* ( 221 vols, em col.). Vol. 29, col. 525-530). París: ed. J.-P. Migne.
- Monumenta Ignatiana... Sancti Ignatii de Loyola Societatis Jesu fundatoris, epistolae et instructiones*. (Tom VI, pp. 122-123; 151-153). Madrid, 1903-1911, 12 vols.
- Monumenta Historica Societatis Iesu nunc primum edita a Patribus eiusdem Societatis*, (1894). Madrid.

- Monumenta paedagogica Societatis Iesu: 1540-1616.* (MHSI).
- Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, quae primam Rationem studiorum anno 1586 editam praecessere.* Matriti: MHSI, 1901.
- Moreno, Humberto Baquero (1990). Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV. *Revista da Faculdade de Letras*. N. 7: 35-46.
- Moser, Charles & kalton, Graham (1971). *Survey Methods in Social Investigation*. Londres: Heinemann.
- Mounier, Emmanuel (1965). (9ème ed.). *Le Personalisme*. Paris: PUF.
- Mullet, Etienne e Neto, Félix (1988). *Tomada de Consciência dos Determinantes das Preferências Profissionais: Teoria e Método*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Murphy, Roland, & Fitzmayer, Raymond (s/d). *The Jerome Biblical Commentary*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc. England Cliffs.
- Natalis (Nadal) P. Hieronymus (1898-1905). Epistolae Hyeronimi Natalis.* Madrid. (MHSI).
- Natalis, Hieronymus (1962). *Comentarii de Instituto Societatis Iesu*. Romae: Ed. M. Nicolau S.I.
- Navarro, Ramón González (1984). *Universidad Complutense. Constituciones originales cisnerianas. Estudio de los textos legislativos, su evolución y reformas posteriores durante el siglo XVI*. Alcalá de Henares.
- Negrone, Julius S.J (1617). *Regulae communes Societatis Jesu commentariis asceticis*. (4º - [12] 660 [22] pp. 657-660). Coloniae Agrippinae: Apud Ioannem Kinchium.
- Neves, António Gregório (1970). Hermenêutica Bíblica. In *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Vol. X, Col. 4-11. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Verbo.
- Neves, António Gregório (1970). Instituições do Antigo Testamento. In *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Vol. X, Col. 1563-1568. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Verbo.
- Neves, Joaquim (1989) – Os passeios e viagens do Abade Sousa Maia. Vila do Conde. *Boletim Cultural de Vila do Conde*: Câmara Municipal. Nova Série, 7, p. 19-28.
- Neves, Joaquim Carreira das (2007). *A Bíblia – O Livro dos Livros*. Braga: Editora Franciscana.
- Nicolau, António (1672-1696). *Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD ad MDCLXXXIV floruerunt notitia* (Tom. I, p. 356, Col. 1). Roma. (2ª ed. 1783-1788. Madrid: apud Joachimum de Ibarra Typographum Regium..
- Niza, Sérgio (1991). (6ª ed.). In António Vieira Ferreira (Coord.). *Gestúário: Língua Gestual Portuguesa* (2002).
- Nober, Pietro (1953). *Enciclopédia Cattolica. Città del Vaticano*. Vol. X. col. 1503. Roma.
- Nogueira, António de Vasconcelos (2004). *Capitalismo e Judaísmo. Contribuição dos judeus portugueses para a Ética capitalista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, João Paulo e Costa, Teresa Lacerda (2007). *A Interculturalidade na Expansão*

- Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: ACIME.
- Oliveira, Manuel Alves de (1967). Colegiada. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Vol. 5, Col. 912). Lisboa: Editorial Verbo.
- Oliveira, Manuel Alves de; Rego, Manuela (1990). *O grande livro dos portugueses: 4000 personalidades em texto e imagem* (sob o título Sá, Manuel de). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, Fernando, *Livro da Fábrica das Naus, Biblioteca Nacional* (Lisboa), reservados, cod. 3702. Port. Mon. Hist. Dipl. Et Chr. foi pela 1ª vez publicado em 1898, num trabalho do Comandante Henrique Lopes de Mendonça intitulado *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra Náutica*. Edição, em fac-símile Academia da Marinha – 1991.
- O'Malley, John e tal. (1999). *The Jesuits. Cultures, Sciences, and the Arts, 1540-1773*, Toronto: University of Toronto Press.
- O'Neill, Charles E. e Dominguez, Joaquim Maria (2001). Manuel de Sá. In *Dicionário Histórico de la Compañía de Jesus Biográfico-Temático*. Vol. IV, p. 3454. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- Ordenações Filipinas* (1985). Reprod. Fac-símile do *Código Philipino* ou *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Recompiladas por mandado d'El-Rey D. Philipe I. Decima-quarta edição. Segundo a primeira de 1603, e a nona de Coimbra de 1824, edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. (5 volumes). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orlandinus, Nicolas (1615). *Historia Societatis Iesu, auctore Nicolao Orlandino, Societatis eiusdem Sacerdote, Coloniae Agrippinae*, (Part. 3, lib. N. 23 et lib 5, n. 41 e lib. 7, n. 27). É a primeira parte da antiga História Geral da Ordem continuada por Sacchini e Cordara; abrange o período que vai de sua fundação à morte de S. Inácio (1556).
- Orlandino, Nicolao (1620). *Historiae Societatis Iesu pars prima sive Ignatius*, Antuerpiae: apud Filios Martini Nutii.
- Oullet, Fernand (1991). *L'éducation interculturelle. Essai sur le contenu de la formation des maîtres*. Paris : J. Harmattan.
- Oviedo, Francisco de (Epist. Mixt., I, p. 433). *Epistolae Mixtae, ex variis Europae locis, ab anno 1537 ad 1556 scriptae (1898-1901)*. (Vol. I, p. 433). Matriti (MHSI).
- Papa Julius III (1860). *Bullarium Romanum, taurinensis editio*, Tomus IV, pp 476-478.
- Papa Paulo III. *Bula Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de Setembro de 1540. In *Bullarium Privilegiorum ad Diplomatum Romanorum Pontificum Amplissima Collectio*. Romae MDCCXLV. Typis et Sumptibus Hieronimi Mainardi. Tom. IV. Par.I, pp. 185-187.
- Pastor, Juan (1977). (2ª ed.). *Borja Espiritu Universal*. Bilbao: Ed. Mensajero.
- Patrício, Manuel (1998-1999). *Lições de Filosofia de Educação*. Mestrado em Relações Interculturais. (Policopiado). Lisboa: Universidade Aberta Pereira Esteves. e Rodrigues, Guilherme. (1904-1915) *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico* (Vol. III, p.361) Lisboa: Edição em papel João Romano Torres – Editor. (Existe uma Edição



electrónica 2000-2003 Manuel Amaral).

- Peaget, Jean (1977). *A Linguagem e o pensamento da criança*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Peres, Américo Nunes (2000). *Educação Intercultural. Utopia ou Realidade?* Porto: Profedições.
- Pérez Goyena, Antonio (1947). *Ensayo de bibliografía navarra desde la creación de la imprenta en Pamplona hasta el año 1910*. Burgos : Aldecoa.
- Peroti, Antonio (1997,) Interculturel et travail social. *Cahiers (Les) de L'Actif*, 1997, n° 250, mars-avril. - pp. 5-176 PC14-250/97.
- Peters, Hans. (1913). Die ostomischen Digestenkomentare und die Digesten. In *Berichte uber die Verhandlungen der Kongl. Sachrshchen Gesellschaft der Wiss. Zu Leipzig: Philol. Hist. Klasse, Bd. LXV*.
- Philippard, Guy (1968). *Visiteurs, commissaires et inspecteurs dans la Compagnie de Jésus de 1540 à 1615*. 2ème Partie: 1540-1572: *AHSI* 37, 23-24.
- Philostratus, *Life of Apollonius of Tyana* 5.33. Tradução de F. C. Conybeare.
- Pietri, Charles (s/d). A Educação na Europa e no Islão. As Origens da “Pedagogia” Grécia e Roma. In *História mundial da educação* / dir. Gaston Mialaret, Jean Vial; trad. Evaristo Santos. Porto : Rés.
- Pinsky, Jaime e Pinsky, Carla Bassanezi (2005). (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto.
- Pinto, Maria do Carmo Teixeira (2007). Comportamentos e vivências quotidianas dos cristãos-novos seiscentistas: o caso de Elvas. In Barreto, Mourão, Assunção Gomes e Franco. (Org.) *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstâncias*. Lisboa-São Paulo: Edições Prefácio.
- Pirot, Louis (1928). *Dictionnaire de la Bible – Contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d'e animaux mentionnés dans les Saintes Écritures Les Questios théologique, archéologiques, scientifiques, critiques relatives à l'Ancien et au Nouveau Testament et des notices sur les commentateurs anciens et modernes. Supplément, publié sous la direction de Louis Pirot*. Paris VI : Librairie Letouzey et Ané. 87, Boulevard Raspail, 87. 1928.
- Polanco, Joannis Alphonse de (1916-1917). *Polanci Complementa. Epistolae et commentaria P. Ioannis Alphonsi de Polanco Societate Iesu, addenda caeteris eiusdem scriptis dispersis in istis monumentis* (Vol. I, pp. 144, 207, 661). Madrid: MHSI.
- Polanco, Joannis Alphonse (1894-1898). *Chronicon Patris Ioannis A. de Polanco*, 6 Tomos. Madrid: (MHSI).
- Polanco, Ioanne (1894-1898). *Chronicon - Vita Ignatii Loiolae et rerum Societatis Iesu* (Vol. II, 10). (MHSI).
- Popkewitz, Thomas e Bloch, Marianne (2000). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Ed. Educa.
- Possevinus, Antonio (1606). *Apparatus Sacer* (Vol. I, p. 503). Venetiis: apud

Societatem Venetam.

- Potter, C. F. (1937). *The Story as told in the lives of its leaders*. New York City.
- Prat, F. L. (1890). La Bible de Sixte-Quint. *Études*, 50 (1890, 2), 565-584; 51 (1890,3); 35-60; 205-224.
- Prat, Josep (1874). *Le Père Claude le Jay un des premiers compagnons de st Ignace de Loyola*. Essai historique. Lyon: Briday.
- Programa Mulher e Ciência (2008). *3º Prémio Construindo a Igualdade de Género*. Brasília: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Quentin, Henri. (1922). *Mémoire sur l'établissement du texte de la Vulgate*. I, Octateuque: Collectanea Biblica Latina 6. (pp. 414-432). Roma.
- Quivi, Raymond & Campenhoudt, Van L. (1988). *Manuel de Recherche em Sciences Sociales*. Paris : Bordas.
- Ramalho, Américo da Costa (1970). Hexâmetro Épico. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. X, Cols. 78-79). Lisboa: Editorial Verbo.
- Ramos, Emanuel Paulo (1980). *Os Lusíadas de Luís Vaz de Camões* (Canto IV, verso 95, p. 188). Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Lisboa-Porto: Porto Editora.
- Ramos, Natália. (2001). *Comunicação, Cultura e Interculturalidade: Para uma Comunicação Intercultural*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (35,2) 155-178.
- Ramos, Natália. (2003). *Interculturalité, Communication et Éducation*. România : Milena Press.
- Ramos, Natália (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. (3. Migração, Aculturação e Adaptação, pp. 255-263). Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, Natália. (2007). Interculturalidade, educação e desenvolvimento – o caso das crianças migrantes. In Rosa Bizarro (Org.) *Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Lisboa: Areal Editores.
- Ramos, Natália (Org.). (2008). *Saúde, Migração e Interculturalidade – Perspectivas teóricas e Práticas*. João Pessoa – Editora Universitária UFPB, Brasil.
- Ramos, Maria da Conceição (2008). Desafios à Europa Social no Contexto da Globalização-Gestão da Diversidade e da Educação nas Sociedades Multiculturais e do Conhecimento. In Natália Ramos (Coord.) (2008). *Educação, Interculturalidade e Cidadania*. Bucareste: Milena Press.
- Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu auctoritate Septimae Congregationis generalis aucta*. Antuepieae: Apud Ionnem Meursium M. DC. XXXV (1635).
- Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Turonibus: Typis A. Mame et Filii. (1876). Este exemplar pertencia ao *Colegium Cetobricense S.J.*
- Real Mesa Censória. Lei do Ensino, de 8 de Abril de 1768*. Promulgada por D. José, passando todo o ensino a depender dela, em 1771.
- Recueil des lettres sur plusieurs points de Morale (1697) contestez entre les RR.PP Jésuites et le R.P. Alexandre (Noel, O.P.) religieux dominicain et Docteur de*

- Sorbonne avec quelques pièces de poésie* (pp. 105-125). Lille : chez Jérôme Mecontent à la Patience. (Bibliothèque de Lyon : 130-A.v).
- Reis, António do Carmo (2000). *Nova História de Vila do Conde: Produção e Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Impressão, Artes Gráficas
- Reis, António do Carmo (2006). *Vila do Conde na Época dos Descobrimentos. V Produção e Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Impressão, Artes Gráficas.
- Resende, Garcia de (1554). *Miscelânea e Variedades de Histórias, costumes, casos e cousas que em seu tempo aconteceram* (p. 354). Évora: André de Burgos.
- Ribadeneira, Pedro (1598). *Vita Francisci Borgiae tertii Societatis Iesu Generalis a P. Ribadeneira hispanice scripta latine vero ab And. Schotto Antverp. utroque eiusdem Societatis Sacerdote, Accesserunt nunc primum pia opuscula Francisci Borgiae*. Antverpiae [Anvers]: Typographia Ioach. Troгнаesij.
- Ribadeneira, Pedro (1920-1923). *Patris Petri de Ribadeneira Societatis Jesu sacerdotis; Confessiones, Epistolae alioque scripta inedita I-II*. Matriti (MHSI).
- Ribadeneira, Pedro (1613). *Catalogus scriptorum religionis Societatis Iesu: auctore Petro Ribadeneira – Secunda editio, plurimorum scriptorum locupletior*. Antuerpiae: ex officina plantiniana : apud viduam & filios Io. Moreti.
- Ribera, Francisco de (1587). *Francisci Riberae... presbyteri Societatis Iesu, et sacrae theologiae doctoris, In librum duodecim Prophetarum commentarij: sensum eorundem prophetarum historicum, & moralem, persaepe etiam allegoricum complectentes; cum qvatvor copiosis indicibvs*. Salmanticae: Excudebat G. Foquel.
- Riché, Pierre (s/d). Educação na Alta Idade Média, Séculos VI e XI. In *História mundial da educação* (Dir). Gaston Mialaret, Jean Vial; trad. Evaristo Santos. Porto: Rés.
- Ricciotti, Giuseppe (1964). (5ª ed.). *Storia d'Israele* (2 Vols). Torino: Società Editrice Internazionale.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1994). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995). (4ª ed.). *A Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rocha.Trindade, Maria Beatriz (1997) A Diáspora Portuguesa (artigo para uso dos alunos do Mestrado em Relações Interculturais). Seminário: Política e Estratégias para as Comunidades Migrantes. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz. (2001) História da imigração em Portugal. In *JANUS 2001 anuário de relações exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, pp.170-171.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz; Campos, Maria Christina Souza (2005). (Orgs.) *História, memória e Imagens nas migrações: abordagens metodológicas*. Oeiras: Celata.
- Rodrigues, Francisco (1917). *A Formação Intelectual do Jesuíta: Leis e Factos*. Porto:

Livraria Magalhães e Moniz.

Rodrigues, Francisco (1931-1950). *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 4 tomos (Tom. I, Vol. I, Lib. II, cap. IV. p. 454s). Porto: Apostolado da Imprensa.

Rodrigues, José Augusto (1970). Hititas. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. X, Cols. 321-330). Lisboa: Editorial Verbo.

Rodrigues, José Augusto (1974). Setenta (Bíblia dos). In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (Vol. XVI, Cols. 1882-1883). Lisboa: Editorial Verbo.

Rodrigues Manuel Augusto (1974). Sá, Manuel de. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Tomo 16, Col. 991). Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Verbo.

Romano, David (1985). *Elementos y técnicas del trabajo científico*. Barcelona: Editorial Teide.

Rops, Daniel (1999). *A Igreja da Renascença e da Reforma: II. A Reforma Católica*. São Paulo: Quaternate.

Rops, Daniel (1955). *La Reforme Catholique*. Paris: Fayard.

Rousseau, Jean Jacques (1951). *Émile ou de l'Éducation*. Paris : Ed. Garnier.

Ruiz Jurado, Manuel (1997). *Francisco de Borja. Diario Espiritual (1564-1570)*. Bilbao-Santander: Mensajero-Sal Terrae.

Rutter, Guy et al (1998). *Antisocial behaviour by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.

Romano, Antonella (1999). *La Contre-Réforme Mathématique. Constitution et diffusion d'une culture mathématique jésuite à la Renaissance*. Roma : École Française de Rome.

Sá, Emanuel (1596). *Scholia in Quatuor Evangelia, ex selectis Doctorum Sacrorum Sententiis Collecta*. Antuerpiae : Ex Officina Plantiniana, Apud Viduam, & Ioannem Moretum.

Sá, Emanuel (1600). *Aphorismi Confessariorum ex variis Doctorum sententiis collecti*. Coloniae: sumptibus Petri Amorsortj.

Sá, Emanuel (1600a). *Aphorismi Confessariorum ex variis Doctorum sententiis collecti*. Lugduni, apud Ioannem Pillehotte, sub signo nominis Iesu.

Sa, Emanuel (1601). *Notationes in Totam Scripturam Sacram Quibus omnia fere loca difficilia brevissime explicantur, Tum variae ex Hebraeo, Chaldaeo, & Graeco lectiones indicantur. Opus omnibus Scripturae Studiosis utilissimum: certe a plurimis diu multum q' (quaquam - absolutamente) desideratum*. Lugduni: Apud Horatium Cardon.

Sá, Emanuel (1609). *Aphorismi. Confessariorum ex Doctorum Sententiis Collecti*. Coloniae: apud Ionnem Crithium.

Sá, Emanuel (1609). *Aphorismi Confessariorum ex Doctorum sententiis collecti. Editio nova, secundum correctum Romanum exemplar edita*: Permissu superiorum. Coloniae: Apud Ioannem Crithium, sub Signo Gali.

Salamanca y Navarro, Cayetano Enríquez (1984). *Crónica de Alcalá de Henares*.

- Alcalá de Henares - Madrid: Ed. Instituto Nacional de Administración Pública.
- Salmerón, Juan (1597-1602). *Commentaria in libros Novi Testamenti*; Prologus 8. Madrid.
- Santos, Boaventura Sousa (1997). (9ª ed.). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Ed. Afrontamento.
- São Jerónimo, *Praefacium in 4 Evangelia ad Damasum*: ML 29, pp. 525-530.
- San Francisco De Borja – *Diario Espiritual (1564-1570)*. Edición crítica, estudio y notas de Manuel Ruiz Jurado, S. J. Bilbao. Mensajero - Santander: Sal Terrae: 95.
- Sanctus Franciscus Borgia. Quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Genralis tertius* (1894-1911). (Vol. V, *Epistola* 968, p. 614). Matriti (MHSI).
- Sanctus Franciscus Borgia. Quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Genralis tertius* (1894-1911). (Vol. V, *Epistola* 974, p. 625). Matriti (MHSI).
- Santo, Moisés do Espírito (1988). *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa - seguido de Ensaio sobre Toponímia Antiga*. Lisboa: Asirio e Alvin.
- Saraiva, António e Balesteros, Carmen (Coord.) (2006). (2ª ed.). *Marcas Mágico-Religiosas no Centro Histórico da Guarda*. Agência para a Promoção da Guarda: Impressão e acabamento Marques & Pereira Lda.
- Saraiva, José António (1985). *Inquisição e Cristãos-Novos*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa.
- Saraiva, José Hermano (1979). *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Sardinha, João Manuel. (2001). *Preservar a Identidade: Integração da Comunidade Cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa: Associativismo e Perspectivas das Associações*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. (Dissertação de Mestrado, policopiado).
- Scaglione, Aldo (1986). *The Liberal Arts and the Jesuits College Systems*. Amsterdam: Phil.: John Benjamin's.
- Schuette, Joseph Franz (1975). *Monumenta Historica Japoniae I: textus catalogorum Japoniae aliaeque de personis domibusque S. I. Japoniae: Informationes et relationes 1549-1654*.
- Schurhammer, Georg; Wicki, Josef (1944-1945). *Franciscus Xavier, Santo, 1506-1552 – Epistolae S. Francisci Xavierii aliaeque eius scripta*. Roma.
- Schwickerath, Robert (1869-1948). *Jesuit Education. Its History and Principles*. St. Louis: Herder.
- Seelen, Johann Heinrich von (1702). *Selectorum litterariorum specimen I, exhibens notitiam pleniorum Bibliothecae Hispanicae Nicolai Antonii*. Lübeck.
- Sélim, Abou (1979). *L'Identité Culturelle*. Paris: Anthropos.
- Seminário Cidadania e Discriminação* (2004). Organização e Edição do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1967). Colégio. In *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura* (Vol. 5, Col. 914). Lisboa: Editorial Verbo.

- Serrão, Joaquim Veríssimo (1978). *História de Portugal*, Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (dir.). (1978-1980). Vol.III, O Século de Ouro (1495-1580). In *História de Portugal* (Vol III, p.314). Lisboa: Ed. Verbo.
- Serrão, Joel (1986). (5ª ed.). *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (1981). *O carácter social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (1986). (5ª ed.). *Cronologia Geral da História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serrão, Joel (dir.) (2002) *Dicionário de História de Portugal*. 6 volumes, Livraria Figueirinhas, Porto, [Em Suplemento, foi publicado: Barreto, António; Mónica, Maria Filomena - *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, 3 volumes, Porto: Livraria Figueirinhas, 1999].
- Sherif, Mustapha (1971). *Des tensions intergroupes aux conflits internationaux*. Paris.
- Silos, Giuseppe ou (Sylos, Joseph) (1650). *Historia clericorum regularium a congregatione condita*. (Tom. I, Lib. 13, p. 533). Roma: Mascardi.
- Silva, A. Santos – Pinto, J. Madureira (orgs.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Silva, César Mucio (1995). *Estatística Aplicada à Psicologia e às Ciências Sociais*. Lisboa McGraw-Hill.
- Silva, Luís da (s/d). *Notícias da Igreja Matriz de Vila do Conde, Relíquias, Sepulturas, etc. Capelas ou Ermidas que Há na Vila, população, etc.*, ms. 426, fl. 22 da B.N.L.
- Simon, Richard (1693) *Histoire Critique des principaux Commentateurs du Nouveau Testament, depuis le commencement du Christianisme jusqu'à notre temps*. (pp. 636ss). Rotterdam
- Sing, P. (2002). Pedagogising Knowledge: Bernstein theory of the Pedagogic device. *British Journal of Sociology of Education* 23 (4), 571-582.
- Skehan, Patrick; MacRae, George & Brown, Raimond. (s/d). Texts and Versions. In *The Jerome Biblical Commentary* (Vol. II, nº 69 (52), p. 569 e nº 69 (104), pp. 578-579). New Jersey: Prentice-Hall, Inc. England Cliffs.
- Soares, Matos (1964) *Bíblia Sagrada*. Traduzida da Vulgata e anotada pelo Pe. Matos Soares. São Paulo: Edições Paulinas.
- Sommervogel, Carlos (1890-1916). *Bibliothèque de La Compagnie de Jésus*. Paris.
- Sopena (1958). *Nueva Enciclopedia Sopena, Diccionario Ilustrado de la Lengua Española* (Vol. V, sob o nome Sá, Manuel de) Barcelona: Editorial Ramón Sopena. 5 Volumen.
- Sousa, Alberto (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Spinelli, Miguel. (2002). *Helenização e Recriação de Sentidos. A Filosofia na época da expansão do Cristianismo, Séculos II, III e IV*. Porto Alegre: Edipucrs, capítulos 7, 8 e 9 ou pp. 145 a 245 dedicadas ao estudo de Gregório de Nazianzo.

- Sprinthall, Norman, Arthur; Collins, Walker-Andrews (1994). *Psicologia do Adolescente – Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Tradução de Cristina Maria Coimbra Vieira. Lisboa: Serviço de Educação; Fundação Calouste Gulbenkian.
- Strabo, Walafridus (1498). *Biblia. Cum glossa ordinaria Walafridi Strabonis aliorumque et interlineari Anselmi Laudenensis et cum postillis ac moralitatibus Nicolai de Lyra et expositionibus Guillelmi Britonis in omnes prologos S. Hieronymi et additionibus Pauli Burgensis replicisque Matthiae Doering*. Basel: Johann Froben : Johann Petri.
- Tavares, Maria José Ferro (1990). *Sociedade e Cultura Portuguesas*. Vol.1. Lisboa : Universidade Aberta.
- Tavares, Maria José Ferro (1992). *Los Judios en Portugal*. Madrid: Editorial Mapfre.
- Tavares, Maria José Ferro. 1995. *Os Judeus na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Edição ELO.
- Tcheong-U-Lam & Ian-Kuong-Iam (1979). *Ho-Mun Kei-Leok – Monografia de Macau*. Edição da Quinzena de Macau. Lisboa. Composto e impresso pela Tipografia Mandarin – Macau.
- Teixeira, Manuel, (1991). Tribunal das Matemáticas em Pequim. *Revista da Universidade de Coimbra*, 36: 437-444.
- Teles (ou Tellez), Baltasar (1645). *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas d'este Reyno, os Religiosos, que na mesma Provincia entraram, nos anos em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso Fundador. [...] Primeira Parte, na qual se contem os principios d'esta Provincia, No tempo, em que a fundou, & governou o P. M. Simam Rodrigues, com sua sancta vida, & morte*. Lisboa: Paulo Craesbeeck. (Anno do Senhor M.DC.XXXXV).
- Tishendorf, Constantinus (1880). *Vetus Testamentum Graece juxta LXX Interpretes, Editio VI Prolegomena recognovit collectionem codices Vaticani et Sinaitici adjecit Eberardus Nestlé*. Leipsiae: F. Brockhaus.
- Traduction Œcuménique de la Bible (Ancien Testament*, p. 2078). (1975). Paris : Les Éditions du Cerf.
- Torelli, Carolo (1988). *La Collegiata della Natività di Maria Vergine in Arona*. Arona : Administraazione Comunale di Arona.
- Torgal, Luís Reis (1984). Acerca do significado sociopolítico da Revolução de 1640. *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 6, p. 317, nota 38).
- Torres, Carlos Alberto (2009). *Globalizations and Education*. New York and London: Teachers College, Columbia University.
- Torre, Ignacio, S. J. (1897). *Vida del siervo de Dios Padre Diego Lainez I*. Barcelona.
- Thurot, Charles (1850). *De l'origine de l'enseignement dans l'Université de Paris*. Paris-Besançon.
- Tuchle, H. (1968). *Nouvelle Histoire de l'Église. 3 Réforme et Contre-Réforme*. Édition du Seuil, pp. 204ss.

- Tregear, Tian HS. & Mage, S. (1989). China. In *Collier's Encyclopedia*. New York.
- Tuya, Manuel & Salguero, José. (1967). *Introdución. a la Biblia*. (Vol. I, p. 548). Madrid: BAC.
- Tuya, Manuel & Salguero, José. (1967). *Introducción a la Biblia*. ( Vol. II, p. 167). Madrid: BAC.
- Twombly, N. J. (1989). Rites Controversy. In *Collier's Encyclopedia*. New York.
- Unterman, Alan (1992). *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vaccari, Alberto (1951). (ed. sexta). De Textu. In *Institutiones Biblicae Scholis accommodatae* (Vol. I., Lib. III, pp. 248 e 250, nº 26 e 29). Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Vaccari, Alberto (1951). (6ª ed.). Historia Exegeseos. Aetas Antiqua. In *Institutiones Biblicae Scholis accommodatae* (Vol. I, Lib. IV, pp. 511-512, nº 132. Roma: Pontificium Institutum Biblicum.
- Vera, José Loza (1994). La interpretación de la Biblia en la Iglesia. In *Anámnesis. Revista de Teología*, IV/2 79-81, 77-117).
- Vermes, Géza (1953). *Les Manuscrits du désert de Juda*. Tournai: Desclée.
- Vermesh G. (1963). Hagadah in the Onkelos Targum. *Journal of Semitic Studies*, 8, 159-169. Oxford Journals. Oxford University Press.
- Vieira, Cristina Maria Coimbra (2006). *Educação Familiar: Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género*. Cristina Maria Coimbra Vieira; Lit. José Ruy; [Ed. Lit.]. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Colecção Mudar as Atitudes; 15.
- Vigouroux, Ferdinand (1912). *Dictionnaire de la Bible – Contenant tous les noms de personnes, de lieux, de plantes, d'animaux mentionnés dans les Saintes Écritures Les Questions théologiques, archéologiques, scientifiques, critiques relatives à l'Ancien et au Nouveau Testament et des notices sur les commentateurs anciens et modernes*. Publié para Ferdinand Vigouroux Prêtre de Saint-Sulpice avec le concours d'un grand nombre de collaborateurs. Deuxième tirage. Tome Cinquième, deuxième partie S—Z. Paris: Letouzey et Ané, Éditeurs.
- Villoslada, Ricardo Garcia (1954). *Storia del Colégio Romano dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compangia di Gesù (1773)*. Vol. LXVI. Roma: (Analecta Gregoriana Cura Pontificiae Universitatis Gregoriana edita.
- Vosté, Jacques-Marie. (1927). *De Latina Bibliorum Versione quae dicitur Vulgata*, 11. Roma.
- Wallace, William (1984). *Galileo and His Source: The Heritage of the Collegio Romano in Galileo's Science*. Princeton: Princeton University Press.
- Weinreich, Uriel. (1967). *Langages in contact, pref. A. Martinet*. La Haye.
- Williamson, Georgia (1959). *Josephus: The Jewish War*. (p.337). Translation with Introduction by G.A.Williamson. Israel: Penguin Books. By Steimatzky's Agency. Título original: *De bello Judaico*.
- Wirth, Louis (1928). *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press.



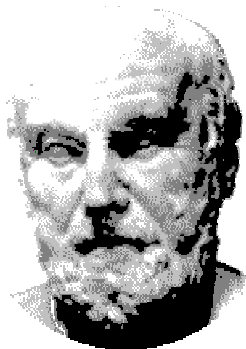
- Wyman, Sarah Labrec (2000). *Como responder à diversidade cultural dos alunos*. Lisboa: GriapAsa.
- Youngman, M. B. (1984). *Analysing Questionnaires*. University of Nottingham: School of Education.
- Zagury, Tania (2008). (80ª ed.). *Limites sem Trauma – Construindo Cidadãos*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record.
- Zerwick, Max (1960). *Analysis Philologica Novi Testamenti Graeci*. Editio Altera Emendata. Romae: Sumptibus Pontificii Instituti Biblici.
- Zimmerman, D. H. ; Wieder. D. L. (1977) The diary-interview method. *Urban Life*, 5 (4), Janeiro, 479-499

## **ANEXOS**



## **ANEXO 1 - Juramento de Hipócrates**





### **Juramento De Hipócrates**

*Eu juro, por Apolo, médico, por Esculápio, Higeia e Panacea, e tomo por testemunhas todos os deuses e todas as deusas, cumprir, segundo meu poder e minha razão, a promessa que se segue: estimar, tanto quanto a meus pais, aquele que me ensinou esta arte; fazer vida comum e, se necessário for, com ele partilhar meus bens; ter seus filhos por meus próprios irmãos; ensinar-lhes esta arte, se eles tiverem necessidade de aprendê-la, sem remuneração e nem compromisso escrito; fazer participar dos preceitos, das lições e de todo o resto do ensino, meus filhos, os de meu mestre e os discípulos inscritos segundo os regulamentos da profissão, porém, só a estes.*

*Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei por prazer, nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva.*

*Conservarei imaculada minha vida e minha arte.*

*Não praticarei a talha, mesmo sobre um calculoso confirmado; deixarei essa operação aos práticos que disso cuidam.*

*Em toda a casa, aí entrarei para o bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda a sedução sobretudo longe dos prazeres do amor, com as mulheres ou com os homens livres ou escravizados.*

*Àquilo que no exercício ou fora do exercício da profissão e no convívio da sociedade, eu tiver visto ou ouvido, que não seja preciso divulgar, eu conservarei inteiramente secreto.*

*Se eu cumprir este juramento com fidelidade, que me seja dado gozar felizmente da vida e da minha profissão, honrado para sempre entre os homens; se eu dele me afastar ou infringir, o contrário aconteça.*

**Fonte:** <http://www.gineco.com.br/jura.htm>



## **ANEXO 2 - Decreto de Alhambra**





## Decreto de Alhambra

Este é o decreto de expulsão promulgado pela rainha Isabel e pelo rei Fernando da Espanha, em 1492, o qual forçou os judeus espanhóis - os Sefardim - a deixar a Espanha para sempre.

---

*Rei Fernando e Rainha Isabel, pela graça de Deus, rei e rainha de Castela, Leão, Aragão e outros domínios da coroa - ao príncipe João, aos duques, marqueses, condes, aos da santa ordem, priores, comandantes de cavalaria, senhores de castelos, cavaleiros, e a todos os judeus, homens e mulheres de qualquer idade, e a qualquer outro a que essa carta diga respeito - saúde e graça a vocês.*

*Vós bem sabeis que em nossos domínios há certos maus cristãos que judaizaram e cometeram apostasia contra nossa Santa Fé Católica, muito disso devido a comunicações entre judeus e cristãos [novos]. Portanto, no ano de 1480, ordenamos que os judeus fossem separados das cidades e vilas de nossos domínios, e que a eles fossem dados quarteirões separados [calles, em espanhol, ou judiarias], esperando que por tal separação a situação fosse remediada. E nós ordenamos o estabelecimento de uma Inquisição nesses domínios; e por doze anos ela tem funcionado, a Inquisição encontrou muitas pessoas culpadas. Ademais, fomos informados pela Inquisição e por outros que a grande ofensa aos cristãos persiste, e continua em virtude das conversas e comunicações que têm com os judeus, tais judeus tentando de todas as maneiras subverter nossa Santa Fé Católica e tentando afastar fiéis cristãos de suas crenças.*

*Esses judeus instruem esses cristãos [novos] em suas cerimônias e na observância de sua Lei, circuncidando crianças, e dando-lhes livros de orações, e declarando a eles os dias de jejum, e encontrando com eles para ensinar-lhes as histórias de sua Lei, notificando-os quando esperar a Páscoa e como observá-la, dando-lhes pão sem levedura e carne cerimonial, e instruindo-os sobre coisas das quais devem se abster, com respeito à alimentação e a outros itens de observância da sua Lei de Moisés, fazendo-os entender que não há outra lei ou verdade além dela. Tudo fica claro, com base nas confissões desses judeus e também daqueles pervertidos por eles, que isso tem resultado grandes danos à nossa Santa Fé Católica.*

*E porque sabíamos que o verdadeiro remédio para tais danos e dificuldades assenta-se sobre o rompimento de toda a comunicação entre os ditos judeus com os cristãos e em tirá-los de todos os nossos reinos, nós procuramos nos satisfazer ordenando a saída dos judeus de todas as cidades e vilas e lugares da Andaluzia onde parece que houve maiores danos, crendo que seria suficiente para que os de outras cidades e vilas e lugares de nossos reinos e possessões cessariam de cometer os desvios citados. E porque fomos informados de que nem isso, nem a justiça feita a alguns dos judeus achados culpados nos mencionados crimes e transgressões contra nossa Santa Fé Católica, tem sido um completo remédio para prevenir e corrigir tamanho opróbrio e ofensa à fé e religião cristã; porque a cada dia parecem crescer os judeus na continuação de seu maldoso e ofensivo propósito onde quer que residam ou se relacionem; e porque não há lugar restante em que a nossa Santa Fé não tenha sido ofendida, são tão numerosos aqueles que Deus tem protegido até este dia quanto aqueles já afectados, resta à Santa Mãe Igreja consertar e reduzir o assunto ao seu*

*estado original, por causa da nossa fragilidade humana, poderia acontecer de sucumbirmos à tentação diabólica que continuamente intenta contra nós se a sua principal causa não fosse removida, a qual seria a expulsão dos ditos judeus do reino. Porque quando um grave e detestável crime é cometido por alguns membros de um dado grupo, é razoável que o grupo seja dissolvido ou aniquilado, a minoria pela maioria sendo punidos um pelo outro, a aqueles que perverteram os bons e honestos moradores nas cidades e vilas e os quais pelo seu contágio poderiam ofender outros, sejam expulsos do meio do povo, e ainda por outras causas menores, que seriam ofensivas à República, e tudo o mais pelos maiores desses crimes, perigosos e contagiosos como o são.*

*Além do mais, com o conselho e parecer dos homens eminentes e cavaleiros do nosso reino, e de outras pessoas de conhecimento e sabedoria de nosso Supremo Conselho, depois de muita deliberação, está combinado e resolvido que todos os judeus e judias sejam ordenados a sair de nossos reinos, e que nunca seja permitido o seu retorno.*

*E ordenamos previamente neste édito que todos os judeus e judias de qualquer idade que residem em nossos domínios e territórios, que saiam com os seus filhos e filhas, seus servos e parentes, grandes ou pequenos, de qualquer idade, até o fim de Julho deste ano, e que não ousem retornar a nossas terras, nem mesmo dar um passo nelas ou cruza-las de qualquer outra maneira. Qualquer judeu que não cumprir este édito e for achado em nosso reino ou domínios, ou que retornar ao reino de qualquer modo, será punido com a morte e com a confiscação de todos os seus pertences.*

*Ainda ordenamos previamente que nenhuma pessoa em nosso reino, de qualquer estado, ou nobreza, esconda ou mantenha ou defenda qualquer judeu ou judia, seja pública ou secretamente, do fim de Julho em diante, em sua casa ou em qualquer lugar em nosso reino, sob pena de perda de seus pertences, vassalos, fortalezas e privilégios hereditários.*

*Para que os mencionados judeus disponham de seus lares e pertences no dado período de tempo, no presente nós provemos a garantia de protecção real e segurança para que, até o fim do mês de Julho, eles possam vender e trocar seus pertences e mobília e outros itens, e para dispor deles como quiserem; e que durante o dito período, ninguém faça mal ou injúria ou injustiça às suas pessoas ou aos seus bens, o que é contrário à justiça e incorrerá na punição que sucede àqueles que violam nossa real segurança.*

*Assim garantimos a permissão aos mencionados judeus e judias para levar seus bens e pertences dos nossos reinos, seja por mar ou por terra, com a condição de que não levem ouro ou prata ou dinheiro cunhado ou qualquer outro item proibido pelas leis do reino.*

*Por conseguinte, ordenamos a todos os conselheiros, juízes, magistrados, cavaleiros, portadores de brasão, oficiais, bons homens da cidade de Burgos e de outras cidades e vilas de nossos reinos e domínios, e a todos os nossos vassalos e súbditos, que observem e cumpram essa carta e tudo o que nela está contido, e que dêem toda a ajuda e favor que seja necessário à sua execução, sujeito a punição pela nossa soberana graça de confiscação de todos os seus bens para nossa casa real.*

*E que isso seja de conhecimento de todos, e para que ninguém finja ignorância,*

*ordenamos que este édito seja proclamado em todas as praças e reuniões costumeiras de todas as dadas cidades; e que nas maiores cidades e vilas da diocese, que seja feito pelo aclamador da cidade na presença do escrivão público e que um nem um nem o outro façam o contrário do que foi desejado, sujeito à punição pela nossa soberana graça do despojo de seus cargos e de confiscação dos bens daquele que fizer o contrário. E ordenamos previamente que testemunho seja providenciado à corte, na maneira de testemunho assinado, sobre o modo em que o édito está sendo levado.*

*Dado na cidade de Granada, no trigésimo primeiro dia de Março no ano do nosso Senhor Jesus Cristo - 1492.*

*Assinado, Eu, o Rei, Eu a Rainha, Juan de Coloma, Secretário do Rei e da Rainha, o qual tem escrito por ordem de suas Majestades.*

Fontes: Martins, 2006, Vol. I, pp. 156-158 e [Online] [Consult 12-10-2006] Disponível em <http://www.geocities.com/brasilsefarad/decreto.htm>.

Última página com as assinaturas e selo reais do Decreto



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Alhambra\\_Decree.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9e/Alhambra_Decree.jpg)

Isabel de Castela e Fernando de Aragão



**Fonte:** [http://www.mgrande.com/weblog/index.php/partosdepandora/comments/os\\_reis\\_catolicos](http://www.mgrande.com/weblog/index.php/partosdepandora/comments/os_reis_catolicos)



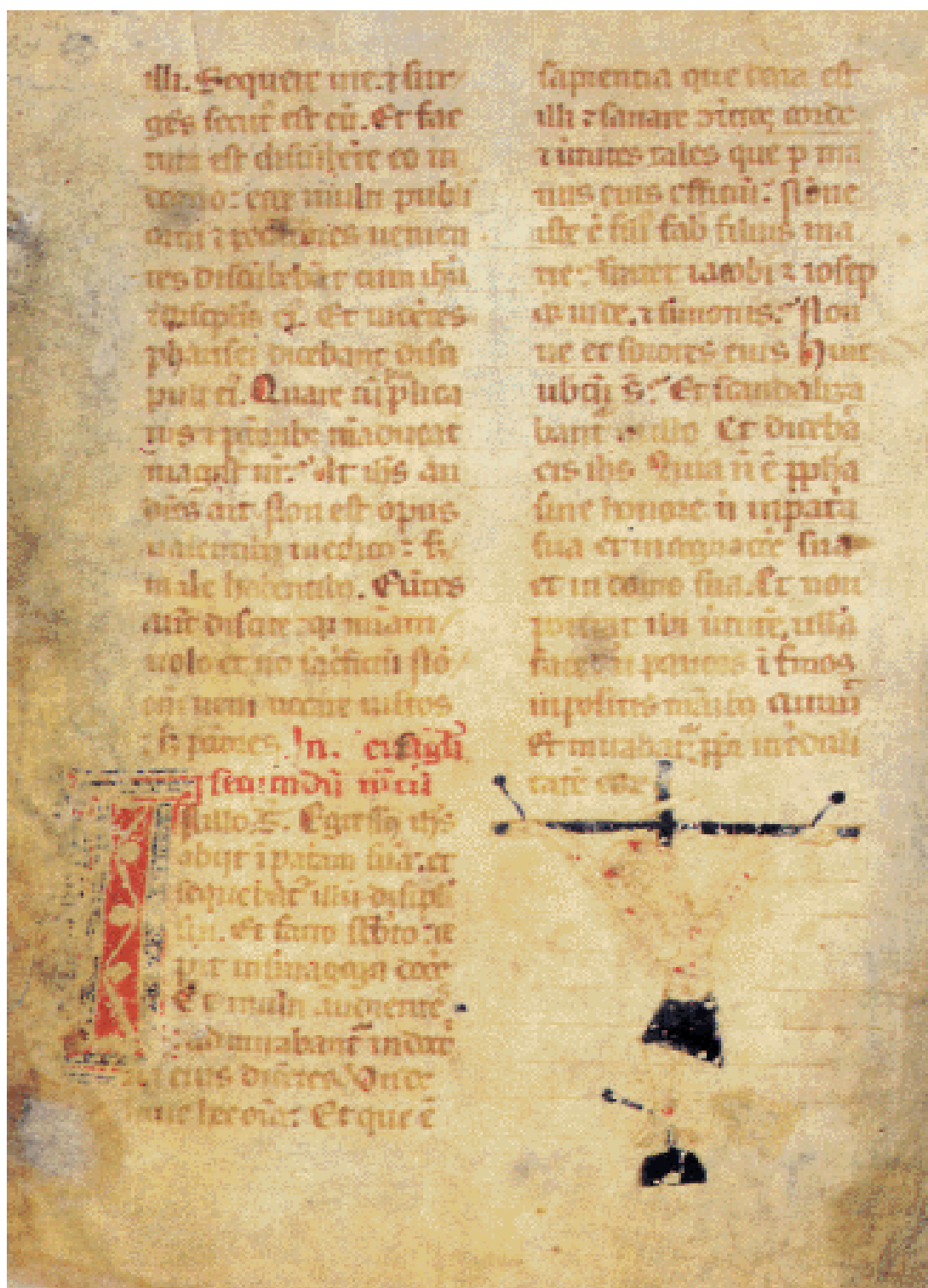
### **ANEXO 3 - Decreto de D. Manuel - o Venturoso**





## **Decreto de D. Manuel, de 5 de Dezembro de 1496**

*Porque todo o fiel Cristão sobre todas as cousas é obrigado a fazer aquelas que são serviço de Nosso Senhor, acrescentamento de sua Santa Fé Católica, e a estas não somente devem pospoer todos os ganhos e perdas deste mundo, mas ainda as próprias vidas, o que os Reis muito mais inteiramente fazer devem, e são obrigados por Jesus Cristo Nosso Senhor são, e regem, e dele recebem neste mundo maiores mercês, que outra alguma pessoa, pelo qual sendo Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no ódio da Nossa Fé Católica de Cristo Nosso Senhor, que por sua morte nos remiu, têm cometido, e continuamente contra ele cometem grandes males, e blasfêmias em estes Nossos Reinos, as quais não tão somente a eles, que são filhos de maldição, enquanto na dureza de seus corações estiverem, são causa de mais condenação, mais ainda a muitos Cristãos fazem apartar da verdadeira carreira, que é a Santa Fé Católica; por estas, e outras mui grandes e necessárias razões, que Nos a isto movem, que a todo Cristão são notórias e manifestas, havia madura deliberação com os do Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da publicação desta Nossa Lei, e Determinação até por todo o mês de Outubro do ano do Nascimento de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reinos houver, se saiam fora deles sob pena de morte natural, e perder as fazendas, para quem os acusar. E qualquer pessoa que passado o dito tempo tiver escondido algum Judeu, ou Mouro forro por este mesmo feito Queremos que perca toda a sua fazenda, e bens, para quem o acusar, e Rogamos, e Encomendamos, e Mandamos por nossa bênção, e sob pena de maldição aos Reis Nossos Sucessores, que nunca em tempo algum deixem morar, nem estar em estes Nossos Reinos, e Senhorios deles, nenhum Judeu, nem Mouro forro, por nenhuma cousa, nem razão que seja, os quais Judeus e Mouros deixaremos ir livremente com todas as suas fazendas, e lhe Mandaremos pagar quaisquer dívidas, e assim para sua ida lhe Daremos todo aviamento, e despacho que cumprir. E por quanto todas as rendas, e direitos das Judiarias, e Mourarias Temos dadas, Mandamos às pessoas que as de Nós têm, que Nos venham requerer sobre ele, porque a Nós Praz de lhe mandar dar outro tanto, quanto as ditas Judiarias, e Mourarias rende (Ordenações de Senhor Rei D. Manuel, 1, II, tit. XLI.). Martins, 2006, Vol. I, pp. 158-159)*



**Fontes:** <http://www.geocities.com/brasilsefarad/conversao.htm>;  
<http://recuemos.blogspot.com/2006/04/mais-triste-pscoa.html>.

**Retrato de D. Manuel I, o Venturoso**



**Fonte:** [http://www.turismarvao.pt/old/d\\_manuel.html](http://www.turismarvao.pt/old/d_manuel.html)

